

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

GILMÁRIA SALVIANO RAMOS

**“HONRA SEXUAL” E “HONRA MORAL”  
DISCURSOS EM TORNO DE CRIMES SEXUAIS NA PARAÍBA  
(1950/1970)**

Florianópolis  
2015



GILMÁRIA SALVIANO RAMOS

**“HONRA SEXUAL” E “HONRA MORAL”  
DISCURSOS EM TORNO DE CRIMES SEXUAIS NA PARAÍBA  
(1950/1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração: Relações de Poder e Subjetividades; para a obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joana Maria Pedro

Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Raísa Schpun

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

RAMOS, GILMÁRIA SALVIANO

?HONRA SEXUAL? E ?HONRA MORAL? : DISCURSOS EM TORNO DE  
CRIMES SEXUAIS NA PARAÍBA (1950/1970) / GILMÁRIA SALVIANO  
RAMOS ; orientadora, Joana Maria Pedro ; coorientadora,  
Mônica Raísa Schpun. - Florianópolis, SC, 2015.  
409 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, . Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Crimes sexuais. 3. Gênero. 4. Paraíba. I.  
Pedro, Joana Maria. II. Schpun, Mônica Raísa. III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. IV. Título.

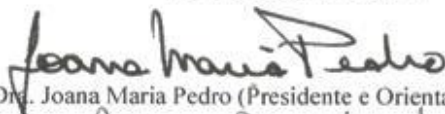
# **“HONRA SEXUAL” E “HONRA MORAL”: DISCURSOS EM TORNO DE CRIMES SEXUAIS NA PARAÍBA (1950/1970)**

**Gilmária Salviano Ramos**

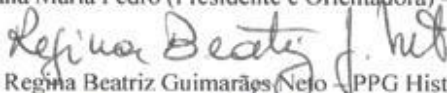
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

**DOUTORA EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**



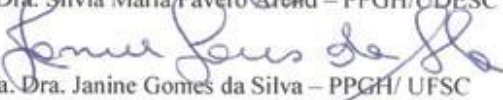
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães Nelo – PPG História /UFPE



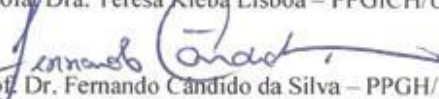
Profa. Dra. Silvia Maria Favero Arend – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Janine Gomes da Silva – PPGH/ UFSC



Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa – PPGICH/UFSC



Prof. Dr. Fernando Cândido da Silva – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella (suplente interno) – UFSC

Prof. Dr. Emerson César de Campos (suplente externo) – UDESC



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2015.



À memória de Fabio Gutemberg Ramos  
Bezerra de Sousa, minha doce lembrança.





## AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional, principalmente à minha tia/mãe, Francisca dos Santos, sempre disposta a me ouvir e me dar palavras de ânimo e de força. À Helenita dos Santos, minha mãe de coração que, generosamente, me adotou com tanto amor que jamais poderei agradecê-la do modo como de fato merece. Minha doce gratidão!

À Carmem Verônica Nóbrega, pela amizade, por me fazer sentir em casa todas as vezes em que me convidou para almoçar e compartilhar a culinária nordestina que tanto amo. Carmen, minha amiga querida, foi durante minha estada em Paris que passei a valorizar ainda mais sua amizade e a perceber o quanto é precioso que tenhamos pessoas ao nosso lado que de fato torcem pelo nosso bem. Obrigada pela revisão de parte desta tese composta para minha qualificação.

Ao amigo querido, Pablo Adamoglu de Oliveira, pelas nossas incansáveis conversas, pelas gargalhadas, por seu carinho, sua amizade, sua presença constante e generosa, por partilharmos as responsabilidades e sofrimentos durante o doutorado em outra cidade distante do nosso lar. Obrigada pela construção das tabelas que fazem parte das análises resultantes desta tese.

Às/aos colegas da turma de doutorado em História 2010, Fabiano Dauwes, Sara Nunes, Henrique Barbosa, Silvana Maria Pereira. À Bianca Melyna, Elisa Schemes, que cursavam mestrado na época.

Aos/às amigos/as Rafael Araújo, Margareth Zanchetta, Alexandre Gautier e Nádia Luna Kubota. Um agradecimento especial a Daniela Noveli, por sua inteligência crítica, seu senso de humor, sua alegria constante – peculiar à sua personalidade – e principalmente pelo ser humano maravilhoso que é: amiga com um coração generoso e sempre disposta a ajudar sem medir esforços. Obrigada “meninas” e “meninos” por compartilharem comigo os momentos em terras parisienses, por fazê-las menos distantes de casa, pelos nossos passeios e discussões nos Seminários de Gênero, por nossos encontros para simplesmente tomarmos um cafezinho e registrarmos o momento com algumas fotos. Obrigada por dividirmos as sensações e os sentimentos de estarmos em terras estrangeiras, tornando-nos, aos poucos, uma ínfima parte daquele universo cultural.

Às minhas queridíssimas amigas sempre presentes em minha vida, que tornaram Florianópolis ainda mais bonita e acolhedora, apoiando-me com palavras de força e consolo em vários momentos em que pensei que não conseguiria dar um termo a este trabalho. Agradeço

especialmente a Doris Sobral, Wellington Costa e Silva, Fabiana Dantas e Walter, amigos/as que me ouviram sempre, partilhando de momentos maravilhosos que ficarão marcados em minhas lembranças. À Nicolas Patel, por sua inteligência excepcional, paciência e boa vontade em esclarecer-me tantas dúvidas a respeito das legislações de crimes sexuais.

À Flávia Lima, que, mesmo distante, esteve sempre presente em minha vida, não porque deveria estar, mas porque quis estar. Obrigada, minha querida amiga, por me ouvir, pelas orações e palavras de força e ânimo.

Ao Adriano da Silva, meu amado esposo, pela sua notória paciência e compreensão. Agora e finalmente poderemos estar juntos para viver tudo aquilo que sonhamos/desejamos/planejamos e que nos foi vetado em razão de minha ausência para a produção desta tese.

Às/aos Professoras/os Janine Gomes Silva, Selvino Assmann e Regina Beatriz Guimarães Neto, presentes em minha banca de qualificação. À Prof.<sup>a</sup> Regina, em particular, pelas observações perspicazes e contribuições que ajudaram a redimensionar minha pesquisa. À Mônica Raisa Schpun, por apoiar-me durante o estágio doutoral em Paris e pelas suas críticas fundantes quanto ao trabalho de qualificação, fazendo-me refletir sobre questões que até então eu não tinha percebido. A esse respeito, o deslocamento espacial foi de suma importância. Os seminários mensais sob sua coordenação contribuíram bastante para que eu percebesse distintos olhares sobre Gênero e suas orientações colaboraram para o redirecionamento do problema da minha tese.

Às professoras Silvia Maria Fávero Arend, Regina Beatriz Guimarães Neto, Janine Gomes dos Santos, Thereza Gleba Lisboa, por terem aceitado fazer parte da banca do doutorado. Em particular, ao professor Fernando Candido da Silva, por suas colocações contundentes e críticas, redirecionando meu olhar para questões voltadas para a construção de uma “Teoria Feminista da História”.

À minha orientadora, Joana Maria Pedro, pelas inestimáveis contribuições para a escrita desta tese, pela sua dedicação e pontualidade, pelo seu olhar sempre crítico e, ao mesmo tempo, humano e educado, pela sua paciência e competência sem igual. Ter sido sua orientanda foi uma grande honra. Tenho seu exemplo de docente e pesquisadora como maior referência para a minha vida acadêmica e para os estudos de Gênero no Brasil.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento dos seis meses do estágio doutoral em Paris.

A Deus, por sua infinita bondade, graça e misericórdia, por amparar-me sempre nos dias mais tempestuosos da minha vida, dando-me força, consolo, fé e esperança.



O' seios virginais, lindos, febris,  
Desnudos por completo à minha vista.  
Seios que amei e que minha alma quis  
Nas ânsias de um desejo idealista.  
Como eu vos quero e como sou feliz!  
Ninguém que à vossa tentação resista.  
Seios assim, robustos, juvenis,  
Devem viver para o sabor do artista.  
A vós saúdo, perfumados seios,  
Assim eretos de vigor tão cheios  
E dêsse aroma estranho sedutor.  
Por serdes virgens, com fervor vos beijo.  
Matai depressa o meu maior desejo:  
Que é possuir-vos para o meu amor.

(Euclides Vilar, 1958).



## RESUMO

Esta tese analisa as práticas discursivas e não discursivas que historicamente possibilitaram a construção das noções de “honra sexual” e “honra moral” correlacionadas com as formas de violência sexual e moral vigentes na Paraíba, no período entre 1950 e 1970. Ao descrever e problematizar os casos de crimes sexuais, como estupro e defloramento, com base em processos-crime vinculados ao Tribunal de Justiça da Paraíba, Fórum Afonso Campos, em Campina Grande, e Fórum Criminal, em João Pessoa, foi possível perceber como tais noções eram correlatas às práticas sociais, tais como a valorização da virgindade, do casamento e da família, bem como à maneira como médicos, juristas e jornalistas percebiam como o sexo deveria ser praticado dentro da perspectiva da maternidade, emergindo daqueles discursos certos códigos moralizantes que eram impostos às moças da época e que eram pautados por regras de “decência”, “pudor” e “honestidade”. Com base nos Estudos de Gênero e em uma leitura historicamente situada por meio dos movimentos feministas, objetivamos problematizar como o uso dos termos “honra sexual” e “honra moral” foram norteadores para a construção das imagens das “moças honestas” e “desonestas” em relação àquelas classificadas como “raparigas emancipadas” e “virgens sem pudor”, no momento em que os discursos jurídicos e jornalísticos apontavam para a “ameaça dos costumes” da época frente às mudanças advindas com os “tempos modernos”, bem como a expansão do mercado de trabalho feminino. A análise atenta para as tramas de paixões e sofrimentos experimentados pelos/as envolvidos/as, problematizando relações de gênero, vetores de raça, cor, condição social e formas de violência sofridas pelas jovens, buscando perceber como eram construídas as defesas dos acusados de crimes sexuais e como se davam as relações de poder entre promotores e advogados de defesa, tendo como pauta de discussão a sexualidade e as formas de comportamento das moças envolvidas em crimes sexuais na Paraíba.

**Palavras-chave:** Crimes sexuais; Gênero; Paraíba.





## ABSTRACT

This thesis analyses discursive and non-discursive practices that historically made possible the conceptual construction of “sexual honor” and “moral honor”, which are correlated with types of sexual and moral violence in Paraíba, at the period from 1950 to 1970. Sexual crimes, such as rape and defloration, were studied based on criminal cases obtained from two law-courts, i.e., “Tribunal de Justiça da Paraíba (Fórum Afonso Campos - Campina Grande)” and “Fórum Criminal (João Pessoa)”. It was possible to perceive how the aforementioned concepts were correlated to social practices such as the appreciation of virginity, marriage and family. In addition to this, it was noticed the way doctors, jurists and journalists understand sex as restricted to maternity perspective, which emerged from moral codes imposed to the girls of that time and were guided by rules of “decency”, “modesty” and “honesty”. Based on gender studies as well as feminist movement historical perspectives, the aim was to discuss how the use of the terms “sexual honor” and “moral honor” were oriented to build the image of a “honest girl” in comparison to the ones classified as “emancipated girls” and “shameless virgins”. This image building was situated in a historical scenario where the legal and journalistic discourses put focus on the “threat to traditional customs” against the changes arising from “modern times”. Criminal case analysis points to passion and suffering stories, experienced by the ones involved, which were marked by gender relations and also by a sort of aspects concerning to race, skin color, social condition and types of violence. This analysis attempts to understand how were performed the defenses for the accused of sexual crimes as well as how prosecutors and defense counsels act in power relationships discussing the sexuality and behavior of the girls involved in sexual crimes in Paraíba.

**Key-words:** Sexual crimes; Gender; Paraíba.



## RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les pratiques discursives et non discursives qui historiquement ont possibilité la construction des notions « honneur sexuelle » et « honneur morale » relatives avec les formes de violence sexuelle et morale dans l'état de Paraíba, entre la période de 1950 et 1970. En décrivant et en problématisant les cas de crimes sexuels, viols et défloremments, ayant pour base les procès criminels véhiculés au Tribunal de Justice de l'état de Paraíba, Forum Afonso Campos, à Campina Grande et le Forum Criminel, à João Pessoa, il a été possible de se rendre compte comment de telles notions étaient relationnées aux pratiques sociales, comme la virginité, le mariage, famille, ainsi que les manières comme les médecins, juristes et journalistes percevaient comment le sexe devait être pratiqué dans la perspective de la maternité, émergeant de ces discours, certains codes moralisateurs qui étaient imposés aux jeunes filles de cette époque et dictés par des règles de « décence », « pudeur » et « honnêteté ». Basé sur les Études du Genre et dans une lecture historiquement située des mouvements féministes problématise comment « l'honneur sexuelle » et « honneur morale » a été guidée pour la construction des images des « jeunes filles honnêtes » en relation à celles classifiées comme « prostituées émancipées » et « vierges sans pudeur » dans un moment où les discours juridiques et journalistiques renvoyaient à la « menace des coutumes » de l'époque devant les changements venant avec la dénommée modernité ou « temps modernes ». L'analyse s'est focalisée sur les intrigues des passions et souffrances des impliqués/impliquées dans les actes, allant au-delà de relations comme race, couleur, condition sociale et violence, en cherchant appréhender comment étaient construites les défenses des accusés de crimes sexuels et comment s'accordaient les relations de pouvoir entre promoteurs et avocats des accusés, ayant pour objectifs la sexualité et les formes de comportements des jeunes filles impliquées dans les crimes sexuels dans l'état de Paraíba.

**Mots Clés:** Crimes sexuels; Genre; Paraíba.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Les demi-vierges .....	265
<b>Figura 2</b> - Les demi-vierges, comédia de Marcel Prévost .....	265



**LISTA DE GRAFICOS**

**GRÁFICO 1**..... 398

**GRÁFICO 2**..... 398





## **LISTA DE PLANILHAS**

Planilha 01: Tribunal da Justiça da Paraíba – João Pessoa/PB.....	399
Planilha 02: Fórum Afonso Campos – Campina Grande/PB .....	401



## **LISTA DE CARTOGRAFIA**

Cartografia 1: Algumas ruas e avenidas onde se localizavam os “locais libidinosos” ou “casas suspeitas” (Motéis e repartições públicas) – Campina Grande.....	403
Cartografia 2: Algumas ruas e avenidas onde se localizavam os “locais libidinosos” ou “casas suspeitas” (Motéis, casas de pensão e nas margens das praias) – João Pessoa. ....	404



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
1.1 O TEATRO DA JUSTIÇA ABRE SUAS PORTAS .....	31
1.2 TRILHANDO CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....	51
1.3 CONSTITUIÇÃO DAS FONTES E DOS CAPÍTULOS .....	56
<b>2. MOÇAS “(DES)HONESTAS” E “DON JUANS”: PRÁTICAS DE ENQUADRAMENTOS.....</b>	<b>65</b>
2.1 “PROFANAÇÃO DA HONRA” .....	80
2.2 NOS ANOS DOURADOS: SENSIBILIDADES NOS MODOS DE AMAR E NARRAR .....	112
<b>3. SENSIBILIDADES E SOCIABILIDADES NOS ESPAÇOS CITADINOS .....</b>	<b>133</b>
3.1 SEDUÇÕES DA “VIDA MODERNA” .....	156
3.2 CARTOGRAFIAS DOS LUGARES DE (DES)ENCONTROS .....	165
3.3 “ESPAÇOS LIBIDINOSOS” E IMAGENS DA VIOLÊNCIA.....	180
<b>4. LES “DEMI-VIERGES” E A “JUVENTUDE TRANSVIADA”</b>	<b>203</b>
4.1 “RAPARIGAS MODERNAS” À MARGEM DA TUTELA DA LEI .....	205
4.2 VIRGENS “SEM PUDOR” E “LAMBRETISTAS DO ASFALTO” .....	241
4.3 PROBLEMAS SEXUAIS E A “JUVENTUDE AMEAÇADA” .....	271
<b>5. SUJEITOS DE AÇÕES E DESEJOS .....</b>	<b>281</b>
5.1 COGITOS DE “UM ARDIL”: OS USOS DA JUSTIÇA .....	284
5.2 ECONOMIA DO DESEJO E DA PRÁTICA SEXUAL .....	301
5.3 CORPOS FEMININOS: TERRITÓRIOS DE PODER .....	346
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>356</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>366</b>
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA .....	366
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	375

FONTES DOCUMENTAIS .....	388
PERIÓDICOS: JORNAIS .....	397
INSTITUIÇÕES DAS PESQUISAS .....	397
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>3988</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>4066</b>
ANEXO 1: CARTA DE UMA OFENDIDA PARA O NAMORADO. (PARAÍBA, 1968B) .....	4066
ANEXO 2: POPULAÇÃO NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS..	4088

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 O TEATRO DA JUSTIÇA ABRE SUAS PORTAS

Lábios que balbuciavam confissões: “juras de amor eterno”. “Intimidades amorosas”, “pequenos gestos”, recordações inesquecíveis. “Beijos prolongados.” “Carícias, sussurro ao pé do ouvido, cenas de ciúmes” (PARAÍBA, 1967d). Fugas sem destino. Relações íntimas. “Desejos lúbricos” “Paixões desenfreadas.” “Promessas amorosas” e de casamento. Romance. Sedução. Tudo isso norteava o desfecho de tramas e conflitos que se enredavam nos caminhos da (des)razão, cruzando imagens de vidas ordinárias pegadas ao avesso, pelo reverso. “Dramas de amor prosaicos e rotineiros” (PARAÍBA, 1971g). Estava em cena o troféu da conquista. “Encontros fortuitos, na calada da noite”. “Encontros amorosos” pareciam ter sido lugar-comum naquela sociedade. “Por meio da janela do quarto aberta” que possibilitava o encontro entre os amantes ao pé da parede, nos bailes, nos “festejos de festas juninas”, no interior de suas casas, “em casinha abandonada”, no matagal, à beira das estradas, em lugares desertos onde ressoava a “melodia do cantar dos grilos”, nas “margens bucólicas do Açude Velho” ou na areia da orla marítima. Buscavam, assim, lugares ermos para consumir seus desejos, descritos como “[...] recôndito[s] do pecado, longe dos olhos do povo, seria o recanto ideal para um drama de amor [...]” (PARAÍBA, 1961). Era onde a doce imagem da juventude realizava “os atos eróticos, atos de libidinagem” (PARAÍBA, 1976e), “atos de corrupção”, “atos carnavais”, “o ato sexual completo e vagínico”, “a cópula carnal”, os “prazeres da carne, desvelando “os segredos do sexo”, nas palavras dos homens da lei.<sup>1</sup> Um mundo de significados eróticos colocava em cena a “ostentação do troféu virginal” (PARAÍBA, 1967). “Quem pode penetrar os escaninhos da alma e as condutas humanas?” (PARAÍBA, 1967a), questionou um certo promotor ao referir-se às desordens do coração, às doces ilusões do espírito. “Eis o tempo em que o mundo tinha a nossa idade” (COUTO, 2007, p. 15). O tempo girava em sua mansa ordem. Os sonhos pareciam encadear a juventude das três primeiras décadas da segunda metade do século XX.

---

<sup>1</sup> Refiro-me às/aos representantes da lei e da ordem, delegados/as, advogados/as, promotores/as, juízes/as, e também médicos/as, psiquiatras, jornalistas, religiosos/as e aqueles/as que falavam em nome das regras normatizadas.

Eram os *Anos Dourados* “da juventude transviada”, dos “lambretistas do asfalto” e dos “excêntricos hippies”.

A partir desse inventário de imagens apresentadas, esta tese visa analisar e problematizar as práticas discursivas e não discursivas acerca das noções de “honra sexual e moral” associando-as formas de violência empregadas contra as “vítimas” ou “ofendidas” de crimes sexuais – estupro e defloração – nas décadas de 1950, 1960 e 1970 no estado da Paraíba.

Para tanto, elaboramos a seguinte questão: que práticas discursivas constroem as noções de “honra sexual” como problematizações morais produtoras de sensibilidades associadas à violência sexual e moral? Objetivamos correlacionar essas práticas discursivas com práticas não discursivas, como: instituições familiares, jurídicas, médicas, jornalísticas; dispositivos legislativos; e contingências econômicas e religiosas da época.

A finalidade desta pesquisa consiste na colaboração para o avanço dos debates históricos-jurídicos acerca da normalização da sexualidade<sup>2</sup> de adolescentes sob a perspectiva das noções de “honra sexual e moral”, correlacionadas com as relações de gênero e com as legislações de crimes sexuais.

Ao reconstruir essas noções durante o período e o local citados, objetivamos perceber permanências e mudanças de valores e comportamentos estabelecidos pelas Legislações Civil e Penal em um momento específico em que emergiam várias discussões voltadas às mulheres no Brasil, em particular, e em países como França e Estados Unidos. Por isso, faz-se necessário situar historicamente as décadas de 1950, 1960 e 1970 em suas configurações políticas e sociais, para compreendermos melhor o regime de historicidade em torno da “atmosfera mental da época” (BLOCH, 2001, 21), como os discursos em torno das adolescentes e dos direitos sexuais passaram a ter maior notoriedade no âmbito social.

---

<sup>2</sup> Segundo Foucault, o termo sexualidade emergiu no início do século XIX, correlacionado a outros campos do conhecimento e associados tanto aos mecanismos biológicos de reprodução quanto às variantes de comportamento sociais – um conjunto de regras e normatividades que se apoiavam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas. Ao mesmo tempo, o termo aparece associado a mudanças pelas quais homens e mulheres eram levados/as a dar sentido e valor à sua conduta, como deveres, sentimentos, prazeres, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1984, p. 9).



O desenvolvimento desta pesquisa pautou-se por justificativas variadas, dentre elas o alto índice de crimes sexuais<sup>3</sup> registrados no estado da Paraíba a partir de 1970. Em 1950, o estado contava com uma população de 1.713.259 habitantes; na década de 1970 eram 2.445.419 habitantes.<sup>4</sup> Nesse período, as delegacias<sup>5</sup> passaram a registrar várias ocorrências de queixas-crimes feitas por pais e mães de moças “seduzidas”, cujos exames de conjunção carnal apresentavam hímen complacente, fato já recorrente nos anais jurídicos desde a primeira metade do século XX na Paraíba e no país.

A emergência de leis voltadas para a figura feminina colocava em cena uma preocupação não só com direitos e deveres, mas também com os corpos e a sexualidade. No Código Civil, a criação da Lei n. 4.121 de 27 de agosto de 1962, referente ao Estatuto da Mulher Casada, contribuiu para a emancipação feminina ao defender a ideia de minimizar a discriminação contra as casadas, para que exercessem o livre princípio de profissão ao permitir seu ingresso no mercado de trabalho, tornando-as produtivas como os homens e, ao mesmo tempo,

---

<sup>3</sup> Segundo as análises quantitativas, observou-se um aumento significativo dos crimes de sedução durante toda a década de 1970. Isso não significa que nas décadas anteriores, 1950 e 1960, não houvesse a recorrência de queixas de pais e mães na Justiça, reivindicando o casamento como a reparação pela perda da virgindade de suas filhas; mas, de acordo com a análise documental, ao que tudo indica a prática social de recorrer à Justiça com maior frequência a partir de 1970, diferentemente do que alegavam os juristas em associar à modernidade, estava correlacionada aos discursos em torno da liberação sexual das mulheres, à propagação da pílula anticoncepcional no estado e aos discursos em torno dos movimentos feministas.

<sup>4</sup> Segundo o Censo Demográfico da Paraíba de 1950, o estado contava com uma população rural de 1.256.543, que sobrepunha-se à urbana, com 456.716 habitantes. Ver Tabela 1 em Anexos. Cf. I.B.G.E. Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional, vol XVI, tomo 1. Estado da Paraíba. Disponível: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v16\\_t1\\_pb.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v16_t1_pb.pdf). Acesso: 11/08/2014.

<sup>5</sup> As Delegacias de Vigilância e Costumes, como eram chamadas, tinham um papel fundamental naquela sociedade de coibir e punir comportamentos sociais que infringissem as leis estabelecidas pelo Código Penal de 1940. Elas eram incumbidas de investigar, prevenir e reprimir a prostituição, os casos de atentado ao pudor ou quaisquer atos que ferissem a moralidade pública, a denominada honra e dignidade das famílias ou a boa moral e os bons costumes.

ampliando sua importância nas relações sociais, principalmente nas decisões do convívio familiar.

Com a propagação dos discursos sobre a vida sexual das mulheres e a distribuição das pílulas anticoncepcionais no Brasil (1964) e na Paraíba (1965), esse estado presenciou um significativo avanço nas discussões em torno dos direitos sobre o próprio corpo, em particular sobre a chamada “liberdade sexual” e o controle de natalidade. Era recorrente a circulação de reportagens jornalísticas da época sobre a necessidade do controle da natalidade por parte das jovens, em idade propícia à fertilidade, especialmente pelos problemas sociais vivenciados pelas populações pobres, como a falta de moradia, alimentação, vestimenta, educação, saúde, assim como por abandono de crianças e aborto; além disso, os interesses econômicos de laboratórios e comerciantes no que tange à venda das pílulas naquele momento também eram colocados em pauta.

Observa-se, em particular, nos discursos jornalísticos como as camadas pobres da Paraíba eram responsabilizadas pelo crescimento da pobreza e pela mortalidade materna decorrente do aborto.<sup>6</sup> Naquelas práticas discursivas, jovens e adolescentes teriam descoberto que o sexo não era algo misterioso, razão por que o praticavam mais livremente, lançando mão do aborto como meio de evitar um nascimento indesejado, seja por motivações de precariedade financeira, seja para preservar sua honra moral.

Segundo Tereza de Lauretis (1987), não se pode pensar as relações de gênero dissociadas dos produtos e processos de um conjunto de tecnologias sociais, de aparatos tecnológico-sociais ou biomédicos, visto que não podemos perder de vista o fato de como os sujeitos sociais (as mulheres), performatizavam sujeitos históricos de suas vontades e de suas relações de objetividades para com a socialização. Nessa linha, tratava-se de sujeitos constituídos pelo gênero, não só pelas práticas religiosas/morais, também por meio de representações linguísticas e

---

<sup>6</sup> A pesquisa abrangeu o tema do aborto pela recorrência com a qual ele aparecia na imprensa da época em associação com os casos de crimes de sedução (ou defloração) e de estupro, em particular pela repercussão que ocorria nos meios televisivos e nos jornais do estado com os escândalos em torno das “indústrias das fazedoras de anjos”. O aborto provocado era percebido como principal fator que desencadeava a mortalidade materna no estado, ameaçando a saúde pública. Segundo os discursos que circulavam durante as décadas de 1960 e 1970, a atividade ilegal dava-se em todos os meios menos desenvolvidos em consequência da chamada moral ou das facilidades listadas pela educação pouco severa das novas gerações.

culturais que eram apropriadas e ressignificadas na medida em que cometiam suas práticas abortivas. Sujeitos dotados de singularidades ambivalentes, que faziam parte de um sistema político e jurídico, que, por sua vez, procurava regulamentar seus os desejos e vontades. A relação entre corpo e cidadania constitui o direito à sexualidade como questão política, voltada para a ideia de moral, com o agravante de que o aborto desencadeava desafios acerca das políticas públicas de saúde. Correlato ao direito sobre o corpo feminino, emergia, no Brasil, o movimento de liberação das mulheres em associação com os movimentos americanos e franceses nos anos 1960. Muitas delas reivindicavam igualdade dos sexos e liberação sexual, colocando em pauta de discussão o controle exercido sobre o corpo feminino e o determinismo biológico suscitado pela obra *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir. Nesse caminho, as reflexões teóricas dos movimentos feministas foram fundamentais para demarcar os debates e denunciar os atos de violência contra as mulheres no Brasil e em outros países, vistos como uma produção da sociedade machista e patriarcal. Em específico, fez-se muito significativo reconhecer o sofrimento de vítimas de violência sexual.

Com efeito, a partir da metade da década de 1970, casos de estupro ganharam certa notoriedade nos debates televisivos e na imprensa, tendo como debatedores diferentes ministros da saúde ou de secretarias do estado da condição feminina. A *Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher em 1975* estimularam a eclosão dos movimentos feministas<sup>7</sup> no país enquanto colocavam em pauta discussões acerca do corpo e da violência sexual de que muitas mulheres solteiras eram vítimas diariamente.

Os estudos sobre a violência contra as mulheres foram acompanhados por uma série de reivindicações iniciada em 1975. A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que o período entre 1976 e 1985 fosse considerado a Década da Mulher. O Ano Internacional da Mulher em 1975, quando a Organização patrocinou a Conferência Mundial, na Cidade do México, em que participaram 8 mil mulheres representantes de 113 países e de organizações não governamentais, apresentou reivindicações, dentre as quais estavam o

---

<sup>7</sup> As historiadoras Joana Maria Pedro e Cristina S. Wolff discorrem acerca do movimento denominado “Segunda Onda”, demonstrando diferenças entre os movimentos de mulheres e os feminismos ao correlacioná-los coma atuação de algumas mulheres brasileiras exiladas que fundaram dois grupos feministas, *Nosotras* e *Círculo de Mulheres*, em meados de 1970, em Paris.

fim da “violência sexual que atingia a limites máximos, pela violação tortura e assassinato.” (TABAK, 1985, p. 2). Esses discursos circulavam diariamente nos jornais do país e do estado da Paraíba, bem como em rádios e TVs. A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, a figura feminina ganhou mais visibilidade no lar como um princípio que deve ser respeitado pelo estado, minimizando o poder do chefe de família.

Uma das principais referências teóricas que orienta os estudos da violência contra as mulheres data de 1985. Trata-se do artigo “Participando do debate sobre mulher e violência”, escrito pela filósofa Marilena Chauí. Segundo a autora, “[...] a violência é a violação da liberdade e do direito de alguém ser constituinte de sua própria história.” Nesses termos, a violência é percebida como “uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas [...]” por meio dos discursos masculinos, os quais incidem especificamente sobre o corpo das mulheres. Na circunstância de passividade frente o ato violento, as mulheres perdem sua autonomia, sua liberdade, “entendida como a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir.” (CHAUÍ, 1985:36).

As reflexões da autora indicam ainda que a violência não faz das mulheres meras vítimas, uma vez que elas são também “[...] co-autoras, cúmplices e mesmo agentes, submetendo outros à violência e incluindo, nesses outros, outras mulheres[...]” (CHAUÍ, 1985, pp. 36-37).

A partir e para além das reflexões de Chauí, mostram-se aberturas para pensarmos os clichês em torno da ideia de que somente os homens agem ou praticam a violência, mesmo em uma sociedade como o estado da Paraíba, que é frequentemente classificada como machista e patriarcal. Contra essa vertente, a violência transbordaria a prática social do patriarcalismo e machismo, significando uma lógica mais complexa de interiorização das subjetividades sexuais dos espaços propostos a homens e mulheres por meio das relações que se estabelecem em uma dada sociedade e tempo. A violência não é constante e intermitente, mas consiste em intersecções de poder que atravessam todos os segmentos sociais. Acerca disso, Chauí diz que “[...] as mulheres, tendo sido convertidas heteronomamente em sujeitos, [e] farão de sua subjetividade um instrumento de violência sobre outras mulheres [...]” (CHAUÍ, 1985, p. 47).

A eleição do período de 1950, 1960 e 1970 para esta pesquisa justifica-se ainda em face da propagação das práticas discursivas de defensores e promotores públicos, magistrados, religiosos e jornalistas que associavam os comportamentos femininos à “vida moderna” e à

emancipação feminina, o que, segundo eles, ameaçava a noção de moral e a instituição familiar que tinha como premissa o casamento monogâmico. Em contrapartida, enquanto os movimentos feministas e de mulheres desenvolviam-se no país, essas práticas discursivas dirigiam-se para conter o avanço das mulheres no campo profissional. Segundo juristas e letrados – jornalistas, religiosos, cronistas e médicos - da Paraíba, a abertura do espaço de trabalho para as mulheres colocaria em risco a maternidade e a educação sexual das jovens pautadas em princípios cristão-religiosos.

Ao analisar revistas e livros, entre outros documentos, Ana Rita Fonteles Duarte afirma que a Escola Superior de Guerra – criada em 1949, em plena Guerra Fria, e ligada ao Ministério da Defesa – “[...] tornou-se durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração de um pensamento de segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis.” (DUARTE, 2013, p. 3). A autora mostra como temas sobre lar, família, juventude, moral e religião apareciam regularmente nas monografias e nos relatórios produzidos pelos estagiários da Escola Superior de Guerra, visando à garantia da Segurança Nacional. O olhar dos governos voltava-se para identificar “[...] tendências para família brasileira [...]” (DUARTE, 2013, p. 7) nas décadas subsequentes à de 1975, “[...] a partir de uma análise da conjuntura em que as transformações, principalmente as protagonizadas pela juventude, são afirmadas como ameaça aos modelos tradicionais.” (DUARTE, 2013, p. 7), ou seja,

As preocupações manifestadas pelos estagiários da Escola superior de Guerra, sob a orientação de seus mestres, referem-se a um momento em que a juventude emerge com força renovadora e transformadora em vários campos. (DUARTE, 2013, p. 7).

Conforme indica o historiador Carlos Fico, citado por Duarte, os registros que eram produzidos pelos serviços de informações da ditadura responsabilizam o suposto Movimento Comunista Internacional (MCI) por “tentativas de propagar-se através do incentivo ao uso de drogas e da valorização da idéia do ‘amor livre’.” (DUARTE, 2013, p. 2). Nesse sentido, a ditadura militar no Brasil, com seu discurso voltado para a preservação da família brasileira, reforçou os chamados valores e princípios morais, em particular nos quesitos do casamento e da sexualidade das menores de 18 anos.

Para problematizarmos as formas de violência sexual associadas às noções de honra sexual e moral nesta tese, partimos das enunciações legislativas do Código Penal Brasileiro de 1940. A partir desse momento, houve uma modificação na lei, passando-se a considerar o defloramento como crime de sedução: “[...] seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança. Pena: reclusão, de dois a quatro anos.” (CÓDIGO..., 1995, p. 2469). O termo foi modificado porque supunha como imprescindível a ruptura do hímen (*flos virgineus*) por meio da relação sexual como condição material do crime. Dentre esses requisitos, as moças tinham de provar que eram virgens e “honestas” segundo a definição de virgindade<sup>8</sup> que figurava a mulher que nunca “recebeu na vagina o membro viril” (CÓDIGO..., 1995, p. 2471), visto que poderia haver a ruptura da membrana de outras formas, como por meio de objetos introduzidos na vagina ou por meio dos dedos utilizados pelas próprias jovens, como aparece em alguns raros casos de defloramento analisados. Porém, a noção de virgindade não se resumia somente ao fator físico, pois o que designavam de “elementos morais” eram, a todo instante, requeridos pelos juristas, coexistindo dados materiais e subjetivos indispensáveis para a comprovação do crime de sedução, conforme discutiremos no primeiro capítulo “‘Moças (des) honestas’ e ‘Don Juans’: práticas de enquadramentos”.

De acordo com o Art. 213 do Código Penal Brasileiro de 1940, era tipificado como crime de estupro “[...] constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.” E se a ofendida fosse menor de 14 anos, a pena de reclusão figurava de quatro a dez anos. Ao mesmo tempo, o Código considerava irrelevante o estado ou a condição da vítima, ou seja, “[...] solteira, casada, virgem ou não, honesta, devassa ou prostituta, porque em qualquer caso, tem a mulher direito à tutela da lei, visto que a proteção se dirige ao direito de livre disposição do próprio corpo.” (CÓDIGO..., 1995, p. 2396).

Entende-se ainda por violência familiar, intrafamiliar ou doméstica, com base no pensamento de Damásio de Jesus:

---

<sup>8</sup> Segundo o Código Penal de 1940, entende-se por virgindade o “[...] estado da mulher que jamais recebeu na vagina o membro viril. Pode haver virgindade com hímen dilacerado e pode haver hímen íntegro sem virgindade, pois a cópula carnal não é o único meio de ruptura da membrana e muitas vezes não chega a causá-la.” (CÓDIGO..., 1995, p. 2469).

[...] toda a ação ou omissão cometida no seio de uma família por um de seus membros, ameaçando a vida, a integridade física ou psíquica, incluindo a liberdade, causando sérios danos ao desenvolvimento de sua personalidade (JESUS, 2010, p. 8).

Ou seja, a violência é definida como toda lesão ou todos os maus tratos físicos causados a qualquer membro de uma família, incluindo a definição de grupo familiar originado das uniões de direito.

Ao referir-se ao Código Penal de 1940, Antonio de Pádua Serafim afirma que “[...] o termo ‘costumes’ [...]” – entendido como a conduta sexual determinada pelas conveniências sociais – “[...] vinha até então carregado de sentido repressor dos comportamentos ou hábitos sexuais das pessoas, que deveriam acompanhar padrões estabelecidos [...]” (SERAFIM et al., 2013, p. 102) pela elite, por letrados ou pessoas que se reconheciam como sujeitos de poder e saber naquela sociedade. Ao analisar os discursos acerca dos crimes contra os costumes durante o período em questão, defendia-se a ideia do amparo, da proteção da “honorabilidade” e da tranquilidade das famílias da Paraíba.

Segundo Boris Fausto, o Código Penal de 1940 sinalizou algumas mudanças. Ao referendar um dos juristas mais renomados do país, Nelson Hungria, regularmente citado nos julgamentos de crimes sexuais na Paraíba, o autor mostra como para esse jurista o crime sexual teria sido considerado uma ofensa à sociedade, razão por que passou para a classificação abrangente de “Crime contra os Costumes”, “vocábulo aí empregado”, nas palavras de Hungria e Lacerda, “para significar os hábitos da vida sexual aprovados pela moral prática, ou, o que vale mesmo, a conduta social adaptada à conveniência e disciplinas sociais.” (HUNGRIA; LACERDA apud FAUSTO, 1984, p. 177). Assim, o art. 213 do Código Penal Brasileiro de 1940 dizia: “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Pena de reclusão, de 3 a 8 anos.” (BRASIL, 1940). Nesse sentido, violência poderia ser considerada uma ação tanto física quanto moral.

A relação entre mulheres, violência e criminalidade tem conduzido várias pesquisas para o foco criminológico, bem como proposto novas leis que de m conta de especificar melhor as formas de violência a que tanto homens quanto mulheres estão suscetíveis. De modo que, a partir de 7 de agosto de 2009, entrou em vigor a Lei 12.015/09, passando a classificar esses atos como “Crimes contra a Dignidade Sexual”. Dentre os referidos crimes, o estupro significa no

âmbito jurídico: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” (BRASIL, 2009). A Constituição Federal de 1988 já havia indicado uma possível alteração jurídico social, pois dizia respeito diretamente à sociedade ao tratar de crimes sexuais. Foi defendida por muitos autores do Direito como um marco de mudanças, veja-se seu título, que passou de “Crimes contra os costumes” para “Crimes contra a dignidade sexual”. O art. 1º, inciso III da Constituição de 1988 já indicava o fundamento basilar da “Dignidade da pessoa humana”. A partir da Lei 12.015/09 passou-se com efeito a dizer que os crimes contra os costumes não traduzem a configuração dos bens juridicamente tutelados pelos tipos penais que se encontravam no art. VI do CP. Diante disso, passou-se a proteger a dignidade sexual, e não mais algo que pretendia regular como as pessoas deveriam se comportar sexualmente diante da sociedade do século XXI.

A partir de 1940, por meio da legislação, o termo “mulher” foi substituído por “alguém”, já que as mulheres podem ser tanto vítimas quanto autoras de crimes sexuais (SERAFFIM et al., 2013, p. 102), proposição válida também para os homens. Desse modo, para que um delito contra a liberdade sexual fosse considerado como tal, tornava-se necessário o constrangimento mediante violência, provado por indícios materiais e testemunhos. Constranger por meio de violência significa forçar, subjugar ou obrigar alguém a ter relação sexual sob violência ou grave ameaça.

O Código Penal Brasileiro de 1940 sinalizou especial atenção à moralidade sexual, principalmente em relação às mulheres. Grande parte da legislação estava voltada para as tecnologias políticas que tentavam regradar as condutas sexuais. Segundo Boris Fausto, “[...] a legislação penal vem perdendo importância como instrumento garantidor da estabilidade da família [...]”, em decorrência “[...] da rápida mudança dos padrões de relacionamento afetivo que implicam a alteração da estrutura familiar”. (FAUSTO, 1984, pp. 176-177).

A descrição das mudanças dessas leis, referentes aos crimes de sedução<sup>9</sup>, torna-se pertinente para observarmos uma regularidade

---

<sup>9</sup> O crime de sedução foi inscrito no Código Penal Brasileiro de 1940 como Crime Contra os Costumes, sendo revogado pela Lei 011.106.2005. A partir dessa data, passou a vigorar como Crime Contra a Dignidade Sexual, sendo alterado e acrescentado pela Lei 012.015 de 7 de agosto de 2009. A partir desse momento, passou a ser inscrito pelo CP como Estupro de Vulnerável, mantendo-se o art. 217A, o qual consiste em: “Ter conjunção carnal ou



discursiva constitutiva da teoria médica e jurídica que aparece em todos os documentos aqui selecionados e analisados para a produção da presente tese, a saber: as noções de “honra sexual e moral” num jogo de acontecimentos discursivos, fundamentadas por discursos de médicos, juristas, delegados e jornalistas.

Segundo Heleieth Saffioti, “violência de gênero” é o conceito mais abrangente para designar vítimas, como mulheres, crianças e adolescentes. (2001, p. 115). De acordo com os registros a que tivemos acesso por meio da Justiça, as crianças e adolescentes que mais sofriam estupros estavam na faixa etária entre 11 e 18 anos; a maioria era empregada doméstica, cursando o ensino médio e fundamental. Quanto ao fator da raça ou da cor, os dados demonstram que a maioria das vítimas era negra e parda. Observamos formas diferenciadas de tratamento da vítima por parte da promotoria e juízes de acordo com sua raça, seu nível econômico, entre outros. Percebe-se ainda um número significativo de menores de 13 anos vítimas de estupros que não serão incluídas neste trabalho, embora, em alguns momentos, façamos menção a formas de maus-tratos a que eram submetidas por parte de pais, padrastos e homens que faziam parte do convívio familiar.

Ainda de acordo com as alterações do Código Penal de 1940, os governos federais visavam fortalecer o dispositivo jurídico de combate à violência sexual envolvendo menores, o que só entraria em vigor em 13 de julho de 1990, com a Lei n. 8.069, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Constituição Federal do Brasil de 1988 inovou ao introduzir novos parâmetros de gestão das políticas sociais, com a criação dos conselhos deliberativos e consultivos. Com efeito, criou-se o artigo 227, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, e opressão. (BRASIL, 1988).

---

praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. Pena – reclusão de 8 (oito) anos a 15 (quinze) anos.”

Nesse caminho, criaram-se novas figuras criminais relacionadas aos maus-tratos. O art. 240 do CP (2008)<sup>10</sup> proibia a participação de crianças em cenas de sexo explícito ou pornografia em representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, incluindo fotografias. As penas aumentariam para os crimes de maus-tratos (art. 136), estupro (art. 213) e atentado ao pudor (art. 214). Além disso, em relação a maus-tratos, o art. 232 do CP descreve o crime de submeter crianças ou adolescentes sob a sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, impondo a pena de detenção, de seis meses a dois anos (JESUS, 2009).

Os casos de violência sexual aparecem em queixas-crimes, processos penais, jornais, laudos médicos de corpo de delito e de conjunção carnal e exames psiquiátricos. Quando os casos eram de crimes de estupro, as menores eram frequentemente apontadas como motivação do crime, como responsáveis por atrair os acusados à satisfação de sua “volúpia” e de seus “instintos bestiais”. Como afirma Lia Zanotta Machado, o estupro, tal como representado pela legislação e jurisprudência brasileira,

Desliza porosamente entre a ideia de um ato que deve ser entendido como um crime hediondo contra a pessoa; a ideia de um ato que é crime contra os costumes e a ideia de um ato que não é um crime, quando visto como a realização do mais banal e cotidiano dos atos de relações sexuais entre homens e mulheres – o defrontamento da esperada iniciativa masculina com uma das respostas femininas possíveis: “a mulher que diz não para dizer sim” (1998, p. 233).

Dentre as técnicas ou os procedimentos praticados judicialmente, observam-se o interrogatório privado ou público, a disciplina rigorosa no inquérito policial, o exame de sanidade mental nos acusados de estupro, os depoimentos das testemunhas de cunho moral, a compilação dos elementos da prova, a inquirição de condutas pregressas das

---

<sup>10</sup> Art. 240 do Código Penal Brasileiro. “Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente”: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008). Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008). ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990.

ofendidas e de suas mães, a perícia médico-legal em matéria psiquiátrica e de conjunção carnal, a investigação policial pela busca incessante por indícios, a concessão ou autorização para que os casos de crimes de sedução e de estupro fossem divulgados na imprensa local, a apropriação de argumentos de juristas renomados do Rio de Janeiro e do sul do país.

Ao analisar as práticas discursivas e não discursivas, é possível perceber como crianças e adolescentes pobres, entre 11 e 18 anos, eram enquadradas como “moças honestas”, “ingênuas, recatadas e pudicas”. Quando suas narrativas indicavam o desejo sexual pelos acusados ou quando seus comportamentos destoavam daqueles que eram vistos com pudor, eram classificadas como “raparigas modernas”, “moças emancipadas” ou “mulheres de vida livre”. Isso em razão das jovens se relacionarem, cada vez mais, sexualmente fora da aliança do casamento. Não se tratava, contudo, de uma interdição em torno das práticas sexuais vivenciadas pelas jovens, mas de uma problematização moral (FOUCAULT, 2006, p. 198), como um domínio de conhecimento que aparecia sob a ótica de juristas, médicos e jornalistas do estado.

A proposta de problematizar a “honra sexual e moral” associada à noção de violência difere-se da obra *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, publicada em 1999 pela norte-americana Sueann Caulfield, por três razões, quais sejam: primeiro, pelo problema que se coloca, embora esteja relacionado à noção de “honra sexual”, os enfoques teórico-metodológicos dos referidos trabalhos são distintos; segundo, Caulfield pesquisou sobre a espacialidade do Rio de Janeiro, esta tese trata da Paraíba; terceiro, sua pesquisa baseia-se em discursos em torno da “honra sexual” relacionada à elaboração de conceitos sobre a nação brasileira, no Rio de Janeiro, do início do Estado Novo até o período final da Segunda Guerra Mundial. Precisamente, conforme ela indica, sua questão foi “[...] entender a relação entre o papel da honra sexual nas escolhas pessoais e nos conflitos vividos pela população e sua função nos debates públicos sobre a modernização do Brasil.” (CAULFIELD, 2000, p. 26). Desse modo, a “honra sexual”, conforme descrita pelos discursos das autoridades religiosas, das elites políticas e profissionais da época, estava associada aos debates acerca do futuro da nação. A autora demonstra como as críticas às oligarquias tradicionais e ao seu patriarcalismo estavam correlacionadas à revisão da honra sexual e nacional, mostrando as possibilidades de se perceber tal honra voltada para a noção de modernidade, tal como aponta Martha de Abreu Esteves no prefácio da obra. As análises de Caulfield “[...] estava diretamente

ligada aos debates entre o direito clássico e o positivo, bem como às discussões sobre o papel do Judiciário e do próprio Estado na construção das noções de honra e da idéia de modernidade para o país” (Abreu APUD CAULFIELD, p. 19), tal como aponta Martha de Abreu no prefácio da obra.

Tendo em vista o modo como a autora analisou o papel da honra sexual, a obra supracitada torna-se importante na investigação proposta aqui ao mostrar como as personagens envolvidas no cotidiano da Justiça carioca, de acordo com o prefácio de Esteves (CAULFIELD, 2000, p. 19), “[...] se tornavam diretamente responsáveis pelas mudanças e transformações dos significados da honra e dos valores sexuais, assim como as da própria jurisprudência relativa aos crimes [...]” entre o Código Penal de 1890 e 1940, incluindo o Código Civil de 1916. Nesse sentido, o diálogo com as discussões de Caulfield é imprescindível, visto que as referências feitas a alguns juristas renomados, como Nelson Hungria, Galdino Siqueira, Damásio de Jesus, Afrânio Peixoto, Viveiros de Castro, Espínola Filho, estão presentes nos pareceres de promotores e defensores públicos da Paraíba da segunda metade do século XX, constituindo-se como meio de corroborar os argumentos jurídicos em torno dos crimes sexuais ocorridos no estado. Conforme indica Rosemere Olimpio de Santana, ao posicionar-se acerca das produções de sensibilidade de ordem geral, “[...] as singularidades presentes nas histórias locais também requerem o conhecimento de grupos sociais, de ideias e de valores disseminados, mas, nem sempre partilhados da mesma forma” (SANTANA, 2013, p. 14).

Escolher o estado da Paraíba como *locus* desta pesquisa é tentar compreender como os letrados e juristas da época delimitaram certos códigos de conduta associados à noção de honra, o que se difere da espacialidade do Rio de Janeiro, abordada por Caulfield. Na Paraíba, muitos dos valores e princípios morais eram regidos por homens que professavam a religião católica, e parte deles fundamentava seus argumentos segundo princípios bíblicos, em particular aqueles voltados ao corpo e à sexualidade das mulheres. Isso possibilita compreender o modo como o sexo e a sexualidade de crianças e adolescentes eram percebidos por meio de diferentes campos de saber e poder, inclusive o religioso. Através dessas sensibilidades, é possível observar a tentativa de transmitir certos valores construídos e defendidos pelas famílias elitistas da Paraíba para as populações pobres, em especial, voltados para as moças. Valores esses pautados pelos mandamentos bíblicos, que se diferiam, em grande medida, daqueles discutidos por Caulfield, isto é, atrelados à construção da sociedade do Rio de Janeiro das primeiras

décadas do século XX. Haja vista, a noção de “honra sexual”, discutida pela referida autora, foi constituindo-se com base nos discursos de médicos renomados pautados pelo saber cientificista do final do século XIX.

A proposta de analisar os sentidos em torno das noções de “honra sexual e moral” associados às formas de violência justifica-se em razão das práticas sociais que implicam mudanças significativas sobre legislações concernentes ao casamento, ao divórcio,<sup>11</sup> à emergência da pílula anticoncepcional,<sup>12</sup> às reivindicações que algumas mulheres passaram a fazer acerca de direitos como a liberalização sexual e a descriminalização do aborto no período destacado. Segundo Rachel Soihet, um aspecto diferencial da reivindicação das mulheres – além dos direitos políticos num prisma de igualdade com os homens, especificamente no que dizia respeito a salários dignos pelo fato de exercerem profissões em um mesmo patamar – consistia em requerer “[...] direitos sociais e a proteção social, especialmente no que tange às mães e à maternidade [...]” (SOIHET, 1997, p. 282), como a criação de creches para que pudessem deixar seus filhos e ascender ao mercado de trabalho.

---

<sup>11</sup> Desde fevereiro de 1958 falava-se no projeto complementar à Lei do Casamento Religioso com Validade Civil, proposto pelo deputado Gurgel do Amaral, na Câmara Federal, decorrendo querelas no âmbito religioso, como católicos, evangélicos e espíritas ressaltando a nulidade do casamento com base no direito canônico. Somente a partir de 1977 foi instaurada a Lei, o que torna importante perceber as relações de sensibilidades entre homens e mulheres. Na documentação analisada, encontramos várias menções às mudanças de valores morais relacionados à emergência do divórcio no Brasil. Em reportagem de 1960, o divórcio era visto como um câncer social que degenerava “[...] as energias de um povo, tornando insegura e instável a família Pátria”. **DIVÓRCIO: câncer social que devora energias de um povo. Diário da Borborema**, Campina Grande, n. 891, 9 fev. 1960.

<sup>12</sup> A aquisição da pílula anticoncepcional no estado da Paraíba em 1965 tornou-se alvo de debates/combates por parte de médicos, sanitaristas, agentes da saúde pública, entre outros. Os debates eram travados nos principais jornais de circulação do estado, *Diário da Borborema*, *O Norte*, *Jornal da Paraíba*, havendo aqueles que se colocavam contra o método, em razão dos efeitos colaterais que poderiam ocasionar danos à saúde das mulheres, e aqueles que defendiam o uso do contraceptivo, especialmente como meio de planejar as numerosas proles, minimizar a mortalidade por causa da fome e reduzir o grande número de abortos provocados por parteiras e pelos chamados charlatões (RAMOS, 2009).

O essencial aqui é interrogar cada fala de promotores, advogados, médicos, juízes, visando identificar se há regularidade ou descontinuidade nos discursos analisados, se há atualização daquelas práticas discursivas e se é possível perceber deslocamentos de sentidos, rupturas ou modificações quanto às regras de enunciação acerca dos vários sentidos acerca da honra sexual e moral. Tal procedimento aproxima-se do ofício do arqueólogo que revolve as camadas do solo, camada por camada, observando como uma vai sobrepondo-se e sedimentando-se sobre a outra. Isso diz respeito às técnicas de tratamento da fonte para ela se transformar em documento, para, em seguida, farejar o acontecimento, tendo como homens e mulheres em cena, “com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas idéias e atos” (BLOCH, 2001, p. 20). Foucault fez isso por toda a sua vida política e filosófica, apresentando suas análises sobre temas como loucura, sexualidade, poder, penalidade, cuidado de si, entre outros. Com esse método arqueológico, é possível perceber as camadas discursivas e dar visibilidade aos enunciados, que vão mudando de composição a partir de especificidades que emergem com o passar do tempo.

A recorrência dos discursos referentes à honra, à virgindade e à honestidade faz parte de uma prática social peculiar aos enunciados de médicos e juristas da época. Entendemos que aquelas narrativas de paixão e sofrimentos são constituídas de ficções e tramas discursivas, construções de imagens e artefatos linguísticos sobre os acontecimentos, assim como são motivadas por interesses e perpassadas por subjetividades singulares. Portanto, pretende-se investigar os sentidos que aquelas histórias adquiriram para cada personagem que fazia parte daquele teatro. Quando o Poder Judiciário abria suas portas, isto é, quando iniciava uma ação penal, não se imaginavam as formas de significações e/ou interpretações que poderiam ser desencadeadas. Irrompam-se, ali, complexas teias de poder que constituíam a noção de honra sexual e moral enquanto a prática jurídica exercia e legitimava de forma magistral as várias formas de violência, corroborando para as desigualdades de gênero.

Obstinados pela vitória de seus clientes, os advogados dos réus levavam até a última instância seus argumentos, faziam um levantamento bibliográfico de doutrinas jurídicas de outros magistrados e correlacionavam os casos de crimes locais com acontecimentos de ordem nacional. Tratavam-se de jovens rapazes que se formavam na Faculdade de Direito de Recife e na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e detinham o poder de esclarecer, ordenar e julgar

segundo os procedimentos legais, de acordo com os parâmetros do Código Penal de 1940. Eles pleiteavam e reivindicavam sua legitimidade no campo institucional e social, para tanto, buscavam construir para si a imagem de homens eruditos, bem informados, dados às letras e ao conhecimento de áreas afins, visando à prática de defender com maestria a suposta “inocência” de seus clientes. Por meio da elaboração de seus pareceres e relatórios judiciais foi possível perceber como os juristas se empenhavam em se informar sobre as legislações acerca das mulheres, o que interferia na maneira como falavam de seus corpos, casamento, família, profissionalização, sexualidade. Contrários à preguiça e à passividade de espírito, não se limitavam a fazer a todo o momento menção a vários outros juristas de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, buscando cruzar seus conhecimentos forenses, por meio da prática de exercer o *metier*, com acontecimentos externos que ocorriam no Brasil e no mundo.

Tanto os advogados quanto os promotores se consideravam especialistas em justiça, escrevendo livros, notas e artigos em jornais do estado, sobre assuntos diversos e de seus interesses, como casamento, divórcio, regras morais e sociais. Ainda se reconheciam dentro daquele espaço de poder e de sua inteligibilidade como intelectuais valorosos no sentido político – faziam uso do saber-poder, de sua competência para instituir “verdades” voltadas para princípios morais concernentes às mulheres. Aí consistia a ideia de defesa social. Eram naqueles momentos que, muitas vezes, as chamadas “vítimas” de estupros deixavam de assumir tal lugar e passavam a atuar em cena com o *script* de rés de suas próprias queixas ou denúncias. Entravam em cena os homens da Justiça, da lei aos quais lhes era dado o direito de falar com autoridade, com conhecimento, com retórica acerca de jovens mulheres pobres, que segundo eles, eram ignorantes, as vezes, ingênuas, sem formação educacional e/ou cultural. As fronteiras se moviam de forma conflituosa entre aquelas instâncias de poder, de modo que concordamos com a historiadora Sueann Caulfield quando ela analisa as diversidades e os conflitos ao longo do processo de constituição de uma jurisprudência para os crimes sexuais, chamando atenção para a “[...] ausência de unicidade dos discursos e práticas dos juristas em relação [...]” (CAULFIELD, 2000, p. 18) aos crimes de sedução, tal como indica Martha Abreu no prefácio da obra. Era retirado das “ofendidas” o direito de acusação sobo qual teriam buscado sua proteção junto à Justiça.

Tudo isso em nome da honra. Em nome da honra, homens e mulheres amasiaram-se ou casaram-se de forma obrigada com pessoas

que pouco conheciam. Homens foram presos e tiveram seus nomes inscritos no rol dos culpados. Mulheres foram expostas ao teatro da Justiça, seja no momento em que eram obrigadas a falar de suas intimidades e de seus desejos sexuais, seja quando foram difamadas nos depoimentos de testemunhas e pelos advogados de defesa. O casamento ocorria como meio de reparação de honra depois de terem seus nomes publicados em jornais e seus passados devassados em busca de materialidades para a comprovação de seus delitos. “Necessário se faz que a mulher preze a sua honra!” (PARAÍBA, 1970a), exclamava um advogado, em 1970.

Os sentidos constitutivos da noção de honra aparecem com vários encadeamentos que têm a ver com as continuidades de valores sociais e culturais anteriores, mas também carregam mudanças próprias daquela temporalidade. O texto *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia* (2000), de Reinhart Koselleck, torna-se importante para pensarmos a categoria coexistente de distintas temporalidades, ou seja, em razão das singularidades em que emergem as falas dos atores sociais, dotados de desejos e interesses individuais, a noção de honra pode ser entendida como contingente. Desse modo, categorias como honestidade e moralidade também, posto que são modificáveis e (re)atualizadas à medida que a época segue seu curso. Isso implica dizer que não podemos desconsiderar os sentidos em torno dos objetos que elegemos para nossos estudos, nem fugir da temática de nossa época.

Faz-se necessário pensar aqui a noção de tempo não de modo factual-linear-cronológico-teleológico, mas constituída por pequenas rupturas que se instauram na configuração política, econômica e sociocultural da Paraíba, em particular, e do Brasil, por extensão. Trata-se de um tempo não contínuo, um tempo que pressupõe a descontinuidade em razão das mudanças significativas que ocorreram no período em questão. Nesse sentido, a noção de tempo é cartográfica, espacial e historicizada, assim como o espaço é temporalizado, isto é, a noção temporal não se trata de um dado cronológico ou um tempo de duração permanente. Percebe-se que certos valores mudam e são ressignificados com o tempo, bem como algumas práticas e alguns pensamentos próprios de um tempo ou estratos específicos (KOSELLECH, 2000) são manifestados.

Ao problematizar diferentes nomenclaturas, categorias e códigos de conduta morais que constituíam a noção de honra, é necessário fazer uma análise crítica para compreender as narrativas que construíam os crimes sexuais na Paraíba como acontecimentos discursivos, considerando cada caso singularmente, em sua historicidade e



temporalidade específicas, em sua rica dimensão narrativa, imagética e discursiva, e não como mera prática de representação (FOUCAULT, 2006, 233) ou marca performática de uma dada época. A metáfora do teatro da Justiça emerge aqui não no sentido de como cada sujeito de saber e poder representa seus sentimentos, suas concepções, suas regras sociais, seus valores, mas como cada qual produz sentidos, (re)significando suas ações e interesses enquanto se constitui em suas relações no tempo e no espaço, deixando seus vestígios ou rastros. Tratam-se de acontecimentos que se “[...] justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam sem que se possa reduzi-l[os] a um esquema linear.” (FOUCAULT, 2008a, p. 9), muito pelo contrário, aparecem de forma contingente e circunstancial. Do início de uma denúncia até seu julgamento, os autos implicam surpresas em razão da trama nem sempre prevista ou esperada. Como afirma Paul Veyne, faz-se necessário situar as singularidades dos acontecimentos, “[...] levar o mais longe possível a análise das formações históricas ou sociais, até desnudar sua singular estranheza.” (VEYNE, 2011, p. 23).

Algumas moças envolvidas em crimes de sedução ilustravam, à guisa de exemplo, a contradição entre o desejo de casar e de ter relações sexuais. Sob tais condições, o Poder Público do país era categórico em desabonar as condutas das mulheres consideradas “libertinas” e/ou “emancipadas”. Dados os posicionamentos, quando da abertura do inquérito policial, tinha de ficar claro o fato de terem as menores resistido ao máximo frente às investidas sexuais de seus companheiros. É o que indica Martha de Abreu Esteves sobre como eram estabelecidos os padrões sociais de comportamentos e os valores aceitos no processo de formação de culpa e inocência das ofendidas. Elas tinham de provar, frente ao Judiciário, que tinham sido seduzidas, que não tinham sido as sedutoras de seus defloradores. As discussões de Esteves são importantes porque trazem análises pertinentes acerca de teorias de juristas renomados do final do século XIX e início do XX, como Viveiros de Castro, Evaristo de Moraes, Galdino Siqueira, entre outros, os quais produzem singularidades nas formas de julgamentos mediante a jurisprudência da época.

A obra *Mulheres honestas e Mulheres faladas* (1994), escrita pela historiadora Joana Maria Pedro, aborda imagens de mulheres de camadas populares por meio de discursos de jornais da cidade de Desterro/Florianópolis, entre o final do século XIX e início do XX. Tais imagens estavam voltadas para as formas de resistência que elas criavam como formas de sobrevivência, deslocando certas normatizações empreendidas pela chamada elite da época, que

pressupunha a restrição das mulheres aos espaços íntimos dos lares como referência importante das famílias distintas. Além disso, a autora percebeu como a honra da família tornou-se um dos alvos dos discursos dos articulistas, em particular daquelas famílias envolvidas em disputas políticas. Para as moças pobres envolvidas em tais disputas, a “honestidade” teria de ser inquestionável, qualquer “mau passo” ou deslize que as tornasse “faladas” poderia comprometer a “família na arena política” (PEDRO, 1994). Certas normas implicavam que os comportamentos das mulheres não dessem margem a quaisquer comentários depreciativos, pois, assim sendo, comprometeriam a honra familiar e a hierarquia social, bem como a permanência de grupos políticos no comando daquela sociedade.

Em *defesa da honra* (2000), Sueann Caulfield mostra como uma geração mais jovem teria recorrido ao conjunto de leis para definir a noção de honra e expandir a intervenção do Estado na família no período entre 1918 e 1940, na cidade do Rio de Janeiro. Ao perseguir os diversos sentidos atribuídos à noção de honra por políticos, juristas, policiais, médicos, autoridades eclesiásticas e presos comuns, a autora demonstrou a relação entre o papel da honra sexual e as escolhas pessoais nos conflitos vivenciados pela população. Ela articulou definições sobre a honra das famílias nos debates correntes acerca do futuro da nação, chamando a atenção para a ausência de unicidade nos discursos de juristas sobre os delitos sexuais. Esse trabalho mostra-se importante pela riqueza de análises da teoria jurídica, especialmente no que concerne aos autores forenses do fim do século XIX, ao apontar para uma extensa produção literária sobre os estudos do hímen realizada por especialistas da medicina legal. Ele também possibilita pensar o modo como todos os personagens que se envolviam com o cotidiano da Justiça tornavam-se diretamente responsáveis pelas mudanças dos significados da honra e dos valores sexuais, bem como da própria jurisprudência referente aos crimes sexuais entre o Código Penal de 1890 e o de 1940.

*Crime e Cotidiano* (1984), de Boris Fausto, é outra obra significativa pela riqueza de detalhes e análise teórica. Ao realizar um estudo sobre noções de crime e criminalidade na cidade de São Paulo entre 1880 e 1924, o autor problematiza estudos voltados aos delitos – homicídios, furtos/roubos – e aos crimes cometidos contra os costumes da época. O modo como ele trabalhou as fontes apresenta-se inspirador para discutirmos os signos constitutivos desse tipo de fonte. Os autos traduzem batalhas que são instauradas para punir, graduar a pena ou absolver os acusados. Em sua análise de processos penais, o autor

demonstra como cada processo é considerado um produto artesanal, com aspectos criativos e inventivos que dizem respeito ao campo jurídico. Ainda, acrescentaríamos que os processos possibilitam perceber momentos estratégicos de pedagogização de comportamentos sociais por meio de práticas de exclusão associadas ao aparato jurídico-policial quando da quebra das normas legais.

Essas contribuições são importantes porque possibilitam observar a relação entre o discurso criminológico produzido no Brasil e o modelo de criminalização da sexualidade imposto sobre os corpos de mulheres, em particular, do estado da Paraíba. Elas tornam-se pertinentes em razão das várias menções por parte de juristas da Paraíba ao que diz respeito à relação entre sexo e religião – e a recorrência aos termos teleológico/cristãos demonstram isso –, além de apontar noções caras ao Código Penal de 1940, referentes às legislações citadas, voltadas para o casamento como forma da reparação prodigiosa da honra, conforme veremos no decorrer de toda a tese.

Apresentamos então alguns/algumas autores/as que exercem papel fundamental para problematizarmos como os discursos em torno da honra foram analisados e localizados em determinados tempos e espaços. A leitura e reflexão dessas bibliografias possibilita-nos pensar em como estabelecer certos encadeamentos entre nossas investigações e também nos fornece aportes para atentar para as ressonâncias em torno da lei sobre crimes sexuais entre o final do século XIX e o início do XX para, a partir daí, identificarmos as discontinuidades nas legislações, conforme já indicamos algumas. Essas reflexões propiciam-nos estabelecer relações entre os distintos significados acerca das nomenclaturas empregadas, situando as semelhanças e também os distintos sentidos, com base nos discursos de alguns dos personagens que compõem os autos judiciais.

## 1.2 TRILHANDO CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

As falas dos/as vários/as personagens possibilitam perceber como eram anunciadas as relações de gênero,<sup>13</sup> como certos valores eram

---

<sup>13</sup> Acerca dessa discussão, há uma bibliografia extensa, dentre alguns nomes, citamos aqui: SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991; BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p; PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1,

relacionados à instituição casamento e/ou família, como se davam as formas de sociabilidade entre a vizinhança, que era peça importante na vigilância de moças que se aventurassem em práticas sexuais fora do matrimônio. É possível problematizar, por meio de discursos de juristas, médicos e jornalistas, as imagens de mulheres que ora aparecem classificadas como “vítimas” de violência física, sexual e psicológica, ora emergem como sujeitos de desejos e escolhas, protagonistas de suas histórias, quer seja em dimensões de afetividade e/ou liberdade.

Não construímos um capítulo sobre as relações de gênero, tal como se observa em vários trabalhos produzidos sobre crimes sexuais, em que os/as autores/as dispensam um capítulo específico para tratar sobre o tema, considerando que problematizaremos, no decorrer da tese, as relações de poder entre juristas e moças envolvidas nos crimes sexuais, entre acusados e ofendidas, entre promotores e advogados, entre mães e filhas, patroas/ões e empregadas domésticas, incluindo vetores como sexo, geração, cor, raça e violências sexual, moral e psicológica.

A categoria gênero será discutida com base na interlocução entre o pensamento dos/as filósofos/as Michel Foucault e Judith Butler. Desde 1970, a teoria feminista vem desenvolvendo uma linguagem capaz de representar as mulheres no seio da política, cujo objetivo é promover sua visibilidade. Dentre as diversas correntes sugeridas, Butler, inspirada pelas análises de Michel Foucault acerca da noção de poder, propôs o caminho da *performance*, isto é, como cada sujeito, homem ou mulher, apresenta-se ou constitui-se entre as relações sociais estabelecidas no tempo e no espaço. Ao traçar esse caminho, ela questiona a identidade de sujeito como uma categoria fixa, permanente no tempo, além de colocar em xeque a distinção que Joan Scott fez entre sexo/gênero/desejo. Com isso, Butler aponta para uma abordagem hierárquica e relacional do sexo, mostrando que as designações de gênero são múltiplas e correspondem a realidades diferentes e contextualizadas em termos de regimes históricos, visto que dependem

---

p.77-98, 2005; NICHOLSON, Linda. **Interpreting Gender** em Linda Nicholson, **The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern**, p. 53-76. Copyright 1999 Cornell University. Reproduzido ao português com permissão da Ed editora, Cornell University Press; COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu** (19) 2002, pp.59-90. Disponível: <http://www.culturaegenero.com.br/wp-content/uploads/2012/05/COSTA-Cl%C3%A1udia-O-sujeito-no-feminismo.pdf>. Acesso: 12/03/2014.

de denominações, posições teóricas e práticas, escolhas ou disciplinas metodológicas. Nesse sentido, não empregamos gênero como uma ferramenta de análise conceitual, tal como indicou Joan Scott, mas como um objeto de investigação histórica associado ao Direito Penal, com suas operacionalidades e seus efeitos.

Segundo Butler (2003), a concepção universal da pessoa é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos em contextos especificáveis. Para a autora, o sujeito não constrói sua sexualidade meramente por seus desejos, mas por meio das restrições que lhe são impostas. Ou seja, “[...] a restrição não necessariamente é aquilo que fixa ou limita a condição de *performance*, a restrição é, antes de tudo, o que impulsiona e sustenta a performatividade.” (BUTLER, 2002, p. 143 ). Pensando na categoria gênero como uma nomenclatura de análise vinculada às relações de poder, pesquisadores da área de história e outras afins passaram a desvitalizar as mulheres por meio de suas pesquisas ou obras. A ideia de relação ajuda a pensar como o gênero constitui-se no interior das relações de força, dada sua relevância circunstancial e/ou contingente em constante construção. Isso porque as relações de cada sujeito não são vividas da mesma maneira, não são experimentadas da mesma forma, mas de modo singular e diferenciado em seu tempo e em sua época.

Para Butler e Foucault, a noção de corpo não é apresentada como uma superfície passiva, a espera de significados culturais, mas como um *dispositivo* atravessado pelo poder. Tanto o corpo quanto o sexo não sugerem um acontecimento anterior à cultura, pré-discursivo, anterior ao sentido, mas um conjunto de fronteiras variáveis sociais e individuais, uma prática significativa, uma construção discursiva que implica como cada sujeito histórico vê a si mesmo/a (BUTLER, 2002). Do mesmo modo, a noção de identidade aparece cambiante, em processo de construção, desintegrada no campo dinâmico de relações culturais que, por sua vez, põem em ruínas conceitos anteriores, possibilitando a emergência de novas maneiras de perceber o corpo por meio do campo cultural, bem como as subjetividades diversas (BUTLER, 2002).

A respeito dos Estudos de Gênero e da história das mulheres, meu estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, no período entre março e agosto de 2013, sob a orientação da professora Mônica Raisal Schpun, foi de suma importância. Primeiro, pela experiência adquirida nos seminários que ocorriam mensalmente no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, pois isso possibilitou ampliar conhecimentos acerca dos trabalhos que têm como tema as

relações de gênero, bem como sobre o que pesquisadores da França e de outros países investigam na atualidade. A abordagem dos trabalhos em torno dos Estudos de Gênero durante as reuniões e as orientações com a professora Mônica Schpun fizeram-me refletir sobre o problema central desta tese. Inicialmente, eu objetivava problematizar como a noção de virgindade foi abordada pelo feminismo francês, correlacionando-a com discursos de juristas franceses em revistas forenses para, em seguida, comparar com discursos de juristas brasileiros. As contribuições redimensionaram o problema da tese e ampliaram minha percepção da interdisciplinaridade dos estudos de gênero. Em segundo lugar, a relevância do estágio na França deu-se em razão dos contatos com professores/as na área de gênero e dos estudos sobre a história das mulheres. Cito, para exemplificar um evento, Les Journées des Études La Citoyenneté au Féminin, no Hotel de Ville, com a presença da historiadora francesa Michelle Perrot e da antropóloga francesa Françoise Héritier, em abril de 2013. Assim, o estágio doutoral possibilitou redimensionar as discussões iniciais contidas no texto de qualificação, o que permitiu observá-las para além das fronteiras geográficas e contextualizá-las por meio da perspectiva moralizante do âmbito do Direito Penal e da Justiça, atentando para as imbricações ou os entrecruzamentos desses campos de saber. O foco incidiu em como os juristas percebiam e abordavam seus argumentos em torno dos direitos sexuais das mulheres em um período em que emergiam os movimentos feministas, denominados de *Segunda Onda*, e ressignificavam seus debates dentro da perspectiva de uma problematização moral voltada para a noção de honra.

O estágio doutoral possibilitou ainda estabelecer correlações entre os movimentos feministas ocorridos no Brasil e na França, as teorias feministas advindas desses países e os discursos coexistentes nas respectivas legislações sobre crimes sexuais, buscando perceber os cruzamentos, os trânsitos e as possíveis semelhanças nas retóricas utilizadas pelos juristas da Paraíba, em particular sobre o corpo das mulheres. Assim, a experiência do estágio entre os dois países propiciou refletir sobre certas categorias em movimento, indicando a diversidade, as negociações e reinterpretações em torno de meu objeto de investigação.

Ao analisarmos os discursos das chamadas “ofendidas”, por meio de suas cartas e de seus depoimentos, indicamos caminhos de como seus corpos não aparecem passivos perante os sentidos de moralidade inscritos neles pelos homens da lei (BUTLER, 2003), mas eram em si mesmos uma construção de (re)significados culturais inscritos por elas

mesmas à medida que atuavam em suas tramas amorosas. Enquanto o saber médico e o jurídico estabeleciam os limites de seus corpos a partir da virgindade, elas constituíam-se como sujeitos históricos atuantes naqueles espaços de poder, reconhecendo-se sexualmente diferenciadas das regras de conduta ali colocadas. É possível perceber como as “ofendidas” enfrentavam a ordem sexual vigente, de modo inconsciente ou não, afirmando-se como detentoras de seus corpos, de seus desejos sexuais e suas vontades, pautadas pelas formas de percepção que tinham de si, do mundo, da vida e de suas paixões. Isso em face “do espírito de seu tempo [...]” (BLOCH, 2001, p. 21), das formas de se pensar e existir naquela configuração social e cultural.

Assim, buscamos analisar as percepções que aquelas mulheres tinham de si mesmas e como elas eram vistas e classificadas ao ressignificar sentidos outros por meio de suas práticas e condutas sexuais; investigamos também como se dava a reconstrução dos modos de conduta, das imagens que detinham acerca do amor, da virgindade, da sexualidade, do casamento e das relações familiares. Trata-se de uma recusa e/ou resistência<sup>14</sup> ao próprio jogo da moral, nem sempre de maneira consciente, descentralizando os focos de luz das regras jurídicas para tornar visíveis as distintas formas de pensar, portar e viver o jogo da vida. Algumas moças faziam usos diversos da justiça como meio de casar-se ou de conquistar os rapazes pelos quais declaravam-se apaixonadas; outras, como forma de vingarem-se de seus namorados, bem como de inocentar os “sedutores”, acusando terceiros.

As leituras teóricas do filósofo Michel Foucault, nesse sentido, são importantes para pensar conceitos e nomenclaturas voltados para a história do pensamento. Elas possibilitam problematizar as práticas discursivas da confissão, do lugar social que foi dado a homens e mulheres considerados/as como “loucos pervertidos”, nos casos de defloração, e/ou dos que cometiam estupros. Suas investigações e análises contribuem para refletirmos acerca do lugar político e social

---

<sup>14</sup> Estamos pensando a noção de resistência com base no pensamento de Michel Foucault, o qual afirma que onde há poder, há resistência, de modo que a resistência não se encontra em uma posição de exterioridade em relação ao poder. A resistência é pensada na relação com o outro em uma situação estratégica, considerando o fato de que a luta de poder pode ser desigual, por exemplo, em relação ao governo, às instituições jurídicas ou às contingências econômicas. Conforme o autor diz, “[...] temos sempre a possibilidade de mudar a situação” (FOUCAULT, 2014, p. 256), isto é, de ressignificá-la de acordo com os interesses e circunstâncias prováveis.

que os juristas e jornalistas abordados nesta pesquisa reservavam para homens vistos como “indivíduos perigosos”, uma prática social, do século XIX, da psiquiatria do crime que constituiu a “patologia do monstruoso.” (FOUCAULT, 2006, p. 7). Essas reflexões contribuem para pensarmos e problematizarmos como se dava o funcionamento das instituições médicas e jurídicas em torno dos/das chamados/das “monstros”, “anormais”, “tarados perigosos”, “maníacos sexuais”, “mulheres pervertidas e degeneradas”, entre outros, que frequentavam os espaços das cidades e praticavam estupros e certos atos, como o atentado violento ao pudor, visto como uma contravenção à moral e à tranquilidade da população do estado da Paraíba.

Essas formas discursivas constituíam-se como jogos de “verdades” que associavam, por meio da organização de um saber médico e jurídico, a loucura à sexualidade desenfreada. Os indivíduos classificados como “loucos sexuais” e também as chamadas “libertinas” e “degeneradas sexuais” aparecem relacionados a uma série de processos sociais de ordem econômica e política, mas, sobretudo, a práticas e instituições de poder, como a Psiquiatria do século XIX. O autor mostra como a intervenção da Medicina Mental na Instituição Penal, a partir do século XIX, foi percebida como “[...] a consequência do ajustamento de duas necessidades que decorriam, uma, do funcionamento da Medicina como higiene pública, e outra, do funcionamento da punição legal” (FOUCAULT, 2006a, p. 14) como técnica de regeneração do indivíduo.

Outro teórico fundamental para este trabalho é Anthony Giddens, que, com sua obra *Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas* (1993), permite-nos pensar noções como sexualidade, intimidade, paixão e amor romântico numa trama histórico-discursiva relacionada aos crimes sexuais. Nela, ele problematiza as mudanças em termos de concepções e práticas sexuais que afetaram a vida íntima das pessoas e os procedimentos para se alcançar a intimidade no cerne da vida pessoal democratizada, colocando como evento principal a chamada modernidade.

### 1.3 CONSTITUIÇÃO DAS FONTES E DOS CAPÍTULOS

Os processos-crimes, principais fontes deste trabalho, consistem, exaustiva ou essencialmente, em um universo de artefatos linguísticos, em um instrumento produzido para o exercício de poder, numa sequência de páginas cheias de significação, numa conjuntura de embates e conflitos cujas fronteiras são atravessadas pelo



entrecruzamento de jogos médicos, jurídicos, religiosos e psiquiátricos, perpassando as relações de gênero. Eles permitem, ainda, perceber as imagens do cotidiano de camadas pobres, adentrar nos espaços onde a pobreza estava presente, localizando os chamados “lugares libidinosos”; esses processos possibilitam também observar as relações de força, as tensões e as batalhas jurídicas, assim como mapear as lutas pela sobrevivência, tanto das ofendidas quanto dos acusados, e as saídas nem sempre lícitas que empreenderam em busca de melhores condições de vida (MARTINS, 1998). Os discursos dos personagens que compunham o Poder Judiciário, a saber: policiais, delegados, escrivães, promotores, advogados e magistrados, apontavam para certas “virtudes morais” que as jovens deveriam ter se almejassem o amparo legal.

Ao analisar casos de raptos consentidos na Paraíba, entre as décadas de 1920, 1930 e 1940, a historiadora Rosemere Olimpio de Santana afirma que

[...] os processos-crime permitem atentar para circunstâncias específicas que os enquadraram. As experiências envolvem uma multiplicidade de sujeitos, organizados em redes sociais, situando lugares, estratégias e táticas e várias manobras encetadas por eles (SANTANA, 2013, p. 14).

O acervo de fontes para a produção deste trabalho é extenso e riquíssimo, consiste em cinco jornais do estado, laudos médicos do Manicômio Judiciário, atas da Câmara do Governo, Decretos-Lei, documentos raros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), exames de conjunção carnal do IML, cerca de quinhentos e sessenta e sete processos-crimes distribuídos em duas tabelas.

Os processos foram pesquisados na 1ª Vara do Tribunal do Júri e no depósito do Fórum Afonso Campos, na cidade de Campina Grande, Paraíba, e no Tribunal da Justiça, em João Pessoa, capital do estado. Dentre esses, há inquéritos policiais, apelação criminal, petições de *habeas-corpus* e termos de representação sobre casos de defloração, aborto, infanticídio, estupro, atentado ao pudor, corrupção de menores, raptos consentidos e difamação, constituindo processos criminais ou ações penais. Os documentos são produzidos como artefatos ou narrativas com efeitos de “realidade” a partir dos indícios que homens e mulheres deixaram no passado (CHARTIER, 2007).

Os processos foram digitalizados e quantificados em duas tabelas do Excel<sup>15</sup>, perfazendo o total de 472 processos de defloração, 60 de estupro, 7 de tentativas de estupro, 16 de corrupção de menores, 15 de atentados ao pudor, 4 de difamação (este faz parte da pesquisa por ter sido tipificado como crime contra a honra pelo Código Penal), 9 de infanticídios e 5 de abortos. Dentre esses, encontramos crimes que se entrelaçam, como nos casos de defloração e aborto, defloração e tentativa de aborto, defloração e corrupção de menores, rapto e defloração, rapto consensual e corrupção de menores e estupro confundido com defloração.

Para facilitar a identificação dos crimes, estabelecemos os seguintes termos: os nomes das “vítimas” ou “ofendidas” e dos acusados, a idade, a profissão, o estado civil, a escolaridade, a tipificação do crime, a data de início e fim do processo, indicando o número deste, a cidade onde ocorreu o delito, o artigo infringido do CP, as informações sobre os nomes dos pais que registraram a queixa, sua profissão, escolaridade e cidade de nascimento e, por fim, um item com observações sobre as ofendidas e os acusados, tais como: se elas abortaram; se eles/elas eram doentes mentais; se houve casamento por força da Justiça; se os processos continham cartas, se faziam referência às práticas sociais de ordem nacional; e, ainda, informações sobre os locais e as cidades onde ocorreram as primeiras relações sexuais. Esse método possibilitou melhor domínio e conhecimento sobre as fontes, viabilizando, dentre outros, a identificação de certos valores morais e, especialmente, a emergência de categorias que iam sendo modificadas no período em análise.

Em razão da riqueza e amplitude da documentação, decidiu-se, durante o processo da qualificação da tese, trabalhar somente com os crimes sexuais, estupro e defloração, embora não deixemos de correlacioná-los com outros crimes, inscritos nos códigos de postura das cidades, como atentado violento ao pudor. Além disso, estabelecemos critérios voltados para aqueles processos que nos chamaram mais atenção e nomeamos casos emblemáticos por conterem mais informações que outros. Em particular, os que faziam associações diretas com as práticas sociais da época, legislações penais e civis, noções voltadas para a preservação da família, casamento, divórcio, sexualidade, trabalho, doenças venéreas, corpo, práticas contraceptivas, enquadramentos próprios da Medicina Psiquiátrica em relação ao

---

<sup>15</sup> Conferir partes das tabelas do Excel no Apêndice dessa tese, página 398.

Direito Penal, referências aos juristas renomados, como Viveiros de Castro, bem como aos escritores franceses, como Marcel Prevôst.

Em 14 de maio de 1907, o Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de João Pessoa, J. F. de N., expediu instruções para a composição dos inquéritos dirigidos aos subdelegados e policiais das cidades do estado. Nos crimes de defloração, estupro e rapto, era exigido, por meio do inquérito, o exame de conjunção carnal nas ofendidas, com a apresentação de atestado de miserabilidade e certidão de nascimento para a comprovação da menoridade. O atestado de miserabilidade<sup>16</sup> era solicitado para comprovar o estado de pobreza das famílias das “ofendidas”, visto que aqueles/as que detinham certo poder econômico não poderiam usufruir da justiça gratuita. A função dos inquéritos consistia em investigar os chamados fatos criminosos, as circunstâncias nas quais ocorreram as infrações e os autores/as envolvidos. Terminadas as diligências e autuadas todas as peças, o Juiz de Direito as remetia ao Ministério Público, indicando as testemunhas “mais idôneas” que porventura ainda não tinham sido inquiridas. Os inquéritos não tinham um número fixo de testemunhas, exigindo no mínimo duas. Dentre essas, não poderiam participar os denominados “loucos, mudos e surdos de nascimento”.<sup>17</sup>

Cada peça era constituída por um resumo feito pelo delegado contendo: auto de verificação do crime, corpo de delito, busca e apreensão, auto de avaliação, auto de qualificação, boletim de identificação, declarações das “ofendidas” e dos indiciados, depoimentos das testemunhas, respectivamente, de acusação e defesa, e, por fim, relatório dos policiais. Em seguida, o Ministério Público requeria o termo de representação e a requisição de autoridades judiciárias. A promotoria poderia assistir a todo o processo de diligências requerendo o que julgasse conveniente. Encerrados os inquéritos, os delegados e policiais os enviavam aos juízes competentes, não podendo, em hipótese alguma, arquivá-los, independentemente do resultado da investigação. Mesmo os inquéritos despachados para os juízes ainda podiam requerer, por parte deles mesmos, mais informações, investigações de novos fatos, notícias ou “provas”. Os inquéritos eram anexados aos autos logo após o resumo feito pela

---

<sup>16</sup> Segundo a Lei nº 1.060, de 5 fevereiro de 1950, qualquer pessoa pobre, de baixa renda, que não tenha condições de pagar as custas de um processo e os honorários de um advogado pode ter direito à justiça gratuita.

<sup>17</sup> INQUÉRITO policial: instruções. Comarca da Capital, nº 280, Imprensa Official, Parahyba do Norte, 1907. Documento raro do IHGP, João Pessoa.

promotoria do acontecimento criminoso, com base no termo de representação realizado por pais, mães, irmãs, patroas ou autoridades como sargentos, quando a “ofendida” era órfã.

O exame de conjunção carnal<sup>18</sup> e o de idade, feito este através da arcada dentária, da anatomia, do peso e do desenvolvimento piloso, eram imprescindíveis para verificar se as jovens eram maiores de 14 e menores de 18 anos. Além da menoridade e da condição de virgindade, levavam-se em conta outros “elementos subjetivos”, como o recato e a suposta honestidade.

Além do aspecto estrutural do processo, é possível identificar uma rede de signos que emergem à primeira vista, antes mesmo de uma leitura minuciosa dos autos. Os registros consistem em uma compilação de artefatos de memórias e lembranças. daquelas páginas, maços de folhas empoeiradas e amareladas pelo tempo, figura um toque colorido que dá, de certo modo, vida àqueles documentos velhos. Tratam-se de artefatos que foram apropriados pelos juristas para corroborar com as “provas” materiais e testemunhais, como cartas endereçadas às vítimas pelos acusados ou vice-versa, cartões de festas natalinas, de amor, bilhetes com letras e desenhos de coração vermelho, fotografias dos acusados, recortes de jornais fazendo menção à data em que se realizaria o casamento, reportagens sobre os crimes em questão, relatórios escolares sobre as condutas das alunas e relatórios sobre o desempenho profissional dos indiciados por parte do Exército Brasileiro. As ações criminais constituem momentos de disputas e diferentes versões sobre um crime, um mundo de signos que traduzem o cuidado com que os juristas apropriavam-se, o quanto fosse possível, de indícios como sustentação de seus argumentos para provarem aquilo que classificavam como a “verdade” sobre os acontecimentos sexuais.

Os jornais do estado, *Diário da Borborema*, *Gazeta do Sertão*<sup>19</sup> e *Jornal da Paraíba*,<sup>20</sup> da cidade de Campina Grande, *A União*<sup>21</sup> e *O*

<sup>18</sup> Entende-se por conjunção carnal a cópula, isto é a “[...] introdução do membro viril no conduto vaginal da vítima.” (CÓDIGO..., 1995, p. 2475).

<sup>19</sup> Esse periódico foi criado no dia 1º de setembro de 1888 em Campina Grande, sob o número 10, intitulado “Órgão Democrata” (semanário editado pelo bacharel Irenêo Joffily e pelo engenheiro Francisco Soares Retumba). Constitui-se como um documento histórico por ter sido um dos primeiros jornais a registrar a luta pelo fim da escravidão e a batalha pela implantação do regime republicano em substituição a um império político.

<sup>20</sup> Fundado em 5 de setembro de 1971, em Campina Grande, momento em que o país vivia um dos períodos mais sombrios de sua história. A cidade era administrada pelo interventor Luiz Motta Filho, membro de tradicional

*Norte*,<sup>22</sup> da cidade de João Pessoa, são importantes para entrecruzar os processos, visto que alguns casos de crimes sexuais eram noticiados, diariamente, nesses periódicos, fazendo referência, por exemplo, à data em que os réus seriam inquiridos pela Justiça.

O *Diário da Borborema* foi inaugurado em 2 de outubro de 1957, na Campina Grande. Percebemos o papel que detinha aquele periódico, isto é, como um lugar social que possibilitava a discussão sobre certos valores voltados para a sociedade e para a ideia de civilização.

Outras fontes documentais consistem nos Decretos-Lei, nas ordens solicitadas por autoridades executivas, como presidentes, governadores ou prefeitos, cuja função é classificar e regulamentar leis, dentro dos princípios das legislações civis e penais. Tanto os Decretos quanto as Portarias permitem explicar a lei e aplicá-la. Tratando-se dos crimes sexuais, percebemos a aplicabilidade da lei e, em função disso, a emergência de outros valores sociais. Os códigos de postura ou de conduta, ditados para cada município do estado, demonstram normas e regras sobre como as populações pobres deveriam portar-se nos espaços citadinos, voltadas para a pedagogização e moralização das condutas.

Os laudos de exame de conjunção carnal do Instituto de Medicina Legal (IML) são constituídos por uma requisição feita pelos delegados de menores das cidades aos diretores dos Institutos. Esses exames são divididos em três momentos: primeiro, dados sobre a chamada “vítima”; segundo, características físicas, como idade, conformação anatômica, cor dos olhos, pele e cabelo, formato da boca e nariz, sobrancelhas e

---

família local, indicado por militares para ocupar o cargo de prefeito após a cassação do prefeito anterior, Ronaldo Cunha Lima. Neste momento, o município contava com uma população de 196.000 habitantes (LIMA, p; 201).

<sup>21</sup> O jornal *A União* foi fundado no dia 2 de fevereiro de 1893, pelo então governador Álvaro Machado. Ele é tido até hoje como órgão oficial do governo da Paraíba, o que lhe dá o título de um dos periódicos mais antigos. Foi criado com o objetivo de figurar como órgão de um partido, o mais autorizado representante da opinião pública do Estado. Segundo o jornalista Eduardo Martins, demonstra como um dos objetivos do jornal era a construção da história política do estado da Paraíba (MARTINS, 1977, p. 20).

<sup>22</sup> O jornal *O Norte* foi fundado em 7 de maio de 1908. O mais antigo jornal da iniciativa privada da Paraíba. Em 1954, ele passou a integrar a maior cadeia de comunicação da América Latina, junto com o *Diário da Borborema*, fazendo parte do grupo *Diários Associados*, de propriedade do paraibano e jornalista Francisco de Assis Chateaubriand.

informações sobre sinais particulares; terceiro, data provável da conjunção carnal, se houve violência no ato e o meio empregado, se resultou seqüela, caso tenha ocorrido violência, se a “vítima” é alienada ou débil mental, se houve quaisquer outras causas que impossibilitassem a vítima de resistir e, por fim, se eram ou não virgens.

Cada documento citado possui uma especificidade e temporalidade que lhe são próprias e dizem respeito às relações de poder e saber por meio das quais foi produzido. A seleção e construção dessas fontes são importantes porque possibilitam perceber como muitos casos que serão analisados aqui carregam significações pertinentes ao seu tempo. As fontes escritas trazem uma pluralidade de sentidos que dizem respeito ao seu próprio campo de produção. A imprensa, por exemplo, tem um papel fundamental na reprodução da escrita, pois permite perceber como se organizava o pensamento de editores e articulistas, tanto em relação aos valores em torno das moças envolvidas em crimes sexuais quanto em termos políticos dentro daquele espaço-tempo. Os jornais buscavam, então, deixar a sociedade a par das significativas mudanças que ocorriam no país e no mundo. Feitas essas considerações iniciais, passaremos a apresentar como constituímos os capítulos.

No primeiro capítulo, em um primeiro momento, analisamos como foram sendo construídos os conceitos de “honra, sexual, moral, social” em torno das ofendidas e dos acusados, atentando para os termos empregados à época como “honra maculada/crucificada”, bem como “profanações” da honra, para analisar como constituiu-se a ideia de uma sacralidade em torno dos corpos e da sexualidade feminina. Em seguida, buscamos construir as imagens das ofendidas e dos acusados apresentando o modo como os juristas formavam e difundiam os padrões sociais de comportamentos e os valores aceitos no sumário de culpa e inocência frente às queixas-crimes na Justiça. Na tentativa de reconstituição dos vários sentidos que integraram as noções de “honra sexual e moral”, outros conceitos caros ao direito penal, concernentes aos crimes sexuais, emergem, como: “moça (des) honesta”, sedução, virgindade, relacionados a práticas sociais como casamento, família, enquadramentos, entre outros. Para identificar as singularidades da difusão daqueles conceitos no estado da Paraíba e no Brasil – noção de “honra sexual e moral” associada às moças “honestas/desonestas” e homens honrados/desonrados, procuramos delinear certas especificidades, como o tempo de namoro, as formas de namorar, como ocorriam as relações sexuais e as proibições dos pais exercidas sobre as filhas, entre outros indicativos. Dentro da perspectiva de gênero, problematizaremos as imagens em torno dos rapazes pegos pelas malhas

legais, nomeados frequentemente pelos juristas como “Don Juans”, acusados de seduzirem as chamadas “Julietas” e/ou “donzelas recatadas”.

No segundo capítulo, problematizamos os discursos moralizantes do cotidiano das cidades da Paraíba, particularmente de Campina Grande e João Pessoa, ao apresentar como se davam as práticas econômicas e o processo de crescimento populacional. O objetivo consiste ainda em identificar os usos que os sedutores e as “ofendidas” faziam dos espaços, correlacionando-os às mudanças de ordem nacional, no intuito de situarmos o ambiente em termos de regras e valores nos quais estavam inseridos os/as jovens envolvidos em casos de crimes sexuais. Buscamos delinear o modo como as/os jovens conheciam-se, os locais onde ocorriam os primeiros encontros e atos sexuais, mapeando as festas e os meios de lazer, como o cinema, que faziam parte daquele universo, atentando para as regras de namoro e de relacionamentos que eram ditadas à época; identificamos as pequenas vagabundagens, privilegiando as escalas menores, como os espaços íntimos da casa e de seu entorno, as andanças pelas ruas e subúrbios das cidades, localizando os hotéis, os locais e as casas considerados desonestos, becos e ruelas sugestivos de atos sexuais ilícitos, no intuito de situarmos os ambientes nos quais estavam inseridos/as homens e mulheres descritos não somente como os que transgrediam as leis do corpo, mas também os códigos de conduta das cidades.

No terceiro capítulo, discutimos as práticas discursivas de juristas, médicos, promotores e jornalistas durante os *Anos Dourados*, em que protagonizaram as *demi-vierges*, e a chamada “juventude transviada”, indicando a influência do rádio e do cinema norte-americano nas relações e nas formas de comportamento entre os/as jovens da Paraíba. Chamamos a atenção para o modo como médicos, religiosos, políticos e jornalistas buscavam empreender certo controle, sobretudo em um momento em que ocorriam os movimentos feministas com os discursos sobre a liberalização sexual, a implantação da Lei do Divórcio em 1977, entre outros. Enfatizamos a relação entre as legislações e as políticas públicas sobre o sexo, indicando a inserção da pílula anticoncepcional no Brasil, e certas noções apropriadas pelos juristas ao referirem-se às moças da época, correlacionando-as com os movimentos de liberalização sexual no país. Para muitos deles, as moças que se relacionavam sexualmente com pouco tempo de namoro ou com homens casados eram classificadas como “virgens emancipadas”, “prostitutas modernas”, “depravadas”, “degeneradas” e “libertinas”. Por último, mostraremos como os comportamentos sexuais das moças eram

descritos como propagadores de doenças venéreas, vistos como um risco à saúde pública do estado, em particular, e do Brasil, em geral. Os jornais chamavam a atenção para o fato de o tema da sexualidade ser pouco discutido entre pais e filhos. Como efeito dessa política de silêncio, pensava-se que gerações cresceriam ignorantes em conhecimento sexual, fato que levaria a maioria das moças a entregar-se sem nenhuma resistência aos rapazes. Segundo articulistas, os critérios sexuais naquele momento teriam de ser reavaliados para atuarem em relação ao “desenvolvimento biopsíquico” dos/das adolescentes. Tanto jornalistas quanto médicos psiquiatras chamavam a atenção para uma educação sexual adequada, voltada para a moralidade.

No último e quarto capítulo, analisaremos com maior precisão os discursos das “ofendidas” e testemunhas. Trata-se de um espaço reservado, onde elas falam de suas experiências amorosas de modo que se distinguem dos valores ditados pelos juristas. Mostraremos os deslocamentos, as mudanças que marcaram a emergência do jogo das “verdades” dos promotores e advogados de defesa e do jogo jogado por elas, ou seja, esse capítulo visa perceber como os discursos em torno de certos princípios eram alterados, rompidos como práticas que iam de encontro às regras, aos hábitos e às convenções morais colocados por pais e juristas. Nesse espaço de escrita, as jovens aparecem sabotando as normas jurídicas, visto que eram acusadas de correrem atrás dos namorados, de seduzi-los com palavras, gestos, usando, muitas vezes, a sensualidade de seus corpos para atraí-los até o ato sexual, atitudes percebidas como ímpetos próprios da juventude. Por meio desses discursos, elas deixariam de ser vítimas e assumiriam o lugar de rés envolvidas em suas próprias tramas de paixão e sexo. Na cena da autodisciplina, elas figuravam sujeitos de querer e poder, dependendo dos interesses e escolhas determinantes em cada situação, o que demonstra como a noção de honra, tão cara aos juristas, detinha sentidos bem diferentes para muitas jovens. Nesse capítulo, faremos uma discussão sobre o corpo como alvo de poder e objeto de saber durante um período em que vigoravam os movimentos feministas no país e no mundo. Muito embora, os capítulos apareçam divididos, a maioria dos temas, conceitos e nomenclaturas atravessam toda a tese, razão pela qual todos eles estão interligados entre si.



## 2. MOÇAS “(DES)HONESTAS” E “DON JUANS”: PRÁTICAS DE ENQUADRAMENTOS

João Pessoa, 17 de julho de 1968.

Meu bem, recebi seu recado. Ainda estou um pouco doente, mas com o pensamento em você. Nunca devemos pensar em separação. Qualquer novidade, mande dizer. Beijos de seu esposo.

João Pessoa, 31 de julho de 1968.

Querido W.

Beijos e abraços

Querido, está doente? Que lhe aconteceu? Já estou nervosa do que dizem por aí! (...) Olhe querido, meu advogado é E. E., e a semana passada estive na delegacia e depois (sic) contra você, mas agora veja que é inútil prosseguir porque meu pai me obriga, coisa que não entendo. Eu sei querido, que você não foi o autor do meu defloramento, isso quem deve é outro e você nada tem a pagar, mas como eu não queria que meus pais não me posses em (sic) na rua, por isso atribui a você, meu amor. E depois eles próprios me fizeram dizer isto, mais (sic) como sei de sua inocência eu lhe defenderei a todo custo. Por favor, não a mostre a ninguém, isso só confiarei a você. No momento é só, estou sendo muito vigiada pelo vizinho que é muito fofoqueiro e mentiroso, não confi (sic) nele. Ontem passei na sua casa e sua mãe me atendeu mal, mais (sic) não importa, o importante é lembra-me de você, que é tudo de bom na minha vida.

Beijos de quem nunca o esquece um só instante.

João Pessoa, 10 de agosto de 1968.

Querido W.

Saudades,

Recebi sua estimável cartinha, pela qual fiquei bastante satisfeita do que nela continha, pois para mim não interessa (sic) casar, pois casamento é aquele que bem convier, eu não tenho esse direito, pois muito (sic) antes de lhe

conhecer já tinha sido deflorada por outro, o qual não posso citar [...], pois confio em você, na sua palavra, embora eu tenha receio de que alguém já tenha me visto em lugar não apresentável e com pessoa de má fama. Mas uma vez lhe digo; tudo farei para que não seja o prejudicado e não lhe façam mal, pois você não é o culpado, não é você o autor do meu defloramento, e confio em Deus que um dia farei vida com você, seja onde fôr, pois minha entensão (sic) é estar sempre com você.

Peço-lhe para não comentar nada do que existe entre nós.

Mas sou confiante em Deus e sei que a Justiça o livrará de todo o mal que lhe causei, por que (sic) não se pode casar com dois, nem quem não deve pagar, eu sei com isto estou caminhando para o mundo, mais (sic) tenho fé em você que nunca mostrará esta a ninguém, juro que lhe defenderei desta injúria, pois a Justiça não condenaria um doente.

Saudações M.A.P.C.

(PARAÍBA, 1968b, grifos da Justiça)

Neste primeiro capítulo, buscamos problematizar, em um primeiro momento, como os conceitos de “honra sexual”, “honra moral” e “honra social” foram construindo-se correlacionados com a “honra familiar”. Num segundo momento, objetivamos estabelecer relações entre essas noções e a produção das imagens das moças e dos rapazes envolvidos em crimes sexuais na Paraíba realizada por juristas, que constituíam e difundiam padrões sociais de comportamentos e valores aceitos no sumário de culpa e inocência frente às queixas-crimes na Justiça.

Na tentativa de reconstituição dos vários sentidos que constitui a noção de “honra sexual e moral”, problematizaremos conceitos caros ao direito penal concernentes aos crimes sexuais, como “moça (des)honesta”, sedução, virgindade, relacionando-os às práticas sociais de ordem geral, como casamento, família, sexualidade feminina, entre outras, visando demarcar as singularidades da difusão daqueles conceitos no estado, dialogando com outros conceitos igualmente trabalhados e analisados por outros/as pesquisadores/as em outros estados e regiões do país.

A escolha da carta que abre este capítulo constitui-se como uma das peças-chave de uma ação penal datada de 1968, apreendida pelo Judiciário com o objetivo de prova contra a “ofendida e para defender Wilson Silva, 27 anos, funcionário civil do 1º Grupamento de Engenharia, na capital do estado, João Pessoa, acusado de ter deflorado a jovem de 16 anos, solteira, estudante, a quem daremos o pseudônimo de Joana. A missiva é uma das várias que encontramos em alguns processos criminais que constituem peças importantes nos casos de defloramentos encontrados nos arquivos do Fórum Afonso Campos/Campina Grande e no Fórum Criminal/João Pessoa, no período entre 1950 e 1970. O discurso contido enuncia aspectos pertinentes de uma prática social que conferia lugares específicos aos crimes de sedução e, ao mesmo tempo, indica, de forma direta ou não, questões que problematizaremos nesta tese; seu conteúdo é significativo porque nos permite analisar termos, noções e nomenclaturas acerca de certos valores e códigos de condutas vistos e praticados pelas jovens, os quais, por sua vez, destoavam daqueles defendidos por pais, letrados e juristas da época, tais como as chamadas “honra sexual” e “honra moral”.

Os bilhetes e as cartas são fontes escritas preciosas e poderiam restringir-se somente ao campo da intimidade, do amor, da paixão e dos prazeres de narrar os desejos se o poder não os tivesse capturado como peças-chave do segredo de justiça. De modo especial, as missivas fornecem-nos certo número de indícios de como jovens casais travavam constantes batalhas em torno da preservação de suas relações, com um pouco de emoção e de dúvidas angustiantes e excitantes. Aqui, há uma singularidade que diz respeito àquela época e que se difere da atual: trata-se do tempo das cartas postadas via Correios; o tempo dos bilhetes destinados aos amores sonhados, idealizados, conquistados, proibidos e perdidos. As cartas de amor pareciam entoar – para além do próprio exercício da escrita de si ou do abrandamento dos perigos da solidão – canções de palavras, doces gestos, vestígios de preocupação com o/a outro/a.

Os bilhetes e as cartas, além de significarem provas materiais nas mãos de juristas, registros de significativo valor considerados narrativas ingênuas, eram capturados com um objetivo preciso: perceber algum indício, por meio da fala da ofendida, que provasse sua desonestidade e seu desvio de conduta. Esses documentos de mostram os principais meios de cumplicidade entre os/as amantes, traduzem um mundo de signos associados às práticas sociais de amar e se apaixonar da época e tornam singular o período que analisamos, tendo em vista as formas como os/as jovens comunicavam-se e expressavam seus desejos e suas

intenções. Eles consistiam, na época, nos meios mais rápidos e eficazes de marcar encontros entre os/as namorados/as que contavam, geralmente, com a ajuda de terceiros que os levassem ao destinatário secreto; nesse ponto, as redes de amizades e de conhecimento exerciam um papel fundamental. As correspondências contêm confissões de eterno amor. Os efeitos que aquelas rasuras transmitiam ao outro/a provocavam, talvez, sensações de contatos físicos que, certamente, passavam pelo campo da imaginação/idealização/invenção. Nelas, continham traços regulares de boca, formando a textura de lábios femininos desenhados com marcas de batom vermelho. Das imagens em forma de corações, fluíam palavras singelas como “amor”, “carinho”, “beijos”. As cartas e os bilhetes detinham o próprio gesto ou ato de escrita daqueles/as que os escreviam, assim como efeitos sobre os/as que os recebiam. Ao que parece, permitiam experimentar a felicidade e atenuar a ansiedade até o (re)encontro dos/as amantes. Mas, as cartas diziam também sobre os sofrimentos e as preocupações no que concerne à saúde do/a outro/a: “[...] em primeiro lugar eu quero saber se você está melhor, porque apesar dos acontecidos, eu tenho andado muito preocupado com a sua saúde [...]” (PARAÍBA, 1963b).<sup>23</sup>

Os autos são indicativos de como as relações de amor entre os/as jovens geralmente se concretizavam por meio da amizade, do companheirismo construído pela labuta do trabalho cotidiano. As carícias e os beijos representados pelas linhas traçadas em folhas de cadernos ou em pedaços de papel figuravam um mundo de ímpetos, desejos e anseios, considerados por muitos não como provas de amor ou paixão, mas como “atos obscenos”. As cartas ainda detinham outras funções, em particular, quando apreendidas em mãos erradas. Era por meio dos escritos que as jovens adolescentes, muitas vezes, tinham seus nomes “enxovalhados na lama da amargura”, principalmente quando a Justiça apreendia seu conteúdo como peça de instrução criminal, com o intuito de provar as aspirações carnavais e os desejos sexuais sentidos por elas, que deviam portar-se como moças ingênuas e recatadas frente aos namorados. Em pouco tempo, suas imagens tornavam-se um lago de escuridão, suas identidades deixavam de ser enigmáticas e/ou recatadas e passavam a ser insufladas pelas acusações dos advogados de defesa do réu. A defesa apropriava-se de particularidades das jovens, não somente para questionar, a partir do direito que lhe era dado, os modos de paixão, desejos, relações de afetividade, mas, também, com o objetivo de perceber suas fraquezas e seus apegos inconfessáveis, que somente

---

<sup>23</sup> Carta de Agnaldo Elias Mota endereçada à jovem namorada.

podiam ter sido demonstrados com maior veracidade por meio de suas escritas. Havia assim um entrecruzamento entre as leis do Estado e as leis do coração, identificadas umas com as outras. A prática jurídica buscava polemizar a falta de moral das moças e as provas circunstanciais e materiais de seus supostos erros para constituir, em seguida, sua culpabilidade por meio de rastros de palavras ditas, muitas vezes, de forma inocente e/ou com a finalidade da conquista.

A ilusão do amor eterno, mediado pelas cartas, figurava a prova da condenação das chamadas “ofendidas” ou “vítimas”.<sup>24</sup> Nelas, contêm confissões de casos de amores passados, encontros fortuitos às escondidas, confissões sobre desejos sexuais e paixão pelos acusados; também há denúncias de maus tratos, como surras e agressões verbais por parte dos pais e das mães às filhas, bem como estratégias destes para incriminar terceiros pelas tragédias sexuais que as teriam acometido; confessam, em suma, os segredos mais recônditos da arte de amar entre os/as jovens da Paraíba: a intensidade de desejos, aventuras escandalosas, “fuxicos” da vizinhança, paixões obstinadas e acorrentadas por sentimentos e desejos sexuais; demonstram, ainda, intrigas e rivalidades decorrentes de cenas de ciúmes entre as amigas. Ali, eram travadas relações de interesses e de paixões que passavam pelo campo da disputa do dia adia. O brilho que incidia sobre a felicidade de moças e rapazes parecia acorrentado às doces ilusões da mocidade dos anos 1968 e, com efeito, tanto quanto possível, a sua triste sorte, como no caso de Joana, selecionado para problematizar as imagens que eram construídas acerca das ofendidas e dos acusados.

Segundo a ação criminal, o namoro teria começado em 6 de abril de 1968, quando o rapaz passou a frequentar a casa da moça com o consentimento dos pais. Demonstrando boas intenções, “[...] viu-se logo o desêjo, presenteando a ofendida com aliança de noivado, conquistando assim a simpatia dela [...]” (PARAÍBA, 1968b) e da família. Com o passar dos dias, Joana<sup>25</sup> foi até a casa de seu noivo, a pedido dele, para

---

<sup>24</sup> Os dois termos referem-se às jovens menores em vários documentos aqui analisados sobre crimes sexuais e, assim sendo, optamos por mantê-los para referenciá-las no decorrer desta tese, já que se tratam de termos próprios da Justiça e do Direito Penal.

<sup>25</sup> A partir desse momento, utilizaremos pseudônimos todas às vezes que nos referirmos às menores, exceto nas cartas, nas quais usaremos siglas, conforme aparecem nos jornais, com vistas a manter suas identidades por meio do gesto da escrita. Do mesmo modo, utilizaremos siglas das iniciais dos nomes dos juristas como forma de preservar o anonimato de suas atuações nos julgamentos de crimes sexuais. Ver art. 19 do Código Civil

fazer serviços domésticos, uma vez que ele morava sozinho. De acordo com o depoimento, o rapaz chegou a sua casa e, por meio de promessas de casamento, teria insistido para ter com ela relações sexuais, o que de início foi recusado. Em um “gesto brutal”, o rapaz investiu contra a jovem sob ameaças de que “[...] se ela não aceitasse, seria pior [...]” (PARAÍBA, 1968b). Em seu depoimento, Joana disse que “[...] temerosa de algo poder vir a acontecer contra a sua pessoa anuiu no atendimento de tais relações [...]” (PARAÍBA, 1968b), repetindo-se por quatro vezes em dias subsequentes. O depoimento da moça é indicativo de como ela fora forçada a manter relação sexual contra sua vontade, o que, segundo o artigo 7º da Lei Maria da Penha, configura violência sexual, tipificada como o constrangimento a manter relação sexual sob ameaça. É possível notar como em vários discursos das ofendidas elas demonstravam o medo de não consentir com a prática sexual sob fortes ameaças e agressões físicas. A esse respeito, os rapazes mantinham relações de força para com elas como meio de intimidá-las para conseguir o ato sexual, bem como para que elas mantivessem o acontecimento em segredo.

Ao tomar conhecimento do fato, os pais de Joana apressaram-se em preparar os documentos no cartório para que fossem realizadas as “prometidas núpcias”, no dia 3 de julho, como forma de “reparar o mal”. Para surpresa da família, o rapaz negou-se a “convolar núpcias com a ofendida”, alegando que soube, pela “própria vítima”, que ela não era “mais moça”, diga-se virgem. Quando da denúncia, Wilson alegou, no inquérito policial, que tentou manter relações sexuais com ela como “um teste”, face à sua confissão de que teria sido deflorada por outro, o que, segundo ele, ficou comprovado após a primeira relação. Com o passar dos dias, os pais da jovem souberam do acontecimento por intermédio de um irmão da jovem. O rapaz procurou afastar-se dela e de sua família, desistindo de assumir o suposto compromisso de casamento, “[...] fugiu de convolar nupcias (sic), preferindo difamá-la e sujeitar-se aos azares duma ação penal [...]” (PARAÍBA, 1968b). Um exame realizado em Joana no dia 11 de julho de 1968, no 1º Grupamento de Engenharia, constatou que ela estava grávida, no segundo mês de gestação.

Durante a defesa, no dia 19 de maio de 1969, o advogado M. A. S. M. afirmou que Wilson tinha a intenção de casar, pensando “na moça

---

Brasileiro, que diz: “[...] o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.” Código Civil Brasileiro. Dos direitos da personalidade. Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

virgem e não na deflorada que procurava a todo custo um otário que cobrisse todo o vergonhoso passado que ela teve [...]” (PARAÍBA, 1968b)e, “[...] talvez, quisesse ainda obter a confiança do seu então noivo, já que àquela altura corriam rumores sôbre a leviandade [...]”(PARAÍBA, 1968b) da menor. Ao transcrever trechos da fala de Joana, que aparecem em destaque na carta supostamente endereçada ao noivo, a defesa afirmou que a jovem entendia que o casamento não era “[...] o principal nem interessante, talvez porque a sua formação assim o tenha ensinado [...]” (PARAÍBA, 1968b),ou seja, ele questionava tanto a educação familiar quanto o modo como a moça percebia a noção de honra.

Não bastasse a conduta de Joana ter sido posta em dúvida, o advogado do réu destacou algumas linhas da carta que afirmam o receio da jovem de que alguém a tivesse visto “[...] em lugar suspeito e em companhia de pessoas pouco recomendáveis [...]” (PARAÍBA, 1968b). Ele trazia à luz informações de foro íntimo para desqualificar a conduta da menor. Para os juristas e os envolvidos no processo, as cartas de Joana negavam toda sua honestidade, infringindo os esquemas de conduta honrada e as regras de costumes.

O interesse da defesa do réu de apropriar-se de cartas e bilhetes foi lugar-comum nas cenas processuais. A defensoria apropriava-se sem hesitar de passagens inteiras dos escritos das adolescentes. A apreensão das correspondências pelas malhas do Judiciário tinha uma finalidade precisa: eram lidas e trabalhadas pelos advogados de defesa para a construção do discurso percebido como “verdadeiro” com o objetivo de convencer o juiz de direito em favor dos acusados. Os bacharéis procuravam, a todo custo, colocar em suspeita a honestidade das “ofendidas” através dos escritos delas. As cartas tornavam-se meios de confissão à Justiça.

Transcorridos oito anos de processo, em nota no inquérito da queixa-crime, o Major Benedito Lima Júnior, delegado especial de Vigilância Geral e Costumes, justificou que o “retardamento” do processo decorria “[...] do grande acúmulo de serviço e cada vez maior afluência do mesmo [...]” (PARAÍBA, 1968b). Os anos passaram-se e os pais da menor separaram-se, seu “desquite” tramitava na mesma Comarca do referido auto. O pai, o “modesto fazendeiro federal”, havia acusado a ex-esposa de ter facilitado o namoro da filha com Wilson sem que ele, o pai, soubesse, afirmando que, desde o início, era contra o relacionamento do casal.

Ao referir-se sobre a conduta da mãe de Joana, um senhor, de 63 anos, testemunha no processo, casado, pernambucano, funcionário público federal, disse que

[...] tinha a impressão, a princípio, de que era a melhor possível, no entanto, veio a saber depois por pessoas da própria repartição onde ele depoente e o seu colega trabalham [o pai da menor], que ela era infiel ao seu marido, desrespeitando-o desde algum tempo sem que ele soubesse[...] (PARAÍBA, 1968b, grifo da promotoria).

Outra testemunha, homem, 50 anos, casado, funcionário público federal, corroborou com o primeiro depoimento dizendo que

[...] a genitora da referida menor contribuiu totalmente para o desfecho do caso pois, chegou ao ponto de consentir que a sua filha dormisse várias noites com o réu, fato este que chegou ao conhecimento de algumas pessoas da vizinhança (sic) (PARAÍBA, 1968b).

A estratégia da promotoria indicava que a atitude da menor estava correlacionada com o tipo de educação dada pela mãe, cujo depoimento não deveria ser reconhecido como legítimo na Justiça, tendo em vista sua conduta com o marido e, conseqüentemente, frente à sociedade da época.

No decorrer da tramitação do processo, soube-se que, na época do envolvimento com a ofendida, em 1968, o jovem rapaz já se encontrava casado pela Igreja com outra mulher, com a qual tinha uma filha. Naquele momento, o divórcio ainda não tinha sido legalizado no Brasil, somente em 1977 é que ele foi aprovado no Congresso Nacional por meio de uma Emenda Constitucional<sup>26</sup> de autoria do Senador Nélson Carneiro.

A narrativa acima permite analisar vários temas como casamento, infidelidade, legislações, sexualidade, corpo, enquadramentos morais, família, entre outros. Naqueles termos, a prática social da sedução tinha de ser justificada por um “[...] processo sinuoso, pertinaz, melífluo. Não tem feição estereotipada. As nuances e manhas assumem formas

---

<sup>26</sup> Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977.



diversas, mas sempre sendo marcadas por elementos sempre encontrados em todos os casos [...]” (PARAÍBA, 1967d). Conforme veremos no último item deste capítulo, as nuances e artimanhas investidas por parte dos chamados sedutores ou “Don Juans” assumiam formas diversas, frequentemente marcadas por uma recorrência de atitudes e/ou iniciativas encontradas em todos os casos: o poder de convencimento para a prática sexual, as carícias, as súplicas, as cenas de ciúmes, as promessas de casamento, isto é, o envolvimento físico e emocional da chamada “ofendida” com o seu ofensor. Além disso, o acusado deveria ser indicado pelos pais e testemunhas como o único apontado como autor pelo defloramento. Nesses termos, as “mocinhas donzelas” iam sendo despertadas de sua sexualidade ainda na flor da idade por homens maduros e experientes, tanto na prática do sexo quanto no manejo da palavra e na arte da persuasão.

Para que fosse comprovado o crime de sedução, seria necessário que se “[...] atestasse a pureza, a inocência das ofendidas e, também os meios de engano que utilizavam os denunciados para iludi-las, convencendo-as de sua sinceridade” (PARAÍBA, 1970a). As moças tinham de ser consideradas recatadas, moralizadas, puras e de bons costumes (PARAÍBA, 1970a). Assim, a honestidade das “ofendidas” era percebida como condição *sinequanon* para merecer o amparo da lei (PARAÍBA, 1953a), pois esta tutelava “a moralidade pública e os bons costumes”, ou seja, tratava-se de um domínio de normatividades prescrito pela Justiça que estava para além da legislação sobre o crime de sedução, atravessava o caso específico, fazendo referência à sociedade em geral.

Durante todo o período entre 1950 e 1970, observa-se a persistência, por parte de juristas, em conceituar a sedução por meio de “[...] namoro<sup>27</sup> antigo acompanhado de reiteradas promessas de

---

<sup>27</sup> No final da década de 1970, observou-se como as regras sobre o namoro passavam pelo controle e vigilância de delegados, como Ivo Emmanuel Henrique de Souza, da Delegacia de Vigilância Geral, de Campina Grande. O modo como os/as namorados/as deveriam se portar teria de passar pelo respeito à moralidade, este era um discurso bastante recorrente à época. Os delegados empreendiam a vigilância principalmente para com os casais que agiam com a falta de decoro em via pública, praticando relações sexuais em locais como o Açude Novo, nas imediações do Shopping Center, Avenida Canal e Açude Velho, áreas onde circulava diariamente pessoas de todos os níveis sociais. Observou-se, também, que a inquietação e/ou especulação por parte das populações referente às medidas coercitivas empreendidas por aquelas autoridades de poder, a tal ponto de o delegado citado justificar-se e

casamento e a ameaça de terminar o namoro se [os] desejos [dos acusados] não fossem satisfeitos [...]” (PARAÍBA, 1972e), a virgindade das moças atestada pelo exame de conjunção carnal e confirmada por testemunhas, inexperiência da “vítima” e sua confiança no ofensor, menoridade comprovada pela certidão de nascimento e conjunção carnal comprovada pelo auto de corpo de delito. A partir da segunda metade da década de 1960, em particular no início de 1970, quando houve um alto índice de casos de sedução na Paraíba, os quais chegavam à Justiça e eram noticiados pelos jornais do estado, percebe-se a recorrência de discursos, por parte de promotores, juízes e advogados, acerca da necessidade de criarem outras conceituações dentro da lei sobre o crime de sedução que dessem conta das novas demandas. Isso porque, segundo os homens da lei, o modo como era definido o crime de sedução pelo art. 217 do Código Penal Brasileiro não correspondia mais às formas de comportamentos das moças da época que, durante anos, estariam deixando-se seduzir sem o menor recato ou pudor, tampouco considerando a promessa de casamento.

Noções caras no sumário de crimes de sedução, como “honestidade”, “honra sexual, moral e social”, “virgindade moral”, eram constitutivas de um conjunto de juízos morais que mantinham uma relação estrita com os crimes sexuais entre as décadas de 1950 a 1970. A “virgindade moral” figurava um elemento que se tornava mais importante que a “virgindade física”, ou seja, mesmo que a moça perdesse a virgindade, se ela se preservasse de forma recatada com os pais, vivendo “honestamente” com a família, ela poderia galgar uma fama de boa conduta honrada e, portanto, angariar um casamento que, além de limpar seu nome, poderia oferecer-lhe amparo financeiro e constituição de uma família. Isto é, segundo a maneira de avaliar, a moça casada ascenderia de vida, de status naquela sociedade, tanto em termos morais quanto financeiros.

O sentido de honra sexual significava a integridade da anatomia física, entendida como a intangibilidade do hímen e/ou “pureza sexual” feminina. A “virgindade” estava associada à juventude, ao viço, à “[...]”

---

explicar mediante reportagens em rede local o porquê das “providências tomadas junto àqueles casos”. Vigiar e punir se tornaram, dentre aquelas técnicas de controle visando à reeducação sexual dos casais, um conjunto de procedimentos estrategicamente pensado e posto em prática para modificar os/as infratores/as ou os chamados delinquentes em termos de códigos de condutas e/ou postura, com vista à tranquilidade do corpo social do estado da Paraíba.

flor branca e fresca, à flor da mocidade, aos lábios viçosos como as flores”, à graça juvenil, ao leito virginal de pura essência Tal noção era descrita como sinônimo de “honra sexual” e entendida, por parte de algumas mães e filhas, como um patrimônio moral, um bem jurídico e valor social que as jovens supostamente possuíam por serem pobres e não terem sido instruídas conforme as filhas dos ricos ou abastados da época. Frequentemente, a expressão “patrimônio mais valioso” (PARAÍBA, 1953e) era utilizada em referência à virgindade das moças, isto é, moeda de troca, um valor comercial que podia ser barganhado de modo sutil e discreto; contudo, a ideia de patrimônio não se tratava somente da possibilidade de as moças ascenderem de vida, tendo em vista que os acusados tinham melhores profissões e bens materiais que elas, mas o que estava em jogo era também o sobrenome de casada. A moça virgem que chegava até os trinta anos de idade sem casar tornava-se alvo de piadas por parte da família e da vizinhança, considerada uma solteirona, ela teria “ficado no caritô”, leia-se, “ficou para titia”. Nesse caminho, fazia-se necessária toda uma vigilância rigorosa por parte das mães para que as adolescentes preservassem o hímen intacto, mantendo sua “pureza”, visando a garantia de um casamento com homens de “bom conceito”, provedores das despesas da casa e, sobretudo, mantenedores e protetores da honra familiar (SANTOS, 2008a). Tratava-se aqui de maneiras de ver um conjunto de práticas e regulamentos pedagógicos instituídos por homens que detinham o saber e o poder para ditarem regras acerca do domínio da sexualidade referenciado por normas cristãs. Aqueles sujeitos de poder reproduziam as condições de possibilidades acerca de como as adolescentes deveriam se portar sexualmente por meio do enfrentamento das estratégias constitutivas em torno da prática sexual criadora e, ao mesmo tempo, restrita ao casamento. Como afirma o historiador Iranilson B. Oliveira, desde a primeira metade do século XX, o matrimônio “era entendido como uma estratégia tanto política quanto econômica” (OLIVEIRA, 2002, p. 293).

Assim, pode-se observar como emergiam, regularmente, dos discursos de advogados, promotores, juízes e médicos, atributos que possibilitam problematizar como eram estabelecidas hierarquias morais entre as chamadas jovens “puras” e as “desonradas”. Termos como “recato”, fidelidade, virtude, bons procedimentos, excelente comportamento moral, bem como a noção de pudor aparecem regularmente visando a constituição de conduta das adolescentes que davam queixas por crimes de sedução. Em alguns documentos, encontramos inquirições a professores para saber se tais alunas eram aplicadas, estudiosas, assíduas nas aulas, de bom comportamento

(PARAÍBA, 1970a) e se respeitavam as professoras. Dessa forma, associava-se a “honra moral” às disciplinas do corpo e às formas pelas quais as moças eram pedagogizadas pelos professores ou educadores.

Os signos que constituíam o termo honestidade aparecem como um código específico, supondo recato, conduta irrepreensível, “consciência sem jaça” (PARAÍBA, 1970a), isto é, isenção de mácula na reputação, sugerida como sinônimo do pudor, que fundamentava a noção de “honra moral”. Tais termos associados à honestidade perpassam intensamente todos os tipos de crimes investigados aqui. Essas formas de enquadramento não estavam vinculadas somente aos discursos dos juristas do estado da Paraíba, isto é, não eram específicas daquele espaço social, tampouco daquela temporalidade. Desde fins do século XIX, já ecoavam os significados relativos à honra, à virgindade e à honestidade como política moral e sexual de controle e moralização dos costumes organizados no seio da sociedade brasileira, tal como se pode perceber em vários trabalhos no país voltados para a análise da honra sexual.

Ao selecionar noventa e nove processos-crimes de defloração, estupro e atentado ao pudor, no Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, Martha de Abreu Esteves apresenta um confronto detalhado entre os discursos e as práticas jurídicas e o cotidiano das relações amorosas das camadas populares (ESTEVES, 1989). Em suas análises, a autora demonstra como a noção de honra estava atrelada à virgindade e ao ideal de casamento, tal como na sociedade da Paraíba da segunda metade do século XX. Segundo ela, apesar de a política de controle sexual ter se iniciado na elite e se expandido para as camadas populares, não teria sido assimilada da mesma forma por todos os segmentos sociais, visto que os comportamentos sexuais das chamadas “meninas perdidas” teriam desafiado os alicerces da sexualidade burguesa (ESTEVES, 1989). A autora ainda diz que, embora os registros façam menção indiretamente à noção de honra, o termo em si foi poucas vezes citado nos 88 processos pesquisados, o que se difere em grande medida dos 472 processos sobre crimes de sedução catalogados para a construção desta tese, em que a noção de honra aparece de forma direta em quase todos os discursos.

A noção de honra referia-se a modelos normativos pautados pela obediência aos pais e às mães, no interior dos lares, e defendia o pudor e recato nos espaços públicos. Envolvia também valores sociais relativos “à boa reputação”, “aos bons procedimentos”, “bons princípios e boa formação”, ao “bom conceito”, entre outros. Baseados na doutrina cristã, pais e mães procuravam convencionar os limites tradicionais do

pudor, colocando-os como indispensáveis às condutas e aos comportamentos femininos.

A “honra social”, uma prática discursiva de juízes, promotores e defensores públicos, indicava dois sentidos voltados tanto para a família quanto para a sociedade e, de modo geral, aparecia associada a um conjunto de qualificações relativas às mulheres, que inscreviam sentidos em seus corpos, estabelecendo códigos de condutas sexuais e morais. Para os magistrados, a exposição da família nos crimes sexuais gerava uma visão negativa frente à sociedade, muitas vezes significava um ultraje, uma vergonha, em particular nos casos em que os pais detinham certa visibilidade por terem melhor poder aquisitivo e profissão reconhecida. Crimes dessa natureza afetavam a dignidade das vítimas e sua reputação no meio social. Muitas vezes, nesses casos, era preferível o silêncio à publicidade em um processo.

Os registros jornalísticos sobre os crimes de estupro ocorridos em todas as cidades do estado superam o número encontrado nos autos no mesmo período em questão. Isso é um indício de que nem todos eram denunciados nas delegacias e, por conseguinte, em juízo. Muitas famílias preferiam o silêncio à exposição das imagens de suas filhas na “boca do povo”. Algumas das vítimas de estupros levavam dias e até semanas para denunciar as formas de violência nas delegacias, o que demonstra possivelmente o receio ou a vergonha de se expor. Deve-se considerar ainda que nem sempre os acusados eram punidos pela lei.

Na segunda metade do século, o sentido de honestidade não dizia respeito somente às vítimas, mas também ao procedimento moral da família; levava-se em consideração o fato de não serem os pais separados e serem casados civilmente. Em 1951, observa-se o depoimento da testemunha Julia Maria, solteira, 50 anos, agricultora, que dizia: “[...] os pais da ofendida são pessoas honestas; a menor continua honesta, vivendo com os pais honestamente” (PARAÍBA, 1951b). A ênfase na honestidade significava dizer que, depois da perda da virgindade, a “ofendida” preservava-se no recato do lar, não saindo sozinha, tampouco à noite, e não mantendo namoro ou relação sexual com ninguém. Somente dentro dessa lógica ela poderia ter o amparo da Justiça e futuramente ter a chance de casar-se com outro que a aceitasse como “uma mulher”, leia-se: não virgem.

Observa-se, então, o papel fundamental que detinha a família no processo de crime de sedução. Ao historicizar o conceito sobre família patriarcal e burguesa, com base respectivamente na literatura de Gilberto Freyre e no jornal *Diário de Pernambuco*, da cidade de Recife, Iranilson Buriti de Oliveira mostra como, desde as décadas de 1920 e

1930, a “[...] defesa da honra era observada como uma marca de superioridade moral e civilização avançada.” (OLIVEIRA, 2002, p. 293). O autor demonstra como as elites políticas, profissionais, intelectuais e as autoridades públicas da época consideravam a defesa da honra da família e da sua tradição um fator importante para “civilizar” a República Brasileira. Nesse caminho, os vários sentidos que compõem a noção de honra familiar eram, desde a primeira metade do século XX, constitutivos da ideia de “[...] mulher devota, ordeira, submissa e recatada, policiada pela igreja [...]” (OLIVEIRA, 2002, p. 293), por meio do altar e do confessionário, e pelo Estado, através de juristas conservadores que elaboraram o Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916 (OLIVEIRA, 2002, p. 292), códigos

[...] centrados em princípios moralistas que naturalizavam a diferença entre os sexos, inscrevendo aquelas que não preenchiam os requisitos estipulados pela natureza na geografia da anormalidade, do pecado e do crime. (OLIVEIRA, 2002, p. 292).

De outra parte, segundo o autor,

uma mulher desonrada ‘ofendia’: a) à autoridade paterna; b) às normas estabelecidas pelo discurso católico quanto ao casamento e ao batizado; c) à reputação pública da família; d) a sua própria integridade moral; e) ao patrimônio familiar; f) ao Estado. Pudor e fidelidade eram requisitos exigidos de uma mulher honrada. (OLIVEIRA, 2002, p. 293).

A essa sensibilidade estava atrelada a ideia de que “[...] a modernidade recifense com todos os seus passos de atração [...] era às vezes, responsabilizada como a causa da desconstrução do estereótipo da mulher ‘honrada’ e do aumento dos desajustes sociais [...]”. Em função do discurso moralizador, os jornalistas “[...] empenhavam-se em reafirmar o lugar-comum do feminino, amedrontados com a visibilidade que a mulher havia ganhado [...]” nas primeiras décadas do século XX. Segundo Oliveira, a intervenção de pais e mães nos casos amorosos transformava-se, muitas vezes, em crime justificado pela vingança em defesa da honra das filhas. O autor pondera ainda que qualquer menção ao movimento sufragista das décadas de 1920 e 1930, que permitisse às

mulheres “construir um estatuto de singularidade, que apontasse para uma fuga ao padrão instituído, era punido, pois era ‘perigoso’ [às mulheres] inventar uma outra relação com o seu corpo [...]” (OLIVEIRA, 2002, p. 294).

Ao que tudo indica, o lugar de inteligibilidade dos juristas e jornalistas das três primeiras décadas, na segunda metade do século XX, não tinha sido reatualizado e/ou modificado. Observa-se o funcionamento de certa continuidade discursiva voltada para a feminização da “honra” e da “moral”, indicativa de um conjunto de valores e regras de condutas propostos às mulheres e em relação aos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970. Entre aqueles *dispositivos*<sup>28</sup> de poder, encontravam-se as Igrejas Católica e Protestante, a família, as instituições educativas, a justiça e os letrados, prescrevendo certos princípios pautados pela ideia de moralidade pública e dos “bons costumes”. Ao tentar combater o perigo da feminização nos espaços profissionais, por exemplo, buscava-se particularmente a pedagogização sexual das jovens contra a “depravação” e a “corrupção sexual”, vistas como sensibilidades às mudanças de ordem política e social pelas quais passava o país naquele momento, para que os lares fossem preservados e respeitados frente “aos novos tempos modernos” vigentes. Dentre os princípios requeridos pelas moças, estava a igualdade como sujeito de direito, que comprometeria, nos discursos dos juristas, a “honra moral”, caracterizada por eles como “moralidade social”.

À medida que os jornais divulgavam as notícias do dia a dia, a lista de moças defloradas e estupradas compunham as páginas dos periódicos no estado da Paraíba. As denúncias feitas pelos pais desesperados, contidas nos maços de inquéritos, chegavam às delegacias solicitando aos “santos casamenteiros”,<sup>29</sup> como eram chamados os

---

<sup>28</sup> Entende-se por dispositivo um conjunto de práticas e mecanismos – “elementos linguísticos e não-linguísticos, instituições políticas e jurídicas, edifícios, leis, medidas, proposições filosóficas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas”. (FOUCAULT, 1979, p. 244). O dispositivo consiste na rede que se estabelece entre todos os elementos citados. Entre esses elementos, discursivos ou não, coexiste o jogo, a trama, a encenação, as mudanças de posição, as modificações de funções que podem ser distintas ou semelhantes.

<sup>29</sup> “Santo Casamenteiro Antonio Miguel tem em mãos outro caso de sedução”. *Jornal da Paraíba*, nº 718, p. 7, 25 jan. 1974; “Sedução de menores leva os pais à polícia para tentar casar os autores”. *Jornal da Paraíba*, nº 356, p. 7, 9 nov. 1972; “Mãe aflita procura polícia para fazer o casamento de sua filha

delegados mais conhecidos, os casamentos de suas filhas em “defesa da virgindade”,<sup>30</sup> ou, diga-se, em nome da “honra sexual e moral”. Nessa perspectiva, várias imagens eram construídas e difundidas acerca das “moças honestas” e “desonestas”, um conjunto de sentidos e nomenclaturas que possibilita perceber como se davam as variadas formas de violência concernentes às desigualdades de gênero.

## 2.1 “PROFANAÇÃO DA HONRA”

Com base em discursos de juristas, jornalistas e testemunhas, as personagens que compunham aquela paisagem social, política e cultural figuram imagens de homens e mulheres traçadas, perfiladas, imaginadas, emolduradas, (re)inventadas. Imagens discursivas deixadas através de seus vestígios textuais ou textualizados, que ganham sentidos e/ou significados por meio da linguagem, da reconstituição de suas ações, seus comportamentos e suas práticas sociais. Por essa razão, suas histórias são narradas aqui como atividade humana sob a forma de práticas discursivas ou como representações culturais que circulavam naquela paisagem social.

As adolescentes pobres, de idade entre 13 e 18 anos, eram registradas como pardas, brancas ou negras, analfabetas ou que sabiam assinar apenas o nome. Elas trabalhavam como empregadas domésticas ou em serviços de casa. Algumas delas eram nomeadas como moças prendadas em afazeres domésticos quando o exercício de suas atividades restringia-se ao interior dos lares. Outras profissões<sup>31</sup> aparecem, como porteira em consultório médico, costureiras, operárias do Sanbra,<sup>32</sup> atendentes no comércio e agricultoras. Uma profissão que aparece em destaque é a de vendedora, como Nalda, 16 anos, branca, estudante, que tentou suicídio por “não ser mais virgem” (PARAÍBA, 1972c), no ano de 1972, em João Pessoa. Somente uma pequena parcela delas é mencionada como estudante. Há registro de uma funcionária pública, Fátima, 21 anos, solteira, branca, alfabetizada, que registrou queixa na Delegacia de Costumes, por difamação (PARAÍBA, 1974e), cujo

---

menor”. *Jornal da Paraíba*, nº 358, p. 7, 11 nov. 1972; “Mãe aflita quer casamento da filha”. *Jornal da Paraíba*, nº 453, p. 7, 10 mar. 1973, entre outros.

<sup>30</sup> “Mulher diz que matou o marido para defender a virgindade de sua filha”. *Diário da Borborema*, Campina Grande, nº 3770, p. 1, 11 maio 1969.

<sup>31</sup> Cf. tabela das profissões das “ofendidas” e dos acusados nos Anexos.

<sup>32</sup> Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.



resultado do exame de conjunção carnal constatou que ela era virgem, no ano de 1967, naquela mesma cidade.

As “moças honestas” eram enquadradas como “moças direitas e de certos princípios”, “[...] recatadas e de bons costumes, dotadas de pureza, de ânimo capaz de fazê-las crer na realidade da promessa vulgar [...]” (PARAÍBA, 1953c) de seus sedutores. Inconfessáveis desejos teriam de ser omitidos devido às regras da noção de honra e em defesa da virgindade. Elas tinham de se apresentar como pudicas, de boas condutas, sinceras, inexperientes, simples, calmas e retraídas (PARAÍBA, 1976c), suscetíveis ao engano, à ilusão. Sensíveis às paixões e confiantes no afeto de seus companheiros: “[...] respeitava-o e tinha nele esperança de contrair matrimônio, seu sedutor dava esperança de casar com a declarante, visto que demonstrava em seus gestos ver nela seu único amor [...]”. (PARAÍBA, 1953g). Ou seja, nesse discurso, as adolescentes não teriam outra possibilidade, senão a da passividade. Elas deveriam ainda sair acompanhadas pela mãe ou pelo pai, não tendo nem mesmo amigas, não podiam frequentar sambas, bailes ou festas noturnas, tampouco retornar às suas casas tarde da noite (PARAÍBA, 1953c), tinham ainda de ser reconhecidas no meio da vizinhança, entre parentes, vizinhos e amigos/as como moças virgens (PARAÍBA, 1951a) e de boa fama. Tratava-se de formas políticas instituídas e legitimadas, prédicas constitutivas da noção de conduta moral das moças, as quais deveriam ser conduzidas pela família, pelo Estado, e por homens que detinham o poder de falar em nome delas.

Segundo os discursos jurídicos que, por sua vez, buscavam estabelecer modos de ação mais ou menos refletidos e calculados sobre as atitudes das adolescentes, estas tinham de preservar a si mesmas por meio de “[...] bons predicados morais [...]” (PARAÍBA, 1972b) pelos quais teriam de se mostrar como “[...] ignorantes dos fatos da vida sexual [...]” (PARAÍBA, 1972b) e das “[...] maldades do mundo, despercebidas das ciladas dos homens [...]” (PARAÍBA, 1972e). Essas moças aparecem também submetidas a certas posições subjetivas que fixavam limites às suas condutas, tratava-se de uma relação de violência que agia sobre maneiras de existir, sobre o seu corpo, sua vontade: “[...] a ofendida era moça pacata, de bom comportamento, não se tratando de moça pervertida”, “[...] era moça muito nova e ainda tôla” (PARAÍBA, 1955), “[...] destituída da experiência que somente possuem as jovens dedicadas aos namoros” (PARAÍBA, 1953e). Ou seja, as formas de comportamento eram estabelecidas com base em tecnologias de enquadramentos juridicamente inventados dentro da perspectiva de uma sexualidade considerada normal ou anormal, visando a que deveria ser

aceita ou excluída do seio das famílias e, por conseguinte, do meio social. Assim, os julgamentos de crimes sexuais tornavam-se oportunidades da Justiça para pedagogizar os comportamentos sociais frente a outras formas de experiência que emergiam com as mudanças políticas e culturais durante as décadas de 1960 e 1970.

Em seus raros testemunhos, durante os cerimoniais forenses, alguns sedutores qualificavam a imagem das “ofendidas” de forma positiva, de acordo com o que era relevante para o amparo da lei e também segundo o “espírito” da época (BLOCH, 2001, 21): “[...] nunca procurou seduzir a dita jovem, em virtude de a mesma ser uma moça direita e de certos princípios, informa nada ter cometido contra a honra [...]”, “[...] sua conduta civil e moral sempre foi ótima” (PARAÍBA, 1977a), “[...] a menor é moça realmente ingênua” (PARAÍBA, 1960a). Algumas poucas delas eram descritas pelos acusados como meninas ingênuas, calmas e desprovidas de qualquer vaidade (PARAÍBA, 1953a). Nessa mesma lógica, para os juristas, travava-se de “jovens sonhadoras, de temperamento sugestionável, sem nenhuma experiência da realidade viam [nos acusados] o futuro esposo, o homem destinado a fazê-las felizes[...]” (PARAÍBA, 1960a). Em outras palavras, a felicidade dependia da condição do casamento e da procriação. A profissão viria em segundo ou terceiro plano, isso nos casos em que os maridos permitissem que suas esposas trabalhassem fora de casa. Nessa perspectiva, o governo das condutas das jovens passava pelo campo de pensamento e ação do outro, maridos e juristas. O modo de ação, daqueles que apareciam como sendo seus adversários na Justiça, os acusados, implicava a violência normalizadora que restringia a ação voluntária e criadora da vontade de suas namoradas ou esposas.

O escritor Cristino Pimentel, que viveu entre 1897 e 1971, adjetivou essas moças como casadoras, sempre com um sorriso nos lábios a procura de uma conquista ideal (PIMENTEL, 2001, p. 66). A reprodução desses estereótipos por parte de acusados e letrados acabava por reforçar tipos de comportamento que aquelas moças tinham de ter frente à sociedade.

Como pregadores/as da chamada virtude em juízo, muitas testemunhas encarregavam-se de relatar sobre a vida pregressa das jovens, destacando sua opção religiosa ou não. A esse respeito, a noção de honestidade aparece de modo ampliado, associada ao campo moral e religioso, visto que essa opção corroborava para a construção das imagens das “ofendidas” nos rituais de julgamento. Em 1967, Maria Costa, 18 anos, solteira, doméstica, depondo em favor da menor Elza,

16 anos, solteira, afirmou que a “[...] conhecia há vários anos, ou melhor, desde a sua infância [...], que frequentara a escola nesta cidade, demonstrando interesse pelas letras [...]” (PARAÍBA, 1967a). Buscava-se, assim, ancorar a formação educacional da menor à sua conduta ilibada conhecida pela comunidade. A honra moral estava associada à formação educacional e religiosa. Em 1960, o juiz de Direito da comarca de João de Pessoa, M. L. de F., em seu mandado de citação, afirmou:

A menor, moça recatada, educada num lar honesto e digno, de ótima formação moral e religiosa, frequentando os melhores educandários da cidade, do melhor conceito, digo, educandários da cidade, onde sempre gozou do melhor conceito, e dessa jovem sonhadora, de temperamento sugestível, sem nenhuma experiência da realidade, que via no querelado o futuro esposo/ o homem destinado a fazela (sic) feliz (PARAÍBA, 1960a).

Segundo o depoimento de uma das testemunhas, a “[...] vítima era uma moça muito recatada enquanto fazia parte da religião protestante,[...] depois que afastou-se da igreja virou a cabeça”[...]. Embora esses discursos normatizantes, apoiados em procedimentos, ditassem certas noções de honestidade/moralidade, por meio de uma rede de mecanismos de controle religioso, acabavam por assegurar e reproduzir, ao mesmo tempo, condutas que destoavam de tais preceitos. Pertinentes são as palavras de Iranilson Buriti Oliveira a esse respeito ao tratar da década de 1930:

[...] é policiada em suas atitudes por uma rede de saberes, dentre os quais, situa-se o pensamento de base católica, que ordena a mulher, controlando seus gestos, seus desejos, suas emoções através de formulas ‘sagradas’. Santuário, altar e púlpito fervente são metáforas utilizadas para amedrontar o ‘sexo frágil’ e alertá-las do perigo da desterritorialização, visto como desagregadores de lares (OLIVEIRA, 2002, p. 280).

De modo estratégico ou não, o caso é que aquelas tentativas de controle também atuavam de modo inverso: quanto mais os mecanismos de poder tornavam visíveis as travessuras engenhosas das moças, cada

vez mais emergiam formas de estimular o sexo precoce e a obstinação para que provassem ilhas de prazer fora dos padrões da sexualidade impostos pela Igreja Católica. O regime daquelas normas acabava por dar visibilidade àquilo que se buscava controlar, conforme veremos no quarto capítulo, “Sujeitos de ações e desejos”.

O jogo de virtudes que ali era exigido tinha ressonâncias nas formas de educação. Por meio dos inquéritos policiais, os delegados buscavam investigar as “ofendidas” via seus/suas professores/as e seus boletins escolares: “A filha da ora postulante, é uma moça do mais alto nível, de conduta inteiramente ilibada, estudando a 8ª série no colégio [...] sendo por todos querida e respeitada.” (PARAÍBA, 1953a); “A menor sempre foi moça ingênua. A moça leva uma vida honesta em companhia da mãe, estudava no colégio Rogers, que é exclusivo para meninas.” (PARAÍBA, 1971f). Em 1960, um promotor solicitou o boletim de uma menor, nele dizia:

Atesto que Diana cursou nosso estabelecimento desde o Jardim da infância até a 2ª série ginasial, dele saindo livre e [por] espontânea vontade para seguir o curso Comercial, em virtude de não haver o referido curso neste Educandário. Durante este período demonstrou sempre boa moral e digna conduta (PARAÍBA, 1960a).

As “moças honestas” tinham que ter poucas amizades e, diferentemente das “desonestas”, seus pais eram responsáveis por manter uma estreita e constante vigilância para preservar suas filhas virgens até o dia do casamento, quando, a partir daí, a responsabilidade sobre suas condutas morais/sexuais passaria para os maridos. As mães, em especial, eram vistas como guardiãs da virgindade. Sob a responsabilidade das genitoras estavam a administração doméstica e a educação das filhas, com sérias restrições ao namoro, procurando exercer certa vigilância sobre elas (PARAÍBA, 1968b), pois como afirmam Maluf e Mott, o consumo de técnicas normatizantes, higienistas, urbanísticas, de certos tipos de vestimentas e modos de portar-se foram absorvidos de formas desiguais pelas diferentes regiões e cidades de todo o país (MALUF; MOTT, apud NOVAIS, 1998, p. 400). Num auto de 1960, a testemunha Vasco Carvalho de Toledo, casado, funcionário público, em depoimento em favor de Dione, 17 anos, branca, estudante, alegou que

[...] a mãe a vigiava permanentemente, tendo assim conhecimento do namoro [...]. Sabe que ela teve dois namorados e em ambos os namoros sofria a vigilância de sua mãe, tanto que quando saía de casa, notava que o casal de namorados, ao passear na calçada, estava sob os olhos da mãe [...] (PARAÍBA, 1960a).

Além das modalidades educacionais e religiosas que, em tese, passava por um regulamento meticuloso, as adolescentes tinham que ter tido apenas um único namorado para serem enquadradas como honestas. Essa exclusividade fazia parte do elemento jurídico, o que significava que elas não tinham sido corrompidas pelo prazer sexual, e que, portanto, mantinham-se castas. Os juristas deixavam claro que, quanto menos contatos físicos, carícias ou beijos intensos ou prolongados com os namorados, menor o ensejo para os ímpetos sexuais. Informações acerca da sexualidade eram apropriadas daqueles discursos, tanto pelos depoimentos das jovens quanto pelas declarações de pais, mães e testemunhas. Quando elas expunham suas histórias de como foram defloradas, eram inquiridas sobre suas intimidades amorosas e paixões, a respeito de suas vidas, sem timidez, sem proibição de sentimentos e sensações, sem segredos. Os seus testemunhos figuravam o momento da suposta confissão daquilo que era compreendido como pecado. Naquela encenação, percebia-se uma vontade de saber. As moças eram incentivadas, por meio de perguntas tanto da promotoria quanto dos advogados de defesa, a narrarem suas tramas de dor, ciúmes e brigas, seus dramas e suas aventuras para delegados, promotores e juízes, para os peritos no ato da realização dos exames de conjunção carnal, constituindo-se ali um campo de várias interpretações acerca do que lhes teria ocorrido. A liberdade que tinham para falar sobre sexo encontrava-se relacionada à honra de um preceito jurídico/político, coexistindo ali duas balanças para medir o nível de moralidade entre um fragmento de frase e outro, entre palavras ditas sobre suas trágicas histórias que teriam vivenciado em um dado momento de suas vidas infames. Elas só discorriam sobre aquilo que lhes era perguntado, “[...] sua palavra [era] cortada quando a narrativa, a critério das autoridades, não era pertinente para o esclarecimento dos fatos. Seu discurso deve[ria] ajustar-se ao padrão de identidades sociais vigentes [...]” (FAUSTO, 1984, p. 24).

As perguntas eram elaboradas estrategicamente de antemão pelos sujeitos jurídicos acercado que eles gostariam de saber e do que elas teriam de dizer. Com base em relatos de histórias já ocorridas,

formavam-se ali teias de significados que convergiam em certos modelos de portar-se, inscritos em nomenclaturas para representar as ofendidas frente às cerimônias judiciais. À medida que os juristas iam compilando as declarações das menores, produziam-se “verdades” sobre os crimes. Eles filtravam os depoimentos e, em seguida, nomeavam o ato de crime sexual, retendo de modo interessado aquilo que elas diziam sobre si e sobre seus companheiros. Disso resultavam outros sentidos associados às formas múltiplas de comportamento das mulheres.

O número de relações sexuais também era premissa importante para a denominada honestidade ser filtrada, esse número pode ser encontrado em quase todos os casos analisados sobre crimes sexuais, inclusive nos de estupro. Por meio da regularidade das respostas das jovens, é possível perceber como os juristas perguntavam frequentemente sobre a quantidade de relações sexuais que elas tiveram após o defloração, com o objetivo de identificar ou não se houve corrupção de conduta, visto que isso se referia à vontade desenfreada de desejos que deveriam ser sufocados ou contidos. Há uma referência ao fato de como a quantidade de vezes era importante para alguns dos sedutores: “[...] que sabe de ciência própria que foi onze vezes; que certa vez Antonio escreveu e colocou na mesma carta um dístico ‘Apollo 11’ lembrando que teve relações onze vezes”. (PARAÍBA, 1969b).

Em seus depoimentos, as ofendidas eram questionadas acerca da prática sexual, dando indícios valiosos de sua virgindade atestada pelo sangue vaginal. A intensidade das dores e o excesso de sangue era algo regular nas narrativas das moças, com base nisso, os promotores buscavam sugerir ou atestar a “verdade” sobre a virgindade delas: “[...] quando o pênis entrou em sua vagina, ela sentiu muitas dores, como também saiu muito sangue”. (PARAÍBA, 1971d). Objetivava-se saber se as menores tinham se corrompido pelo prazer, tomado gosto pela atividade sexual logo após o primeiro ato, se sentiam desejos ou experimentavam sensações como o gozo, inclusive se acontecia mais de uma vez. Em qualquer dessas situações, a sexualidade ocupava o palco central no teatro do Judiciário, sobrecarregado de regras e questionamentos, o que poderia sugerir ser demasiadamente corrupta a honra moral das mulheres. Essa assertiva pode ser percebida em uma ação datada de 1966, na cidade de João Pessoa. Trata-se de Rita, 18 anos, ora parda, ora negra, doméstica, alfabetizada, deflorada por Nóbrega, 21 anos, solteiro, alfabetizado, comerciário, negro.

Da segunda para terça de carnaval, ainda teve relações sexuais com Nóbrega, desta feita perto do

Grupamento de Engenharia, voltando mais uma vez, após o Colégio, para o Independente Atlético Clube, diversas vezes tiveram relações sexuais, sendo várias vezes na praia de Bessa, e umas cinco vezes em sua própria residência, quando sua genitora se achava fora de casa, ficando apenas dois sobrinhos menores, que no dia 22, ela resolveu passar uns dias na casa de Nóbrega, que durante o tempo em que esteve na casa da genitora do acusado, teve relações sexuais com ela, oito vezes, que após oito dias, resolveu regressar a sua residência. Que em contato com a ofendida, Nóbrega alegou que ‘não era pedreiro para tapar buraco’. A última vez que teve relações sexuais com ela declarante foi no dia 3 de agosto. Nóbrega alegou que não casaria com a mesma em hipótese alguma, preferindo mil vezes uma mulher de vida fácil (PARAÍBA, 1967b).

Assim, o que caracterizava as “mulheres honestas”, dentre outras práticas significantes, era o fato de não sentirem desejos sexuais por seus namorados, especialmente fora do casamento. Na visão dos juristas, era preciso não dar vazão aos impulsos sexuais, resistir às pressões, mesmo em situações de intensas “carícias e promessas de amor” em locais sugestivos como o “ambiente da noite ao pé do mar” (PARAÍBA, 1967b).

É possível perceber, por meio das narrativas contadas pelas chamadas “ofendidas”, como antes do ato sexual havia o estímulo de carícias preliminares, jogos de sedução, atos, gestos, contatos que lhes proporcionavam certa forma de prazer. Havia certos prazeres que elas experimentavam na superfície do corpo. Os bilhetes e as cartas escritos pelas moças, assim como seus depoimentos, oferecem-nos indícios de como algumas delas roçavam seus corpos, acariciavam-nos, intensificavam as regiões erógenas por meio do ato da masturbação, estimulando momentos de intensas sensações com seus namorados ou companheiros e concebendo a reciprocidade do prazer entre eles/elas. Algumas se permitiam ser acariciadas nos seios, nas coxas e no órgão genital, chegando ao orgasmo várias vezes em um mesmo dia. Outras praticavam o ato sexual até cinco vezes em um dia, demonstrando iniciativa no jogo ativo e passivo da penetração.

Em suas alegações de prévia defesa, no ano de 1973, o advogado E. E., contratado para defender Roberto, 19 anos, estudante, solteiro,

acusado de ter deflorado e corrompido Norma, 17 anos, negra, estudante, transcreveu cada detalhe extraído das testemunhas: “[...] que ele e Norma ficaram despidos, abraçando-se e trocando carícias durante uns dez minutos, contudo, não praticaram coito carnal devido ela se achar menstruada” (PARAÍBA, 1973d).

Na ocasião do testemunho de uma doméstica de 22 anos, solteira, analfabeta, no ano de 1973, na cidade de João Pessoa, que afirmou ter sido convidada pelo acusado para irem juntos ao baile no Clube Liga Social, na cidade de João Pessoa, para o qual teriam seguido juntos no trajeto – ela, o acusado, Norma, a “ofendida”, e um amigo de 18 anos, solteiro, estudante. O defensor apropriou-se das declarações da doméstica, citadas abaixo, para detratar a conduta da menor quando ela afirmou que, em certa hora da noite, os dois casais entraram em

um capão de mato que fica à margem da estrada, na parte mais elevada. Dali em diante, Maria teve relação sexual com Carlos, enquanto isso, Norma tinha com Roberto. Antes de Norma manter relação sexual com Roberto, disse que estava menstruada e questionou a declarante se tinha algum problema. Respondendo que não, culminaram com a prática da cópula. Após Roberto ter relações com Norma disse que era ‘chato’ se ter relação sexual com uma mulher doente, isto é menstruada. Depois de Norma manter coito carnal com Roberto, na mesma posição em que se encontrava, isto é, deitada no chão, chamou Carlos para ter com ela, relação sexual, alegando que Roberto não havia lhe satisfeito na cópula, tendo Roberto dito para Carlos, o seguinte: ‘eita Carlos, eu não perdia uma parada dessa!’. E Carlos foi e mantêve o ato sexual com Norma. Mesmo de já haver mantido relação sexual com ela declarante e com Norma, Carlos manteve, novamente, outra relação sexual com a declarante; enquanto a declarante mantinha a cópula com Carlos, já pela segunda vez, êle Roberto ficava abraçando Norma, e como Carlos perguntou para Roberto se ele estava novamente, mantendo o ato sexual com Norma, Roberto respondendo-lhe que não, disse que, apenas, ‘ganharava’ (sic) com Norma, foi quando esta também afirmou que não. Os atos sexuais não



eram mantidos logo em seguida do outro, e sim, depois, de algum tempo, tanto é que passaram cerca de duas horas, ou mais, para manterem as relações sexuais (PARAÍBA, 1973d).

Dentre as interpretações possíveis para o ocorrido, de acordo com o testemunho de quase três páginas da depoente, os juristas procuraram mostrar o que era permitido e o que era proibido, dentro do conceito da sexualidade normal e anormal, assim como o que era lícito aos homens e o que era ilícito às mulheres. O destaque àquela declaração era indicativo do modo pasmo com o qual, talvez, ficaram o promotor e advogado mediante o fato de ter a moça chamado outro rapaz para ter outra segunda relação sexual, “alegando que Roberto não havia lhe satisfeito na cópula”. O gosto sexual era visto como próprio da figura masculina e, com isso, os juristas empenhavam-se em demonstrar certas atitudes que não poderiam ser esperadas das “moças honestas”. Ao questionarem sobre quantas vezes “os atos sexuais eram mantidos”, se ocorreram “logo em seguida do outro”, ainda procuravam saber sobre a intensidade do prazer da jovem, as sensações de seu corpo, quantos movimentos sexuais ela teria realizado, as formas sutis de deleitação, o prolongamento e a qualidade do prazer, isto é, se o desejo sexual perdurou logo após a primeira satisfação sexual quando do ato de defloração: “depois, de algum tempo, tanto é que passaram cerca de duas horas, ou mais, para manterem as relações sexuais”.

Note-se ainda o discurso de incentivo de Roberto ao colega Carlos, ao dizer: “eita, Carlos eu não perdia uma parada dessa!”. Essa fala denota, de modo sutil, um enunciado de ordem cultural relevante de ser problematizado. O que pareceu estar em jogo não era o fato de os dois terem relações com a mesma moça, tampouco de Carlos negar-se a ter mais um prazer sexual ou ter que excitar-se novamente para satisfazer a si mesmo e à companheira do amigo, mas sim a ideia de que, dotado de um “membro viril” ou “pênis em ereção”, ele não poderia de modo algum abster-se daquela condição frequentemente requerida aos homens daquela sociedade. Como uma espécie de lógica moral, construída por eles mesmos, que estabelece como vantagem a quantidade de vezes que conseguiam manter relações sexuais com as moças virgens.

A provocação do amigo mais parecia uma advertência que colocava em xeque o vigor sexual do outro por intermédio da articulação de um sistema de regras e práticas sociais inscritas para os homens em termos de sua sexualidade. Dizer “não” significava uma

covardia, uma distração e, mais do que isso, um descaso moral para com o outro que requeria que sua sexualidade fosse demonstrada e atestada. Desse modo, não se pode afirmar que não havia restrições à sexualidade dos homens, pois ela também era guarnecida por um conjunto de valores; porém, diferentemente do que ocorria com as moças, essas imposições mantinham uma lógica própria de (des)pudor. Eles eram tributários não do prazer feminino, mas da necessidade de autoafirmação da virilidade, que provava seu caráter como homens honrados também por meio da prática sexual, reconhecidos como parte de uma cultura em que se preservava o reconhecimento pessoal ou a amizade mediante essas afirmações.

Além disso, percebe-se que a preocupação dos juristas estava voltada para registrar os detalhes do acontecimento sexual, explanar com minúcia a intensidade e a qualidade das sensações dos/das envolvidos/as no campo desse prazer. Observa-se, assim, a necessidade de tudo dizer sobre o acontecimento de modo que não escapasse nenhum detalhe, em particular porque envolvia dois casais, evidenciando a curiosidade por parte dos homens da lei.

A partir da década de 70, observa-se que começavam a circular mais frequentemente nos jornais da capital e em Campina Grande um acentuado interesse por temas relativos ao sexo,<sup>33</sup> por parte dos letrados, e frequentes reportagens sobre a pílula anticoncepcional. Muitos dos debates em torno da sexualidade ocorriam correlacionados diretamente ao uso de contraceptivos. Algumas reportagens da época indicavam o sexo como forma de liberdade, livre de tabus, sugestiva de um “grito de escândalo”<sup>34</sup> que viria desmorrionar as convenções sociais. Tal como um importante fator social, a prática aparecia nos discursos de jornalistas como um passo para um mundo melhor.<sup>35</sup> Se a chamada revolução sexual, ocorrida nos Estados Unidos e na Europa, defendia a liberdade do corpo das mulheres, em particular nas décadas de 1960 e 1970, as moças da Paraíba pareciam estar bem adiantadas, pelo menos é assim que nos aponta a Justiça da época. Desde o início de 1950, percebe-se que elas pouco se importavam com a velha noção do prazer sexual atrelada à reprodução.

---

<sup>33</sup> “Médico explica por que escolheu tema para ‘TV’.” *Diário da Borborema*, Campina Grande, n. 2254, p. 2, 11 dez. 1964.

<sup>34</sup> “Por um mundo melhor: Sexo um fator social.” *Diário da Borborema*, Campina Grande, p. 5, 5 mar. 1970.

<sup>35</sup> “Por um mundo melhor: Sexo um fator social.” *Diário da Borborema*, Campina Grande, p. 5, 5 mar. 1970.

Nos EUA, o feminismo emergiu nos anos de 1960, incentivado em parte pelos direitos civis e pelas políticas do governo destinadas a estimular o potencial das mulheres, em especial no que dizia respeito às profissões e à universidade, rumo à expansão econômica (SCOTT, 1992, p. 67). Naquele momento, a retórica do movimento consistiu no direito de igualdade em relação aos homens, ressaltando o controle sobre seus corpos e suas vidas. Em 1966, de acordo com Joan Scott, delegados da *Conferência Nacional das Comissões Estaduais sobre a Condição da Mulher* votaram uma resolução dirigida “[...] para fazer valer a proibição contra a discriminação sexual [...]”. (SCOTT, 1992, p. 68), o que resultou na Organização Nacional das Mulheres. Ainda durante os anos 60, as faculdades, as escolas de graduação e as fundações começaram a estimular as mulheres a obterem PhDs, oferecendo bolsas de estudos e apoio financeiro

Nota-se também o desenvolvimento da medicina e da indústria farmacêutica no Brasil, o que permitia acesso a meios contraceptivos como a pílula e o DIU,<sup>36</sup> mobilizando discursos de médicos e sanitaristas naquele momento. De acordo com Joana Maria Pedro, a experiência com métodos contraceptivos ocorreu a partir do início de 1960 no país. A “geração pílula”, que emergiu entre as décadas de 1940 e 1950, conforme assinalou a autora, possibilitou rever uma questão política ligada às campanhas de planejamento populacional vinculadas à Guerra Fria. Temia-se o “perigo de superpopulação no mundo”. (PEDRO, 2003, p. 241). Houve algumas restrições acerca da inserção do método num primeiro momento, pois as mulheres alegavam vários problemas decorrentes do consumo, tais como: náuseas, dor de cabeça e tonturas, assim como alguma desconfiança acerca de sua eficácia para evitar filhos. As mulheres das categorias médias brasileiras aderiram cada vez mais ao uso do anticoncepcional, representando um mercado em crescimento acelerado, perfazendo uma média de 6,8 milhões de cartelas vendidas em 1970, aumentando para 40,9 milhões em 1980 (PEDRO, 2003, p. 241) no país.

No estado da Paraíba, a novidade não foi aceita de forma imediata. Somente a partir de 1965, a pílula passou a ser consumida no mercado. Vendida sob prescrição médica, deixava muitas mulheres insatisfeitas por causa da necessidade de visitas periódicas aos médicos. Para muitas casadas, a pílula era vista como desencadeadora de vários

---

<sup>36</sup> A pílula e o DIU foram comercializados no Brasil desde 1960 sem maiores entraves, diferentemente de outros países, como a França, que só liberou o consumo a partir de 1967 (PEDRO, 2003, p. 241).

problemas, como enjoos; desequilíbrios hormonais; desequilíbrios psíquicos, em razão do sentimento de culpa que alegavam ter por evitar filhos; reclamações, por parte dos maridos, em razão das visitas às clínicas em busca das receitas mensais. A esse respeito, encontramos várias reportagens sobre planejamento familiar e controle de natalidade relacionadas ao uso de pílula. Nessas reportagens, havia narrativas de insatisfações das jovens solteiras, que consideravam uma injustiça o fato de que somente as casadas podiam usufruir dos benefícios do contraceptivo de forma deliberada, sem restrições morais e/ou sociais, pois o uso passava a significar o meio mais eficaz de evitar a gravidez indesejada. Apesar dos embates em torno da pílula, alguns defendiam que o seu uso, assim como o da minissaia, seria irreversível. Ao que parece, nisso estavam certos. No entanto, deixava-se entrever que a educação moral conteria o abuso da pílula, ou seja, o seu uso deveria ter certos limites, em particular, para as moças solteiras.

Observa-se ainda que, tanto nos processos quanto nas reportagens jornalísticas, a noção de honestidade não era medida somente pela integridade do hímen, indo além do sentido físico ou anatômico. A produção daqueles discursos indicava o universo das condutas sexuais, entrecruzando práticas sociais, principalmente o casamento, visto por pais, mães, juristas, delegados, promotores, juízes e até mesmo pelos acusados como a solução precisa para a “reparação do mal” causado às “ofendidas”. Como afirma Maluf, mais que “[...] estabelecer uma relação conjugal, o casamento visava instituir uma união cuja finalidade era não apenas generativa, mas a produção de uma prole legítima”. (MALUF; MOTT, 1998, 388). Dizia o juiz A. F. G., citando Nelson Hungria, “[...] que o coito fora do casamento deve ser apontado como ato de libidinagem”. (PARAÍBA, 1975a), isto é, como prática sexual fora dos princípios da normalidade. Vários casos de defloração culminavam em rapazes “amigando-se”, como se dizia, com moças que, em particular, engravidavam logo após o ato sexual. Mesmo quando os namorados assumiam o compromisso de viver amancebados, alguns pais levavam o fato à Justiça, pretendendo que o acusado casasse legalmente com a filha. Isso significa dizer que não bastava que o rapaz se responsabilizasse pela moça e pelo filho; para as famílias que davam queixa nas delegacias, mais importante que o estado civil da menor era o nome de casada que ela passaria a ter naquela sociedade. O casamento civil, nesses termos, passava a ser um privilégio para as moças e um “sacrifício” para os homens, que eram obrigados pelos juízes a se casar, tal como dizia o promotor A. A., no ano de 1974:

O réu ainda vive com a vítima em concubinato sacramental. Naquele estado poético do jargão forense d'antanho, é o desfrute da ofendida como teúda e manteúda. Amor e amigação de casa montada. Xodó de cama e mesa, com muita responsabilidade do amancebado. Assim doutor Juiz, o senhor vai vendo que basta o palavrório porreta da lei, uns adjutórios da Justiça, a fim de precipitar o casório. A gente está na observância que o réu é um homem disposto aos maiores sacrifícios, tal como o enlace matrimonial (PARAÍBA, 1974a).

Nesse caso, a pena contra o réu detinha a função de pedagogizar a sociedade dentro dos parâmetros do casamento. Havia, assim, esse sentido de organizar as relações afetivas como forma de preservação social, ou seja, fazia-se necessário trazer os comportamentos sexuais à norma, às leis do Estado e da Igreja. Para a jurisprudência, a promessa de casamento consistia em um dos meios mais usuais para o emprego da sedução, o clichê era comum em quase todas as declarações das “ofendidas”, as quais acusavam os rapazes de jogarem com as armas que possuíam por meio de seus argumentos e da chantagem: “[...] se você satisfazer os meus desejos sexuais, eu casarei com você. Vejo que esse é o único motivo, pois mamãe não consente o nosso namoro” (PARAÍBA, 1967a). Em suas alegações finais de uma ação contra Camilo da Silva, 20 anos, casado, sem profissão, o promotor público A. J. de A., ao se referir a Ângela, 16 anos, estudante, alfabetizada, no ano de 1972, em Campina Grande, afirmou:

É muito bonito a gente ver uma coisa dessa. O sedutor casando-se, evitando-se o sofrimento de uma jovem danada de decente [...]. Nas alegações finais eu já dizia, moça decente como essa [moça], o que perdeu em hímen, ganhou em nobreza. Seduzida, abandonada, grávida, desembuchou e foi mãe, mantendo-se no respeito e na seriedade, como se cabaço tivesse. Muito mais donzela que muita moça por aí, de virgindade apenas himenal, tirando carta de decente e botando banca de honesta, mas por antecipação ornamentando a testa do marido futuro, incerto e desconhecido (PARAÍBA, 1972d).

Observam-se aqui alguns pontos de apreciação em termos de condutas morais esperadas das moças para subirem ao altar. É possível notar como o casamento, a monogamia e a sexualidade voltados à ideia de procriação eram reproduzidos como sendo fundamentais para a preservação da “honra moral” tanto da “ofendida” quanto da família. Havia todo um jogo da instituição familiar direcionado à castidade e à intimidade. Tal prática social indicava “[...] não só a união de dois sexos [diga-se, opostos], e sim a concretização de um sonho muito bonito e muito feliz que os mesmos tiveram um dia na sua mocidade, de formar um lar, ter filhos, constituir uma família [...]”<sup>37</sup>. O médico Adalberto Cesar reforçava a correlação entre o corpo da moça, a relação com o seu próprio sexo e com os valores de honestidade e virgindade que lhe eram propostos. Uma coerção que buscava impedir a prática da liberdade sobre o comportamento sexual das jovens supostamente seduzidas.

O discurso do promotor A. A. deixava entrever o ato de educar outras adolescentes seduzidas, que, mesmo defloradas, deveriam manter-se “decentes” e “nobres”, em estado de “[...] respeito e seriedade frente ao ultraje de esperança criminosa”. (PARAÍBA, 1972d). O sentido de honestidade, nesses termos, implicava o fato de não se relacionar sexualmente com outros rapazes. Esse sentido poderia ser preservado se elas contivessem seus desejos sexuais, visto que se abstendo dos “prazeres carnavais,” experimentariam um plano sagrado de vida, à espera das alegrias de uma união casta, se assim a sorte batesse a sua porta, dada a possibilidade de outra possível relação que desencadeasse em um casamento.

Os juristas questionavam frequentemente aos acusados se as moças mantinham-se ou não “honestas” depois do defloramento, isto é, se não tinham tido mais nenhuma relação sexual até a abertura do processo. Esse procedimento tinha como finalidade que os acusados contassem histórias sobre suas namoradas para que expusessem certos princípios morais defendidos por eles, veja neste exemplo:

---

<sup>37</sup> Entrevista com o ginecologista Adalberto Cesar, do Hospital Alcides Carneiro (IPASE), Campina Grande, concedida à TV Borborema, Canal 9. A reportagem fazia parte de uma sequência de palestras médicas, cujo tema era “Esterilidade Conjugal”, realizadas quinzenalmente no referido Canal em colaboração com a Sociedade Médica Local. Cf. duas reportagens, respectivamente: “Esterilidade Conjugal será tema de palestra”. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 10 dez. 1964; e “Médico explica porque escolheu tema para ‘TV’.” *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 dez. 1964, nº 2254, pp.1.e 2.

[...] não sabe informar se a vítima ao tempo em que mantinha relações com o acusado, também tinha congressos sexuais com outros [...], não sabe informar se a vítima está vivendo honestamente ou desonestamente, apenas sabe que a mesma está em companhia dos pais (PARAÍBA, 1956b).

Por meio das respostas dos rapazes, é possível extrair tais técnicas jurídicas empregadas no momento da abertura do inquérito.

Ao que parece, a conduta das moças era o que legitimava a acusação aos companheiros. O Poder Judiciário buscava analisar as práticas, vivências e experiências delas no meio social e familiar. Para que fosse válida a acusação, elas deveriam ser “irrepreensíveis” em seu modo de portar-se, dentro de uma espécie de liberdade vigiada. Percebe-se, então, como aquele sistema de inspeção e relatórios reforçava, frente aos próprios réus, a hierarquia de gênero entre as “honestas” e “desonestas”, funcionando como regras com fins pedagógicos e corretivos.

Tanto por meio das narrativas dos personagens que compunham o teatro da Justiça quanto dos depoimentos das moças, podem-se perceber pequenos gestos de transgressões visíveis, liberdades entrelaçadas que sugeriam algo de governo de si. Em suas declarações, elas eram mais inventivas e minuciosas na construção de suas histórias que os rapazes. Os registros apresentam-nos imagens de meninas astutas vagando pelas ruas das cidades, sem incômodo nem escândalo, burlando os códigos rígidos da vigilância materna/paterna, demonstrando formas de comportamentos que as diferenciariam das chamadas “honestas” da época. O decoro de suas atitudes colocava em cena certas formas de se portarem que, na visão dos homens da lei, as “moças honestas” não poderiam praticar se pretendessem ter o recurso jurídico como forma de “reparação da honra”, conforme discutiremos no quarto e último capítulo.

É a partir desse campo de correlações de força que juristas e testemunhas enquadravam mulheres em lugares sociais nos quais podemos observar desdobramentos. Fios que convergiam formando hierarquias sociais e culturais que as classificavam como “desonestas”; pontos antagônicos formavam-se ali por meio de discursos, reforçando identidades de gênero dicotomizadas. Essa elaboração tinha como elemento comum as formas de motivações e/ou atitudes do caráter moral daquelas que se desviavam das regras da sociedade. O ato

significante das hierarquias que se formavam delimitava identidades femininas e masculinas, dominadoras ou subalternas, dentro da ordem do binarismo recorrente, conforme aparece regularmente nas práticas discursivas dos juristas.

Toda identidade é constituída por meio de práticas sociais, políticas e culturais, e tal processo deve ser entendido como um movimento múltiplo de interações, e não como um movimento de causas e efeitos. Com base nessa assertiva, torna-se possível compreender como muitas daquelas mulheres articulavam-se pelas fronteiras visíveis e invisíveis de condutas morais, demonstrando tanto mecanismos de sujeição quanto ocasiões para o exercício de sua liberdade. E era por meio daquelas fronteiras de exercício de poder que elas produziam suas subjetividades na trama histórica do acontecimento sexual, demonstrando outras possibilidades de experimentar suas relações afetivas por meio do jogo das regras morais.

Assim, do lugar social/cultural de “puras e recatadas”, algumas delas passavam, imediatamente, ao de “devassa” (PARAÍBA, 1972e), cuja conduta tornava-se ruína, corpo esculpido pela infâmia. As “desonestas” eram definidas como aquelas que “[...] se entrega[vam] a namoro de poucos dias [...]” (PARAÍBA, 1972b) e que namoravam às escondidas. Frequentemente, eram conduzidas, via muitos argumentos, alugares de leviandade, obscenidade e desprezo pela honra. Eram vistas como mulheres de paixões obstinadas que não podiam ser reconhecidas, salvo por meio da verbalização de imagens desqualificadoras que circulavam nos pareceres de defesa, na promotoria e em notas jornalísticas. Um conjunto de termos estereotipados circulava nesses discursos ao referirem-se às moças, tais como “desonestas”, “desinibidas e experientes” (PARAÍBA, 1971d), “astutas e espertas” (PARAÍBA, 1953b), “provocadoras”, “ardilosas”, “traquejadas” (PARAÍBA, 1960a), “matreiras” (PARAÍBA, 1976c), “estratégicas e inteligentes” (PARAÍBA, 1976a), “volúveis”; havia, ainda, outros termos para aquelas consideradas dotadas de paixões pervertidas e desregradas: de “apetite sexual” (PARAÍBA, 1971d), “libertinas” (PARAÍBA, 1972e), “ninfomaníacas, sedentas de sexo e de prazeres” (PARAÍBA, 1973d), “[...] jovem de costumes livres, de vida irregular, saindo com vários homens [...]” (PARAÍBA, 1970e), “[...] acostumada a frequentar lugares impróprios e que era assídua em programas, inclusive em praias e lugares ermos [...]” (PARAÍBA, 1972c). Eram constituídas com imagens subversivas: “[...] criatura leviana e de conduta pouco recomendável [...]” (PARAÍBA, 1956b), de caráter passional, isto é, sujeito a paixões com grande facilidade; sobre as que perseguiam



rapazes para namoros indecorosos: “[...] moça recatada não persegue homem para namorar [...]”. (PARAÍBA, 1972e).

Trata-se aqui da construção de imagens associadas à sedução, prazeres, desejos, condutas desviantes, em que as identidades femininas apareciam, para os juristas, corrompidas e, ao mesmo tempo, enigmáticas. Seus gestos, suas palavras, sua aparência, o modo de se enfeitarem, suas falas, como se vestiam, a morfologia de seus corpos fazia parte da toda uma descrição desqualificadora. Mesmo adjetivações e referências a algumas como “inteligentes” eram inscritas em oposição conceitual às qualidades percebidas como virtuosas ou positivas. A todos esses significados, extraídos por meio das falas das testemunhas e dos acusados, bem como delas mesmas, aqueles moralistas conferiam grande valor nos cerimoniais de julgamentos de crimes de sedução.

Os discursos dos advogados e das testemunhas de defesa em favor do réu eram cuidadosamente preparados para desqualificar o quanto fosse possível a imagem das “ofendidas” defloradas. Em vez de recato, de resignação de seus corpos, as “desonestas” eram tidas como aquelas que viviam pelas calçadas, vagando pelas ruas das cidades, “batendo pernas” de casa em casa, muitas vezes comparadas às mulheres da noite, apontadas como as “de vida livre”. As moças desonestas eram aquelas que, depois de serem desvirginadas, passavam a viver maritalmente com seu deflorador. Segundo a defesa, “[...] uma moça que assim procedesse não podia alegar honestidade e nem invocar a proteção da lei contra [quem] que se entregou e de quem passava à condição de amásia [...]”. (PARAÍBA, 1953c).

O ano de 1960 foi um ano frenético no Brasil, o país tentava acompanhar o desenvolvimentismo industrializante<sup>38</sup> do governo de Juscelino Kubitschek, em Campina Grande não foi diferente. A juventude procurava viver os sonhos prometidos dos *Anos Dourados* numa cidade que se queria cosmopolita, mas que se mostrava provinciana e interiorana em seus costumes e modos de vida, sobretudo no que dizia respeito às relações de namoro, flerte ou sexo entre homens e mulheres. Uma sociedade moralista, como parece atestar o comerciante Pedro Tavares, homem casado, de pouca leitura, que, do alto de seu conservadorismo, descreveu assim a moçoila Ivone, na flor

---

<sup>38</sup> Naquele momento, o país passava pela “economia industrializante” implementada pelo governo Juscelino Kubitschek, cujo jogo político estava voltado à preservação de sua própria imagem e ao cumprimento de seu ‘programa de metas’ (SKIDIMORE, 1975, p. 381).

da tez branca de seus 17 anos, hormônios em ebulição que as tarefas do lar somente não conseguiam conter:

[...] é uma moça um tanto indisciplinada, que vivia de léo a léo na casa dos outros. Não era uma moça de bom comportamento, porque costumava frequentar bailes familiares e bebia cerveja quando comparecia [em] algum aniversário (PARAÍBA, 1960b).

Algumas declarações dos depoentes que compareciam aos tribunais em favor das “ofendidas”, de forma estratégica ou não, corroboravam com os argumentos dos advogados dos acusados, colocando-as como mulheres que eram acompanhadas, geralmente, por pessoas de “comportamento e nível social duvidoso [...]” (PARAÍBA, 1960b). Suas imagens eram tecidas como pessoas desregradas, figuras impudicas e desprovidas de orientação moral-familiar. Muitas testemunhas, tanto homens quanto mulheres, incensavam a conduta das “ofendidas” com as chamadas da maledicência, em especial das empregadas domésticas, que eram alvos de olhares quase sempre vigilantes e reprovadores. Um fator importante era a presença dos patrões e das patroas nos cerimoniais da Justiça. É possível perceber como eles/elas eram chamados a depor sobre a conduta moral das empregadas domésticas que, em sua grande maioria, trabalhavam e residiam em suas casas.

Alguns princípios valorativos tornavam-se mais severos nas formas de comportamento das domésticas, como, por exemplo, ter horário para retornar para casa, pois para muitos/as dos/as patrões/as, a vida moral delas teria que denotar a extensão daquilo que eles/elas aprovavam ou não no interior de seus lares e/ou fora deles. As condutas das adolescentes que trabalhavam fora de casa deveriam ser traçadas tal como uma obra-prima de prudência e sensatez que estivesse relacionada aos costumes e às formas de comportamento das donas de casa. A jovem Lúcia, 15 anos, parda, solteira, empregada doméstica, foi percebida pela defesa, em 1971, na capital do estado como “[...] uma moça que vivia de casa em casa, sendo inclusive, expulsa de uma residência porque o casal não tolerava seu comportamento amoral [...]” (PARAÍBA, 1971d).

Enquanto as atividades domésticas faziam parte do universo de muitas moças da Paraíba, no plano nacional e internacional, o trabalho feminino já vinha sendo desenvolvido em vários segmentos desde o final do século XIX. Nos Estados Unidos, de acordo com Rachel Soihet

(1997), historiadores enfatizavam a diversidade de trabalhos essenciais e não remunerados realizados por mulheres, tais como o trabalho doméstico, a atividade no campo, a costura e a criação de filhos. Muitas faziam partos, vigiavam crianças para mães que trabalhavam fora de casa, manufaturavam, vendiam bebidas alcoólicas, mascateavam e ainda aceitavam pensionistas (SOIHET, 1997), embora muitas delas não reconhecessem essas atividades como trabalho, mesmo quando recebiam remuneração. Ao analisar imagens idealizadas sobre mulheres que circulavam nos jornais escritos de Desterro/Florianópolis, entre o final do século XIX e o início do XX, Joana Maria Pedro demonstra que havia mulheres que praticavam atividades de lavadeiras, vendedoras, costureiras, agricultoras, entre outras.

A esse respeito, Fábio Gutemberg Ramos B. de Sousa demonstra como, no período entre 1920 e 1945, configurou-se o universo das donas de casa, marcado por relações de tensões e conflitos, no qual elas teriam desenvolvido um papel crucial frente à luta pela sobrevivência na cidade de Campina Grande. Muitas jovens exerciam o magistério e eram chamadas de “professorinhas”, havia ainda as que eram responsáveis pelos afazeres domésticos, as operárias, as negociantes, entre outras. Além disso, as mulheres do meio popular não viviam somente no restrito mundo do lar,

[...] entabulavam conversas nas portas de casa, nas ruas, passeavam e faziam compras, visitavam amigos e parentes que geralmente moravam próximo; iam à procura de políticos ou compadres pedir ajuda ou trabalho para o marido ou amásio; iam à feira para vender ou comprar, muitas delas eram rezadeiras respeitadas, operárias assediadas, donas de casa enclausuradas ou difamadas (SOUSA, 2006, 75-76).

Ao nos reportamos às imagens das mulheres nomeadas de “desonestas”, citamos uma ação do ano de 1953, na cidade de Campina Grande, quando a defesa delineou a imagem da jovem Maria, 17 anos, doméstica, que teria engravidado do deflorador. Com habilidade argumentativa e rigor, o advogado, censurava-a acerca de seu comportamento, que destoava do “modelo de moça recatada” da época.

A vítima não é um modelo de moça recatada. Pelo contrário, assídua frequentadora de bailes, sempre cercada de admiradores e namorados, viciada em

ausentar-se até altas horas da noite das casas onde trabalhava, não se admite, tenha sido seduzida, com exploração de sua ingenuidade, inexperiência ou justificável confiança. Levando-se em conta a vida pregressa da vítima, devidamente esclarecida pelas testemunhas, ao invés de inexperiência e ingênua, a vítima era experiente e atilada (PARAÍBA, 1953b).

Ao defender o acusado, o representante desqualificou a conduta da jovem enumerando três argumentos: uma moça que tinha hábitos de frequentar festas e bailes, que conversava ou se relacionava com rapazes e que se ausentava até altas horas da noite. Esse tipo de comportamento era posto como incomum entre as moças da época, o que poderia corroborar para a destruição das famílias, dada a corrupção e libertinagem de certos códigos de conduta. Note-se, ainda, como era comum nos casos de sedução solicitarem que as chamadas “ofendidas” – e não os acusados – provassem sua honestidade e conduta moral a partir de um levantamento exaustivo feito por meio de inquéritos policiais acerca de suas vidas passadas, visando a comprovar a ingenuidade, inexperiência e confiança nos rapazes (BESSA, 1994).

A defesa acima chamava atenção para a decadência dos costumes e dos valores em certos modos de as meninas se portarem. À medida que as “ofendidas” e os acusados falavam de suas experiências amorosas, demonstravam valores distintos daqueles que eram veiculados pelos homens da lei (ESTEVES, 1989, p. 16).

É possível extrair do discurso daquele magistrado um enunciado que ilumina o fato de terem elas de aprender a preservar a honra como um bem desejável em quaisquer circunstâncias, demonstrando responsabilidade por suas vidas e, por extensão, por suas famílias. Muitos advogados, nas ocasiões de defesa, instituíam condutas de pudor, honra, honestidade, recato, sagrado para as moças. Eram frequentes as alusões às normalizações em torno do pudor sob as quais elas tinham de estar enquadradas. Já dizia o médico Hélió Gomes, em 1965, “o pudor inspira os bons costumes, regula a conduta, facilita a convivência social. Continua [...] sendo sentimento de defesa”. (GOMES, 1965, p. 485).

Em 1968, advogado de defesa E. E. da cidade de João Pessoa, rebatia uma denúncia feita ao acusado Hermano Nobrega, 20 anos, solteiro, comerciante, deslocando, em certo sentido, o lugar de vitimização sob o qual colocavam muitas das chamadas “ofendidas”:

[...] ocorre, entretanto, que a suposta vítima não é ou era, a donzela recatada, a jovem pudica, que a denúncia tentou pintar. Trata-se, na verdade, de uma moça habituada a práticas de atos sexuais, que aceita manter conjunção carnal com um rapaz, no segundo ou terceiro dia de namoro (PARAÍBA, 1967b).

Tanto as reportagens quanto os pareceres judiciais denotavam preocupações recorrentes voltadas ao chamado “liberalismo excessivo” das jovens moças como uma das consequências da vida moderna, da emancipação feminina que passava a despontar a partir da década de 1970. Conforme aponta Antony Giddens, as mulheres têm sido divididas, frequentemente, “[...] entre as virtuosas e as perdidas, e as ‘perdidas’ só existiram à margem da sociedade respeitável [...]” (1993, p. 16).

Ao falar acerca do campo da sexualidade, os magistrados pareciam bastante criativos na elaboração de termos para definir as moças frente à Justiça: “Não era uma ingênua. Pelo contrário, era uma ladina, afeita a chegar em casa tarde da noite [...]” (PARAÍBA, 1971d). Em outra ação, que data de 1976, o juiz A. E. de Q. julgou improcedente a denúncia contra Lino, alegando “[...] ser a ofendida uma ladina, uma mulher fácil, tanto que se entregou ao acusado na primeira oportunidade, sem que houvesse um trabalho prévio [...]” (PARAÍBA, 1969a). O sentido de ladina buscava passar a ideia de astuta, esperta, desonesta e dissimulada, moça fácil que necessariamente não precisaria ser seduzida para se ter com ela o ato sexual, implicava ainda comportamentos típicos de “prostitutas modernas”, uma maneira peculiar de os juristas vigiarem os prazeres das menores e atribuir certas nomenclaturas.

É possível identificar, ainda, alguns termos que eram empregados para designar quando da ruptura do hímen, cujo sentido ultrapassava a virgindade anatômica, visando à construção do estatuto jurídico da moça não virgem, quais sejam: “honra ofendida” (PARAÍBA, 1953g), honra “violada” (PARAÍBA, 1971g), “maculada”, “crucificada” (PARAÍBA, 1967d), “rompimento do selo himenal” (PARAÍBA, 1971a), “atentado contra a honra”, “desfolhou-se a ‘virginal capela’ da inocente” (PARAÍBA, 1979), entre outros. A noção de honra aparecia sacramentada por meio dos discursos dos juristas, de modo que não poderia ser profanada pela penetração do “membro viril”, senão dentro

da prerrogativa do casamento Nesses termos, as relações de poder passavam pelo interior dos corpos das moças que deveriam “[...] interiorizar o dever de preservar o ‘selo’, a flor da virgindade, último reduto dos jogos sexuais mais ou menos admitidos.” (FAUSTO, 1984, p. 181). Tratava-se da problematização da sexualidade feminina com toda uma ladainha de efeitos pedagógicos e divisões binárias, isto é, uma economia positiva e politizada da “honra sexual”.

Outra nomenclatura relacionada à noção de honra emergiu daqueles documentos, a saber: “profanações”; tão significativa quanto aqueles termos referentes à virgindade moral/sexual das moças. Numa ação do ano de 1972, frente ao magistrado da comarca de João Pessoa, uma jovem de 17 anos, parda, doméstica, alfabetizada, afirmou que, desde que começou a namorar Edmilson, 22 anos, estudante, o rapaz insistia em querer um “colóquio amoroso” (PARAÍBA, 1972e) com ela. O jovem encontrava-a no Mercado Boa Vista, na igreja, no colégio, pelas esquinas, nas ruas escuras, não perdia a oportunidade de demonstrar interesses pela moça. Foi então que ela continuou o relacionamento por ter quase certeza de que o rapaz gostava dela. Durante o namoro, a jovem teria pedido ao acusado para findar a relação “[...] porque era moça morena e a família do acusado não ia gostar da continuação do namoro [...]”. Muitas narrativas das jovens demonstram a problemática relação delas com as mães dos acusados, aquelas geralmente eram vistas de maneira preconceituosa, não somente por causa da cor, em particular, quando se tratavam de moças negras, mas também pela forma de elas procederem frente aos rapazes, o que não agradava a maioria das genitoras. No dia 4 de março daquele ano, o rapaz

[...] levou-a para um matagal e lá tentou praticar ato libidinoso, mas sempre tendo reação da ofendida, dizendo que não era moça para praticar tal ato, ele com o seu instinto bestial, convenceu-a para a prática carnal, o que veio a conseguir com muitas horas (PARAÍBA, 1972e).

Segundo a menor, após o defloramento, o rapaz passou a dizer que a “[...] ofendida [era] uma mulher devalça (sic), e quando ele andou com a ofendida já era uma mulher feita na vida mundana, inclusive chegou a repetir essas profanações, na presença do senhor Juiz”. Interessa destacar o termo que restitui o significado primário, senão, etimológico, do sentido aqui empregado. Dada sua capacidade de

subjetivação, a “ofendida” apropriou-se e utilizou a palavra com categoria no intuito de dar conta de múltiplos sentidos pejorativos designados à sua pessoa e que iam de encontro aos valores morais e sagrados em termos de conduta feminina prescrita por aquela sociedade. A jovem relacionou a nomenclatura ao fato de o rapaz desqualificá-la, depois de ter conseguido o seu intento, o ato sexual, difamando-a junto à vizinhança, ele que teria repetido aquelas “profanações” inclusive na presença do magistrado, ou seja, diante de uma autoridade que ela considerava valorosa. Ao que parece, ela citou o termo “profanações” por conta da ocasião de estar frente a um jurista, emitindo a palavra no sentido de um conceito, um elemento generalizante que pudesse transmitir ao magistrado os diversos sentidos que o termo assumia no âmbito de sua desonra.

O sentido inscrito aparece como um epíteto negativo que aludia a sua suposta conduta sexual e moral. A noção “profanações” parecia ter sido correlata de uma multiplicidade de adjetivos depreciativos, indicando, possivelmente, a ideia de mulher fácil, “vadia”, vulgar, “depravada”, “libertina”, significados em torno de seu corpo e sexualidade com base em discursos morais que os sustentavam por meio dos julgamentos. Tal noção ia de encontro a outras virtudes morais que passavam pela dimensão do sagrado, isto é, da esfera compreendida como honestamente pura e intocável. Esses são alguns dos motivos pelos quais a categoria “profanação”, no singular, foi escolhida como título do presente trabalho, tendo em vista a dimensão de sentidos que ela carrega.

Destacamos ainda como eram construídas as hierarquias de gênero entre homens e mulheres, colocando as últimas num lugar de inteira passividade durante o primeiro ato sexual. Frente àqueles dispositivos, práticas discursivas e instituições, como o Judiciário, a maioria dos juristas parecia ignorar ou desconhecer os desejos que as menores provavelmente sentiam tanto quanto seus parceiros. A informação sobre a posição sexual de alguns rapazes em cima das menores era sugestiva de que eles detinham o controle no momento da relação. Eram eles os classificados machos, dotados de membros viris, que se serviam das menores, que introduziam o pênis em suas vaginas, que mandavam-nas tirar a roupa, que as dominavam até que elas cedessem o “bem jurídico” e que as conduziam a locais ermos ou privados, numa praia deserta, à noite na rua, nos matagais, num beco, entre quatro paredes, embaixo dos lençóis, escondidos das vistas do público. Enquanto os sedutores buscavam realizar os prazeres carnavais, elas eram vistas como cheias de pudores, inibidas, passíveis à vontade

soberana de seus namorados, com suas liberdades restringidas à aceitação da dor e do prazer misturados ou confusos nos momentos de êxtase, depois de relutarem. São esses tipos de significados eróticos, baseados em hierarquias, que enquadravam os acusados em papéis de plena atividade sexual e as moças em um universo de passividade: “[...] após servir-se da menor, aproveitando-se da sua inexperiência, e em seguida retornou a sua residência como se nada tivesse acontecido”; “[...] no momento da cópula, ambos estavam despidos, ele debruçou-se (sic) por cima dela declarante e, após relutar muito deixou que seu pênis fosse introduzido em sua vagina [...]” (PARAÍBA, 1967b).

Segundo a promotoria, em uma ação datada de 1971, o acusado levou a ofendida para um matagal existente perto de uma caixa d’água na cidade de João Pessoa e, ao chegarem lá, “[...] mandou-a sentar-se na grama para conversarem e quando ela sentou-se o acusado deitou-a, levantou-lhe a saia, rasgou um short que ela a ofendida estava vestindo e desta maneira desvirginou-a [...]” (PARAÍBA, 1971d). Essa função ativa era determinada pela penetração. As identidades sexuais, tanto dos homens quanto das mulheres, eram marcadas pela diferenciação de papéis relacionados a um essencialismo biológico físico e culturalmente construído.

Naqueles jogos discursivos, a maioria das adolescentes seduzidas era beneficiada pelo prazer sexual somente quando esse direito lhes era dado por meio da atitude e posição de seus namorados, esse tipo de discurso aparece de forma recorrente, seja porque eles se satisfaziam, seja porque se impunham sobre elas. Seu desejo deveria ser privado de todas as delícias em função da satisfação sexual de seus companheiros. É possível notar como os juristas e também alguns acusados ignoravam o fato de que seus corpos não eram um mero suporte de prazer, de gozo, de instrumento passivo, mas funcionavam igualmente como dispositivos de poder, tanto das que os detinham quanto daqueles que imaginavam que se serviam do prazer em comum com elas (FOUCAULT, 2006, v. 5). Em seus relatos, o prazer das mulheres aparecia como limitado e desqualificado em nome da satisfação dos sedutores.

Era pleno mês de junho de 1966, momento em que os folguedos de festas juninas subiam ao céu, na cidade de Campina Grande, quando um denunciado entabulou namoro com uma jovem de 16 anos. A partir daí, passou a frequentar sua casa diariamente, “[...] quase todas as noites, procurando de qualquer maneira, seduzi-la [...]” (PARAÍBA, 1967a). Sob o artifício de “conversas amorosas”, o sedutor procurou “[...] persuadir a menor de manter com o mesmo relações sexuais, pois se isto acontecesse imediatamente com ela se casaria” (PARAÍBA,



1967a). Essa especialidade de lábia, em nome de instantes eróticos, surtia efeito; segundo os homens da lei, teria sido própria dos “Don Juans”, conforme veremos adiante. A renúncia a esses desejos era premissa fundamental para o amparo legal, conforme o posicionamento do advogado I. A. de A., no ano de 1977, na cidade de João Pessoa:

A lei não pode tutelar a imoralidade e os desejos carnaais, de que procura satisfazer seus instintos físicos, em que a vítima procurou, insistiu para com o réu, a fim de que este a satisfizesse, e o mesmo na condição de macho potente viril ‘matou a sua vontade’(PARAÍBA, 1970c).

Os distintos comportamentos das moças pobres desafiavam os alicerces da sexualidade elitista da época. Enquanto as “moças honestas” tinham de praticar cenas sexuais um tanto frias, mulheres frígidas durante sua primeira relação, frequentemente em posição inferior aos parceiros, vistas como aquelas que não poderiam sentir prazer; mostrando-se passivas, pudicas e dotadas de um sentimentalismo com uma boa dose de amor romântico, as “desonestas” eram pintadas em molduras às avessas, como pouco se importando com regras morais que eram ditadas à sua época. Percebidas como aquelas que logo se deleitavam nos jardins das delícias, num gozo quase infundável do prazer sexual, enfrentavam as barreiras e regras sociais. É possível identificar como as práticas discursivas indicam que elas performatizavam toda uma libertinagem à flor da pele, um jogo mais ou menos ingênuo de crenças em promessas de casamento não completamente inocentes. Eram vistas como aquelas que seguiam caminhos da bruma que conduziam às ilhas de sensações nos “[...] braços de outros homens, mantendo relações sexuais sem nenhum pudor [...]” (PARAÍBA, 1956b).

Por mais que se esforçassem para regrear o prazer, algumas adolescentes pareciam não obedecer a certas normas circunscritas pelos códigos morais. Nos cerimoniais de defesa, os homens da lei deixavam indícios de como nem sempre todas elas estavam à mercê daquele jogo de sedução que as enquadravam em um tabuleiro sem saída.

[...] ofereceu-se por impulso de sua própria sexualidade, com seu ato, e para satisfação de desejos genésicos em dia, com a experiência da vida não mais dessa espécie de moça pura e inexperiente, que se deixe seduzir por promessas

falazes, mormente com a de casamento no ato da cópula carnal (PARAÍBA, 1960a).

Observa-se um deslocamento da ideia de vitimização das moças no que se referia ao ato sexual. O promotor referiu-se à “ofendida” como a que “[...] cedia aos seus impulsos e ao imperativo do sexo [...]” (PARAÍBA, 1960a). Teriam sido nesses momentos que, muitas vezes, as chamadas “vítimas” ou “ofendidas” deixavam de ocupar o lugar de “moças honestas” nos autos e passavam a atuar como rés, conforme dito. Da conduta de “índole imaculada”, passavam a performatizar, por meio de discursos, lugares de prostitutas pelo fato de se “deixarem desonrar”, conforme veremos adiante.

O advogado D. D. de M., em defesa de seu cliente, apropriou-se dos depoimentos das testemunhas, alegando que

[...] hoje em dia as moças usam e abusam do sexo, praticam toda qualidade de atos libidinosos e, quando caem em si, já com fastígio de tantas libertinagens, procuram um bode expiatório para vir a encobrir um defloramento[...] (PARAÍBA, 1972e).

Ainda afirmou:

[...] nenhuma mulher é forçada a dar o que não quer, e quando ela resiste não há força humana que a faça ceder a nenhum instinto, por mais bestial ou infame que seja o homem. A mulher que se entrega a um homem, o faz por vontade e desejo. (PARAÍBA, 1972e).

Outra forma de desqualificação consistia na quantificação do número de namorados que elas tiveram antes de terem sido defloradas. O porte duvidoso de suas condutas colocava em questão o inciso do art. 217 do Código Penal, o qual inscrevia que as ofendidas tinham de ser inexperientes, diga-se no campo do amor, da paixão e da atividade sexual. As imagens esgotavam-se em múltiplos sentidos, atravessando as fronteiras imaginárias de desejos vistos para aqueles juristas como promíscuos: “[...] a vítima é libertina, parecia mais mulher de vida livre [...]” (PARAÍBA, 1975a).

O caso de Diana, ação contra Porciúncula, 25 anos, solteiro, comerciário, depois de tê-la engravidado, é pertinente para percebermos

algumas das estratégias da defesa. O advogado R. T. B. tratava de sucumbir sua conduta ao mais baixo nível:

[...] a menor teve vários namorados nesta cidade, e com os quais praticou atos de libidinagem, dos mais variados. Era uma moça experiente, afeita aos contatos sexuais com namorados, traquejada, sendo exceção daquele tipo de conduta e inexperiência que o Código procura resguardar do sedutor audaz[...].(PARAÍBA, 1960a).

As “moças desonestas” eram apontadas como as que não sofriam coerção por parte dos familiares ou, pelo menos, não eram tão vigiadas quanto às “honestas”. Elas aparecem em conversas com rapazes nos espaços das ruas e, no seu cotidiano, estavam frequentemente em movimento: “[...] a menor era muito sapeca, gostava muito de sair, saía sempre só, bem como conversava com o denunciado na rua, não frequentando este a sua residência [...]”.<sup>39</sup> O discurso é indicativo de um modelo de conduta visivelmente apreciado e valorizado para quem buscasse conseguir o amparo da lei. O interior dos lares consistia num lugar sagrado de recato para muitos homens da lei; assim, as moças que tinham o hábito de sair à noite sozinhas eram enquadradas como mulheres públicas e que se assemelhavam às dos bordéis, aventureiras e inquietantes, principalmente quando saíam e chegavam tarde da noite (PERROT, 2007).

Segundo o relatório do escrivão Severino Batista de Almeida, as testemunhas tinham sido unânimes em depor que “[...] a vítima gostava de frequentar bailes em companhia do acusado, e que o mesmo gozava de plena liberdade na casa da vítima [...]” (PARAÍBA, 1967b). Diferentemente das “honestas”, as jovens de má reputação eram classificadas como aquelas que fumavam cigarros, ingeriam bebidas alcoólicas, desobedeciam aos pais e às mães, envolviam-se com homens casados e chegavam altas horas da noite. Em seu testemunho, Tavares, casado, comerciante, referiu-se a Ivone, 17 anos, dizendo que “[...] não tinha boa conduta porque ela não obedece aos pais, vive frequentando a casa dos vizinhos durante dia e noite, chegando a dormir nas casas das vizinhas [...]”.<sup>40</sup> Na visão de muitos depoentes do sexo masculino, as

<sup>39</sup> Depoimento de testemunha de acusação Maria do Socorro (PARAÍBA, 1973b).

<sup>40</sup> Processo Jovino Silva de Sousa, nº 270, art. 217, 1960, CG.

“desonestas” demonstravam uma conduta desregrada (PARAÍBA, 1973b).

O modo como elas se portavam tinha de parecer claro diante dos sujeitos que rondavam as suas vidas. Qualquer omissão sobre fatos considerados suspeitos implicaria na absolvição do acusado e nos seus nomes enlameados no teatro da justiça. Quanto mais conhecidas na vizinhança, mais comprometedores tornavam-se seus nomes, especialmente entre as pessoas conhecidas, como os próprios vizinhos e os amigos dos acusados. Um acontecimento como a perda da virgindade transformava-se, na maioria das vezes, em assunto que repercutia de boca em boca, em olhares atentos observando-as para seu desconforto e de suas famílias. Segundo uma ação de 1970, a menor estava “[...] em companhia de um broto, namoradeira, disputada e falada pelos repasses [entenda-se rapazes] do bairro, porta-bandeira de uma escola de samba, frequentava bailes onde o recato e o respeito não tinham guarida [...]” (PARAÍBA, 1970a).

Para muitos juristas, o casamento era visto como um bem maior para as famílias e, dessa forma, eles procuravam organizar espaços definidos por tal economia sexual, constituindo assim procedimentos precisos para resguardar a honra e a moral. Contudo, em razão da disseminação de casos de sedução registrados pelas delegacias e pelos jornais do estado diariamente, o casamento parecia desencadear uma preocupação para as autoridades, pois esses fatos colocavam em risco os princípios da família sagrada.

Em prol do casamento, as “desonestas”, consideradas como “matreiras”, buscavam investir num bem-estar futuro, em estabilidade financeira, numa vida melhor e mais confortável. Buscavam algo que lhes desse status de um nome com o qual pudessem andar pelas ruas das cidades e serem reconhecidas como mulheres honestas. Para tanto, a instituição do casamento era uma via promissora para atingir tal status social. Muitos advogados apontavam para a ideia de que o *dispositivo* da aliança consistia numa prática social mercadológica que poderia ser comprada por meio da abertura de uma queixa-crime. As “desonestas” eram apontadas como as que procuravam industrializar a “pseudo-virgindade”, forçando o casamento quando esse deveria ser um compromisso deliberado e consensual entre as famílias. Os “meios honestos e normais” eram indicativos de que o casamento deveria se realizar sem a intervenção do processo legal, mas de modo deliberado, mediante a conduta “honesta” da “ofendida”.

Casar-se com um homem de nível superior ao delas significava mudar de vida, melhorar as pobres condições financeiras ou, diga-se:

“fazer um bom casamento”, na visão de muitos da época. A ideia de que as moças pobres precisavam assegurar sua condição social por meio daquele *dispositivo* parecia circular naquela sociedade, isto é, antes de se entregarem aos prazeres, de dar vazão aos “instintos sexuais”, fazia-se necessário firmar compromisso oficialmente perante a lei dos homens e a de Deus, com o símbolo da aliança diante de toda a sociedade.

O procedimento das “desonestas” também era caracterizado por meio das condutas pregressas das mães. Os advogados buscavam encenar, por meio da exposição das testemunhas, os atos ou as práticas das genitoras, deturpando seus diferentes comportamentos como forma de justificar a “má reputação” das filhas. Muitos depoimentos sobre as “ofendidas”, em juízo, apresentavam lacunas, divergiam entre as testemunhas e suas histórias dramáticas, estas nem sempre apresentavam opiniões unânimes ou consensuais. Enquanto isso, a defesa preparava-se para o ataque: a classificação e caracterização dos corpos das mães, sua condição financeira, modos de educar as filhas e a quantidade de companheiros que teriam tido, tudo isso fazia parte da descrição explicativa de visões deterministas, biológicas e preconceituosas, visando ao enquadramento de certas experiências sexuais vivenciadas pelas mães, especialmente as que não eram casadas. A informação sobre o estado civil delas é lugar-comum nos relatórios de delegados e de promotores. Em outra ação de 1969, o relatório do advogado M. da G. e M. dizia que “[...] todos sabem que há muito a menor não é mais moça e que igualmente da vida (sic), são sua genitora e sua tia que residem com a menor”. (PARAÍBA, 1969a). As mães que informassem vivenciar uma segunda experiência sexual eram declaradas como “mulheres da vida”, sobretudo quando estavam fora dos princípios da aliança. A presença de mães, tias ou outras figuras femininas nas vidas das moças era indicativa da preservação da moral dependendo do estado civil em que se encontrassem. Havia um silenciamento quase reticente acerca do estado civil dos homens, posto que suas condutas sexuais ou morais não influenciariam no porte ou modo de agir das moças da época.

Do mesmo modo que juristas e jornalistas enquadravam as mulheres em determinados lugares sociais, também se dedicavam a criar hierarquias de gênero para os “homens horados” e “desonrados”. A noção de honra era pautada por vários atributos que os colocavam como jovens promissores em função do desempenho profissional. Estava ainda relacionada ao fato de o acusado ser trabalhador e responsável.

Os sentidos de honra atribuídos aos homens eram pautados por provas de coragem, força física, exposição aos perigos, desempenhos acadêmico e profissional, pelo cumprimento de certos deveres, como o

casamento, quando acusados de crime sexuais. Muitos deles, quando envolvidos nas tramas da Justiça, afirmavam trabalhar em instituições como a Polícia Militar ou o Exército. Este último era visto como espaço de poder responsável por dar um bom preparo físico e moral para exercerem seus deveres cívicos, para firmarem suas identidades como cidadãos, assumindo papéis naquela sociedade. O Exército, como prática de disciplina, era sugestivo de todo um procedimento técnico que tinha como função, dentre outras, formar indivíduos aptos a atuar nos espaços sociais.

Observa-se como, a partir de 1970, a defesa passou a enquadrar recorrentemente os acusados como “vítimas” de difamação.<sup>41</sup> O critério da profissionalização elevada era regularmente realçado como fator de *status* social. Esse parâmetro implicava, segundo argumentos ofensivos dirigidos às moças pelos advogados, num nível de diferenças sociais. Em 1971, a defesa solicitou uma declaração do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba, constando que Marcus Gomes Mindelo, 20 anos, solteiro, estudante, acusado de ter deflorado a jovem Lúcia, 15 anos, cor parda, empregada doméstica, numa casa que ficava em frente à do acusado, teria sido vítima de uma “farsa” planejada pela mãe da menor com vistas a ganhar com o fato de ter o rapaz uma profissão de destaque. A honra de Marcus era desenhada com fios que indicavam seu empenho nas atividades estudantis e profissionais, enquanto a mãe e a chamada ofendida eram vistas como aproveitadoras face à posição de destaque que a família do acusado ocupava naquela sociedade. Segue o parecer do bacharel:

O presente processo representa uma farsa armada pela mãe da menor, prostituta profissional que veio a João Pessoa e procurou o Juizado de Menores, na tentativa de arrancar dinheiro do pai do defendente, a quem supunha homem rico, por ser membro da família Ribeiro. O péssimo comportamento da mãe da aludida menor, tendo demonstrado ao dr. Mário de Moura Rezende, juiz de menores da capital, era um homem rico, o que se provará sendo necessário. O denunciado é um futuro estudante, cursando o 3º ano de Engenharia Civil, na Universidade Federal da

---

<sup>41</sup> Art. 139 – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa. (CÓDIGO..., 1995).

Paraíba, e tem um comportamento irreprovável (PARAÍBA, 1971d).

Esse enunciado é recorrente nos episódios de crimes sexuais e estava relacionado a uma prática social que colocava as mulheres num nível de desigualdade intelectual e profissional em relação aos homens. A maioria dos casos registrados indica como os rapazes tinham uma posição social melhor que as “ofendidas”. Muitas das que trabalhavam como empregadas domésticas trocavam olhares de desejos com os patrões, os filhos dos patrões ou com rapazes que residiam na vizinhança, quando não eram seduzidas pelos mesmos.

Nesse caminho, ao advogar em favor de Edmilson, no ano de 1972, a defesa buscou reforçar seu argumento valendo-se do ponto de vista de que aquele tipo de acusação ao seu cliente era algo comum naquela sociedade: “Compreende perfeitamente essas situações que certas vítimas procuram aduzir ao outro, de melhores condições financeiras e de educação, como sendo autor de um defloramento” (PARAÍBA, 1972e). O discurso não era singular da defesa, fazia parte das preocupações de pais e mães dos rapazes que detinham uma renda familiar mais elevada se comparada à das famílias das menores. Havia, por parte dos pais mais abastados financeiramente, o cuidado de que seus filhos não se casassem com moças pobres, de cor ou consideradas moralmente inapropriadas: “A ofendida pedia ao acusado para que acabasse o namoro, porque ela era uma m<sup>o</sup>ça morena e a família do acusado não ia gostar da continuação do namôro” (PARAÍBA, 1972e); “[...] a depoente falou que o mesmo não dava certo em face dele ser um rapaz rico e ela uma m<sup>o</sup>ça pobre” (PARAÍBA, 1972e). Assim como as moças seduzidas, os acusados também faziam parte das técnicas des(qualificadoras) da Justiça. Ora aparecem como “homens honrados”, “honestos”, “decentes” e cumpridores de seus deveres, dos quais, geralmente, não se ouvia falar que teriam se envolvido em escândalos sexuais anteriores (PARAÍBA, 1971f); ora apontam como “Don Juans”, “sedutores”, “sem palavra”, entre outros. Na ocasião do interrogatório, era comum que respondessem se já tinham se envolvido em outros crimes, se tinham sido presos até aquele caso em questão ou se já teriam sido encarcerados por causa de bebida alcoólica.

Em uma ação de 1974, o parecer da defesa alegava que Rui, 27 anos, solteiro, comerciário, alfabetizado, era um “[...] cidadão pacato e apesar de modesto, tem boa conduta pessoal e moral”. (PARAÍBA, 1974c). Vejamos como o epíteto de modesto parece denotar o sentido de condição social que ele ocupava naquela sociedade, significando

provavelmente homem pobre, simples. Construía-se, assim, a imagem de homem honrado esperado e desejado à época.

Nota-se, portanto, que as identidades daqueles vistos como honrados, construídas por meio da oposição de outro que emergia igualmente daquela matriz discursiva. Esse outro trata-se de figura tão mítica quanto os “homens honrados” e as “moças honestas”, classificações inscritas por delegados, promotores, juízes e jornalistas. Em cena, na próxima seção, a produção das imagens dos chamados “Don Juans”.

## 2.2 NOS ANOS DOURADOS: SENSIBILIDADES NOS MODOS DE AMAR E NARRAR

Como todas as palavras compostas com a desinência *ismo*, significa um exagero, uma visão ou uma prática unilateral... Donjuanismo, a exagerada imitação das concepções e práticas do amor.

(FIGUEIREDO apud SOBRINHO, 2010, p. 94).

Os discursos dos juristas muitas vezes instauravam um jogo entre os relatos e a ficção. Embora partamos do pressuposto de que tudo passa pelo campo da narrativa e/ou das formas linguísticas não podemos ignorar o modo como eles contavam as histórias com uma boa dose de imaginação e retórica e certo domínio extratextual de ocorrências ou acontecimentos, o que demonstra uma regra específica do lugar social em que era elaborado o discurso jurídico. Aquele jogo entre o ficcional e aquilo que supostamente teria acontecido operava por meio da imaginação produtora e desdobrava-se de tal modo que ora a ficção contida nas narrativas aparecia como uma reprodução, ora como um teatro de disfarces romanceados, contornados e reconstituídos pela percepção que os juristas detinham acerca dos/das jovens e de suas paixões obstinadas. Ao passo que os juristas comentavam sobre os acontecimentos sexuais, por definição, jogavam com o “[...] excesso do significado sobre o significante [...]”. (FOUCAULT, 2006b, p. 13). Aquelas técnicas figurativas, que visavam à pretensão da verdade, consistiam na construção de episódios amorosos associados à ideia de amor romântico, uma herança que o século XX manteve viva.

Para a construção desta seção, visamos, em primeiro lugar, apresentar como os promotores romanceavam as histórias de crimes de sedução com uma linguagem que enquadrava os sedutores em várias



nomenclaturas sociais. Em seguida, correlacionamos isso com uma discussão em torno da masculinidade. Problematicamos também as implicações do Código Penal de 1927<sup>42</sup>, com vistas a perceber como a Lei Civil enunciava os direitos do menor e, ao mesmo tempo, identificar as formas de enquadramentos em torno dos adolescentes em conflito com a lei.

Nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX, o denominado Don Juan gozava de uma péssima reputação à época. Segundo o modo de avaliar de promotores e jornalistas, sua imagem era carregada de vários sentidos pervertidos e desqualificados, todos voltados para sua sexualidade e para a prática da delinquência. Com manejo retórico, os juristas enquadravam o Don Juan em uma categoria universal, citada frequentemente no singular, constituinte e representativa discursivamente de todos os jovens que se portassem de modo desviante com as “donzelas”, segundo alguns valores sociais da época. Sua posição social era marcada naqueles espaços como responsável por despertar nas “jovens incautas” o “instinto sexual”; suas condutas eram traçadas como aqueles dotados de estratégias e que manejavam bem os métodos do cortejo e da “lábria” (PARAÍBA, 1961).

Assim caracterizavam a figura mítica<sup>43</sup> do sedutor: com gestos particularmente visíveis que lhe davam o epíteto de um eterno galã em relação ao objeto amado/desejado. Naquele espaço de poder da Justiça, era empregado um conjunto de epítetos com vistas a constituir esse personagem, reforçando e reproduzindo uma identidade singular

---

<sup>42</sup> O primeiro Código de Menores do Brasil pelo **Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927**, vem a superar, naquele momento histórico, a dicotomia entre menor abandonado e menor delinquente, para tanto, o Poder Judiciário cria e regulamenta o Juizado de Menores e todas suas instituições auxiliares. O Estado assume assim o protagonismo como responsável legal pela tutela da criança órfã e abandonada. A criança desamparada, nessa fase, fica institucionalizada, e recebe orientação e oportunidade para trabalhar. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/oc%C3%B3digo-de-menores-e-o-estatuto-da-crian%C3%A7a-e-do-adolescente-avan%C3%A7os-e-retrocessos>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

<sup>43</sup> Maria Manoela Sá Soares Sobrinho, pesquisadora do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa (CLEPUL), mostra como a figura mítica e estereotipada em torno do Don Juan e do Donjuanismo foi construindo-se com base em literaturas representativas, como *A morte de D. João de Guerra Junqueiro*; *D. João no jardim das Delícias de Noberto Ávila*; *D. Giovanni ou o Dissoluto Absolvido de José Saramago*, entre outros (SOBRINHO, 2010).

pautada pelo discurso amoroso e pela prática da sedução e da galanteria. No teatro do amor, a figura do Don Juan era representativa do “desvirginador”, “galanteador barato, conquistador de ponta de rua” (PARAÍBA, 1961), “boa pinta”, dotado de “lábia perigosa” e de “artimanhas” (PARAÍBA, 1971g), “playboys” das cidades, difamadores, “inebriador dos corações”, “algoz” (PARAÍBA, 1951c), “sedutor audaz” (PARAÍBA, 1960a), frequentemente utilizando “a cantada ao pé do ouvido, no sopro do cochicho sem vergonhístico (sic). O curruchiado (sic) auricular, devagar, em ritmo de carro-de-boi, em passo de retreta, como quem não quer, querendo, se arrastando, mas doido pra chegar.” (PARAÍBA, 1960c).

Segundo vários promotores da época, aqueles “jovens conquistadores” ainda se diziam “acostumados a essas aventuras, no desfrute e nas prosopopéias do amor cativo [...]” (PARAÍBA, 1962), afeitos a “conquistas amorosas”, “dados a amores” (PARAÍBA, 1951a) e, diferentemente dos chamados homens honrados, a labuta do trabalho não era uma de suas principais dedicações: “[...] é um pouco preguiçoso, não gostando muito de trabalhar ao passo que o pai dele é um homem honesto e trabalhador.” (PARAÍBA, 1951c).<sup>44</sup> Eles eram vistos como sujeitos de atitude no campo da sexualidade: “[...] sendo sempre, é óbvio, o ‘SUJEITO ATIVO’, pois só ele é capaz de SEDUZIR e manter conjunção carnal com mulher honesta e virgem [...]” (grifos da Justiça). O donjuanismo era assumido em sua expressão como uma força interior própria de um verdadeiro herói (SOBRINHO, 2010) pelo modo de malandragem. A fama corria solta pelas más línguas, tecida como aquele que não cumpria suas promessas, homem de falsas propostas, um sem palavra que fugia de suas responsabilidades. Um caçador inveterado que tão logo se podia notar os rastros por meio das investidas para a satisfação dos seus desejos.

Conhecidos como rapazes que corrompiam as moças, conduzindo-as às festas, aos bailes, às bebedeiras em bares, ao baixo meretrício – “[...] encaminhando-a para o prostíbulo [...]”. (PARAÍBA, 1975c) –, aos motéis das cidades; ou, ainda, aqueles que, contra a vontade delas, arrastavam-nas bruscamente para dentro dos matagais, tiraram a roupa e as estupravam. Considerados responsáveis por fazerem as meninas “virar[em] a cabeça”, desencaminhando-as dos estudos e das obrigações religiosas; aqueles que sugavam todas as forças físicas e psíquicas das “donzelas”, sucumbindo-as nos prazeres carnavais. No discurso de vários promotores e advogados, aquelas personagens

<sup>44</sup> Depoimento de José Severino da Silva, 28 anos, casado, agricultor.

dísparos representavam o pesadelo dos pais e o desassossego das mocinhas; perturbadores da ordem do espaço social.

Os sentidos que se inscreviam eram voltados também para o psíquico das mulheres, atravessando as fronteiras de seus corpos, e isso aparecia como determinante da vontade e/ou estratégia masculina: “despertando na donzela o instinto sexual, [...] atuando como meio inebriante e solapador das resistências psíquicas da ofendida [...]”. (PARAÍBA, 1960c). Como se, brandamente, eles penetrassem em suas consciências, dominando seus corações, aguilhoando suas emoções.

Vistos como sujeitos que buscavam “prazeres efêmeros”, eles obedeciam somente às leis de seus membros sexuais. Reputados como devoradores de sonhos e ilusões, que tocavam na inocência das “jovens indefesas”, deformando sua pureza e moral. Seus nomes tornavam-se famosos por se envolverem com virgens defloradas, suas condutas eram traçadas como exóticas e, por isso, diferenciavam-se das imagens acerca dos chamados homens honestos e honrados.

Percebe-se, então, algumas das razões do prestígio em torno do Don Juan que os séculos não conseguiram apagar. Sob o lugar social do grande infrator das regras da aliança do casamento, emergia, das práticas discursivas de delegados, promotores, juízes, jornalistas e de alguns pais, aquela figura adjetivada como ladrão de mulheres, sedutor de virgens, vergonha das famílias, insulto aos pais e aos maridos, “um escárnio à sociedade”. Aqueles torpes aventureiros ocupavam frequentemente o terreno da ação e da aparência desqualificada com seus atos despudorados. O domínio que supostamente exerciam sobre as menores figurava uma prática de apresentação de si, capaz de provocar paixões loucas e desordenadas. Pouco lhes importavam as normas, os costumes ou os ritos sociais, seu reconhecimento estava no gozo sexual, assim eram enquadrados os acusados de crimes de sedução à época.

No ano de 1973, o promotor A. A. F.,<sup>45</sup> dizia em seu parecer:

---

<sup>45</sup> O promotor anônimo advogava à época tanto na cidade de Campina Grande quanto na capital, João Pessoa. Nasceu em Cabaceiras, interior da Paraíba, foi bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, do Rio de Janeiro, entre 1941-1945. Filho do advogado paraibano Agnelo Werneck de Amorim. Advogou em Campina Grande, foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Paraíba – e Juiz Federal, exercendo atividades no magistério superior como Professor de Direito Internacional Público da antiga Faculdade de Direito da Paraíba. Advogou em Campina Grande e fez parte da Procuradoria do Estado, Ordem dos Advogados e Secretaria do TER, em João Pessoa (LEITÃO, 2004).

O quadro acima é uma repetição de tantos outros no cotidiano, a mais amena forma de derramamento de sangue na urbs desvairada. Uma menina deixa-se levar na lábia do Don Juan suburbano, ansioso de troféus himenais. Mantém um namoro prolongado, despertando na donzela o instinto sexual. Sorrateiramente, vai solapando as resistências psíquicas, até chegar ao nirvana, que é a cópula com a vítima (PARAÍBA, 1972b).

O campo amoroso era reduzido à prática da sedução, em cuja armadilha enlaçavam ou enredavam-se as “virgens defloradas”, dada a capacidade de abusarem os acusados de sua confiança, “[...] pelo amor que lhe depositava, aliada à INEXPERIÊNCIA”, que é própria em nosso meio”( PARAÍBA, 1972b, grifos da Justiça). O símbolo de sua vitória consistia na inocência perdida, nas desgraças das “donzelas”. Tais eram as imagens inventadas para aquelas vidas de homens de fama que perambulavam pelas cidades do estado da Paraíba. Tanto seus nomes quanto seus ardis corriam soltos pela boca do povo: “[...] tão conhecido e tão criticado por todos que é fácil reconhecê-lo” (PARAÍBA, 1961), usam “o EMPREGO DE ARDIL, artifício contra mulher honesta e virgem”, “todos os ardis tendentes a captar-lhe o consentimento para o ato sexual”(PARAÍBA, 1960a, grifos da Justiça). Note-se que a centralidade e o mistério dos Dons Juans pautavam-se pelo exagero, uma espécie de aproximação com o divino, o que provocava a má língua (SOBRINHO, 2010), num jogo de semelhança e espelho com os jovens rapazes da época. Ao mesmo tempo, suas imagens eram constituídas em torno de atos infracionais relacionados às práticas espaciais cotidianas.

Embora pais e mães mantivessem estreita vigilância às suas filhas, não conseguiam evitar “as diabruras do herói donjuanesco”. E, dada “a coberta dos seus carinhos”, as mocinhas não escapavam “às lábias dos transviados”. Naquela perspectiva, os sedutores infringiam os códigos de conduta e a ordem dos desejos das jovens adolescentes, eles as incitavam antes do compromisso marital. Na visão de promotores e pais, eles transgrediam a ordem natural das coisas, isto é, as regras imanentes ao casamento e à sexualidade. Ora, os sujeitos eram capazes de dar forma e moldar os contornos de seus próprios universos sexuais. O amor do Don Juan deveria ter seu esplendor, assim como seus tormentos, pois conforme mostra a fala do promotor, em 1975, eles eram obrigados a

Essas imagens reproduzidas não consistiam em um ponto de vista particular mediante seu grau de intelectualidade ou conhecimento sobre o mundo, mas apareciam regularmente em discursos de outros juristas da época. Neles, é possível notar certo conhecimento literário que acabava por ser imbricado nos pareceres judiciais. Os juristas narravam tais histórias entremeando-as com ricos detalhes de legislações, princípios religiosos e fortes tintas de moralidade, em um gosto eminentemente retórico. Boas histórias contadas pela promotoria eram capazes de fazer com que os advogados perdessem a força de sua argumentação acerca dos acontecimentos. Apareciam ali fraturas entre o dito e o suposto acontecido.

No ano de 1972, o promotor A. A. reconstruía a figura do “sedutor” por meio de procedimentos legais que possibilitavam vir à tona a construção dos relatos dos crimes sexuais. Dada sua capacidade de narração, esse jurista traçou a figura do acusado como “[...] singela no palco dos crimes contra o costume [...]”. (PARAÍBA, 1972d). Todavia, se pensarmos que aquele promotor julgava somente o fato de o rapaz ter infringindo o art. 217 do Código Penal, doce engano nosso, em suas alegações, ele requeria do juiz que a pena fosse aplicada ao acusado de forma máxima, e o motivo de sua argumentação guardava foros estritamente religiosos/teleológicos:

Doutor juiz, tem mais: essa jovem pobre e humilde, [com] nome de Anjo misturado com o de Santa, tendo nascido no dia em que nasceu Jesus, filho de uma virgem – e que se chamava também Maria, residindo a vítima, inclusive, no lugar Santa Terezinha, deste município. Decente dessa feição, não tem não. Castigo no atrevido, doutor Juiz. É pra nunca mais êle bulir com filha alheia e ficar sem obrigação. Mexeu com donzela decente é para pagar: casar ou cadeia (PARAÍBA, 1972d).

O promotor empenhou-se em exagerar o caso em uma esfera sacralizada, fazendo referência ao nome da ofendida com conotação angelical. O caráter religioso de sua fala ultrapassava o domínio da ação, o campo jurídico e tornava o evento um fato que estava além da instrução criminal, dada a representação<sup>46</sup> ocidental e simbólica em torno

---

<sup>46</sup> As representações em torno da figura de Nossa Senhora, mãe de Jesus, Maria/Mãe do povo, como intercessora Universal foram apropriadas por meio das Escrituras Sagradas (Bíblia Sagrada, que compõe os livros de

da figura de Maria, mãe de Jesus, para alguns/algumas brasileiros/as. Essa apropriação é percebida por meio do discurso do promotor, como a politização e representações católicas, o que sugere dizer como grande parte daqueles juristas da Paraíba reproduzia a ideia “Igreja de Família: Deus/Pai, Maria/Mãe de Jesus e do povo”. (QUEIROZ, 2005, p. 141). A prática religiosa desdobrava-se nos aspectos político, moral e jurídico, consistindo num jogo de agenciamento que se entrecruzava entre o controle dos comportamentos e a prática do enunciado doutrinal cristão. A partir de lugares como a sedução, o aventureirismo e a sexualidade, a promotoria alargava o campo das significações em torno do crime de sedução com o objetivo clerical. O discurso daquele promotor anunciava também a ordem pública, emergia no ano de 1972, década em que o Brasil estava passando pela Ditadura Militar, sob a qual o discurso da Sagrada Família era uma das plataformas de governos civis e militares, sustentado pela ala conservadora da Igreja Católica. Com isso, ele e outros promotores buscavam caminhos diversos pelos quais pudessem ser construídas as atas de defesa e relatórios. Ao que indica, baseava-se na reprodução de certos valores morais voltados para a religião católica, com vistas ao controle da sexualidade e à preservação da honra de mulheres. O ofício do trabalho e o movimento do pensamento consistiam em um jogo por parte daquele doutor da lei: com base no “figurino legal, doutrinal, jurisprudencial, conceitual” e, ainda acrescentaria, o “figurino” religioso e ficcional.

Os ecos do donjuanismo poderiam ser ouvidos em um parecer da promotoria ao referir-se ao denunciado Camilo, já citado, e à “ofendida” Maria, 16 anos, ao afirmar que ambos se conheceram e “entabularam romance” no mês de setembro de 1971. Era mês de festas natalinas quando Camilo pediu a jovem em casamento, formalizando namoro oficial, “[...] gozando da intimidade do lar e desfrutando das benesses que a situação lhe permitia [...]”. (PARAÍBA, 1972d). Sem muito

---

Gênesis ao Apocalipse), estudadas, interpretadas e dogmatizadas. É a partir da dogmatização desse pensamento que as igrejas cristãs, sobretudo de origens católicas, fundamentam-se e se validam, tendo o elemento da fé como pressuposto fundamental para tal inspiração. Para melhor problematizar como se deu a possibilidade de apropriação da estrutura familiar pela Igreja Católica e o significado contido na representação de Maria na história da Igreja Católica no Brasil, noções importantes no âmbito das igrejas e da sociedade de fiéis, Cf. QUEIROZ ALVES, Andréa Maria Franklin de. **Pintando uma imagem – Nossa Senhora Aparecida- 1931: Igreja e Estado na construção simbólica nacional**. Dissertação de Mestrado em História. UFMS, CPDO, 2005.

esforço, o acusado teria vencido “[...] as resistências psíquicas da vítima, até chegar à cópula [...]” nos “[...] albores do mês de maio [...]”. Diante da consumação do episódio, logo mais, os pais cuidaram de providenciar a união entre ambos para formalizar a situação. Na data marcada, o “galanteador” não compareceu ao cartório. Em suas alegações finais, o jurista insatisfeito interpretou os elementos morais que se aplicavam à categoria de sedução com altas doses ficcionais.

A sedução – consubstanciando-se no papo ao pé d’ouvido, de mansinho e insinuante. E o famoso cochichado. As promessas afoitas do noivo melífluo. O sussurro meloso do Don. Juan suburbano. A investida mansa e intermitente à moral da donzela enlevada. Esse Severino é mesmo de amargar pelo que fez, como fez, o que fez, tornou-se uma figura singela no palco dos crimes contra os costumes. Insurgindo-se contra a rotina sagrada pelos violadores do tão judiado art. 217, do Código Penal, o acusado praticou o delito de sedução de acordo com o figurino legal, doutrinal, jurisprudencial e conceitual. Agiu com classe, como um emérito conhecedor dos escaninhos da configuração e integração da figura jurídica em exame. (PARAÍBA, 1972d).

Com base nesse discurso, é possível mapear uma construção de sentidos acerca das histórias de amor, paixão e tragédias sexuais, identificando técnicas de produções discursivas e veleidades literárias, mas nem por isso menos esclarecedoras sobre o comportamento sexual da juventude da segunda metade do século XX. As construções discursivas dos juristas continham produções sensíveis daquilo que percebiam como “verdades”, segundo a relação criadora e sensível que eles mesmos mantinham com os sentidos convocados, por meio da linguagem, naquela “atmosfera mental”, e com as informações que circulavam à época. Nesse caminho, buscando compreender diferentes aspectos acerca das condutas dos “sedutores”, os juristas inventavam significados identitários em momentos distintos das atuações dos acusados.

Ao reproduzir os depoimentos das “ofendidas”, dos acusados e das testemunhas, os promotores e advogados enriqueciam as tramas passionais com situações intrigantes. Inventavam personagens envolventes nas cenas conflituosas e soluções inéditas, com algumas

histórias bem trágicas, cujos desfechos culminavam em homicídio dos sedutores por parte dos familiares das “ofendidas”. O mundo das paixões tinha sua beleza, mas também é feito de tragédia, um mundo com desfechos inesperados. Muitas vezes, ressentimentos reprimidos afloravam repentinamente em formas de desenlaces amorosos e homicídios.

As várias identidades que eram descritas em torno do chamado Don Juan tinha um gosto que variava entre o doce e o amargo, e era atravessado por sentidos negativados; assim, o amor dos don juans tinha um desfecho trágico, pouco heroico e romântico, com raríssimas cenas de finais felizes com ambos no altar. O ardor de suas paixões consumiria e destruiria as condutas das “moças honestas”, de modo que só restavam-lhes as “[...] cinzas de uma honra e o charco de um procedimento [...]”. (PARAÍBA, 1961). Dentro daquelas relações móveis e transformadoras, após a “cópula carnal”, os rapazes dissipavam as ilusões das moças, posto que os segredos de foros mais íntimos já tinham sido presumidamente desvelados.

Vários indícios contidos nas falas dos promotores e juízes apontam para o fato de como os “sedutores” presenteavam as moças com vistas a causar-lhes uma boa impressão. Dada a abertura de uma ação no ano de 1962, na cidade de Campina Grande, uma empregada doméstica, que prestava serviços na residência de Sr. Guaracy, começou a namorar o denunciado, que tão logo ele se comprometeu, por meio de anel de noivado, a casar-se com a mesma: “[...] a menor, noiva inexperiente, apaixonada e romântica como toda moça nessa idade de libélula casadeira [...]”, confiou no namorado. No início das investidas, ela teria dito não, mas com o passar do tempo, “[...] entregou o seu corpo virgem ao Don Juan esperto, que depois desapareceu. Do ato sexual resultou até gravidez, o que agravou a responsabilidade do amante que achou mais cômodo viajar” (PARAÍBA, 1963a).

A ofendida tinha 14 anos, sem nenhuma iniciação no amor. E foi, por conta disso, e acrescido do fato de muito confiar no denunciado, que entregou a este a sua alma inocente, e finalmente, a sua própria virgindade(PARAÍBA, 1974b).

Em razão desses efeitos poéticos e explicativos, aqueles promotores teriam sido autênticos produtores de ilusão, de cenas dramáticas, dada sua capacidade de encadeamento dos regimes de sentidos, urdindo um teatro de fatos e/ou acontecimentos discursivos



que, em suas percepções, pareciam refletir bem o que acontecia com o universo mental das jovens seduzidas. O promotor A. A., ao referir-se a uma jovem de 16 anos, no ano de 1967, em Campina Grande, afirmava

o desvirginamento foi por intermédio de acoplamento carnal ortodoxo, precedido de festivas e interativas promessas de casamento, da pulcra inexperiência da donzela conspurcada. Expurgando possíveis e eventuais culpas do réu na ruptura do seu hímen, cuja integridade rompera-lhe outro afoito mancebo. O réu, assim, apesar de fornicar com a vítima, não foi o pioneiro da ostentação do sangrento troféu virginal. A honra, o prestígio e a fama que na mulher o donzelismo provoca um bem jurídico muito especial. Tanto que na sua violação, a lei exige a representação da parte da ofendida, para acionar o *jus puniendi* do Estado (PARAÍBA, 1967a).

Os atributos da honra, do prestígio e da boa fama transpassavam o corpo individual das adolescentes para atuarem no campo jurídico. Vemos que, por meio desse deslocamento, o promotor estabelecia sentidos em modelos de condutas socialmente desejáveis, de modo que as formas de portar-se teriam que configurar uma teatralização frente ao “*jus puniendi* do Estado”.

Quando esse poder estatal é posto em funcionamento, não mais depende o seu formal curso da vontade da parte que o fez caminhar [...]. À margem desse dogmatismo, contudo, os personagens centrais do drama de toques teoricamente sangrentos podem transigir, conciliar, estabelecer acordos, conchavos e quejandos. Barganhar, enfim.(PARAÍBA, 1967a).

Ou seja, muito embora não conviesse “penetrar os escaninhos da alma e conduta humanas”, o promotor A. A. deixou claro que as narrativas relatadas continham uma veia fictícia, compostas por “[...] personagens centrais do drama de toques sangrentos [...]”(PARAÍBA, 1967a). A reprodução daquela tecnologia discursiva colocava a ideia de como os sedutores eram movidos pelos órgãos sexuais que pareciam estar à flor da pele frente a uma moçoila da época. Vimos como os autos fazem referência, a todo o momento, aos “instintos bestiais e infectos”

(PARAÍBA, 1961) que eram despertados quando eles repousavam nos braços daquelas afáveis e feitas para serem comandadas. Era por meio do despertar dos instintos do outro, isto é, das moças, que o desejo deles reproduzia-se em prazer sexual. A sexualidade do Don Juan era vista como uma necessidade quase natural, frequentemente, de forma “bestial e selvagem”, ou seja, aludida aos animais irracionais.

Após suas investidas, isto é, após haver “penetrado o seu membro viril” e, assim, abalado o código da honra moral/virginal, eles supostamente partiam em busca de outras satisfações aos seus apetites. Segundo relatório do ano de 1971,

[...] o cupidino iniciou um romance com a jovem donzela, dominando-a e desintegrando o seu pudor num crescente de lascívia e luxúria que abicou na cópula com a virgem incauta. Satisfeitas as suas vontades, voltou para a sua residência como se nada tivesse acontecido. (PARAÍBA, 1971a).

Segundo a elaboração discursiva, o herói burlador passava uma falsa imagem de si, de modo que só podia enganar as jovens moças pelo exercício da palavra e da prática sexual.

O sujeito Don Juan também aparecia atuando nas páginas dos jornais do estado. Seus corpos denotavam um duplo sentido: desejados e, ao mesmo tempo, perseguidos. As matérias jornalísticas reforçavam tanto a ideia mítica daqueles sedutores quanto de seus deveres frente à sociedade. A partir do idos da década de 1970, presenciamos um número significativo de casos de sedução ocorridos no estado da Paraíba. Conforme já dito, os jornais do estado registravam diariamente várias reportagens<sup>47</sup> sobre o tema, cujos títulos faziam menção frequentemente aos Don Juans, os quais apareciam com suas fotografias estampadas nas páginas do dia a dia. Os periódicos divulgavam como ocorriam os episódios, informações sobre exames médicos e de conjunção carnal pelos quais passavam as chamadas “ofendidas”, prisões efetuadas por delegados, decisões judiciais acerca das condenações dos sedutores, bem como datas estabelecidas para a

---

<sup>47</sup> “Don Juan” das três irmãs está outra vez nas malhas da polícia. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 139, p. 7, 23 fev. 1972; “Primeira vítima dos D. Juans”. *Jornal da Paraíba*, nº 747, p. 7, 1º mar. 1974; “Surgiram as primeiras vítimas dos D. Juan nos festejos carnavalescos”, *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 1038, p. 7, 15 fev. 1975; entre outros.

realização de casamentos obrigados por delegados ou juízes. A vida de Don Juan naquela sociedade parecia bem agitada.

Com tais traços, os articulistas constituíam as noções de amor eterno e de felicidade duradoura num mundo de fantasias e aventuras (COSTA, 1998). A prática do amor aparecia conectada a outras sensações como prazer, bem-estar, conforto, boa vida e satisfação sexual. Tratava-se de signos articulados com a ideia de felicidade contida nos discursos ao narrarem histórias de crimes sexuais: “A menor é dessas jovens sonhadoras, de temperamento sugestível, sem nenhuma experiência da realidade que via no querelado o futuro esposo, o homem destinado a fazê-la feliz [...]” (PARAÍBA, 1960a); “Depois de ter-se entregado ao namorado, JPS, começou a notar que ele já não era como antes. Via que não despertava atenções de seu ‘príncipe encantado’”.<sup>48</sup> Esses discursos demonstram como jornalistas conseguiam reproduzir a ideia de amor romântico com histórias supostamente verossímeis.

Os chamados sedutores eram envolvidos em certos lapsos ou embaraços cotidianos, como pequenas vagabundagens pelas ruas, que lhes davam várias alcunhas: “Gilberto tentou apalpar as pernas de uma jovem sentada ao seu lado no Cine Capitólio quando foi denunciado à Polícia e imediatamente preso”;<sup>49</sup> “Tentou beijar a jovem à força e foi preso”;<sup>50</sup> Sem que a jovem lhe desse confiança, o cobrador Nelson de Tal,

[...] tentou lhe abraçar à força e praticou vários gestos indecorosos. Tal ocorrido revoltou os familiares da jovem e as pessoas que o presenciaram. O delegado Costa Filho determinou que a prisão do agressor fosse efetuada o mais rápido possível, a fim de poder autuá-lo dentro da lei.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> “Dois casos de sedução de menores a serem resolvidos por Antônio Miguel”, *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 639, p. 10, 31 mar. 1977.

<sup>49</sup> “Tentativa de tala leva um ao xadrez: DC” – (Delegacia de Costumes). *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 1204, p. 7, 02 set. 1975.

<sup>50</sup> “Tentou beijar a jovem à força e foi preso”, *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 1292, p. 7, 1º set. 1976.

<sup>51</sup> “Quer namorar na marra”. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 1299, p. 7, 10 fev. 1976.

Nota-se aqui o registro de pequenos atentados contra a ordem, o que fazia com que tivessem visibilidade no âmbito das delegacias e seus atos fossem publicados pelos jornais. Muitas daquelas transgressões periféricas demonstravam pontos de resistências, linhas de fugas nas quais aqueles chamados infratores da ordem transitavam entre as fronteiras do lícito e ilícito, do normal e anormal, do permitido e proibido.

Ao passo que juristas e jornalistas criavam certos estereótipos em torno dos sedutores. Os ficcionistas da moral cuidavam de reproduzir imagens das chamadas “jovens Julietas” para contracenarem com os “Don Juans” no *script* do teatro forense e dos jornais ao narrarem aquelas paixões emaranhadas. Em razão do uso imaginativo e da erudição, os juristas classificavam as moças com sentidos diversos, adjetivando suas condutas, reforçando a noção de “inocência”, ingenuidade e castidade. Aquelas condutas, ao mesmo tempo muito afetivas e muito vigiadas, amorosas e policiadas, eram nomeadas e constituídas como “libélulas casadeiras”, “meninas ingênuas”, “donzelas”, “virgens incautas”, “apaixonadas e sonhadoras” (PARAÍBA, 1961), “românticas”, vistas como tendenciosas a todos os vícios do amor, da paixão, da sedução; associadas a um poço de passividade e serenidade, conforme vimos por meio das representações jornalísticas. As “Julietas” pareciam estar à mercê das seduições dos conquistadores diariamente (PARAÍBA, 1956b) em nome da idealização que faziam do amor; à espera de que eles viessem roubar seu talismã da honra para, em seguida, conseguir ou “agarrar um marido” que pudesse dar-lhes um nome e oferecer-lhes um bom nível social.

Muitos promotores e advogados ironizavam o excesso de afetos e sentimentalismos das moças, levados até a comédia, o que, por sua vez, parecia desagradar-lhes. A imagem de serenidade era vista como peculiar da natureza daquelas jovens, cuja ressonância aparecia numa definição de amor feita por Cristino Pimentel, poeta da cidade de Campina Grande: “[...] essa coisa encantadora que embriaga os corações. Definir o amor, quem há? Definir o amor é o mesmo que definir a mulher. Dois abismos. Dois labirintos onde se embaraça a maior das aranhas: o homem”. (PIMENTEL, 2001, p. 46).

Diferentemente das “moças honestas”, que deveriam ser orientadas, senão advertidas desde tenra idade, por pais e mães, as “jovens julietas” eram traçadas como as singelas que viviam num eterno estado de suspensão, como que desavisadas, sempre à espera que um Don Juan batesse às suas portas do coração e “violasse” sua honra,

muito embora, em alguns casos, aparentemente a virgindade fosse guardada a sete chaves.

As imagens que eram construídas em torno das chamadas “Julietas”, segundo discursos de juristas e jornalistas, eram de moças que deslizavam ao longo de calmos rios de paixão. Dizia o promotor: “a áurea romanesca rompe da própria correspondência firmada entre as personagens dêste drama de amor prosaico e rotineiro [...]”, um romance que durou anos, testemunha do “[...] extremo amor da donzela violada para com o réu” (PARAÍBA, 1971g).

A seguir, narraremos um trecho de uma carta que consta como parte do processo, destacado com tintas vermelhas, para possivelmente ressaltar o ardor das paixões da época: “[...] quantas vêzes teus lábios se uniram aos meus quantas e quantas vezes meu Deus está que não temia nada no mundo naqueles lugares deserto (sic) onde só se ouvia o cantar dos grilos cantando [...]” (PARAÍBA, 1971g).<sup>52</sup> Observe que nenhum suspiro, talvez, ouvia-se ali, nenhuma vírgula entre aquelas palavras que pareciam ofegantes, ansiosas. Na visão dos juristas, elas tinham uma existência facilmente passível de sedução: “[...] o que fez sobre falazes promessas de amor e casamento e, notadamente por que com os ardis de que serviu o indiciado pode vencer a justificável confiança e inexperiência da vítima”. (PARAÍBA, 1971g), eram traçadas como prisioneiras de suas próprias conquistas. As incertezas do cumprimento das promessas que soavam, muitas vezes, um tanto vazias, palavras jogadas ao vento por uma doce e breve (des)aventura, elas preferiam ignorar. Os segredos do amor acrescentavam-lhes a massa obscura de seus próprios valores. A sedução empreendida pelos chamados “Don Juans” aparecia com esse papel no qual as “Julietas” caíam nas armadilhas da ingenuidade, de onde não escapavam. Elas eram “[...] entenebrecidas e entregues ao rio de mil braços e afagos, ao mar de mil caminhos, enroladas pelas cobertas de carinhos”. (PARAÍBA, 1961); mulheres “sumamente apaixonadas” (PARAÍBA, 1971g); “[...] a mais ou menos três anos, a declarante tinha um romance amoroso com o acusado, com quem tinha um amor ferrenho”.

Frente a tais “ligações amorosas” (PARAÍBA, 1971g) entre “Don Juans” e “Julietas”, os juristas começavam a se pronunciar de modo veementemente, os quais pareciam inquietar-se frente àquelas práticas que colocavam em risco a moralidade social, isto é, práticas tão difusas e desestabilizadoras que colocavam em xeque o porquê de as moçoilas

---

<sup>52</sup> Trecho retirado de uma carta recolhida de uma menor deflorada, 16 anos, estudante, comerciária, em Campina Grande, 1971.

deixarem-se encantar pelas lábias dos sedutores, por que razões aquelas “águas serenas” permitiam-se desonrar tão facilmente. Esse tipo de percepção teve ressonâncias no ano de 1971, quando o promotor M. de O., ao tratar de um caso de sedução, afirmou, referindo-se ao réu, Cordeiro, de 24 anos, motorista, alfabetizado:

Sem embargo da atordoante desagregação por que passa a família brasileira, nessa fase deprimente de liderança dos playboys, sofrem os pais de família dolorosa crise educacional e moral, tendo os mesmos uma única esperança de garantia de preservação moral dos seus filhos, na integridade e na coragem dos seus magistrados. É para essa integridade e incorrutibilidade dos seus juízes que os pais de família brasileiros se apelam confiantes, aplicando a lei na alta sabedoria, a fim de que o respeito nos lares humildes seja restaurado. O Augusto Petrório não se tem afastado desse critério de cominar contra os sedutores das adolescentes a medida da prisão preventiva, a qual vem contrariar as artimanhas desses Don Juans modernos, que depois de corromperem esses rebentos da nossa sociedade, os deixam na vala fácil da desonra e à mercê da prostituição [...]. O crime foi praticado contra uma menor sumamente apaixonada [...]. As ligações amorosas do acusado com a vítima foram profundas, abalaram a sua resistência moral e física, até que se deixou pelo mesmo se desvirginar, na esperança de que o mal seria recompensado pelo prometido casamento. Como ato legal, de evidente justiça e de lidima moralidade, decretando a prisão preventiva, visto como a sua liberdade, além de constituir um escárnio à sociedade e a uma família pobre, mas honrada, está dentro dos expressos ditames da lei. (PARAÍBA, 1971g).

A partir do que denominou a “atordoante desagregação da família brasileira”, o citado promotor questionou as técnicas da arte de sedução e a “deprimente liderança dos playboys” como um problema social que dizia respeito não somente às famílias do estado da Paraíba, mas também às famílias brasileiras. A promotoria procurava ocupar-se da qualidade moral da vizinhança, velando pela “integridade e

incorrutibilidade dos seus juízes”, visando a reforçar o respeito à lei e à preservação dos costumes. Aquelas técnicas políticas de identificação demonstram com riqueza de detalhes o que os juristas propunham fazer para garantir “a preservação moral”, sem esquecer as formas educacionais, alertando para o perigo de as jovens ficarem à “mercê da prostituição”. Tal iniciativa visava a proteger a honra sexual/moral das adolescentes das “artimanhas dos sedutores”, especialmente jovens de famílias pobres, “a fim de que o respeito nos lares humildes [fosse] restaurado” e preservado.

O promotor apontava para o fato de que as “famílias pobres, mas honradas” agarravam-se ao último fio de “esperança” em nome de um “bem jurídico”, a honra de suas filhas, tomando por base a “integridade e a coragem dos seus magistrados” ao recorrem ao amparo legal para resolverem seus problemas de ordem moral/sexual. Ora, o promotor não somente confundiu uma prática social comum da época referente aos usos que as populações pobres faziam da lei em defesa da honra com o papel moralizador daquela instância de poder, mas também deixou claro que a condição social de pobreza denotava sentidos voltados para o desrespeito e a desonra, e aquela família, por seu turno, teria sido uma exceção. Para tanto, cogitava formas de minimizar a atuação dos “Don Juans”, sugerindo a prisão preventiva, visto que estava expressa nos “ditames da lei”. Os atos punitivos pautados pelo casamento ou por meio da prisão dos acusados, de dois a seis anos, conforme vinham ditando as sentenças judiciais, não estariam resultando na suposta restauração da ordem com vista a integrar os “criminosos sexuais” ao que o promotor denominou “lidima moralidade”.

Segundo Alides Baptista C. Junior, durante a década de 1970, algumas áreas do conhecimento, como a Psiquiatria, o Direito, a Pedagogia e a Antropologia, foram decisivas para a mudança conceitual do ‘menor’, orientando a discussão para o campo educacional. Em 1979, foi aprovado um novo Código de Menores em substituição ao Código de 1927. Segundo a autora, o Código de 1979 incorporou uma série de nuances que associavam as famílias de baixa renda com a produção da delinquência de jovens.

As crianças e os adolescentes passam a ser um importante foco de atenção da sociedade e das instituições de poder, com vista à construção das bases de reprodução social que a sociedade moderna promoveria, a partir de elementos que

foram aprimorados até os dias de hoje (CHIMIN JUNIOR, 2011, 61-66).

Os discursos que colocam os chamados sedutores como delinquentes associavam suas práticas à “ameaça a ser tratada pela polícia ou órgãos de serviços sociais” (CHIMIN JUNIOR, 2011, 63).

Com certo ar de crítica face à banalização do ato sexual e certo tom de intolerância à arte da conquista dos rapazes, o promotor indagava sobre o asceticismo feminino, quando da abertura de uma ação no ano de 1972.

Que diabos de promessa de casamento é essa que está havendo por aí, que é só dizer ‘caso contigo’ pra as moças se desmilinguirem, se atirarem (sic) aos torneios sexuais. Pensando em que? Que diabos de tempo. Uma moçoila encanta-se com as fardas de um guarda-noturno, sua capa, seu chapéu, sua sonolência, para dentro de três meses deixar-se possuir-se pelo mesmo, quando devia saber que hímen desmoraliza até heraldite, quando se rompe. Não estamos tratando do assunto graciosamente. Não há gozação ou ironia em nosso pronunciamento. Repulsa, sim. Os processos por crimes contra os costumes estão enchendo as prateleiras dos cartórios. E muitos deles sem nenhum sentido. Jovens levianas lançam às aventuras libidinosas e depois caem aos pés da Justiça em busca do que não perderam, mas apenas, jogaram fora. Pede-se que a denúncia não seja julgada procedente (PARAIBA, 1972e).

A partir de 1972, observa-se a recorrência desse discurso com mais força. O promotor questionava e ironizava o fato de as “moçoilas” entregarem-se facilmente “aos torneios sexuais” sem hesitarem acerca das consequências que aquilo poderia trazer em suas vidas. Chamava atenção para como as “[...] jovens levianas, bastante informadas, estudantes, portanto e reconhecidamente esclarecidas [...]” daquele “tempo” deleitavam-se nos prazeres sexuais com pouco tempo de relacionamento amoroso: “para dentro de três meses deixar-se possuir-se pelo mesmo”. Ao que parece, sua pergunta inferia outra estrutura de elaboração, qual seja: que jovens são essas que não valorizam mais os imperativos da decência, da honra moral, da virgindade, que não se contêm dos prazeres carnavais? “Quando devia saber que hímen



desmoraliza até heraldite, quando se rompe.” Ou seja, rompida a membrana do hímen, nem haraldite, uma espécie de cola extremamente resistente, restituiria a honra perdida das moçoilas, honra “jogada fora”, buscando evidenciar o desprezo pela honra. Além disso, parecia criar outra estratégia com vistas à diminuição dos crimes de sedução: julgar improcedentes as denúncias até que isso se tornasse uma prática jurídica comum no âmbito da sociedade, para ver se essa atitude interferiria nas tramas judiciais de defloramentos com outros hábitos, costumes mais abrangentes de condenação, no intuito de que as menores procurassem cuidar de si mesmas, resistindo às tentações de seus desejos. De outra parte, no que diz respeito aos vários casos em que os acusados eram condenados, defendia-se a premissa de evitar que os sedutores, estimulados pela impunidade, viessem a corromper outras menores que, desamparadas tanto pelas famílias quanto financeiramente, inevitavelmente, concorreriam para o aumento da prostituição. Razão por que muitas das denúncias eram julgadas procedentes até metade da década de 1970.

Segundo reportagem do mês de agosto de 1976, publicada pelo *Jornal da Paraíba*, deixava clara as inquietações da Justiça acerca dos crimes de sedução.

Nova onda de sedução começa a preocupar as autoridades da Delegacia de Costumes de Campina Grande. Nas últimas 24 horas, foram registradas na Secção de Costumes nada menos que três queixas contra “Don Juans”, estando o investigador Antonio Miguel, “O casamenteiro” apreensivo com o problema, pois neste mês de agosto já sobe para 29 os casos dessa natureza [...] <sup>53</sup>.

O discurso jornalístico indica como os casos de crimes de sedução não se restringiam somente àqueles que foram registrados pela imprensa, pela abertura de inquéritos policiais ou levados a processos criminais. A matéria denunciava que “vários outros casos” eram negligenciados em razão de não disporem de investigações minuciosas, realizadas por um corpo de agentes capaz de atender às demandas que ocorriam cotidianamente. Nesse sentido, observa-se como o alto índice de casos de sedução que ocorriam no estado foi, aos poucos, tornando-se

---

<sup>53</sup> “Seduções preocupam autoridades policiais”, *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 1453, p. 9, 14 ago. 1976.

objeto de preocupação das autoridades públicas, à medida que o século XX findava. Certas medidas tinham de ser tomadas de forma urgente, dado o suposto papel que o Estado teria de cuidar do bem-estar das populações. É possível perceber, ainda, como as queixas-crimes ficavam nos arquivos das delegacias, isto é, empregados os meios mais rápidos e cômodos, muitos dos inquéritos policiais não chegavam a constituir-se como ação penal, por falta de testemunhas ou porque não conseguiam encontrar os acusados, “livrando os casais de enfrentarem os rigores e constrangimentos de um processo crime”. Era assim que se referia a maioria dos promotores.

Assim como os delitos de defloramentos, observamos a recorrência de alto índice de casos de estupro aos fins de semana, durante ou depois de festas religiosas ou cívicas que geralmente ocorriam todos os anos. Os julgamentos sobre crimes sexuais aparecem como uma prática pedagógica, de modo que era dado às mulheres um papel de reduzida importância, em particular às suas falas diante do Judiciário, de forma que a proteção à moral, não raras vezes, sobrepunha-se aos direitos delas como sujeitos individuais amparados por direitos civis.

Segundo o *Jornal da Paraíba* do ano de 1976, a grande incidência de crimes de sedução ocorria nos meses de festas, como carnavais e durante o verão, procurando chamar a atenção das famílias para o alto índice de adolescentes defloradas naqueles dias de festividades.

Durante a primeira quinzena de setembro, foram registradas cerca de 12 queixas de sedução, fato que está preocupando as autoridades da Delegacia de Vigilância e Costumes. Para o investigador Antonio Miguel, chefe da Secção de Costumes, o fato é novidade, pois os meses que apresentavam maiores índices de sedução são: janeiro, março, abril e agosto. Dentro do possível, com os poucos recursos de que dispõe aquela delegacia, os casos registrados contra sedutores vêm sendo resolvidos. [...] geralmente, o acordo entre as duas partes é feito na delegacia, pois o investigador Antonio Miguel, bastante tarimbado no serviço, sempre consegue realizar o casamento, o que lhe valeu o apelido de “O Casamenteiro”. Os processos enviados para a Justiça são em números

reduzidos, pois as partes sempre conseguem uma solução na presença da autoridade policial.<sup>54</sup>

O jornalista anônimo afirmava que a causa principal para o aumento das denúncias, segundo delegados, escrivães e outras/os funcionárias/os que trabalhavam nas delegacias, era “[...] a liberdade excessiva que os pais de família dotam às suas filhas, sem antes prepará-las [para a vida], e como consequência [desencadeava] o namoro com rapaz errado, que sempre acaba na polícia [...]”.<sup>55</sup> Os juízes tornavam-se diretores de cena, os delegados, os legisladores de enlances afetivos/amorosos, enquanto os jornalistas seguiam com seus espetáculos dramáticos.

As marcas discursivas, que constituíam as identidades dos donjuans, apontavam para o modo como eram vistos como animais de presa e sedução nos gestos, no andar, no corpo, na forma de vestir, no impudor da boca, no olhar, os quais se eximiam de suas responsabilidades, do casamento, fugindo para cidades do sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, quando descobertos.

Observa-se, a partir da década de 1970, um aumento considerável dos casos de defloração se comparado às décadas anteriores. Ao que parece, certos valores, como a preservação da honra, regularmente requeridos por pais ou mães das chamadas “ofendidas” durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, não tinham a mesma força em face das mudanças políticas por que passava a sociedade em geral. Quanto ao fato de manterem o ato sexual fora da premissa do casamento, parecia, pelos menos do ponto de vista das jovens, em alguns casos, cada vez mais comum. Ao passo que é possível extrair outro enunciado: juízes, promotores, advogados e delegados empreendiam uma luta contra os “tempos modernos”, visando à preservação dos costumes e princípios morais das famílias. Basta observar a crítica constante que os homens da lei faziam às moçoilas que se entregavam ao primeiro que lhes aparecia, em intervalos cada vez mais curtos.

Para a maioria das moças, parece-nos, o sentido de “honra sexual” e “honra moral” parecia ter se flexibilizado, pelo menos não passava mais pelo rompimento do hímen, em razão dos processos de subjetivação pelos quais elas passavam individualmente, segundo as

---

<sup>54</sup> “Registradas 12 queixas de sedução na primeira quinzena de setembro”, *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 1483, p. 9, 19 set. 1976.

<sup>55</sup> “Registradas 12 queixas de sedução na primeira quinzena de setembro” *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, nº 1483, p. 9, 19 set. 1976.

instâncias de valores e mudanças que emergiam ao mesmo tempo. Muitas das jovens confessavam aos pais sobre a perda da virgindade como forma de denunciarem os acusados. Outras entravam com uma queixa como meio de se vingarem ou de forçarem os “sedutores” a se casarem com elas, em particular quando eram abandonadas ou desprezadas após as primeiras relações sexuais e, em seguida, ficavam sabendo que o namorado estaria de compromisso com outra, motivo por que elas iam atrás deles em suas casas, no trabalho, no local onde estudavam, requerendo deles a responsabilidade pelo desvirginamento. Assim, o crime de sedução não se configurava como um ato em si levado à Justiça.

As práticas discursivas em torno dos crimes sexuais traduziam assim a maneira como jovens, homens e mulheres, vivenciavam suas experiências sexuais, suas relações afetivas e em termos de amizade e, ainda, como emitiam valor significativo à noção de honra sexual e moral. Trata-se de jogos de poder que colocavam em questão a paixão, os desejos, as relações sexuais, as práticas que eram ou não valorizadas, colocando em cena os mecanismos de controle da Justiça e de resistências por parte das ofendidas.

A teórica literária, Claudia Lima Costa, chama atenção para o fato de como as “identidades ambivalentes” aparecem como um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social (COSTA, 2002). De acordo com este pensamento, os sujeitos são constitutivos de seus desejos, vontades e ações, compreendidas como lutas de poder negociadas o tempo todo entre as fronteiras das normatizações jurídicas. Isto é, à medida que os juristas enquadravam os chamados don juans com sujeitos de posição ativa na arte da sedução, davam visibilidades às ações deles, de modo que constituíam-se identidades em “contextos temporais e espaciais diferenciados e marcados por relações de poder” (ROSSI apud CHIMIN JUNIOR, 2011, p. 132). Como mostra Rodrigo Rossi, é possível perceber como os sujeitos “reconfiguram o campo das relações, possibilitando tanto a legitimidade quanto a contestação e a resistência em relação a padrões hegemônicos de práticas e significados instituídos socialmente.” (2011, p. 132).

Caminharemos, a partir de agora, para a análise de como as ofendidas e os sedutores faziam usos dos espaços das cidades, à medida que a década de 1970 seguia seu curso.

### 3. SENSIBILIDADES E SOCIABILIDADES NOS ESPAÇOS CIDADINOS

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (CALVINO, 1995, p. 44).

Campina Grande, João Pessoa, Patos, Souza, Ingá, entre tantas outras cidades com seus municípios, grandes ou pequenas, cujas escritas são reveladoras, seja pelas atividades políticas, econômicas, religiosas, seja pelo modo singular com que seus habitantes praticam os espaços. Cortadas pelas ruas, avenidas e travessas, elas constituem o perímetro urbano. Meridianos geográficos, paralelos e perspectivas. Prédios, prefeituras, praças, igrejas, bondes velhos. Aquelas cidades não se limitavam somente aos espaços públicos institucionalizados, tampouco à história conhecida, nem às lendas, mas em cidades íntimas, de dentro, que os outros não veem: a enunciação dos sentidos em torno da “cidade poema” (SOUTO, 1977).

As cidades são constituídas por espaços inventados que estão para além de sua estrutura física de pedras, concreto, aço, ferro e vidro. Nelas, também existem labirintos eróticos, becos e ruelas carregados de significações que testemunhavam a libido dos casais, como as “casas suspeitas”, “casas de recursos”, hotéis, pensões, dormitórios etc.

Aquelas cidades eram geradas por caminhantes, transeuntes que formavam “[...] um ‘texto’ urbano escrito em cada linha por onde passam sem poder lê-lo”. (CERTEAU, 1994, p. 171). Ali, viviam “os praticantes ordinários”. Seus “fragmentos de trajetórias” podem ser visíveis por cada percurso que faziam, como um mapeamento temático. De modo consciente ou não, os transeuntes ou habitantes transformavam o “[...] fato urbano em conceito da cidade. [...] planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade à este pensamento do plural: é saber e poder articular”. (CERTEAU, 1994, p. 172), alteravam a matéria geográfica e certos valores morais, como os códigos de postura; avançavam, entrecruzavam os espaços,<sup>56</sup> fazendo

---

<sup>56</sup> Partimos da premissa do “espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais” (ROLNIK, 1992, p. 28). Isso significa que o espaço pode ser visto como um código onde os sujeitos constroem suas relações de poder e de

usos diferenciados deles, ressignificando-os para além da racionalidade urbanística por meio de técnicas de subjetivações individuais. Formavam-se ali territórios.

As cidades, em suma, podem ser pensadas como espaços constitutivos de singularidades, atravessadas de emoção, paixão, desejos, olhares, de modo que as práticas que os indivíduos fazem delas produzem outras sensibilidades. Como indica Stella Bresciani,

[...] o ímpeto para esquadriñar e tornar legível esse fluir constante tem muito a ver com uma intenção de conhecimento que implica a prévia experiência do olhar que divide e agrupa, que localiza e designa a identidade das pessoas por seus sinais aparentes. (BRESCIANI, 1987, p. 8).

Nelas e por meio delas (re)inventam-se estilos de vida, arranjos sociais, políticas, imagens da prostituição e da violência. As cidades também são constitutivas de “vozes, sussurros, vultos, olhares, passos”, gritos e sofrimentos.

Este capítulo visa a analisar, em um primeiro momento, como os discursos acerca da importância econômica das duas maiores cidades do estado, Campina Grande e João Pessoa<sup>57</sup>, na primeira metade do século XX, aparecem associados ao fluxo migratório, proveniente de outras cidades do próprio estado, além de outras regiões e estados vizinhos, como Pernambuco. Essa configuração migratória teria desencadeado o alto índice de crimes sexuais na Paraíba. Ao problematizarmos as práticas discursivas, mostraremos, em segundo lugar, como a noção de

---

interesses, onde atribui-se um sentido econômico. Enquanto o território refere-se ao espaço transformado, lugar apropriado e atravessado de subjetividades. Segundo Rolnik, não existe um território sem a prática do sujeito, mas um espaço pode existir independente do mesmo. Ou seja, dentro dessa lógica, o espaço dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território praticado pelo sujeito. (ROLNIK, 1992).

<sup>57</sup> João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é uma das mais antigas cidades do Brasil e tem uma área de 211 km<sup>2</sup>. Desde o início do século XX, já experimentava o processo de reformas urbanas, seu crescimento populacional ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1970. Entre vários acontecimentos, pode-se citar o êxodo rural, a expansão da Universidade Federal da Paraíba, a partir da década de 1970, a criação de conjuntos habitacionais “construídos para suprir a demanda por moradia”(SOBREIRA et al., 2011), como o bairro da Mangabeira, localizado na zona sul da cidade.

modernidade aparecia, nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX, como prerrogativa-chave para o desenvolvimento econômico, urbanístico e material nas cidades do estado com um fator decorrente da modernidade ou de artefatos considerados à época como modernos. Em seguida, cartografaremos os locais de (des)encontros, onde e como ocorriam os primeiros flertes e olhares, bem como o defloramento das “moças honestas”. Ao realizarmos esses objetivos, abordaremos como foi percebida certa preocupação de policiais e delegados com a moralização das cidades da Paraíba, como os seus discursos estavam voltados ao perigo iminente que rondava os espaços domésticos e públicos. Assim, as autoridades públicas foram convocadas a tomarem providências para o combate às práticas sexuais consideradas contravenções aos bons costumes.

Para alcançar essa meta de análise, elaboramos as seguintes questões: Como ocorria a migração das populações para as duas principais cidades do estado, Campina Grande e João Pessoa, percebida em associação direta com a violência? Quais embates e conflitos sexuais eram desencadeados em razão da chegada de homens, trabalhadores agrícolas e caminhoneiros, em busca de trabalho ou de sua sobrevivência? Quais os sentidos que constituíam os espaços citadinos praticados pelos sedutores e pelas “ofendidas” para a realização da primeira prática sexual? Quais práticas discursivas circulavam no cotidiano das cidades que apontavam para imagens depreciativas acerca das “casas suspeitas” e dos “lugares libidinosos”? Como foram constituídas as formas de violência por meio da construção de estereótipos em torno dos acusados de defloramento e estupro, os quais apareciam no cotidiano das cidades atuando como criminosos segundo os jornais da época? Busca-se, ao mesmo tempo, mostrar como se tentava controlar os atos dos pequenos “transgressores” dos códigos de postura instituídos para as cidades.

Para tanto, apropriamo-nos do conceito de cartografia com base no pensamento de Suely Rolnik, quando diz que, “[...] para os geógrafos, a cartografia diferentemente do mapa, representação de um todo estático é um desenho que mapeia “[...] os movimentos de transformação da paisagem”. (1989, pp. 15-16). Nesse sentido, as “[...] passagens psicossociais também são cartografáveis”, o sentido que empregamos aqui indica, em primeiro lugar, os espaços físicos<sup>58</sup> onde as moças e os rapazes tinham seus primeiros encontros, suas primeiras

---

<sup>58</sup> Ver em Anexos cartografias das cidades de Campina Grande e João Pessoa, de números 1, 2, 3.

relações sexuais. E, em segundo, como faziam usos de diversos espaços, ressignificando-os por meio de sensibilidades, como afetos, memórias, sensações, sentimentos, gestos classificados como atentado ao pudor, lembranças, entre outros, de modo que a cartografia, como um desenho que se constrói e acompanha “os movimentos das paisagens”, transformava-se, formando outros sentidos. Nesse caminho, as cartografias, no plural, “trazem marcas dos encontros que as foram constituindo [...]” (ROLNIK, 1989, p. 16) das suas paisagens físicas, mas também afetivo-emocionais. As marcas “formam um relevo [...]” (p.16) de relações que os indivíduos estabelecem entre si, entre o outro e também com os espaços. Como afirma a arquiteta Raquel Rolnik, para além dos aspectos funcionais das cidades, existe um processo de significação, de percepção e de construção dessa territorialidade. Uma rua, para além de ser um lugar onde passa ou se deixa passar está carregada de história, memória, experiências” (ROLNIK, , 1992, p. 28), que homens e mulheres tiveram, que a sua rede de amizade teve, e que faz parte da história pela qual aquele espaço foi ganhando sentidos.

Na segunda metade do século XX, o estado da Paraíba<sup>59</sup>, composto por seus 223 municípios, já experimentava um avanço significativo em termos de inserção dos meios de comunicação associados à chamada modernidade. A influência do cinema, do rádio<sup>60</sup> e da TV no comportamento das chamadas “ofendidas” foi um marco ressonante nos discursos de juristas e jornalistas em quase todos os documentos do período em análise. Essas formas de pensar a modernidade se diferenciavam daquelas do início do século XX. Naquele momento, as ideias sobre modernidade e civilização circulavam por vários estados do país, cujas aspirações alcançavam a Paraíba. De acordo com o FIEP Censo realizado pela Federação das Indústrias do

<sup>59</sup> O estado da Paraíba está localizado na porção oriental da região nordeste do Brasil, limita-se a leste pelo Oceano Atlântico, onde está situada a Ponta do Seixas (ponto mais oriental das Américas), a oeste pelo estado do Ceará, ao norte pelo estado do Rio Grande do Norte e ao sul pelo estado de Pernambuco.

<sup>60</sup> As primeiras experiências radiofônicas ocorreram em 1936 na cidade de Campina Grande. Na década de 1940 é que a radiofonia se ampliou, com a difusora “A voz de Campina Grande”, instalada no Edifício Esial, na Praça da Bandeira, centro da cidade. Os serviços de alto-falantes e difusoras perduram durante as décadas de 1940 e 1950, difundindo querelas políticas, informações, avisos, propagandas e valores culturais. A primeira emissora de rádio foi inaugurada no dia 13 de maio de 1948, com a implantação da Rádio Cariri. (FREITAS, 2006)



Estado da Paraíba (FIEP) no ano de 1957, a população chegava a 173.206 habitantes em Campina Grande, enquanto a capital contava com uma população menor, de 119.926 (TORRES, 2010, p. 26-27). José Valmi Torres mostra como no início dos anos 1950, observa-se a “reafirmção dos discursos progressistas referentes à cidade de Campina Grande, figurava como o município mais desenvolvido” do estado. (2010, p. 26). O crescimento populacional se dava também em conjunto com outras áreas e atividades em todo o país.

Segundo Maria de Lourdes M. Janotti, nos anos 1950 e início de 1960, várias transformações corroboravam para o avanço material da sociedade brasileira.

A modernidade redesenhava as capitais, a industrialização parecia acenar para a redenção do proletariado, a vida cultural adquiria um ritmo vertiginoso, a esfera acadêmica ampliava-se com a publicação de obras voltadas para a realidade brasileira, novas perspectivas estéticas revigoravam o teatro, as artes plásticas, a arquitetura, a música popular e a literatura. Vivía-se a atmosfera do progresso também na educação e no ensino. (JANOTTI, 2008, p. 95).

Desde o final do século XIX e o início do XX, os letrados e jornalistas da Paraíba que detinham certo poder – político, econômico, intelectual, religioso – se esforçaram em construir para o estado<sup>61</sup> imagens associadas à ideia de civilização e de progresso, voltadas para a modernização das cidades. Em se tratando especificamente de Campina Grande, o historiador Giscard Farias Agra demonstra como as práticas discursivas pautavam-se pela noção de moderno “[...] tanto no tocante à sua infraestrutura, às suas ruas, às suas moradias, quanto no tocante aos costumes de seu povo”. (AGRA, 2006, p. 33). Naquela lógica,

---

<sup>61</sup> Dentro dessa perspectiva seguiram vários pesquisadores, professores, historiadores, sociólogos, cronistas, jornalistas, acadêmicos em geral que, de forma direta ou não, têm contribuído para a reprodução das imagens de progresso e de modernidade para as cidades da Paraíba, ou, aqueles que buscaram ressignificá-las, indicando as relações de poder e de interesses políticos que convergiam para a sua divulgação no Nordeste, em particular, e no país, em geral. Cf. ARANHA, 2001; SOUSA, 2001; VÉRAS, 1988; AGRA, 2006; FERNANDES, 2011; GONDIN, 2010; SANTANA, 2013; SOUZA, F., 2013.

constituía-se toda uma apologia em torno da cidade voltada para a ideia de “moderna, civilizada, europeizada [...]” (2006, p. 33). Grande parte daqueles personagens que inventavam os signos e sentidos de moderno, estavam “administradores, políticos, comerciantes, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, juizes, clérigos” que mantinham contato com as ideias “científicas europeias [...]”, que circulavam nos centros maiores, em especial onde havia faculdades de Medicina e Direito, como no Rio de Janeiro, em Salvador e em Recife.

Nessa direção, as imagens que circulavam naquelas cidades podem ser problematizadas como formas de experiências, de conflitos sociais que contracenam com a multidão, como resultados de lutas e práticas dos espaços (BOLLE, 1994, p. 272). Em uma sociedade conservadora como a do estado da Paraíba, a vigilância policial, principalmente atuando à noite, funcionava como um dispositivo de controle, com a função de manter a tranquilidade dos seus habitantes e ao mesmo tempo reeducá-los de acordo com os costumes da época. É por meio das cidades que também se produz constelações de desejos e medos. E era nesse espaço onde, frequentemente, alguns homens e mulheres ordinários procuravam esconder algo, até serem enredados pelas teias do poder.

Em se tratando do fator econômico, na década de 1950, as oportunidades de empregos para pessoas com pouca instrução eram raras, o que as motivaram a deixar seus lares para se aventurarem a ganhar a vida em outros estados vizinhos ou grandes centros do país, como Rio de Janeiro e São Paulo. Naquele momento, cidades de João Pessoa e de Campina Grande foram beneficiadas com múltiplas transformações progressistas. Esta última experimentava certo desenvolvimento econômico e na área de serviços desde o governo populista de Getúlio Vargas, que foi marcado pelo discurso da modernização.

Segundo Silvana Torquato Fernandes, o projeto de industrialização de Campina Grande, nos anos 1960, estava associado a forte articulação com os grandes comerciantes da época. Tais como, banqueiros e políticos, tendo como principal personagem Newton Rique, prefeito de cidade de 1963 a 1964, quando foi cassado pelo Ato Institucional nº 1, com menos de 200 dias de mandato. Naquele momento, o estado da Paraíba presenciava o “[...] declínio da comercialização do algodão, nos anos 1960, principal fonte de renda da Paraíba até a estadualização da Fundação Regional do Nordeste (FURNe), em 1987” (FERNANDES, 2011, p. 11). Nesse percurso, epítetos como “capital do trabalho”, “futuro de prosperidade” “polo

universitário e de desenvolvimento regional”, “centro comercial”, entre outros, foram gradativamente construídos na medida em que as décadas se passavam pela chamada “elite intelectual” – políticos, empresários, jornalistas e profissionais liberais – da época, visando à construção de signos desenvolvimentistas e progressistas. A estratégia discursiva consistia em atribuir signos de civilidade e modernidade de modo que a cidade aparecesse à frente de outras cidades do interior do estado. Ao mesmo tempo, aquelas estratégias voltadas para signos de grandeza também atravessavam as falas de outros letrados de cidades interioranas como Patos, Cajazeiras, Ingá, entre outras, movimentados pela produção econômica do algodão. Segundo Linda Lewin, com o crescimento do funcionalismo público estadual e federal durante os anos 1920,

[...] as famílias da elite da Paraíba buscavam que o estado proporcionasse oportunidades adicionais de emprego. Como produtores agrícolas e pecuaristas ou como homens de negócios, os membros dessas famílias reconheciam a necessidade de proteger politicamente as suas posições econômicas através de conexões burocráticas com os governos estaduais e federais. (LEWIN, 1993, p. 287)

Essa autora afirma que a continuidade familiar no recrutamento político, “[...] apesar de muitas exceções, pode ainda ser observada no período autoritário pós-1964, durante as décadas de 1970 e 1980”. (LEWIN, 1993, p. 370). Esse fato não era surpreendente para a Paraíba, “[...] quando se considera que ali o poder econômico continua altamente concentrado num pequeno número de famílias de elite”. A partir das décadas 60 e 70, a chamada elite, constituída pelos grandes comerciantes de algodão, políticos, fazendeiros, proprietários de terra, estava perdendo terreno em termos de prestígio para outra sociedade que emergia, enriquecida, inicialmente, com o comércio atacadista. Emergiam assim os pequenos comerciantes. Com a modernização dos meios de transporte e de comunicação, diminuiu-se a necessidade de manter estoques elevados. Esse processo vinha sendo constituído desde a década de 1940. Tratava-se de industriais, profissionais liberais, militares e altos funcionários burocráticos (SANTOS, W., 2008; TORRES, 2010). Havia uma crença política baseada no progresso material, tendo em vista a tradição de seu comércio. Dizia-se, à época, que a Paraíba tinha, respectivamente, duas capitais: a administrativa, em João Pessoa, e a financeira, situada em Campina Grande

(MONTENEGRO, 2003). No começo da década de 50, a última disputava a liderança econômica do estado com a capital, exercendo polarização sobre uma área de 23.960 quilômetros quadrados, ou seja, 42,5% do território paraibano, abrangendo 57 municípios.

Além de gerar empregos diretos e indiretos, a circulação dos discursos associados à sua importância econômica atraía várias pessoas para a cidade, principalmente em razão da cultura algodoeira, que conquistara relativa importância para as finanças paraibanas desde o início do século XX, com as exportações do chamado “ouro branco”. Mas foi durante a Segunda Guerra Mundial que Campina Grande se notabilizou internacionalmente até fins dos anos 50, por assumir o *ranking* mundial como segundo centro de comercialização e exportação de algodão do mundo. Seu apogeu perdurou pelas décadas de 30, 40 e início de 50, o que, segundo os letrados da época, principalmente os que escreviam para os jornais do estado, lhe dava a alcunha de Liverpool do Brasil,<sup>62</sup> visto que só perdia para aquela cidade inglesa. Com a pavimentação das rodovias e a presença de estradas asfaltadas por toda a região do Cariri e do Sertão, os comerciantes começaram a comprar e vender constantemente. Com “[...] o comércio algodoeiro a cidade teve um crescimento geográfico e populacional abrupto e, mais que isso, passou por uma série de transformações qualitativas também no plano social”. (CARVALHO; QUEIROZ, 2003, p. 15).

A Praça do Algodão e as ruas dos Armazéns e das Areias eram tomadas pelo fluxo de “[...] automóveis, caminhoneiros, os chamados tropeiros, funcionários e carregadores de mercadorias que passavam por todos os lados, suados em longas jornadas de trabalho, faziam piadas e falavam alto nos pequenos intervalos de folga” (CARVALHO; QUEIROZ, 2003, p. 19). O comércio favorecia o transporte de mercadorias, tanto para outras cidades do estado quanto para outras regiões, razão por que atraíam a mão de obra masculina de outros estados vizinhos. No ano de 1915, o escoamento do chamado “ouro branco”, o algodão, e de outras mercadorias se dava por meio de caminhões e carros, o que incentivaria mais tarde a efetivação da política. .

---

<sup>62</sup> Durante o início do século XX, a exportação do algodão foi um fator de grande importância econômica para Campina Grande, responsável pelo crescimento e pela urbanização da cidade, atraindo comerciantes de outras cidades do estado e também da região Nordeste. Até 1940, Campina Grande era a segunda maior exportadora de algodão do mundo, o que favoreceu em grande medida o crescimento populacional no estado.

O historiador Damião de Lima mostra que, desde a sua fundação, Campina Grande esteve inserida em quase todas as mudanças econômicas vivenciadas no Brasil, desde o final do século XIX. Ainda, cita algumas como sendo importantes para o desenvolvimento econômico da cidade e para a sua entrada nos anos 1950:

O advento da estrada de ferro durante a República Velha; a implantação da indústria de beneficiamento do sisal e do algodão no final dos anos 30, início dos anos 40, reproduzindo, na região, a política econômica defendida nacionalmente pelo governo de Getúlio Vargas; a exportação de minérios para a indústria bélica durante a Segunda Guerra Mundial que colocou o município em sintonia não apenas com a política nacional, mas com a política global; e a retomada em grande estilo do comércio varejista de produtos regionais, nacionais e, principalmente, produtos importados de outros países durante a abertura liberal do governo Dutra. (LIMA, D., 2004, p. 47)

A partir de 1930, percebe-se uma conjuntura de crise política e de instabilidade econômica que gerou “[...] o esgotamento da política das grandes oligarquias rurais no centro-sul do país, a crise do café e o descontentamento das classes urbanas, fatores que contribuíram para a mudança no cenário político (2004, p. 47)”. Frente ao avanço da agricultura paulista, a Paraíba perdia o *status* de maior produtora de algodão para São Paulo, em 1932. Segundo Eliete Gurjão, da década de 1940 à de 1950, Campina Grande teve um índice de crescimento populacional expressivo, consolidando-se como centro-regional no interior do Nordeste. Essa configuração populacional corroborou para o surgimento de vários bairros como o Prata “[...] ocupado pelas famílias de melhor poder aquisitivo – industriais e comerciantes”, entre outros. Em pouco mais de vinte anos, o número da população passou de 33.800 habitantes, em 1940, para 116.200 habitantes, em 1960 (GURJÃO, 2000, pp. 121-136).

Assim como Campina Grande, a cidade de Ingá também foi favorecida pelo alto índice de produtividade algodoeira durante toda a década de 1930, atraindo imigrantes de várias partes do estado paraibano, como também de Pernambuco. Conforme mostra Hercília de Andrade Souza, vários homens “[...] seduzidos pelo brilho do ouro

branco vinham morar no Ingá com a perspectiva de trabalhar nas lavouras de algodão e melhorar suas condições de vida”, razão por que muitos deles acabavam se envolvendo nas malhas da justiça por crimes sexuais (2014, p. 26).

Com o avanço da construção e da pavimentação das estradas, os motoristas e choferes de carros faziam muito mais do que conduzir suas cargas de mercadorias e passageiros pelas ruas e rodovias que levavam a João Pessoa e a outros estados vizinhos. Casado civilmente com uma mulher e religiosamente com outra, José Soares, 34 anos, pernambucano, foi indiciado pelo poder público da Paraíba por estupro, no ano de 1952. Motorista de caminhão por profissão, ele transportava diariamente cargas de mercadorias de um lugar para outro, passando meses e meses de tráfego quando em suas viagens ao sul do país. Ao chegar a Campina Grande, estacionava o seu caminhão e logo se dirigia à Rua Guilhermino Barbosa, à casa de Dona Severina, mãe de criação de Ana, para fazer suas refeições, “[...] cousa muito comum na vida dos motoristas de caminhão”, nas palavras da defesa (PARAÍBA, 1952a).

A menina nasceu no Rio Grande do Norte, quando foi levada pelo pai com três anos de idade até Campina Grande. Ao atingir a idade de 11 anos, a mãe de criação passou a fornecer refeições aos caminhoneiros, como José Soares, em sua residência. Até que, certo dia, o viajante resolveu levar o acolchoado do automóvel para a casa de Dona Severina, convidando Ana para deitar-se com ele em busca de seus “carinhos”, o que não foi aceito de imediato pela menor. Lá “[...] pelas nove horas da noite, ele tirou a declarante da cama onde dormia e a colocou no acolchoado, suspendeu sua camisa e botou o membro viril na vulva dela que entrou tudo, sentindo grande dor e derramando sangue” (PARAÍBA, 1952a). Ainda com a mãe de criação acordada, bem cedo da noite, ele passou a pegar a menor à força, “[...] dando-lhe até de cinturão” (PARAÍBA, 1952a) quando ela o recusava. Ao relatar o que tinha acontecido à mãe de criação, esta teria dito que “[...] não queria esse negócio na casa dela, que era muito feio e não queria cachorrada” (PARAÍBA, 1952a). Ao que tudo indica, a mãe foi condescendente com a situação. Havia seis meses que o motorista fazia as refeições em sua residência e se relacionava sexualmente com a filha diante de seus olhos. Em muitos outros casos semelhantes, as mães faziam vistas grossas para a violência sexual sofrida pelas filhas. Algumas das menores eram usadas como objeto sexual em troca de dinheiro para o sustento da família, o que na maioria das vezes se tratava de mixaria.

Dias depois, a menor procurou a mãe e delatou que José Soares havia “[...] bulido com ela”, razão pela qual a genitora logo se interessou em interrogá-lo, o que, segundo o depoimento, ele respondeu “[...] que não havia bulido com aquela louca” (PARAÍBA, 1952a). Questionada pela promotoria, a genitora argumentou que confiava no que José Soares havia lhe dito, motivo pelo qual continuou, até o momento em que fora intimada a depor naquela Delegacia, a lhe oferecer refeições. Nesse episódio, vemos como a violência sexual foi potencializada à medida que era corroborada pela família da menor. Segundo os fatos, a menina foi refém tanto da mãe quanto do acusado, pois, conforme suas declarações em juízo, ela se “[...] esforçava para gritar por sua mãe de criação, mas José Soares apertava-lhe a garganta de modo que não podia gritar”, de tal forma que foi preciso ser “operada devido ao aperto que lhe dera” (PARAÍBA, 1952a).

O silêncio da mãe referente ao estupro possivelmente significava uma atenuação ou forma de evitar um conflito com o motorista e, desse modo, não perder um freguês que parecia assíduo, já que o fornecimento de refeições aos viajantes que ali estacionavam seus caminhões consistia no único meio de sustento da família. É possível perceber como muitas donas de casa atuavam em diferentes atividades para ganhar o pão do dia a dia. O uso do espaço da casa como local comercial tinha uma estreita relação com o espaço público. Por essa razão, segundo os juristas, a utilização do espaço doméstico como meio de sustento das famílias expunha bastante as crianças e as jovens frente aos desconhecidos, sobretudo porque elas ficavam longe dos olhos das mães: “[...] a menina vivia em casa alheia, sem meios de vida [...]”.

Depois de algumas noites, José Soares ausentou-se da cidade, viajando para lugar ignorado. Condenado a oito anos de reclusão, o motorista não foi punido, tampouco passou sequer um dia na cadeia, em razão da extinção da punibilidade por prescrição. As declarações das menores de 14 anos eram frequentemente tratadas com total descaso, minimizadas como “invencionice” ou, como afirmou o acusado, não se podia dar crédito ao depoimento de uma “louca”; era assim que a maioria das crianças vítimas de estupro eram tratadas pelos homens que as estupravam. Seguindo o viés da violência contra as mulheres, Marilena Chauí mostra como coexistem as desigualdades de gênero, o que pode ser pensando acerca da criança, da mulher e do adulto homem. Diz ela: “[...] ao considerá-los discursos masculinos, o que queremos simplesmente notar é que se trata de um discurso que não só fala de ‘fora’ sobre as mulheres, mas, sobretudo que se trata de uma fala cuja

condição de possibilidade é o silêncio das mulheres” (CHAUÍ, 1985, p. 43).

A prática sexual realizada entre a criança e o adulto na presença de outro maior tornava-se um fator ainda mais complicado para o posicionamento dos juristas, sobretudo quando envolvia os parentes da vítima, o que geralmente inocentava o agressor com o consento dos familiares. A esse respeito, as consequências da violência psicológica em razão do estupro podiam retardar o processo normal de amadurecimento e de desenvolvimento emocional. O estupro cometido pelo pai ou padrasto, figuras masculinas próximas de seu convívio familiar, parecia ter consequências clínicas imediatas como a dificuldade da criança se relacionar com homens na fase adulta por conta da identificação que fazia com a situação de violência por que passara na infância. Além desses, outros fatores podiam surgir, como o retiro afetivo e os distúrbios ansiosos e cognitivos.

Observou-se a recorrência com a qual os “atos libidinosos” praticados pelo estuprador com as menores eram presenciados por algumas genitoras, que pareciam ser coniventes com o crime, como no caso em que o “[...] apalpamento de coxas e introdução de dedos nos órgãos genitais ocorriam no interior da própria barraca onde habita o acusado, que oferecia dinheiro e outros brindes [...]” (PARAÍBA, 1976b). Isso possibilita notar como o corpo das crianças aparecia exposto tal qual objeto de sensualidade e de barganha, com vista a atrair os homens que circulavam no dia a dia pela cidade de Campina Grande, durante as suas jornadas de trabalho. Assim como no caso da menor, em vários outros acontecimentos, o corpo das menores aparecia como uma tecnologia de poder econômico responsável por parte da renda de algumas famílias pobres da Paraíba. E, desta feita, muitos adultos, homens e mulheres, ignoravam tanto a dor física quanto a violência psicológica por meio das quais eram submetidas sem o menor respeito aos direitos humanos. No dia 4 de abril de 1952, o advogado de José Soares alegou:

O processo é todo ele uma consequência de boatos, da maledicência pública [...]. O denunciado fazia refeições na casa da menor, coisa muito comum na vida dos motoristas de caminhão. Só por isto, por ver o caminhão estacionado no local a testemunha diz que o denunciado estava namorando [...]. Que fé podem merecer as declarações da menor arrauçadas



cavilosamente por pessoa que queria entrar nas “gaitas” de José Silvestre. Alegou ter o denunciado fugido. Ninguém sabe onde ele se encontra, nem como fugiu. O denunciado estava apenas exercendo a sua profissão, quando desapareceu. O que há é maledicência? (PARAÍBA, 1952a)

A presença dos motoristas de caminhão nas cidades podia emitir outros signos. A parada para o descanso ou para fazer refeições em alguns espaços das cidades, como mostra Sousa, significava o “[...] ato de conduzir um bem impressionava e que proporcionava *status* aos que nele circulavam pelas ruas da cidade, proprietários ou não. Proporcionava-lhes manobras mais amplas de poder”. (SOUSA, 2006, p. 63). Além disso, ao trazer para a “[...] cena pública o chofer e um conjunto de novas práticas que davam asas ao imaginário popular, o automóvel estimulava outros tantos hábitos, protagonizando vários conflitos” (SOUSA, 2001, p. 123). Afirma ainda o autor:

Um chofer, ao chegar buzinando em casa, num final de manhã ou início de noite, deveria trair filhos e mulher, que sairiam ao seu encontro sob os atentos e invejosos olhares da vizinhança. Essa, não satisfeita com aquela teatralização, faria comentários picantes e acres sobre a condição de empregado e a precária situação em que viviam o chofer e sua família. No centro das atitudes de uns e outros, um dos mais cobiçados símbolos daquele mundo: o automóvel (SOUSA, 2006, p. 63).

Vários outros motoristas, como José Soares, se envolviam em conflitos sexuais e amorosos, acusados pela Justiça de deixarem em cada cidade onde passavam uma moça com o “coração partido”. A circulação daqueles personagens sugeria, nas palavras dos homens da lei, a produção da insegurança e da violência tanto na via pública quanto dentro dos lares, tendo em vista que a maioria das crianças e adolescentes ficavam sozinhas quando as mães saíam para o trabalho. As narrativas de estupro nos dão indícios de como eram praticados os espaços das cidades em uma relação direta com o interior doméstico. As ruas eram desenhadas com certo número de automóveis e caminhões de viajantes, que transportavam pessoas e mercadorias, enquanto ali

provavelmente havia a presença de crianças brincando ou caminhando da escola para casa e vice-versa.

Ao rememorar o período final do comércio de algodão, durante a primeira metade do século XX, quando chegou à Campina Grande o comerciante Cícero Medeiros, do Rio Grande do Norte, apontou um significativo crescimento populacional na cidade.

Todo o forasteiro que vinha e vem para Campina Grande se dá bem. Essa cidade atraiu um número de forasteiros de várias cidades do Nordeste, principalmente aquelas mais perto daqui. Quando aqui cheguei, morava numa rua que tinha oito casas e apenas uma delas era de família de Campina Grande. Muitos forasteiros que aqui apostavam, vinham atraídos pelo clima e pela facilidade de seu comércio. (DINOÁ, 1993, p. 81)

A narrativa indica a circulação de trabalhadores pelas cidades da Paraíba que, montados em lombos de animais, desde o final do século XIX, traziam produtos agrícolas variados (do Sertão, Cariri, Agreste e Litoral), como peles, couros, e atuavam nas feiras de gado, vendendo e trocando mercadorias, e também em municípios de estados circunvizinhos, como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, conforme mostra Silêde L. Cavalcanti (2000a, p. 59). Eram conhecidos como os Tropeiros da Borborema.

O discurso do memorialista é indicativo de como os homens faziam uso do espaço (CERTEAU, 1994, p. 200), com base nas estratégias socioeconômicas voltadas para o futuro da cidade. Nesse aspecto, vemos como a “Cidade-conceito” funcionava como “[...] lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções”. (CERTEAU, 1994, p. 174), seja por parte dos governos, como Vergniaud Wanderley<sup>63</sup>, que vinha se empenhando nas reformas urbanísticas desde 1937, seja por parte dos habitantes, que ao utilizarem os espaços os ressignificavam, aceitando ou não os padrões de civilidade impostos pelos dirigentes da alta elite.

---

<sup>63</sup> Vanderley foi prefeito de Campina Grande entre os anos de 1935-1940. Considerado pelos/as letrados/as da segunda metade do século XX, “[...] um administrador que pelos seus feitos (e desfeitos) ficou lembrado na história da cidade como o ditador-realizador do milagre arquitetônico que substituiu a imagem provinciana da cidade pela imagem da urbs moderna, de cidade progressista digna de ser o habitat da classe burguesa” (VÉRAS, 1988, p. 2).

Segundo a socióloga e educadora Ligia Pereira dos Santos, a inauguração da estrada férrea em 1907, além de deslocar mercadorias, contribuiu para a importação, via porto de Recife, “[...] de mulheres bonitas para satisfazer o comércio do sexo de homens menos abastados nos bordéis, os chamados rói-couro, na antiga Rua Quatro de Outubro, atual Major Juvino do Ó [...]”. (2008b, p. 87). Enquanto isso, a elite podia se deleitar em seus prazeres nas noites do Cassino El Dourado, pagando mais caro pelas atrações internacionais (SANTOS, Ligia, 2008b). O Cassino foi considerado por muitos homens, como Manoel Patrício, da cidade de Sapé, “[...] o maior centro de atração da época, ostentando um luxo altamente requintado para a cidade”. (DINOÁ, 1993, v. 1, p. 993).

Nesse caminho, o fator econômico foi um dos motivos que atraiu certo viajante, no ano de 1953, a ir a Campina Grande. Trata-se de João Cícero de Queiroz, vulgo João Cruz, pernambucano, 24 anos. Naquele ano, ele foi indiciado pela promotoria da cidade como incurso no art. 217, do Código Penal.

O jovem rapaz costumava ir à cidade seduzido pelos negócios do comércio de cal e carvão, ocasião em que travou relações de amizade com Leda, 15 anos, com a qual começou a namorar e, em seguida, noivaram. Em uma noite do dia 23 de novembro de 1953, certa da promessa de casamento, a menor resolveu atender ao pedido para “[...] manter relações sexuais, em lugar ermo, próximo à Maternidade Elpídio de Almeida, onde ali sempre realizava o coito [...]” (PARAÍBA, 1953b). O que ela não sabia é que o pretendente já havia, em suas andanças pelo estado, prometido casar-se com outra, no município de Riacho Grande, quando viajava com o seu caminhão. Corria solto o boato de que ele planejava “[...] furtar a moça para casar com ela” (PARAÍBA, 1953b), o que foi prontamente recusado pela família de Leda, ao tomar conhecimento do defloramento de outra jovem.

Uma carta apreendida pela Justiça, no dia 23 de março de 1954, escrita pelo acusado e peça-chave para compor o sumário de sua defesa, o rapaz confessou a autoria do “crime”, alegando a pretensão de “[...] reparar o mal que cometeu”. (PARAÍBA, 1953g). Instaurado o julgamento, o juiz de Direito, J. C. de F., condenou-o a dois anos de reclusão na Detenção de João Pessoa, no dia 23 de março de 1954.

Caruaru, 23 de maio de 1953,  
Prezado Aluízio, Saudações,  
O fim destas linhas é para dar-lhes as minhas  
notícias. O que me faz escrever esta é o seguinte:

primeiramente começo lamentando o que aconteceu, sinto muito, espero que você me desculpe, eu reconheço o mal que pratiquei, mas isto é couza que acontece na vida, há momentos que o homem não se domina, você bem sabe disto, depois que pratica é que reconhece que fez, portanto espero que você me desculpe juntamente com todos da família, pois eu reconheço que errei, mas vou fazer como um faz, mostrar perante todos que não sou cabra safado, pois eu também tenho irmãs, e não gostaria que acontecesse com uma delas o mesmo que aconteceu com a sua, portanto vou cazar com ela. Ainda não cazei [sic] pôrque não posso, estou desempregado não tenho nem dinheiro para pagar ao padre, se eu pudesse já teria cazado [sic] há muito tempo. Portanto irei viajar amanhã, passarei uns 15 dias, logo que eu volte irei até sua casa para fazer-mos o cazamento. Nesta viagem estou esperando ganhar dinheiro que der para as despesas. Peço-lhe que não maltrate Leda pôr que ela fez tudo isto sem pensar, a moça na idade dela não pensa. Lembranças a todos. João Cícero de Queiroz (PARAÍBA, 1953g, grifos nossos).

Interessa destacar o fato de que as cidades não eram campos de operação controladas e programadas pelos governos e autoridades que as regiam (CERTEAU, 1994). Viajar de cidade em cidade em busca dos meios de subsistência implicava muito mais que a esperança de melhorar as pobres condições de vida de muitos homens à época. Paralelamente à busca de trabalho, coexistiam outros interesses nem sempre conhecidos pelos governantes com a sua lógica urbanística. As “práticas dos espaços” eram contingentes e, muitas vezes, estavam fora da “rede de vigilância” (CERTEAU, 1994, p. 200; 175). Tal como pudemos perceber no caso de Cícero, as viagens que fazia costumeiramente com o seu caminhão tinham um objetivo: conseguir dinheiro por meio de trabalho ou de um “bico”, ou alguns mil réis extras por um trabalho menos valorizado. Mas não era só isso. Ao deslocar de um espaço para outro, aqueles homens estendiam o seu círculo de amizades e de conhecimentos e, por vezes, aparecem nas malhas judiciais envolvidos em conflitos amorosos ou crimes sexuais em cada cidade onde passavam.

Ao registrar suas impressões na primeira metade do século XX, Cristino Pimentel, poeta da cidade de Campina Grande, corroborava para a reprodução de imagens que enalteciam a cidade como importante polo industrial.

Podemos dizer que Campina Grande é um grande centro cosmopolita, que acolhe alemães, americanos, russos, franceses, portugueses, libaneses, árabes, chineses, japoneses, italianos, muitos desses ilustres e tenazes trabalhadores estavam concorrendo para o engrandecimento maior da cidade, enriquecendo-a com construções majestosas, aumentando assim o seu valor material. (PIMENTEL, 2001, p. 82)

O discurso do poeta indicava um asceticismo no progresso da cidade, sustentado pelo processo migratório internacional. Um jogo de poder articulado à ostentação material e simbólica. Sua fala era sugestiva de como a circulação daqueles “[...] ilustres e tenazes trabalhadores” (2001, p. 82) davam algum *status* de poder para a cidade, principalmente porque havia uma supervalorização da cultura estrangeira em vista da absorção de outras práticas sociais. Essas imagens, anos mais tarde, foram reproduzidas pela historiadora Silêde Leila Cavalcanti, ao construir a imagem da cidade, correlacionando-a com o corpo de uma jovem na flor da idade seduzida por um forasteiro. Nesse sentido, ela indicava não somente uma questão de tempo-espço, demarcando o reconhecimento econômico e político que fora construído desde a primeira metade do século XX; mas anunciava também a exposição do corpo citadino jovem frente aos perigos e à violência sexual por que passava, mas também no sentido promissor em termos de atrair investimentos para si, tal como mulheres que se prostituem: “Campina, hoje ‘liberalizada’ mantém e intensifica seu comportamento sedutor, atraindo ‘forasteiros’ do mundo inteiro”. (2000a, p. 75-76). A autora faz ainda outras correlações entre as práticas de sedução e a modernidade, ao construir signos do lugar feminino.

Campina, cidade menina-mulher e desvirginada, tem suas práticas sexuais exibidas em espaço público, quando, seu pai, como outros pais, familiares, a partir da modernidade, procura a justiça para abrir um processo crime contra o tal forasteiro, roubador de honra familiar. Buscar a

tutela do Estado, em caso de honra “perdida” da mulher passa a ser algo característico da modernidade, onde questões, antes resolvidas no âmbito familiar, como as condutas e práticas amorosas, são transferidas para o espaço público [...]. Essa filha brasileira, nordestina e interiorana, com nome de batismo Campina Grande, assim como, por inúmeras filhas e filhos desta, mais especialmente, nas décadas de vinte a cinquenta, visto ser o período da intensificação de seu crescimento econômico, da intensificação da saída das mulheres à rua, ao espaço público, incremento do lazer, enfim, do seu aburguesamento. (CAVALCANTI, 2000a, p. 60-61)

Um diagnóstico acerca dos códigos de postura da cidade, realizado em 1953, alertava os governantes: “[...] na periferia da cidade a situação é agravada pelas condições topográficas, a desorganização da implantação urbana, a extrema falta de serviços públicos e o comportamento da população, formada predominantemente por gente pobre recém-chegada à cidade [...]” (CAMPINA GRANDE, 1953, p. 2). O artigo indicava a associação entre o fluxo de populações pobres e os costumes menos instruídos que circulavam em uma sociedade que se via em processo de formação com fortes traços rurais.

Além dos viajantes atraídos pelo comércio, pela posição geográfica da cidade e também pelo clima ameno, o desenvolvimento populacional estava estreitamente vinculado à migração de pessoas pobres, que se deslocavam da zona rural para a urbana em busca de melhores condições de vida. A falta de emprego, a iminência da seca, que se tornaria mais visível a partir de 1970, e a concentração de terras em mãos de uma minoria e o baixo padrão de vida eram alguns dos fatores migratórios para outras regiões do país, atraídos por maiores ofertas de empregos. Percebe-se como, nesse interim, ocorria um relativo aumento dos crimes sexuais quando os pais das “ofendidas” viajavam para cidades do sudeste, como o Rio de Janeiro (PARAÍBA, 1953e) e São Paulo, em busca de trabalho. Era assim que indicavam os discursos dos jornalistas e juristas.

O Código das Posturas de Campina Grande, publicado em 1953, já apontava a migração como responsável pela pobreza e pela imagem da incivilidade das populações. O sistema de redes de esgoto foi implantado em 1940, e passou a ser administrado pela Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Contudo, existia à época, em

vários trechos da cidade, esgotos sanitários domésticos ligados à rede de águas pluviais. À medida que os esgotos se afastavam da área atendida pela rede de tratamento, os problemas sanitários se tornavam maiores. Não só pela dificuldade de controle público, mas também em razão da deficiência de serviços de coleta de lixo, acarretando a obstrução do escoamento natural dos despejos (CAMPINA GRANDE, 1953). Conforme indica Margareth Rago, desde o final do século XIX, os discursos higienistas estavam voltados para as habitações dos pobres, suas moradias, família e hábitos que tinham de passar por práticas higiênicas e disciplinadoras. Tratava-se de “[...] uma preocupação com o esquadriamento da população [...]” que se distinguia “ricos e pobres e focaliza nestes a origem dos problemas físicos e morais”. (RAGO, 1985, p. 174), o que por sua vez distinguia ricos e pobres, buscando focalizar o início dos problemas físicos e morais. Nesse caminho, os espaços necessitariam de serem iluminados e bem arejados para que circulassem ar puro como forma de saneamento moral e também com vista a evitar a disseminação de doenças.

Em 1956, o estado da Paraíba excedeu a casa dos dois milhões de habitantes, fato que chamou a atenção do jornalista e advogado Hortênsio de Souza Ribeiro: uma cidade “[...] populosíssima, exposta às doenças de toda a versidade [leia-se variedade, diversidade], e diariamente frequentada por forasteiros vindos de todos os confins do mundo”<sup>64</sup>, o que dificultava o processo de modernização da cidade. O discurso é indicativo das sensibilidades que se deslocavam do processo migratório visto por ângulo negativo em face das consequências que o inchaço populacional desencadeava. O argumento dos engenheiros higienistas fundava-se na prevenção da sociedade que precisava ser protegida do perigo de disseminação de doenças contagiosas e, em particular, dos miasmas que circulavam no ar, provocando enfermidades às populações. A falta de organização sanitária de algumas áreas pobres das cidades do estado figurava outro aspecto constante nas notas de discussões dos jornalistas.

Além da propagação de doenças no estado, o crescimento demográfico nas duas maiores cidades aparecia associado a outro fator, cuja preocupação foi registrada em uma nota do jornal *O Norte*, na cidade de João Pessoa, em 1956: o da falta de alimentos. Dizia o articulista: “[...] se deduz que daqui a vinte anos teremos ultrapassado a casa dos três milhões de habitantes, e isto deve forçar dos responsáveis

---

<sup>64</sup> RIBEIRO, Hortênsio de Souza. A sêca iminente. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 8 ago. 1956.

pelos destinos do povo, visto que a alimentação dessa massa humana requer que o desenvolvimento da produção acompanhe a sua marcha ascensional [...]”<sup>65</sup>. O redator apontava para uma ação econômico-política dos governos no fluxo constante das populações na capital, e à medida que as cidades presenciassem o chamado desenvolvimento material, deveriam integrar e acompanhar a produção de alimentos.

Até a década de 1950, o crescimento demográfico de João Pessoa, em comparação ao de Campina Grande, aumentava em ritmo menos acelerado, chegando a apresentar sinais de estagnação. Nesse momento, a cidade do interior paraibano tinha 72.500 habitantes, enquanto o censo da capital apontava para 167.326. Isso se dava em razão do comércio e da indústria, por meio dos curtumes, artefatos de couro, óleo de algodão e minerais não metálicos (SILVA, Pontes da; ARAÚJO, 1985).

Além disso, foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que passou a circular por todo o país a prática discursiva pela crença em um futuro promissor. A famosa proposta “50 anos em 5” tomava proporções de incentivo com a intensificação da industrialização e urbanização, e com a construção de grandes obras hidrelétricas, estradas e a capital Brasília em tempo recorde (SILVA, Paulo, 2001). Segundo o historiador Damião de Lima (2004), durante o governo Juscelino, ocorreu através da política desenvolvimentista um acentuado crescimento das cidades, gerando uma euforia nacional. Como esse crescimento concentrava-se no Centro-Sul, o êxodo rural para essa região alcançou níveis alarmantes. Milhares de migrantes das mais diversas regiões partiram em busca da região com maior índice de desenvolvimento, ocasionando o aumento desordenado nos grandes centros urbanos. Contudo, nem todos os migrantes partiam para as cidades do sudeste do país, como Rio de Janeiro e São Paulo. O autor afirma que era comum os migrantes tentarem a “sorte” dentro de cidades maiores em sua região, tal como no caso de Campina Grande, cidade do estado que apresentava, à época, maior ascensão econômica, tornando-se polo de “[...] atração para as pessoas que deixam o campo fugindo da seca ou deixam as cidades de menor porte onde as chances de emprego e de melhoria de vida são ínfimas” (LIMA, D., 2004, p. 49-50).

Ao buscar construir a ideia de civilidade para a capital, os articulistas e letrados, que escreviam para os jornais da época, tentavam interferir nas formas de sensibilidades dos habitantes de modo que se

---

<sup>65</sup> O CRESCIMENTO populacional. **O Norte**, João Pessoa, p. 2, 1º de jul. 1956. Arquivo Espaço Cultural.



mudassem os hábitos do passado, vistos como antiquados. Desse modo, posicionavam contra os traços coloniais identificados no planejamento das ruas com os seus prédios. Os discursos da imprensa visavam pedagogizar os habitantes também no sentido da preservação dos espaços públicos limpos e aprazíveis, que dariam lugar à construção de prédios altos e, num segundo momento, visando organizar e comportar o fluxo crescente dos automóveis.

O empreendimento dos viadutos também fazia parte dos projetos de governo para melhorar a circulação dos transeuntes (CHAVES; TINEM, 2011). João Pessoa, apesar das intervenções urbanísticas e dos traçados dos seus prédios, ao longo do século XX, guardava foros da tradição da arquitetura colonial e imperial, herança da ocupação portuguesa. Em 1970, segundo dados do IBGE, a capital já contava com 221.052 habitantes que, por sua vez, acompanhavam o crescimento do tecido urbano que vinha ocorrendo desde 1950. “A área urbana de 1.145 ha foi ampliada para 3.788 ha, representando um aumento de 38% em apenas 20 anos [...]” (SOBREIRA et al., 2011). Em 1973, foi construído o aeroporto Castro Pinto, localizado no município de Bayeux, dinamizando o traslado de pessoas de outros países e regiões no estado.

Anualmente, homens e mulheres do interior da Paraíba e também de outras regiões fixavam residência nas duas principais cidades do estado, o que nos discursos da elite ocasionava o desenvolvimento de favelas e cortiços, como o Pedregal e a Cachoeira, além da falta de estrutura e moradia. A primeira já era, no ano de 1975, a maior favela formada a partir da ocupação de lotes sem qualquer infraestrutura em Campina Grande. A cidade se tornou foco de atração, sobretudo pelas populações marginalizadas do meio rural, fomentando a concentração urbana que, segundo os discursos higienistas, contribuía para a poluição e o agravamento do abastecimento de água (MELO, 1988). Em áreas de topografia desfavorável, como as favelas Pedregal e Cachoeiras, onde se concentravam as populações marginalizadas que migravam de outras cidades do interior do estado, principalmente do meio rural, o sistema de limpeza pública e sanitário era ainda muito defasado à época. Os jornais do estado alegavam que ali, os habitantes das favelas, homens e mulheres, não eram profissionalmente qualificados, de modo que as mulheres trabalhavam em atividades pouco remuneradas, como lavadeiras, engomadeiras, faxineiras, domésticas.

De acordo com Chyara C. B. Advíncula, desde as duas primeiras décadas do século XX, já havia uma preocupação com o crescimento demográfico nas duas maiores cidades do estado. Os discursos higienistas de médicos e engenheiros investiam cuidadosamente na

produção da ideia de cidades salubres, com novos métodos de higienização e assepsia dos espaços. Os higienistas, responsáveis pela produção de determinados códigos de conduta, buscaram criar novos hábitos e costumes, com vista à mudança das sensibilidades das populações na cidade Parahyba do Norte, nome dado à capital do estado na época. (ADVÍNCULA, 2009)

Em busca do desenvolvimento urbanístico e arquitetônico da capital, os governos tentavam seguir o exemplo do que ocorrera com outras cidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife etc., na segunda metade do século XX. As intervenções urbanísticas republicanas só foram ocorrer a partir de 1910, tardiamente se comparadas com outras capitais do país. Nesse período, a cidade “[...] experimentou um processo de transformação da área original no centro” (CASTRO, 2006, p. 2), onde fica localizado o atual Centro Histórico, e “[...] um processo de expansão urbana marcado pelo conceito de embeleza[mento] e moderniza[ção] associados à implantação do serviço de abastecimento d’água e de fornecimento de energia elétrica, no governo de João Machado (2006, p. 2)”.

No governo de Camilo de Holanda (1916-1920), buscou-se perseguir “[...] o título e a condição de metrópole cercada de símbolos, ícones e utopias [...]”. (CHAVES; TINEM, 2011). A cidade passou por uma pequena reforma urbanística, com vista a “[...] negar as feições coloniais que ‘manchavam’ a desejada imagem do progresso e desenvolvimento econômico que era expandido no país[...]”. Desse modo, foram inseridos nas fachadas dos prédios “[...] elementos decorativos de *art nouveau*, com jardins naturais e escadas frontais. Nesse ritmo, João Pessoa foi ganhando jardins, calçamentos, edifícios, praças e novas avenidas” (GONDIN, 2010, p. 6). Segundo o historiador José Octávio, foi durante o governo de Solon de Lucena (1920-1924) que, auxiliado pelo dinamismo dos prefeitos da capital, Diógenes Pena e Walfredo Guedes Pereira, o “[...] trabalho de modernização teve novo impulso”, transformando a “Velha Lagoa” em um parque público, bem como a criação de novos bairros (1990, pp. 36-37).

Embora de forma mais lenta se comparada a outras capitais dos grandes centros do país, João Pessoa passou por transformações e pela chamada verticalização, a construção de prédios mais altos, associada, em primeiro lugar, ao fator econômico e à valorização do espaço urbano – em especial o centro da cidade como área mais valorizada – e, em segundo, à ordem simbólica como signo do progresso e da modernidade, tais como nas grandes cidades já citadas (CHAVES; TINEM, 2011). A experiência urbana associada à “vida moderna” pode ser vista a partir de

sentidos que mudaram com o passar das décadas. Segundo o historiador Gervácio Batista Aranha,<sup>66</sup> a chamada modernidade no estado da Paraíba, na primeira metade do século XX, configurava-se menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das cidades, com os seus ritmos sociais e o corre-corre das multidões, como as grandes metrópoles da Europa, Londres e Paris no século XIX, e mais por algumas novidades vindas do estrangeiro, quer sejam aquelas voltadas para transportes e comunicações, quer aquelas relacionadas aos equipamentos do “conforto”, bem como certas etiquetas de elegância e/ou entretenimentos.

A partir de meados do período oitocentista, as cidades Londres e Paris vislumbraram um crescimento vertiginoso, cujas artérias foram invadidas cotidianamente por multidões de transeuntes, denotando “[...] ares de cidades movimentadas que têm pressa” (ARANHA, 2005, p. 81). Para Marshall Berman (1986), a noção de modernidade à época estava estreitamente ligada ao transitório, ao efêmero e ao contingente, tal como a moda que se impõe a uma dada época com o seu olhar, seu gesto, e logo é substituída por outra. No turbilhão social de “permanente desintegração e mudança” (BERMAN, 1986, p. 15), figuravam

[...] as grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma o conhecimento científico em tecnologia [...], [o aceleração do] próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica [...]  
(BERMAN, 1986, p.16).

Diferentemente das grandes inovações urbanísticas e tecnológicas ocorridas na Europa nas primeiras décadas do século XX, a Paraíba presenciou outras novidades que foram vistas como “modernas” no estado. Por volta da década de 1950, já se podia observar algumas poucas mudanças não apenas nos hábitos, nas crenças e nos costumes das populações, mas também nas atividades econômicas, “[...] como decorrência da imitação de novos padrões de comportamento do cinema, das revistas ilustradas difundidas pela imprensa e rapidamente

---

<sup>66</sup> O autor analisa as especificidades da emergência da noção do moderno em cidades do Norte (atual Nordeste) do Brasil entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do XX (ARANHA, 2005).

assimiladas com técnicas do progresso”. (CARDOSO, 2002, p. 43). Gervácio Batista Aranha demonstra como a capital passou por um momento em que certas “maquinarias do conforto”, ou diga-se, as “seduções do mundo moderno” proporcionavam ares de modernidade que pareciam acompanhar o ritmo de desenvolvimento e de progresso de outras cidades do país.

As cidades do estado, nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX, eram constituídas por espaços ocupados e praticados por uma massa humana que se distinguia pelas suas ocupações e/ou atividades cotidianas: pipoqueiros, engraxates, padeiros, relojoeiros, operários, agricultores, cobradores de ônibus, motoristas de caminhão, choferes de carros, comerciantes, mendigos, catadores de lixo, entre outros. No meio dessa massa humana, circulavam também prostitutas, donas de casa, moças solteiras e mulheres casadas. Na medida em que os letrados da época anunciavam a crença no progresso material, os juristas faziam menção à chamada “evolução moderna”, baseada nos valores morais, procurando modificar as sensibilidades das populações quanto aos novos tempos que chegavam. Mas o crescimento urbano teve uma vantagem expressiva, pois, como mostra Carlos Augusto de A. Cardoso, ao referir-se especificamente à Campina Grande, afirma que a emergência de “atividades industriais e a formação de um mercado de consumo dinamizaram as relações sociais e ativam [...] um processo de urbanização [...] ressaltado pelo crescimento populacional e pelas interferências das políticas nacionais” (CARDOSO, 2002, p. 45).

### 3.1 SEDUÇÕES DA “VIDA MODERNA”

Em meados da primeira metade do século XX a capital João Pessoa contava com equipamentos urbanos, como bonde elétrico, luz elétrica, sistema de abastecimento de água e saneamento<sup>67</sup>, além de jardins públicos, ruas calçadas, cinemas (ARANHA, 2001), teatro Santa Rosa<sup>68</sup>, serviço de telefonia, entre outros. O transporte ferroviário foi um dos ícones da chamada modernidade. Como mostra Adriana de França Gondim, “[...] a notável associação das estradas de ferro com o algodão

<sup>67</sup> Esse empreendimento foi realizado durante a obra no estado da Paraíba, na administração Argemiro de Figueiredo, de 1935 a 1940. (MARIS, 1985).

<sup>68</sup> O Teatro pertence ao Governo do Estado e sua última grande reforma foi em 1989. Tem estilo arquitetônico greco-romano, e é uma das atrações do centro histórico de João Pessoa.

foi importante para alcançar o porto de Recife e tornar Campina Grande um ponto comercial estratégico, consolidando a sua posição de empório revendedor de algodão”. (2010, p. 10). Partindo da capital, o primeiro trem percorreu os trilhos em 1881. Em 1883, percorreu o município de Pilar, a terra natal do escritor José Lins do Rêgo; em 1884, chegou a Guarabira; e a Cabedelo no ano de 1889.

Os trens que aportavam no cotidiano das cidades – trazendo ou levando pessoas e mercadorias – tornaram-se os meios pelos quais se constituíam espaços de intensas sociabilidades. A inauguração dos trilhos da Great Western<sup>69</sup>, em 2 de outubro de 1907, foi um advento significativo para a cidade de Campina Grande. Após a chegada do trem, houve um grande crescimento do número de residências, enquanto a capital de João Pessoa, nesse mesmo período, mantinha um ritmo menor e constante. O trem contribuiu para o aumento da celeridade, mas não deixava de ser sintomático o fato de grande parte dos deslocamentos terrestres ser feito ainda por meio dos transportes terrestres ou da tração animal. Apesar disso, a geringonça moderna convergia os interesses da coletividade em seus laços com o mundo exterior, sejam econômicos, políticos ou afetivos (ARANHA, 2005, p. 88). Na Estação Velha da cidade de Campina Grande podia-se observar um amontoado de pessoas chegando de viagem, outras embarcando; automóveis, carroças e animais faziam parte daquela paisagem urbanística. Aranha mostra como o trem de ferro, visto como signo da modernidade, aparecia relacionado às mudanças de sociabilidades no cotidiano das populações campinenses. Segundo esse autor, a estrada ferroviária emitia “[...] uma redefinição da noção espaço-tempo [...]” (2005, p. 57), produzindo outras sensibilidades em termos de tempo-distância. Os meios de comunicação em escala cada vez maior, como o telégrafo, a imprensa e os Correios, com a entrega rápida de correspondências e de jornais por assinatura (ARANHA, 2005), ampliaram um mundo de possibilidades até então não percebido.

Nas primeiras décadas do século XX, a capital sofria várias intervenções em seus tecidos urbanos, como pavimentação, alinhamento das calçadas, esgotamento sanitário, eletrificação, paisagismo entre outros. A Rua Direita, a título de exemplo, tornava-se a “vitrine da nova imagem” da cidade, onde se situavam espaços de lazer como o Cine Rex, praças, bares e o tradicional carnaval de rua, iniciado em fins do século XIX (SILVA, I., 2010). Com o passar das décadas, observa-se

---

<sup>69</sup> Empresa ferroviária inglesa que construiu e explorou ferrovias no Nordeste a partir de 1873.

como as notícias dos jornais da época eram sintomáticas das mudanças e da construção da imagem da modernidade. A segunda metade do século XX foi significativa na construção de imagens voltadas para o urbanismo, a arquitetura e o desenvolvimento industrial, subsidiados pelas ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), bem como por meio da construção da memória da cidade com base no patrimônio cultural.

No campo das normatizações sexuais, desde o final do século XIX, o Brasil já vinha presenciando uma série de ideias científicas sobre a vida sexual, “[...] altamente racionalizadas, oriundas dos avanços na psicologia, sexologia e sociologia europeias”. (PARKER, 1991, p. 16). Conforme veremos no próximo capítulo, as ressonâncias desses discursos aparecem regularmente nas falas de muitos juristas da Paraíba, no período em estudo. Magistrados, advogados e delegados buscavam explicar as manifestações da vida sexual das moças da Paraíba, tomando análises sobre os seus corpos e comportamentos a partir de determinados conceitos constitutivos daqueles campos do conhecimento.

Ao que parece, a chamada modernidade estava para além das reformas urbanísticas e do empreendimento no setor de transportes, tal como foi abordado por pesquisadores citados neste trabalho. Se as mudanças arquitetônicas seguiam o seu curso expressivo, outras sensibilidades em como ver os costumes das populações pareciam acompanhar muitas das imagens produzidas pelos letrados e juristas. Já dizia um juiz da cidade de João Pessoa:

É sabido que a juventude de hoje é participante ativa da vida quotidiana, lê livros e revistas livres, vê filmes amorais, frequenta festas de danças, vai a praias sumariamente vestida, não podendo, por isso mesmo, considerar-se ingênua, ignorante e inexperiente em assuntos sexuais [...](PARAÍBA, 1972e).

Desde 1950, observa-se as formas de censura bem expressas no tocante aos cinemas e às revistas que circulavam no estado. A Lei nº 362, de 24 de março de 1953, que instituiu o Código de Postura de Campina Grande, em sua seção III, “Da ofensa a moral e aos bons costumes”, já deixava expresso que os espetáculos, cinemas e outras diversões não poderiam funcionar sem prévia licença das prefeituras, as quais passavam a fiscalizar esses ambientes, “não permitindo a exibição

de atos ofensivos à moral e aos bons costumes.” (CAMPINA GRANDE, 1953). Aos infratores, teriam sido estabelecidos a multa e o fechamento da casa de diversão. O artigo 65 desse dispositivo inscrevia que era expressamente vedado “[...] proferir em público obscenidades e realizar atos imorais”, bem como “[...] portar-se publicamente de modo ostensivo e desrespeitoso” (CAMPINA GRANDE, 1953). Nos anos 50, havia também, por parte dos juristas e letrados, forte censura no que se refere à linguagem que os jovens apreendiam por meio dos cinemas. Estes eram censurados por utilizarem “[...] gestos e palavras obscenas”, nas palavras dos moralistas, o que fazia com que as famílias deixassem de frequentar os locais onde se exibiam as fitas cinematográficas.

Era bastante comum, durante a segunda metade do século XX, as moças alegarem que tinham aceito o convite de seus namorados para irem ao cinema, um pretexto utilizado pelos rapazes para, depois da sessão, ambos se deslocarem para outros espaços, como bares e “casas suspeitas”, onde as jovens tinham sua primeira relação sexual. Nos primeiros anos da década de 50, Campina Grande contava com três cinemas, visto por parte da elite como um projeto de modernidade levado a efeito. O Cine São José, no bairro São José, foi inaugurado em 1945. Era conhecido como cinema romântico. A divulgação dos filmes se dava por meio de cartazes espalhados pelas cidades. O Cine Capitólio foi criado em 1934, conhecido como o maior e mais moderno do estado, “[...] construído como um moderno equipamento de lazer voltado para as artes visuais” (CABRAL FILHO, 2010, p. 283). Classificado à época como um cinema que atendia a classe A, haja vista os altos preços de seus ingressos e o conforto que proporcionava aos seus frequentadores. Além das exhibições, este último funcionava como palco dos grandes eventos, como teatro e festas sociais, políticas e culturais.

Ir ao cinema consistia numa forma de lazer própria dos apaixonados e também de amigos/as. Consistia ainda em uma arte prestigiada por proporcionar momentos de fantasia e entretenimento. O momento áureo do cinema foi nos anos 1950, momento no qual era assídua a movimentação de espectadores. Antes da projeção dos filmes, as pessoas costumavam discutir problemas acerca da cidade, ou conversar sobre política ou futebol. A maioria que frequentava as sessões de cinema fazia questão de ir bem vestida, cuidando da aparência. Havia casos em que muitas mulheres deixavam de ir ao cinema por falta de uma vestimenta bem apresentável ou adequada para o momento (DINOÁ, 1993, v. 1, p. 467). A título de exemplo, citamos um relato da historiadora Eliete de Queiroz Gurjão, ao falar do cinema das décadas de 1950 e 1960, como “poder de sedução e fascínio”.

O Portal encantado. Depois de passar por todas as provas em casa, nós vestíamos nossas melhores roupas, caprichávamos no penteado, apanhávamos a lotação e com suprema alegria chegávamos ao cinema. Procurávamos um lugar de melhor visibilidade para assistir ao filme e para o flerte. Quando o flerte se prolongava por várias sessões, caso tivéssemos interesse maior no rapaz, deixava-se uma cadeira vazia vizinha a nossa para sinalizar e permitir que ele encostasse. E, assim, iniciavam-se muitos namoros [...]. O encanto do cinema alcançava os nossos quartos de dormir, que se tornavam uma galeria de fotos e gravuras. Não dá para esgotar a influência do cinema para nossa geração, em nossa época [...]. Foi ele a bússola de nossos sonhos, ilusões e decepções. Foi ele, enfim, que nos propiciou usufruir de um mundo mágico. (GURJÃO, 1999 apud SILVA, K., 1999, p. 93).

Ao projetarem seus filmes nacionais e estrangeiros, os cinemas contribuíram para outras formas de ver o mundo, para as mudanças de condutas e hábitos daquela sociedade. Sob vários aspectos, naquela época,

[...] o cinema espelhou-se nos personagens cinematográficos e na vida real dos atores e atrizes, cujas belezas, recauchutadas pela nascente indústria cosmética, eram desejadas e imitadas pelos rapazes e moças de Campina Grande. (CABRAL FILHO, 2010, p. 283)

O escuro do cinema poderia representar uma boa oportunidade para aguçar a imaginação e a criatividade dos casais a experimentarem sensações de prazer que destoavam das regras exigidas pela elite paraibana. Em suas declarações na Delegacia de Costumes, na cidade de João Pessoa, a menor Jane, 17 anos, parda, alfabetizada, estudante, alegou que “[...] às vezes que foi ao cinema, a mesma procurou fazer atos libidinosos, isto é, masturbava-o e ele fazia-lhe o mesmo” (PARAÍBA, 1974d). Muitas menores jogavam com a docilidade dos prósperos atos de prazeres em ritmos de gozos vertiginosos e, ao mesmo tempo, fazendo uso do espaço do cinema com outro objetivo distinto



daquele para o qual foi projetado pelos seus governantes e prefeitos da cidade. Ali sobejavam vestígios de esperma como prova da prática sexual percebida como ilícita.

Para além do fato de como as menores e acusados faziam usos diversos dos espaços das cidades, o discurso moralizador denota como as películas cinematográficas fascinavam uns e assustavam outros, sobretudo os moralistas da lei. Juízes da época, como J. D., viam os chamados “filmes amorais” com maus olhos, como uma tecnologia da vida moderna de desencaminhamento das mocinhas. Eles criticavam o cinema americano, considerado como um mecanismo de má influência, mostrando como normais os hábitos condenáveis, tais como mocinhas ousadas e dotadas de iniciativas que não viam mal algum sair com os seus namorados a sós e ter com eles o ato sexual sem a promessa de casamento (BASSANEZI, 2004). Essas imagens podiam inspirar desejos de mudanças nas sensibilidades das moças, produzindo fantasias que, segundo os juristas da Paraíba, escapavam ao regime de comportamento esperado das “mulheres honestas”.

A contribuição do cinema<sup>70</sup> já ocorria no mundo inteiro, sobretudo porque se tratava de uma forma de entretenimento que “[...] influenciava na mudança de hábitos e comportamentos no seio da sociedade local, mudança nem sempre de acordo com a moral e os bons costumes [...]” (ARANHA, 2005, p. 26). Os modelos estrangeiros ditavam moda e consumo por meio do cinema mundial. Naquele universo de novidades em movimento, os significados das coisas pareciam se inverter, de modo que os discursos dos juristas apontavam para certo temor de que os valores referentes à noção da virgindade assumissem outros desdobramentos. As cenas em projeção poderiam produzir imagens que tocavam o real (DIDI-HUBERMAN, 2012), estimulando gestos com o corpo e sussurros para não incomodar o/a vizinho/a ao lado. Comunicavam novos hábitos, e as últimas tendências da moda da Europa, como o “[...] busto airoso e moreno duma flor do sertão emergindo dum elegante e sóbrio decote parisiense” (MONTEIRO, 1934, p. 11), na cidade de João Pessoa. Os jornais do estado já indicavam que as mulheres paraibanas sempre foram “dóceis às tiranias parisienses [...]”, tendo os mandamentos da moda como lei do mundo. Referiam-se à emergência da pílula anticoncepcional e à minissaia, percebidas como irreversíveis. De outra parte, alguns

---

<sup>70</sup> A primeira sala fixa de cinema no Brasil foi inaugurada no dia 31 de julho de 1897, na Rua do Ouvidor, centro da cidade do Rio de Janeiro, à época considerado o estado da Guanabara.

articulistas acreditavam que a educação moral conteria o avanço da pílula, uma crença fundada muito menos nas medidas governamentais e mais no poder do costume ou da tradição.

Seguindo na esteira de Aby Warburg, as imagens cinematográficas são como objetos arqueológicos (apud DIDI-HUBERMAN, 2012), pois, em cada imagem que olhamos e relacionamos com outros textos, damos-lhes sentidos, ressignificando pontos de convergência de múltiplas temporalidades. “A imagem arde em contato com o seu real [...]” (DIDI-HUBERMAN, 2012). O espaço da sala de cinema possibilitava poder caminhar, por meio da imaginação, pelos grandes *boulevares* parisienses de Haussmann, deparar-se e ser surpreendido por um gorila gigante, andar pelas ruínas e escombros da Segunda Guerra Mundial, ou ter a sensação de quase ser atingido pela chegada de um trem à Gare de Lyon (SANTOS, A., 1985). Em uma sala escura, os olhares embriagados pelas luzes que vinham da tela deslocavam as imagens e os sons de um mundo que não estava distante, mas se misturava através dos sonhos e das ilusões da juventude dos Anos Dourados.

As trocas de informações, o papel do cinema e da imprensa e, sobretudo, o aumento do nível de vida eram vistos como os responsáveis por uma “época de transição” e transformação da moral sexual. A exibição de filmes era uma oportunidade de distração pública para todas as classes sociais, e possibilitava “a apreensão de imagens de um mundo até então desconhecido, a exemplo das que retratam o *modus vivendi* de muitas cidades; o que faz entender que o espectador, sem sair do lugar, fazia longas viagens instrutivas por diversas regiões do sublunar [...]” (ARANHA, 2005, p. 262), estando a par do modo de vida das cidades espalhadas pelo mundo afora. Segundo o memorialista Pedro D’Aragão, na década de 1920, o Cine Apolo “[...] era frequentado pela alta sociedade de Campina Grande, e o Cine Rex, ou Cine Pulga, era frequentado por todo mundo. [...] As sessões desses cinemas eram animadas pela música do gênio imortal de Adauto Belo”. (apud DINOÁ, 1993, v. 1, p. 85). O que se percebe é que aquele tipo de lazer não estava voltado somente para as classes mais abastadas da cidade, mas aberto às demais.

As exibições cinematográficas aconteciam nos bairros operários, atraindo pessoas de lugares distantes (SOUZA, L., 2004). Lincon Souza mostra como as exibições, muitas vezes, fugiam dos objetivos civilizadores propostos por parte da elite campinense, tornando-se um ambiente de muitas brincadeiras e “algazaras”. O autor nos conta ainda que, se a vida da diversão parecia fluida para os cinéfilos, não se podia

dizer o mesmo em se tratando dos porteiros que guarneciam as portas do cinema. Muitas das práticas sociais eram vistas pelos letrados que escreviam para os jornais como um desrespeito aos códigos de civilidade.

Ao retratar o viés moralizante entre aquele artefato e as formas de comportamentos na cidade de Campina Grande, Gervácio Batista Aranha afirma que, para os cronistas das primeiras décadas do século XX, havia dois tipos de fitas de cinema, a que retrava a “boa esposa”, de semblante resignado, e a “má esposa”, do tipo “bisbilhoteira”. Para as moças, o cinema representava “o maior dos destroços, já que saindo do seu antigo recato, vivem metidas a imitar as cômicas das invenções vagabundas dessa perdição [...]” (ARANHA et al, 2005, p. 264).

Ao lado dos cinemas, os serviços de alto-falantes instalados nas ruas centrais da cidade, como na Praça da Bandeira, consistiam em outro artefato da modernidade. Somente a partir de 1949 é que Campina Grande passou a contar com duas rádios. A Rádio Cariri foi inaugurada em 13 de maio de 1949, e a Rádio Borborema em 8 de dezembro de 1949. Esta última era famosa por seus programas de auditório. A Rádio Caturité foi inaugurada no ano seguinte, em 1950, e foi construída visando a um fim “educativo e recreativo [...]” (OLIVEIRA, F., 2006, p. 80) por meio do decreto assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. A inserção das rádios foi um advento importante na divulgação das notícias sobre o final da Segunda Guerra Mundial e, em particular, quanto à relação entre informação e política. Além do crescimento da aquisição do rádio, da geladeira e da televisão, respectivamente, o geógrafo Carlos Augusto A. Cardoso (2002) indica que, de pequena participação na década de 1970, a TV estará presente, duas décadas depois, em quase 90% das residências campinenses, com crescimento de 336% no período entre 1970-1980 e 121% no decênio posterior. Segundo o autor, havia o “aumento gradativo da disponibilidade de tais equipamentos com um impulso de modernidade”. (CARDOSO, 2002, p. 52).

Ao mesmo tempo em que o cinema aparecia como meio de educar e pedagogizar as populações, também emitia o signo de perversão das mocinhas presente nos discursos dos juízes da Paraíba. Ao citar o art. 128 do Código de Menores do ano de 1956, o juiz de Direito de Menores, da capital de São Paulo, Aldo de Assis Dias, afirmou como era difícil encontrar filmes bons para os/as menores.

O cinema, com tôda a sua força sugestiva, impregna o espírito infantil de idéias de violência,

de vingança e de falsas concepções do amor e da vida. O cinema deve ser rigorosamente fiscalizado e censurado, não se permitindo aos menores assistirem a filmes que possam influir maleficamente sobre os seus espíritos. São proibidas representações, perante menores de 18 anos, de tôdas as fitas que façam temer influência prejudicial ao seu desenvolvimento moral, intelectual ou físico ou possam excitar-lhes perigosamente a fantasia, despertar instintos maus ou doentios, corromper pela fôrça de suas sugestões. (DIAS, 1968, p. 161)

Esse argumento determinista, bastante corroborado e difundido pelos juristas da Paraíba, também valia para os programas de rádio, de televisão e de teatro.

Somos forçados a reconhecer [...] a que muitos dêles estão impregnados de assuntos de amor ilícito, amor livre, amor anti-cristão, amor mal compreendido e com falsas concepções, de assuntos de crime, de violência e de vícios. Tais programas “fogem à finalidade educativa e cultural, descambiando, mesmo, para a imoralidade e licenciosidade”. A verdade é que o rádio atinge em profundidade as famílias e a televisão constitui uma fôrça preponderante, dada a sua faculdade de levar aos lares, além do som, as próprias cenas, através do vídeo. (DIAS, 1968, p. 160-161).

A respeito do teatro, o juiz defendia a necessidade de se afastarem as crianças e as jovens das exibições, em razão de serem representadas peças “altamente nocivas à infância e à juventude, contendo piadas picantes e imorais e expressões ofensivas à moral e aos bons costumes, onde se exibem mulheres seminuas”. (DIAS, 1968, p. 161). Ou seja, as tentações, os maus exemplos, as cenas eróticas eram fomentados pelos “espetáculos perniciosos”; tudo isso corroborava, nas palavras de juristas e jornalistas, para que a juventude se desviasse do “caminho do bem”. Segundo Dias, os reflexos da vida moderna podiam ser percebidos nas vias públicas, culminando no relaxamento dos costumes. As ruas se convertiam em verdadeiras “feiras de indecência, onde eram oferecidos aos jovens “periódicos e publicações os mais

imundos e torpes”, o que causaria a “enxurrada de fatores criminológicos que avassala a vida moderna”. (DIAS, 1968, p. 161).

Naquele momento, várias revistas circulavam. A coluna de cartas do *Jornal das Moças*<sup>71</sup> era a mais requisitada. Podia-se encontrar artigos referentes a assuntos domésticos, como decoração da casa, culinária, noções de higiene, remédios para cólica e beleza. A coluna dividia espaço com notícias sobre o cenário artístico do Brasil e de Hollywood, e com anúncios de produtos diversos (SANTOS, Liana, 2011, p. 27), além de estamparem em suas páginas os concursos de *miss*.

Diferentemente do que defendiam outros magistrados e letrados da Paraíba, as mocinhas de família nem sempre saíam acompanhadas pelo pai ou pela mãe ao cinema ou aos locais de lazer e diversão. Ao analisar as crônicas e fotografias das décadas de 1930 e 1940, o historiador Fabio Gutemberg R. B. de Sousa demonstra que os espaços da cidade de Campina Grande eram ocupados por mulheres de todas as idades, diariamente andando pelas ruas centrais, por onde circulavam carregadores, choferes, agricultores, operários, industriais, ladrões, comerciantes, mendigos, proprietários, vagabundos, bêbados, estudantes, loucos, entre outros. As mulheres e mocinhas que moravam nas adjacências do centro faziam parte do cotidiano das áreas centrais, “bem como dos *footings* ou passeios pela Maciel Pinheiro, onde se misturavam as senhorinhas, nos domingos de retreta na Praça Epitácio Pessoa [...]” (SOUSA, 2001, p. 171). Aos domingos, costumavam fazer seus passeios pelas praças da Bandeira, Clementino Procópio e Coronel Antonio Pessoa, bem como costumavam ir aos cinemas Babilônia e Capitólio no centro da cidade.

### 3.2 CARTOGRAFIAS DOS LUGARES DE (DES)ENCONTROS

Os locais onde moças e rapazes se encontravam para consumarem o ato sexual nem sempre eram planejados. Muitas vezes, eles traçavam trajetórias indefinidas, aparentemente inocentes, repentinamente. Os encontros ocorriam em vários espaços das cidades: durante festas, ao ar livre ou em espaços fechados; nas praças (PARAÍBA, 1967e); nos cinemas (PARAÍBA, 1974d); nos bailes que perduravam até a madrugada; nas missas aos domingos; no retorno dos colégios, ou ao se dirigirem para estes; nas praias em tempo de veraneio; em festas dançantes nos clubes das cidades, em períodos de carnavais e

---

<sup>71</sup> A circulação da revista *Jornal das Moças* era uma publicação brasileira focada em moda, produzida no Rio de Janeiro, de 1914 a 1965.

festas juninas; nas casas de patrões onde trabalhavam como empregadas domésticas (PARAÍBA, 1973a; 1976e); ou na casa das ofendidas. As relações de amizades, nesse sentido, tinham um papel fundamental, pois os/as jovens se conheciam quando eram apresentadas/os por amigos/as<sup>72</sup> que faziam parte das redes sociais. Algumas moças e alguns rapazes residiam no mesmo bairro ou na mesma rua e compartilhavam, provavelmente, quase os mesmos hábitos, faziam parte daquele universo social/cultural da segunda metade do século XX; outros eram colegas de trabalho<sup>73</sup>.

As ruas e praças eram territórios frequentados tanto por homens quanto por mulheres de todas as idades. Nesses ambientes, as pessoas possivelmente brincavam e se conheciam desde a infância, ali produziam seus desejos e sonhos e articulavam suas redes de amizades. Por essas razões, teria sido comum frequentarem quase sempre os mesmos locais de diversão e lazer, bem como os mesmos colégios onde iniciavam seus primeiros anos de estudos. Mas essa regra não era válida para todas as moças que levavam suas queixas às delegacias. Muitos casos de defloramento denunciados ocorriam durante os períodos de festas cívicas e religiosas, espaços onde se congregavam várias pessoas de outras cidades da Paraíba ou de estados vizinhos.

Em algumas ações, consta o fato de que os recados e bilhetes endereçados, em particular aos rapazes, eram muitas vezes veiculados através das amigas íntimas, irmãs menores das “ofendidas” ou de pessoas de sua confiança. As mensagens chegavam aos destinatários também por meio das chamadas alcoviteiras, mulheres casadas, separadas, solteiras ou “de vida livre”<sup>74</sup> que facilitavam os namoros e até mesmo os atos sexuais entre os casais. O cupido tinha uma função específica frente àquelas primeiras trocas de olhares, gestos e palavras.

Muitos iniciavam suas relações de amizade e, em seguida, entabulavam namoro que durava dias, meses, anos. É possível que a amizade se nutrisse da observação e de conversas, despertando os desejos e as paixões em um campo silencioso, próprios daquela época;

---

<sup>72</sup> Grande parte dos processos faz menção ao fato de as moças terem sido apresentadas aos rapazes por meio de colegas ou amigos/as.

<sup>73</sup> Carina conheceu Antônio, trabalhando como operário no SANBRA, Fábrica de Algodão (PARAÍBA, 1951a).

<sup>74</sup> Segundo uma ação de 1971, na cidade de Campina Grande, Maria de Jesus Sabino Brasileiro, “mulher da vida livre”, amiga íntima e colega da declarante, era quem levava e trazia recados entre a ofendida e o sedutor acusado.

em outros momentos, observa-se que, com poucos dias de namoro, os jovens já iniciavam a prática sexual. Os relacionamentos afetivos se tornavam mais sérios nos períodos de festas, como por exemplo, no caso em que um casal terminou “noivando oficialmente no mês de dezembro”. (PARAÍBA, 1972d). Em muitos casos, o apaixonar-se naqueles termos era precedido de sedução, “carícias e promessas de amor” (PARAÍBA, 1967b), gestos e palavras, de estratégias de segurança inspiradas em promessas de casamento, o que, nas palavras dos juristas, culminavam na justificável confiança e, por conseguinte, no crime de sedução. Para que fosse considerado crime de sedução, o namoro deveria demandar bastante tempo, tendo a seriedade de um “quase-noivado”, pois assim era justificável a confiança que as moças teriam nos rapazes a ponto de se envolverem sexualmente. O noivado dava maior legitimidade à boa conduta da menor, era visto como atestado do grau de confiabilidade que ela depositara no acusado. O compromisso significava dizer que o “sedutor” teria tido tempo de “amaciando o processo psíquico”, tal como era regular nas argumentações dos promotores.

Como afirma Martha de Abreu Esteves, os relacionamentos amorosos e os namoros ocorriam de forma bem diferente daquela que os ilustríssimos juristas esperavam (1989, p. 155). Essas regras ditadas no início do século XX, no Rio de Janeiro, não eram tão diferentes em se tratando dos códigos voltados para o namoro das “moças honestas” da Paraíba, nas três primeiras décadas da segunda metade do citado século. Observa-se, contudo, que muitos códigos eram infringidos em nome dos desejos imediatos, às vezes, nos parece, quase impulsivos. Nem sempre os rapazes frequentavam assiduamente a casa das menores, alguns costumavam passar pela calçada ou marcavam encontros na principal pracinha da cidade. A residência das vizinhas também fazia parte dos locais de encontros e dos primeiros contatos físicos. Em outros casos, as moças da época costumavam namorar os rapazes no interior de seus lares, na residência da avó ou em frente ao portão da residência (PARAÍBA, 1960a). Algumas permaneciam nos espaços íntimos da residência, na sala de estar, sob os olhares das mães, “cerceando do maior zelo e vigilância [...]” (PARAÍBA, 1960a). Ali, ficavam horas conversando, muitas vezes o rapaz conversava mais com o pai e a mãe do que com a sua namorada. Isso porque, se a mãe ou o pai não apreciassem a pessoa do rapaz, poderiam exigir o fim do namoro; por essa razão, eles precisavam, primeiramente, convencê-los de que eram bons namorados para suas filhas (ARAÚJO, S., 2006), para serem, então, aceitos pela família.

Nesses espaços, construía-se relações de familiaridade e intimidades também entre os vizinhos. Alguns rapazes frequentavam assiduamente a casa das famílias, mantendo diálogos com os parentes, presenteando suas namoradas “com cartões de boas festas, retratos [...]” (PARAÍBA, 1960a) e alianças de noivado. Galgavam, assim, não somente a confiança delas, mas também a de pais e mães, segundo os discursos dos delegados e promotores. De outro lado, outras moças namoravam às escondidas, longe dos olhos dos familiares. A prática do jogo de futebol entre os rapazes também era muito comum, o que possibilitava relações de amizades duradouras entre os irmãos, os pais das “ofendidas” e os acusados.

Alguns códigos de conduta moral e de namoro eram voltados para os ensinamentos bíblicos que eram passados desde a tenra idade das mães para as filhas, por meio do chamado catecismo. Ao analisar os discursos religiosos no município de Cabaceiras, Cariri da Paraíba, Paula Faustino Sampaio mostra como se davam as práticas dos encontros catequéticos, aos domingos à tarde, em meados dos anos 1940. As crianças a partir de 10 anos se preparavam para fazer o sacramento, “um juramento de fidelidade por parte do indivíduo em relação à Igreja Católica [...]” (SAMPAIO, 2009, p. 47). A autora afirma que, entre os anos de 1944 e 1946, 278 meninas e 159 meninos participaram da celebração da primeira comunhão, ou primeira eucaristia na paróquia coordenada pelo padre João Madruga, na Igreja Matriz. A pedagogização das crianças tinha em vista “formar famílias cristãs, que comporiam a sociedade obediente à Igreja”. (SAMPAIO, 2009, p. 40).

No início dos anos 1950, era comum os jornais, como o *Diário da Borborema* e *O Norte*, fazerem apologia aos ensinamentos da Igreja Católica, reforçando o combate dos comportamentos vistos como modernos, como o namoro que fugisse dos princípios, envolvendo o ato sexual antes do casamento. Naquele ritual de educação moral e sexual, as mocinhas deveriam frequentar as missas aos domingos, acompanhadas sempre que possível pelas mães ou pelos pais, tomarem a hóstia sagrada, sobretudo aquelas que já haviam passado pelo ritual da primeira comunhão. Era muitas vezes nesse ambiente de adoração e louvor a Deus que os olhares se entrecruzavam e emitiam signos de flertes, dando início aos primeiros contatos entre os casais.

Um convite para um passeio, uma “voltinha” aparentemente ingênua acabava terminando no local onde elas tinham a primeira relação sexual. Os registros indicam que os casos ocorriam tanto durante o dia quanto à noite, em locais da periferia, como o meretrício, em



mercados públicos ou no centro das cidades, também em outros lugares pouco movimentados, como becos e ruelas escuros, matagais, matas, atrás de edifícios abandonados, entre outros.

A maioria das relações sexuais acontecia num vasto quadro verdejante à luz brilhante do sol, durante o dia tal como nos matagais, em terrenos baldios, locais esquisitos, desertos, “no quintal da casa da ofendida [...]” (PARAÍBA, 1957); “nas margens bucólicas do açude Velho”, à beira d’água; “à tarde, na praia de Tambaú, nas imediações do Cabo branco” (PARAÍBA, 1969a); “em um lugar ermo, próximo à Maternidade Elpídio de Almeida<sup>75</sup>, nas proximidades da Fábrica de Cimento Zebu, em João Pessoa. Ocorriam em lugares onde se podiam ver os pássaros em cima das árvores e ouvir o “cantar dos grilos[...]” (PARAÍBA, 1971g). Outros casais preferiam locais fechados, como os motéis das cidades, talvez por receio de serem vistos. Alguns nomes aparecem com bastante frequência nas denúncias, como o Bel Recanto, Dallas, em Campina Grande, Tambaú Hotel (PARAÍBA, 1974d), Roda Viva (PARAÍBA, 1977a), Motel Pigalle, em João Pessoa, nos aposentos (PARAÍBA, 1953d) dos familiares, no interior das casas das “ofendidas”; durante passeios aparentemente inocentes, como uma ida à Rádio Caturité, na cidade de Campina Grande, “em ruelas escuras e de pouca movimentação [...]”. O olho que tudo via não cansava de registrar aquelas fugas, pois muitas testemunhas informavam, com minúcia e riquezas de detalhes, os locais e, inclusive, indicavam o horário em que teriam visto as “vítimas” em companhia dos acusados. Em 1951, uma testemunha parecia atenta às táticas das/dos jovens para realizarem o ato sexual. O jovem rapaz Tavares, 15 anos, analfabeto, disse ter visto um casal quando estava indo

[...] tanger umas vacas de seu pai para o mato, deparouse [sic] com [o acusado e a menor], assentados em um corredor, debaixo de uma moita de Aveloz; os ditos namorados estavam bem juntinhos, ligados um ao outro, que se poseram

---

<sup>75</sup> (PARAÍBA, 1953g). A Maternidade foi construída durante o governo de Elpídio de Almeida, entre 1947 e 1951. A criação daquele monumento tinha objetivos relacionados com o progresso de Campina Grande. Segundo o poeta da cidade da época, Cristino Pimentel, o citado governo era “muitíssimo operoso e moralizado, satisfazendo a população pobre”. Dada a finalidade da maternidade, com 12 horas de sua inauguração “prestava assistência às parturientes que, ainda sob o calor das manifestações, foram lá lançar as crianças” (PIMENTEL, 2001, p. 132).

[sic] atraz [sic] de uma pedra onde ficaram fornicando [...]. (PARAÍBA, 1951c)

Cenas como essa denotam como os espaços públicos eram ressignificados a todo o momento pelas populações, como palcos das cenas sexuais, motivo de severa vigilância policial pelas ruas das cidades.

Outros episódios sexuais ocorriam por meio de fugas e prazeres inéditos, como o de Antônio e Carina: “saíu de casa por volta das 20h para assistir ao programa de televisão e só voltou às duas horas de madrugada em companhia do indivíduo [...]” (PARAÍBA, 1969a). Também procuravam locais afastados da cidade, como os municípios circunvizinhos de sua residência, como “o lugar conhecido por Catingueira” (PARAÍBA, 1979). Buscavam privacidade nas chamadas “casas suspeitas”, com a iniciativa de alugar um “apartamento de um bar Restaurante e Dormitório Serrotão, localizado no bairro de Bodocongó” (PARAÍBA, 1971a), em Campina Grande. Ou, as “casas de recursos” e “casas suspeitas”, conhecidas como bordéis de baixo meretrício. Em seus depoimentos, os acusados rapazes indicavam o hábito de frequentar os chamados “lugares libidinosos”, o que despertava olhares malevolentes de hipotéticos transeuntes que ali moravam, principalmente quando eles levavam suas namoradas àqueles ambientes, vistos como impróprios e indecentes para as chamadas moças de família.

Outros locais onde as moças eram defloradas aparecem associados aos espaços de intimidade do interior de seus lares, como a cama dos pais, o que para os juristas significava um lugar sagrado, profanado em nome da satisfação dos “apetites sexuais”. Em meio aos afagos e beijos, o sedutor conseguiu tirar “as vestes da moça [...]” (PARAÍBA, 1953a) e desvirginá-la.

Outras moças e rapazes eternizavam suas noites, frequentando bailes, saraus dançantes, salões de festas, espaços onde, possivelmente, havia grande animação. Algumas jovens retornavam às suas casas altas horas da madrugada. As festas, em grande medida, tinham uma função social que possibilitava a indefinição socioeconômica entre as classes populares em busca da confluência de interesses festivos (SOUZA, C., 2003). A comemoração de festas cívicas e religiosas era uma prática social comum às cidades da Paraíba, na segunda metade do século XX. A famosa festa da Padroeira, da cidade de João Pessoa, conhecida como Festa das Neves, que ocorre em fins do mês de julho até 5 de agosto na Rua Nova, era ocupada pela classe alta e média da cidade e, além de

embeleazar a rua, transmitia a sensação de harmonia entre os seus apreciadores (SILVA, I., 2010). As festas juninas, vistas como populares no estado, agregavam a maioria da população.

Aclamada por cientistas sociais como hospitaleira e acolhedora<sup>76</sup>, a cidade de Campina Grande, quando dos ambientes de festejos juninos, era habitada por populações com grande animação. As práticas discursivas nos dão indícios de como se configurava a aparente timidez de uma juventude feminina naqueles tempos de festividades. Com olhos atentos aos flertes e mãos entrecruzadas, as moças esperavam que os rapazes, não menos acanhados, comessem a mexer em seus chapéus e as convidassem para dançar seguindo o embalo e a sonoridade das músicas típicas daquela cultura regional. Os folguedos das noites de São João, as quadrilhas e o calor das fogueiras, com as suas fumaças que ganhavam o céu estrelado e provocavam, muitas vezes, irritação nos olhos, fazendo-os lacrimejarem, pareciam deixar ainda mais quentes os corações, provocando sensações de intensas alegrias, dado o clima de festa. Era assim que narravam os delegados e promotores, como sendo uma oportunidade clássica em que podia se requerer a abertura de uma queixa ou um processo por crime de sedução. Já denunciavam os jornalistas da época que as festas juninas eram situações que ofereciam boas desculpas para as práticas sexualmente condenáveis ou atos reprováveis. Naqueles espaços, ao que nos parece, homens e mulheres se deixavam envolver pelas primeiras trocas de olhares, sedução, paqueras, flertes, namoros, signos que se correspondiam, fazendo-os/as se apaixonarem (PARAÍBA, 1970g). Tais efeitos pareciam ser mais intensificados em relação aos casais que mantinham namoro de longa data. É uma constante nos depoimentos das ofendidas e dos acusados o fato de as primeiras relações sexuais ocorrerem depois de terem ido aos bailes, ou durante as festas badaladas, como os carnavais.

Comemoravam-se as festas juninas na cidade de João Pessoa, no ano de 1956. Nazaré, de 17 anos, “moça caseira, saindo de casa apenas em companhia de seus pais”, nas declarações das testemunhas, conheceu e iniciou namoro com Xavier, de 20 anos, com o consentimento dos genitores. A apresentação do casal foi intermediada por seus irmãos,

---

<sup>76</sup> Essas foram impressões dos participantes do Encontro de Escolas de Serviço Social, ocorrido em 1964. Participou da entrevista ao *Diário da Borborema*, Helena Moreira, presidente do diretório São Tomás de Aquino, da Escola de Serviço Social de Salvador e Bahia. **Diário da Borborema**, n. 2024, p. 1, 31 dez. 1964.

com os quais Xavier “jogava futebol e tinha camaradagem”. Dali em diante, o casal costumava conversar todas as noites, já que ela morava em frente à casa de seu noivo, na Rua José Augusto Trindade, na capital. No começo do namoro, o rapaz teria demonstrado boas intenções, até o dia em que lhe fez um convite “para manter relações sexuais”, o que logo foi recusado. Não se dando por convencido, todas as noites, insistentemente, ele batia na janela do quarto da moça, quando todos da casa já dormiam. Certa noite de sábado, ele “acertou de ter relações com ela”, pedindo que a mesma permitisse que ele tivesse “acesso ao seu quarto, por uma janela de oitão, sendo por ele então possuída”, após “muitas promessas de casamento”. Depois de ter mantido a primeira relação, “forçou-lhe a ter mais cinco vezes”, propondo ainda ter com ela o ato sexual em “casa de recursos”. Além disso, “todas as vezes que mantinha relações com a declarante, prometia casar-se o mais breve possível”. A denúncia feita pelo pai foi julgada procedente, tendo Xavier a pena de dois anos de reclusão na penitenciária da capital, no ano de 1959. (PARAÍBA, 1956a)

Em suas declarações, a Nazaré afirmou que “deixou a janela de seu quarto aberta”, para além da perspectiva de sua liberdade de escolha e poder de ação, conforme discutiremos no quarto capítulo, observa-se como tanto as moças como os rapazes faziam usos dos espaços. A localização da janela dos quartos das menores colaborava para que os sedutores tivessem acesso às moças sem serem notados, um pequeno espaço da ação por meio do qual o rapaz, “altas horas da noite”, poderia estar com a amada. A janela do quarto de Nazaré representava a linha tênue que separava a casa da rua, de onde ela possivelmente podia abri-la todas as manhãs e ver o mundo, ouvir o barulho de crianças brincando pelas ruas, ou os gritos do entregador de pão nas portas das casas, costume da época, podia ver o vai e vem das pessoas e até conversar com as amigas ou com as vizinhas. Também figurava um território repleto de outras significações, um quadro colorido ou cinzento por meio do qual se encontrava com o seu amado e, por conseguinte, mantinha relações sexuais. Para além de um mero pontilhado, como são apresentadas no mapa geográfico, muitas vezes quase imperceptíveis, as janelas da casa detinham essas outras funções, possibilitando a relação entre esses dois mundos, o da rua e o da casa, de modo que já não havia separação entre o espaço público e o privado. Ao contrário, elas funcionavam como a extensão da rua em face de como eram utilizadas. Mas essa prática social de pular as janelas não dizia respeito somente aos sedutores. Conforme ainda veremos, mais que tornar o espaço da casa arejado e ventilado, as moças faziam igualmente outros usos das

janelas, infringindo as regras do namoro ditadas pela Igreja, pelos juristas e pelos familiares. (PARAÍBA, 1956a)

Os registros indicam como elas desobedeciam aos pais e pulavam as janelas de seus quartos, ao anoitecer, quando os familiares estavam dormindo, para se encontrarem às escondidas com os namorados, razão pela qual, nessas escapadelas, eram defloradas, desencadeando um processo-crime na Justiça. A correlação entre tempo e espaço se constrói e, ao mesmo tempo, é construída. Segundo Roberto DaMatta, “não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço”. (1991, p. 37). O tempo e o espaço das cidades se confundem com aspectos singulares da vida cotidiana e com as atividades sociais.

Diferentemente das festas juninas, os clubes sociais eram locais propícios para a reunião de famílias que detinham uma melhor condição financeira<sup>77</sup>. Em se tratando especificamente da cidade de Campina Grande, Wagner Geminiano dos Santos (2008) afirma que foi a partir da década de 1960 que a construção simbólica e cultural da cidade parece confundir-se com a invenção e a produção das festas que os governantes, a exemplo de Pedro Moreno Gondin<sup>78</sup>, realizavam para atrair turistas. Outras formas de entretenimento para a cidade consistiam em festas, como a de São João e a de Micarande, carnavais fora de época.

As festas religiosas na Paraíba eram bastante conhecidas por atraírem muitos devotos e simpatizantes, além de consistirem em ocasiões de intensa sociabilidade e de entretenimento. Naquela época, não era necessário se ter muito dinheiro para se divertir, de modo que as festas eram frequentemente associadas ao lazer e atuavam como atividades planejadas ou programadas dentro do calendário cívico e

---

<sup>77</sup> Diferentemente do que se pensa acerca do perfil das famílias que davam queixa nas delegacias por crimes de sedução envolvendo suas filhas, veremos como muitos daqueles/as personagens que recorriam ao Judiciário detinham certo *status* dentro da sociedade. Muitas famílias mantinham uma situação financeira privilegiada se comparada à de outras famílias pobres da época, e faziam igualmente uso da Justiça, como advogados, funcionários públicos estaduais/federais, professoras, parteiras, sargentos, entre outros.

<sup>78</sup> Pedro Moreno Gondin bacharelou-se em Direito na Universidade Federal de Recife, exercendo advocacia no estado da Paraíba. Entre 1958 e 1960, ocupou o cargo substituindo o então governador Flávio Ribeiro Coutinho. Em 1960, candidatou-se ao cargo de governador do estado até 1966, depois do Golpe Militar. Cf. ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondin e o Teatro do Poder na Paraíba**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

religioso; eram espaços nos quais os amigos podiam se rever e, por essa razão, possibilitavam a prática social da paquera ou flerte entre os/as jovens. Contudo, nem sempre aqueles sagrados momentos ou o retorno daquelas festividades terminavam em uma noite tranquila.

Muitas das adolescentes que trabalhavam como domésticas detinham uma certa liberdade de saírem sozinhas à noite. Certas regras referentes a horários e locais que podiam ou não frequentar parecem ser pré-requisitos para a abertura de uma ação. O namoro parecia ter regras bem diferentes para a maioria das moças que trabalhava fora de casa, apesar de algumas serem frequentemente vigiadas pelos patrões e patroas. Várias delas escapavam da labuta do dia a dia e se aventuravam para o “desfrute”, nas palavras da defesa e da promotoria pública, de alguns momentos de alegria e de diversão proporcionadas por aquelas festividades que agregavam várias pessoas, inclusive de cidades e estados circunvizinhos.

Em meados da década de 1960, certas instituições ligadas ao aparelho do Estado, como a Secretaria de Segurança Pública e de Polícia, tentaram coibir e reprimir a violência, os roubos e o atentado à moral e aos bons costumes durante o carnaval (SANTOS, W., 2008). Os locais fechados passaram a constituir espaços de diversão durante períodos festivos para familiares de classes mais abastadas que podiam pagar a entrada, além de serem vistos como ambientes integradores da boa moral. Segundo os discursos veiculados na época, o carnaval era para ser uma festa reservada, quase exclusiva das elites locais, ficando os demais segmentos da sociedade de Campina Grande limitados, no máximo, “ao papel de público espectador dos arroubos daquelas festanças” (SANTOS, W., 2008, p. 100).

Aqueles espaços também tinham considerável importância nos períodos de alegria na capital João Pessoa. Nos anos de 1960, é possível perceber como ocorriam euforia e entusiasmo por ocasião daquelas festividades; contudo, o motivo de tanta agitação não dizia respeito somente às festas de carnaval. Naquele mesmo ano, alguns habitantes do estado comemoravam o projeto nacional de desenvolvimento do país realizado pelo então presidente Juscelino Kubistchek. Seguindo o viés da divulgação das notícias em primeira mão, o jornal *Diário da Borborema*, construía uma narrativa que enaltecia os feitos e a figura política de J. K. Entusiasmado, informava o articulista anônimo, que nas ruas e praças, de Campina Grande, homens e mulheres cogitavam o fato de que aquele presidente teria mudado o rumo da história brasileira com a instalação da nova sede do governo, com a inauguração de Brasília, em 1960. Segundo a reportagem, Kubistchek era visto pelo governo da

Paraíba como exemplo de “coragem”, um presidente de com o “espírito dotado de autêntica política de interiorização administrativa no Estado [...]”.<sup>79</sup> Ou seja, a notícia do acontecimento não tinha somente o objetivo de (in)formar o/a leitor/a acerca do fabuloso empreendimento, como também deixar registros do progresso material das obras do presidente como marcas memoráveis para a história, um documento do monumento. Como afirma a historiadora Selva Guimarães, a imprensa, “como produto de empresas que têm propostas político- sociais definidas, linhas de padrões ou receitas [...], ao informar revela também a existência de um não dito”. (SELVA, 2012, p. 335).

Segundo o historiador Wagner Geminiano dos Santos, a construção dos clubes, como locais de práticas festivas, foi um empreendimento realizado por parte das elites da Paraíba com vista a marcar a diferenciação social em relação às populações, buscando emitir signos da modernidade e de civilidade. Dentro daqueles espaços, a chamada elite estaria protegida pelas paredes e pelos portões de seus clubes e poderia desfrutar momentos de lazer com mais tranquilidade e segurança, “o que lhes garantiria a possibilidade de não serem confundidos com um ‘folião qualquer’”. (SANTOS, W., 2008, p. 102)

Enquanto alguns comemoravam a emergência dos projetos políticos daquele presidente, outros vivenciavam o clima de festas carnavalescas. O memorialista Jóbedis Magno de Brito Neves<sup>80</sup> nos transporta ao passado da década de 1960, dos carnavais nos clubes<sup>81</sup> de Campina Grande, com um toque especial de saudosismo.

No salão do clube o trajeto dos foliões consistia em uma movimentação em círculo, obedecendo ao sentido horário – mas também havia alguns

---

<sup>79</sup>J. K. mudou o rumo da história: Brasília é capital. **Diário da Borborema**, Campina Grande, nº 948, 21 abr. 1960, p.8.

<sup>80</sup> Jóbedis Magno de Brito Neves é engenheiro químico pela Universidade Federal de Campina Grande e historiador, que colabora com o *blog* Retalhos Históricos de Campina Grande.

<sup>81</sup> Segundo a socióloga Maria Aparecida Barbosa de Figueiredo, o campinense Club (escrito segundo a ortografia do inglês “Club”), sociedade fundada na cidade de Campina Grande em 12 de abril de 1915, foi desde a sua criação considerado um clube de elite, dividindo-se entre o departamento esportivo e o departamento de festas e eventos. Nesse clube, ocorreram as mais famosas festas da cidade, com a presença de orquestras, Jazz Bands e cantores da Bossa Nova. Foi uma das festas o famoso grito de carnaval do Campinense Clube, nos anos 1950. (AUTOR, ano)

sujeitos cheios de “birita”, que preferiam brincar no sentido anti-horário, o que era sinônimo de confusão. As garotas desacompanhadas ficavam nas bordas do salão, observando aquela alegre confusão. De repente, uma mão saindo do meio da massalhe alcançava o pulso e a puxava para o salão. Se houvesse interesse recíproco, a foliona enganchava no sujeito e ia pra guerra. Se não, ela dava um jeito de liberar o pulso do “enxerido”. Essas efêmeras conquistas carnavalescas se constituíam na glória (ou “toco”) de qualquer moleque que busca as folias de Momo. (RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE, 2009-2014)

O relato desse memorialista indica diferentes aspectos do cotidiano das festas daquela sociedade. Essas narrativas permitem notarmos como os momentos de festas significavam uma margem de tolerância acerca dos bêbados naqueles círculos de folias, mesmo que significassem “sinônimos de confusão”, em nome do clima de festa e alegria que pairava naqueles espaços. Mas, para participar daquelas festas havia normas que deveriam ser cumpridas, em particular nos casos dos menores de 18 anos.

O Juizado de Menores procurava, com a ajuda da Delegacia Especial de Vigilância Geral e Costumes, controlar a entrada de menores por meio de várias medidas, como a criação de portarias, buscando normatizar as populações nos espaços festivos. O juiz de Direito O. F., da Vara Privativa de Menores da Capital, estabeleceu várias medidas, utilizando os jornais como meio de propagá-las para todas as cidades do estado. Geralmente, as festas ocorriam nos dias quatro, cinco e seis de março, nos bailes das sociedades legalmente constituídas, frequentados pelos sócios e suas respectivas famílias, sendo permitido o acesso de menores acima de 15 anos, acompanhados dos pais ou responsáveis legais. Nas “vesperais” infantis, era exigido que se iniciassem às 15h e terminassem às 19h, com interrupção de 10 minutos, destinada ao repouso dos menores. Podiam participar menores de 15 anos, sob a responsabilidade de seus pais ou representantes legais. Era destacada a proibição da aspiração de lança-perfumes, quer pelos menores, quer pelos adultos acompanhantes. Nos bailes públicos, realizados em locais fechados, *dancings*, cabarés, boates e outros estabelecimentos, era proibido o ingresso de menores de 18 anos de idade. Nas escolas de samba, “prestígios”, “cordões” “ranchos” e blocos



carnavalescos, modalidades do carnaval, nas vias públicas, as crianças não podiam exceder o horário das 22h.

Eram apreendidos os menores de 18 anos que fossem surpreendidos na prática da aspiração do lança-perfume, sob qualquer modalidade, ou “fazendo uso indevido e inconveniente de bisnagas, bem como fantasias atentatórias à moral e aos bons costumes, ficando os seus pais ou responsáveis sujeitos às sanções previstas na Lei”. Observa-se essa relação do cuidado com o/a menor no espaço público como forma de educar e incentivar a atenção dos familiares. Ainda, enfatizava: “os menores recalcitrantes e que revelem periculosidade, a critério dêste Juízo, serão recolhidos durante o período do Carnaval, em estabelecimento adequado desta Capital, sob guarda e vigilância do Comissariado de Menores”. Ficava expresso que no caso de violação de qualquer determinação, ficavam sujeitos à multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$1.000,00.<sup>82</sup>

O Clube União Cultural, na cidade do Ingá, agreste da Paraíba, atuava como divisor entre as diversões para os economicamente menos favorecidos e a elite local, que se divertia de forma “civilizada” no espaço específico. Segundo Hercília M. A. Souza, os carnavais que eram festejados nas ruas passaram a atuar dentro do Clube, “onde homens e mulheres de elite aproveitavam para exibir suas luxuosas fantasias, longe do restante da população, que se divertia nas ruas com seus blocos carnavalescos e fantasias improvisadas”. (2014, p. 33). No ano de 1966, ao voltarem de um Clube de festas em noite estrelada de carnaval, na cidade de João Pessoa, uma jovem e seu namorado deixaram os seus parentes em suas respectivas casas e tiveram a oportunidade de ficarem sozinhos. A noite parecia reservar-lhes outras surpresas. Foi a partir dali que ela

[...] percebeu que ele se movia sentido a Tambaú e que nas proximidades da praia do Bessa seu namorado ali ficando a sós com ela começou a prodigalizar carícias e promessas de amor, até que vencida a resistência da moça no sugestivo ambiente da noite ao pé do mar, então o infrator conseguiu dela a conjunção carnal, de que resultou seu desvirginamento. (PARAÍBA, 1967b)

---

<sup>82</sup> JUIZADO de Menores da Comarca de João Pessoa. **O Norte**, João Pessoa, 6 fev. 1962.

Esse tipo de situação, na visão de muitos juristas, era propício para desencadear os crimes de sedução. Eles argumentavam que certos ambientes “da noite ao pé do mar” pareciam sugestivos de certas estratégias por parte dos rapazes, com o intuito de “consegui[rem] dela[s] a conjunção carnal”. Muitas moças seduzidas se queixavam de como os namorados, antes de as levarem aos motéis mais próximos da cidade, ou aos locais mais afastados, insistiam incansavelmente até convencê-las a frequentar cervejarias ou vendas onde se negociavam bebidas alcóolicas, cujo objetivo era o de embriagá-las, com o intuito de facilitar o ato sexual. Tal informação é regular nas denúncias e, ao que tudo indica, fazia parte de uma estratégia das mulheres, ao afirmarem que o fato de terem se cedido ao companheiro teria decorrido do estado de embriaguez no qual se encontravam no momento do crime de sedução. É possível perceber várias declarações delas a esse respeito. Uma afirmou que foi levada “ao local onde estavam servindo bebidas alcóolicas, ofereceu-lhe cerveja, alegando que aquela bebida” não embriagaria; outra disse que o acusado “incentivou-a beber, que soube há poucos dias que era dado ao vício de entorpecente”. As jovens alegavam aceitarem ir a bares e cervejarias, como no “Bar da Buchada”, na cidade de Campina Grande, a convite de seus namorados e/ou amigos, o que parecia ter sido sugestivo de um artifício comum por parte delas nas queixas-crime. Contudo, a prática social de ingerir bebidas alcóolicas era e ainda é algo corriqueiro em uma cidade de interior onde não há muitas opções de lazer. Grande parte dos habitantes, sobretudo homens, procuravam os bares da cidade em fins de semana, como forma de sociabilidade para partilharem conversas intermináveis pelas madrugadas.

O consumo do álcool também aparecia relacionado ao aumento da violência nas cidades. Os acusados de estupro incriminados alegavam que o uso do álcool desencadeava a falta de consciência, visando assim se eximirem da responsabilidade pelo crime. Nos processos de defloramento, vemos a regularidade no discurso dos acusados em destacarem a seguinte ressalva: “nunca foi preso, digo que já foi preso por embriaguez, mas nunca processado [...]” (PARAÍBA, 1972b). Além desses, o número de ocorrências triplicava quando envolvia bebidas alcóolicas; nesses casos, os protagonistas das “cenas eróticas” apareciam em destaque atentando contra o pudor pelas ruas. A prática social da ingestão do álcool aparece de forma bastante comum entre as populações pobres, seja homens ou mulheres, seja jovens ou idosos; tal prática era frequente em particular nos fins de semana, motivo por que a bebida aparecia como motivo de desencadeamento de brigas e confusões

entre famílias e vizinhos. Nesse sentido, a periferia “aparece representada como espaço fundador da violência [...]” (SOUZA, A., 2007, p. 132) – com destaque para o consumo de álcool e também da maconha. Construía-se a imagem de que “os tarados” e “marginais”, leia-se, homens pobres, eram os responsáveis pela difusão da violência nas duas maiores cidades do estado.

Além disso, segundo a produção de poder juridicamente legitimada, receava-se a corrupção moral das crianças e das adolescentes. A corrupção de menor era tanto caracterizada pelo incentivo de bebidas alcóolicas quanto pelo abuso sexual. Não eram raros os casos em que mulheres adultas, desquitadas ou separadas, como se dizia à época, eram denunciadas na Justiça por levarem crianças com idade entre 9 e 10 anos às chamadas “casas suspeitas” ou “pensões alegres”. Tratava-se de prostíbulos, localizados tanto em Campina Grande quanto na capital, João Pessoa. Ali, as “mulheres de vida livre” incentivavam as crianças a beber coca-cola com montila, visando conseguirem, por meio dos atos de libidinagem ou estupros, angariar dinheiro dos clientes que costumavam frequentar aqueles locais.

Segundo Maria Izilda Santos de Matos, durante a primeira metade do século XX, os médicos higienistas e sanitaristas se destacaram no combate ao “alcoolismo através de campanhas e ações diversificadas, também nos hospitais e manicômios procuraram aperfeiçoar tratamento para os alcoólatras”. (MATOS, 2005, p. 63-64). Nas campanhas, procurava-se envolver a sociedade, por meio da qual o Estado tinha um papel central, com o apoio de associações científicas, instituições religiosas e educacionais, imprensa, clubes desportivos, patronato, sociedades beneficentes. Afirma ainda a autora que a preocupação médica se estendia à profilaxia.

Além disso, o consumo exagerado podia desencadear nos criminosos sexuais outros fatores, como:

[...] distorções cognitivas, crenças favoráveis à violência, sensação de posse e poder sobre a vítima, alta impulsividade geral e sexual, traços e transtornos de personalidade, congruência emocional com o comportamento sexualmente inadequado. (BALTIERE; MARIN, 2013, p. 88)

Assim, é possível observar o porquê de as autoridades policiais e governamentais do estado da Paraíba terem dado tanta atenção ao elemento álcool no período em análise.

Desde as décadas do início do século que os moradores da cidade consagravam seus momentos de lazer e diversão nas vendas e em mesas de bares, ocupando suas horas com conversas entre amigos ou com pessoas conhecidas. Aqueles agrupamentos semanais denotavam significados de prazer e diversão, como também faziam parte das formas de entretenimento e descanso. Durante uma conversa e outra, um gole de cerveja e outro, observavam o vai e vem das pessoas, em especial das mulheres que passavam no entorno daqueles bares, às vistas dos olhares masculinos. O historiador Fábio Gutemberg R. B. de Sousa nos fornece finas pistas de como essas práticas tinham um sentido especial para aqueles/as moradores/as, entre as décadas de 20 e 40, na cidade de Campina Grande.

Beber aguardente, perambular pelas ruas, becos, vielas e feiras, circular pela zona do meretrício e aí beber, embriagar-se, assediar prostitutas ou mulheres casadas durante ou após as bebedeiras; perambular altas horas da noite ou nas madrugadas pelas ruas empoeiradas e esburacadas dos subúrbios, ou por algumas poucas ruas calçadas do centro da cidade; improvisar festas ou bailes em suas casas; passear pelas ruas centrais, olhando as lojas, casas comerciais, cinemas e praças eram práticas comuns, muito embora esses movimentos não fossem exatamente durante todo o período. Esses rituais e práticas significavam mais do que um simples e tranquilo “descanso dominical”, embora assim o fosse para alguns. (SOUSA, 2006, p. 115)

Além disso, era comum à época as mães e os pais viajarem antes ou durante as festas natalinas e/ou juninas, uma prática social das populações da Paraíba. Viajavam geralmente para o Sudeste do país (Rio de Janeiro e São Paulo), para visitarem seus parentes ou os recebiam em suas casas por ocasião das festividades natalinas, motivados a minimizar um pouco a saudade depois de tanto tempo distantes.

### 3.3 “ESPAÇOS LIBIDINOSOS” E IMAGENS DA VIOLÊNCIA

Ao analisar as fotografias das décadas de 1930 a 1950, Severino Cabral Filho mostra como o prefeito Vergniaud Wanderley se destacou

durante o seu governo (que durou de agosto de 1940 a março de 1945) “pelas reformas urbanas na cidade, demolindo muitas construções em áreas centrais das cidades, sobretudo habitações dos pobres que, em função de certa noção de racionalidade, foram consideradas inestéticas, insalubres e transformadas em antros da promiscuidade”. (2010, p. 264).

Seguindo a prática urbanística dos grandes centros, os becos, as ruelas, os espaços por vezes considerados “libidinosos”, onde habitavam as populações pobres, “socialmente estigmatizadas”, eram localizados bem próximos de “onde pulsava o centro econômico” de Campina Grande. Com o passar das décadas, em especial com as reformas urbanísticas ocorridas em todo o país, a zona de prostituição, em Campina Grande, passou por algumas mudanças. Até a década de 1945, em Campina Grande, os prostíbulos mais conhecidos se localizavam onde atualmente está o Mercado Central, denominados à época como Bairro Chinês ou Mandchúria<sup>83</sup>, locais apontados pelas ofendidas, onde vários sedutores as teriam levado para tomar cerveja.

No entanto, o coração pulsante da prostituição era o famoso Cassino Cabaré Eldorado, localizado no centro da Rua dos Currais. O Cassino Eldorado era um dos mais famosos cabarés do Nordeste, localizado no centro da Rua dos Currais, na cidade de Campina Grande. O espaço considerado boêmio e frequentado pela chamada elite da Paraíba foi construído por João Veríssimo, integrante da elite da cidade, em 16 de julho de 1937, durante o governo do prefeito Vergniaud Wanderley, para a sua então amante Carminha Vilar. (SOUSA, 2004)

Com uma boa dose de astúcia, bom gosto e criatividade, o espaço se tornou uma das melhores casas noturnas daquele momento. Naqueles espaços circulavam boêmios, cafetinas, ex-prostitutas, entre outros. Havia uma hierarquia quanto à entrada no Eldorado, cujo traje indicado era paletó e gravata, exigência que selecionava os seus frequentadores. O Cassino se tornou famoso por trazer atrações nacionais e internacionais, a exemplo de Tapias Rubios, casal mexicano, que inicialmente teria ido passar duas noites, depois de sua estreia no Rio de Janeiro, mas permaneceram um mês em Campina Grande, devido ao grande sucesso de público alcançado (DINOÁ, 1993, v. 1, p. 74). Outras atrações chamavam a atenção dos/das frequentadores/as, como o “famoso casal de bailarinos russos Trotsky e Teda Diamante, cantora brasileira, vindo todos eles do Cassino da Urca do Rio de Janeiro”

---

<sup>83</sup> Esses nomes designavam a área que concentrava os prostíbulos, foram associados à invasão nipônica, à invasão chinesa da Mandchúria. (SOUSA, 2004, p. 7).

(DINOÁ, 1993, v. 1, p. 541). Muitos políticos e comerciantes visitavam o Cassino durante o dia para ver as mulheres, “estas que deixavam muitos frequentadores com as mãos na cabeça” (DINOÁ, 1993, v. 1, p. 75), para não serem alvos de boatos maldoso das populações. O período áureo da comercialização e exportação do algodão em Campina Grande corroborou para a instituição de espaços luxuosos de lazer com jogos e comércio de prostituição, como o Cassino Eldorado. O primeiro cabaré da cidade estava localizado na Rua do Rói Couro, atual Juvino do Ó, antiga Rua 4 de Outubro, cujo proprietário era Henrique Pé-de-Mulambo. Cansado do ofício, ele vendeu o cabaré, cujo nome passou a ser “Pensão Moderna”, para a pernambucana Josepha Barbosa de Lima, também chamada de Josefa Tirbutino ou Zefa Timbu. Mais tarde, Josefa Tirbutino ganharia epítetos, como a “deusa do Cassino” ou “dama da noite”, sendo a mais conhecida das cafetinas na Paraíba, após arrendar o cabaré Eldorado, em razão do desafeto e da separação entre João Veríssimo e Carminha Vilar. (DINOÁ, 1993, v. 1, p. 553)

Bastante esclarecedora é a imagem traçada pela historiadora Cassandra Carmo de Lima Vêras, ao retratar alguns espaços da cidade de Campina Grande considerados o antro da prostituição, vistos como clandestinos onde se realizavam as práticas mais condenáveis na visão dos homens da lei.

Os becos são, pela imagem da escuridão e marginalidade que deles se constrói, alvo constante das estratégias de controle social...As ruas onde se situam os cabarés são sempre mal vistas pela moral burguesa cristã, muito embora grande parte dos componentes dos grupos economicamente dominantes sejam “habitues”, frequentadores assíduos das casas de prostituição: essa contradição revela a “falsa moral”, um dos artifícios ideológicos que provoca nas cidades a existência da repressão provinciana, ou seja, dá lugar aos fuxicos, mexericos e discriminações, tornando-se uma forma de introjetar em toda a sociedade a noção de vigilância moral que se deve exercer sobre si mesmo e sobre o outro. Passam a existir então pessoas e família “faladas”, “mal vistas” na rua e até mesmo em espaços mais ampliados como o bairro. Bêbados, prostitutas, vagabundos, boêmios, pobres de “higiene duvidosa”, não serão certamente a vizinhança adequada para os grandes comerciantes de

algodão e para as senhoras de “alta sociedade”.  
(VÉRAS, 1988, p. 25)

Como mostra a historiadora Maria Stella M. Bresciani, quanto mais numerosos os homens perambulando pelas ruas,

[...] mais profunda se torna a sua sombra. Nessas regiões escuras, a multidão realiza o cotidianamente renovado espetáculo da promiscuidade, da agressão; em suma, todo o perigo [...] em todos os becos mal iluminados.  
(BRESCIANI, 1987, p. 14).

Décadas depois, parte das chamadas “pensões alegres”, ou prostíbulos, foi transferida para local denominado de Boninas, em razão das reformas urbanísticas empreendidas pelos governantes. Os prostíbulos de Madame Jovita, Zefa Tirbutino, Dona Júlia e o de “uma crioula grossa, que tinha o apelido de Jabá [...]” (DINOÁ, 1993, v. 1, p. 541), localizados em Rói Couro, eram os que mais se destacavam à época, segundo o memorialista Nathanael Bello. A área central da cidade, localizada na Rua Venâncio Neiva, antes confundida de beco, na Rua Peregrino de Carvalho, era onde circulavam as “putas e cafetinas”, quando era denominada de Rua do Emboca. À margem do açude de Bodocongô, na periferia da cidade, havia outro local onde se concentravam barracos existentes que serviam como habitações de “mulheres de vida livre”.

Os prostíbulos aparecerem com nomes de habitações residenciais ou com os nomes dos/das proprietários/as, muito provavelmente como forma de não chamar a atenção das famílias tradicionais. Aqueles locais, além de supostamente afetarem a higiene moral das populações abastadas, em especial das moças de família, eram vistos pela elite do estado como locais que enfeavam a cidade, dando um aspecto de pobreza à sua estrutura física. Destoando dos discursos da modernização da cidade, as habitações das prostitutas eram denominadas de forma pejorativa como sarjetas, becos e ruelas, onde ocorriam os maiores problemas sanitários e de coleta de lixo.

Na visão dos letrados e dos homens da lei, como os delegados, os habitantes que ocupavam aqueles espaços eram responsáveis pela degradação da estética urbana e moral. De acordo com eles, a falta de educação com o meio ambiente fazia com que a “sujeira acumulada” chegasse a “empanar a beleza que a administração municipal lhes

emprestou originalmente” (CAMPINA GRANDE, 1953, p. 2), impedindo, assim, o desenvolvimento do seu aspecto moderno. Dentro da linha da valorização estética da cidade, os prostíbulos simbolizavam a deficiência, em razão da permissividade de uma “ralé humana” que, sem noção de higiene e de assepsia, bem como sem nenhum senso de moralidade, impedia o progresso da cidade por meio de certas práticas “anormais”. Nesse ponto, a prostituição não configurou somente um espaço visível, ganhando visibilidade na topografia da cidade, mas também era alvo de um discurso que operava para impedir o avanço material da sociedade, permitindo, assim, a intervenção de médicos, juristas, delegados e jornalistas na contenção dos comportamentos desviantes.

Em 1960, o *Diário da Borborema* divulgou uma reportagem dizendo que vários comerciantes de Campina Grande foram à redação do jornal para “solicitarem das autoridades as providências cabíveis”. Eles alegaram que, ao passar pelas Boninas, zona de prostituição, as mulheres estavam “completamente despidas”<sup>84</sup>, fato este comprovado por vários transeuntes que por ali passavam revoltados com “tamanha sem-vergonhice e indecência”. As “donas” estavam “ficando todas doidas e endoidando muita gente”, pois além “do avanço das vestes femininas que já tomaram conta de toda a cidade, quando saia curta e decote baixo não é mais novidade e contra este estado de coisas, investem as mundanas que fazem pousada nas casas suspeitas, querendo andar despidas”. Observa-se então o investimento de filigranas de poder por parte daquelas mulheres, visto que o modo de se comportarem parecia corroborar para a mudança de mentalidade. Viajantes que chegavam à cidade com “vários transportes procedentes da região do Cariri ali fazem parada e os seus ocupantes que vêm de regiões que ainda continuam fechadas ao ‘avanço’, ficam mesmo escandalizados”. (MULHERES..., 1960, p. 7)

Naquele “estranho espetáculo”, as famílias saíam às carreiras, não suportando “permanecer por muito tempo no local”. Assim, aquela visão deveria ser evitada, visto que os familiares dos comerciantes, ou “pessoa alguma que se preze”, podiam “transitar pelas sem que fossem “tentados pelas evas”. (MULHERES..., 1960, p. 7). Para tanto, uma vez que se fazia necessário conter a atuação das mulheres por meio de um poder maior, o caso teve a atenção especial do diligente major Marcílio e pelo II investigador Antonio Miguel. Ou seja, cogitava-se retirar das ruas as

<sup>84</sup> MULHERES andam semidespidas nas Boninas. *Diário da Borborema*, Campina Grande, p. 7, 12 fev. 1960.



prostitutas com os seus hábitos vistos como incivilizados, que comprometiam a estética moral das cidades e interferiam na ordem e nos bons costumes. Essa foi a preocupação de muitos juristas, jornalistas, comerciantes, de deter certos espetáculos inconvenientes com a imagem ordeira que queriam passar da cidade para outras regiões.

Nesses termos, os corpos das prostitutas, e não somente os delas, eram vistos como alvos do saber médico e jurídico, e no projeto de propagar a imagem da cidade como um símbolo do progresso, os letrados da Paraíba, bem como aqueles que tinham poder econômico, empenhavam-se em sujeitar as desviantes condutas aos desejos de uma sociedade excludente e controladora. (ARAÚJO, E., 2008, p. 166)

É inegável que parte dos discursos existentes naquele momento dizia respeito ao problema da prostituição envolvendo as menores de 18 anos, e essa importância se devia em grande medida à imagem que a cidade poderia representar sob o signo do desenvolvimento da prostituição. Esse tipo de discurso não era singular dos doutores da lei da Paraíba, aparecia do mesmo modo nos posicionamentos de juristas de grandes cidades da época, como São Paulo. É o que identificamos na fala do juiz Aldo de Assis Dias, no ano de 1968.

Em nossa Capital, a prostituição tem se alastrado assustadoramente por diversos bairros, mesmo os residenciais, e ainda mais agravada que d'antes, por atrair e envolver, agora, com suas garras implacáveis, centenas de jovens, menores de dezoito (18) anos de idade, carentes de assistência, amparo e proteção da nossa Sociedade. Inegavelmente, nestes últimos anos, aumentou o número de crimes sexuais e de violências dessa espécie, sendo mesmo impressionante o número de jovens que, mensalmente, são examinadas pelo Instituto de Medicina Legal. (DIAS, 1968, p. 162)

O juiz chamava atenção para um problema social, convocando a sociedade em geral a tomar providências enérgicas contra o agravamento da prostituição. Em sua fala, as mulheres que se prostituíam apareciam como jovens indefesas e fadadas a essa condição, ocupando vias públicas “em ostensivo e escandaloso ‘trottoir’, e por demais lastimáveis seus estados de abandono moral e material [...]” (DIAS, 1968, p. 162). A organização de um espaço reservado a elas teria sido necessária, principalmente pelos riscos que as prostitutas

apresentavam para a nação por conta da disseminação de doenças. Mais que uma preocupação voltada para o bem-estar e a saúde delas, ou para as condições miseráveis em que muitas viviam, tratava-se de um projeto de reeducação, com a criação de mecanismos de segurança social, visando o conjunto das populações.

Vários discursos combatiam o ato sexual das menores de 14 anos da época, razão por que eram comuns reportagens com entrevistas de delegados, procurando soluções para coagir e punir os proprietários de determinados locais que favoreciam ao meretrício. Em nota do *Jornal da Paraíba*, de janeiro de 1972, o delegado Moraes afirmava ter se reunido com os proprietários das chamadas “casas suspeitas” ou “estabelecimentos não-familiares”, como eram apontados, “iniciando uma série de providências visando ao controle do comportamento de alguns que não [vinham] agindo como devem [...]”<sup>85</sup>. Ele tinha como objetivo inibir os proprietários que alugavam os espaços para encontros com “fins libidinosos” e para o comércio da prostituição. Muitos juristas receavam a propagação de locais que despertassem as moças a caírem na prostituição. Em nome da ordem e do controle de certos comportamentos das mulheres, é possível perceber uma forte relação entre alguns homens da lei e os habitantes indesejados daqueles espaços. Muitos delegados, como Moraes, intermediavam as querelas cotidianas entre as senhoras de família – dizendo-se aborrecidas com certas práticas que ocorriam nas “casas de recursos” – e as prostitutas. Entre as ameaças mais comuns, os delegados alegavam fechar as portas dos estabelecimentos, caso a ordem e o respeito às famílias não fossem atendidos. Isso porque as “casas suspeitas” não funcionavam somente como zona de prostituição, mas também para comercialização de bebidas alcoólicas e prática de jogos, como baralho, motivos pelo quais ocorriam muitas brigas.

A regularidade das reportagens jornalísticas nos dão indícios de como o dia a dia daqueles espaços parecia bem agitado. As queixas-crimes nas delegacias por agressão ou lesão corporal faziam parte do cotidiano frenético dos delegados. Depois de muitas horas bebendo uma boa cachaça, alguns homens soltavam gracejos para a mulher do outro; daí em diante o espetáculo estava feito, cujo final desencadeava na prisão ou em advertências e ameaças por parte dos policiais e delegados. Nessas querelas, em que muitas mulheres brigavam entre si, apareciam

---

<sup>85</sup> DELEGACIA reuniu-se com donos de casas suspeitas e exigiu controle e bom comportamento. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, n. 107, p. 7, 14 jan. 1972.

pessoas pobres, como agricultores, domésticas ou pessoas desempregadas.

Em contraponto aos discursos de muitos letrados que escreviam à época para os jornais locais, produzindo a imagem da cidade como pacata e ordeira, o clima de tensão entre as populações era notório nas reportagens por causa dos tarados e dos sedutores que circulavam no dia a dia. Essa informação pode ser percebida por meio da quantidade de críticas ao policiamento urbano, motivando os delegados a publicarem notas nos jornais reafirmando o seu compromisso com a sociedade, o dever de manter a ordem e zelar pelo bem-estar dos cidadãos campinenses. Isso significa que as populações reclamavam da falta de tranquilidade, principalmente para circularem à noite. Por esse motivo, os delegados alegavam a todo o momento que, apesar de terem um contingente de policiamento insuficiente na Delegacia de Vigilância e Costumes (DVC), não negligenciavam trabalho e realizavam rondas pelos bairros nos horários noturnos.

Os chamados dormitórios, como também eram conhecidos, serviam como tipos de hotéis familiares para pessoas de poucas posses que chegavam à cidade. Esse fato obrigou o delegado Moraes a estabelecer uma regra de que todos os “ambientes suspeitos” fossem supervisionados, e mais, que em todas as portas de entrada das “casas suspeitas”, fossem colocadas fechaduras com uma cigarra para, desse modo, evitarem situações desagradáveis frente àquelas pessoas que chegassem e se deparassem com cenas eróticas ou sexuais no calor do dia. Em razão disso, o delegado Moraes convocou a Seção de Hotéis e Casas de Cômodo para manter constante vigilância em todos os “ambientes suspeitos”, punindo inclusive os dirigentes que não estivessem se “comportando condignamente”.

Aqueles espaços “pouco recomendáveis” eram focos de muita atenção policial. Não eram poucas as reclamações que chegavam às delegacias, inclusive de algumas senhoras de idade alegando terem sido vítimas de homens que as teriam levado à força para aqueles espaços, querendo submetê-las “aos seus amores”. Ali, homens e mulheres partilhavam os sonhos e os desejos, em meio às brigas e à labuta do dia a dia, e tudo acabava terminando geralmente na DVC. Mas também homens e mulheres desenvolviam o sentimento de solidariedade, ampliavam as redes de sociabilidades e ressignificavam os códigos, leis e práticas sociais que lhes eram impostos pelos homens da lei e governantes que elaboravam os Códigos das Posturas.

A maioria das prostitutas permanecia ali por toda a vida, até a velhice. É o caso de Maria Garrafada, que alegou ter duas filhas. Nesses

termos, o campo da prostituição pode ser pensado como uma rede de significações, com a sua diversidade de práticas e múltiplas ações desempenhadas pelo próprio submundo da prostituição. As diferentes formas de lazer, diversão social, como o bate-papo e o contar piadas, os conchavos políticos, e até mesmo as brigas que se cruzavam nas noites boêmias campinenses figuravam um jogo codificado de trocas simbólicas, impossíveis de serem mapeadas em toda a sua extensão.

Muitos prostíbulos, à época, eram clandestinos e funcionavam sem o alvará de autorização da prefeitura. Naquelas espacialidades existiam outras práticas não permitidas, apropriadas por homens e mulheres que não podiam pagar um motel, tampouco um dormitório ou casa de pensão. Ao que parece, nem todos davam tanto valor à privacidade das suas relações íntimas ou sexuais. Tratava-se dos chamados “motéis ambulantes” que ocupavam determinadas ruas de visibilidade na cidade de Campina Grande, como o centro, onde possivelmente circulava grande parte de pessoas de classe média. Segundo os delegados de Campina Grande, após 18 horas da tarde, homens e mulheres eram flagrados/as dentro dos veículos, mantendo relação sexual, em ruas de muita movimentação, o que representava “um verdadeiro desrespeito aos transeuntes e ao Código de Postura da cidade”. Eram as famílias que se consideravam as mantenedoras da ordem e da moral as principais deladoras das cenas eróticas em “plena via pública”, o que as deixava em polvorosa, principalmente por causa do exemplo que deveriam dar às “moças honestas”. Vemos assim os delegados esbravejarem cotidianamente em notas de jornais, ameaçando os “desordeiros” e as “impudicas”, dizendo que quem fosse pego praticando os “atos libidinosos” seria processado.

As “casas suspeitas” ou “lugares libidinosos” situados tanto em Campina Grande quanto na capital, eram apontadas pelos juristas como espaços que facilitavam o alto índice de crimes sexuais no estado. Os delegados e policiais, ao mesmo tempo, declaravam uma verdadeira caçada aos proprietários dos motéis, intimando-os sob a acusação de permitirem a entrada de menores de idade, abaixo de 13 anos, sem a menor fiscalização por parte da direção dos estabelecimentos. Meninos e meninas eram levados/as pelos chamados “maníacos sexuais”, os quais costumavam enganar com conversas para levarem as suas vítimas àqueles espaços, muitas vezes em plena luz do dia. Segundo as notas policiais, ali menores eram submetidas/os a todo tipo de sevícia e, depois, estupradas. A repercussão criminal consistia muitas vezes em causar grande comoção social, em face da repercussão por parte das

populações, buscando chamar a atenção para uma mobilização nacional de proteção aos/às menores.

Os delegados e policiais ameaçavam os responsáveis pelos locais suspeitos, em particular os que permitiam a frequência de menores e facilitavam a prática da prostituição, em razão das cenas deprimentes que podiam ser vistas nas proximidades daqueles locais, “verdadeiras zonas de meretrício”. Dentre as várias medidas, sugeriam o enquadramento dos infratores no artigo 228 do Código Penal por crime de favorecimento da prostituição de menores. É possível afirmar que existia o funcionamento das casas de prostituição, em zona de meretrício, e com o pleno conhecimento das autoridades locais; o que eles não toleravam era que fosse descumprida a proteção de normas morais.

Os homens da lei afirmavam que os infratores que não seguissem as regras poderiam ser enquadrados por desobediência à autoridade policial. Esse tipo de dispositivo punitivo era frequentemente veiculado pelos jornais locais como meio de coerção, solicitando o empenho das populações para localizar, identificar e acionar os policiais. Como combate àqueles transgressores, os jornalistas e delegados sugeriam que cada vez mais a sociedade tivesse acesso ao conhecimento, para assim se libertar do ranço do atraso, visando à redução dos problemas sociais. Nesse sentido, quanto maior fosse o uso da razão, maior a possibilidade de uma integração social, tendo como objetivo o desejo de progredir, de crescer e de se desenvolver. Para muitos deles, atravessava-se uma fase com características novas em todos os campos da atividade humana. O plano material estava atrelado a uma produção subjetiva em termos de valores morais, ao passo que muitos letrados vociferavam a beleza e o desenvolvimento socioeconômico da cidade. A cartografia citadina tinha de indicar uma imagem simbólica da pujança e da grandeza de seus governos e, por extensão, de seus habitantes. Era necessário denotar um desenvolvimento capaz de ser conhecido em todo o país por via da ciência e da técnica, ou seja, pela influência que as cidades do estado galgavam através de seus investidores no setor industrial e no centro acadêmico, bem como por meio da divulgação das transformações na estrutura urbanística, sociopolítica e cultural. Essas mudanças estavam sendo postas em xeque em razão dos chamados delinquentes que assolavam a cidade. Assim, os registros indicam que grande parte das moças, logo após serem desvirginadas e abandonadas pelos rapazes, procurava o âmbito da prostituição. Ou, ainda, elas “tomavam gosto” pela prática sexual. Esse era o discurso de alguns advogados de defesa da época.

Pertinente observar quando Margareth Rago chama atenção para o fato de como se foi produzindo a ideia da “meretriz vitimada pelo destino cruel, que se sacrificava contra sua vontade”. (RAGO, 1991, p. 142). Esse discurso foi construído e consolidado pelos tratados médicos e jurídicos produzidos entre meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Médicos e juristas passaram a associar a prostituição inicialmente à miséria econômica das mulheres. Na mesma direção daquela reprodução discursiva, as moças defloradas da Paraíba aparecem nos discursos dos juristas como provenientes de um meio social inferior, leia-se pobre, que não conseguiriam com proventos próprios sustentar a si mesmas e suas famílias, recorrendo à única opção, a comercialização do corpo, como forma de complementar o salário, ou como única atividade remunerada (RAGO, 1991).

Os registros apontam regularmente para a produção da imagem da violência nas cidades da Paraíba, ao longo das três primeiras décadas da segunda metade do século XX. Além do crime de sedução, a cada ano ocorria o aumento dos mais variados crimes em quase todas as cidades do estado, durante os anos que se seguiram. Assim, a todo o instante, o saber psiquiátrico era acionado em uma tentativa de explicação dos homicídios que ocorriam sob a justificativa da honra da familiar. Argumentava-se que a motivação, alegada por muitos pais de família, de “lavar a honra” das filhas era utilizada como pretexto para o emprego da violência física associada ao desequilíbrio emocional dos envolvidos. Ou seja, os indivíduos que praticavam assassinatos para vingarem a honra moral canalizavam toda a sua agressividade, tratando-se de personalidades psicopatas nas percepções dos médicos da mente. Muitos dos psiquiatras da época partilhavam da ideia de que a virgindade percebida como um valor positivo para a sociedade corroborava para a propagação de certos tabus e preconceitos difíceis de serem erradicados.

A utilização da nomenclatura “desvairada” pelo promotor demonstra uma prática social da violência e da ilegalidade, ao mesmo tempo associadas à noção de loucura e ao desequilíbrio social. O termo aparece atrelado também ao crescimento urbano, vinculado aos deslocamentos dos segmentos sociais pobres de outros estados, percebido em associação direta com o aumento da criminalidade e da violência. Dentre os crimes mais comuns, apareciam desde os pequenos furtos de galinhas, até os estupros e incestos, a loucura seguida de homicídios, roubos, crimes passionais e de sedução, agressão física, abortos, infanticídios e um grande número de suicídios, este último chama bastante atenção, sobretudo durante a década de 1970.

Não dizemos, porém, que durante as décadas anteriores não houvesse a circulação de efeitos dos discursos em torno da violência; mas, ao que tudo indica, tornaram-se ainda mais expressivos nas falas dos letrados, médicos, juristas e jornalistas frente ao chamado desenvolvimento urbanístico de Campina Grande e João Pessoa, as duas maiores cidades do estado. Esse motivo atraía pessoas de regiões vizinhas em busca de trabalho, principalmente por conta da imagem da produção algodoeira que tinha sido notória na primeira metade do século XX em Campina Grande.

Veremos o porquê da súbita formulação do tema em torno dos crimes sexuais nos jornais e na Justiça, na segunda metade do século XX. Os jornalistas discutiam os crimes, tudo parecia aberto a dúvidas e julgamentos nos cotidianos das cidades. Em meio ao caos onde os sedutores pareciam famosos, conforme vimos, emergiam outros protagonistas, os quais pareciam roubar-lhes a cena.

A circulação das imagens da violência e da criminalidade aparece nas falas dos articulistas do estado, produzindo o contraponto entre a chamada “modernidade”, tão difundida pelos letrados da época, o desenvolvimento da sociedade urbana industrial, e o crescimento das populações pobres, subalternas, proletárias e desempregadas. A esse respeito, eram correntes as informações, difundidas por delegados, policiais e juristas e publicadas nos jornais locais, associadas frequentemente à ideia de insegurança como meio de alertar as populações e os governos do estado a tomarem medidas acauteladoras.

É o que se observa no caso do estupro que encontramos em 1965. O delegado João Rique Primo afirmou que os policiais da cidade de João Pessoa “estavam diante de uma revoltante ‘curra’ praticada pelos denunciados contra a infeliz menor. Todos [eles] satisfazendo os seus instintos bestiais [...]” (PARAÍBA, 1965). O citado delegado denunciava ainda a atuação dos chamados “indivíduos” que viviam pelas ruas da capital fomentando desordem, bem como “a precariedade” do serviço policial do estado.

Considerando que a nossa capital, tão conhecida e ordeira como cidade ordeira, vem nesses últimos tempos, sendo palco de “TARADOS” que intranquilizam as famílias fazendo-as passar por vexames e surpresas, com assaltos a senhoritas e senhoras em plena via pública, ora forçando-as, ora praticando atos libidinosos, ora a distância mostram os órgãos genitais até as crianças;

considerando que êsses Tarados têm conseguido escapar a ação da Polícia e da Justiça, face a precaridade [sic] dos meios que dispomos para reprimi-los; Considerando sôbre tudo, que temos o dever de manter a ordem e a tranquilidade da família pessoense dando-lhe pelo menos, uma satisfação, especialmente no caso em foco, em que conseguimos descobrir os culpados de tão lamentavelmente fato e trazê-los a prisão, assim vimos confiados nêstes princípios de justiça solicitar deste juízo a decretação da prisão preventiva dos aludidos criminosos. (PARAÍBA, 1965)

Em defesa dos dois menores Fernando Fonseca e Ermando Martins, os quais se encontravam presos na Prisão Modelo de João Pessoa em 1965, acusados de um estupro coletivo contra uma menor de 18 anos, o advogado M. A. da G. e M. instruiu uma petição de *habeas corpus* argumentando sobre o equilíbrio entre o direito natural e os problemas sociais, tendo como ponto de partida o tema da “curra” que, em seu discurso, teria se tornado pauta de discussões das instâncias jurídicas, médicas, bem como assunto presente no cotidiano das populações do estado.

A CURRA, patologia social que, pelas irremediáveis consequências danosas que tem causado à sociedade, constitui um sério problema para o Poder Público. Psicólogos, sociólogos, juristas, moralistas têm proferido conferências sobre esse tema; autoridades civis e militares dão pronunciamento a respeito dos seus encargos e concedem entrevistas; religiosos apelam para a susceptibilidade da juventude e adverte a pais de família, todos, enfim, centenas de esforços para solucioná-los. O interesse é geral. Ao caso subtítulo [incompreensivo] do que caracteriza os grandes crimes. Rádios e matutinos locais divulgaram repetidas e sensacionais reportagens, imprimindo-lhes destarte, destaque digno de atenção das autoridades públicas. Ainda hoje o caso é objeto de discussão popular nos bares, cafés e ruas da cidade. É a consciência coletiva em sua essência – conclamando justiça. Essa força social, na concepção de Timas Hoff não é mais



nem menos do que o direito vivo. Ora, se ao chamado direito natural se mistura o justo legal, a medida excepcional se justifica não só para assegurar a ordem pública, como também, e principalmente, por conveniência da instrução criminal. Não somente políticos e prestigiados sociais podem influir sobre a instrução do processo; tarados, toxicomônacos, sádicos, pervertidos sexuais, imorais, poderão fazê-lo ainda melhor, notadamente quando há possibilidades de consenso. Atente-se para êsse “grupinho de brinquedo” às soltas numa cidade de pequena população como é João Pessoa, onde os contactos diretos entre pessoas são constantes. Imporia constrangimento às testemunhas, poderia ameaça-las, coagi-las à destorção [sic] da verdade, para conquistar a impunidade. (PARAÍBA, 1965)

A estratégia do advogado M. A. consistia em mostrar que a “curra”<sup>86</sup>, a violação sexual praticada à força com a participação de dois ou mais indivíduos, fazia parte de um problema de ordem geral, fato esse que as autoridades civis e militares deveriam dedicar a maior atenção pelo exercício da vigilância policial e da punição. Seu discurso demonstra ainda a preocupação de vários setores públicos com relação à segurança da cidade de João Pessoa, em particular, e do estado, em geral, estando o crime de estupro na pauta de discussão. Aos protagonistas dos vários tipos de contravenção aos costumes, “[...] por tentarem manter relações amorosas no meio da rua [...]”<sup>87</sup>, ou viverem aos beijos e abraços “[...] sem respeitar as pessoas que [ali] passavam [...]”, eram dados alguns dias ou semanas de prisão ou uma “chamada” – leia-se, advertência – dos delegados, que não perdiam a oportunidade de insultá-los com ameaças de permanecerem por toda a vida “trancafiados no xadrez”. Eis uma das modalidades de controle e não de repressão, exercida pela polícia como forma de pedagogizar bêbados, vadios e mendigos, mulheres inclusive, que circulavam pelas ruas das cidades,

---

<sup>86</sup> A prática da curra se diferenciava do estupro por haver mais de um agente envolvido, o que tornava a vítima ainda mais vulnerável e indefesa diante das agressões sofridas.

<sup>87</sup> MARCHANTE atenta contra o pudor. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, n. 516, p. 7, 25 maio 1973.

sob a alcunha de “arruaceiros/as” por cometerem desordens na via pública”.<sup>88</sup>

A partir da década de 1970, observa-se várias denúncias envolvendo representantes da lei, letrados e homens que detinham posses. Nesses termos, o poder atuava de forma criminosa: funcionários públicos, inspetores da polícia, guardas-noturnos, delegado, sargento, professores, prefeitos, policiais, oficiais de justiça, militares, “filhinhos de papai”, todos envolvidos numa sucessão de casos de sedução, tentativas de estupro, agressão física e atentado violento ao pudor. Atuavam como diretores de cena de suas próprias infrações quando deviam combater as desordens e delitos ocorridos no meio social. É possível compreender como se constituía a arbitrariedade minúscula e cotidiana das ruas de algumas cidades do estado da Paraíba, bem como as manobras de alguns homens da lei capturados pelas malhas da justiça, o que por sua vez indicava o combate aos crimes sexuais por meio de outro ângulo, qual seja, por parte de um poder que deveria zelar pela segurança e pelo bem-estar das populações.

Os espaços das cidades eram segregados de acordo com a tipificação das populações, consoante sua classe social. Assim, ganhavam o sentido da miséria associada à insegurança conforme houvesse a maior circulação dos chamados infratores. O acesso às igrejas também era proibido aos “indecentes”, mendigos e embriagados que tentavam adentrar a todo o custo o “recinto sagrado”, cambaleando pelas paredes e atrapalhando a missa celebrada pelos padres, aos domingos de manhã, motivo pelo qual a diligência policial era acionada, tranquilizando os ânimos dos fiéis.

Assistimos ainda a um considerável número de reclamações das mais variadas razões, por parte da vizinhança que procurava a mídia para demonstrar a sua insatisfação e denunciar conflitos e querelas do cotidiano. Entre as mais corriqueiras, homens e mulheres alegavam ser surpreendidos/as ao trafegar por certo local e em tal horário do dia, por “certo sujeito”, “elemento” bêbado ou “marginal”, com o seu “membro viril” fora das calças, urinando no recanto de uma parede, fazendo gracejos e sorrindo, às vistas de quem quisesse ver. O constrangimento obrigava pais e mães a cobrirem os olhos das crianças e a desviarem os rostos das “mocinhas honestas” ou mulheres casadas que por ali passavam. Outros “malfeitores” eram intimados para se retratarem aos maridos, na presença do delegado, por frequentemente acenarem para “a

---

<sup>88</sup> MONSTRO da Penha vai a Tribunal do Júri. **O Norte**, João Pessoa, n. 4706, p. 8, 23 jan.1970.

mulher do próximo”, depois de tomar uma “carraspana” – leia-se, cachaça. Aqueles que tentavam “[...] macular a honra de mulher casada [...]”<sup>89</sup> também eram capturados pelas malhas do poder, do mesmo modo, as senhoras de idade que apareciam como “vítimas” das seduições dos chamados “tarados”, como as “anciãs” de 88 anos.

Havia um jogo de dupla qualificação em que se colocavam os acusados em relação e em oposição aos chamados homens “normais”, “animais racionais”. A lista era extensa. Sob a perspectiva da ordem instituída, as menções aos estupradores aparecem como portadores de várias denominações: “Monstros, homem perverso e de instinto nocivo no seio da sociedade [...]”; “elementos”, “[...] pessoa perigosa, agressiva e vingativa [...]” (PARAÍBA, 1968c), “asquerosos”<sup>90</sup>, “delinquentes”, “maníacos”<sup>91</sup>, “inescrupulosos”<sup>92</sup>, dotados de “atitudes monstruosas” por cometerem “bárbaro e hediondo crime”; “[...] autêntico tarado por querer amor entre família, sangue de seu sangue [...]”<sup>93</sup>, “indivíduo portador de alto grau de periculosidade criminal”<sup>94</sup>, “perigoso tarado”<sup>95</sup>, “besta do instinto criminoso sexual”<sup>96</sup>, “anormal”<sup>97</sup>, entre outras

---

<sup>89</sup> JOÃO Carlos preso por falta de respeito. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, n. 460, p. 7, 18 mar. 1973; BIZITA queria conquistar Helena por Cr\$ 10. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, n. 476, p. 7, 5 abr. 1973, entre outros.

<sup>90</sup> INSTAURADO inquérito contra guarda tarado. **A União**, João Pessoa, n. 4514, p. 4, 4 jun. 1969. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP.

<sup>91</sup> MANÍACO sexual quis violentar a menina. **A União**, João Pessoa, n. 4451, p. 4, 20 mar. 1969.

<sup>92</sup> TENTOU seduzir a própria filha e terminou sendo preso. **Jornal da Paraíba**, n. 130, p. 7, 10 fev. 1972.

<sup>93</sup> TENTOU contra a honra da irmã, mas terminou sendo preso. **Jornal da Paraíba**, n. 98, p. 7, 4 jan. 1972; IRMÃO adotivo violentou a irmã aproveitando a ausência da família. **Jornal da Paraíba**, n. 106, p. 7, 13 jan. 1972; MONSTRO tarado violenta e estupra menor, **A União**, João Pessoa, p. 7, 28 dez. 1973; GUARDA tarado, **A União**, 20/03/1969, n. 4451, p. 4, 20 mar. 1969.

<sup>94</sup> MENOR violentada por macumbeiro. **O Norte**, João Pessoa, p. 7, 12 jun. 1974.

<sup>95</sup> TARADO não resistiu e quis forçar Filomena Fernandes em plena sexta-feira da paixão. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande.

<sup>96</sup> PARAÍBA. 1965.

<sup>97</sup> ANORMAL tenta estuprar menor de 7 anos. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, n. 1491, p. 9, 29 set. 1976; ANORMAL é preso quando tentava tarar uma menor no matagal. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, n. 1817, p. 10, 2 nov. 1977.

nomenclaturas. Essas nomenclaturas tendiam a constituir aqueles maus feitores como alvo da intervenção punitiva, seja por meio da exposição de seus nomes nos jornais, seja no meio social. O objetivo era marcar de forma estereotipada aquelas personagens no tempo como loucos instintivos que ameaçavam o corpo coletivo.

Afora essa peculiaridade nas ações criminosas, o chamado “monstro do Roger”,<sup>98</sup> por exemplo, foi quem mais dificuldade causou ao Secretário de Segurança Geraldo Luiz da Silva, da cidade de João Pessoa. De modo audacioso, costumava mandar “[...] vários recados à Polícia dizendo que não se entrega e tem muita disposição para enfrentar os representantes da lei [...]”. Além disso, ele se destacava entre os demais porque atuava com uma “faca peixeira” utilizada “nos seus constantes ataques contra mulheres indefesas”, após “satisfazer os seus instintos bestiais”, submetendo-as “a tôda espécie de aberrações sexuais”.<sup>99</sup>

Essas práticas discursivas perduraram por todas as décadas em análise. São indicativas, por um lado, da construção do sujeito “estuprador”, da invenção de uma identidade obcecada pela criminalidade por conta do seu “instinto sexual” e do seu “distúrbio” mental. Por outro, enunciam o apelo às autoridades governamentais e policiais com vista a criarem mecanismos de segurança como meios de normalização de emergência para controlar e reeducar as populações, bem como no sentido de localizar e prender os criminosos. Observa-se, assim, a vigilância e a diligência do aparato policial, as denúncias e a propagação das notícias pelos jornais como formas de manifestação do poder de vigiar e controlar. A esse respeito, Bourdieu e Passeron (apud COSTA, 1986, p.17) já diziam que “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica, enquanto imposição, por um poder arbitrário”.<sup>100</sup> Roberto Machado demonstra como, no Brasil, nos meados do século XIX, se dava a elaboração do discurso da medicina do espaço:

---

<sup>98</sup> BANDIDO incendeia casebres e violenta mulheres. **O Norte**, João Pessoa, n. 4899, p. 4, 12 set. 1970.

<sup>99</sup> NARCOTIZADA e violentada por três tarados. **O Norte**, João Pessoa, n. 557, p. 2, 21 jun. 1971.

<sup>100</sup> Os autores mostram como toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica, em um primeiro sentido, enquanto as relações de força entre os grupos ou as classes, constitutivas de uma formação social, estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica.

Por um lado, a proposta de organização e funcionamento da cidade deve excluir o louco da livre circulação em seu interior visto que ele representa um foco de perigo; por outro, quando analisa as instituições, a medicina constitui o espaço próprio do louco, capaz não só de dominá-lo - destruir os seus efeitos, subjugar sua ameaça – mas de atingir sua loucura e integrá-lo à vida urbana por um processo de recuperação [...]. Nasce assim [...], não uma “psiquiatria preventiva”, mas a psiquiatria como instrumento da prevenção. (MACHADO [et al.], 1978, p. 380).

Do ponto de vista dos chamados transgressores, tratava-se, ao que parece, da recusa ao jogo da moral, descentralizando as leis jurídicas, ao passo que tornavam visíveis suas atuações nos espaços das cidades da Paraíba. Pequenos gestos de resistência, haja vista os micropoderes atuarem em todos os espaços, por mais ínfimos que fossem, deslegitimando e desestabilizando as relações de dominação e as técnicas de sujeição dos indivíduos.

A rigor, a construção das imagens estereotipadas em torno dos estupradores beirava o animalesco nos discursos dos delegados, promotores, juízes e jornalistas. Era bastante comum, a propagação de reportagens em que a Defensoria Pública se negava expressamente a defender os acusados de estupro, ignorando a legislação que diz respeito aos direitos humanos, bem como a garantia do devido processo legal, pela qual uma pessoa só pode ser condenada depois de passar por um julgamento, com todas as regras que o constitui.

As imagens como práticas discursivas corroboravam com a noção de agressividade e dos gestos grotescos dos acusados de estupro, de forma a mostrar a potencialidade sexual masculina e o domínio dos homens sobre as mulheres no ato sexual, indicando que os apetites sexuais eram mais intensos e incontrolláveis nos homens. A condição de animal assemelhava-se a nada; durante todo o período analisado, médicos, juristas e jornalistas continuavam a detalhar a “[...] monstruosidade deles, relegando-os a todo o momento para o campo da aberração da natureza”. (FOUCAULT, 1977, p. 193). Observa-se por meio das palavras de algumas testemunhas, atentamente ouvidas pelos juristas que, diferentemente dos sentidos construídos pelos promotores, juízes e jornalistas, voltados para termos patológicos, trazia a conotação

de canalha, cafajeste, patife, ordinário. Esse modo de dizer fazia parte do policiamento da sexualidade.

A partir da segunda metade da década de 1970, observa-se que as nomeações aos chamados estupradores começavam a migrar para o racismo em uma associação direta com a categoria social. Desse modo, o sujeito que praticava o crime era desqualificado negativamente, antes mesmo pelo seu tom de pele e pela sua classe social. Em vez do termo patológico, dentro dos preceitos médicos e jurídicos, as classificações indicavam a raça correlacionada ao espaço da periferia e do perigo social, como agravante da imagem da violência.

A respeito dos “sujeitos perigosos”, a noção de “higiene social” foi disseminada no interior do Código Penal e utilizada pelo médico legista Afrânio Peixoto no início do século XX. Tratava-se dos manuais dedicados às defesas políticas higienistas, que deveriam incluir não só práticas voltadas à saúde pública, mas, sobretudo, ações no campo das polícias preventivas e da segurança pública. Os mecanismos tentavam “[...] reprimir hábitos e comportamentos sociais [...]” (CUNHA, 1998, p. 258), de modo que funcionassem no sentido da repressão à criminalidade. Segundo Olívia Maria Gomes da Cunha, o mesmo ocorria com o termo ‘profilaxia social’, utilizado por Peixoto para indicar “[...] o alcance social do novo projeto de Reforma do Código Penal de 1890”. (1998).

A disciplina era instaurada no cotidiano das cidades, em grande medida, por meio de vigia, delação, prisão, classificação, ameaça e fama pelos feitos dos infratores na sociedade da Paraíba. Além disso, impor a moral aos padrões de comportamento pelos meios de comunicação oferecia elementos que corroboravam na elaboração dos pareceres judiciais sobre os/as chamados/as delinquentes. (SANTOS, Lígia, 2008)

Outro indício que chamava a atenção da diligência policial e das lentes dos jornais é que havia uma prática social no seio das populações pobres de se fazer justiça com as próprias mãos. Constata-se maior incidência desse revide nos casos de defloração em relação aos de estupro, em particular quando os sedutores se negavam a casar com as ofendidas, como forma de reparação da honra. Tratava-se de uma época, nas palavras do articulista do *Jornal da Paraíba*, em que o sangue do estuprador representava a forma mais eficaz de se reparar o crime<sup>101</sup>. Alguns pais ou irmãos das vítimas, dispostos à vingança imediata, em vez de esperar pela justiça morosa ou pela “providência divina”,

---

<sup>101</sup> VINGOU a honra da filha matando sedutor a tiros de revólver. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, n. 2283, p. 7, 8 jun. 1979.

assassinavam os acusados sem nenhum receio das consequências advindas, justificando, assim, um crime por meio de outro. Isso significa dizer que o confronto em nome da “honra sexual” não se limitava somente ao estuprador e à vítima, porque os crimes sexuais se tornavam conhecidos em “toda a vizinhança”. Percebe-se, assim, um modo particular de se julgar os crimes sexuais na sociedade paraibana da época, uma forma de lei que guardava suas razões próprias.

Além da forma própria da espetacularização, a circulação das notícias detinha especial importância, pois os articulistas acabavam incitando a vingança, sobretudo quando os crimes de estupro envolviam crianças abaixo de 11 anos de idade. A imprensa fazia questão de demonstrar os detalhes turvos pelos quais as crianças eram estupradas ou molestadas, indicando o local e a forma como a criança tinha sido violentada por meio dos “mais perversos atos sexuais”. Além disso, era comum noticiar a reação das populações e o modo como o caso repercutia em termos de revolta, em muitos dos casos tentavam invadir a Cadeia Pública, com o intuito de “linchar” o estuprador. Essa forma de dizer incitava a prática social da vingança com as próprias mãos por qualquer pessoa, independentemente de ser parente ou conhecida da vítima, bastava ser esta uma criança ou menor para as populações se manifestarem em defesa.

De acordo com os registros, a violência sexual tinha maior recorrência nos meios sociais das categorias pobres. Ou seja, o ato violento era constituído por um perfil psicológico e físico, de modo que só envolvia o agressor e a vítima, local, hora e circunstâncias propícias para a sua ocorrência (COHEN; FIGARO, 1996). Ignorava-se o fato de que esse tipo de crime pode ocorrer em todas as instâncias sociais e que independe de categorias sociais, raças, etnias, gerações ou guetos. Nesse sentido, faz-se necessário definir o que entendemos pela condição social do termo “pobre”. Sandra Pesavento nos oferece um caminho possível ao mostrar como o século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e o florescer da sociedade urbana industrial, fora singular no que diz respeito à segregação entre a “ostentação burguesa” e a “emergência dos pobres” como os “protagonistas do fato social [...]” (1994, p. 8-9). É por meio da lógica do discurso jurídico e criminológico, técnico e estético, que surge a categoria “pobres, sujos, malvados e feios”. A autora ainda afirma

Economicamente, são pobres, e seu acesso ao consumo é limitado. Mais do que isso, não têm meios de subsistências e, para eles, a moradia se

configura como um dos maiores problemas, logo abaixo da subsistência. Desempenham as tarefas menos qualificadas e podem engajar-se ou não no mercado formal de trabalho [...]. Politicamente, são os tais cidadãos de segunda ordem, pouco ouvidos pelas autoridades em suas reclamações e sendo considerados suspeitos aos olhos da polícia. (PESAVENTO, 1994, p. 10-11)

Com o passar das décadas, pode-se observar como o conservadorismo da capital aparecia latente nos discursos dos juízes e promotores. Os magistrados eram consensuais em afirmar que João Pessoa se diferenciava das cidades do interior do estado por ser mais propensa à corrupção das menores e à violência, em parte porque a capital contava com as praias, onde a influência climática do calor e dos bons ventos, ares advindos do oceano, eram incitadores dos desejos sexuais das mocinhas de família: “[...] pode uma jovem de 17 anos, residente na Capital, dizer-se nos dias que correm, que é inexperiente em matéria de sexo, a ponto de se deixar iludir pela lábia de um conquistador barato e sem escrúpulos?”. (PARAÍBA, 1972e)

As análises realizadas sobre os usos que as moças e rapazes faziam dos espaços das cidades são indicativas de dois aspectos que se entrecruzam dentro daqueles locais de sociabilidades. O enunciado que aparece nos discursos dos juristas e jornalistas é que aqueles ambientes talvez fossem sugestivos de ocasiões de violência associada ao sexo e às bebidas alcóolicas. Por outro lado, observa-se como os personagens masculinos utilizavam aqueles espaços, vistos como “libidinosos”, para suas experiências sexuais. Cada experiência estava relacionada às satisfações da primeira sedução, de encontros muitas vezes fortuitos e traumáticos para as meninas, de modo que nenhuma história erótica particular podia se igualar a outra. Alguns delegados e promotores, de outra parte, produziam a imagem da passividade das moças frente ao convite para tomarem cerveja e, em seguida, acompanharem os companheiros para locais, segundo elas, muitas vezes ignorado. Acerca disso, são esclarecedoras as palavras de Martha de Abreu Esteves ao dizer que o fato de muitas das “ofendidas” terem tido relações sexuais pré-matrimoniais pode indicar que os valores acerca da virgindade e do casamento não fossem tão rígidos. “Mesmo que algumas, ou várias, tenham sido realmente enganadas pelos acusados (às vezes é difícil acreditar em tanta ingenuidade)” (ESTEVES, 1989, p. 118), tal como desconfiava a maioria dos promotores e advogados de defesa da Paraíba.



Assim, foi possível perceber os vários significados que homens e mulheres faziam dos ambientes frequentados no dia a dia, desatualizando os códigos de posturas vigentes e criando outros, pela forma como praticavam os espaços das cidades.



#### 4. LES “DEMI-VIERGES” E A “JUVENTUDE TRANSVIADA”

A virgindade é o ornamento dos costumes, a santidade dos sexos, a paz das famílias e a fonte das maiores amizades. Sua existência é a condição do casamento. O ataque público a ela compromete a honra, a posição, até a vida. Uma jovem “deflorada” torna-se inevitavelmente uma mulher “perdida”.

(VIGARELLO, 1998, p. 19)

“Raparigas modernas” (PARAÍBA, 1953a), “moças emancipadas” (PARAÍBA, 1951a) ou “moças honestas” e “recatadas”. “Mulheres de vida livre” (PARAÍBA, 1967e) ou “moças ingênuas”. O que faz daquelas crianças e adolescentes, uma produção de significados em torno de suas condutas, tomando como pré-requisito o seu corpo, a sua sexualidade e os seus comportamentos? Quais sentidos eram construídos acerca da chamada “civilização moderna” ou “tempos modernos”, e como isso implicaria supostamente nas formas de se portarem perante alguns criminalistas? Que diferentes sentidos atribuíam à chamada “juventude transviada” dentro da perspectiva das relações de gênero? Aqueles sentidos funcionavam nas malhas discursivas da primeira década da segunda metade do século XX, nos jogos de operação discursiva do campo jurídico e médico no Brasil em geral e na Paraíba, em particular, antes mesmo que eclodissem os movimentos feministas nos EUA e na Europa nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, faz-se necessário aqui a elaboração de um problema: a grande incidência de crimes de sedução levada à Justiça da Paraíba, segundo os discursos dos juristas e jornalistas, aparecia associada às formas de comportamentos das jovens motivadas pela chamada “vida moderna” ou “tempos modernos”, ao mesmo tempo em que os discursos dos movimentos feministas apareciam ainda que de modo não regular nos jornais do estado.

Este capítulo visa analisar como se constituíram as estratégias discursivas dos juristas, promotores, advogados, juízes, médicos e jornalistas acerca das condutas sexuais das menores de 18 anos envolvidas em crimes de sedução. Problematicando, em primeiro lugar, as imagens que as deslocavam do lugar “de vítimas” do âmbito jurídico para o de “raparigas modernas”, atentando de igual modo para o fato de como se constituíam as relações de gênero entre as chamadas “virgens sem pudor” em uma relação com as “moças honestas”, a “juventude

transviada” em relação aos rapazes trabalhadores e honrados. Ao perseguirmos o objetivo, observamos ainda como se constituíam as relações de poder entre a promotoria pública e os defensores, à medida que eles falavam das “ofendidas” e dos acusados.

Como afirma Foucault, as relações de poder existem entre homens e mulheres, “[...] entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo [...]” (2010, p. 231). Os discursos dos vários sujeitos que protagonizam a documentação, como os processos-crime, são carregados de batalhas minúsculas que, concomitantemente dizem respeito à linguagem de um campo de poder específico e a enunciados por vezes possíveis de serem capturados, também denotam uma forma de violência como um “concomitante da força” (DELEUZE, 2006, p. 79). As formas de combate entre advogados de defesa e promotores, cada qual buscando por meio das relações de enfrentamentos fazer valer o seu argumento no meio judicial, colocavam as ofendidas e os acusados, e em algumas vezes até as mães das moças seduzidas, como alvo das relações de força. Assim, eles buscavam incitar, ampliar ou induzir as declarações dos envolvidos nos processos em função de seus objetivos, tornando-as mais ou menos prováveis em termos de significação ou legitimidade.

Buscamos mostrar como as práticas discursivas constituíam imagens depreciativas acerca do comportamento das jovens, ressaltando, em particular, as suas vestimentas em relação aos outros padrões comportamentais nos quais estavam inseridas as “moças honestas”. Por último, como os discursos dos juristas, corroborados pelos discursos dos acusados, indicavam as relações sexuais praticadas pelas mulheres como o alvo da propagação de doenças sexualmente transmissíveis no estado, mobilizando as políticas de controle como forma de pedagogização das condutas. Nesse sentido, correlacionaremos os acontecimentos discursivos locais com as práticas sociais que vigoravam à época no país e no exterior, como os movimentos feministas e o feminismo, a Lei do Divórcio, entre outras, haja vista uma configuração social ser produzida por sensibilidades, lugares, redes, posicionamentos institucionais, determinações geográficas, normatizações discursivas que atribuem aos sujeitos de poder, homens e mulheres ordinários, seus próprios espaços – simbólico, político, cultural, social – de referência<sup>102</sup>. Os discursos que

---

<sup>102</sup> Optamos por trabalhar com a noção de configuração social como substituto de contexto por esta última tratar-se de uma ideia de periodização vaga, um

circulavam naquele período provinham dos periódicos e meios de comunicação de âmbito nacional e internacional, o que supostamente contribuiria para a desagregação dos valores das famílias da Paraíba.

#### 4.1 “RAPARIGAS MODERNAS” À MARGEM DA TUTELA DA LEI

Na conjuntura atual, não se pode abandonar a idéia de virgindade moral que é a mais importante do que a física, vez que, havendo a corrupção moral não se pode acreditar que haja sedução, vez que, desaparece a pureza da alma, a falta de inexperiência, o que só acontece no presente caso, pois, a suposta ofendida já afeita a toda sorte de libertinagem, não, poderia invocar a proteção da lei.<sup>103</sup>

Ao analisar as práticas discursivas da época, observa-se a emergência de vários enquadramentos envolvendo adolescentes “vítimas” de crimes sexuais no estado da Paraíba, nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Notam-se, também, os baluartes de poder que produziam os discursos e enquadravam as jovens, balizando os limites aos quais deveria estar atenta uma “moça honesta”. Os juristas, promotores, advogados de defesa e juízes deveriam refletir por meio da cerimônia do julgamento a “verdade” dos acontecimentos que envolviam certo grupo social, composto por mulheres pobres, a maioria doméstica, algumas estudantes, e produziam outras significações em torno de seus comportamentos.

É o que demonstra um trecho do parecer do advogado J. C. L., no ano de 1951, na cidade de Campina Grande:

[...] a lei não protege moça que se convencionou chamar emancipada. Moça que sai de casa costumeiramente de noite e sozinha, acompanhando-se de um namorado e vai com o mesmo por muitas vezes ao mato para ter relações sexuais não pode ser honesta e de bris costumes. (PARAÍBA, 1951a)

---

recorte, isto é, “a determinação de um espaço-tempo que se escolhe como referência e de que se legitima a consistência” (FOUCAULT, 2014, p. 105-106).

<sup>103</sup> Descreveremos e problematizaremos esse processo no próximo item desse capítulo, intitulado “Virgens sem pudor...”. Cf. PARAÍBA, 1967e.

O discurso fazia parte de uma prática social referendada a todo o momento pelos juristas da época com referências ao movimento sufragista do início da segunda década do século XX, indicando o sentido de “emancipada”. Segundo os juízes, promotores, advogados e médicos, os valores morais da época estavam se modificando em razão de certas maquinarias do conforto, como rádio, TV, cinema, revistas e periódicos que, cada vez mais, faziam parte do cotidiano das populações paraibanas.

O termo emancipação ganhou sentido de forma sistemática a partir do século XIX, como a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil, ou como preferiam as ativistas nos primeiros anos de luta, “os direitos do sexo feminino” (HAHNER, 2003, p. 26). Conforme indica June E. Hahner, o núcleo gerador do feminismo político no Brasil foi “essencialmente um movimento de classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade”. (2003, p. 31).

Joana Maria Pedro (2012, p. 256) demonstra como o movimento de “Primeira Onda” ocorreu no final do século XIX e início do XX. Nesse, mulheres consideradas feministas reivindicavam direitos políticos (votar e ser eleita); direito à educação e ao trabalho remunerado com salário igual; direito ao estudo; e direito de gerenciar suas heranças e propriedades etc. Além desses, havia o esforço de acabar com o estatuto de menoridade das mulheres oitocentistas, e a luta pelo direito à participação na vida política. O movimento de “Segunda Onda” ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, a partir de meados dos anos 1960, acrescentando reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção). Colocava-se ainda em questão a permanência do patriarcado, entendido como a predominância do poder masculino sobre a vontade das mulheres.

Naquela configuração social e política, as categorias “feminismo” e “feminista”, conforme indica a historiadora June E. Hahner, que emergiram na primeira década do século XX, tornaram-se cada vez mais comuns nas pautas dos direitos das mulheres da “Segunda Onda”. O feminismo abrangia

[...] todos os aspectos da emancipação das mulheres, como as lutas coletivas conscientemente planejadas para elevar-lhes – social, econômica ou politicamente – o status e,

por último, a ele concernirá a consciência da mulher como ser humano e ser social. (HAHNER, 2003, p. 26).

A noção de feminismo estava atrelada à ideia de emancipação das mulheres. Nesse caminho, as relações de gênero na Paraíba eram constituídas em meio às mudanças de sociabilidades e sensibilidades no âmbito familiar, mas também político-social e cultural. Os embates políticos travados eram entrecruzados por ricas referências ao masculino, ao feminino, às dicotomias entre rural e urbano; e perpassadas por discursos conflituosos entre os costumes tradicionais e a modernidade (SANTANA, 2013).

A Lei do Divórcio, instaurada em 1977 no Brasil, foi considerada à época no estado como a desestabilização dos princípios ortodoxos referentes ao casamento e à família tradicional, já era discutida nas revistas e nos jornais desde a década de 1920, tanto na Paraíba quanto em todo o país. Ao analisar as insatisfações que homens e mulheres conferiam às suas relações conjugais, dentro da perspectiva do adultério, Maria do Socorro Cipriano mostra que, naquele momento, acirraram-se os debates sobre o divórcio “[...] como uma ameaça à dissolução das famílias ou como solução de suas crises”. (CIPRIANO, 2002, p. 94-95), manifestados por religiosos e letrados da época, os quais mostravam opiniões tanto contrárias como favoráveis. A demora para a promulgação da lei ocorreu, em particular, por causa da militância religiosa, que mobilizou formas de intimidação, levadas a cabo em função do casamento monogâmico. Defendia-se que, se por um lado, o divórcio possibilitava ao casal contrair outro casamento, por outro, colocava em xeque a ideia de pátria, visto que a sociedade se organizava sob a égide da família no sentido da instituição provedora de cidadãos obedientes à Pátria.

Foi embasado pela ideia do avanço da liberação sexual das mulheres que vimos o defensor público L. R. S., da 2ª Vara do Fórum Afonso Campos, de Campina Grande, no dia 11 de setembro de 1953, ao referir-se a um crime de sedução, citar o ministro Francisco Campos<sup>104</sup>, o qual dizia que “[...] nos crimes sexuais, nunca o homem é

---

<sup>104</sup> Francisco Luís da Silva Campos foi advogado, professor, jurista e políticobrasileiro, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937, do AI-1 do golpe de 1964 e dos Códigos Penal e Processual que, mesmo com as subseqüentes reformas, continuam em vigor.

tão algoz que não possa ser também, um pouco vítima, e a mulher nem sempre é a maior e única vítima dos seus pretendidos infortúnios sexuais”. (PARAÍBA, 1951c). Nesse discurso em particular objetivava-se o deslocamento do lugar social que a chamada “ofendida” tinha, frente ao Poder Judiciário, como vítima para o da responsabilidade pelo caso em tela. Por meio dessa estratégia, os sujeitos poderiam escapar das normas que fixavam identidades políticas e sociais (COSTA, 1998), subjetivando certos regimes comportamentais. O argumento não era desinteressado, pois, não se dando por satisfeito, L. R. S. transcreveu um trecho da sentença do juiz José Duarte, “uma das figuras de relêvo da Justiça de Distrito Federal”, o qual teria afirmado:

Para as raparigas modernas não há segredos, nem ingenuidades... A vida moderna, com os seus exageros, as revistas livres, os filmes amorais, as danças lúbricas, as palestras enxertadas de malícia, os romances livres, as garçonnières, o luxo e a ostentação das hetairas, os adultérios, a prole natural, tudo isso já passou pelo crivo do seu conhecimento, de sua censura. Acham-se, pois mais habilitada para a defesa. E se [se] entregam ao namorado não é por que tenham sido seduzidas, enganadas na sua ingenuidade de donzelas... Nos tempos modernos, não encontra mais aplausos a teoria jurisprudencial do engano pela promessa de casamento, isso porque as raparigas de hoje adquiriram maior experiência através do cinema, rádio. As moças modernas passaram a participar ativamente da vida, concorrendo com os homens nos emprêgos públicos, lojas comerciais, oficinas, fábricas, etc., e o mais penoso que vai se apagando pouco a pouco éssa característica feminina que era seu maior fascínio e que pior ainda é que vai desaparecendo vertiginosamente o sentimento de pudor. (PARAÍBA, 1953a)

Observa-se assim uma polarização entre a moça honesta, recatada e vitimada pelas condições econômicas adversas, e a “rapariga moderna” que, atraída pelas mudanças dos “tempos correntes” (PARAÍBA, 1953a), deixava-se seduzir em busca dos “prazeres carnavais”. Naquela percepção, as “raparigas modernas” cada vez mais subtraíam a vigilância e disciplina familiares e se interessavam pela



“ciência dos mistérios sexuais”. Iranilson Buriti Oliveira mostra como os articulistas do *Diário de Pernambuco* já associavam as mulheres “pervertidas” à modernidade, descrita com certo receio, no final da década de 1920.

A modernidade é descrita como uma mulher perversa e perversora; é puta tal qual a mulher que adota os seus estilos. A mulher despudorada traz consigo as marcas do pecado, da doença, da anormalidade, das práticas que subvertem a ordem e provocam a desordem, que formam sujeitos desconstrutores, rebeldes à regra, à ação disciplinada. Propicia, também, a emergência de novos mapeamentos na geografia feminina. Quando ‘desgarrada’ da autoridade masculina, a mulher cria as suas próprias garras, torna-se gata, olhar felino, espírito selvagem, rasgando o verbo da tradição e arranhando a imagem do homem. (OLIVEIRA, I., 2002, p. 285)

O sentido em torno da “rapariga moderna” aqui se diferia da de prostituta, mulheres de cabaré que, desde o final do século XIX, eram vistas como aquelas que vendiam o seu corpo, enquanto os homens podiam desfrutar da condição de mero consumidor, ou mesmo sujeito passivo, em face da naturalização de que os homens solteiros precisavam adquirir experiência sexual nos braços das prostitutas sem a pretensão de procriar (SILVA, C., 2011). Como afirma Margareth Rago, desde meados do século XIX, médicos, juristas criminologistas, literatos e jornalistas estiveram voltados à preocupação com a moralidade pública, com as relações conjugais e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta das mulheres, em um notável momento de crescimento urbano industrial na cidade de São Paulo. Desse modo, coexistia “uma explicação essencialmente econômica da comercialização sexual do corpo feminino: ou a mulher se prostitui para complementar o salário miserável ou porque não tem qualificação profissional” (RAGO, 1991, p. 51). O regime da prostituição construído a partir do século XIX, segundo a autora, por meio da referência médico-policial compreende implicações além das práticas de comercialização sexual do corpo em face das singularidades.

A noção de “raparigas modernas”, assim como “mulheres de vida livre”, ultrapassava a ideia da comercialização do corpo, empregada de forma negativa pelos homens da lei, pois na percepção deles, se tratava

de moças que seguiam o curso das mudanças no estado e no país, fomentadas pela modernização das cidades, pelas inovações na industrialização do país e pelo crescimento econômico, favorecendo e abrindo o mercado de trabalho para as mulheres. Os artefatos modernos citados pela defesa corroborariam para a propagação de novos hábitos, modificando as formas de pensar da juventude, interferindo no seu “fator psicológico” e nos costumes transmitidos pelos pais e mães de outrora. Naqueles termos, as jovens se entregavam às mais diversas formas de experiências sexuais, tornando-se presas da chamada “vida moderna”. A publicação de livros, revistas de pornografia, cenas de filmes, novelas, e a divulgação nos jornais, naquele discurso, evocavam a excitação erótica e os “desejos carnavais”. Em razão disso, diluíam-se os padrões de tal modo que as moças andavam sozinhas à noite, envolvendo-se em relações efêmeras com os rapazes.

Frente aos “novos tempos” que emergiam, os juristas argumentavam que as mães e os pais das moças não poderiam recorrer mais à Justiça, uma prática social bastante frequente na primeira metade do século XX, argumentando que suas filhas foram enganadas ou ludibriadas pela pelas paixões efêmeras. Carla Bassanezi afirma que, no Brasil dos anos 50, os homens detinham a autoridade e o “[...] poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos [...]. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional”. (BASSANEZI, 2004, pp. 608-609). Segundo a autora, “na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina” (2004, p. 609). Na Paraíba, nesse mesmo período, parece-nos haver uma preocupação constante com o afrouxamento dos valores maternos e paternos, de modo que as práticas discursivas reiteravam cada vez mais que a relação matrimonial fosse ratificada como um contrato em que as esposas tinham de reconhecer sua sujeição econômica e afetiva. Assim, denunciava a negligência dos pais e mães acerca da educação sexual de modo que as filhas não mais hesitavam em aceitar os convites dos rapazes. Mais que isso, segundo aquele ponto de vista, eram as moças que os convidavam adentrar certos locais ermos para realizarem o ato sexual.

Consideradas como um perigo para a sociedade da época, as “raparigas modernas” passavam a ser vistas como uma ameaça no espaço do trabalho, pois, mais que refletir um consenso social acerca do avanço do trabalho feminino, aquelas imagens promoviam a ideia de que a profissionalização das mulheres funcionava como o vetor

principal, promovendo a desagregação da instituição familiar. A busca pelo emprego e pela qualificação e a inserção daqueles aparelhos considerados modernos eram vistas como uma consequência da frouxidão dos laços da família moderna (RAMOS, 2009), da liberação dos costumes e do deslizamento sexual.

O advento da vida moderna, “concebida como inúmeros e fragmentários caminhos” (BERMAN, 1986, p. 17), estaria comprometendo o recato e a resignação da “mulher honesta”, tornando-a uma competidora e fazendo com que ela perdesse, aos poucos, a capacidade de organizar sua vida dentro da perspectiva do casamento, entregando-se com facilidade às relações amorosas e fortuitas. Vejamos um trecho da sentença do magistrado Eurico Cruz, citado pelo advogado L. R. S., no ano de 1953:

Outra era a vigência sôbre a qual, há quase 40 anos, estendia o Cód. Penal o manto de sua proteção, porque, naqueles tempos de antanho, diverso era o rigor das mães e a tanta não se atrevia o desempenho das jovens. Hoje, os sexos se defrontam, no ambiente de que se gerou o caso de agora, como de igual para igual. Em tudo revelam afoiteza e ousadia. Não aceitamos a ingenuidade da ofendida porque por nós fala o ministro Francisco Campos: “A vida, no nosso tempo, pelos seus costumes e pelo seu estilo, permite aos indivíduos surpreender, ainda bem não atingida a maturidade, o que antes era o grande e insondável mistério, cujo conhecimento se reservava apenas aos adultos. (PARAÍBA, 1953a)

Com certo tom nostálgico, L. R. S. alertava para o estilo da “vida moderna”, denunciando como as jovens mulheres estavam expostas a todo tipo de conhecimento que destoava de outro tempo em que existia uma moral mais estrita e um pudor mais elevado. Ou seja, em seu discurso, se outrora as moças eram supostamente ingênuas, sobretudo acerca de assuntos e de práticas relativas ao sexo ou à sexualidade, com suas habilidades voltadas exclusivamente para o lar e sem permissão para expressar suas opiniões frente à sociedade na configuração social dos anos 1953, elas caminhariam a passos largos para a degradação de suas condutas, ultrapassando os limites fixados pelos costumes da época. Em razão do desajuste no seio familiar, cuja maior

responsabilidade estaria sobre as mães, as moças obteriam, antes da maturidade aceitável, informações relativas ao sexo e, a partir disso, buscariam a satisfação de seus desejos e de seu prazer. Além disso, as jovens supostamente tomavam conhecimento acerca de como ocorre o processo da reprodução humana, conhecimentos esses que se reservavam, outrora, apenas aos adultos (PARAÍBA, 1953a).

Os códigos sexuais voltados para a relação com o corpo e com os prazeres eram vistos como premissas dos adultos, no discurso do advogado L. R. S., cabendo às mães a responsabilidade de educá-las ao tempo certo, preferencialmente na noite anterior às núpcias. Ensinar “os mistérios do sexo”, expressão habitual da época, cabia àquela que teria de acompanhar as filhas durante toda a sua vida com zelo e cuidado para que os segredos nupciais fossem revelados no tempo e postos em prática somente entre quatro paredes após o casamento. Quando assim, elas poderiam exercer a sua função matrimonial.

Observamos esse mesmo enunciado por meio do discurso do advogado A. A. P., no ano de 1953, ao emitir seu parecer em favor de Brandão, acusado de ter deflorado sua noiva de 16 anos nas instalações da Rádio Caturité, em dias de abril daquele mesmo ano, em Campina Grande.

Já passou o tempo em que a sedução se prendia à promessa de casamento, que era tida como circunstância decisiva na definição do elemento moral do crime. Os costumes atuais contaminados por um vírus a que denominam de modernismo, avançaram muito, propiciando outros meios de seduzir e captar a vontade da mulher, de modo a não poder a lei recusar-lhe a sua tutela, somente por não ter havido aquela promessa. Qualquer meio que possa quebrar a resistência da mulher, utilizados pela arte do sedutor, patenteia o elemento moral do crime. Inexperiência não quer dizer inocência ou completa ingenuidade. O próprio conhecimento abstrato dos fatos sexuais não induz experiência. Não se deve, portanto, equiparar a inexperiência à falta de esclarecimentos sobre as coisas sexuais, mas, sim, à falta de conhecimentos próprios, à experiência

prática, sensível sobre o domínio fisiopsíquico da libido.<sup>105</sup> (PARAÍBA, 1953c)

O enunciado era indicativo da “revolução” nos costumes; de modo que a presumida promessa de casamento não configurava mais o elemento imprescindível à sedução. O casamento percebido como “a base da constituição da família” deixava de significar o meio das adolescentes se preservarem. Era isso que os juristas precisavam dar atenção. O que estava em jogo é que, aos poucos, modificava-se a lógica do “namoro constante” entre os/as jovens, e esse passou a consistir um forte motivo para que os casais se relacionassem sexualmente, de modo que essa prática social fosse sendo naturalizada dentro das relações de namoro.

A defesa parecia confundir o conceito de modernismo – caracterizado como um conjunto de movimentos culturais que se desenvolveu em função de imperativos artísticos e intelectuais (BERMAN, 1986) na última década do século XIX, na Europa, compreendendo assim a arte, a poesia, a música, o cinema, entre outros. A chamada modernização, ou “vida moderna”, foi caracterizada por processos materiais, políticos, econômicos e sociais (BERMAN, 1986), como o progresso industrial e o crescimento econômico. Desse modo, a noção de modernidade no Brasil, no início do século XX, esteve associada à ideia de modernização.

E, nesse caminho, advogados como L. R. S. alertavam outros juízes criminais da Paraíba, afirmando que eles não poderiam e nem deveriam se “alhear a essa psicologia social, ao julgarem o crime de sedução”, frente aos novos tempos vigentes, posto que “ante tais considerações os dispositivos penais referentes aos crimes sexuais iam se tornando verdadeiras arapucas e máquinas de especulação”. (PARAÍBA, 1953a). Ou seja, os dispositivos de poder concernentes aos crimes de sedução não acompanhavam mais as mudanças em curso, em especial por conta dos “elementos morais” que eles utilizavam para designar os sentidos em torno da “moça honesta”, visto que, em seu discurso, as jovens da época estariam se prostituindo e perdendo seus valores sob o menor deslize.

---

<sup>105</sup> Encontramos vários processos-crime tanto do Fórum Afonso Campos, em Campina Grande, quanto no Fórum Criminal, na capital, que fazem referência ao “vírus do modernismo”, citamos dois (PARAÍBA, 1953c; 1960a).

Segundo os juristas, a precocidade e a liberalidade na iniciação sexual das adolescentes desvinculada da instituição casamento eram aceleradas pela rápida veiculação das informações, como decorrência da “vida moderna”. A inserção da TV nas classes menos favorecidas começava a ganhar espaço, enquanto o rádio à pilha não faltava nas modestas residências daquelas famílias. Aqueles objetos vistos como modernos eram os meios mais eficientes na disseminação das últimas novidades que ocorriam em todo o país. Isso, para os juristas, gerava a dissolução das regras políticas e religiosas. O elemento da inexperiência correlacionado à prática sexual estaria tornando-se ausente nas peças judiciais que compunham os crimes de sedução. Naqueles termos, toda jovem que registrasse queixa na delegacia precisaria ter grande poder de convencimento, justificativa e autoridade ao relatar sua primeira relação sexual, se quisesse obter a confiança dos delegados.

A historiadora Rosemere Olimpio Santana (2013) mostra como a noção de modernidade estava, desde a década de 1920, associada não só ao espaço urbano, à arquitetura dos prédios, ao alargamento das ruas, mas também aos costumes, aos valores e aos comportamentos dos indivíduos. À medida que esse discurso era recepcionado pelos letrados com entusiasmo e otimismo, emergia por meio de outros discursos o receio e o temor em razão das mudanças dos valores morais no seio da sociedade paraibana. Na década de 1930, a chamada modernidade se tornou referência para as conquistas obtidas pelas mulheres por meio da revista *Flor de Liz*, organizada pela Ação Católica, que contava com as publicações de Rosa Mendes Tavares na época. Por meio do artigo “Conquistas que perigam”, pode-se observar como os direitos femininos ganhavam espaço dentro das famílias mais importantes da cidade de Cajazeiras, sertão paraibano, a 468 km da capital do estado. Nesse artigo, em particular, defendia-se a ideia de que os direitos só foram conquistados por meio da valorização do casamento pela Igreja. Assim, somente pela condição do matrimônio é que as mulheres conseguiriam destaque na sociedade (SANTANA, 2013). Esse pensamento, no entanto, ao nosso ver, só reforçava o protagonismo da figura masculina e do estado civil, deixando muito a desejar quanto às implicações que levariam as feministas das décadas de 1960 e 1970 a levantarem as suas bandeiras de luta.

Desde a primeira metade do século XX, observa-se como as populações na cidade de João Pessoa davam significativo valor à religião cristã católica, em particular às tradições e aos costumes. Basta notar o significativo número de igrejas católicas construídas em pouco

espaço e em curto período, conforme relata o bacharel em geografia Ivonaldo Lacerda da Silva (2010). Ele mostra como na época

[...] havia distinção entre as pessoas que circulavam pelas ruas após às 22 horas, sendo considerados boêmios e malfeitores aqueles que perambulavam após esse horário, enquanto as pessoas ditas decentes tinham horários estabelecidos para não circular pelas ruas em determinados horários, eram pessoas que se valiam das tradições e dos bons costumes. (SILVA, I., 2010, p. 28)

As formas de se vestirem também eram diferentes. Com base em análises de fotografias dos anos de 1920, observa-se uma elegância importada da Europa que destoava, inclusive, dos ambientes e do clima da região. Os sentidos em torno do que era ser moderno/a na Paraíba quase sempre estavam associados às formas de as pessoas se vestirem bem, diga-se na aquisição de roupas de grifes, na maioria das vezes, para mostrar que eram detentores de alto poder aquisitivo, como morar na área central da capital do estado, frequentar cinema, teatro, saber falar em público ou consumir artigos de luxo importados da Europa.

Ao analisar as imagens produzidas acerca do adultério e da infidelidade, Maria do Socorro Cipriano (2002) mostra como a noção de família da década de 1920 aparece marcada pelo discurso da moralização social, o que também norteou a construção da reputação do estado da Paraíba. Embora a proposição modernidade tenha sido carente de sentido para a época, pondera a autora que o mesmo conceito foi exaustivamente discutido nas revistas e nos jornais, indicando o adultério por parte das mulheres como “uma metáfora que extrapola[va] as relações do matrimônio, para significar muitas outras relações sociais” (CIPRIANO, 2002, p. 7). A autora afirma que os juristas já indicavam que “o vírus da infidelidade” se disseminava nas relações interpessoais como símbolo da vida moderna, o que assustava as autoridades por ser uma prática que fugia do controle, além de colocar em risco “[...] o estatuto de família moderna e da República”. Como detentoras da educação dos filhos nos primeiros anos de vida deles, as mulheres garantiriam a legitimidade das crianças como sujeitos sadios e fiéis à pátria. No entanto, ao passo que elas ganhavam espaço no que diz respeito “a esse papel patriótico”, ameaçavam “esse mesmo projeto balizado numa sociedade hierarquizada e regularizada pela ideia de

fidelidade, ao sair para as ruas e ao reivindicar direitos jurídicos, almejando uma maior participação na política”. (CIPRIANO, 2002, p. 7-8).

Na segunda metade do século XX, precisamente nos primeiros anos de 1950, notamos a permanência de muitos signos constituintes da chamada modernidade. Como forma de emitir uma significação do valor moral que se estava pondo em xeque na sociedade da época, os advogados tratavam de especificar cada gesto das moças, ao mesmo tempo que se tornavam visíveis outros que emergiam das práticas discursivas, implicando efeitos normativos da conduta sexual dos envolvidos nos casos de sedução. É o que passamos a narrar.

Contavam-se os primeiros dias do mês de março de 1954, quando Conceição, de 14 anos, natural da cidade de Cabaceiras, começou a trabalhar como ajudante na farmácia de Reinaldo, pernambucano de 29 anos, à Rua Campos Sales, no bairro José Pinheiro, em Campina Grande. A pedido do patrão, Conceição passou a fazer suas refeições na residência da esposa dele, foi quando começou a surgir uns “flits” [flertes] entre ele e ela. Durante esse período, a moça e o patrão tinham a oportunidade de ficarem a sós, enquanto isso a esposa de Reinaldo a substituíu no expediente. (PARAÍBA, 1954)

Em suas declarações, Conceição afirmou que, com um mês de namoro com o seu patrão, a esposa teria desconfiado e a coagido para que lhe dissesse o que havia entre ela e o farmacêutico, com a ameaça de perder o emprego. Diante das promessas feitas pelo patrão, de que se casaria com ela no regime civil – porque já era casado no religioso –, a jovem pediu demissão e, naquele mesmo dia, ambos tomaram um automóvel. Seguiram até a Rua Cerâmica, no subúrbio da cidade de Campina Grande, e rumaram em direção ao mato próximo à rodovia Campina Grande-João Pessoa.

Ao ser interrogada, a menor disse que, ao chegar naquele local e sob a reiterada promessa de que Reinaldo jamais a desprezaria, ela com “as suas próprias mãos despiu-se mantendo, naquele instante, relações sexuais uma só vez”, depois de “oferecer-lhe uma pequena resistência” (PARAÍBA, 1954). Observa-se que a transcrição do depoimento enfatizando que ela teria se despedido com “as suas próprias mãos” sugere a imagem da moça ardilosa e desejosa do ato sexual, que não se importava com certas convenções sociais, já que não fizera nenhuma objeção quanto à segunda relação sexual ter sido em uma pensão no Deserto, local conhecido como “casa suspeita”, localizada no subúrbio da cidade, de propriedade de Zezé, onde se concentravam vários outros cabarés à época.



Em declaração ao delegado Francisco de Assis Martins, Reinaldo não negou a relação sexual, contudo, não deixou de frisar que a moça “tomou uma atitude de mulher prostituída, pois procurava sempre estar ao seu lado com toda a intimidade a ponto de permitir que ele a beijasse sem que para isso o acusado lhe procurasse” (PARAÍBA, 1954). O discurso, na abertura dos autos, sugeria o fato de que a moça procedeu de forma erótica e estrategicamente sedutora, insinuando-se para ele que, além de ser casado, era o patrão, o que já implicava certa hierarquia de relação de poder. Outrossim, deixava entrever que a mulher que se prezasse com pudor não tomaria a atitude de ir até um homem para ter com ele relações sexuais. Além disso, denotava que a moça solteira que mantivesse relação sexual com homem casado não poderia reclamar a sua honra ao poder público, visto que a responsabilidade do ato sexual recaía sobre ela mesma, principalmente diante das frequentes provocações que ela fazia durante o expediente. O patrão apontava para uma moral dentro do campo da sexualidade que circulava entre os homens: o pensamento de reprovação acerca da atitude da jovem.

O patrão afirmou ainda que a despediu por desonestidade, ressaltando que a sua esposa nada tinha a ver com a demissão, acusando Conceição de ter furtado dinheiro e mercadoria da farmácia, motivo por que a mandou embora do local de emprego. A esposa do acusado também testemunhou, assim declarando:

Logo nos primeiros dias, sua referida empregada iniciou um namoro com ele sem que fosse procurada para isso. Sempre que ele se encontrava ocupado em qualquer trabalho na arrumação de mercadorias, a ofendida procurava sempre estar ao seu lado e bem juntinhos como namorados. (PARAÍBA, 1954)

Além de indicar a atitude astuciosa da moça para estar ao seu lado, o uso dessa estratégia discursiva consistia em sugerir que ela não era “virgem, ainda porque ela prestava atenção a todo o homem que lhe olhasse sorridente; certa vez, dada a liberdade que [Conceição] tomou pelo declarante chegou a dar-lhe um cheiro na cabeça”, nas palavras do réu (PARAÍBA, 1954). A elaboração da fala indica como a defesa procurou construir o fato de que ele fora despertado, dia a dia, pela moça, não podendo conter os desejos sexuais que aumentavam à medida que ela supostamente o provocava com a sua atenção e seu modo carinhoso durante todo o tempo em que permaneciam juntos.

Como homem experiente na prática sexual, Reinaldo não poderia esquivar-se, era o que se deixava entrever. Ao atestar a sua condição de “macho viril”, sugeriu que cedeu ao perceber, durante a relação, a “facilidade com que [introduziu] o seu pênis viril” na vagina da moça; assim, Conceição não poderia ter agido de outra maneira senão ter se entregado como “uma mulher acostumada àquele ato de libidinagem” (PARAÍBA, 1954). A singularidade desse discurso tem sua jactância reproduzida há séculos em nosso país, e aparece visivelmente ancorada na maioria dos depoimentos dos acusados e nos pareceres dos juristas da primeira metade do século XX.

Os acusados da época eram todos unânimes ao afirmar em suas declarações – muito embora a maioria não negasse a responsabilidade quanto ao defloração – que, após o ato sexual, teriam percebido que não se tratavam de moças<sup>106</sup>, mas de “mulheres”, não virgens, conforme vimos no discurso de Reinaldo. A noção de virilidade presente nas falas dos acusados, delegados, advogados e promotores, direta ou indiretamente, trazia certa complexidade. O discurso indicava regularmente a qualidade física, a estrutura anatômica do membro genital masculino, um “objeto alongado e fático” (PARKER, 1991, p. 64). Mais que isso, enfatizava a potencialidade ativa do falo, enquanto o órgão genital feminino era percebido como o objeto do prazer, à espera para ser usada, uma forma de poder que construía a sexualidade feminina, sugerindo passividade e submissão, e desconsiderando o poder de resistência. Isso significa dizer que a condição de patrão, além de amante, já impunha certo prestígio social ao homem em uma sociedade marcadamente preconceituosa, em que muitos valores morais poderiam ser renegociados.

A virilidade, naquela perspectiva, era vista como um atributo natural da sexualidade masculina, desconhecendo-se os significados históricos e sociológicos implicados em torno do órgão genital masculino. Tal noção aparecia aprisionada a padrões tão rígidos quanto aqueles que submetiam a sexualidade feminina a normalizações e

---

<sup>106</sup> Essa estratégia discursiva pode ser vista em todos os discursos dos acusados, exceto um, em que o réu, casado, afirma que a moça era virgem, mas a responsabiliza, ao alegar que ela teria insistido em ir atrás dele. Cf. capítulo IV (PARAÍBA, 1978). Em outro processo (PARAÍBA, 1966), Eurípides Dias de Araújo afirmou em seu depoimento que chegou a verificar se a menor era moça, colocando “o dedo na sua vulva que prolongou-se até a vagina”, antes do ato sexual, “reconhecendo daí que a mesma não era moca, a menor era uma mulher”.

condutas de pudor e recato. Ao passo que Reinaldo se reconhecia como sujeito de poder ativo sexualmente, ele também procurou representar a imagem – tão habitual nos pareceres jurisprudenciais – de “moço honesto e cumpridor de seus deveres”, disposto a reparar o seu erro, como qualquer homem de caráter e tal como era esperado dos homens honrados (PARAÍBA, 1954). Investia para si a imagem de cidadão benevolente frente ao juiz, colocando-se “disposto a ampara-la [sic], adquirindo por compra uma pequena casa à Rua Amando Coutinho, no Bairro José Pinheiro, passando a escritura em nome da referida, mantendo de todo o necessário, até que ela o respeite como amante” (PARAÍBA, 1954). Ora, o que o fazia anunciar a condição de que ela deveria respeitá-lo enquanto amante na presença de um delegado senão o fato de, possivelmente, acreditar que aqueles dois homens partilhavam da mesma ideia, reconhecendo-se em termos de constituição física e participando do mesmo universo mental/sexual masculino? O discurso é indicativo da prática social de um pensamento de época que a própria lei, representada pelos juristas e pelo Estado, legitimava como sendo uma “verdade” aceitável e naturalizada.

Na maioria dos discursos, o ato de penetração aparece geralmente como uma atividade qualificadora dos acusados. Alguns deles faziam referência ao fato de que eles eram os protagonistas nas cenas sexuais. Nesses termos, a realização do desejo feminino, a satisfação do prazer, passava pelas regras do universo masculino. As mulheres, naquela visão, eram submetidas aos impulsos do outro, mesmo quando desejavam satisfazer a própria vontade. Ao que parece, a visão dos juristas acerca do fato de que as jovens se encontravam na posição deitada durante o ato sexual era pertinente para corroborar com a constituição do crime de defloração. As regras da sexualidade eram explicativas do prazer numa veia menos erótica e mais teórica em função dos elementos do Código Penal. Para as moças se constituírem como personagens virtuosas e honestas no uso dos prazeres, deveriam obedecer às leis da sexualidade ditadas por aqueles que supostamente detinham maior conhecimento, submeterem-se aos parceiros, negando ou tentando resistir às suas próprias vontades. De outro modo, se fossem incapazes de se conterem, de governarem a si próprias, levariam seu patrimônio – a honra – à ruína, e seus nomes à lama da prostituição.

Em muitos pareceres, nota-se como a promotoria subestimava as atitudes das jovens no momento da “cópula carnal”. Era por meio dessa atmosfera de passividade que enquadravam o prazer sexual das moças, ancorados pela ideia da natureza humana e biológica, ou da fragilidade física. Segundo a prática discursiva, as menores atuavam como objetos

de desejo dos acusados, e não o contrário, incapazes de manifestar a capacidade de desejo sexual, exceto quando eram satisfeitas as suas vontades, mediante a “condição de macho potente viril” (PARAÍBA, 1970c). Seu desejo só poderia ser consumado por meio do ato de escolha do outro, salvo em alguns casos, conforme analisaremos no último capítulo, em que os acusados, promotores e advogados negavam a passividade sexual das moças.

Os discursos que constituíam o sentido em torno do “membro viril” consistiam em uma forma de violência de gênero empregada pelos homens da época, pensada como experiência moral e social. A imagem do pênis introduzido na vagina situava homens e mulheres, respectivamente, em relação de dominação e submissão. A penetração sexual era vista como um direito exercido pelos homens no momento da cópula ou, analisando de outro modo, como ato criminoso nos casos de estupro.

A virgindade, de outra parte, aparece em um jogo de valores, um “bem jurídico”, cuja moeda poderia ser barganhada por dinheiro, por um imóvel ou por um casamento. Era vista, ainda, como um bem legal, já que nenhuma autoridade questionava o discurso de Reinaldo, que exigiu a condição de a moça ser-lhe fiel enquanto sua amante, em face da concessão de “patrimônio imobiliário” (PARAÍBA, 1954). Ou seja, tanto o defensor público quanto o juiz faziam vistas grossas à fala do patrão. A castidade era colocada como uma transação privada, um acordo entre patrão e empregada como meio de compensá-la, dependendo da sua fiel condição de amante, enquanto o advogado questionava o fato de a moça aceitar, classificando como uma leviandade daquela que requeria do juiz, perante o poder público, a sua honra perdida.

O fato de ser casado e ocupar uma posição social e econômica superior à da moça implicava assim um efeito de direito do patrão e um dever da empregada, mulher pobre seduzida, que deveria acatar a oferta sem questionar. Isso, claro, do ponto de vista de Reinaldo, pois não minimizamos aqui a escolha e a responsabilidade de Conceição no que se refere ao desejo de se envolver com o patrão ou à prática sexual.

Ao analisar as imagens “transgressoras femininas” por meio de revistas como *O Cruzeiro*, nos anos 1950, os chamados Anos Dourados, Mary Del Priore já dizia que escritoras da época sinalizavam sua insatisfação quanto às desigualdades entre homens e mulheres, mostrando como para as casadas, “a falta de expressão sexual livre [...] terminava por dobrá-las aos desejos dos maridos. Para as solteiras, restava a masturbação, exclusiva forma de preservar esse ‘bem

estimável': a virgindade, único passaporte válido para o casamento". (2011, p. 151). Criada "exclusivamente para aceitar como padrão de comportamento a instituição" do casamento, a moça que estivesse fora dessa lógica e das prédicas religiosas, estaria inclinada à degeneração. (DEL PRIORE, 2011, p. 151).

Dentro dessa perspectiva e a partir desses códigos de valores, na ocasião de defesa prévia de seu cliente, o advogado J. C. L. afirmou que Conceição já tinha sido desvirginada há algum tempo por outro namorado, Octacílio de tal, motorista e residente em Cabaceiras, tendo a "vítima pernoitado por diversas vezes nesta cidade". (PARAÍBA, 1954). Segundo J. C. L., Conceição era uma "pessoa completamente pervertida, pessoa inteiramente destituída de qualquer senso moral, que chegou a ser levada à delegacia, sob a acusação de haver cometido o delito de furto, roubando um vestido, em casa de uma conhecida prostituta, em casa mundana residente em Campina Grande" (PARAÍBA, 1954). A referência "completamente pervertida" dizia respeito não só à conduta sexual, mas também ao seu caráter em termos de honestidade concernentes às coisas materiais.

Produzida na segunda metade do século XIX, na Europa, o termo "perversão" foi fundamentalmente amparado pela égide do discurso médico e jurisprudencial, denotando outras designações. Fazia parte do Tratado das degenerescências (FOUCAULT, 2014, p. 98). Ao se apropriar de concepções médicas com o objetivo de dar legitimidade ao saber jurídico, passou-se a desenvolver, pouco a pouco, "[...] uma espécie de reivindicação comum por parte dos juízes no sentido da medicalização da sua profissão, da sua função, das suas decisões." (FOUCAULT, 2001b, p. 48-49). Essa relação entre a medicina psiquiátrica e o Judiciário corroborou com a constituição da noção de perversidade articulada ao problema do perigo social. Os jogos do saber médico justificavam o poder do juiz, e esse poder colocava em "[...] ação o saber e todo um dispositivo de leis, de direitos, de regulamentações, de práticas, institucionalizando o todo como sendo a própria verdade". (VEYNE, 2011, p. 55) sobre certos atos ou comportamentos das jovens que se envolviam sexualmente. Ao correlacionar a linguagem jurídica à psiquiátrica, o juiz argumentou que o elemento da sedução não estava satisfatoriamente caracterizado como crime.

Não se pode dizer que o réu tenha empregado processos psicológicos e emotivos capazes de obter o consentimento da vítima. As provas destes

autos retratam uma mulher depravada... Sua personalidade foi bem estudada nas inteligentes e jurídicas alegações do advogado do réu. E citando Magalhães Noronha: “donzela inexperiente é a que não pode avaliar em toda a extensão as consequências do seu ato, por menos avisada, por menos trato das coisas da vida, por ignorante das maldades do mundo, por não apercebida das ciladas dos homens”. A menor não pode ser inexperiente, quando combinou até desfazer um lar, constituído por união religiosa. Nem confiança lhe poderia merecer a palavra de um homem que prometia abandonar a esposa recebida aos pés do sacerdote de sua religião, e a quem estava preso pelos laços dessa mesma religião. (PARAÍBA, 1954, grifos nossos)

O magistrado entendeu que o réu não precisou utilizar argumentos ou promessas de casamento para convencer a jovem a praticar o ato sexual, tampouco reafirmou seus sentimentos para ela, visto que, segundo ele, antes mesmo de praticar o ato, havia uma predisposição dela a uma vida devassa, e um interesse em tirar proveito financeiro do acusado. Ao citar outro jurista, Magalhães, ele reafirmou que uma moça inexperiente seria aquela totalmente desprovida do conhecimento das consequências do ato sexual, supondo que inerente à sua natureza de moça honesta. Nesse aspecto, permanecia a ideia de que a moça pobre que se deixava levar pelas conversas de sedutores era associada à imagem da criança, indefesa, desprovida do pensar, que necessitava de cuidados do Estado e da família, bem como na condução de sua vida. Talvez, por conta dessa percepção, os casos de estupro, segundo a Justiça, tipificado como violência presumida envolvendo as menores de 14 anos fossem julgados de modo que às crianças não era dada a legitimidade do testemunho sobre a sua sexualidade. A esse respeito, observa-se que havia a interdição da sexualidade das crianças menores de 14 anos; logo, o que estava em jogo era o perigo de uma sexualidade anormal, que fosse naturalizada no meio social a partir daí. Desse modo, a sexualidade praticada pelas menores poderia se tornar uma ameaça para todas as relações sociais e individuais (FOUCAULT, 2014) e, por isso, a recorrência que se fazia à Justiça era uma forma de demonstrar intolerância à prática sexual da criança.

A identificação do discurso médico com o dos juristas da Paraíba demonstra o emprego desse saber como forma de legitimação de um

campo do conhecimento de peso cientificista. Todos aqueles códigos do rigor da moral vieram respaldados pelo chamado mundo moderno; com vista a uma psicopatologia sexual da “vítima”.

O enunciado que aparece em torno da negociação da virgindade não era uma constante somente nos discursos dos homens, acusados, médicos e juristas, também fazia parte dos discursos de muitas moças da época, e ainda dos pais e das mães delas, assim como aparece bastante presente nos depoimentos das testemunhas. A virgindade poderia significar um meio de subsistência para a ofendida, um negócio promissor ou rentável, sobretudo se o sedutor fosse um homem de posses. É o que identificamos no discurso de um defensor público, ao tratar sobre o caso de Aberlado Francisco Gama, 19 anos, solteiro, soldado, o qual seduziu uma jovem de 16 anos. O fato ocorreu quando ambos retornavam às suas casas após uma festa tradicional religiosa, conhecida como Festa da Guia, no ano de 1956, em Campina Grande.

O acusado [a] reconhecia como criatura leviana e de conduta pouco recomendável [...] nunca foi nem é uma criatura recatada, pois vive a frequentar bailes acompanhados de mulheres suspeitas, com pleno conhecimento de seus pais, como é público e notório no lugar onde reside. Sendo a acusada useira e vezeira no congresso sexual, submeteu-se sem qualquer constrangimento nem sedução, à cópula carnal, com o fim preconcebido de envolvê-lo nos labirintos de uma ação penal ou de conseguir um casamento proveitoso. O réu sim foi ludibriado na sua boa-fé e na sua inexperiência, para responder por crime praticado por outro. (PARAÍBA, 1956b)

Um dos traços mais marcantes da personalidade de uma moça não experiente na arte do sexo consistia, na visão dos juristas, em seu passado. Fazia-se necessário esquadrihá-lo com o objetivo de unir o maior número de informações possíveis. Em especial, os advogados e delegados de polícia inquiriam sobre os locais que ela frequentava e por onde circulava, se havia dado queixa na polícia por outros crimes, ou se era difamada pela comunidade.

A maioria das jovens pobres que se casavam à época acabava agregando as mães em suas casas, principalmente as viúvas que pagavam alugueis. Em razão disso, o argumento de muitos defensores

públicos e advogados consistia em sugerir que as mães das moças eram ambiciosas ou interesseiras. Alegava-se comumente que as filhas eram objeto de realização dos seus desejos, enquanto o casamento aparecia como pano de fundo para um futuro melhor, como forma de superar as condições de vida miserável que muitas delas levavam. Segundo o jurista Viveiros de Castro, nome referendado pela grande maioria dos juízes e defensores da segunda metade do século XX, ao tratar sobre os casos de defloração, a posição do réu ou a sua condição social deveriam ser ponderadas, pois é “[...] principalmente contra as pessoas ricas e importantes que se armam os laços da especulação e *chantage*, com o fim de provocar o escândalo para extorquir-lhes dinheiro”. (VIVEIROS DE CASTRO, 1936, p. 88-89).

Observa-se que, para muitas jovens – não afirmamos todas – de classes menos favorecidas, o casamento era uma forma de ascenderem econômica e socialmente, principalmente porque os acusados tinham melhores condições de vida que elas. Além do valor econômico, o casamento estabelecia e sustentava fortes relações pessoais e de apoio moral entre as famílias pobres, muitas das quais recebiam o sentimento de solidariedade e a ajuda financeira nos tempos de fome e de seca no Nordeste. Observa-se, no entanto, que, para algumas menores, o casamento consistia no meio de ascenderem financeiramente; algumas se negavam a casar em razão de o rapaz não ter um emprego de futuro para assegurar um casamento feliz e promissor. Naqueles termos, a felicidade dependia da condição financeira, dos bens materiais almejados, um discurso que era corroborado principalmente pelas mães e advogados.

De outra parte, para os juristas, a promessa da retribuição em dinheiro, a prática social de presentes, o amasiamento, termo conhecido à época, bem como o consentimento das ofendidas quanto ao ato sexual com homens casados, eram vistos como hábitos modernos comuns das mulheres prostituídas. A mancebia não era bem vista à época, percebida como uma vida dissoluta e fora dos padrões da normalidade, e era tampouco reconhecida pela sociedade. Tal condição implicava a “causa de imoralidade” que se opunha ao estado do casamento. Não somente nesse caso, mas em todos os demais, observamos como os defensores públicos eram categóricos ao afirmar que a moça que assim procedesse pelo “[...] impulso de uma causa imoral revela[va] corrupção, carência de honestidade [...]” (PARAÍBA, 1970c).

Percebe-se que os discursos sobre a prostituição partiam frequentemente de uma explicação essencialmente econômica sobre a comercialização sexual do corpo feminino. Juristas, jornalistas e



médicos da época afirmavam que as jovens se prostituíam em razão da extrema pobreza, fazendo tal opção por terem sido abandonadas por seus esposos, ou porque foram defloradas e expulsas de suas casas pelos pais. Ou, ainda, não tinham qualificação profissional ou desejavam complementar o salário miserável de suas famílias.

Além disso, as moças tinham de enfrentar a falta de instrução e de preparo profissional, as condições sociais e psicológicas em que as jovens se encontravam ao chegar ao grande centro, projetando na prostituição um meio atraente, uma vez que se constituía temporariamente uma maneira de superar as dificuldades financeiras, uma forma de facilitar um *status* e de preencher a carência afetiva (PERRUCCI, 1983).

Segundo Margareth Rago, o conceito de prostituição produzido no século XIX, a partir do saber médico policial, não pode ser aplicado para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras épocas e espaços, “[...] sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos”. (RAGO, 1991, p. 23). Por essa razão, a prostituição “[...] inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade [...] destina um lugar específico às sexualidades insubmissas”. (RAGO, 1991, p. 23).

O médico-sanitarista francês Alexandre Parent-Duchâtelet (apud RAGO, 1991) especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris, realizou um projeto identificando a prostituição com as imundices do submundo, buscando refletir sobre a relação entre os miasmas e o lixo, no início do século XIX. Seguidores dessa vertente, os sanitaristas brasileiros retomaram o perfil da prostituta perfilado por Parent-Duchâtelet, cuja aceitação foi universal e teve grande força no Brasil, determinante no que dizia respeito aos comportamentos de mulheres identificadas com essa condição, de modo que o modelo da mundana foi construído pelo médico francês, corroborado e fortalecido com o de “[...] mulher honesta, mãe dedicada e submissa, na medida em que se diferenciava do contra tipo repelente da meretriz” (RAGO, 1985, p. 89). A prostituta era aquela que, “ao contrário da mulher honesta e pura [vivía] em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos”. (RAGO, 1985, p. 89).

Seguindo a linha da construção do perfil psicossomático baseado no caráter e nas formas de se portar em sociedade, os médicos brasileiros da primeira metade do século XX defendiam que a prostituta ou a “mulher mundana” era aquela que, diferentemente da “mulher

honesta” e pura, vivia em função de seus desejos libidinosos e devassos. Era ainda percebida como “[...] preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada com o futuro e, muitas vezes destituída do senso moral” (RAGO, 1985, p. 89). A prostituição representava um espaço de libertação sexual e moral das mulheres, “[...] linha de fuga por onde teria sido possível constituir novos territórios afetivos e dar vazão aos seus instintos libidinais reprimidos na vida conjugal ou na ausência desta”. (RAGO, 1991, p. 219).

A circulação dessas teorias, em particular a polarização entre a mulher libertária, que frequentava os espaços públicos das cidades, e a “senhorinha de respeito”, reservada ao interior do lar, aparece em destaque no relatório do advogado, ao basear-se no depoimento de seu cliente, Antonio Avelino Alves, 19 anos, acusado de crime de sedução no ano de 1956.

Meritíssimo julgador, se virgem fosse a menor em apreço no dia em que alugou o automóvel da mencionada testemunha, certamente não teria ela a iniciativa de pegar um carro de praça, de um motorista desconhecido, sozinha, encaminhando-se com ele para um bairro distante, à procura de um homem casado. Salta a evidência esta conclusão. Mulheres às dezenas vivem diariamente frequentando automóveis dentro de nossa cidade para os passeios noturnos e a qualquer hora do dia. Entretanto, quando assim o fazem, são indiscutivelmente prostitutas conhecidas, ou ainda não é de todo exploradas porque, na verdade, uma senhora honesta, uma senhorinha de respeito, não se atreve a pegar um carro de aluguel e encaminha-se à procura de um homem em bairro distante, rumando em sua companhia para um lugar êrmo e deserto como é o campo de aviação desta Cidade. O projeto não protege a moça que se convencionou chamar emancipada, nem tão pouco aquela que, não sendo de todo ingênua, se deixa iludir por promessas evidentemente insinceras. (PARAÍBA, 1956b)

Chamada a depor duas vezes, a ofendida se contradisse acerca do local em que teria sido deflorada. Primeiro, ela mencionou que fora no Campo de Aviação, à margem da estrada que interligava Campina

Grande a Caruaru, no estado de Pernambuco. Depois, indicou outro local, denominado Cerâmica, localizado à margem da estrada que liga Campina Grande a João Pessoa, além de fazer menção à chamada “meretriz” Zezé, o que já colocava a sua conduta moral em questão. Ao prosseguir com o seu parecer de cinco páginas, a defesa enumerou “[...] os elementos mais valiosos da desonestidade [...]” de Conceição, com vista a deslocar o lugar de “ofendida” para o de sedutora. Pelo discurso da defesa, a jovem via no relacionamento sexual que tivera com o patrão uma forma de ascender de vida.

É de estarrecer o cinismo da ofendida, é ela própria quem confessa, perante a autoridade judiciária. Onde está a honestidade? Como poderia uma mulher dessa exigir que a Justiça punisse o denunciado, se ela própria não sabe o que diz e em que lugar foi desvirginada e se igualmente declara que daria tudo acabado mediante uma casa preparada? A referida moça depois do fato de que se trata, dormiu em casa de uma meretrize, na ausência desta, lhe furtara um vestido, chegando por fim a condessar o crime. O que é mais aberrante e ter a própria ofendida confessado que teve relações sexuais com o denunciado em casa de Zezé, numa casa de tolerância situada nos subúrbios desta cidade, o lugar conhecido pela denominação de Deserto [...]. Uma moça que chega a dormir em casa de uma prostituta, com um *chauffeur* de caminhão, e no dia seguinte inda [sic] furta um vestido da proprietária do quarto, pode ter tudo menos a condição moral para exigir que a lei chegue a punir aquele a quem ela atribui, sem prova de espécie alguma, a responsabilidade pelo seu desvirginamento. Não tendo qualquer honestidade, a menor é uma dessas aventureiras comuns que visa sobretudo o lucro, como queria fazer junto ao acusado, arrancando deste uma casa preparada (PARAÍBA, 1956b, grifos nossos).

Ao utilizar a estratégia na construção da imagem de prostituta, os advogados procuravam investigar o nível de inocência, se é que é possível, para saber até que ponto elas eram vítimas, interrogando-as mais de uma vez para comparar com a ampla pesquisa dos precedentes

pessoais, familiares e sociais das moças, para a obtenção de dados de sua atuação antes e depois do ato sexual, como fundamental para a produção do crime de sedução. Desse modo, questionava-se a “condição moral” da vítima ao dizer que o denunciado abusou de sua inexperiência e justificável confiança, já que ela teria dormido na casa de uma prostituta, colocando assim em questão a sua honestidade, bem como o seu lugar de autoridade para reclamar a própria honra. Para os juristas, defender uma moça que mantinha algum tipo de relacionamento com uma “mulher de vida livre” ia de encontro ao “sentimento ético” do Judiciário por se tratar do que eles chamavam de uma “causa imoral”. (PARAÍBA, 1956b).

Depois de expor suas razões, a defesa referiu-se, estrategicamente, ao furto do vestido em “casa mundana”, com isso, buscava trazer a lume o fato de que a menor costumava frequentar locais não recomendáveis para uma jovem que se dizia ter sido seduzida. A informação, carregada de juízos de valor, aparece na defesa prévia do acusado com um sentido fundamental: deixava entrever o lugar social ocupado pelas mulheres que se dedicavam à prática do sexo em troca de dinheiro, que valorizavam a aquisição das coisas materiais e que, com pouco esforço, faziam de seu corpo tanto objeto de prazer como de negociação. Fundamentada entre a sexualidade normal e a patológica, aquela reprodução discursiva consistiu no cerne de muitos argumentos de juristas décadas a seguir, procurando desqualificar as escolhas individuais de muitas jovens em face dos seus desejos e prazeres sexuais.

O historiador Fabio Gutemberg R. B. de Sousa mostra como a imagem de homens, na primeira década do século XX, desfilando com seus carros cheios de prostitutas consistiu em uma prática social presente em Campina Grande, mas não apenas em tal cidade. O policiamento urbano detinha, entre outras funções, o poder de proibir que homens e meretrizes circulassem juntos pelas ruas da cidade em automóveis. Segundo o delegado da época, tratava-se de uma “[...] medida em defesa da moral e dos bons costumes que periclitavam, assediados por suspeitos adventícios que por aqueles tempos tomavam a cidade”. (SOUSA, 2001, p. 220). As mulheres que passeavam à “hora do dia” eram vistas com maus olhos, podendo dar maus exemplos às moças pobres de família. Dar-se ao luxo de sair em plena luz do dia em automóveis de desconhecidos, à vista dos habitantes da cidade, confrontava com certos comportamentos que as moças honestas deveriam zelar não só em relação aos rapazes, mas também em relação

às outras mulheres, principalmente para não serem assemelhadas às prostitutas ou às mulheres de “vida fácil”.

É possível perceber uma regularidade correlacionada a um sistema cultural marcadamente estereotipado que classificava a prostituta como a pessoa que estaria excluída dos benefícios e do amparo da lei, vista como a escória da sociedade, aparecendo nas relações de enfrentamento com as moças classificadas como emancipadas. As jovens que escolhessem a vida sexual ativa na fase da adolescência ganhavam, portanto, esses novos sentidos: mulheres dotadas de muita experiência em razão de terem um comportamento promíscuo arrastado pelos becos da vida e de terem se relacionado com muitos homens. Eram ainda consideradas de palavra duvidosa e desmerecedoras de crédito; assim, tudo o que as moças dissessem em juízo deveria passar pelo filtro reprovador da máquina jurídica, bem como aquelas que deixassem o rastro da dúvida quando interrogadas acerca de sua primeira noite com um homem.

Paralelamente às mudanças de sensibilidades concernentes ao modo de ver as moças paraibanas, pode-se citar Ilze Zirbel (2007), quando demonstra como a sociedade brasileira passava por significativas transformações políticas, sociais, culturais e econômicas no final dos anos 1950 e início dos 1960. A autora registra a participação das mulheres no trabalho, nas universidades e na vida social. Além disso, “[...] o movimento *hippie*, a minissaia e a pílula anticoncepcional revolucionavam o cotidiano e os costumes”. (ZIRBEL, 2007, p. 34). Do ponto de vista político e econômico, o chamado “milagre econômico” implementado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) resultou na satisfação da classe média urbana e emergente, denotando as desigualdades sociais. Ao referendar Goldeberg-Salinas (1996), a autora diz que ao mesmo tempo ocorria forte impacto social sobre a vida das jovens de classe média urbana, aquelas procuravam escapar do domínio de seus familiares e decidir seus próprios destinos. (ZIRBEL, 2007).

Como forma de dar notoriedade aos anseios emancipatórios, a autora diz que algumas jovens fizeram curso superior e seguiram uma carreira, tentando conciliar com o casamento e a maternidade, outras se enveredaram para outros caminhos da política, do meio artístico-cultural e somavam aos grupos de esquerda. O historiador paraibano Horácio de Almeida parecia estar a par das mudanças, pois em sua obra *Brejo de Areia* já indicava uma reflexão moral sobre as mulheres que lutavam pela igualdade dos sexos.

Com o passar dos tempos aconteceu a revolução branca em virtude da qual a mulher emergiu da prisão, com vontade de desforrar-se de prejuízos seculares, sem medidas de contemporização. Atualmente, já se mostra capaz de nivelar-se ao homem não somente na igualdade dos sexos, como também na conquista dos direitos políticos. O perigo que agora ocorre, na marcha em que andam as coisas, é o de masculinizar-se demais, a ponto de querer fazer do homem o que êle fizera nos séculos passados. (ALMEIDA, 1958, p. 217)

Além da nomenclatura “rapariga moderna”, o estereótipo da “mulher perdida” aparece também como sinônimo, especificando mulheres que não se enquadravam nas normas sexuais da época, que “perdiam” a virgindade ainda muito jovens. Implicava ainda a ideia da “moça perdida”, isto é, que transgrediu as regras morais passadas pelas mães e pelos familiares, não se preservando para o casamento, e enveredando-se pelo mundo da prostituição<sup>107</sup>. Assim, as “mulheres perdidas”, experimentadas pelo gosto sexual, sabiam bem destilá-los em função dos prazeres, independente da autoridade dos pais, relacionando-se com quaisquer homens que as desejassem levar para a cama. Para elas, eram o amor e a paixão as molas propulsoras de suas vidas, afastando-se cada vez mais dos objetivos matrimoniais. Isso não incluía os objetivos de maternidade, já que muitas dessas mulheres acabavam engravidando, muito embora de forma não planejada, o que lhes dava a pecha de mães solteiras.

Em queixa levada ao Tribunal de Justiça da Paraíba, no ano de 1957, a mãe afirmou que a filha Marlene, menor de 14 anos, estudante, namorava escondida o acusado Rodrigues, de 19 anos, mecânico, contrariamente à sua vontade. A moça tinha sido desvirginada próximo à Fábrica de Cimento “Zebu”, num lugar ermo e desabitado. Em dias próximos àquela data, ela foi observada pela mãe conversando nas proximidades de duas “casas de recursos”, situadas no Beco da Favela,

---

<sup>107</sup> Segundo uma ação de 1971, na cidade de Campina Grande, Maria de Jesus Sabino Brasileiro, “mulher da vida livre, amiga íntima e colega da declarante era quem levava e trazia recados entre ela, declarante, e Cícero” (PARAÍBA, 1971a). Mulher de “vida livre” era a denominação que servia para identificar a mulher que se “perdeu”, isto é, que transgrediu as regras morais socialmente falando, não se preservando para o casamento e que se enveredou pelo mundo da prostituição.

subúrbio de João Pessoa. Essa informação corroborou fundamentalmente para o advogado de defesa, A. V. B. Cavalcanti, levantar uma investigação sobre a vida pregressa da moça. Em seu parecer, afirmou que no ano anterior àquela denúncia, em 1956, a mãe da ofendida tinha dado queixa à Delegacia Especial de Vigilância Geral e de Costumes, no sentido de proceder ao exame de defloração em sua filha, sob a presunção de ela ter se relacionado sexualmente com dois menores, aos 12 anos de idade. Antítese da moça honesta, a ofendida “era dada a prática de atos sexuais, já era corrompida, já era uma libertina”.

De lá para cá não sabemos quantos homens tiveram relações com a mesma menor, podendo citar Sebastião José de Melo, Anfrísio Nunes e outros, sendo que, desde julho do ano passado, está a menor amiga e morando com um mecânico na Rua Abel da Silva, em Cruz das Armas. O acusado manteve relações sexuais com a menor, tendo-a, como ainda a tem, como uma mulher da vida, como uma mulher perdida [...]. No caso em tela, houve sim conjunção carnal, mas com uma mulher. Já há muito deflorada, uma prostituta. E, evidentemente a mulher em tela tem 14 anos, mas é uma experiente, uma useira e viseira na arte do amor. (PARAÍBA, 1957)

Citações e referências a literatos, médicos e juristas renomados, dentro e fora da área do Direito Penal, foi uma constante em quase todos os discursos sobre crimes sexuais. Isso significa que muitos juristas demonstravam conhecimentos acerca de outras áreas, com vista a obter o amparo científico para fundamentarem os seus argumentos. Muitos de seus pensamentos eram pautados pelas ideias de juristas do Direito Positivista, como Viveiros de Castro. Nesses termos, já orientava o famoso jurista, os precedentes da ofendida e da sua família eram cuidadosamente examinados, as formas de se portar naquela sociedade eram indicativas se a menor era moça honesta, de família respeitável e séria, ou “[...] mulher corrompida, educada entre gente sem moral e sem escrúpulo, ávida de dinheiro, capaz de tudo” (VIVEIROS DE CASTRO, 1936, p. 88).

Nesse sentido, a jurisprudência seguia um código de prescrições sexuais determinante de um pensamento de época que se diferenciava em grande medida das leis de crimes de sedução inscritas no Código

Penal. Elaboravam os pareceres de acordo com as suas subjetividades, constituindo-se outras formas de pensar, enquadrando as adolescentes com nomenclaturas e categorias, haja vista a maioria de homens compondo as cerimônias de julgamento, falando em nome das mulheres. O advogado A. V. B. C. ainda dizia:

Mulher virgem – é lição antiga de Viveiros de Castro, que deve presumir-se, salvo prova em contrário. A virgindade da moça de família recatada. A Lei tutela a presunção da inocência e essa presunção é que as moças de família vivendo no recato do lar doméstico, sob vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e da dignidade do sentimento. A ofendida, portanto, deve ser crida quando não há provas contrárias à sua precedente honestidade. (PARAÍBA, 1957)

Oriundo da Escola de Direito de Recife, promotor público e ex-presidente da província do Maranhão nos dois últimos anos do Império, exímio estudante de Antropologia Criminal, Francisco José Viveiros de Castro foi um dos juristas mais referendados do final do século XIX e início do XX. Professor da Cadeira de Direito Criminal na Faculdade de Direito no Rio de Janeiro em 1894, era considerado à época um especialista em crimes sexuais. Em seus estudos, classificava muitas mudanças, oriundas da vida urbana da virada do século, como uma influência negativa sobre os costumes e sobre o assustador incremento dos crimes contra a honra das mulheres (RABELO, 2011). Influenciado pelas teorias de Cesare Lombroso e pelo positivismo de Auguste Comte, Viveiros de Castro apontava os crimes sexuais como o resultado da mudança dos costumes que destruía a instituição família. A desagregação dos costumes estaria relacionada a certos conceitos voltados para as patologias do “instinto sexual” e para crimes praticados contra a honra das mulheres. Nesses termos, Viveiros de Castro buscou orientar os magistrados de sua época nos julgamentos sobre crimes sexuais, idealizando um projeto civilizatório voltado para as camadas pobres, com princípios moralmente condizentes com as aspirações da chamada elite carioca.

Viveiros de Castro defendia ainda que o depoimento da menor era imprescindível em matéria de crime sexual, no entanto, isso não foi regra levada à risca quando se tratava de moças envolvidas em crimes de sedução na Paraíba. Segundo ele, por meio do depoimento, podia-se lançar luzes para a veracidade do fato, “[...] demonstrar a procedência



ou injustiça da queixa, revelar o seu grão de instrução, sua inteligência, enfim se foi realmente seduzida ou se propositalmente deixou-se seduzir”. (VIVEIROS DE CASTRO, 1936, p. 89). Ou seja, nessa perspectiva, o juiz deveria acolher com muito cuidado e reservas as declarações da menor, sob o risco de serem falsas. Deixava entrever os ardis das menores, o fato de dissimularem quanto à veracidade do crime de sedução, a mentira, a invenção de histórias, a energia da voz que, segundo ele, podiam enganar até os magistrados mais experientes. Argumentava ainda: “[...] muitas dessas creanças são mal educadas, vagabundas, audaciosas, perversamente mentirosas”. (VIVEIROS DE CASTRO, 1936, p. 91). Era nesses termos teóricos que muitos juízes da Paraíba se apoiavam para demarcarem as singularidades de cada caso, julgando as queixas como improcedentes. Grande parte dos juízes, advogados e promotores do estado parecia desconhecer o sentido que a condição de prostituta implicava. Ou seja, um “[...] elemento normativo do tipo, significando o comércio habitual da atividade sexual” (NUCCI, 2009, p. 75).

Em reportagem “Por um mundo melhor: sexo, importante fator social”, publicada pelo *Diário da Borborema*, em 1960, o jornalista Fernando Vieira da Silva afirmava que o sexo ainda era visto como força repressora para uns ou como o meio de libertação para outros. Muitos de seus argumentos se pautavam pelas explicações do saber psiquiátrico, buscando construir as formas comportamentais das jovens. Muitas teorias freudianas apareciam bem presentes em seu discurso, o que deixa entrever a ideia de que o seu posicionamento não era isolado, mas fazia parte de uma rede de saberes que tinham ressonâncias naquela sociedade. Sobre a prática sexual, o articulista associava ao “[...] status psíquico e físico do organismo”, relacionada a um “tabu” ainda a ser liberto das amarras convencionais, classificada como tentações da carne”, associada ao “feio”, ao “vergonhoso”, ao “indecente”, um prenúncio do pecado embasado dentro dos princípios das Igrejas Católica e Protestante. Para o jornalista, havia a necessidade de um equilíbrio: “[...] nem liberdade demais e nem repressão”, o que deixa entrever que ele partia ainda de certas proibições morais e de conceitos psicanalíticos do final do século XIX. (SILVA, 1960, p. 4)

Os mecanismos da repressão e da interdição sexual eram vistos como as causas de muitas doenças que se propagavam na segunda metade do século XX, tais como a neurose, o alcoolismo, os suicídios, os atentados, as psicoses. Fernando Vieira da Silva (1960, p. 4) atacava os psiquiatras tradicionais quando defendiam uma “[...] sociedade ultra moralista [...]” na qual se percebia uma forte repressão

moral às mocinhas e ao confinamento dos “[...] libertinos aos internatos”. Existia à época, em sua visão, uma perseguição ferrenha aos namorados e um combate sistemático à prostituição, que eram considerados sinais de atraso. Ele advertia: “Um pai pode fazer de uma filha uma prenda em moral, porém neurótica. O que vem chocando as sociedades puritanas não são os festivais de pornografia. Estes são mais do que uma reação até certo ponto violenta aos padrões mórbidos da moralidade. Tendem a desaparecer com a evolução do sexo” (SILVA, 1960, p. 4).

Se por um lado, o articulista parecia inconformado com a formação moral que os pais tentavam manter sobre as filhas, por outro, criticava veementemente a difusão da pornografia, que para ele, significava a “própria prostituição impressa, exibida, ensinada e sugestionada, ofendendo o direito social da decência [...]”. (SILVA, 1960, p. 4). Em sua percepção, o consumo afetaria a formação moral e psicológica dos/das jovens, conferindo-lhes a fantasia ilimitada, ausente da realidade dos ditames da sexualidade. Além disso, poderia desencadear uma sensibilidade ávida de ver, saber e praticar, estimular a excitação sexual, expondo-os aos perigos da contaminação de doenças venéreas e da banalização sexual. O Código de Posturas da cidade de Campina Grande, que vigorava naquela época, já deixava claro em suas cláusulas a interdição da pornografia. Dentre as técnicas de normalização dos hábitos dos habitantes, o Código inscrevia formas de controle da propagação de “conteúdo ilícito com a proibição da venda ou da distribuição de manuscritos ou impressos [...] ofensivos à moral e aos bons costumes”. (CAMPINA GRANDE, 1953). Com efeito, tentava-se controlar aquilo que se lia e aquilo que se informavam às populações, e possivelmente desconheciam-se as diversas formas que as populações encontravam para burlar aquelas regras. Mary Del Priore mostra como nos anos 60 a linguagem dos jovens que passava pela censura dos adultos aparecia neutra e distante para falar de sexo. “Mencionavam-se entre dentes” – diz a autora – as palavras “‘relações’ e ‘genitais’, -, devagarzinho se caminhou para ‘coito’, ‘orgasmo’ e companhia. Os adolescentes ainda eram poupados pelos adultos de informações mais diretas”. (DEL PRIORE, 2011, p. 176).

Desvirginadas precocemente, antes da maioridade, as menores seduzidas estariam fadadas à carência de uma boa educação familiar, e a se afundarem ainda mais na miséria. Eram também responsáveis por arrastar os homens, pais de famílias, para a lama, vistas como destruidoras de lares. Era o que defendiam médicos e juristas da época. “As prostitutas são cada vez mais jovens”, já dizia Hélio Gomes (1965,

p. 500). “As autoridades” – dizia ele - “deviam [...] esforçar-se” com vista “a prostituição se MIMETIZASSE, isto é, se disfarçasse, não ofendendo, nem de leve, ao decôro público e aos bons costumes” (GOMES, 1965, p. 500). Ou seja, defendia-se o discurso da política da moralidade, o princípio da liberdade a uns e da exclusão a outros. A necessidade de defender as mulheres vistas como honestas diante dos desvios comportamentais das “prostitutas degeneradas” (GOMES, 1965, p. 500) que circulavam nas ruas, procurando isolá-las do convívio cotidiano das “mulheres honestas” e casadas, em espaços isolados e marginais às áreas principais de circulação.

A educação sexual e higiênica das prostitutas, de modo a que aprendam a se preservar, e aos seus frequentadores; assistência médica gratuita, fácil e permanente às infectadas; postos profiláticos nas vizinhanças da “zona”; educação sanitária dos interessados, que se tornariam capazes de acautelar e defender. (GOMES, 1965, p. 499)

Os discursos médicos adotavam todos esses dispositivos e procuravam acumular um conhecimento acerca da mulher pública e difundir o estereótipo da “puta”, a partir do qual elas eram situadas para fora do campo da normalidade sexual e social (RAGO, 1985, p. 86). Assim, as jovens deixavam, cada vez mais, de ser ingênuas, em função dos “exageros” decorrentes da vida moderna, “enlameada pela prostituição” (PARAÍBA, 1975a; 1971g).

Observa-se como as formas de controle sobre o sexo não deixavam de ter um caráter proibitivo; contudo, não mais pela via do excesso, mas pela economia, isto é, pela economia do discurso de poder que buscava vigiar, normatizar e pedagogizar as condutas femininas.

Nessa perspectiva de construção de um saber específico sobre a criança, o Código Penal Brasileiro dispõe sobre a violência presumida nos casos de estupro, havendo correlação com determinadas situações específicas, nas quais a lei previa e ainda prevê uma presunção de violência às menores de 14 anos. Isto é, não se levava e ainda não se leva em consideração a vontade da menor de 14 anos concernente à prática sexual, sendo tipificado pela lei como uma presunção da violência, mesmo nos casos, conforme aparecem em vários documentos, em que se constate o prazer consentido. De acordo com o Código Penal, os/as menores “[...] não possuem capacidade de discernir entre a conveniência ou não de adotar determinada postura em matéria de

sexualidade”. (NUCCI, 2008, p. 882). Em razão disso, os juízes da Paraíba não levavam em consideração a escolha e a vontade das menores nos julgamentos, em vista da presunção de inocência<sup>108</sup>, da condição de imaturidade, da falta de discernimento acerca dos desejos sexuais em face dos conflitos psíquicos, corroborados pela confusão das ideias e pela situação incomum frente a qual se deparavam. Ao mesmo tempo, a violência de gênero se configurava, uma vez que muitos juristas não levavam em consideração a palavra ou o depoimento das menores, e mais ainda, não davam credibilidade a eles nos casos de crimes de estupro. Havia uma manipulação tanto das provas materiais – como a constatação de agressões físicas no corpo – quanto de seus testemunhos, apropriados pela defesa e interpretados pelos juízes de maneira inversa, o que mostra a impossibilidade das menores serem acreditadas na Justiça quando falavam das ameaças, dos murros que levavam no rosto, da violência física e moral. Conforme indica Foucault,

“[...] supõe-se que elas não são capazes de dizer sobre si próprias, de ser suficientemente lúcidas sobre si próprias. Que elas não têm suficientemente a capacidade de expressão para explicar o que acontece. Então, não se acredita nelas”. (FOUCAULT, 2014, p. 102).

É possível perceber ainda, em suas declarações, como meninas pobres com idades entre 11 e 13 anos afirmavam, na Justiça e em reportagens jornalísticas, relacionarem-se sexualmente com homens maiores de idade e casados, ocasionando a gravidez em alguns casos. Alegavam não terem sido obrigadas ou coagidas, e que teriam feito por vontade mútua, confessando desejos sexuais e paixão. Falavam de sua ternura e afeição que sentiam pelos pais desde criança, de seus contatos sexuais, da perspectiva de constituir família com os genitores. Em muitos desses casos, a Justiça não conferia nenhuma credibilidade aos testemunhos, punindo alguns pais nos raros casos pelo crime de estupro. Os julgadores entendiam que as menores não tinham uma sexualidade normal ou saudável, e que isso poderia se direcionado para o adulto,

<sup>108</sup> Na época, a jurisprudência dava outros significados a esse termo, como se percebe. No Direito Penal atual, a presunção é de inocência para fim de tipificação penal, isto é, trata-se de princípio segundo o qual o réu só será considerado culpado após o trânsito em julgamento da sentença condenatória.

independentemente de ser o próprio pai delas. Também julgavam, segundo seu discurso, que crianças não tinham entendimento ou clareza suficientes para praticar sexo, tampouco falar sobre.

As moças maiores de 14 anos que perdiam a virgindade, em supostos crimes de sedução, estavam, segundo os advogados de defesa e alguns promotores, predispostas à prostituição ou à corrupção moral, isso dependendo do nível de interesse em termos de argumentação suscitado tanto por parte do juiz como da defensoria pública. Enquanto que, nos casos de estupro envolvendo menores de 14 anos, juristas como Viveiros de Castro defendiam que elas eram induzidas à satisfação ou à lascívia sexual.

Tanto os registros jurídicos quanto os jornais apontam como era bastante comum à época, após o estupro, os homens largarem as vítimas despidas no local do crime. Isso significa dizer que, para além dos maus-tratos, expô-las ao constrangimento indicava uma ação que ultrapassava o fato criminoso. Tinha-se o objetivo de envergonhá-las frente aos demais participantes, submetê-las a toda forma de vexames em um jogo de poder que as colocava em ambígua situação de objeto sexual e, ao mesmo tempo, de repúdio. Visava ainda fragilizá-las emocionalmente, de modo que se sentissem coagidas para não registrarem uma queixa contra os acusados. Nesses termos, o estupro coletivo tornava ainda mais significativo o medo e o constrangimento pessoal. Naquela situação, segundo os registros de suas falas, muitas vezes as mulheres apertavam os joelhos e se encolhiam na posição da criança no ventre da mãe para não expor por completo os seus seios e a genitália, visto que o próprio olhar das vítimas sobre si mesmas, sobre o seu sexo, apresentava-se igualmente crítico, inquisidor, julgador. Havia, ainda, possivelmente, uma relação estranha, num híbrido de sujeição e gratidão, entre o estuprador e a vítima; aquele que a deixava ir, mesmo sem as suas vestimentas, podia ser percebido como alguém que lhe dispensara um ato de benevolência.

Para que fosse comprovada a resistência das menores nos casos de estupro, o corpo deveria trazer a viva expressão da violência, sinais e marcas para poder ajustar a definição do crime, também como um meio de comprovação de inocência da vítima. Quando as declarações das testemunhas estavam alinhadas com as provas materiais, como o exame de conjunção carnal para identificar se houve ou não a violência, o crime era considerado inafiançável, e o juiz podia decretar a pena privativa de liberdade, isto é, a prisão por condenação máxima por quatro anos de reclusão. De outra parte, houve casos em que o juiz decretava a prisão antes mesmo da condenação, isso em da repercussão

do estupro na sociedade por meio da imprensa. Em razão da “[...] intensa repercussão nos meios locais”, o magistrado decretou “[...] a custódia dos então indiciados como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal”. (PARAÍBA, 1965). Tratava-se do caso de estupro coletivo envolvendo uma empregada doméstica de 18 anos, no ano de 1965, na cidade de João Pessoa. Correlato a aquele discurso, o objetivo era acalmar as populações em nome da tranquilidade pública e da ideia de dar resposta à sociedade, haja vista que a repercussão em torno do estupro coletivo produzia a imagem da cidade caótica associada à insegurança. Além das fofocas, os meios de comunicação, como rádios e jornais, encarregavam-se de divulgar as notícias na primeira hora do dia.

A manifestação das populações corroborava, de forma efetiva, com a circulação das notícias sobre os crimes, principalmente, os de ordem sexual. Quanto maior fosse a indignação das pessoas, mais matérias os jornais publicavam sobre o assunto. As conjecturas e hipóteses sobre esse tipo de caso exerciam grande poder de crítica no meio social e, em grande medida, ajudavam os policiais nas investigações. Os registros apontam como até o final da década de 1970 era comum que as autoridades convocassem, por meio dos jornais, o apoio das populações para solucionarem os casos de estupro que demandavam bastante tempo nas investigações.

Como afirmam Lana Lage e Maria B. Nader, “[...] os casos de assassinatos ou graves agressões publicados muitas vezes de forma sensacionalista, sempre agitaram a opinião pública, provocando debates e ajudando a vender jornais”. (2012, p. 290). As autoras afirmam que esses registros indicam as motivações para a violência, os valores em jogo e as opiniões predominantes em cada configuração e época histórica. Nas décadas de 60 e de 70 na Paraíba, esse tipo de prática social não era diferente. Havia regularmente a exposição de manchetes que estampavam os casos de sedução, estupro, incesto, pedofilia e homicídio – neste último, as prostitutas apareciam como alvo preferido. Os motivos para tais crimes eram os mais banais por parte dos maridos ou companheiros, que frequentemente alegavam brigas por ciúmes ou por terem sido abandonados pelas esposas ou amásias. Durante a década de 1970, a maioria dos homens do estado continuava reafirmando o bordão do “[...] cabra-macho dêsse Nordeste velho”<sup>109</sup>, munidos pela peixeira e pelo canivete para vingarem a sua honra.

---

<sup>109</sup> CARAPUCEIRO Valdemar quase mata a amásia depois de violenta discussão. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, n. 129, p. 7, 9 fev. 1972;

Nos casos de estupro, também era levada em consideração a raça e a condição social da vítima. Em seu relatório, o delegado João Rique Primo, ao referir-se à vítima de estupro coletivo, afirmou que se tratava de uma jovem de “cor preta”, um dado que não aparece nos demais documentos jurídicos. A cor das vítimas só era mencionada no registro de nascimento, no exame de corpo de delito, quando se tratava de agressões físicas, ou no de conjunção carnal. Ou seja, a mulher “[...] preta, humilde e empregada doméstica de uma casa de família [...]” (PARAÍBA, 1965), tal como também foi destacado pelo promotor João Bernardo de Albuquerque, era indicativo da inferioridade da jovem em relação às outras de cor branca, envolvidas nos mesmos tipos de crime.

Havia uma associação entre a condição social e o crime cometido, como se fosse justificável essa correlação diante da sociedade. A atividade de empregada doméstica aparece ainda no discurso do subprocurador da Justiça, como desqualificada. O ato de estupro realizado em uma moça pobre e negra talvez fosse visto por alguns juristas com menor gravidade se comparado àquele em uma moça branca, muito embora ambas estivessem dentro da mesma categoria social e fossem igualmente virgens. Observa-se que coexistia forte relação entre o entendimento de grande parte da Justiça e o pensamento de que, conforme mostra Caulfield, “[...] as mulheres negras e pardas eram boas para transar, mas não para casar [...]” (2000, p. 293), de modo que os homens demonstravam maior interesse em seduzir e mais relutância em casar com as mulheres negras, em comparação com as brancas.

Além disso, muitos acusados de crimes sexuais de cor negra eram vistos como os mais fecundos na criminalidade e na corrupção dos costumes. As fronteiras entre o fator da raça – seguido da condição social das vítimas – e a prática jurídica pareciam tênues. Observa-se como, em raros casos, a cor da ofendida e a condição da pobreza constituíam peças-chave para a construção de vítima nos processos de estupro. De outra parte, a valorização da cor branca aparece ressaltada nos casos de defloração por meio das falas de algumas ofendidas; uma delas alegou em juízo que, antes do defloração, havia o desejo do término do namoro em razão de ser “[...] moça morena e a família [...]” (PARAÍBA, 1972e) do acusado não a aceitar. Observa-se que muitas se sentiam incomodadas com os “comentários” dos vizinhos ou pessoas que faziam parte das redes sociais dos namorados, no que se

referia à distinção da cor das jovens. Esses casos se destacam com mais frequência no discurso das moças da cidade de Campina Grande do que no das jovens de João Pessoa, visto que a maior parte da população daquela cidade era composta por pessoas de cor branca e parda.

Como mostra Vigarello, “a distância social modula a escala de gravidade dos crimes em uma sociedade de classes, distribuindo o peso das violências segundo a condição das vítimas”. (1998, p. 23). Como um dispositivo de poder, a Justiça acabava por fomentar a criação de novas normas que acentuavam ainda mais as desigualdades de gênero por meio dos casos de estupro. Os sistemas jurídicos, que deveriam atender aos delitos e às situações de conflitos sexuais entre pessoas “[...] interligadas por afetos, emoções, sentimentos e relações íntimas [...]”, configuravam culturalmente situações desiguais de poder (MACHADO, 2014, p. 15).

Naqueles termos jurídicos, a chamada “[...] rapariga moderna já afeita a toda sorte de libertinagem”, e que segundo a defesa, “[...] assediava os homens, enfraquecendo as suas resistências físicas e psicológicas não poderia invocar a proteção da lei”. (PARAÍBA, 1967e). Ou seja, adolescentes que mantivessem a prática sexual com rapazes por mais de uma vez sem estar de acordo com os “elementos morais” que constituíam o crime de sedução estavam fora do amparo legal, do contrato social entre as populações pobres e o Estado. Assim, os operadores do discurso jurídico estabeleciam uma regra comportamental entre a moral e a Justiça, implicando assim uma forma de violência de gênero que distinguia a “rapariga moderna” mediante os “elementos morais” que diziam como a “moça honesta” deveria se portar frente à prática sexual.

Diante daquelas formas de pedagogizar os comportamentos sexuais, a moça que praticasse sexo mais de uma vez causava rupturas na continuidade na prática social referente à sexualidade feminina e, de modo consciente ou não, contestava os valores requeridos em torno da pré-dica da “moça honesta”, indicando outras possibilidades de agir e de serem percebidas naquela sociedade. Ao mesmo tempo, era por meio daquele espaço de poder que era empregado o uso da violência moral<sup>110</sup> e psicológica, ao desconsiderar a aquisição do consentimento delas para a prática sexual. Dentro daqueles termos, a chamada “rapariga moderna” desviava os dispositivos morais quanto à maneira de se conduzir e de se fazer aceitar naquele espaço de poder, indo na contramão dos

---

<sup>110</sup> Entendida como quaisquer condutas que configurem calúnia, difamação ou injúria.



mecanismos sexuais exigidos e estritos por juristas e religiosos, corroborando para a produção de certa restrição referente ao sexo quando praticado pelas adolescentes. Limitação essa que a colocava para fora de si, em um campo visivelmente marginal, pois ali suas condutas morais e sexuais iam sendo ressignificadas de modo que se poderia falar hoje em uma luta feminista em defesa da prática sexual liberada. A esse respeito, observa-se como eram construídos sentidos negativos em torno das chamadas “raparigas modernas” baseados em “conceitos identitários [...] que demonstraram extrema instabilidade, fragilidade e vulnerabilidade na sustentação de qualquer tipo de projeto político de emancipação” (LIMA, 2002, p. 70) das mulheres da Paraíba.

De outra parte, mesmo que as adolescentes, percebidas como “raparigas modernas”, não assegurassem definitivamente o aspecto visionário de um projeto de transformação social, seja em termos de engajamento com o movimento feminista que emergia a todo o vapor à época, seja por meio da conscientização de suas práticas sexuais, como forma de instaurar um novo tipo de contrato social voltado para a liberalidade sexual, não se pode deixar de perceber que as suas identidades assumiam efeitos de ação efetiva naquele conjuntura de poder. Razão por que suas práticas, ou, mesmo, suas pequenas vitórias cotidianas desabilitavam o projeto político em torno da virgindade, e agitava a tranquilidade da Justiça e de pais e mães.

#### 4.2 VIRGENS “SEM PUDOR” E “LAMBRETISTAS DO ASFALTO”

Denominado de “Segunda onda”, o movimento feminista caracterizou-se por uma série de flutuações políticas, no qual algumas mulheres, especificamente de cor branca, universitárias e de classe média, dos EUA e da Europa, realizaram campanhas pelos direitos políticos e sociais, como a proteção social, especialmente no que tange às mães e à maternidade, pelo direito à sua autonomia e à integridade de seu corpo, a descriminalização do aborto, incluindo o acesso à contracepção e aos cuidados pré-natais de qualidade, bem como igualdades perante os homens no âmbito salarial e profissional.

O desenvolvimento industrial, científico e tecnológico corroborou para as mudanças de sensibilidades nas formas dos/as jovens se portarem. Em particular, o desenvolvimento industrial norte-americano foi importante no pós-Segunda Guerra, precisamente a partir da década de 1950, quando se propagou o chamado *american way of life* por vários países da América Latina. Em função desse novo estilo de vida, divulgava-se cada vez mais a cultura americana voltada para a ideia de

cultura juvenil. Por seu turno, a sociedade brasileira compreendia o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e da indústria da cultura, acompanhando os princípios mais permissivos se comparados aos tradicionais quanto ao comportamento dos jovens. Na medida em que o estilo de vida norte-americano era percebido e consumido por outros países, como a Inglaterra e também o Brasil, claramente com as suas particularidades históricas e culturais, defendia-se a ideia de que os jovens precisavam construir suas identidades no âmbito social. A partir de 1960, com a participação dos EUA na guerra contra o Vietnã (1955-1975), grande parte dos jovens começaram a contestar a cultura *american way of life*, por meio de músicas que tocavam diariamente nas rádios das casas de famílias brasileiras.

No tocante ao gosto musical, segundo Medeiros e Nunes, a juventude paraibana do final dos anos 50, especificamente da capital, “[...] era uma geração que não tinha nenhum tesão estético e musical pela música nordestina. A geração que estava entrando nos anos 60 tinha uma vocação mais cosmopolita e litorânea [...]” (1998, p. 15-16). O contato musical mais específico com o *rock*, na Paraíba, dava-se através das rádios *Tamandaré*, de Recife, e *Caturité*, de Campina Grande. Ambas tinham uma programação exclusiva musical e pertenciam aos Diários Associados. Motivados pelo referencial do “[...] espírito rebelde e cosmopolita [...] a nossa juventude transviada [...]” (MEDEIROS; NUNES, 1998, p. 15-16), os/as jovens paraibanos assumiam uma identidade com o *rock* por meio de Rita Pavone, considerada à época a grande estrela do rock italiano, e Celly Campelo, estrela do rock brasileiro nos anos 60. Mais tarde, em 1962 e 1963, surgiram os Beatles, Rolling Stones e a Jovem Guarda.

Ao redigir seu extenso relatório, no dia 23 de março de 1961, o promotor J. B. parecia estar a par das várias mudanças ocorridas no país e no exterior, propagadas pelos meios de comunicação locais, como jornais, cinema e também o rádio. Ao argumentar em favor das moças vítimas de crimes de sedução, e contra os chamados sedutores, ele se apropriava de termos próprios da linguagem da juventude da época, fazendo menção a outros acontecimentos dessa mesma natureza que teriam ocorrido no país nos dois anos anteriores.

O denunciado é um exemplar da mocidade lambretista. A mocidade dos Ronaldos e dos Cários Murilos; a mocidade pervertida e corrompida dos nossos tempos; a juventude que se estraga e se embriaga nos prazeres abomináveis,

nas volúpias incontidas; a juventude que tem na lambreta, o seu transporte e na “garupa” da mesma o assento de tôda maldade, o portador de felicidades e infelicidades recíprocas. Marcos Rodrigues dos Santos é lambretista, é irmão no copo e nos atos infandos de Ronaldo e de Cácio Murilo. É um dos playboys que invadem a nossa cidade, sacudindo-a no pânico dos desmandos e nos transtornos desonrosos e infames. Ingressando no glorioso Exército de Caxias, viu, talvez, o denunciado, no verde-oliva de sua farda, uma esperança maior de cometer atos reprováveis, persuadido de que estaria sob a égide de um poder forte e indestrutível. Até os rígidos dispositivos do REGULAMENTO DISCIPLINAR DO EXÉRCITO (R.D.E) eram por ele olvidados nos momentos de pândegas e de satisfação incoercíveis da libido. E como todo lambretista transviado sabe fazer, Marcos, por certo, usava também desses expedientes jocosos, irônicos e desprezíveis: “o que cair na rede é peixe”. “Mulheres cheguei! Venham a mim as mulheres, que receberão a coberta dos meus carinhos...” os prazeres fugazes que arruinam vidas e destroem ilusões. Galanteador barato, conquistador de ponta de rua, vendo nas incautas donzelas a prêsa dos seus instintos bestiais e infectos, era Rodrigues dos Santos, o pesadelo dos pais e o desassossego das mocinhas por ele cobiçadas. Em cada rua tinha uma namorada. Em todo o lugar deixava uma ilusão. Com sua lambreta, desprendendo ruídos que impressionavam desagradavelmente as nossas cordas auditivas, rasgava Marcos as ruas da cidade, no cotidiano labor de encontrar “alguém” que lhe proporcionasse amplexos carnavais. É Rodrigues dos Santos um lambretista. Um transviado. Um homem que não perde uma oportunidade de penetrar na seara do amor, deixando apaixonadas jovens sonhadoras. E o lambretista desviado já está tão conhecido e criticado por todos que fácil é reconhecê-lo. O Casanova com suas manhas e seus métodos de conquistas vai dominando-as cada vez mais. Aproveita-se ao máximo de sua inexperiência e

justificável confiança. Torna-se senhor de todos os atos. (PARAÍBA, 1961)

O cenário era “[...] uma roda de amigas” (PARAÍBA, 1961) em algum local que cortava as ruas do bairro da Prata, na cidade de Campina Grande. Em uma tarde de domingo, no dia 31 de janeiro de 1960, em meio às distrações de conversas ruidosas num círculo de jovens, provavelmente da mesma idade, uma nova situação emergia naquele espaço. De repente ecoava no ar “[...] o ronco do motor, o símbolo do clarim que anunciaria a vitória (conquista) [...]” (PARAÍBA, 1961). O barulho parecia despertar os ímpetus daquelas desejosas de “montar em sua garupa” e sair “rasgando” pelas avenidas da cidade sob os olhares de outras moças (PARAÍBA, 1961). O som possivelmente estridente vinha da lambreta, “a chave do triunfo”, cujo proprietário era Marcos R. dos Santos, ora pardo, ora “moreno”, de acordo com o registro, 21 anos, solteiro, trajando vestimenta de modelo imitado dos cinemas hollywoodianos, Cabo do Exército do 3º Batalhão de Engenharia. Parecia peculiar ao promotor J. B. o modo como alguns rapazes que possuíam aquele tipo de transporte à época procediam.

Segundo o relatório, o lambretista acelerava o veículo dando início à encenação. Depressa, ele começava

[...] uma série de acrobacias, julgando-se um verdadeiro acrobata para despertar mais a atenção das jovens julietas. Uma, duas, três corridas rápidas e desconexas. Para um pouco. Sai de inopino. O ronco do motor ecoa no ar. É a fase preparatória [...]

Neste momento, as

[...] beldades já estão olhando de soslaio as diabruras do herói donjuanesco. Este radiante fica. No seu íntimo, vem-lhe a sensação de ganho a primeira etapa da conquista. Novamente acelera o motor. Célebre, como um sacy, dá outra corrida [...] (PARAÍBA, 1961).

No discurso da promotoria, após sua primeira encenação, o sedutor montado em sua lambreta, imaginara: “Uma pergunta. Um olhar. Um galanteio. Improvisa uma conversação. Coitadinhas! Envolvidas pelas lábias do transviado, começam as menores a lhe dar

certa atenção. É o suficiente” (PARAÍBA, 1961). Olhares furtivos mais penetrantes já captaram os gestos mais encantadores do sedutor. Logo após o primeiro espetáculo, teria investido no próximo passo: “[...] um convite para um passeio de lambreta, e pronto – um romance irreal começado. Uma ilusão a mais. Uma esperança sexual firme para o transviado. E com o correr do tempo, lá surgem as infelicitades”, decorrentes das paixões mais fogosas e fugazes, próprias da juventude dos Anos Dourados.

Esta trama romanceada que acabamos de narrar foi urdida no parecer do promotor J. B. quando ele relatou as aventuras de Rodrigues dos Santos a bordo de sua lambreta pelas ruas de Campina Grande. Segundo o promotor, o rapaz “[...] procurou de logo ganhar a admiração [...]” de uma das moças que se encontrava na roda de meninas, a jovem agraciada pelas “cobertas de seus carinhos” tinha 16 anos, cor branca, era estudante e residia à Rua Independência do Bairro da Prata, a ela, daremos o pseudônimo de Cleo.

O aludido “lambretista transviado” logo cuidou de impressioná-la “[...] fortemente com a sua conversa e suas promessas amorosas [...]”, já que se tratava de “[...] uma mocinha bastante calma e retraída, somente saindo de casa para o cinema ou a passeios, acompanhada de pessoas da sua família”. Após quatro dias do mês, Marcos Rodrigues teria ido à casa da moça, no bairro da Prata e, nessa ocasião, encontrou-a “[...] trajando short cor azul marinho e blusa rosa”. Um detalhe que não escapou a uma leve advertência de J. B.: “[...] de short!... Melhor não seria o ensejo de dar vazão ao seu complexo de concupiscência insaciável”(PARAÍBA, 1961). A referência à roupa não era sem intenção, um detalhe que aparece recorrentemente nos discursos dos acusados e dos juristas. O tipo de roupa usada no momento do encontro com o rapaz parecia incomodar a promotoria, em vista que o tamanho do *short* denotava um procedimento de “moça emancipada”, fazendo disso uma questão séria no julgamento do crime de sedução.

Em seu testemunho, a menor afirmou que ambos tinham tomado o rumo do Campo de Aviação, depois de “muita insistência” por parte do rapaz para que ela aprendesse a conduzir a lambreta. Após “iludi-la”, seguiram para uma propriedade que era de um amigo do acusado. A moça, em depoimento ao delegado, afirmou que, após Rodrigues dos Santos ensiná-la a conduzir a lambreta, convidou-a para irem visitar a fazenda de um amigo, localizada por trás do Campo Aviatório. Por “[...] diversas vezes insistidas e para não perder o companheiro que lhe tinha demonstrado afeto, acedeu o convite [...]” (PARAÍBA, 1961). Chegando ao local de destino, ele sugeriu conhecer o açude da Fazenda. Ali, o

rapaz “[...] sentou-se em uma casinha abandonada e insistiu em beijá-la [...]” (PARAÍBA, 1961), tendo ela supostamente replicado aquele ato. Mais depressa, “[...] aproveitando-se de um momento em que a declarante estava distraída; beijou-a”. (PARAÍBA, 1961). Por causa de tal gesto, senão atrevido ou também desejado, pediu ao companheiro que a levasse de volta para a sua casa, o qual a segurou “[...] bruscamente, arrancando-lhe o short, para em seguida, retirar-lhe a calça e desonestá-la”. (PARAÍBA, 1961). Após desvirginá-la, convidou-a para tomar água de coco e como

[...] passasse mais ou menos uma hora sem dar atenção a Rodrigues dos Santos, o mesmo perguntou se estava com raiva e respondendo que não, colocou-a novamente na garupa da lambreta e a conduziu para sua residência.(PARAÍBA, 1961).

Após “[...] satisfazer os seus instintos, nada de promessas de casamento fêz ver a sua pessoa [...]” (PARAÍBA, 1961), retirando-se sem dar-lhe nenhuma satisfação.

Em suas declarações, o rapaz negou ter mantido relações sexuais com a moça, ressaltando que era “[...] pura invencionice da dita menor em acusá-lo como o seu sedutor, violentador e desvirginador”. (PARAÍBA, 1961). Lançada a estratégia em sua defesa, disse ele que depois daquele passeio, soube por meio do sargento, cujo nome de guerra era Antunes, que Cleo tinha vindo da Bahia há meses passados, por motivo de desvirginamento. E que, na ocasião do encontro, fora ela que insistira com ele para aprender a dirigir sua lambreta no Campo de Aviação. Seus companheiros Jurandir e o soldado Benvindo teriam presenciado o convite, buscando com isso um álibi de que a proposta de saírem juntos tinha partido inicialmente da moça.

Como forma estratégica, o advogado N. P. dos S. pediu que o Batalhão do Exército enviasse ao juiz “[...] uma cópia autenticada da ficha do denunciado” [...], cujo relatório atestava, minuciosamente, todas as suas etapas e modos de proceder desde o seu ingresso naquela instância, assinada pelo tenente Octávio Pereira Queiroz, no dia 31 de maio de 1960. O relatório apresenta duas páginas com a descrição de datas e o desempenho das modalidades pelas quais teria passado Rodrigues dos Santos no Exército. Todas com a atribuição de bom êxito. Segue alguns dos reconhecimentos que ele teve frente aos superiores desde a sua chegada naquela instituição.

Elogio consignado [...] por ter, num gesto de solidariedade humana, amor ao próximo e desprendimento pessoal, doado sangue para atenuar sofrimento alheio [...]. Aprovado no Exame de Seleção para o curso de Formação à Cabo. Foi transferido do Curso de Escrevente para soldado [...]. Foi público que realizou tiros, com resultados bons [...]. Realizou uma marcha a pé de 12 Km prevista na Nota de Serviço [...]. Foi público haver-lhe sido apresentada que fez parte da “Bola Militar”, que foi classificada campeã. A referência elogio por ter conquistado com brilhantismo e alto espírito de desportividade [...]. Foi promovido a (sic) graduação de Cabo [...]. Foi público ter se deslocado desta cidade [...], para a região de Orós/CE, fazendo parte de um comboio que foi prestar auxílio às vítimas das inundações do Vale do Jaguaribe [...]. Louvo e agradeço a este praça pela dedicação e exata noção do cumprimento do dever (Coletivo) [...]. Foi convocado para tomar parte no treinamento das diversas equipes de atletismo desta Unidade, que deverão tomar parte das Olimpíadas da Guarnição de João Pessoa.(PARAÍBA, 1961)

O relatório redigido pelo superior era apresentado pela defesa como um documento que indicava poder em termos de autoridade constituída pelo Exército. Se, por um lado, o promotor J. B. construía a imagem de Marcos como a de “playboy”, “lambretista”, o que denotava o enunciado da irresponsabilidade por desvirginar uma menor, por outro, o superior do acusado contrapunha a mesma imagem mostrando que além do subordinado ser competente em sua profissão era solidário com as causas sociais. As opiniões entre homens de diferentes instituições apareciam assim confrontadas, o que nos mostra como se davam as relações de poder e os conflitos nos mecanismos políticos e jurídicos da época. Ao inventar a imagem de equidade, a defesa buscava brechas por meio de outro campo de legitimidade para justificar a prática da absolvição, oferecendo através do flagrante delito o caminho de retorno à honra e à dignidade social como forma de atenuar a responsabilidade do rapaz.

O boletim solicitado pela defesa consistia numa descrição minuciosa sobre as modalidades que o rapaz teria desempenhado no

Grupamento de Engenharia. Seu conteúdo destinava-se a comprovar a alta estima dos acusados, dada a relevância das declarações feitas por seus superiores, o que visava a legitimar as informações por meio do lugar de poder de quem falava. O advogado cuidou de construir uma conduta heroica para o rapaz, alardeando sua “pureza moral” com base nos informes da autoridade daquela instituição. Dentre os destaques dados à sua atuação como soldado engajado no ofício, a exposição da defesa buscou enobrecê-lo pelo gesto de “[...] prestar auxílio às vítimas das inundações do Vale do Jaguaribe”. A prática profissional era honrada e o seu nome era altamente visível dentro daquele espaço de poder, o que guardava sentidos relativos a uma fonte de orgulho para os seus superiores. Certas profissões, como militares, soldados, sargentos, tão recorrentes nos processos, e também cursos considerados de renome, como medicina e engenharia civil, ganhavam certo *status* nos relatórios de defesa, pois eram correlatos de carreiras ilustres, de um futuro promissor tanto para aqueles que os exerciam quanto para as jovens moças que eventualmente viessem a se casar com eles. Eles ainda eram vistos como homens que resistiam aos impulsos sexuais, às tentações da “carne”, que guardavam a chamada “honra e decência” sob quaisquer circunstâncias. Eram também conhecidos como homens de palavra, como bons filhos e futuros maridos que se continham nas bebidas. Era sob esse modelo performático que juristas e jornalistas perfilavam os “homens honrados” da época.

No dia 4 de fevereiro, os peritos Everaldo Lopes e Gilvan Barbosa, depois de realizado um terceiro exame de conjunção carnal na “ofendida”, registraram que “[...] a membrana hymenal exhibia pequenas ruturas incompletas, com retalhos cicatrizados”.(PARAÍBA, 1961). O diagnóstico indicava que o defloramento era antigo. Verificada a data em que a adolescente dissera ter ocorrido seu defloramento, a informação não condizia com o resultado do exame, um indício relevante nos relatórios da defesa como forma de amparar o fato de o cliente não ter sido o autor do crime em questão. A esse respeito, o delegado Elias Fernando ironizava: “pelos laudos médicos, verifica-se que houve um primeiro professor de ‘lambreta’ na vida íntima da menor”, insinuando que ela não era mais virgem. O que caracterizava o defloramento recente era a presença de sangue na vagina. Segundo o legista Hélio Gomes, devia-se constatar exame minucioso da genitália, “[...] devendo ser mencionado o aspecto, a côr, tamanho, forma do penil, grandes e pequenos lábios, fúrcula, mucosa vulvar, etc.” (GOMES, H., 1965, p. 428). Do momento da queixa até o último exame, parte da ruptura do órgão genital da menor já havia cicatrizado, esse precioso



detalhe parecia passar despercebido por muitos advogados ou, pelo menos, eles pareciam ignorá-lo propositalmente para alegar que a moça já havia sido deflorada por outro há tempos.

A respeito do exame de conjunção, identificamos como eram empregadas as formas de violência moral e psicológica por meio da exposição do corpo das vítimas ao olhar de médicos e da divulgação de seus nomes, grafados em letras maiúsculas, nos jornais, o que denominamos aqui de violências invisíveis. O significativo número de exames de conjunção carnal, realizados no Instituto de Medicina Legal (IML), em Campina Grande, ou no Instituto de Polícia Técnica, em João Pessoa, possibilita fazer as seguintes questões: quais inquietações motivavam homens e mulheres a se deslocarem de uma cidade para outra, para Campina Grande ou João Pessoa, e solicitarem o exame em suas filhas para verificar se eram ou não virgens? Que preocupação moral os/as levavam a expor as suas filhas frente à vizinhança, já que esse tipo de caso se tornava assunto corriqueiro durante meses?

Segundo Sueann Caulfield (2000), os peritos brasileiros em medicina legal se tornaram renomados em razão de sua produção voltada aos estudos sobre o hímen, no final do século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX. Entre eles se destacavam Nina Rodrigues, Nascimento Silva, J. P. Porto-Carrero, Afrânio Peixoto, entre outros. A autora afirma que grande parte daqueles estudos eram perpassados por citações de autores europeus, como franceses, italianos e alemães que, ao longo de suas análises, registraram e compararam determinados himens observados em corpos femininos, prostitutas, virgens, mulheres casadas, crianças, fetos, cadáveres e em várias espécies de animais.

O médico psiquiatra Afrânio Peixoto, por exemplo, durante sua atuação como diretor do Serviço de Medicina Legal do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX, identificou uma grande demanda de exames de defloração, cerca de 2.701,00 himens, no período entre 1907 e 1915, o que lhe possibilitou análises mais avançadas que a outros estudiosos europeus que também faziam suas investigações à mesma época (CAULFIELD, 2000). Segundo a autora, o objetivo consistia em contabilizar o maior número de exames como a prova médica da virgindade ou da sua inexistência, durante as disputas legais sobre defloração. Assim como Caulfield, Martha de Abreu afirma que a motivação para a solicitação de tantos exames no final do século XIX e início do XX era a continuidade da prática social da valorização da virgindade feminina (CAULFIELD, 2000).

Nos casos de defloração, os peritos deveriam deixar claro se a conjunção ocorrera recente ou antigamente, especificar o dia do acontecimento, o que em grande medida, se a data não comprovava as declarações da ofendida, corroborava na defesa dos réus como uma peça negativa. Responsável por prestar esclarecimentos à Justiça ou à polícia, o perito parecia aguçar o olhar de médico, produzindo exame pericial ainda mais detalhado. Além disso, situava o local onde a moça foi violentada, permitindo caracterizar o grau da violência sofrido pela menor. Havia uma distinção entre as práticas sexuais pela via vaginal, classificada como “normal”, e pela via anal, vista como uma “perversão”. Em particular, porque muitas das declarações das ofendidas indicavam a prática sexual pela via anal requerida pelos acusados, geralmente sob a legação de que, por tal via, elas continuariam virgens. Ao que tudo indica, em face da influência que as igrejas Católica e Protestante exerciam sobre os princípios jurídicos e médicos, o “coito vaginal” era permitido. Para muitos juristas da Paraíba, a sexualidade vista de maneira adequada não incluía o coito anal, caracterizado como a expressão “anormal da libido” e, segundo o artigo 214 do CP, como atentado violento ao pudor.

De outra parte, para que fosse caracterizado como estupro pelo o artigo 213 do CP, o exame de conjunção carnal teria de apresentar, além da rotura do hímen, “[...] sinais contundentes de violência física”. Os órgãos genitais da moça tinham que se encontrar em um estado de deformidade deplorável, com “lesões traumáticas” (PARAÍBA, 1965) que atestassem a existência da violência física e “brutal”. Geralmente, a defesa exigia que os indícios de manchas de sangue fossem visíveis nas roupas íntimas e externas, uma das condições indispensáveis à integração do delito, assim como o órgão anal dilacerado em “sua mucosa de transição fissura ou gretas” (PARAÍBA, 1965). Nota-se como a exposição da vítima nos exames de conjunção bem como o trauma por que passara eram ignorados diante de juristas e médicos da época.

Um dos grandes desafios para a promotoria era argumentar em favor das vítimas quando a prova da virgindade era contestada pela defesa. O resultado dos exames, como no caso de muitas em que era constatado “defloração antigo”, funcionava como um indício importante para a elaboração dos argumentos dos advogados. O exame era concluído três meses após a denúncia, o que se configurava como ponto chave para os defensores buscarem provar que as moças eram prostitutas ou que há muito tempo haviam sido desfloradas.

Ao retornarmos ao caso de defloração que vínhamos discutindo, do ponto de vista da retórica, à maneira romanesca, J. B. relatava o caso indicando como a encenação de Marcos Rodrigues fazia parte da prática social da conquista, com fins de iludir as chamadas “donzelas” que compunham o universo da mocidade dos anos 1960, no estado da Paraíba. Seu argumento era desenvolvido no triplo registro do romance, do código e da teoria jurídica. Ainda, segundo o promotor,

[...] o Casanova com suas manhas e seus métodos de conquistas vai dominando-as cada vez mais. Aproveita-se ao máximo de sua inexperiência e justificável confiança [...]. As beldades já estão olhando de soslaio as diabruras do herói donjuanesco. Este radiante fica. No seu íntimo vem-lhe a sensação de ter ganho (sic) a primeira etapa da conquista. (PARAÍBA, 1961)

Ao que parece, o jogo de frases e palavras escrito para se referir ao rapaz era paradigmático dos ideais morais do amor cortês da época. Dalí consistia um meio-romance, uma meio-história extraídos daquilo que foi narrado pela “ofendida” na ocasião da queixa-crime. Uma intriga significativa de tensões e batalhas, elaborada por um discurso estético e romanceado que só poderia encontrar o seu fundamento em traços de juízos de valor sobre aqueles rapazes.

Segundo o advogado do réu, o promotor estaria sendo influenciado pelas leituras das reportagens, que eram veiculadas pela imprensa nacional, relacionando-as com o caso de sedução em questão, na cidade de Campina Grande. Em sua visão, o posicionamento da promotoria indicava certa parcialidade em “[...] pintar o acusado como um ser desprezível [...]”, ao se apropriar de notícias do sudeste do país que circulavam nos jornais da época. Tratava-se da circulação de ideias e percepções que corroboravam para a produção de sensibilidades, tal como as “reportagens de David Nasser”,<sup>111</sup> cujo conteúdo denunciava a atuação dos “transviados do asfalto carioca”. O que demonstra como cada época enuncia o que há de peculiar em sua política, sexualidade, formas de pensar a vida: “Cada época diz tudo o que se pode dizer em função de suas condições de enunciado”. (DELEUZE, 2006, p. 63).

---

<sup>111</sup> David Nasser foi jornalista, escritor, plantonista do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, entre 1935 e 1943, frequentava a noite carioca, especialmente o Café Nice, ponto de encontro de compositores. (BIOGRAFIA..., 2012, não paginado).

O promotor B. fazia menção “à mocidade dos Ronaldos e dos Cários Murilos; à mocidade pervertida e corrompida dos nossos tempos”. Ele se referia a Ronaldo Guilherme de Souza Castro, 19 anos, e Cássio Murilo Ferreira, 17 anos, ambos envolvidos na morte de uma jovem, Aída Curi<sup>112</sup>, 18 anos, “vítima” de sedução, cuja história teve como desfecho sua morte, jogada do terraço do Edifício Nobre, no bairro de Copacabana, no dia 14 de julho de 1958. O acontecimento repercutiu na revista *O Cruzeiro*,<sup>113</sup> bem como em outros jornais. David Nasser se encarregou de “[...] uma missão sagrada, a defesa da mocinha e a demonização dos jovens supostos assassinos [...]”<sup>114</sup>. O acontecimento ganhou repercussão entre a população carioca por meio da imprensa, rendendo várias páginas aos jornais. Em uma matéria do jornal *Correio da Manhã*, de 1960, o articulista expressava a insatisfação das populações cariocas: “Soube-se também que um dos jurados havia contado ter chegado à janela para olhar o povo que se comprimia na rua e um deles havia até comentado que se absolvessem os acusados seriam ‘engolidos pela massa’”.<sup>115</sup>

O funcionamento da instituição do júri no país deixava a desejar. Era assim que deixava entender o *Correio da Manhã*. Segundo o jornal, os jurados não tinham informações, não eram instruídos por concluírem, em um primeiro momento, que o réu merecia pelo crime de homicídio,

---

<sup>112</sup> JUVENTUDE transviada: caso Aída Curi. Década de 50: quando a felicidade parece bater às portas do Brasil, 12 set. 2006. Disponível em: <<http://decadade50.blogspot.com.br/2006/09/juventude-transviada-o-caso-ada-curi.html>>. Acesso: 4 set. 2012.

<sup>113</sup> A revista *O Cruzeiro* foi inaugurada no dia 10 de novembro de 1928 pelos *Diários Associados de Assis Chateaubriand*, na cidade do Rio de Janeiro. É considerada a revista mais popular dos anos 1940 e 1950. Foi um meio de comunicação importante à época na divulgação de fatos e notícias sobre a vida dos astros de Hollywood, cinema, esportes, saúde, entre outros.

<sup>114</sup> JUVENTUDE transviada: caso Aída Curi. Década de 50: quando a felicidade parece bater às portas do Brasil, 12 set. 2006. Disponível em: <<http://decadade50.blogspot.com.br/2006/09/juventude-transviada-o-caso-ada-curi.html>>. Acesso: 4 set. 2012.

<sup>115</sup> Essas informações podem ser encontradas nas duas referências que seguem. RONALDO clama por justiça ao presidente do Supremo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20.515, quinta-feira, 11 fev. 1960. RONALDO absolvido por seis votos a um. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20.540, 13 mar. 1960. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=72611&pesq=](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=72611&pesq=)>.

25 anos de prisão e, em seguida a essa decisão, defendeu-se que ele deveria ser absolvido. Como se pode perceber as informações do ponto de vista da prática judiciária permitiam localizar a emergência de novas formas de subjetividades, indicando a objeção quanto ao “[...] júri submeter um acusado ao juízo de seus concidadãos, chamados a opinar sobre os fatos do caso, e apenas sôbre os fatos, mas de um ponto de vista mais geral do que o da justiça”.<sup>116</sup> Com isso chamava atenção para uma reforma dentro da esfera da justiça. Dizia ainda: “No passo em que vamos, estamos abrindo caminho para os que desejam o pior: a pena de morte, para que no Brasil a vida não continue a ser um objeto tratado com tanto desdém pelos Cários e Ronaldos”.<sup>117</sup>

O termo “transviado” fazia referência às gangues formadas por jovens da classe média da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1950, termo alcinado por meio de filmes norte-americanos que se tornaram famosos por causa de atores que representavam a “juventude transviada” da época, como James Dean e Marlon Bando. Segundo Lana Lage e Maria Beatriz Nader, o assassinato de Aída Cury funcionou “como advertência” sobre o que poderia ocorrer se as jovens da época aceitassem convites de rapazes para irem a lugares onde “[...] ‘moças de família’ não deviam ir”. (LAGE; NADER, 2012, p. 294). Com fortes conotações de um “pesadelo social”, o caso corroborou para que os pais e mães da época assegurassem maior controle sobre as filhas, alertando, assim, “[...] a sociedade para o perigo da ‘juventude transviada’ – um fenômeno novo no Rio de Janeiro – que representava para a ‘família brasileira’”.

Nesse caminho, o referido promotor reuniu as informações propagadas pela imprensa nacional sobre o caso Aída Cury e as narrou aos moldes de um romance, correlacionando-as com o caso de sedução ocorrido na Paraíba. A urdidura do enredo foi construída em dimensões particulares do conhecimento: poética, histórica e na perspectiva de gênero, procurando dar sentido ao documento jurídico, pautado pelo art. 217 do Código Penal, isto é, um parecer judicial. Quanto à dimensão poética, ele buscou construir a imagem do chamado “Don Juan”, com contornos bastante criativos, por meio do que foi declarado no momento

---

<sup>116</sup> Reportagem: “Júri” e “Protestos contra absolvição de Ronaldo Castro pelo Júri”. *Correio da Manhã*, terça-feira, 15 de março de 1960, p. 6. 1º Caderno; PROTESTOS contra absolvição de Ronaldo Castro pelo Júri. **Correio da Manhã**, ano LIX, p. 6, 15 mar. 1960. 1º Caderno.

<sup>117</sup> Reportagem: “Júri” e “Protestos contra absolvição de Ronaldo Castro pelo Júri”. *Correio da Manhã*, terça-feira, 15 de março de 1960, p. 6. 1º Caderno.

da denúncia, tais como, “[...] galanteador barato, conquistador de ponta de rua, incautas donzelas [...]”(PARAÍBA, 1961). No que concerne ao elemento histórico, ele fez referência a acontecimentos de dois anos anteriores, publicados pela imprensa carioca, e ao desdobrar os sentidos sobre a assertiva “juventude transviada”, colocava em cena o velho antagonismo entre homens e mulheres, isto é, “jovens sonhadoras”, frágeis, ingênuas a mercê do Don Juan, sedutor, dotado de artimanhas, que se aproveitou da confiança depositada nele visando a sua “satisfação sexual”. Além disso, o discurso enunciava certos elementos de incerteza quanto às práticas sociais de sedução que vigoravam à época, formando uma imagem pré-concebida e difundida por parte da figura masculina.

E como todo lambretista transviado sabe fazer, Rodrigues dos Santos, por certo, usava também desses expedientes jocosos, irônicos e desprezíveis: ‘o que cair na rede é peixe! Mulheres cheguei!... Venham a mim as mulheres, que receberão a coberta dos meus carinhos [...]’ (PARAÍBA, 1961)

A promotoria tentava combinar “fatos históricos”, conferindo-lhes determinados sentidos com o objetivo de inscrever sua narrativa não só como uma verdade factual, possibilitada pelo lugar autorizado da justiça, mas, também, como uma marca do tempo em que vivia, como uma “verdade” histórica que legitimaria, frente à Justiça, a sua fala, o seu discurso. Com isso, fabricou um artefato histórico-literário com uma boa pitada de erotismo. Ao utilizar aquele expediente, personificava os jovens na figura mítica do Don Juan correlacionando-o com outros jovens rapazes que se portassem de modo semelhante em crimes de sedução, traçando uma dicotomia em relação aos homens honrados. Representava ainda o exemplo extremo da sensibilidade desapontada e reprimida. As regras da trama daqueles relatos judiciais eram correlacionadas com hábitos, usos, costumes e códigos de condutas mais abrangentes de explicação social, pois, ao que nos parece, as formas de narrar da época faziam parte de uma prática institucional e obedeciam a certos procedimentos e técnicas próprios da lei.

O promotor construiu uma trama por meio do acontecimento em que o clímax teria sido o defloramento de Cleo, em uma narrativa maniqueísta com marcas distintas em que ela era colocada como a vítima e Rodrigues dos Santos como o seu algoz, o vilão sedutor. Esta ideia parece ter sido uma regra narrativa dos folhetins jurídicos da

época, carregada de um sentido depreciativo, escrita de forma linear, com começo, meio e fim, em que o final da história não resultaria em outro desfecho, mas no acontecimento desencadeador, isto é, na perda da virgindade, com a ruptura da membrana himenal.

Ao tentar dar foros de verdade à trama narrativa, o promotor situava o local onde teria ocorrido o episódio: “uma casinha abandonada”, próxima a um açude, na Fazenda de um amigo de Rodrigues dos Santos, cujo nome era Cassiano Pereira, localizada por trás do Campo de Aviação. Lugar ermo, onde ninguém velava a sua vigília. De acordo com o campo de ação e produção ficcional, o promotor J. B. montou o cenário onde se produziu a cena do chamado “recôndito pecado”, com um toque de complexidade moral e afetiva:

Iludindo [a menor], Rodrigues dos Santos chamou a mesma para visitar uma propriedade que fica perto do Campo de Aviação, dizendo-lhe sua. Lugar ermo recôndito do pecado, longe dos olhos do povo, seria o recanto ideal para um drama de amor. E foi aí que Marcos procurou beijar a pulso a menor. Beijou-a. Rasgou-lhe o short. E depois... o certo é que ali ficaram as cinzas de uma honra e um charco de um procedimento. (PARAÍBA, 1961)

O jurista atribuiu ao fato/acontecimento sentidos, ao passo que introduzia certa coerência nas experiências imediatas daqueles personagens. Os jogos de poder que ali se situavam implicavam o *status* da honra e da moral, um conjunto de normas que constituíam o ato de defloração enquanto crime na trama jurídica e, a partir da qual homens e mulheres elaboravam seus discursos de tragédias amorosas, afetivas e sexuais. Seu posicionamento apontava, ainda, para uma preocupação recorrente que fazia parte da ordem do dia das famílias do estado da Paraíba, na segunda metade do século XX, o defloração de suas filhas.

A denúncia de tal prática social vinha ocorrendo frequentemente nas cidades do estado da Paraíba, correlacionada aos níveis de percepções por parte das redes oficiais e institucionais acerca de certos comportamentos que ameaçavam a moral das famílias nos espaços urbanos. Segundo J. B., a presença de jovens rapazes vistos como “[...] playboys[,] que invadem a nossa cidade, sacudindo-a no pânico dos desmandos e nos transtornos desonrosos e infames [...]”, colocava em risco a transformação moral das “jovens donzelas”, interferia em suas

sensações, emoções, representando ainda o “pesadelo dos pais e o desassossego das mocinhas”.

Aquele posicionamento discursivo é riquíssimo em razão de apontar para várias imagens acerca de como aquele promotor reproduziu certas práticas significantes sobre a “juventude transviada” que descendia dos Anos Dourados. Juventude aquela portadora de “atos infandos”, cheia de “satisfações incoercíveis da libido” e que perambulava “[...] no cotidiano labor de encontrar o ‘alguém’ que lhe proporcionasse amplexos carnavais [...]”. Naquela forma de definição, Marcos Rodrigues era mais um na estatística que representava “[...] um exemplar da mocidade lambretista, galanteador barato, conquistador de ponta de rua, transviado” e que não perdia a oportunidade de “[...] penetrar na seara do amor, deixando apaixonadas jovens sonhadoras”.

Em um embate de relação de poder, a defesa acusou a denúncia feita pelo promotor J. B. de fundamentar seus argumentos como “[...] mais um exemplo do que pode fazer uma imprensa sensacionalista e mal dirigida”. Dizia o advogado de defesa:

Não somente o homem humilde e simples da rua sofre a influência dissolvente da imprensa, como até aqueles que pela sua formação universitária deveriam ter adquirido, nas bancas das Faculdades, a capacidade de vêr onde está a verdade, relegando ao desprêso [sic] as reportagens que visam, única e exclusivamente, aumentar a tiragem dos seus jornais e revistas. O Ministério Público, dentro da sociedade, tem uma missão muito nobre e louvável. A êle – a quem alguém chamou a magistratura em pé – cabe defender a sociedade daqueles que tentam solapar as suas bases. E, por ser nobre e bela a sua missão, deve ser isento das paixões que dominam a maioria dos mortais. (PARAÍBA, 1961)

Estavam assim operacionalizadas as sensibilidades que cruzavam as leis, os códigos, a prática penal e a função da magistratura. A defesa apontava a fragilidade do discurso do Ministério Público, o qual deveria ser ponderado e comedido, sob o risco de sua atuação na sociedade não ser levada a sério. Com isso, chamava aos discursos normativos do campo jurídico, pois, como espécie de pequenos deuses, não deveriam se influenciar pelas intempéries externas do cotidiano, produzidas pela “mídia” nacional, mesmo que o objetivo fosse a elaboração das “[...] astúcias discursivas e estratégias institucionais da ciência jurídica”.



(FOUCAULT, 2014, p. 169). De modo que, se assim procedessem, fugiam às regras que faziam sê-los respeitados dentro da sociedade. Para o defensor do acusado, o promotor deveria ter “[...] se limitado a narrativa dos fatos, sendo dispensáveis ou mesmo condenáveis quaisquer divagações” no meio jurídico. Mais que a posição de homem em jogo, a defesa dirigia-se ao defensor público mediante o enunciado performativo.<sup>118</sup> Ou seja, dada a relação de poder institucionalizada pelo campo jurídico, o advogado de defesa acusava o promotor J. B. diretamente de se posicionar frente ao acusado interferindo e modificando o sentido do crime de sedução e correlacionar à imagem de seu cliente com a do “Don Juan” e com a “juventude transviada” do Rio de Janeiro, acusação aquela com contornos fictícios e com palavras injuriosas.

Além disso, o advogado reiterava que o promotor tinha sido “[...] dominado pela psicose acusatória, pintando o acusado como um ser desprezível quando no processo não havia [...] sequer, uma leve referência à conduta do denunciado”. (PARAÍBA, 1961) O argumento era indicativo do fato de que, possivelmente, houve repercussão do caso nos jornais da cidade, tal como era lugar comum em se tratando dos crimes de sedução. O que parecia estar em questão no discurso acima é a utilização de uma estilística, sobretudo, jornalística, dada como elemento, como regra, para a construção da verdade jurídica sobre o processo. É uma das disputas em torno das regras de construção e validação do discurso jurídico, entre acusação e defesa. A defesa descaracterizou o discurso da acusação da promotoria justamente por um suposto exagero nas tintas, por ter sido jornalístico e literário demais, o que supostamente comprometeria a “verdade” jurídica, a construção do fato jurídico, na ótica da defesa.

Tanto o advogado N. P. dos S. F. quanto o promotor J. B. trouxeram a lume duas questões, uma de ordem histórica e outra teórico-

---

<sup>118</sup> Em sua obra *O governo de si e dos outros*, Foucault analisa o enunciado performativo “[...] supõe que aquele que fala tenha um estatuto que lhe permita, ao pronunciar o seu enunciado, realizar o que é enunciado”. O autor exemplifica: “[...] ele tem de ser presidente para abrir uma sessão”. Nesse sentido, é definido como um “jogo no qual o estatuto de quem fala e a situação na qual se encontra determina o que ele podia e o que ele devia dizer”. Ou seja, dependendo de quem fala o enunciado transmitido é carregado de sentidos diferentes para aqueles que o ouvem ou apreendem. Diz ele, “[...] na *parresia*, o enunciado e o ato de enunciação vão, ao mesmo tempo, afetar de uma maneira ou de outra o modo de ser do sujeito.” (FOUCAULT, 2010b, p. 63-65).

metodológica, que são pertinentes para observarmos como aqueles promotores e advogados de defesa acionavam outras informações ou formas de conhecimento ao tratarem sobre os casos de sedução da época. As alegações da defesa contestavam a posição do promotor ao extrapolar a “narrativa dos fatos” sobre as andanças de Marcos pelas ruas da cidade em busca de enlaçar alguma virgem pelas vias da conquista. A defesa denunciou o posicionamento do Ministério Público, alegando que este teria inventado uma trama da “contra verdade” dos acontecimentos como estratégia de lançar o artifício da “divagação”, visando à prática “acusatória” como certa obsessão pela punibilidade do réu. Assim, observa-se uma maneira de produzir e estabelecer a “verdade jurídica”, não por meio das testemunhas ou das declarações das ofendidas e dos acusados, mas por meio de uma espécie de jogo de prova, de um desafio lançado por um adversário ao outro (FOUCAULT, 2005, p. 32), do qual ao final não haveria vencedores.

Isso porque, segundo o discurso do advogado, na qualidade de homem da justiça, o promotor afetava/modificava o sentido do enunciado colocando em questão a conduta do réu ao narrar o acontecimento sexual “influenciado” pelas reportagens de âmbito nacional. Marcos Rodrigues, insistia o advogado, “[...] não se compara, nem de longe, àquela juventude transviada. É um humilde cabo do Exército, prêso que é a uma disciplina rígida e onde mantém uma folha de serviço exemplar[...]”. Ou seja, no discurso da defesa, a responsabilidade com a profissão deveria eximir o rapaz de qualquer falta, inclusive em sua vida sexual, sua probidade profissional era o que deveria ser levado em consideração.

O cumprimento das atividades no Exército teria de ultrapassar toda e qualquer querela em termos afetivos e sexuais, afinal, tratava-se de uma profissão a serviço da nação. Vimos, assim, um enunciado de como os homens deveriam ser considerados/tratados segundo o *status* social e profissional que ocupavam naquela sociedade. Enquanto, em outra parte, a relevância e o respeito às mulheres deveriam ser enunciados, política e socialmente, com respeito a sua vida sexual, isto é, de acordo com a sua honestidade, leia-se: a “honra sexual e moral”.

A construção da imagem dos homens tanto nos casos de sedução quanto nos de estupro não era uma singularidade dos juristas paraibanos, mas dizia respeito a outras sensibilidades. Ao analisar as imagens da violência sexual contra as mulheres, com base em casos que estamparam as manchetes do país, Lana Lage e Maria Beatriz Nader demonstram como muitas autoridades jurídicas brasileiras tratavam os casos como uma banalização de brigas entre casais. A lógica que presidia as

decisões judiciais, de acordo com as autoras, se apoiava nos papéis sociais designados para homens e mulheres: “Quanto mais o agressor se aproximasse do padrão masculino ditado pela sociedade de homem honrado e cumpridor de suas obrigações de provedor do lar, mais se beneficia de atenuantes para o seu crime”. (LAGE; NADER, 2012, p. 291). De outra parte, juristas como Evaristo de Moraes, da primeira década do século XX, davam significativo valor aos comportamentos das mulheres considerados inadequados ou imorais, como forma de “justificar a agressão de que fora vítima”. O “comportamento costumeiro, o caráter e a posição social dos envolvidos”, segundo as autoras, “eram mais valorizados nos discursos jurídicos do que o próprio crime”. (LAGE; NADER, 2012, p. 291).

A defesa da Paraíba indicava que Marcos Rodrigues não tinha abusado da “justificável confiança” da menor, alegando que ele não era o seu namorado: “[...] por aí se vê a impudica [Cleo] faz parte daquelas moças que procuram industrializar a sua pseudo-virgindade, forçando um matrimônio que não pôde conseguir pelos meios honestos e normais. (PARAÍBA, 1961). Assim, como na fala da defesa, observa-se por meio de vários outros juristas como o discurso jurídico fazia parte de uma retórica para a construção da moça despuadora, enfatizava-se aqui a moça experiente na arte da sedução. Argumentava N. P. dos S. que não podia ter sido o seu cliente o autor do defloramento, visto que a menor “[...] tinha diversos namorados, inclusive vários soldados do Quartel do Exército local. Era experiente, tanto quanto pode ser uma pessoa para quem as coisas do sexo não tinham mais segredo”. (PARAÍBA, 1961) No entanto, essa forma de avaliar não se tratava de uma singularidade dos magistrados e defensores públicos da Paraíba, cinco anos mais tarde, o médico legista Hélio Gomes, já diria, em 1965, que

os costumes atuais demonstram que uma jovem de nossos dias não é mais a recatada e inocente donzelinha de antigamente. Com 18 anos, as menores de hoje conhecem perfeitamente todos os fatos relativos à vida sexual, de modo que seria um exagero alargar-se o período de proteção legal para sua inexperiência. (GOMES, H., 1965, p. 466-467)

Ao citar Silva Ferrão, ele afirmava:

[...] uma rapariga pode ser ao mesmo tempo virgem e não casta, casta e não virgem, casta e virgem, nem

virgem nem casta. A lei protege a que reúne a virgindade à castidade. Seduzir môça depravada e moralmente corrompida, embora anatomicamente virgem, é crime impossível [...]. A virgindade tem alguns sinais que a insinuam: a dureza do seios, a aproximação e coaptação dos grandes lábios, o modo de emissão da urina, a maneira de andar, sinais psicológicos e morais, etc. (FERRÃO, *apud* GOMES, 1965, p. 468-469).

O sentido de inexperiência, de acordo com o Código Penal, não dizia respeito somente à idade, mas tratava de um mecanismo que em tese indicava o grau de conhecimento teórico e prático da vida sexual. A sedução de menores era vista como meio de viciar as moças em termos de gosto sexual culminando na experiência – indicativa de uma prática despertada pelos homens. Nesses termos, os juristas corroboravam para a responsabilidade dos acusados em alguns crimes de sedução, já que eram apontados como os que dominavam os sentidos das moças destruindo progressivamente as resistências morais através de beijos, carícias e de uma boa lábia até culminar no ato sexual.

O grau de experiência era também classificado de acordo com lugar habitado pelas menores. É o que apontava o médico Hélio Gomes ao simplificar as escolhas sexuais das mulheres. Para ele, a inexperiência existia sem dúvida em grandes polos urbanos, como no Rio de Janeiro; todavia, seria mais facilmente identificada no interior do país, “[...] onde ainda nos deparam populações no mais profundo estado de atraso intelectual (GOMES, H., 1965, p. 465)”. Contudo, nos parece, que o que estava em jogo era menos a ideia do avanço intelectual no meio urbano e mais a sensibilidade da noção de pudor como aspecto característico das cidades do interior, visto que os códigos sociais, em particular daquela época, eram voltados ao enquadramento dos comportamentos das populações, já que grande parte se conhecia e estabeleciam formas de sociabilidades e de familiaridade.

Em seu parecer de 1968, o advogado A. B. B. argumentava em favor de Otoniel, 27 anos, solteiro, motorista, acusado de ter seduzido Dione, de 18 anos, na cidade de João Pessoa, dizia:

[A menor] acedeu ao único e primeiro chamamento, diante de um homem que não mantinha sequer relações de amizade [...] e, com ele, passou um longo período usufruindo a brisa marítima para, depois, ficar depositada em uma

casa, por vários dias, sem razões explicáveis, o que põe em dúvida o recato, a honestidade da ofendida, que chegou a aceitar o congresso carnal, sem reação, e mais a possibilidade de uma amigação, de uma mancebia, como ficou comprovado nas investigações policiais. A história que a ofendida narra retrata fielmente o seu perfil moral. E a evidência da palavra de quem anseia pela aventura do gozo sexual e se entrega a um homem desconhecido, sem o menor pudor, sem qualquer relutância, senão na espontaneidade de uma mulher livre e conhecedora da libidinagem. (PARAÍBA, 1967d)

Segundo esse ponto de vista a moça não podia sentir desejos sexuais, isso porque, de acordo com a condição social de “[...] donzela inexperiente e recatada”(PARAÍBA, 1967d), ela deveria preservar o “[...] bem jurídico do pudor [...]”(PARAÍBA, 1967d), ou seja, os dispositivos de dignidade, da virtude e de pureza sexual e moral que vigoravam naquela sociedade. Ter uma atitude ou mencionar uma palavra que indicasse “a aventura do gozo sexual” fugiria totalmente ao padrão de conduta ilibada, de moralidade irrepreensível, dos atributos extremos da mulher honesta. Com isso, a defesa buscava estabelecer um grande abismo entre a mulher honesta e aquela inclinada à prostituição, que fazia comércio público de seu corpo. Mais que um fator individual, isso afetaria a honra das famílias, visto que, para os juristas da época, a prostituta não tinha sentimento de honra e de dignidade.

Se a ofendida confessa que foi espontaneamente, sem um prévio trabalho de amortecimento de suas reações sensitivas e morais, com o suposto sedutor ou corruptor, é evidente que não é ela uma daquelas a que a lei visa e proteger. Não é a moça donzela que se costuma, na atualidade, ter como “a virgem”, ou a que se tem nessa conta, por ser solteira, e de boa reputação e honestos costumes. Como nos ensina o Des. Toscano Espínola “virgem sem pudor não é mais virgem. É *demi-vierge*, como muito propriamente dizem os franceses”. (PARAÍBA, 1967d)

Conforme dito, muitos juristas da época se consideravam homens instruídos, buscando respaldar grande parte de seus argumentos por

meio do Direito Penal Francês. Objetivando associar as moças da Paraíba à impudica figura da *demi-vierge* francesa, o promotor se referia à obra *Les Demi-vierges*,<sup>119</sup> do romancista e dramaturgo francês Marcel Prevôst, publicada em 1894 em Paris, um sucesso de livraria à época. O romance foi adaptado para a cena do teatro e apresentado com grande sucesso no Théâtre du Gymnase, em 1895 na cidade de Paris.

O título da obra referia-se a jovens liberadas em seus modos de portar-se, dotadas de costumes livres (*moeurs libres*), mas que ainda eram ainda virgens, que faziam parte da sociedade parisiense. O sentido ainda pode ser entendido como moças meio virgens, semi-virgens, como mostra a historiadora francesa Gabrielle Houbre: “[...] mocinhas liberadas e consumadas namoradeiras, num momento em que apenas se suscita o debate sobre um eventual aprendizado teórico da sexualidade pelas meninas”. (HOUBRE, 2008, p. 103). No prefácio de sua obra, Prevôst chamava atenção para a “temerária generalização” (PREVÔST, 1894, p. 3) de se definir uma determinada categoria de jovens a partir de uma observação isolada e parcial.

Todavia, a crítica mais contundente era direcionada à configuração social da cidade de Paris, no final do século XIX. Para ele, tratava-se de uma cidade cosmopolita, uma sociedade eminentemente burguesa, cujas diretrizes eram pautadas pelo pensamento arcaico, e as ideias e formas de se perceber o mundo eram guiadas pelo discurso religioso e moral, e não pelo que ele chamava de ideias construtivas. Ao mesmo tempo, Prevôst criticava a destruição moral da vida parisiense e a “educação moderna” que era transmitida às moças da época. Por vezes, percebemos certa ambiguidade em sua fala: “Uma educação degenerada, mas ainda presa a uma moralidade machista e hipócrita” (PREVÔST, 1894, p. 6).

[...] Mas só o mundo ocioso e gozador, mais precisamente parisiense, ou pelo menos tendo uma parte importante de sua vida em Paris: mundo com vagos limites, contíguo por alguns pontos no país de Cosmopolis, com outros lugares banhado pelas águas citereenses, mas tocado também, por longas fronteiras alcançadas sem

---

<sup>119</sup> PREVÔST, Marcel. **Les demi-vierges**. Paris: Ernest Flammarion, éditeur, 1894. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/Search?ArianeWireIndex=index&p=1&lang=FR&q=Les+demi-vierges+%3A+roman++Marcel+Pr%C3%A9vost>. Acesso em : 20 mar. 2013.

cessar, à burguesia rica, à aristocracia que brinca.  
(PREVÔST, 1894, p. 6)<sup>120</sup>

Em sua obra, *lesdemi-vierges* se tratavam de jovens que ameaçavam as moças de família que almejavam o casamento, enquanto estas aguardavam o marido que possivelmente lhes proporcionaria uma vida de conforto e de tranquilidade. A fama das *demi-vierges* colocaria em perigo a integridade do matrimônio, visando a uma vida financeira estável (PREVÔST, 1894, p. 6). Segundo Prevôst, aquelas moças eram entregues aos dispositivos sociais numa corrida frenética em busca de um casamento bem sucedido, sem nenhuma outra arma a oferecer, senão a beleza e a astúcia da perseverança.

O autor mostra ainda como a única garantia de independência, o trabalho assalariado, era visto como uma degradação, uma última humilhação para qualquer jovem da época. Utilizando-se de um tom arguto e irônico, Prevôst já chamava atenção das mães do século oitocentista para as formas de educarem as suas filhas. Transcrevemos na íntegra:

Toutes les jeunes filles du monde à Paris sont des demi-vierges...puis: Toutes les jeunes filles parisiennes: puis enfin: Toutes les jeunes filles françaises... Et c'est pour cela qu'il importe de dire aux mères: Si vous n'avez pas le courage, vous dont les filles grandissent, de vivre exclusivement pour les élever et les conduire, intactes de coeur et de corps, au mariage, c'est-à-dire de recommencer, pour elles, à vivre de la vie des jeunes filles, de grâce ne les associez pas à votre vie mondaine, ne les habituez pas à vivre comme des femmes. (PREVÔST, 1894, p. 7-8)<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> Texto original: “[...] Mais seulement du monde oisif et jouisseur, plus spécialement parisien, ou du moins ayant une part importante de sa vie à Paris: monde aux vagues limites, contigu par quelques points aux pays de Cosmopolis ailleurs baigné par les eaux cythérées, mais touchant aussi, par de longues frontières, sans cesse franchies, à la bourgeoisie riche, à l’aristocratie que s’amuse.”

<sup>121</sup> Tadução nossa: “Todas as moças de Paris são *demi-vierges*... e então: Todas as moças parisienses. E enfim: Todas as moças francesas... Por isso que é importante dizer as mães: se vocês não têm coragem, vocês cujas filhas estão crescendo, de viver exclusivamente para criá-las e orientá-las, intactas de corpo e alma, para o casamento, isto é, reviver através delas uma vida de

Os juízos de valor referentes às jovens não eram pautados pelo que o autor chamava de razão, mas por diferentes opiniões. A crítica apontava para o desempenho das mães com a pretensão de tornarem as suas filhas objetos femininos, modelos imagéticos de mulheres fabricados para equilibrar a boa imagem que teriam de preservar frente à sociedade parisiense e à segurança econômica para toda uma vida. Desse modo, o autor criticava certos parâmetros conceituais que não tinham efeitos e que eram utilizados em outros países para nomearem as moças francesas.

Para as jovens moças francesas, a injustiça seria ainda maior, a *demi-vierge* é um tipo muito mais encontrado no estrangeiro que na França: eu não ficaria surpreso se ela fosse aqui uma importação. O flerte é “anglo-saxão”, e nós poderemos enfeitar a palavra de toda a inocência e de toda poesia que gostarmos, nós sabemos a verdade sobre um flerte. Em nenhum outro lugar a não ser na França tem *demi-vierge*. (tradução nossa, PREVÔST, 1984, pp.7-8)<sup>122</sup>.

Para Prevôst nada seria mais “contagioso que o ‘gênero’ *demi-vierge*”. Aquela personagem atravessava “a vida vistosa, elegante, festejada”;<sup>123</sup> elas concorriam com as moças pela disputa de seus conquistadores com a “vantagem insolente de sua vitalidade e sua novidade”. Para a mocinha honesta burguesa, a *demi-vierge* exercia a fascinação de viver uma vida de prazer agitada, uma existência dissipada, sem ter de se privar de seus amantes (PREVÔST, 1984, p. 8). Seleccionamos duas imagens com o objetivo de identificar os traços

---

donzelas, por obséquio não as exponhas às suas vidas mundanas, não as acostumem a viver como mulheres.” (PREVÔST, 1894, pp. 7-8)

<sup>122</sup> No original: “Pour les jeunes filles françaises, l’injustice serait d’autant plus forte que la *demi-vierge* est un type bien plus répandu à l’étranger qu’en France: je ne serais même pas surpris qu’elle fut chez nous une importation. Le flirt est anglo-saxon, et l’on aura beau enguirlander le mot de toute l’innocence et de la poésie qu’on voudra, nous savons la vérité sur le flirt. Nulle part moins qu’en France il n’y a *demi-vierge*”. (PREVÔST, 1984, p.8).

<sup>123</sup> No original: “Rien n’est plus contagieux que le ‘genre’ *demi-vierge*. La *demi-vierge* traverse l’avie pimpante, élégante, fêtée”. (PREVÔST, 1984, p.8)



físicos e vestimentas das moças da época, com o objetivo de demonstrar as diferenças existentes entre as *demi-vierges* e as moças da Paraíba.

**Figura 1** - Les demi-vierges



Fonte: Gállica Bibliothèque numérique – Biblioteca Nacional da França  
<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8402718s/f1.item.r=DEMI%20VIERGES>>

**Figura 2** - Les demi-vierges, comédia de Marcel Prévost



Fonte: Gállica Bibliothèque numérique – Biblioteca Nacional da França<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8402718s/f1.item.r=DEMI%20VIERGES>>

Dotadas de sorriso gracioso, olhos brilhantes e com uma malícia incomum, as jovens do século oitocentista aparecem com certa personalidade misteriosa. Formas de tratamentos polidas, essas características lhes davam à época traços de mulheres fascinantes. Não só pelo modo como elas se comportavam também pelos signos que emitiam através do olhar fixo, um mundo de flertes podia tornar-se visível quando algumas delas se aproximavam. *Les demi-vierges* desenhadas por Prevôst eram perfiladas como moças de beleza notável, com as mãos alongadas, cintura fina, com traços delicados, mais que isso, elas aparecem com posturas distintas, de uma moderna elegância, charme vocacional e de uma frivolidade otimista. Segundo ele, eram mulheres dignas de provocar os homens e a cada passo que davam estavam rodeadas de muitos admiradores e cortejadas pelos conquistadores. Contudo, o seu amor era considerado desonesto e duvidoso. Ao fazer sérias críticas à sociedade parisiense e à educação moderna, o romancista parecia impactado pelas concepções que vigoravam naquele momento histórico, em especial pela influência cristã que regia grande parte do pensamento de muitos autores da época.

A educação moderna das jovens moças tende cada vez mais a desenvolver o tipo *demi-vierge*. Portanto é preciso trocar a educação da moça, - é urgente! - ou então o casamento cristão morrerá. Eis aqui, em duas linhas, o resumo da minha opinião. Acrescento somente uma palavra. Tendo descrito os costumes de um meio pervertido, afirmo que fiz todo o esforço possível para dizer só o que me parecia indispensável. (PREVÔST, 1984, p. 8)<sup>124</sup>

A associação das *demi-vierge*, do romance de Marcel Prevôst, com as moças da Paraíba envolvidas em crimes de sedução, nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX, parecia no mínimo incabível, muito embora o jurista visasse à associação com a noção de pudor e com a ideia de moças sexualmente liberadas. Tal noção

---

<sup>124</sup> No original: “L’éducation moderne des jeunes filles tend de plus en plus à développer le type demi-vierge. Il faut donc changer l’éducation de la jeune fille, - cela presse” – ou bien le mariage chrétien périra. Voilà, em deux lignes, le résumé de mon opinion. Je n’ajoute qu’un mot. Ayant raconté les mœurs d’un milieu pervers, j’affirme que j’ai fait tous mes efforts pour ne dire que ce qui paraissait indispensable.” (PREVÔST, 1984, p. 8).

implícita nas falas dos defensores públicos tinha em vista erotizar os corpos das moças da Paraíba, assemelhando-as às jovens de regiões, temporalidade e espacialidade totalmente distintas, como as mulheres francesas. Assim se apropriavam de outras sensibilidades para a construção do modelo de mulher, temporal e espacialmente distante, apagando suas singularidades e sua capacidade de escolha, reduzindo-as a teorias deterministas e infundadas.

Nesse caminho, as moças seduzidas, enquadradas como prostitutas pelos defensores públicos da Paraíba, teriam de experimentar o “[...] estágio do desenrolar dos fatos, um trabalho de amaciamento, de atuação para quebrar a resistência natural [...]” (PARAÍBA, 1967d), realizado pelos sedutores, para, assim, serem consideradas mulheres experientes conforme discutimos acima. As *demi-vierges* aparecem, assim, em relação às moças honestas, como mulheres que desempenhavam um papel preponderante na relação: com o seu poder de resistência, não cediam facilmente aos jogos de sedução dos “transviados” que visavam convencê-las à prática sexual. Sendo assim, as mulheres que se entregassem sexualmente sem tal “estágio” preliminar só o faziam, nos discursos dos juristas, em nome da satisfação de suas vontades e seus desejos sexuais incontidos. Viveiros de Castro já alertava aos magistrados que estivessem atentos às artimanhas das moças que reclamavam a honra na justiça nos crimes de defloração:

Prove o réo que a menor tinha uma intelligencia perspicaz e viva, sabia perfeitamente o que fazia; *virgo et intacta* physicamente estava moralmente pervertida; conhecia theoricamente todos os segredos da voluptuosidade, semelhante a uma dessas *demi-vierges* que Marcel Prevôst descreveu em seu celebre romance. (VIVEIROS DE CASTRO, 1936, p. 111)

O discurso denota a ressonância das práticas sociais da época, diga-se das inovações tecnológicas e culturais que se desenvolviam durante o curso da sociedade da Paraíba, em particular, e do Brasil em geral. Notemos como tal modelo não teria sentido, senão em uma moral determinista que, por um lado, ditava os “mandamentos do ser mulher” e, por outro, buscava intervir acerca de determinadas condutas, submetendo-as ao recôndito de seus lares. Com isso, tentava-se ocultar os objetivos políticos por meio da naturalização de certas características

que eram impostas para elas, o que implicava na defesa pela continuidade de determinados comportamentos femininos tidos como irrevogáveis para aqueles moralistas.

No ano de 1969, quando os discursos sobre os movimentos feministas eclodiam no país leem-se as críticas de um certo defensor a liberdade associada à “conduta de moça emancipada sexualmente [...]”. Segundo ele, tratava-se do

[...] modelo preconizado pelas novelas de Televisão; pelas revistas silenciosas que se vendem, hoje, livremente, nas bancas de jornais e que proporcionam um conhecimento de todos os problemas imagináveis do SEXO[...]. Despertam e aguçam os apetites da carne. (PARAÍBA, 1967d)

Cynthia Sarti afirma que, com base no movimento feminista brasileiro que se iniciou na década de 1970, o feminismo aparecia “como uma experiência histórica” que enunciava de forma genérica a emancipação feminina e, “[...] ao mesmo tempo, se [...] [concretizava] dentro de limites e possibilidades, dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos” (SARTI, 2004, p. 35). Nesses termos, diz a autora, o feminismo “causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública” das mulheres, o que teve repercussão em toda a sociedade brasileira. (SARTI, 2004, p. 36)

Se por um lado, alguns juristas buscavam associar os comportamentos das adolescentes com os movimentos feministas que emergiam à época, por outro, outros tendiam associar os comportamentos femininos com teorias da psiquiatria criminal. Certo defensor, em seu relatório no ano de 1967, citava o psiquiatra forense norueguês David Abrahamsen, em sua obra *Delito e Psique* (1946), para dizer que:

[...] os atos antissociais não se desjuntam [desprendem] de certos fatores combinados de personalidade e de situação[,] e o próprio indivíduo age em função deles. Por isso, afirma o mesmo autor para conseguir uma ideia adequada de um fenômeno, qualquer que seja a sua espécie, temos que examiná-lo em seu meio natural, em

relação com o que o rodeia. Se [se] examina o fenômeno fora de seu contorno, durante as investigações perderão muitas de suas propriedades, sendo mesmo possível que outros se aglutinem. A consequência será termos um quadro do fenômeno examinado deformado pela observação. (PARAÍBA, 1967d)

O defensor A. B. B. fundamentava seus argumentos com base na criminologia de David Abrahamsen, com enfoques teóricos explicativos, tendo correlações com outras práticas discursivas da mesma época. O discurso do juiz que julgou o caso de Conceição, já citado, no ano de 1954, demonstra a mesma relação entre o saber médico e jurídico como elemento chave nos pareceres e relatórios judiciais. Já enfatizava ele que não se podia dizer que o

[...] réu tenha empregado processos psicológicos e emotivos capazes de obter o consentimento da vítima. As provas destes autos retratam uma mulher depravada[...]. Sua personalidade foi bem estudada nas inteligentes e jurídicas alegações do advogado do réu. (PARAÍBA, 1954)

Buscava-se explicar determinadas formas de portar-se das moças com base na Psicopatologia, a ciência que tem como função definir os processos psíquicos anormais dos indivíduos, buscando indícios de suas vivências por meio da investigação do passado delas.

Ao estudar as características e os motivos que impulsionavam o delinquente a praticar um crime, o juiz partia do ponto de vista psicológico-psiquiátrico. Suas análises aparecem associadas às teorias do cientista italiano Cesare Lombroso, considerado o fundador das investigações médicas criminais. Em seu livro *O homem Delinquente* (1876), empenhou-se em estabelecer uma nova Psicopatologia do crime, com base na Medicina Legal e na Psicologia. Para Lombroso, o criminoso teria uma natureza nata,<sup>125</sup> ou seja, nascia com a

---

<sup>125</sup> Segundo Enrico Ferri, discípulo de Lombroso na Universidade de Turín, em 1879, os criminosos natos seriam aqueles que apresentariam, em maior número, as anomalias orgânicas e psíquicas possíveis de serem identificadas por meio da Antropologia Criminal. Os elementos sociológicos contribuiriam para a formação da família e para a ocupação de seus

predisposição para o crime, e suas motivações poderiam ser identificadas com base na estrutura anatômica do corpo. As investigações consistiram em medir o crânio e vários outros órgãos *post mortem*, relacionando-os com exames de criminosos vivos, procurando medir a pressão arterial, as reações emotivas, o gosto, o olfato e a sua escrita manual. Outras motivações como a instabilidade emocional, a impulsividade, a vaidade, a tendência à mentira caracterizariam o caráter do criminoso (ABRAHAMSEN, 1946). Além disso, ele se empenhou em investigar as características físicas de loucos, criminosos, prostitutas na Itália, em sua cidade natal.

Seguindo o viés da criminologia sociológica, o advogado procurava explicar os aspectos característicos da “moça emancipada sexualmente” com a função de dar cientificamente a atuação delas no meio social, elaborando modelos teóricos que esclarecessem a gênese das razões por que estariam fugindo ao recato. Nessa linha, a conduta feminina aparecia como determinante do jogo mútuo entre diferentes fatores inter-relacionados, dentro da perspectiva do que os criminologistas contemporâneos definem como “[...] teoria da reação social ou do etiquetamento”. (GOMES, L., 2008, p. 207). Isto é, fatores externos que desencadeiam e determinam o curso comportamental ou os padrões de conduta dos indivíduos.

A prática social do enquadramento das moças como prostitutas por parte dos advogados foi tão recorrente nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, no estado da Paraíba, que chamou a atenção do promotor. Ao emitir um parecer final sobre um crime de estupro envolvendo uma criança de 12 anos, no ano de 1970, ele afirmou:

A vítima à época do fato criminoso tinha 12 anos, uma criança. O pai fôra assassinado. A mãe não mais existia, também. Órfã, parentes pobres a acolheram no ambiente humilde e desprezioso da roça, sem o encanto informativo do rádio ou quaisquer outras diversões. Nesta cidade conheceu o réu, jovem cobrador de ônibus, já iniciado no amor e nas conquistas fáceis. Namorando a vítima, criança ainda, o réu presenteava-lhe passeios no coletivo, onde trabalhava, iludindo-a com insignificâncias. No período das festas

---

diferentes membros, como as condições de trabalho, economia, política, os fatores climáticos e geográficos do país. (ABRAHAMSEN, 1946, p. 29-30)

juninas, em data imprecisa, o réu levou a vítima às margens bucólicas do Açude Velho, mantendo com a mesma conjunção carnal [...]. A defesa, todavia, trouxe à instrução criminal sórdidos testemunhos que procuram oferecer à vítima uma imagem de prostituta. Trata-se na verdade de um conluio doloso; um pacto nefando entre réu e testemunhas para nodar a reputação da infante, quando não um concurso de agentes para a perpetração do delito. (PARAÍBA, 1970g)

Observemos como o promotor A. A. seguia na mesma esteira da Criminologia Sociológica, com o intuito de construir o lugar de vítima do crime de sedução para a jovem. Para tanto, citava certos arquétipos externos que as rodeavam com vistas a fortalecer as causas do ato da moça ter se relacionado sexualmente. Tal como o médico Hélio Gomes, do Rio de Janeiro, o jurista correlacionava o ambiente da roça como fator determinante na formação da conduta e da personalidade das jovens. Visto como um ambiente saudável em que as “moças honestas” estariam imunes às mazelas da cidade e das “tentações da carne”. Assim, é possível notar como, em grande medida, os juristas da Paraíba utilizavam as teorias de Viveiros de Castro, com a sua larga produção, no final do século XIX, sobre os delitos contra a honra da mulher e o atentado ao pudor, para legitimarem seus posicionamentos, razão por que acabavam por inventar outros significados em torno das moças, vítimas de crimes de estupro e de sedução na segunda metade do século XX.

#### 4.3 PROBLEMAS SEXUAIS E A “JUVENTUDE AMEAÇADA”

A possibilidade de ter contraído a doença venérea após o ato sexual aparece em várias declarações das ofendidas, tanto nos casos de sedução como nos de estupro. De igual modo, os rapazes, visando à absolvição do crime, alegavam que as moças pelas quais estavam sendo acusados eram mulheres de programa ou conhecidas como “mulheres de vida livre”, receando terem sido contaminados para, com isso, impressionarem aos juízes. Os réus citavam, inclusive, como estratégia discursiva, nomes de outros rapazes, com os quais as jovens tinham tido uma vida depravada, e que teriam frequentado os bordéis ou cabarés do mais baixo calão, como as pensões e “casas suspeitas”.

Segundo Mary Del Priore, os anos 1970 foram significativos em termos de amadurecimento, embora tardio e lento, da chamada

“revolução sexual”. A autora aponta como a liberação “significou a busca de realização no plano social e a consciência de que os ‘problemas sexuais’ não teriam lugar num mundo ‘normal’” (PRIORE, 2011, p. 157). Nesse movimento inquietante, “‘o direito ao prazer’ tornou-se norma”. A autora diz que, com a emergência da pílula anticoncepcional no Brasil, os/as jovens, livres da sífilis, podiam experimentar de tudo.

No estado da Paraíba, no entanto, a carruagem da “revolução” teria de caminhar a passos mais lentos, pelo menos no que se refere às práticas discursivas das chamadas elites. As reportagens da época chamavam atenção para os cuidados com a saúde, em particular para a prevenção das doenças venéreas, isso em razão da grande incidência de sífilis e gonorreia que circulava no estado da Paraíba. Fato esse que teria mobilizado médicos e especialistas em saúde pública para uma campanha de “educação sanitária do povo”<sup>126</sup> no ano de 1978. Nessa linha de pensamento, havia uma associação à densidade demográfica, nos grandes centros do país, como São Paulo, por exemplo, com a propagação de doenças.

O articulista do jornal, Alves Teixeira, afirmava que, em dois arquivos levantados pelos técnicos da Organização Mundial da Saúde nos Estados Unidos, constava um registro de uma prostituta da Califórnia que tinha o hábito de registrar em um dossiê a quantidade de seu movimento diário. Nele, ela teria indicado a passagem de 310 “fregueses”, ficando todos eles infectados. Entre eles havia 168 motoristas de caminhão, que funcionaram como agentes transmissores. A ameaça transmitida por uma prostituta estendeu-se, assim, por 34 estados americanos, Canadá e México. Um especialista e pesquisador, o Dr. Thortein Guthe, teria afirmado que, apesar dos esforços no sentido de educar as populações sobre a gravidade das doenças venéreas, apesar da melhor educação médica, apesar dos “progressos tecnológicos” e dos serviços de saúde cada vez melhores em muitos países, a debilidade dos seres humanos e o aumento das oportunidades sociais e sexuais no mundo “[...] lograram derrotar os esforços no sentido de controlar as doenças venéreas”.(TEIXEIRA, 1978, p. 2). O objetivo da pesquisa era encontrar vacinas capazes de combater certos “micróbios como o treponema que caracteriza a sífilis, como do gonococo da gonorreia”. Em face da evolução da doença, o médico teria alertado para que se conhecesse melhor a sua estrutura e a sua química e se estudasse melhor

---

<sup>126</sup> TEIXEIRA, Alves. A juventude ameaçada: doenças venéreas. **Diário da Borborema**, Campina Grande, s/n, 12 fev. 1978.



o seu processo de divisão e multiplicação, “sua evolução nos organismos afetados, esclarecendo seus aspectos imunológicos”.

Além das causas da doença, segundo o jornal, o especialista apontava que era quase impossível diagnosticar a gonorreia nas mulheres sem exame no aparelho genital. “Uma prova sorológica simples”, concebida no Centro de Doenças Transmissíveis de Atlante, Georgia, Estados Unidos, e no Instituto Wright-Flemig, do Reino Unido, com o apoio da organização Mundial de Saúde, permitia diagnosticar a gonorreia com base em uma gota de sangue tomado na ponta de um dedo. Essa evolução começava a chegar ao Brasil. O estágio da incidência “das moléstias venéreas” foi pauta de discussão de médicos brasileiros. Formado pela Universidade de São Paulo, em 1944, e professor de Dermatologia Sanitária da Faculdade de Saúde Pública, tendo participado do 8º Congresso Internacional de Educação e Saúde, realizado em Paris, o Dr José Martins Barros foi convocado a falar a esse respeito.

Nesse sentido, o médico indicava a criação da educação sanitária das populações como o meio mais eficaz de combater as moléstias venéreas, visto que o “mal cada vez mais crescia entre os jovens”. Ao visar à política pública voltada para a informação, dizia que as “[...] moléstias tão fáceis de serem diagnosticadas e tratadas continuam aumentando entre nossos jovens [...]” (TEIXEIRA, 1978, p. 2). Em razão disso, alertava para que os médicos esclarecessem as jovens “que qualquer corrimento ou ulceração nas partes genitais [eram] suspeitas de moléstia venérea, até que se prove o contrário”. Colocava-se, também, a necessidade de campanhas educativas, principalmente nas escolas, onde as moças começavam, ainda que de forma sutil e comedida, a tomarem conhecimentos sobre a vida sexual. Além disso, alertava para a necessidade urgente da procura de

Um médico para bem orientar o tratamento, curando a doença sem expor o paciente a perigos de ter no organismo germes resistentes. O treponema *Pallidum* é ainda um dos organismos mais sensíveis à penicilina. Seis injeções de penicilina, desde que em dosagem adequada, rigorosamente sob orientação médica, via de regra, exterminam a infecção. A dolorosa verdade é que a juventude paulista, como a de tantos outros centros do mundo, está a descoberto, está exposta a um perigo constante. (TEIXEIRA, 1978, p. 2)

Elencavam-se as atitudes que o Estado deveria tomar frente aos “males” decorrentes da prostituição, como a “[...] regulamentação do meretrício, a abolição com adoção de várias outras medidas e a proibição”. Em suma, consistia em submetê-las ao controle da polícia e da Saúde Pública, conduzi-las segundo os critérios dos governos, visando à reeducação sexual das mulheres. Esses mecanismos sanitários consistiam em normas de organização da vida sexual como forma de controle, proteção da infância e da juventude. A inspeção dos serviços públicos se fazia necessária como medidas médicas seguras e preventivas.

Com isso, aquelas políticas de controle do sexo na Paraíba buscavam soluções emergenciais para resolver os problemas que afetavam diretamente a saúde e a higiene das populações. Não bastava, contudo, combater o ato sexual ilícito que desencadearia aquele tipo de enfermidade, mas, em especial, combater os discursos em torno do problema da disseminação das doenças, o que chamava atenção de outros setores regionais, emitindo uma imagem negativa para o estado. A Fundação Elpídio de Almeida, em Campina Grande, tinha como objetivos a inspeção sanitária da região, entre outros, como a criação de um programa de esclarecimento à população, com vista à mudança de certos comportamentos nos campos da higiene, da segurança e da tranquilidade pública e à inserção de meios profiláticos com vista à defesa social.

Alguns religiosos da época também se pronunciavam frente aos chamados “problemas sexuais” pelos quais passava a juventude paraibana. Partiam da ideia de que a “natureza da educação” que se pretendia introduzir no meio social consistia na “[...] liberalização e na permissividade, fundada em critérios de valores próprios e específicos da pessoa humana”.<sup>127</sup> Segundo o religioso, o processo educativo, baseado em vários campos do conhecimento, com vista a justificar a sexualidade, orientava-se para a busca “[...] incondicional do prazer desvinculado de compromissos, ou o encontro interpessoal”. (SCHERER, 1978, p. 6). Ou seja, a constituição de um campo de prazer que se sobrepunha ao “casamento indissolúvel”. Nesses termos, limitar e regular o prazer sexual dentro da esfera religiosa teria de figurar uma prerrogativa central para uma forma de educação sexual adequada frente aos “novos tempos”. Para ele, a vida conjugal tinha de ser uma

---

<sup>127</sup> SCHERER, Vicente. A responsabilidade na Educação Sexual. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, s/n, 30 jul. 1978.

prescrição inscrita por Deus, não podendo ser desfeita pelos homens da Terra. O *status* matrimonial das mulheres, fundamentado na religião cristã, consistia na ideia de que elas pertenciam aos maridos. Corpo do seu corpo, ambos constituiriam uma só carne. A dupla fidelidade sexual e conjugal, como dever, engajamento e sentimento igualmente compartilhados (FOUCAULT, 1984) deveriam simbolizar a expressão do amor e do cumprimento do mandamento divino.

Naqueles termos, a sexualidade era definida com argumentos “claros e persuasivos” pelo viés cristão, consistindo na explicação mais plausível e, portanto, digna de aceitação. O casamento religioso era tão importante quanto o civil, tinha de ser resguardado a todo o custo. Assim, a mulher que se prezasse honesta jamais poderia dar crédito a um homem casado, tampouco deixar-se seduzir por ele, pois ofenderia não só a moral pública como também o seio da família. Com vista a fundamentar seus argumentos em torno da “educação sexual”, o religioso enfatizava:

Ela se empenha por comunicar adequado conhecimento sobre o aparente mistério da origem e a formação da vida humana, e visa a dispor o educando para o domínio sobre os impulsos instintivos para o sentido de responsabilidade, para o respeito aos outros do mesmo sexo. Deseja tornar o menino e o jovem imunes e livres de prejudiciais sentimentos de culpa infundada e de opiniões exclusivamente fisiológicas e hedonistas. Esta instrução faz parte do processo geral da educação. Não se limita a meras informações científicas e naturais, descritivas da constituição biológica dos corpos e a explicação objetiva da função dos órgãos genitais, talvez com subsídio de dispositivos, de filmes e opúsculos de divulgação. Tudo isso é uma espécie de informação [que] alimenta morbosamente a fantasia do adolescente, tem caráter inteiramente deseducativo e leva às piores experiências e leviandades, com desastrosas consequências, inclusive de total indisciplina do comportamento antes e depois do matrimônio. No terreno da responsabilidade, verifica-se que instruir não se identifica com educar. O mais perfeito conhecimento pode levar à mais torpe depressão. As manifestações da vida moderna

estão penetradas de referências à sexualidade humana que se explora em formas e com intuitos de toda variedade. (SCHERER, 1978, p. 6)

Nessa citação é possível perceber como o cardeal buscava agenciar um modelo de disciplina da vida sexual, de acordo com os chamados bons costumes, a moralidade pública e a organização familiar. Não havia meios pedagógicos adequados para os/as jovens controlarem os seus “impulsos instintivos” (SCHERER, 1978, p. 6), assim, era necessário alertar as famílias para o modo como as informações sobre o sexo estavam sendo levadas à juventude, principalmente por meio dos dispositivos de “filmes e opúsculos de divulgação”. Em particular, ele atacava a veiculação de “conhecimentos mais ou menos grosseira e brutal na rua e da boca de corruptores levianos sem consciência”. Fato esse que desencadeava a “ruína de numerosos lares”, principalmente pela

[...] falta de preparação conveniente para o amor que justifica no estado matrimonial a maravilhosa realidade do encontro dos esposos criados por Deus na complementariedade biológica e espiritual de homem e mulher. (SCHERER, 1978, p. 6)

Frente a essa configuração social, os religiosos da época apontavam a crise de autoridade e de caráter dos pais e das mães que não podiam eximir-se da responsabilidade de educar os filhos, dando também indispensável orientação, visto que era no interior dos lares que se estabelecia o clima de confiança mútua, o que facilitaria o desempenho da boa instrução sexual. Em sua visão, não se podia esperar bons resultados da instrução sexual nas escolas em caráter obrigatório e coletivo. O empenho e o encargo dos pais e das mães decidiriam o futuro dos filhos e das filhas. Para Dom Vicente, “[...] o desregramento e a dissolução dos costumes [...] [vinha] causando a infelicidade de inúmeras famílias e provocaram a ruína de florescentes civilizações”(SCHERER, 1978, p. 6); com isso, “[...] escasseavam aqueles a quem respeitar e admirar, isolando-se em duas decisões e se expondo aos erros e riscos e corrompendo-se [...]”(SCHERER, 1978, p. 6).

Assim, ao retomarmos às questões feitas inicialmente neste capítulo, observamos como a noção de emancipação percebida pelos

letrados da Paraíba, em primeiro lugar, aparecia correlacionada ao desenvolvimento urbanístico e ao crescimento do mercado de trabalho feminino. Segundo, com a frequência com que as moças seduzidas estavam se dirigindo aos espaços do baixo meretrício por terem perdido a virgindade, sendo comparadas às moças “impudicas” de que tratava o escritor francês Marcel Prevôst. Nos discursos dos juristas, médicos e jornalistas, a prostituição era o que lhes sobrava como atividade para sobreviver, já que coexistia com a ideia da virgindade figurar o maior patrimônio da moça que quisesse casar.

Frente às imagens de “degeneradas” e “pervertidas”, os domínios da representação jurídica e política naquela sociedade estabeleciam regras de conduta que (des)qualificavam as moças envolvidas em crimes de sedução, ignorando o fato de que as relações pessoais e interpessoais nem sempre se constituem de maneiras iguais nas configurações históricas e sociais. Como demonstra Butler, os esforços de colonizar e classificar as condutas sexuais e comportamentais resultam na falta de conhecimento ou de correspondência com as “[...] modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais de identidades discursivamente constituídas”. (BUTLER, 2003, p. 20).

As chamadas *demi-vierges*, adolescentes que mantinham relações sexuais sem a aliança do casamento, enquadradas como “raparigas modernas” ou “virgens sem pudor”, naqueles termos, colocavam em xeque certas prédicas, religiosas e jurídicas, costumes honestos que os letrados da época queriam preservar. Essas correlações múltiplas eram explicativas do que denominamos aqui de uma feminização da “moral sexual”, com efeitos patológicos que se atribuíam à prática sexual feminina quando “ela não obedecia às regras da indispensável economia” do sexo. (FOUCAULT, 1984, p. 108). As “raparigas modernas” eram apresentadas tanto como sendo um efeito dos tempos modernos quanto da própria crise por que passava a modernidade; os ideais de liberdade, igualdades como sujeitos de direitos eram julgados pelos juristas como uma proposição que ameaçava as famílias paraibanas, como frequentar certos locais inapropriados, como aquelas moças que perdiam a virgindade nas chamadas “casas suspeitas” ou “lugares libidinosos”. Era então requerida pelos juristas uma espécie de economia sexual, mais de duas relações sexuais “[...] [revelava] o perfil moral, pois esse tipo de conjunção carnal é frequentemente usado pelas prostitutas [...]”. (PARAÍBA, 1971f). As jovens solteiras que saíssem sozinhas e chegassem tarde da noite ou fossem vistas conversando com homens nas ruas eram igualmente consideradas como prostitutas em potencial. As doenças sexualmente transmissíveis eram classificadas

dentro dos códigos moralizantes, percebidas o a consequência ou o resultado daquelas “virgens sem pudor” inclinadas à sexualidade anormal. À sexualidade era reservado o lugar do impulso convertido em liberdade, visto de modo negativo quando se tratava de adolescentes.

Enquanto isso, a figura masculina aparecia como o poder maior da família, responsável pelo provimento da casa. Os maridos estavam ainda incumbidos de dirigir as decisões mais importantes do lar, a sua palavra tinha de ser a última, enquanto, segundo aqueles discursos, as casadas permaneciam na condição de administradoras domésticas do dinheiro, mas só para os pequenos negócios, como o abastecimento de alimentos, ou a compra de vestimentas para os filhos. Conforme vimos, as imagens das mulheres eram construídas de modo que o casamento figurava como uma profissão e um *status* social, o que denota a permanência do discurso do casamento como moeda de troca, reproduzindo critérios essencialistas que permitia associá-las a meras interesseiras, tal como vimos no caso de Conceição. Nesse sentido, sobre os homens permanecia o encargo da responsabilidade de sustentar o ócio das esposas no interior dos lares. A “indústria do casamento”<sup>128</sup>, referência nos discursos dos advogados de defesa, dos promotores e dos jornalistas, representava o principal motivo do comodismo feminino no espaço social e profissional, nos meados da década de 1970.

O que estava também em jogo nas discussões entre governo, médicos, psicólogos e juristas era a crítica à pobreza de muitas famílias do estado da Paraíba, na segunda metade do século XX, devido ao crescimento ao grande número de mães solteiras, responsabilizadas pelo encargo da produção independente e não planejada. Naquela elaboração discursiva, o compromisso de educar para a vida sexual era dever das famílias e dos professores. Genitores e educadores deveriam criar certos códigos para promover uma educação sexual adequada aos preceitos morais conservadores.

Já diziam outros juristas da mesma época que as “mulheres emancipadas”<sup>129</sup> eram aquelas que se sentiam livres para participar abertamente dos novos tempos que se configuravam. Entretanto, para a maioria deles, a preocupação com a possibilidade de adquirir poder de compra as coisas materiais era o fato propulsor de elas procurarem espaço no mercado de trabalho, como força integrante do

---

<sup>128</sup> MULHER continua a luta pela emancipação. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 12 set. 1973.

<sup>129</sup> MULHER continua a luta pela emancipação. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 12 set. 1973.

desenvolvimento social e material da sociedade em geral, muito embora, conforme vimos desde o início do século XX, as mulheres paraibanas eram ativas, de várias formas, no seu sustento e no de suas famílias. Todavia, a “emancipação plena das mulheres” (MULHER, 1973) paraibanas, tal como defendiam os mais românticos, ainda estaria para ser conquistada.





## 5. SUJEITOS DE AÇÕES E DESEJOS

Examinar os argumentos dos advogados de defesa sobre as moças que eram defloradas permite conhecer os pontos de resistência dentro da perspectiva das relações entre sujeitos e normatividades. É possível perceber, por meio dos discursos de promotores, advogados de defesa e delegados, muitos dos quais se posicionavam frente às chamadas moças seduzidas como “emancipadas” ou “prostitutas altamente degeneradas” (PARAÍBA, 1968a), como eles estabeleciam certas regras de conduta sexual e de comportamento, com vista a reproduzir a ideia de como deveriam se portar as “moças honestas”. Ao mesmo tempo, é possível perceber os jogos e as *práticas de si*, isto é, como algumas jovens pobres da Paraíba falavam de si mesmas, de seus atos e vontades, e agiam de forma estratégica para conseguir que os seus objetivos fossem alcançados por meio da Justiça. É possível notar como elas se constituíam enquanto sujeitos de ação por meio das prescrições sexuais que eram determinadas como regras de conduta para as “moças honestas” da época. Como explica Foucault (1984, p. 29), “a ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral [que] outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições”.

Nesse caminho, elaboramos as seguintes questões: quais práticas discursivas, táticas, estratégias constituíam formas de resistências empreendidas pelas moças que davam queixa nas delegacias por crimes de sedução, durante as décadas de 1960 e 1970, na Paraíba? O que as tornavam sujeitos ativos de desejos e vontades sexuais e não meros sujeitos passivos das vontades e dos desejos dos homens? Como e por que o comportamento sexual das ofendidas foi objeto de preocupação jurídica? É possível, ainda, identificarmos ações investidas pelas jovens feitas a partir das *práticas de si*?

Pretende-se um trabalho histórico e de análise crítica, isto é, fazer uma análise dos “jogos de verdade”, dos enquadramentos sociais por meio dos quais aquelas moças se constituíam como podendo e devendo ser pensadas e/ou classificadas como donzelas, virgens, mães ou esposas. Descrever e analisar como elas se percebiam enquanto sujeitos acerca de seus corpos e sexualidade. Para tanto, faz-se necessário traçar o perfil dos juristas e testemunhas que falavam sobre as jovens seduzidas da Paraíba.

Os promotores e advogados de defesa falavam de um lugar de poder, a Justiça, que, por sua vez, legitimava suas ações, decisões e ratificava seus discursos como sendo a “verdade” a partir do lugar social

de fala. Embora consideremos um discurso conservador, por vezes é possível indagá-lo, não determinando se condizia com a verdade, tampouco definindo qual o seu valor expressivo (FOUCAULT, 2008a, p. 7), mas trabalhando-o em seu interior, problematizando-o em suas relações e reelaborando-o a partir das práticas discursivas das mulheres. Com isso, pretende-se entender como algumas moças se portavam em relação às normas e regras de conduta, bem como diante do desejo pela maternidade. Tomamos como ponto de partida os posicionamentos de juristas, envolvidos na produção de mecanismos disciplinares, visando observar os jogos pedagógicos voltados para os corpos e os comportamentos das ofendidas, das primeiras décadas da segunda metade do século XX.

Outra forma de conhecer os pontos de resistência criados pelas jovens é por meio das declarações dos acusados e das testemunhas, sejam elas de acusação ou de defesa, presentes tanto no inquérito policial quanto nos processos; tendo em vista que grande parte dos depoimentos das menores é sucinta e repetitiva quanto ao defloramento. Acerca disso, surgem duas hipóteses. Primeira: os depoimentos das jovens são indicativos do fato de que elas detinham algum conhecimento sobre o que deveriam falar nas delegacias e, posteriormente, em juízo. Segunda: possivelmente o escrivão, uma figura importante na organização judiciária, encarregado do andamento do processo e de registrar os atos praticados em seu curso, dispunha de um modelo próprio do Judiciário referente à narrativa sobre os crimes de sedução. Boris Fausto afirma que

[...] tanto os depoimentos das testemunhas, quantos os interrogatórios feitos ao réu e ao ofendido, são registrados pelos escrivães que, muitas vezes, alteram o discurso emitido oralmente, mesmo quando inexistente qualquer tipo de intenção ilícita. (FAUSTO, 1984, p. 130)

As formações discursivas dos acusados, por sua vez, eram permeados de interesses, produzidos em favor deles mesmos com vista à invalidade da denúncia, voltados para a sua absolvição. Os rapazes eram, provavelmente, orientados pela defesa acerca do que deveriam responder quando fossem interrogados pelos delegados, promotores e pelos juízes. Primeiramente, negavam que as moças eram virgens e, em seguida, direcionavam suas versões para difamar a conduta moral delas. De modo estratégico, como já dito no capítulo anterior, eles

enumeravam nomes de outros rapazes com os quais as ex-namoradas supostamente teriam perdido a virgindade: trata-se “[...] de um romance muito longo com um militar, a quem se deveria atribuir a dita responsabilidade”. (PARAÍBA, 1972b), indicando, ainda, o endereço onde residiam para dar mais veracidade a sua fala.

As testemunhas de defesa, que falavam em nome dos acusados, eram orientadas pelos advogados a afirmarem conhecê-los bem, fazendo menção a sua boa conduta e ao fato de serem homens trabalhadores, respeitosos e honrados, conhecidos por todos na vizinhança. Ao se referirem às ofendidas, diziam que não eram moças de “bom comportamento” ou de “boa conduta”, que viviam pelas calçadas conversando com um e outro, e que chegavam apenas no dia seguinte, altas horas da madrugada. Ou seja, com base em suas declarações, produziam uma constelação de imagens distorcidas, visando difamá-las no âmbito jurídico, haja vista os testemunhos serem fundamentais para a confrontação das provas materiais.

As testemunhas de acusação, chamadas a depor em prol das vítimas, eram pegas de surpresa, tentando defender as moças vítimas de sedução, frequentemente, por meio de perguntas estratégicas da defesa, da promotoria e dos juízes. Muitas delas, de forma consciente ou não, parece-nos às vezes que, de modo ingênuo, acabavam corroborando para a construção da imagem negativa das vítimas. Seus discursos detinham certo poder no resultado das ações, tendo em vista que a maioria fazia parte das redes de amizade e sociabilidade das famílias das ofendidas, tratando-se de vizinhas/os ou de pessoas agregadas aos lares das jovens com que conviviam há anos. Em geral, as testemunhas detalhavam alguma informação ou a confirmavam, seus relatos eram significativos, pois intervinham no resultado das acusações. Como afirma Janet Malcolm, na epígrafe da obra *A mulher calada*, “[...] tanto o relator quanto aqueles de quem se relata algo precisam saber que detêm as próprias vidas nas mãos. Há segredos vetados à privacidade e ao silêncio [...]” (MALCOM, 1995) que são devassados quando menos se espera, frente às artimanhas do/a investigador/a.

Ao passo que circulavam os discursos sobre os códigos morais de como as moças deveriam praticar a sua sexualidade, como deveriam se portar frente a um tema tão discutido naquelas décadas, muitas jovens se reinventavam como sujeitos de desejos e de vontades próprias, desnaturalizando o poderio masculino, tanto no que se refere ao ato sexual, quanto à conquista. É o que passaremos a discutir e a problematizar neste capítulo.

## 5.1 COGITOS DE “UM ARDIL”: OS USOS DA JUSTIÇA

É comum identificarmos nos discursos dos juristas a construção do lugar de vítima no qual se inseriam as moças envolvidas em crimes de sedução, em particular nas queixas-crime dos delegados, nos relatórios dos promotores, nos depoimentos das testemunhas, nos veredictos dos juízes e nos relatos dos jornalistas. Conforme aponta Guacira Lopes, o lugar social da vitimização e da fragilidade feminina foi constituído pelos discursos médicos, religiosos, jurídicos e educacionais, com vista à proteção e à tutela das mulheres (LOURO, 2004, p. 454). A prática discursiva da vitimização aparece também em vários discursos nas declarações de mães, pais, patroas, e está presente nas narrativas das ofendidas, nem sempre de forma implícita.

De outra parte, percebemos um universo discursivo intensamente marcado pela posição central da figura masculina, a exemplo dos advogados e da promotoria que, em sua grande maioria, inocentava e vitimizava os envolvidos em crimes sexuais. Desde o final do século XIX, observa-se que os médicos e higienistas responsabilizavam as mulheres pela manutenção de uma família saudável, de modo que o casamento e a maternidade eram considerados por esses profissionais como a “[...] verdadeira carreira feminina e tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio de norma”. (LOURO, 2004, p. 454).

Conforme vimos no capítulo anterior, as moças que se envolviam em crimes de sedução estavam fora da lógica do casamento, sendo enquadradas, portanto, como “raparigas modernas”, dentre outras nomeações. À medida que os advogados e promotores falavam sobre os modos de comportamentos sexuais das moças, percebe-se várias estratégias empreendidas por parte de algumas jovens no sentido de vivenciarem suas relações de paixão com um pouco de emoção e de privacidade. Assim, buscamos descrever e analisar como era operado o poder de decisão e de ação das chamadas “vítimas”, visto que de uma mesma matriz discursiva pode-se perceber diversos dispositivos de significado, como eles funcionam e buscam legitimar determinadas regras de condutas sexuais, e também identificar os pontos de resistência que escapam às tais regras ou as subjetividades que se erigem contra as leis que são impostas por uma dada sociedade.

A problematização que se propõe tem como ponto de partida a noção de subjetividade de Guattari e Rolnik. Tal noção pode ser entendida aqui em circulação entre os campos sociais de diferentes

dimensões, partindo tanto da produção subjetiva individual quanto coletiva. A subjetividade se dá

[...] no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, e com a ordem social suporte dessas forças produtivas. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 34-35)

O processo de subjetivação consiste em “[...] sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle e as instituições psíquicas e econômicas que definem as formas de compreender o mundo”. A noção de “subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação [...] e modelada no registro social”(GUATTARI; ROLNIK, 2005, pp. 39-40). Ou seja, a formação discursiva das falas individuais de cada sujeito (as moças envolvidas em crimes de sedução e corrupção), suas sensibilidades, seus desejos, suas ações necessariamente não condizem com a representação social desses sujeitos enunciadoreis. Conforme Guattari e Rolnik (2005, p. 40), “essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de produção maquínica, a mutações de universos de valor e de universos da história”. Isso quer dizer que os processos de subjetivação não são centrados nos sujeitos individuais, tampouco em agentes grupais, aparecem implicados em outros dispositivos de poder (“sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia”, entre outros), de natureza humana, “[...] infra psíquica, infra pessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, imagem e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas corporais [...])”(GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 39), etc.).

A construção da subjetividade trata-se da articulação entre as experiências pessoais e outros domínios sociais ou grupos, ou do conhecimento de si por si atualizado a todo instante, de modo que as jovens eram capazes de interferir nas decisões acerca de fatos implicados em seus cotidianos ou em suas vidas. Em outras palavras, eram sujeitos de ações e de desejos que viviam, falavam, trabalhavam, se apaixonavam, sofriam e tudo isso inseridos nas relações consigo mesmos e com os outros: exerciam “[...] o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro (como é encontrado na

pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição dos modelos de vida, etc.)” (FOUCAULT, 1977b, p. 111).

Conforme dito anteriormente, as famílias pobres tinham de apresentar um atestado de miserabilidade para ter o amparo da Justiça. Encontramos, no entanto, alguns casos, uma gota d’água num oceano, nos quais os pais das menores tinham condições financeiras iguais ou melhores que a dos acusados e, por essa razão, os pais não solicitavam o recurso. Nesses raros processos, o relatório da promotoria aparece mais detalhado se comparado àqueles referentes às moças consideradas pobres nos termos da lei, e as informações compiladas eram descritas cuidadosamente por parte de seus relatores. Os pais chegavam a contratar até dois advogados determinados a fazer valer o amparo das filhas na Justiça. Isso significa que as batalhas não seguiam uma mesma lógica, cada caso tornava-se singular em vista da riqueza de detalhes própria, a cada acontecimento sexual, dependendo dos interesses das partes envolvidas, bem como da condição financeira de cada um.

Os relatórios da promotoria e da defesa aparecem aplicados às intrigas das famílias, e por meio deles é possível identificar as tensões e as divergências entre os códigos que eram moralmente aceitáveis para a chamada elite da Paraíba. É o que lemos em um documento do ano de 1960, em que o pai da menor envolvida em um crime de sedução era funcionário público estadual na cidade de João Pessoa. No percurso da ação, foram contratados dois advogados, C. A. R. e A. N. M., para defenderem a honra da filha “ofendida”, à qual daremos o codinome de Dione, 17 anos, branca, alfabetizada. A jovem era filha de criação de João Martins Loureiro, casado com Maria do Carmo Gouvêa Loureiro, professora, provavelmente do ensino médio e fundamental de alguma escola da cidade. Dione estudava no Colégio Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa, considerado a instituição de ensino mais importante da cidade, cuja educação religiosa era destinada exclusivamente às moças de família. Residiam na Avenida Eptácio Pessoa, onde ficavam localizadas, na época, as habitações da classe média e alta da capital do estado.

Nesse processo, em particular, observamos como foram elaborados enormes relatórios por parte dos advogados de defesa e de acusação. Os discursos enunciados durante esse processo consistem em uma verdadeira guerra das relações de poder, o que faz jus às palavras de Chalhoub (1990, p. 21), quando o autor diz que os processos criminais consistem em um emaranhado de “[...] contradições, incoerências, construções ou ‘ficções’ que constituem efetivamente as fontes analisadas”.

O namoro de Dione e Nelson, 25 anos, comerciante, teria iniciado no ano de 1959. A amizade foi se firmando cada vez mais com a aceitação da família, uma vez que ele “[...] demonstrava as melhores intenções com a sua namorada, com quem conversava quase todas as noites [...]” (PARAÍBA, 1960a) em frente ao portão da casa dos pais dela. Com vista à formalização do compromisso, o rapaz teria lhe dito que, assim que finalizasse o processo de inventário do pai, Claudino Vieira, iria com ela contrair núpcias. Nos casos em que os genitores detinham uma melhor situação financeira, o consentimento do namoro era muito importante, tanto por parte da moça quanto do rapaz. Antes de apresentarem os rapazes às famílias, as jovens persuadiam seus familiares, mencionando o fato de serem homens direitos, respeitadores, honestos e trabalhadores, conforme abordamos no primeiro capítulo. Havia assim uma moral que era própria das famílias que aprovava ou não o namoro, a qual se diferenciava em certo sentido dos namoros de outras moças cujas famílias detinham menor poder econômico. Nessas situações, as moças pareciam usufruir de uma vigilância menos estreita, aproveitando os momentos em que escapavam para desfrutar de uma maior liberdade.

As premissas acerca do namoro não eram peculiares somente à década de 1960, conforme afirma Carla Bassanezi, o Brasil dos anos 1950 vivenciou um período de ascensão da classe média, pós-final da Segunda Guerra Mundial, no qual, “o país assistiu otimista e esperançoso ao crescimento urbano e à industrialização sem precedentes que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres” (2004, p. 608). Igualmente, as condições de vida diminuíram muito as distâncias entre os casais, bem como “[...] as práticas sociais do namoro à intimidade familiar também sofreram modificações” (BASSANEZI, 2004, p. 608). Contudo, não estado da Paraíba, as distinções entre as mulheres continuaram nítidas em termos de um namoro com muitas restrições até o casamento.

O acontecimento do defloramento de Dione ocorreu durante os festejos carnavalescos, ocasião em que a moça, aos “rogos do querelado”, compareceu, pela primeira vez, ao Clube Cabo Branco,<sup>130</sup> na cidade de João Pessoa, acompanhada da mãe, do pai, do Dr. Joffre de Albuquerque e do Sr. Joel Souto Maior, amigos da família. Segundo a promotória, sob as vistas dos familiares e de pessoas de suas relações de

---

<sup>130</sup> Tal era a popularidade desse clube à época na cidade de João Pessoa que em 1965 foi criada uma revista *Cabo Branco* por um grupo de sócios visando a divulgação do clube (ARAÚJO, 1986).

amizade, ela dançou várias vezes com o futuro noivo (PARAÍBA, 1960a). A moça estava guarnecida de amigas e de pessoas importantes que faziam parte de seu círculo social. O lugar social que cada um ocupava, médicos, esposas da alta sociedade, professoras, indicava um certo *status* que a colocava numa posição privilegiada frente às outras moças pobres que apresentavam queixa à polícia por crime de sedução. Tratava-se de uma moça de respeito, honrada por pessoas de seu convívio e que frequentava espaços públicos de boa reputação, como os clubes, locais fechados. Era essa a imagem que a promotoria queria passar.

Os clubes eram definidos como espaços físicos e simbólicos das relações familiares e de amizades, especialmente porque eles significavam a possibilidade de as jovens se deslocarem dos recônditos de casa, muitas vezes da vigilância das mães, para locais públicos. Esse deslocamento favorecia mudanças nas relações de gênero entre mães e filhas em razão da influência que muitos dos rapazes, na condição de namorados, passavam a exercer sobre elas. Os “festejos carnavalescos”, considerados festas da “carne”, ocorriam ao mesmo tempo fora daqueles locais fechados, nas ruas, com o movimento das populações pobres que dançavam e cantavam. Enquanto isso, as agências telegráficas das cidades do Rio de Janeiro e do Recife cuidavam de informar as últimas notícias da festa no país, visto que o carnaval de rua era considerado a festividade mais popular da época.

De acordo com a promotoria, foi nos últimos dias do ano de 1960 que os pais notaram “[...] certa transformação de ordem psíquica em sua filha, acompanhada de inapetência, definhamento e outros distúrbios de natureza biológica”. (PARAÍBA, 1960a). Tais sintomas, comumente associados ao saber médico psiquiátrico, teriam inquietado o casal. No dia 12 de junho, aproveitando a visita do Dr. Hermano Gouvêa, sobrinho da mãe de Dione, o mesmo examina “o estado de saúde” da moça e, para a surpresa da família, após o exame de urina, constata-se a gravidez no curso de quatro meses. Naquele tempo, ter um médico na família era sinônimo de *status*, “os famosos médicos clínicos” (SILVA FILHO, 1998, p. 205) eram responsáveis por cuidar de todos os parentes, o que lhes dava a alcunha de médico da família, visto que eles acabavam acompanhando os parentes e amigos de uma mesma família, da infância até a fase adulta, “[...] popularmente falando, do berço ao túmulo”. (SILVA FILHO, 1998, p. 205).

Após ser examinada pelo Dr. Hermano Gouvêa, Dione contou aos pais, “aos choros”, que foi desvirginada no dia 8 de março do corrente ano de 1960, à tardinha, na praia de Tambaú, nas imediações do



Cabo Branco. O rapaz a teria ameaçado, dizendo que não se casaria, caso ela dissesse ao pai, advertindo-a ainda que “[...] era rico e com a revelação do crime saberia evadir-se e, conseqüentemente, as núpcias não se realizariam [...]” (PARAÍBA, 1960a).

Segundo o advogado de acusação A. N., o rapaz utilizou todos os meios para seduzir a menor por meio de palavras e presentes, como a aproximação com a família, a assiduidade nos encontros com a jovem e as promessas de casamento. Todos “[...] os ardis, em suma, tendentes a captar-lhe o consentimento para o ato sexual [...]” e “[...] intenções sérias por [meio do] namoro constante [...]” (PARAÍBA, 1960a). O objetivo consistia em construir um cenário por meio do qual o juiz de Direito fosse convencido de que Dione fora seduzida porque depositara no namorado “[...] uma cadeia de enleios eficientes para iludir a vítima e captar-lhe o consentimento [...]” (PARAÍBA, 1960a). O discurso do advogado de acusação retoma, em várias passagens, um viés romântico com um misto dos sentidos que definiam a lei sobre o crime de sedução.

Em resposta às perguntas do magistrado, Nelson declarou que, em pouco tempo de namoro, Dione o teria convidado para assistirem a uns jogos que se realizavam naquele instante no Estádio José Américo, em João Pessoa, promovidos pelos colegiais: as olimpíadas. Naquele momento, a moça queixava-se de que “o ambiente estava monótono”, sugerindo um passeio na praia de Tambaú, onde “[...] se mostrava muito displicente, pois ao ter o vestido levantado pelo vento não tomava nenhuma medida para baixá-lo, como devia fazer uma moça recatada”. (PARAÍBA, 1960a). Observa-se na fala de Nelson certa censura por parte dos homens envolvidos nos crimes de sedução, sejam eles jovens ou não, frente ao modo como as moças se vestiam à época. Esse tipo de observação é uma estratégia constante em vários outros discursos presente nos documentos. A ênfase dada à roupa de Dione figurava como um gesto tático carregado de valor ao ser mencionado na presença do juiz; um discurso indicativo de um senso moralista falseado ao insinuar que a namorada o provocara, despertando-o para a prática sexual, realizada no segundo encontro. Na ocasião de outro passeio à referida praia, a jovem se apresentou

[...] cada vez mais livre a ponto de se agarrar ao namorado e se mostrar assim desejosa de manter com ele relações sexuais, o que aconteceu, tendo o acusado, por essa ocasião, verificado que a mesma não era mais moça, mas uma mulher acostumada

a manter relações sexuais com outros homens.(PARAÍBA, 1960a)

Disse ainda que o acusado “[...] não ouvia boas referências àquela sua namorada [...]” (PARAÍBA, 1960a) muito antes do namoro, e que a moça havia lhe dito, certa vez, que “[...] mesmo que se terminasse o namoro com o interrogado não chegaria a denunciar à sua família [...]” (PARAÍBA, 1960a), já que ela mesma não era nenhuma “santa”. Muito embora não achemos aqui a verdade nas palavras de Nelson, assim como nos discursos que favorecem as chamadas vítimas, esse pequeno gesto sorrateiro investido por Dione colocava em cheque certos códigos que defendiam o lugar de passividade das mulheres, do qual falamos anteriormente.

No primeiro encontro, segundo ele, ocorreram apenas trocas de beijos, “[...] notando, porém, que a sua namorada adiantava-se um pouco naqueles afagos quando chegava a levar a sua mão [de Dione] ao seu órgão sexual [...]” (PARAÍBA, 1960a). Com isso, o rapaz remontava uma certa subjetividade masculina que perdurava há séculos acerca da sujeição sexual das mulheres aos homens na Paraíba, e isso, ao que parece, corroborava para a reprodução dessa “vontade de potência”, sexualmente falando, em relação à passividade das moças, ou à sua atividade no campo da sexualidade. O que ia de encontro à frase apologética das feministas uma década depois, nos anos 1970: “O nosso corpo nos pertence”, ao defenderem o respeito e a integridade sexual das mulheres. Quando dizemos a vontade de potência “[...] não se trata de um poder ou de uma potência inerente à vontade que se exprimiria pelo comando, mas da ideia de que existe algo na vontade que afirma sua potência [...]” (BRAGA, 2011, p 26) individual. Isto é, existia um pensamento de época de que o vigor sexual consistia em uma condição inerente aos homens.

A jovem, por outro lado, parecia calcular as relações de força enquanto se constituía em sujeito de desejo por meio de suas vontades na relação com o namorado (FOUCAULT, 2010b, p. 42). Talvez o fato de ela ter-se mostrado “displicente” não consistisse em uma atitude meramente aleatória, e sim uma “prática significante” (CERTEAU, 1994, p. 45) motivada por astúcias<sup>131</sup> e, possivelmente, por desejos.

---

<sup>131</sup> Fazemos aqui duas distinções entre táticas e estratégias. Apropriando-se do pensamento de Michel de Certeau, a astúcia ou a tática não tem lugar e por isso depende do tempo, o seu tempo é efêmero, ínfimo, ou seja, ele não é balizado. A tática atua exatamente em um tempo e um lugar que não são o

Diante da configuração social da época e dos sistemas de percepção, ela tripudiava as normas, escapando às regras de “boa conduta”. Ou seja, não se mostrava como um objeto passivo da vontade alheia, não agia conforme os princípios disseminados pelos juristas, médicos ou religiosos, atuava de igual modo como teria sido comum observar nas ações dos homens de sua época, objetivando a realização de seus desejos. Sua manobra durante o passeio parecia querer incitá-lo à prática sexual, envolvendo-o em seus “afagos”, isso significa que algumas moças, a exemplo de Dione, mantinham desejo sexual por seus namorados ou companheiros, eram ativas sexualmente e não meros corpos disponíveis às vontades do “imperativo” masculino.

Ao contrário dos discursos dos delegados e promotores que defendiam a noção de pudor das “moças honestas”, Dione não se mostrava, em seu primeiro encontro, como uma singela recatada. O que demonstra como a propagação dos códigos sexuais de modo homogêneo nem sempre eram recebidos da maneira como talvez quisessem os letrados da Paraíba. Muitas moças eram hábeis em reunir indícios para compor as provas de que tinham sido seduzidas, uma estratégia que, em muitos casos dava certo, se considerarmos que algumas delas chegavam ao altar. Para dar mais autenticidade à acusação, Dione apresentou um cartão de natal, cartas e uma foto do ex-namorado. Durante o interrogatório, mencionou a aliança de noivado, ao que tudo indica, para atestar a sua relação de intimidade com o acusado em juízo. Essa atitude demonstrava que ela nutria grande confiança por ele. A compilação dos artefatos íntimos visava demonstrar a paixão que os dois sentiam um pelo outro, a forma como ela fora cortejada, bem como o comprometimento da relação.

A defesa ainda apresentou a data de 14 de julho de 1960 em destaque, sublinhada no processo. Tratava-se de uma pequena nota publicada pelo jornal *A União*, de João Pessoa, quando os pais

---

seu, mas são do outro, “conta com um próprio”, ou seja, com o tempo longo, como o da estratégia. Ela depende do tempo da estratégia, “para captar no voo possibilidades de ganho”. Joga com os acontecimentos para ressignificá-los em situações. É o ato ou a maneira de aproveitar a ocasião. A estratégia demanda tempo, depende de um lugar próprio, um lugar institucional que é sustentado pelo poder, mas aquela não dependendo tempo *Kairós*, como o da tática, e sim de um tempo calculado, classificado, balizado, pensado e estrategicamente cronometrado. Eis o que Certeau nomeia de “o cálculo das relações de força” empreendida por um sujeito de poder e de querer ou pelas práticas não discursivas como a racionalidade política e econômica. A estratégia (CERTEAU, 1994, p. 45-47).

realizaram “os proclamas para o casamento”, antes do início da ação. Cada peça que atestava a relação da moça com o rapaz foi cuidadosamente anexada ao processo, como prova valiosa, objetivando a absolvição do acusado ou a vitória da família da jovem na ação judicial.

Os advogados da moça alegaram que todos os esforços dos querelantes foram “[...] baldados no sentido de que o querelado reparasse o mal cometido, evitando-se, destarte, o escândalo de um processo”. (PARAÍBA, 1960a). Não se tratava, contudo, da exposição do sobrenome de família, mas de evitar as fofocas que ocorriam na vizinhança, envolvendo a “honra perdida” da filha. O caso de uma “moça perdida” era assunto para a vizinhança por semanas ou meses. Os testemunhos foram todos sistematizados pela defesa com vista a provar que a jovem teve vários namorados na cidade, “[...] com os quais praticou atos de libidinagem das mais variadas [...]” (PARAÍBA, 1960a). O modo de se portar representava, naqueles tempos de “vida moderna”, uma “[...] môça experiente, afeita a conctatos sexuais com o namorado, traquejada, sendo exceção daquele tipo de candura e inexperiência, que o Código procura resguardar do sedutor audaz [...]” (PARAÍBA, 1960a). É nessa relação, entre modernidade e sexualidade feminina, que os juristas enquadravam as jovens seduzidas. Tal como afirma Paul Veyne, “[...] cada época vive com base em suas ideias feitas (vale também dizer com as suas frases feitas) [...]” (VEYNE, 2011, p. 99), e aquela não parecia uma exceção, muito embora cada fato histórico seja único ou singular.

Nesse caminho, o que os advogados C. R. e R. T. B. buscavam reafirmar era o perigo no campo da vida familiar frente a comportamentos patológicos como o de Dione. Ela representava a imagem de um atentado contra os bons costumes, o avanço da “experiência da vida”, entenda-se experiência sexual. “Atentar contra os costumes é criar um prejuízo social por meio de imoralidade sexual, atingir as pessoas em sua segurança moral, provocar um dano [...], mesmo que um ultraje”. (VIGARELLO, 1998, p. 131). Vejamos um trecho do discurso da defesa:

A menor ofereceu-se por impulso de sua própria sexualidade, com o seu ato, e para a satisfação de desejos genésicos. Hoje em dia, com a experiência da vida, não há mais dessa espécie de moça pura e inexperiente, que se deixa seduzir por promessas falazes [...]. Para melhor definir a experiência da

[menor], basta afirmar que quando o acusado veraneava em Tambaú, onde a mesma se encontrava veraneando, à noite, saltava ela a janela de sua casa, para ir ao encontro do mesmo, e com êle manter relações sexuais. Não só fez isto, como até lhe forneceu baladeira para quebrar as lâmpadas do posto defronte da sua casa, para ficar escuro, e não sêr vista quando saísse à noite, furtivamente para o encontro sexual [...]. (PARAÍBA, 1960a)

Não se pode deixar de observar como a violência de gênero aparecia por meio dos equívocos forçosamente produzidos que visavam à desqualificação da conduta das ofendidas perante a Justiça. Ao citar “desejos genésicos”, fazia-se referência à nomenclatura satiríase (em latim: *satyriasis*), indicando que a moça era dotada de gosto sexual altamente libidinoso e devasso, cuja excitação dos órgãos sexuais vinha acompanhada de desejos irreprimíveis. O discurso deixava entrever que a jovem transitava entre dois tempos: o da moça pura, representando os costumes tradicionais que os juristas buscavam preservar, e o da astuta, que figurava a chamada modernidade, em um gesto insidioso quando pulou a janela, provavelmente de seu quarto, para ir ao encontro do namorado. Ora, esse acontecimento não teria tanto destaque se a atitude tivesse partido do rapaz. Nesse universo de valores, Dione não cotejava o lugar de vítima, não aparece desprovida de ação, de atitude, como vimos nos discursos de muitos delegados, de alguns promotores e juízes, pois ao quebrar as lâmpadas, ela conquistava “pequenos sucessos” com as suas “artes de dar golpes” (CERTEAU, 1994, p. 47) na vigilância noturna. Com isso, não prescindia ainda do juízo de valor de seu namorado, tampouco do da sua reputação, mas escapava por meio das linhas de fuga, ressignificava outras possibilidades de amar e viver naquela sociedade. Muitos juristas ignoravam o poder de barganha e de escolha de muitas jovens, desconheciam o seu espírito livre em nome de preceitos por eles valorizados. Dione não esperava o namorado, é ela quem ia ao seu encontro, trata-se aqui das *práticas de si* corroboradas pelos desejos sexuais, visto que muitas demonstravam ter uma sexualidade que lhes era própria, que se diferia da “moral sexual” propagada por aqueles advogados. Suas escolhas, nem sempre sutis, faziam diferença, traçavam linhas de escapes, e era por meio daqueles pequenos gestos, dos atos de prazer, que Dione se fazia perceber em seu modo de se expressar, constituindo-se, assim, como sujeito de desejo e de poder.

Em seguida, a defesa se empenhou em justificar seu discurso, partindo do pressuposto de que a falta de “moralidade” da mãe figurava o modelo explicativo para se entender o procedimento da filha.

A ofendida é que cedia aos seus impulsos e ao imperativo do sêxo, também, certamente, por uma condição biológica de hereditariedade, puxando à sua mãe, que era mulher deshonesta (sic), e que vivia do sêxo. Tanto é assim que no registro não se apresentou pai da ofendida, o que prova que a situação da sua mãe não era tão legal, com o homem com quem vivia, e que ela não era mulher honesta. (PARAÍBA, 1960a)

Isso significa dizer que, provavelmente, a mãe não era casada civilmente com o pai, viviam amasiados. Colocava-se em cheque a posição da mãe dentro da esfera do casamento. O advogado R. T. B. contestou inicialmente o direito de representação da menor, alegando que tal direito decorria do “[...] pátrio poder, a que se acham os filhos legítimos, ou legitimados, os legalmente reconhecidos” (PARAÍBA, 1960a). Considerada como uma menor relativamente incapaz, no sentido jurídico, o advogado tentava invalidar o direito, sem sequer entrar no mérito da ação. As questões levantadas pela defesa pairavam no âmbito do direito processual. Desse modo, buscava reconstituir outra interpretação acerca da guarda legal da menor com todos os seus valores e significados, que pareciam um tanto confusos, pois os advogados do acusado não deixavam claro exatamente o que defendiam. A qualidade de representação resultava da condição de parentesco ou de uma imposição de ordem legal, como nos casos do curador, contudo o direito poderia ser decaído em até seis meses se não fosse apresentada a queixa a contar do dia em que o Judiciário fosse provocado. Tudo isso se sobrepunha e se ajustava no jogo estratégico da defesa: “modelos de retórica” (CERTEAU, 1994, p. 48) para confundir os advogados da parte autora, típico não do advogado em particular, mas da Justiça e de sua burocracia milenar. Tal tática de argumentação tinha um sentido: articular todas as falas dos envolvidos nos autos a fim de que resultassem na absolvição de seu cliente.

O processo perdurou por mais de seis anos, quando Dione já alcançara sua capacidade civil, o que fazia “[...] exaurir-se de conseguinte o paterno direito civil pela sua maioridade [...]”. Após oito anos de tramitação da ação, foi notória a insatisfação do juiz M. M. que,

a pedido do Ministério Público, arquivou-a sob a alegação de desinteresse das partes e de prescrição no ano de 1968.

Anos antes da prescrição, em seu depoimento, Dione afirmou que, ao saber de sua gravidez, o namorado “tratou de convencê-la que a única solução seria o aborto, a destruição prematura do próprio filho”, o que foi repellido “[...] pela ofendida que preferiu humilhar-se a trair seus instintos maternos”. (PARAÍBA, 1960a). Com base nessa assertiva, o filho era visto como um sujeito imanente à natureza das mulheres, quase como uma necessidade. Outrossim, não havia um acordo entre os médicos quando o abortamento poderia ser admitido como provocado. Em alguns casos, os abalos morais poderiam provocar o aborto (FERNANDES, 1976), principalmente porque muitas moças que engravidavam temiam ser expulsas da casa dos pais, ou apontadas na vizinhança, além disso, dificilmente conseguiriam um casamento diante do estereótipo de “mãe solteira” (RAMOS, 2009). Algumas jovens envolvidas nos crimes de sedução acabavam abortando. Muitas práticas de aborto no estado tornavam-se objeto de discussão entre os médicos, por não se saber se se tratava de aborto provocado ou espontâneo, isso em razão do emprego de vários meios abortivos pelas moças pobres da Paraíba, auxiliadas por mulheres mais velhas, como as rezadeiras ou as aborteiras. Naquela época, era bastante comum o uso de certos chás de plantas usadas para fins curativos, como os chás de arruda, erva cidreira, artemísia, alfazema e alecrim, sendo estes dois últimos os mais conhecidos à época, para provocar o aborto.

Conforme mostra Joana Maria Pedro (1994, p.?), os corpos femininos “[...] controlados para gerar filhos legítimos no interior de famílias legalmente constituídas [...]” passaram, a partir da década de 1950, a serem vistos como os responsáveis pela explosão demográfica, “[...] deixaram de ser apenas os lugares da procriação legitimada para tornarem-se o lugar de controle da população”. (PEDRO, 1994, p.167). Um fator a ser considerado é que as práticas abortivas não diziam respeito somente às jovens solteiras abandonadas pelos parceiros. A autora diz que, em alguns casos, o aborto servia como “[...] um método contraceptivo adotado por mulheres casadas, já com alguns filhos, que queriam evitar mais um nascimento”. (PEDRO, 1994, p. 167).

Os jornais do estado noticiavam diariamente o número crescente de crianças abandonadas, geralmente eram filhos/as de mães solteiras ou viúvas, em um momento em que psiquiatras, religiosos, sociólogos e professores de todo o país passavam a dar maior atenção ao menor abandonado. Foi durante o governo de Castelo Branco que se tornou cada vez maior a propagação, por meio dos jornais locais, de campanhas

em prol de crianças nessa situação de abandono, bem como acerca de cuidados com a subnutrição, o desamparo, os maus-tratos, entre outros, em especial porque se disseminava a ideia da criança vista como a “esperança do Brasil”<sup>132</sup>, cabendo aos governantes conduzi-las a um futuro seguro e promissor.

Acerca dos direitos das mulheres na esfera do casamento, o que incluía o direito de representação, a Lei nº 4.121, de 17 de agosto de 1962, do Estatuto da Mulher Casada, em seu artigo 380,<sup>133</sup> anunciava o seguinte termo: competia o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Somente na ausência ou impedimento de um dos progenitores, passaria o outro a exercê-lo com exclusividade. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevaleceria a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para solução da divergência.

Observe-se que a noção de pátrio poder não se trata de uma ideia natural, mas de uma noção político-jurídica que se referia ao fato de as mulheres casadas se encontrarem privadas do exercício de seus direitos em função da autoridade exclusiva dos maridos ou dos pais. A lei era clara quando se tratava da ausência do pai, hipótese em que a mãe seria a representante legal da filha. Nessa circunstância, a mãe de Dione, por exemplo, gozava da mesma representação jurídica em favor da menor. Para que as mães tivessem o direito de representação de suas filhas, teriam de ser viúvas, comprovar que viviam em um lar, do qual as menores eram dependentes moral e economicamente, demonstrar, sobretudo, que eram portadoras de boa conduta, que não frequentavam determinados locais, como as “casas suspeitas”.

Embora o Estatuto do ano de 1962 fosse preciso quanto ao papel das mulheres casadas, observamos que, muito antes da segunda metade do século XX, as mulheres tinham uma participação efetiva nas decisões de suas vidas e na de seus familiares, em particular quanto ao mercado de trabalho. O historiador Luciano Mendonça de Lima mostra um contraponto referente à construção de uma história masculina

---

<sup>132</sup> PSQUIATRA sulista estende campanha da criança abandonada ao Nordeste. **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 7, 27 ago. 1964.

<sup>133</sup> O artigo 380 foi revogado pela Constituição de 1988, sendo substituído pelo artigo 21 do Código Civil. Conferia tanto ao homem quanto à mulher o direito de exercer o poder familiar, cabendo, em caso de discordância, recorrer, qualquer dos cônjuges, à autoridade judiciária. Assim, abriam-se possibilidades para as mães exercerem o direito sobre os filhos da mesma forma que os pais.



falocêntrica da qual as mulheres estariam ausentes, e de leituras que reproduzem o lugar de vitimização. Com base nas ações cíveis, o autor demonstra as trajetórias de escravas na luta por sua liberdade na Campina Grande do século XIX (SOUSA, 2008). E, ao analisar a participação feminina nesse trabalho, Fabio Gutemberg chama a atenção para o fato de que os chamados explorados, homens e mulheres, tinham nome, dominavam em parte os códigos daquela configuração social em que viviam, lançavam mão de diferentes estratégias, sejam individuais sejam coletivas, e se movimentavam em busca da liberdade, aproveitando as condições e os limites daquela configuração social que, em grande parte, era-lhes adversa (SOUSA, 2008).

Formas de atuação das mulheres aparecem no trabalho da historiadora Silêde Leila Cavalcanti, entre as décadas de 1930 e 1940, com a forte presença das mães no Judiciário. Segundo a autora, as mulheres registravam queixas, iniciavam processos sem a ajuda dos maridos, e eram aceitas na condição de tutoras de suas filhas quando envolvidas em casos de defloramento. Outras eram incorporadas ao universo legal como escrivãs, testemunhas ou juradas, muito embora fossem vistas como incapazes. A autora enfatiza a importância das mulheres como educadoras e responsáveis pela conduta sexual no âmbito familiar, emergindo cada vez mais no universo jurídico (CAVALCANTI, 2000b). Isso decorria do grande número de famílias da Paraíba em que a figura paterna estava ausente, recaindo sobre as mães o cuidado e a vigilância de suas filhas até que estas se casassem, o que continuava a vigorar nas décadas em análise. O número de pais que davam queixa nas delegacias por crimes de sedução era bem superior ao de mães, haja vista o pai figurar como a pessoa capaz de representar a família, no entanto, presenciemos um número significativo de mulheres que, mesmo casadas ou amasiadas, eram aceitas pela Justiça na condição de representantes de igual modo.

Observa-se, no período em análise, que um número significativo das mulheres desempenhava funções de destaque na sociedade da Paraíba. Algumas delas faziam parte da promotoria, conforme veremos ainda neste capítulo, outras aparecem como escrivãs, advogadas, médicas peritas; contudo, não encontramos nenhuma juíza nos casos de crimes sexuais. Ao mesmo tempo, a maioria das jovens envolvidas em crimes de sedução continuava a executar trabalhos domésticos de baixa remuneração, ou atuava no âmbito profissional como professoras, a exemplo de Maria do Carmo Gouvêa Loureiro, mãe de Dione. Durante as décadas da segunda metade do século XX, a profissão de professora tinha certo destaque na sociedade da Paraíba, para muitas mulheres,

representava certo *status* cursarem o magistério, apesar das longas jornadas de trabalho em sala de aula e dos salários injustos. A maioria das mulheres que lecionavam era solteira e detinha papéis importantes na formação das crianças e dos jovens, considerava-se que eram dotadas de mais paciência e compreensão do que os homens ao atuar na sala de aula, defendia-se a ideia de que elas transmitiam mais tranquilidade aos alunos, em particular para “os mais rebeldes” (INÁCIO, 2003, p. 26). Nesse papel de formadoras, elas asseguravam a função de segunda mãe, pois, como afirma Maria Genilda Amorim, não bastava educar, era preciso promover a todo o momento o “[...] diálogo, atitudes reveladoras de coragem e sabedoria [...]” (INÁCIO, 2003, p. 26) entre os alunos. Desse modo, “[...] a escola era o prolongamento do laço materno [...]” (COSTA, S., 2007, p. 112), ao passo que as “professorinhas” detinham a importante tarefa de “[...] transmitir os ensinamentos também cristãos”. (2007, p. 112). O ensino formal fazia parte do projeto empreendedor dos governos e da chamada burguesia recifense, desde o início do século XX, para a construção de uma nação mais igualitária, tal como aponta Iranilson Buriti (2002, p. 230):

[...] a pedagogia centrada na ‘educação integral’ para a produção do ‘homem ideal’, via o saber como um dos pilares de acesso ao progresso da nação, pois não haveria pátria sem escolas, sem saber, sem instrução escolar moderna [...]. Na escola, em convivência com outros ‘cidadãos dignos’, o caráter dos rebentos é moldado para que estes sejam amantes da pátria e defensores de suas cores.

Segundo Maria Genilda A. Inácio, o magistério foi adequado para as mulheres por ser um trabalho de meio período, permitindo, assim, conciliar as atividades profissionais com as obrigações do lar. A partir da década de 1950, segundo as autoras, “[...] o aumento crescente do número de crianças na escola ampliou a necessidade de docentes, abrindo a área para outros estratos sociais e popularizando a profissão”. (INÁCIO, 2003, p. 137-138). Naquele mesmo período, a propagação do ensino secundário, principalmente nas escolas públicas, exigiu a contratação de mais professores/as, possibilitando a presença das mulheres nesse campo.

Ana Silvia Scott (2012) afirma, por sua vez, que, somente no ano de 1943, a legislação brasileira concedeu permissão para as mulheres

casadas trabalharem fora de casa sem a necessidade de autorização dos maridos. As possibilidades educacionais, nas palavras da autora, aumentavam cada vez mais com a emergência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), em 1961, “[...] garantindo a equivalência de todos os cursos de grau médio, permitindo que as estudantes do magistério (escola normal) pudessem disputar e aceder a vagas no ensino superior”. (SCOTT, A., 2012). A Universidade Federal da Paraíba, fundada em 1955, na capital, pelo então governador José Américo de Almeida, bem como a integração do Campus Universitário<sup>134</sup> situado na cidade de Campina Grande, a partir de 1970, além de consistir em um dos grandes polos considerados modernos, foi importante na difusão do ensino superior para muitas mulheres que, incentivadas pelos levantes feministas, ascendiam cada vez mais às cadeiras do ensino.

Ao retornamos à análise das ações das moças de crimes de sedução observou-se que, diferentemente do que se exigia pela elite jurídica da Paraíba nos julgamentos de crimes de sedução, vários depoimentos das adolescentes indicam como elas não seguiam à risca os códigos de restrição no que se refere ao relacionamento com os rapazes. Algumas costumavam “[...] falar quase cotidianamente sobre tudo nos dias em que ia à escola [...]” (PARAÍBA, 1964) com o namorado, quando saíam de casa assistir às aulas de datilografia no Centro Social de Santa Júlia, em João Pessoa, em 1964. Em seu depoimento, Hortência, 17 anos, alfabetizada, doméstica, afirmou que “[...] o acusado proferia e praticava os mais íntimos assuntos e atos amorosos [...]” (PARAÍBA, 1964), de modo que a ofendida retribuía “[...] [aceitando] tôda sorte de amores” (PARAÍBA, 1964). Até que, certo dia, ele “[...] chegou a desabotoar a braguilha de suas calças expondo o seu membro peniano”. (PARAÍBA, 1964). A exposição do pênis por parte dos sedutores e dos acusados de estupro diante dos olhos das moças aparece como uma recorrência nos depoimentos das adolescentes e mulheres violentadas sexualmente. Antes de praticar o ato sexual, parece-nos que, talvez, coexistisse uma estratégia por parte dos homens em exibir seu órgão genital visando à provocação do desejo sexual das moças por meio da visão. Valorizar o seu órgão à vista da presença

---

<sup>134</sup> No ano de 1952, a atual Universidade de Campina Grande funcionava como Escola Politécnica do Estado da Paraíba. A partir de 1970, foi integrada à UFPB e, em 2002, ganhou maior autonomia, desmembrando-se da Universidade Federal da Paraíba, localizada na capital do estado, e tornando-se a UFCG.

feminina, mostrando o seu tamanho e a sua desenvoltura à medida que o balançava parecia querer valorizar um corpo munido de um sexo masculino por meio do olhar não inquisidor e moralista do médico, do jurista ou do moralista, mas do olhar feminino eroticamente atraente e sensível que, como nas palavras da promotoria e dos magistrados, objetivava excitá-lo à devassidão.

Segundo Hortência, em seguida, o rapaz “[...] agarrou-se com ela ofendida, pedindo-lhe primeiramente que se despisse [...]” (PARAÍBA, 1964), o que não teria sido aceito de imediato pela mesma. Acerca da última assertiva, observa-se uma espécie de jogo moral de se fazer de difícil por parte das moças que era inclusive compartilhado entre elas de forma positiva em suas conversas cotidianas, uma prática social que também aparece nos discursos das testemunhas. Não se trata, contudo, da moça demonstrar ao juiz que teria ocorrido “o amaciamento psíquico” de sua vontade, que foi abusada por meio de sua inexperiência, tal como vimos em várias passagens dos advogados e promotores, como prescrições que lhes eram impostas dentro da lei do crime de sedução. E sim, de um jogo moral de sedução em relação ao namorado, um desejo negado produzido que aumentava o prazer e, nesse sentido, o prazer não só se distinguia do desejo como estava para além da prática sexual. O prazer se realizava anteriormente frente à conduta feminina de negar-se, de dizer não em um primeiro momento, de prorrogar a prática sexual abstendo-se por alguns momentos ou dias, de retardar o ato em si. Nesse sentido, Hortência, como outras moças, constituía-se como sujeito de ações e de desejos por meio do ato de se esquivar para depois prosseguir com o consentimento da prática sexual.

Vejamos a transcrição de seu depoimento: “[...] porém o acusado conseguiu depois de muito trabalho tirar as calças da ofendida e levantar sua saia, depois, sob gestos carinhosos, foi introduzindo o seu pênis na vagina dela [...]” (PARAÍBA, 1964). Observa-se também uma estratégia por parte da moça no sentido de guardar a prova de seu defloramento, depois de mais de um mês, “[...] em virtude, dela ofendida ter escondido a náguia suja de sangue desde da primeira relação, a genitora dela achou-a, dando margem para a descoberta do fato [...]” (PARAÍBA, 1964), sendo obrigada a confessar mais tarde. Além disso, assim como Hortência, nem todas eram simpatizantes da ideia de namorar em casa sob as vistas das mães. Em seu depoimento, Napoleão afirmou que o namoro “sempre foi às escondidas da família”. E, que

apesar dela ofendida namorar às escondidas, êste demonstrava ter boas intenções para com a

mesma, pois fazia veementemente promessa de casamento [e] desejava frequentar a residência dela ofendida, para que a família da mesma tomasse conhecimento do namoro. (PARAÍBA, 1964)

Enquanto, de outra parte, vimos como o acusado enunciava seus modos como análogos à constituição de um sujeito moral, que procurava seguir as regras de namoro exigidas à época e, ao mesmo tempo, performatizando diante do juiz a imagem de homem honrado e aplicado aos princípios normativos.

## 5.2 ECONOMIA DO DESEJO E DA PRÁTICA SEXUAL

Ninguém diga que, sem ser corrompida anteriormente, uma moça deixa que lhe introduzam um pênis na boca e em seguida no ânus. É que as duas formas de perversão sexual do agente ativo iriam causar-lhe estupefacção e, naturalmente, repugnância. Entretanto, é a própria menor quem, no engendramento de sua infâmia, confessa que permitiu a anormalidade do coito bucal e anal até que o indiciado chegasse ao fim. E onde ela guardou o espermatozoide bucal? Se o jogou fora, deixou no recinto da discoteca a prova do ato; se o engoliu, foi ainda mais infame. Se se indaga que ela era virgem antes de conhecer o indiciado, nenhum médico pode dizê-lo. Qual o médico capaz de declarar quantas vezes uma meretriz teve contato sexual, se a mecânica do coito nenhum vestígio deixa depois de devidamente higienizado o órgão genital? [...] A vítima assegura que esteve durante quase uma hora servindo de instrumento à lascívia do acusado. Nesse espaço de tempo foi-lhe introduzido o pênis na vagina, no ânus e na boca e com resultado positivo, vale dizer, com ejaculação espermática. Não estaríamos nós, ou melhor, ainda, não esteve a menor diante (sic) de um indivíduo anormal, capaz de atingir o espasmo venéreo três vezes, com um intervalo de menos de vinte minutos de uma hora para outra? Essa ridicularia, Douto Julgador, poderá impressionar um Magistrado ignorante dos mais elementares

ensinamentos da sexologia, nunca, porém, um Juiz da estirpe da V. Exa., com a experiência e cultura que lhe são reconhecidas e proclamadas.

(PARAÍBA, 1968a)

Iniciamos este item fazendo uma questão com base nas interrogações da defesa, J. C. L., no ano de 1968, na cidade de João Pessoa, em favor de Roberto Carlos, diretor geral da Emissora Oficial do Estado, acusado de crime de corrupção contra uma menor, inscrito no artigo 218 do CP: como e de que forma as relações sexuais entre uma moça e um rapaz foram se constituindo um problema para a justiça, pelo qual as jovens deveriam pudor e discrição ao relatarem suas histórias de sexo, paixão e lágrimas?

Segundo o artigo 218 do Código Penal, o ato de corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 anos e menor de 18 anos, era considerado crime pelo qual o condenado poderia receber “Pena-reclusão, de 1 a 4 anos”. Na prática, nos julgamentos dos crimes de corrupção, os juristas da Paraíba se apropriavam daquele artigo e o ajustavam de acordo com o que lhes convinha, dependendo das tensões e conflitos oriundos de cada processo. Misturavam suas avaliações dos crimes de sedução e de corrupção de menores com “representações, doutrinas, práticas sociais” da época, econômicas, e poéticas, como já demonstramos anteriormente, como uma pressuposição da verdade demonstrada através da técnica do julgamento. (VEYNE, 2011, p. 57). Faziam do ofício uma questão de honra, buscando construir, por meio da legislação, o seu próprio *métier*, um lugar de poder pelo qual era possível identificar “[...] como certas formas de verdades [...] [podiam] ser definidas a partir da prática penal”. (2011, p. 57). Como se pode observar na seguinte citação de um juiz:

a apreciação doutrinária e jurisprudencial que pudéssemos fazer sobre o assunto, em cotejo com o que dispõe o Código Penal seria supérflua [...]. Todavia, mais por amor à discussão de ordem jurídica do que por necessidade de defesa, vejamos o alcance do dispositivo legal citado. (PARAÍBA, 1968a)

A retórica jurídica era o que estava em jogo, mais o debate no domínio da prática penal do que a defesa do controle social.

O discurso e a lógica do funcionamento da Justiça, mediante os dispositivos normativos por parte dos juízes, advogados, escrivães,

promotores etc., faziam parte de um conjunto de formas subjetivas para avaliar cada caso segundo os interesses dos protagonistas nas ações penais. Alguns dos envolvidos em crimes de corrupção que se destacavam naquela sociedade detinham posse econômica e eram reconhecidos profissionalmente, como o caso de Roberto Carlos, chefe da Rádio Tabajara.

Para a jurisprudência, o crime de corrupção de menores consistia no fato de que as moças corromperam-se sexualmente após o defloramento. Na visão dos juízes, promotores e advogados de defesa, conforme vimos no caso de Dione, após o primeiro ato sexual, as jovens se tornavam propensas a se relacionar com qualquer um sem a menor preocupação com o compromisso afetivo ou matrimonial, passando a exercer sua sexualidade sem o menor “pudor”. Dizia o jurista:

[...] é sabido que o ato sexual em tal circunstância é via de corrupção porque não somente ofende a integridade física da vítima, mas também a sua integridade moral, excitando-lhe a concupiscência e o senso aos prazeres carnavais. (PARAÍBA, 1968a)

A elaboração desse discurso apontava para a desagregação dos ideais de civilidade pregados por muitos letrados da época e era em razão disso que, cada vez mais, dava-se grande importância ao número de vezes que as moças reincidiam na prática sexual, tanto durante o namoro com o acusado, quanto após o seu término.

A referência ao corpo feminino aparece, não só nos discursos dos juristas, mas em outras práticas discursivas da época, regularmente marcada por sentidos diversos como um “abismo de desejos” (PIMENTEL, 1958, p. 70), “lancinantes gritos do pecado”, tal como dizia Cristino Pimentel, em 1958, uma década antes do momento que estamos analisando. As formas de falar do corpo obedeciam a certas regras morais, ao exporem suas histórias de paixão e de sedução, elas precisavam ser as mais discretas possíveis, personificar a imagem da pudica moral, dotada de domínio próprio, de modo que suas falas não fossem vulgares. Tinham de construir uma narrativa detalhada, mas ao mesmo tempo comedida acerca do acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de dois jogos de poder que reagiam de modo simultâneo: “o dos códigos de comportamento”, que muitos juristas buscavam disseminar para o corpo social, e o das “formas de subjetivação” (FOUCAULT, 1984, p. 29) apropriadas pelas moças

pobres da Paraíba. Mas, aqueles dois jogos de poder não podem ser vistos de modo inteiramente dissociados, aparecem de forma imbricada, por vezes se confundem e se desdobram. É o que passamos a descrever e analisar com base no documento, cujo trecho destacamos acima.

No ano de 1966, o pai, Joaquim Ernesto, 37 anos, enfermeiro do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), da cidade de João Pessoa, foi até a delegacia daquela cidade dar queixa contra Carlos Roberto, pois este teria levado sua filha Marta, de 15 anos, à Rádio Oficial do Estado, a Tabajara, local onde trabalhava, e ali praticado “[...] uma série de vergonhosos atos de libidinagem, inclusive o coito vaginal [...]” (PARAÍBA, 1968a).

O casal teria sido apresentado pela prima da menor, uma cantora “caloura chamada Raminha”, que na época era colega de trabalho de Carlos Roberto. Era uma sexta-feira, dia do ensaio do programa, “Festival da Juventude”, quando tudo teria ocorrido no interior da discoteca. O rapaz foi indiciado consoante ao art. 218 do Código Penal, ou seja, acusado pelo crime de corrupção de menores. Na companhia de Carlos, Marta costumava ir aos cinemas e, em certa ocasião, soube por meio do rapaz que o mesmo era noivo oficialmente de outra moça que morava em Campina Grande, mas “[...] jurou acabar o noivado se ela ofendida continuasse namorando com êle [...]”, sob o argumento de que “[...] a amava muito [...]” (PARAÍBA, 1968a). Destacamos um trecho do depoimento da moça, realizado no interrogatório feito pelo delegado João Rique Primo, no dia 19 de março de 1968. Segundo ela, no momento da “cópula carnal”, o namorado começou

[...] o ato libidinoso botando o seu membro peniano na bôca da declarante, onde aí gozou, minutos depois, chegou a botar na vagina da declarante, que sentiu muita dor dada a penetração do membro, que era acompanhada por uma hemorragia vaginal, mas que depois da prática, a declarante enxugou-se com a sua calça. (PARAÍBA, 1968a)

Em seguida, o rapaz “[...] procurou pelo ânus, onde praticou o coito anal [...]” (PARAÍBA, 1968a), decorrendo o espaço de mais ou menos uma hora, com a porta da discoteca da Rádio aberta, isto é, apenas encostada. Em uma conversa com a sua vizinha, a jovem disse que o rapaz havia “bólide (sic) com ela”, expressão bastante comum à época que significava perder a virgindade, fato que chegou ao



conhecimento de seus pais. Assim, as declarações de Marta escapavam aos códigos morais vistos como fundamentais para a instrução do crime de sedução.

Ao sublinhar alguns trechos de seu depoimento, bem como das testemunhas, o advogado J. C. L. embasou seus argumentos na ideia de que todos os indícios apresentados na acusação não passavam de uma “ficção”, uma “inverossimilhança” (PARAÍBA, 1968a) criada pela menor para conseguir um casamento. O modo irônico de sua pronúncia, certo tom solene, indicava que ela havia arquitetado um plano, fruto “[...] de uma mente fantasiosa, os fatos a que se refere à denúncia são fictícios – resultado de insana mentalidade, [...] fantasia juvenil [...]” (PARAÍBA, 1968a), com vista a responsabilizar o rapaz pela perda de sua virgindade. Marta estaria sinalizando, de acordo com o advogado de defesa, “[...] o visível e cínico propósito de comprometer a honra, a dignidade, o caráter, a conduta particular e profissional do acusado [...]” (PARAÍBA, 1968a) por meio da exposição de sua imagem com a abertura do processo. O advogado enfatizava que não se podia considerar o

[...] descaso da ofendida tudo levando à convicção de se tratar de um ardil, como na verdade se trata, concebido pela mente perversa e corrompida da menor, levando de cambulhada o signatário da denúncia e ofendendo a seriedade da própria Justiça. (PARAÍBA, 1968a)

Conforme já analisamos, esse tipo de artifício, que era bastante utilizado pela defesa, aparece igualmente em outros casos, nos quais os advogados dos réus alegavam “interesse por dinheiro”, “jogos da imaginação”, “um complô contra o acusado”, “um casamento para melhorar de vida frente às dificuldades financeiras”, entre outros. Buscava-se ressignificar as declarações das ofendidas em meras histórias inventadas, em uma criação impetuosa da juventude, quase sempre motivada por interesses. Era em função da moral sexual voltada para o olhar do outro, para o corpo social, que a defesa dizia:

Baste-se atentar para o absurdo referido no depoimento da pretensa ofendida, de que no espaço de uma hora, teria o acusado com ela praticado o coito vaginal, o coito anal e ainda, de quebra, ejaculado em sua bôca, consumando plenamente todos esses atos. Se fôsse verdadeira a

imaginosa afirmação, tratar-se-ia de uma aberração sexual, só possível com os neuróticos do sexo, insaciáveis e invictos, e esta pecha não cabe a personalidade do acusado [...]. À vista, um fenômeno que em Psicologia se chama de “transferência” ou “projeção de personalidade”: - o ente vê em outrem aqueles desvios de que é portador [...]. A menor quer um marido, e seus pais compreensivelmente lhe desejam o amparo moral, mas que não seja às custas das levandades da filha, levantadas contra quem quer que lhe apeteça no momento. (PARAÍBA, 1968a)

Ao se apropriar das expressões “transferência” ou “projeção de personalidade”, tomadas da Psicanálise freudiana do início do século XX, o advogado utilizava uma estratégia bastante comum no âmbito da justiça paraibana, qual seja, destacar certos conceitos e teorias voltados para a Psicanálise com vista a fundamentar o seu argumento. As referências a Freud não eram peculiares aos juristas da Paraíba, pois, como afirma Sueann Caulfield, os juristas do Rio de Janeiro, da primeira metade do século XX, frequentemente citavam Freud para defender a teoria de que mesmo as mulheres honestas possuíam instintos sexuais, ainda que latentes, e que a sedução poderia ter sido interpretada como uma reação física, e não simples consequência de uma promessa de casamento (CAULFIELD, 2000).

A defesa questionou o curto período em que Marta se relacionou com o seu o namorado, em particular porque o namoro durou quinze dias e não ele “[...] chegara sequer a ser conhecido pela família da vítima [...]” (PARAÍBA, 1968a). Tamanhas habilidade e desenvoltura indicariam a sua experiência sexual. O advogado do réu responsabilizava a moça, ainda, por transferir para o rapaz a sua conduta desviante, além dos sentimentos e das expectativas de um casamento, frutos de sonhos acumulados, acusando-o por seu defloramento. Ao sugerir isso, o advogado não só colocava em questão o caráter dela, mas também tentava confundir o motivo pelo qual o pai fora a juízo com base no “direito privilegiado do sujeito que fala” (FOUCAULT, 2008b, p. 9), forjando certas situações em função do propósito da causa por ele defendida.

Seu discurso era indicativo, ainda, de que a externalização de tantas carícias voltadas ao prazer sexual e toda a atividade que produzia excitação erótica só poderiam ter sido legalmente deliberadas no âmbito privado, em particular, gozadas no casamento. E, mesmo na relação

conjugal, o discurso jurídico aponta para as restrições da prática sexual, o sexo oral e o coito anal, por exemplo, eram permitidos somente entre as prostitutas. Desde o início dos anos 1950, vemos que a menção às carícias aparecia dentro da ótica do casamento e detinha uma prescrição, significando o amor recíproco, e não o prazer sexual, ou podiam ser vistas como condutoras para o coito voltado para a procriação (KINSEY et al., 1955, p. 267). Nesse caminho, Marta ultrapassava todas as fronteiras das regras sexuais apresentadas às moças honestas.

Assim como nos crimes de sedução, os advogados de defesa empreendiam estratégias para defender os seus clientes, empenhados em deslocar o lugar de vítima, para o de ré. Em vários momentos, observase como a condição jurídica das “vítimas” era deslocada de estatuto, passando a ser nomeada por termos como “pseudovítima”, “pseudo-ofendida”, “suposta vítima” (PARAÍBA, 1965) “a que se diz vítima”. E, nos casos de “crime de estupro”, deslocavam para o “emprego dos intentos libidinosos”. Com isso, visavam à construção do equívoco da denúncia, da improcedência da queixa. A estratégia da dúvida sobre o acontecimento do crime de sedução aparece também no caso de Marta:

A versão oferecida pela suposta vítima é um retrato irretocável de sua insensatez e, o que é pior, de sua insensibilidade moral. Sim, porque, mesmo que o jovem a quem ela acusa estivesse vinculado ao fato, mudaria o seu pudor pessoal que é, sem nenhuma dúvida, um dos corolários do caráter feminino. Procedendo, no entanto, como procedeu, a menor atingiu o máximo do despudor, confessando-se inteiramente infensa a qualquer princípio moral e capaz de todas as torpezas – somente admissíveis em prostitutas altamente degeneradas. (PARAÍBA, 1968a)

Como se pode notar, impressionava ao jurista mais o peso das palavras do relato que o sentido do crime sexual julgado à época. A moça era comparada a um exemplo de devassidão moral, que se entregou a um homem sem ser casada, e que não poderia carregar outra imagem senão a de “prostituta degenerada” (PARAÍBA, 1968a), que não demonstrava receio em relatar com detalhes o “[...] congresso sexual completo, por 3 vezes e em três vias diferentes [...]”(PARAÍBA, 1968a) com o seu namorado. Conforme já enfatizamos no capítulo anterior, os letrados da Paraíba e os juristas estabeleciam uma forte

relação entre os comportamentos das moças e a modernidade, bem como a sexualidade e a noção de loucura.

Na fala de J. C. L., Marta, assim como várias outras jovens daquela sociedade, era vista como um modelo singular de moça que fazia jus a sua época, ao “sinal dos tempos” (PARAÍBA, 1968a), uma jovem de “[...] personalidade inquietante, neurótica, psicopata do sexo [...]” (PARAÍBA, 1968a), indiferente à noção de pudor,<sup>135</sup> representativa da chamada modernidade que despontava na segunda metade do século XX. “[...] A mulher sem pudor é depravada [...]” (BOLOGNE, 1990), já proclamava Rousseau (apud BOLOGNE) no final do século XVIII. Essa ideia perdurou durante séculos no discurso da chamada elite do país, ultrapassando as esferas corporal e sexual e figurava o aspecto social da linguagem. Marta narrava o seu primeiro ato sexual de modo erótico, em particular na presença de uma autoridade de poder, o juiz e a sua cúpula; falava do local, um espaço destinado ao público quando o sol raiava em uma tarde quente na capital. Uma atitude considerada diametralmente oposta àquilo que se esperava de uma mulher tão jovem e que reclamava a virgindade perdida.

Os limites da exposição do ato sexual foram ultrapassados, segundo a defesa. Tornava-se uma exposição excitante, o que parecia entrever modos de proceder torpes, caraterísticos de mulheres que não tinham nenhum senso de moralidade. Vejamos o tom das palavras de J. C. L.: “[...] a menor em referência fosse mais comedida na exposição, [...] [lograria], assim, o respeito de quem a ouvisse e tivesse a obrigação funcional de apurar a verdade” (PARAÍBA, 1968a).

O gesto de Marta demonstrava, ainda, que o seu modo de falar, assim como o de agir, destoava do código moral esperado naquela sociedade, fugia a todos os princípios religiosos e penais. Não se tratava somente de ter dito que fizera sexo anal e vaginal, mas o modo como disse no recinto do Palácio da Justiça, na presença de ilustres autoridades de poder, “[...] juízes íntegros, elementos de elite da justiça [...]” (LEITÃO, 1985, p. 51). A justiça figurava assim o lugar onde circunscreve o discurso moral, e tudo o que se mencionasse tinha-se de passar por uma economia de palavras, que deveriam ser

---

<sup>135</sup> Entende-se aqui por pudor o sentimento de vergonha, de incômodo, que se tem ao fazer, ao enfrentar ou ao ser testemunha das coisas de natureza sexual. Pode ser percebido como o pudor corporal, sexual, ou dos sentimentos. A documentação é indicativa da noção de pudor relacionada à castidade, ao recato, mas também às formas de falar sobre os relacionamentos sexuais ou a sexualidade das moças (BOLOGNE, 1990).

pronunciadas cuidadosamente, primeiramente em respeito àqueles que as ouviam, para depois significar o “fato criminoso”. Como diz Richard Miskolci,

[...] o dito e o não dito formam a rede de discursos que constitui o dispositivo da sexualidade, por isso a importância de analisar porque a alguns é dada a palavra e a expressão pública enquanto a outros são reservados o silêncio e a discrição. (MISKOLCI, 2009, p. 271)

Assim, o desejo por justificada defesa não poderia admitir a ofensa à moralidade pública, razão pela qual as declarações da jovem foram repetidamente mencionadas durante as cerimônias judiciais.

Ao mesmo tempo, a menção do citado advogado à “meretriz” e às “prostitutas altamente degeneradas” definia a correta forma de se portar da “moça honesta”, frente à justiça e à sociedade da época. Aquela noção também estava associada à doença mental, embora não se tratasse de doenças mentais degenerativas (JACOBINA, 2008, p. 57-58). Com base nos discursos dos juristas da época é possível perceber o sentido da degeneração moral voltado para os tipos de comportamento predispostos “à perversão sexual”. Isso pode ser percebido tanto em se tratando das moças, quanto dos chamados “maníacos sexuais”, os tarados, “os loucos morais”, os “perversos sexuais” que circulavam cotidianamente nas cidades da Paraíba. Para os psiquiatras do século XIX, a causa da degeneração estava associada às histórias da infância e de toda uma vida, todas poderiam desencadear o desregramento da conduta e o desequilíbrio psicológico. Daí, proceder-se os laudos psiquiátricos judiciais voltados para o estudo dos hábitos, o desenvolvimento psicomotor, a precocidade sexual, os vícios, as carências sociais, esses métodos eram considerados fundamentais para identificar indícios que denotassem a degeneração.

Tal menção atravessava sentidos diversos que podem ser pensados também em relação à noção da sexualidade incontida, ou a uma economia da prática sexual, uma construção social, carregada de poder-saber médico-jurídico, que vinha se estendendo ao longo do final do século XIX. Tal pensamento não foi exclusivo dos juristas e intelectuais da Paraíba. O médico Hélio Gomes, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, também compartilhava essa ideia. Sua estratégia consistia em fazer-se perceber o fato de que as mulheres que seguiam os seus impulsos dados à luxúria não só iam de encontro à

noção de moça juridicamente considerada inexperiente e tímida, que buscava o recato, a “pureza”, à contenção dos desejos, o autocontrole acerca dos “instintos sexuais”, já que, para eles, o primeiro ato a despertava para a vida sexual ativa. Os médicos e juristas eram unânimes quanto ao fato de chamarem a atenção para o primeiro “coito” das moças. Dizia Gomes: “[...] dado o primeiro passo, o caminho está aberto e a estrada começa a ser percorrida [...]. O primeiro congresso carnal rompe o encanto que salvaguardava a dignidade e o pudor feminino, e continha o instinto”. (GOMES, H., 1965, p. 496-497).

Segundo Elisabeth M. Vieira, as Escolas Médicas, trazidas da Europa ao Brasil, durante o século XIX, têm um papel fundamental na construção das ideias em torno do corpo feminino e da medicalização no Brasil. Essas teorias traziam a necessidade de demonstrar que existia “[...] uma degeneração de base comum a todas as mulheres, desqualificando-as como sujeitos.” (VIEIRA, 2002, p. 30). Nessa perspectiva, a chamada “natureza feminina” explicava “a loucura, a degeneração moral, a criminalidade”, de tal forma que as mulheres eram vistas como seres incapazes de autonomia. A doença passou a ter significado “de degeneração moral”, relacionando o sujeito feminino à ideia de periculosidade. A autora afirma que a segunda metade do século XIX destacava-se por ter sido um período rico, voltado para as práticas discursivas do saber médico acerca do corpo feminino. Cada vez mais emergia o interesse científico em esquadrihar e investigar o corpo como componente fundamental para consolidar a sua medicalização (VIEIRA, 2002).

Aqueles discursos que faziam relação entre a sexualidade das mulheres e a loucura não eram exclusivos das mudanças políticas e sociais que ocorriam, mas já haviam sido produzidos por outros juristas da primeira metade do século XX. Ao lado da expansão econômica e material no estado, emergiam outros aspectos da chamada modernidade. Silêde Leila Cavalcanti aponta os vários sentidos que os juristas das décadas de 1930 e 1940 davam aos crimes sexuais, frequentemente associados às infrações à legislação do casamento e da família. A modernidade constituía-se como uma ameaça aos costumes de uma determinada estrutura social vigente. A autora indica que, em uma sociedade com traços fortemente patriarcais convivendo com nuances de uma configuração moderna, coexistia uma racionalização dos comportamentos sexuais. A jurisprudência estava associada ainda às formas perceptivas do corpo feminino, do sexo e da sexualidade como bens masculinos (CAVALCANTI, 2000b). Desde o início da década de 1950, vimos como os letrados da Paraíba questionavam a todo o

momento “a maneira indecente” com que as moças da época se posicionavam às janelas de suas casas para flertar, a liberdade de saírem sozinhas, de frequentarem as praças, festas ou bailes e cinemas, ou mesmo o fato de algumas delas trabalharem em lojas comerciais.

Como afirma a historiadora Raquel C. Rocha, faz-se necessário ponderar a permanência dos estudos criminológicos como chave explicativa para a compreensão de crimes praticados por e contra as mulheres, principalmente porque, em sua maioria, aqueles estudos negligenciam os aspectos socioculturais (ROCHA, 2011, p. 55), e determinados fatores, como gênero, geração, etnia, raça, nacionalidade e classes sociais.

A emergência da noção “degenerada”, no Brasil, teve forte influência da escola positiva do Direito Penal, como indica Sueann Caulfield. Viveiros de Castro, já citado anteriormente, considerado por muitos juristas da Paraíba como um dos especialistas do Direito Penal do final do século XIX, buscou se empenhar em “[...] diagnosticar e remediar os males sociais que obstruíam o progresso nacional.” (CAULFIELD, 2000, 70). Nesse momento houve a “[...] crescente preferência dos juristas brasileiros pelas análises ambiental, social e cultural da degeneração e da criminalidade [...]” (CAULFIELD, 2000, 72). Como vimos, essa noção médico-psiquiátrica aparece regularmente nas falas de juízes, promotores e advogados de defesa, da segunda metade do século XX, reforçando a ideia da mulher sexualmente louca. Como afirma Silêde L. Cavalcanti, as jovens envolvidas em crimes de sedução na Paraíba, desde a primeira metade do século XX, eram frequentemente enquadradas em uma dicotomia conceitual, assexuadas ou degeneradas, tuteladas pelo Direito, ou sujeitadas aos pais e às mães (CAVALCANTI, 2000).

O corpo de Marta foi percorrido por meio do discurso de defesa do acusado, jovem e nu, ele emerge em um fluxo contínuo de imagens que as penas da lei não cansavam de enfatizar, um corpo deitado “[...] no recinto aberto de uma estação de rádio [...]” (PARAÍBA, 1968a). Seus órgãos genitais eram decifrados pelo saber médico: “[...] hímen de consistência membranosa, apresentando pequena lesão, consistindo rotura completa [...]” (PARAÍBA, 1968a), assim, ele já não pertencia somente à moça, e sim à tutela jurídica e à medicina legal. Era reconstituído como um corpo seduzido e, ao mesmo tempo, inventado, subtraído aos desejos do outro: “[...] recolhendo, em todos os três contatos, o líquido espermático daquele que utilizava como instrumento do prazer genésico”.(PARAÍBA, 1968a). Indícios que afluíam na pele de Marta, em sua fala, em seus gestos, em suas roupas. Ela representava,

assim, o “corolário do caráter feminino” (PARAÍBA, 1968a) que emergia no ano de 1968, quando os movimentos feministas emergiam com os discursos em torno da chamada “revolução sexual”, “liberação sexual”, com a expressão corporal, as discussões em torno do aborto, os processos relativos à reprodução humana, ou seja, problematizações em torno do corpo feminino. Ela representava a imagem das mulheres modernas da Paraíba e, por sua vez, ameaçava e recebia a alcunha de “[...] uma louca, [que] não [...] [podia] reivindicar outra condição que não [...] [fosse] a de uma tarada sexual da mais baixa estirpe [...]” (PARAÍBA, 1968a). Bastante pertinente é a afirmação de Foucault ao tratar sobre as práticas discursivas em torno do sexo. O autor afirma: “[...] polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição.” (FOUCAULT, 1984, p. 31). No âmbito das práticas discursivas, os médicos e juristas, não só no estado da Paraíba, mas em várias regiões do país, propunham regras normativas em torno do sexo das mulheres, definindo de outro modo a própria moral sexual dos homens. Nesse caminho, o corpo feminino, como alvo do saber e do poder, aparecia sob a luz dos holofotes de vários letrados do país e do mundo.

No final da década de 1960, o tema do corpo emerge como objeto discursivo, como uma invenção notoriamente voltada para a sexualidade, como um aspecto secreto do desejo que, por sua vez, é sem limite, “uma fonte produtiva da nossa sociedade” (FOUCAULT, 2014, p. 251-252). Como assinala Jean-Jacques Courtine, as razões da repentina irrupção do corpo nas ciências humanas devem ser buscadas, portanto, nas transformações políticas e nas mutações sociais dos anos de 1960 e 1970. Os movimentos individualistas e igualitários de contestação das hierarquias políticas, culturais, sociais herdados do final do século XIX, juntamente com as primeiras reivindicações políticas das mulheres, cada vez mais ganhavam visibilidade na sociedade em geral. O tema aparece na perspectiva das “[...] lutas sociais e das aspirações individuais deste momento histórico de impressão profunda de funções sexuadas, de rastros de origens sociais ou étnicas que doravante não saberiam mais ser apagadas.” (COURTINE, 2013, p. 15-16). Assim, os estudos sobre o corpo vão surgindo de modo sistemático, com abordagens distintas, cotejando tanto os aspectos físicos quanto as representações imagéticas, as práticas discursivas que o delineavam, bem como à sua simbologia no domínio social. No início do século XX, especialmente com a contribuição da psicanálise, os estudos emergiram sob a égide do organicismo, em função do qual, pesquisadores de



campos diversos do conhecimento cada vez mais têm consagrado parte significativa de sua atenção (BRETON, 2009).<sup>136</sup>

Ao analisar os vários sentidos implicados acerca da vítima de crime sexual, na cidade de Florianópolis, durante a Ditadura Militar, a historiadora Eva Gavron (2008, p. 128) mostra como “[...] as vítimas eram colocadas como possuidoras de corpo erótico [...]” e vistas como aquelas que “[...] atenuavam a intencionalidade da violência”. (GAVRON, 2008, p. 128). A estudiosa observou, por meio da análise dos processos de estupro e de reportagens da época, que “[...] um corpo erotizado consente a violência, consente o ato sexual, a vítima é, portanto, culpada, e deixa de ser a vítima que se autointitulou” (2008, p. 128). Nos processos examinados, percebe-se, era frequente o discurso de que as mulheres se tornavam indiretamente responsáveis pelo crime de estupro, migrando rapidamente do lugar social de vítimas para o de criminosas. O que nos faz perceber que naquela mesma temporalidade, na região sul do país, enquanto o corpo da vítima de crime sexual era visto como “erotizado, sedutor”, conforme indica Gavron, no estado da Paraíba, contudo, muitas das falas dos juristas reforçavam a ideia do “corpo possuído”, à mercê dos desejos do outro e, em outro momento, propenso à devassidão com um gosto desenfreado por praticar o ato sexual sem o menor escrúpulo diante da circunstância do estupro por exemplo. De outra parte, observa-se, que não se tratava do corpo feminino como um suporte de prazer, de gozo, de caráter arbitrário, e sim de um dispositivo de poder tanto daquelas que o guardava, objetivando ou não um casamento futuro, quanto daquelas que o experienciava mediante a prática sexual. (FOUCAULT, 2006a).

Mary Del Priore aponta como

[...] nos livros e teses escritos por homens, o corpo feminino aparece como uma cidadela a ser submetida às regras do novo saber: a medicina. Deste corpo escapam tantos segredos que é absolutamente necessário reduzi-lo e adestrá-lo. (PIORE, 2003, p. 230)

Pode-se justificar o fato do saber médico e jurídico, na Paraíba em particular, e no Brasil em geral, ter dado grande importância a cada

---

<sup>136</sup> Cf. Breton (2009, p. 11-12 e 18) em *A sociologia do corpo*. Muitos outros teóricos se interessaram e desenvolveram estudos sobre o corpo nas décadas de 1960 e 1970, a título de exemplo, citamos Michel Foucault com algumas obras como os dois volumes sobre a história da sexualidade.

centímetro do corpo das mulheres envolvidas em crimes sexuais durante as décadas de 1960 e 1970.

Outro elemento bastante discutido na época era a lembrança da data precisa da perda da virgindade. Não se recordar do dia, da hora e do momento em que ocorreu a sua primeira vez consistia em uma vergonha, uma ofensa aos sentimentos do feminino. Deveria se tratar de uma data tão importante quanto a do casamento, ou, como nas palavras da defesa: “[...] o primeiro contato carnal tem a importância equivalente ao do nascimento de um filho que as mães nunca esquecem [...]” (PARAÍBA, 1968a), isto é, precisá-la significava dar provas de sua honestidade e de seu caráter ilibado.

Essa era uma das formas de diferenciar as moças honestas, vítimas de crime de sedução ou corrupção, das prostitutas. Em sua fala, o advogado defendia o lugar da passividade na qual as mulheres deveriam permanecer. Isso porque, apesar da propagação das teorias feministas, dos efeitos dos debates sobre o sexo e o corpo femininos, o estado ainda presenciava fortemente uma “cultura [...] sexista e racista”, marcada em grande medida pelo predomínio dos resquícios do “[...] coronelismo e por oligarquias políticas que reafirmavam as relações desiguais de poder entre homens e mulheres.” (MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTAS DA PARAÍBA, 2012, p. 5).

Nessa perspectiva, o advogado J. C. L. parecia representar essa lógica da continuidade. Ele se encontrava inserido no eixo de constituição de um sujeito que somente reproduzia as “[...] matrizes normativas de comportamento [...]” (FOUCAULT, 2010b, p.6) da boa moça, apropriando-se e reproduzindo as formas de subjetivação propagadas por outros homens naquela sociedade. Expressões como “possuída sexualmente”, “servindo de instrumento à lascívia” continuavam a aparecer em destaque nos relatórios judiciais desde a década de 1950 e durante toda a década de 1960, tal como aparece no discurso de J. C. L.: “[...] não se admite que uma moça que se reputa honesta, ignore o dia, a hora que foi possuída sexualmente pela primeira vez [...]” (PARAÍBA, 1968a), como se reclamasse o direito de explorar a sexualidade como uma característica inata e exclusiva aos homens, o que não permitiria escolhas às mulheres. Ora, pertinente é a afirmação de Foucault, ao dizer que “[...] o comportamento sexual não é [...] a superposição, por um lado, de desejos originários de instintos naturais, e, por outro, de leis permissivas e restritivas que ditam o que se deve e não se deve fazer [...].” (FOUCAULT, 2014, p. 157). Levando isso em conta, o corpo de Marta também pode ser percebido como sendo “[...] habitado todo inteiro pela analogia: por ele, assume seu sentido, se

liberta de sua opacidade, libera seus segredos [...]” (COURTINE, 2013, p. 64), visto que ele parecia transgredir em segredo, ou não, os preceitos relativos à sexualidade ditados pelos religiosos e juristas. Além disso, o que incomodava os juristas e também os homens envolvidos nos crimes de sedução era o fato de que a jovem se posicionava enquanto sujeito de desejo no que se referia aos atos sexuais. Ela relatava detalhadamente sua primeira relação sexual em um local comercial, expondo as suas intimidades em nome da realização de seu prazer. O processo foi julgado improcedente pelo juiz N. A. F., no dia 19 de setembro de 1970, tal como era esperado.

A historiadora Rosiana Freitas da Silva mostra com muita propriedade como as primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma progressiva difusão dos princípios da Escola Positiva e sua adoção nas práticas judiciárias, bem como pela emergência do saber médico nos critérios de classificação dos criminosos e no estabelecimento da pena. Desse modo, a criminologia italiana se tornou um dos principais instrumentos de análise de crimes para os juristas brasileiros, de modo que o criminoso passou a ser considerado um “anormal”, ou seja, um indivíduo que não se ajustava aos critérios sociais e morais de normalidade (SILVA, R. 2009, p. 51). A autora afirma ainda que nem todos os juristas brasileiros se coadunavam com os parâmetros da criminologia italiana, citando o exemplo de Viveiros de Castro, o qual se apropriou daquele saber para distinguir “[...] o criminoso normal do considerado anormal [...]”, e a partir daí estabeleceria tipos diferenciados de pena (SILVA, R. 2009, p. 52). Observa-se, então, como nas primeiras décadas da segunda metade do século XX os discursos oriundos da criminologia italiana permaneciam ainda bem presentes no modelo jurídico brasileiro, tal como se pode notar por meio do discurso de muitos advogados da Paraíba. Na busca por diferenciar a “moça que se reputa honesta” da “tarada sexual da mais baixa estirpe”, utilizando como domínio a análise médica e psiquiátrica, observa-se como a noção de “anomalia” estava associada ao campo da sexualidade, como “[...] uma espécie de suprallegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária.” (FOUCAULT, 2001, p. 14). Ou seja, a definição dada ao termo “tarada sexual” denotava a função do poder médico nos casos em que envolviam uma sexualidade “anormal”. J. C. L. dizia ainda que em matéria de

[...] sexologia é conhecido o princípio segundo o qual o ato genésico não se resume apenas a um estímulo de ordem material. Há uma

concomitância de estímulos psíquicos e fisiológicos resultando, então, o desejo do coito. E tanto isto é verdade que os psicanalistas tem (sic) procurado curar a impotência [sexual] através do psiquismo. (PARAÍBA, 1968a)

Fazia-se referência aqui à obra *Sexologia Forense* (1934), do médico Afrânio Peixoto, o qual foi fundador e primeiro diretor do Serviço de Medicina Legal do Rio de Janeiro (que passou a ser chamado de Instituto Médico Legal, a partir de 1922) (CAULFIELD, 2000). Em 1922, Peixoto participou da Liga Brasileira de Higiene Mental, cujo objetivo era realizar um programa de higiene mental e eugenia que atingisse o indivíduo na escola, na vida social e profissional. Mediante à sua prática e à experimentação do saber, o médico intelectual buscou incentivar o uso da eugenia no trabalho da política e na redução da criminalidade hereditária, o que nos possibilita perceber o porquê de sua obra ter sido tão citada por vários juristas do período em que estamos analisando, ao tratarem sobre os crimes sexuais na Paraíba. O médico legista Hélio Gomes,<sup>137</sup> já destacava a importância da Psiquiatria Forense em 1965, afirmando que cabia ao juiz, ao promotor público, ao curador e ao advogado terem

[...] a noção exata dos numerosos problemas que discutem e examinam, como os referentes à psiquiatria forense, à psicologia judiciária, à traumatologia, aos crimes sexuais, emocionais, passionais, à investigação da paternidade, etc. (GOMES, H., 1965, p. 9)

A relação que se fazia entre o “ato genésico” e a doença mental tinha em vista certo número de elementos inerentes à sexualidade das chamadas “degeneradas e pervertidas sexuais”, cujas características teriam sido herdadas supostamente das mães. Com isso, tentava-se justificar o motivo pelo qual a moça, em “[...] sua primeira experiência sexual, cheg[ou] a admitir a introdução de um pênis em sua própria boca e em seu ânus, não tendo mais nenhum resquício de pudor ou dignidade para ser tutelado.” (PARAÍBA, 1968a) O discurso deixava entrever a ideia de que a Marta demonstrava certos distúrbios que eram indícios da

---

<sup>137</sup> Catedrático de Medicina Legal das Faculdades Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara e Brasileira de Ciências Jurídicas.

anomalia e perversão sexuais. O gosto genésico resultava dessa “[...] concomitância de estímulos psíquicos e fisiológicos [...]” (PARAÍBA, 1968a) que, para a justiça, significava um problema da sexualidade ligada à psiquiatria. Essa relação entre menores e a devassidão foi uma preocupação constante por parte dos juízes e médicos da época. Os registros indicam a construção do lugar social onde poderiam inserir a ideia de juventude corrompida associada às populações de risco, delinquentes ou perigosas, visando à defesa do pudor.

Ao que nos parece, a menção à retenção do “líquido espermático” na boca de Marta, repetidamente na fala da defesa, da promotoria e do juiz, significava um “descontrole selvagem”, culminando no atestado da dissolução moral das moças de família. Essa forma sutil estabelecia controles sobre a sexualidade como forma de um dispositivo da sexologia, tal como ficou conhecido desde o século XIX “em todas as instituições, inclusive, escolares” (FOUCAULT, 2014, p. 92). Outro argumento bastante recorrente é que

[...] a corrupção sempre será um estado de contaminação psíquica, de infecção moral, que poderá resultar, quer do ato material, quer do processo meramente psicológico, como o induzimento a praticar ato de libidinagem, ou a presenciar-lhe a realização. (PARAÍBA, 1968a)

Aqui, os homens da lei se pretendiam como terapeutas do corpo social (FOUCAULT, 2012, p. 80). É precisamente nesse ponto que identificamos a sexualidade, a psiquiatria, a medicina e o direito penal, e era a partir dessa relação que sobressaía o enunciado do discurso higienista.

Como indicam Cohen e Figaro (1996, p. 151), a “[...] função da sexologia forense [...]” consiste em

[...] auxiliar a justiça frente às questões referentes ao comportamento sexual socialmente ilícito, não devendo dar provas biológicas concretas – por exemplo – ruptura himenal ou lesões físicas – a respeito dos crimes sexuais de suas vítimas e agressores. (COHEN; FIGARO, 1996, p. 151)

Ou seja, enquanto “[...] ramo da medicina legal deveria estudar e informar a justiça sobre qual foi o objeto sexual investido libidinalmente pelo agressor” (COHEN; FIGARO, 1996, p. 151).

Precisamente no ano de 1955, foi reimpresso o relatório sobre *A conduta sexual da Mulher*, cuja finalidade consistia em analisar como homens e mulheres agiam sexualmente, buscando identificar quais os fatores físicos e psicológicos eram supostamente responsáveis pelos tipos de comportamentos sexuais das mulheres, como as experiências afetavam as suas vidas e quais eram os significados sociais (KINSEY et al., 1955). Esses discursos foram sendo divulgados pelo país, especialmente por meio dos jornais locais do estado. Desse modo, buscava-se reafirmar, assim, uma relação de poder exercida pelos sedutores, de modo que eles não atentavam somente contra o corpo das moças, também lhes determinavam as sensações e as sensibilidades, hierarquizando as relações de poder que ali coexistiam.

Colocava-se em cheque o “tipo de educação doméstica” (PARAÍBA, 1968a) que a moça recebera da mãe e do exemplo de parentes próximos, como a prima conhecida por Raminha, que cantava na Rádio Tabajara, e em tom de reprovação a defesa dizia: “[...] não estranha que também seja ela leviana [...]” (PARAÍBA, 1968a). A afirmação ganhou forte sentido com a declaração do acusado, ao alegar que soube por meio da namorada de um amigo da repartição, vizinha de Marta, chamada Elenira, que a ofendida em tempos atrás “[...] havia se embriagado e provocado escândalos na via pública.” (PARAÍBA, 1968a).

O espaço público da Rádio, como outros locais públicos, eram vistos como pouco higienizados para as moças de família. Entre os sentidos continuístas, destacamos a associação com a imagem do espaço da rua, visto como ameaçador, transgressor e perigoso, e o da casa como o da tranquilidade e da segurança, não é sem sentido o fato de delegados e policiais, no período em estudo, mandarem fechar certas “casas suspeitas”, como os motéis, boates, clubes, como forma de conter os excessos de escândalos ou atentado ao pudor nas ruas das cidades. Como afirma Rachel Soihet, a

[...] rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação do progresso e civilização. (SOIHET, 2004, p. 365)

A “modernidade”, a “vida moderna”, “os tempos modernos”, ou “a vida livre”, moralmente ameaçadores, termos tão frequentes nas falas

de nossas ilustres autoridades, evocavam assim, o máximo de controle por parte dos pais e das mães sobre os locais recomendáveis onde suas filhas devessem/pudessem frequentar. Ao que parece, era para isso que os juristas chamavam atenção. O que faz jus às palavras de Anthony Giddens:

[...] a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (GIDDENS, 1991, p. 45)

Roberto DaMatta (1991, p. 36) afirma que “[...] nas cidades brasileiras, a demarcação espacial e social se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora.”. E, nessa perspectiva espacial, o discurso moralizador era muito mais atuante no *locus* da rua que no da casa. O autor afirma que o discurso “[...] vindo da ‘rua’ vem sempre dos seus componentes legais e jurídicos.” (DAMATTA, 1991, p. 36). Advindo das autoridades, ele vem com mais vigor atravessado de conotações morais, tal como se pode perceber por meio da fala do promotor Washington Cavalcanti de Albuquerque, ao argumentar com base nos depoimentos das testemunhas e “na prova trazida pela defesa” que, segundo ele, era “mais exuberante, clara e precisa”. A imagem da relação sexual em uma sala, durante o início da tarde, “em hora de expediente da Rádio”, onde trabalhavam outras pessoas próximas dali, poderia constranger quem, de repente, entrasse naquele recinto, surpreendendo-os.

Seria inadmissível o fato se realizado na discoteca da Rádio, qualquer pessoa que chegasse aos estúdios da emissora, poderá ver facilmente a sala da discoteca, que como chefe da discoteca, o acusado sempre demonstrou ser um rapaz sério e atencioso; que durante o dia, tal intimidade seria impossível, sem a mesma ser percebida; as portas da sala da discoteca são abertas durante o dia. (PARAÍBA, 1968a)

Nesse caminho, eram as elites políticas e econômicas, como veremos adiante, representadas pelos homens intelectuais e jurídico-policiais, que estabeleciam regras bem específicas de como as moças

deveriam se comportar em espaços públicos. Os significados daquelas regras ganhavam ainda mais força e causavam repercussão quando o ato sexual era realizado em locais públicos ou inapropriados. A esse respeito, analisamos um documento de “estupro presumido” que, segundo o relatório, ocorreu atrás do Colégio Estadual de Bodocongó, na cidade de Campina Grande, no ano de 1970. Ao elaborar a defesa de seu cliente, o advogado A. P. negou o fato ocorrido, argumentando que aquele tipo de atitude, praticar sexo no espaço público, “à disposição dos testemunhos” (PARAÍBA, 1971e), era característico dos “anômalos sexuais”, “dos portadores de diminuição do entendimento”, “obra dos excêntricos e exibicionistas” (PARAÍBA, 1971e). Seu discurso elabora de forma estratégica as fronteiras entre o normal e o patológico, relacionando os desvios da loucura e da fraqueza sexual.

O acusado José Farias, 21 anos, funcionário da empresa Açucareira Paraibana Ltda., protagonizava a ação por ter estuprado uma menina de 12 anos. O namoro teria durado cerca de oito meses, durante os quais, segundo o promotor A. A.,

[...] aproveitando-se da inocência da menina[, o acusado] a desviava dos deveres escolares, arrastando-a para locais às escuras, povoando o seu juízo pueril com fantasias idílicas [...]. Entre juras de amor saltava sempre a realização de um casamento. (PARAÍBA, 1971e)

Depreende-se disso como a suposta “inocência” da adolescente e a noção de patologia figuravam fronteiras muito tênues. Essa forma de falar, parece-nos, era devida ao fato de muitos juristas, médicos e jornalistas ignorarem os jogos de poder das moças pobres da Paraíba, suas potencialidades, suas formas de ver e perceber o mundo, ações que muitas vezes deveriam ser percebidas como próprias da figura masculina, então, eles acabavam inventando explicações voltadas para a medicina-psiquiátrica.

O recato no lar, premissa defendida pelos juristas ao falarem das moças honestas, diferia muito das práticas cotidianas de algumas delas. Como já dissemos anteriormente, nem sempre as mães controlavam as escapadelas das filhas, mesmo que o único local a que algumas tivessem acesso fosse a escola. Era durante o trajeto do colégio, na ida ou na volta, que algumas desviavam do caminho na companhia de colegas, paqueras ou namorados. Tal como no caso em questão, ocorrido no mês



de junho, período das festas juninas, de cuja data não se recordava a ofendida Marilene.

A moça estudava no Grupo Kennedy, e o rapaz no Colégio Estadual do Bairro de Bodocongó, em Campina Grande. Esses dois estabelecimentos de ensino eram próximos, razão pela qual o rapaz “[...] convidava a depoente a gasear aula, indo os mesmos namorarem atrás do Colégio Estadual de Bodocongó, local que não era muito escuro nem tão pouco claro” (PARAÍBA, 1971e). Esse discurso demonstra que mais que o fator da segurança, o que estava em jogo era o aspecto moralizador do espaço, onde se buscava chamar a atenção para o ponto de encontro entre moças e rapazes, como Marilene e José Farias.

Foi ali que, certo dia, aproximadamente às 19 h, José Farias convidou Marilene para namorarem no “local de costume”, atrás do colégio, “lá estando mantiveram relação sexual”. Segundo a promotoria, durante o ato, o rapaz não usou de violência, prometendo à moça “[...] uma aliança de compromisso, antes de ter com a mesma o congresso carnal [...]” (PARAÍBA, 1971e), objetivando ao casamento. Depois que ele a “buliu”, expressão comum da época, negou-se a casar, afirmando: “Se os cachorros não podem casar quanto mais eu.” (PARAÍBA, 1971e)<sup>138</sup>. O enfoque da linguagem, talvez comum à época, utilizada em particular pelas populações pobres, possibilita conhecermos como determinados rapazes utilizavam certas táticas para se evadirem da responsabilidade do casamento com as moças. Mas as artimanhas do Don Juan já haviam sido percebidas pelo pai cuidadoso, que exigiu, desde o início, o término do namoro, alegando que José Farias não demonstrava interesse em ir à sua casa para firmar compromisso com a filha, razão por que “[...] ordenava que ela acabasse imediatamente [...]” (PARAÍBA, 1971e) a relação. No entanto, os meses se passaram e Marilene continuou namorando o rapaz até o mês de setembro daquele ano, e “por motivos de ciúmes”, na ocasião de um baile a que ambos compareceram, ela findou o enlace.

A esse respeito, nem sempre as jovens obedeciam à vontade dos pais ou das mães, o que demonstra que elas não eram tão sujeitas à noção do pátrio poder fundamentado pela lei, muito embora as delegações jurídicas defendessem certas prescrições relacionadas à obediência das filhas, como o respeito às ordens dos pais, em particular por conta da forte relação com a religião cristã. Havia uma espécie de

---

<sup>138</sup> Encontramos vários processos e reportagens de jornais do Estado em que havia grande resistência por parte dos sedutores de se casarem com as moças, preferindo a prisão.

crença religiosa de que os filhos não poderiam contrariar o desejo dos pais, sobretudo tratando-se de suas relações amoroso-afetivas. Do contrário, eles poderiam não ser bem sucedidos em seus casamentos, ou poderiam acarretar uma descendência de filhos não saudáveis, com certas deformidades físicas, ou com problemas mentais. Mas logo a autoridade paterna era invocada, em particular nos casos em que as menores eram abandonadas, ou quando sofriam maus-tratos, como ameaças de morte se não aceitassem a prática sexual por parte dos namorados ou parceiros. Marilene contou ao genitor que havia sido deflorada, e que José Faria lhe “esbofeteou por três vezes” durante o período em que estiveram juntos.

Com efeito, mais que defender Marilene frente à justiça, o promotor buscava chamar a atenção para certos locais da cidade, onde as práticas dos usuários eram irredutíveis às leis voltadas para a conduta, além da defesa em torno da privacidade do ato sexual. A perplexidade frente ao escândalo em que se teriam transformado os “atos sexuais em público” aparece realçada na seguinte citação:

A prova, salvo as declarações da vítima – é indireta, como não poderia deixar de ser. Ninguém pratica atos sexuais em público, ao sabor das testemunhas visuais ou auditivos, exceto em se tratando o agente de um portador de anomalias psíquicas, fora de cogitação na espécie. Ao lado das declarações da vítima encontram-se os esclarecimentos das testemunhas que dão conta das relações de namoro da vítima com o réu; seus encontros em festas e bailes. (PARAÍBA, 1971e)

O que caracteriza esse discurso é a sexualização dos espaços privados, uma forma de percepção associada ao lugar da racionalidade que, por sua vez, contrapunha-se à anormalidade daqueles/as que exibiam o espetáculo de suas partes íntimas diante de outros, conforme já indicamos. Vejamos como o espaço do trabalho feminino aparece marginalizado em pleno ano de 1970 no estado. Ao argumentar sobre o motivo do fim do namoro, José Farias disse que a moça trabalhava em um “[...] estabelecimento comercial; isto porque com raras exceções, todas as moças que se empregam em estabelecimentos comerciais se constituem [...]” (PARAÍBA, 1971e), mencionando a indústria de construção Premol, situada no bairro de Bodocongó, onde Marilene trabalhava. O rapaz presumia o fato de que as lojas comerciais, fábricas, ou indústrias consistiam em locais reveladores da perdição das jovens, o

que demonstra como grande parte dos homens reconfigurava os espaços profissionais e trabalhistas das mulheres. Na visão de muitos da época, as moças, em função da suposta ingenuidade e juventude, estavam propensas a aceitar quaisquer tipos de propostas quando essas partissem de seus patrões, por temerem perder o emprego ou por interesse. A condição da pobreza aparece associada ao fato das jovens manifestarem interesse por trabalhar fora de casa, além disso, médicos e juristas defendiam que as desigualdades sociais corroboravam para o aumento da prostituição no país. Nesse sentido, o médico e professor Hélio Gomes, já dizia no ano de 1965, que a miséria

[...] dissolve o lar ou lhe enfraquece a solidez moral, concorre para o desprestígio dos pais, quebra a disciplina familiar e acaba por conduzir a menina, inconsciente das responsabilidades do sexo, a se empregar em meios corruptos, a frequentar e viver em ambientes promíscuos, a se afastar da vigilância familiar, a se colocar sob a autoridade de chefes e patrões sem escrúpulos, propensos a abusar de sua posição e da indigência e dependência dela. (GOMES, H., 1965, p. 495-496)

O médico ainda dizia que “[...] as prostitutas [...] [eram] cada vez mais jovens [...]” e pobres, sendo possível a elas

[...] alguns ofícios domésticos, mas são logo desviadas por conselhos e influências de companheiras que encontram nos bailes públicos, nas festas, nas ruas, nos cinemas e que as antecederam na estrada da perdição. (GOMES, H., 1965, p. 495-496)

Esse discurso circulava a época e aparecia de forma implícita ou não nas declarações dos acusados de sedução.

Interrogado pela promotoria na presença do juiz, José Farias afirmou que depois que acabou o namoro com Marilene, via a jovem “[...] sempre passeando de automóvel com o gerente da firma, um tal senhor Ferreira [...]”, como também em “[...] companhia de namorados, até três horas da madrugada em companhia de prostitutas [...]”(PARAÍBA, 1971e). Ao tratar da colonização de mulheres no cenário urbano, desde a segunda metade do século XIX, Margareth

Rago aponta que quanto mais as mulheres escapavam das atividades domésticas em busca de se profissionalizarem em outras áreas, “[...] tanto mais a sociedade burguesa lança[va] sobre os seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho”. (RAGO, 1985, p. 63). Embora anunciemos quase um século de diferença, considerando as mudanças de formação discursiva e particularidades temporais, a ressonância daqueles discursos teve ecos no parecer do advogado A. P., o qual alegou: “[...] muitas vezes alguém é noivo OFICIAL e está sendo sua noiva objeto de amizades mais ‘íntimas’ com seu chefe de repartição, um amigo do próprio acusado [...]” (grifos da defesa, PARAÍBA, 1971e). Nesses termos, o corpo das adolescentes poderia ser coagido pela primazia dos interesses do patrão sobre suas funcionárias (DHOQOIS, 2003, p. 43). Observa-se que em vários âmbitos sociais, seja nas camadas pobres ou nas mais abastadas, o corpo das mulheres aparece exposto ao “perigo da prostituição e da perdição” (RAGO, 1985, p. 63), pois como afirma Solange dos Santos Araújo, as moças que trabalhavam, na segunda metade do século XX, deveriam estar atentas quanto a sua reputação, visto que as normas ainda eram muito rígidas com as atividades fora dos espaços domésticos (ARAÚJO, S., 2006).

Em 22 de março 1972, o juiz N. T. da C. considerou a denúncia procedente, sob a alegação de que o réu “aniquilou as esperanças da ofendida e o desejo de reparação moral exigido pelo seu pai”, condenando-o a três anos de prisão “por ser o réu ao tempo da infração maior de dezoito anos e menor de 21 anos”. Contudo, em seguida, o advogado A. P. apelou para o Egrégio Tribunal de Justiça para rever o caso, passando-o para outro advogado, J. F. de A., em 23 de junho de 1972.

A elaboração do relatório da defesa se difere em grande medida da maioria dos discursos de outros advogados que analisamos até aqui. Ele buscou construir a defesa do seu cliente atacando a pessoa do empregador da indústria, Severino Ferreira Sales, deslocando o foco da atenção da “vítima”, como geralmente procediam, e apontando para o patrão em face à gravidade do caso, por se tratar do fator da menoridade. Marilene tinha à época 12 anos, conforme já mencionado. Com base nas informações colhidas por parte de José Farias, a defesa ressaltou que a menina sempre saía no carro de seu chefe, após o trabalho, sendo os dois vistos sozinhos passeando por diversos locais da cidade sob os olhares vigilantes. Seu discurso foi todo construído em função da vitimização da moça, associando a sua ingenuidade e o fator da pobreza:

[...] se trata de pessoa casada que se aproveitou da in experiência da referida menor (menor pobre). O repugnante, hediondo e reprovável expediente de transferir ao paciente toda a responsabilidade, procurando, dada a sua condição de casado isentar-se da mesma, levando a menor a comunicar a seus humildes pais que o autor tivesse sido seu namorado. (PARAÍBA, 1971e)

Tratava-se, ao que tudo indica, de uma estratégia jurídica visando transferir a responsabilidade do ato para o patrão da menor. Deixava entrever que o patrão se valeu de sua influência para convencer a funcionária em troca de “vantagens” oferecidas a ela. Mas isso não fora suficiente, argumentou ainda que, naquele momento, o homem estava amasiado com Marilene na Rua Peru, nº 16, no Bairro de Santa Rosa, e essa união teria resultado em uma gravidez, em função da qual a menor se encontrava “prestes a dar à luz”. Para o advogado, tratava-se de uma estratégia utilizada por muitos chefes de repartição, sobretudo os de indústrias, onde geralmente trabalhavam as “[...] mocinhas pobres, sem um amparo moral da família.” (PARAÍBA, 1971e).

João Formiga de Almeida apelava ainda para a construção da imagem do acusado ao citar um caso que teria ficado famoso em 1963. Trata-se do famoso caso de Gideon, na Corte Suprema do EUA, acusado de vagabundagem e de ser “um ladrão costumaz, com várias condenações, na última delas acusado de ter arrebatado um caça-níqueis e levado garrafas de bebida de um bar, não teve defesa efetiva [...]” (PARAÍBA, 1971e). Gideon teria sido condenado por entrar em um salão de sinuca, roubar US\$ 65 de máquinas de venda automáticas, além de alguns refrigerantes, cervejas e uma garrafa de vinho. A Corte Suprema teria ordenado um novo julgamento. A decisão se baseou nos preceitos da Sexta Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que define os processos criminais. A emenda estabelece que o réu tem o direito, entre outras garantias, ao devido processo legal e à assistência de um advogado em sua defesa. Essa decisão levou à criação dos sistemas de defensoria pública em todo o país<sup>139</sup>. Fundamentado nesse caso, a defesa alegou:

---

<sup>139</sup> Cf proposições sobre o caso Gideon. Disponível: <http://www.conjur.com.br/2013-mai-27/manter-qualidade-defensoria-publica-eua-rejeitar-casos>. Acesso: 08/04/2014.

O apelante não é vagabundo nem ladrão, nem cometeu o crime que lhe é imputado [...] que a maldade humana lhe transferiu, num expediente acusatório pré-fabricado, originando do cérebro maléfico de seres humanos inescrupulosos, perversos. E foi condenado [o acusado] pela Justiça Pública Serrana, tendo-se verificado a ausência de defesa, pois o que determina isso não é somente a designação do defensor (não é suficiente), e sim o seu desempenho na defesa de um acusado. (PARAÍBA, 1971e)

Em contrapartida ao pedido de habeas-corpus, o Ministério Público se posicionou, reafirmando a “procedência da denúncia”. Contudo, o promotor optou pela nulidade do processo, visto que, durante o período de tramitação, o rapaz teria sofrido cerceamento de defesa. Em 31 de julho de 1973, o juiz S. M. de F. concedeu o alvará de soltura a José Farias, da Cadeia de Campina Grande, com a decisão do Supremo Tribunal Federal. Até aquela data, o acusado estava preso há mais de um ano. No dia 5 de maio de 1975, o magistrado julgou improcedente a denúncia, alegando “[...] não reconhecer provas existentes de ter José Farias concorrido para a infração penal [...]” (PARAÍBA, 1971e). Motivo pelo qual o promotor A. A. se opôs à primeira sentença de modo contundente no dia 11 de junho daquele mesmo ano, com a seguinte afirmação:

A prova renovada emerge como uma repetição do lastro probatório anterior, não justificando, pois, uma sentença absolutória, pois que o crime atribuído ao réu sobrou provado à saciedade. A sentença apelada encerra apenas um amontoado de incongruências, com o espancamento de elementares conceitos jurídicos e declarada miopia quanto à análise da prova [...]. A palavra da vítima eleva-se como elemento de suma importância. Ora, isso é crucial. Nos muladares [monturo, local onde se coloca lixo, que suja ou enodoa] da perversão humana os atos sexuais que transcendem à criminalidade não são praticados às escâncaras. Somente os anômalos, os degradados psíquicos atuam nessa raia – aos testemunhos visuais ou auditivos. Na espécie em apreciação, o réu apelado José Farias violou a lei em sigilo, sem

despertar atenções, na mansidão pacífica que procura dissimular intenções. (PARAÍBA, 1971e)

Apesar de todo o empenho da promotoria visando à condenação de José Farias, este foi absolvido pelos magistrados M. T.<sup>140</sup> e R. P..<sup>141</sup> A absolvição foi confirmada pelo presidente do Tribunal de Justiça, no dia 9 de março de 1976. Pode-se perceber que coexistia, na maioria dos casos, entre a promotoria e a defesa, uma disputa de poder por meio da linguagem em defesa das partes. Observa-se, contudo, que a desenvoltura retórica e os detalhes turvos no discurso da defesa de A. A. consistiam, para além do objetivo de defender a menor e do cumprimento da função para a qual foi designado, em uma batalha de poder para ver quem venceria na arena da Justiça. Percebe-se claramente essa lógica da batalha sequencial de relatórios entre a defesa e a promotoria no decorrer dos processos. Com termos bastante polidos, eles pareciam se digladiar a todo o momento em nome da causa que defendiam. Esforçavam-se ao máximo para obter testemunhos convincentes, juntar indícios materiais de teor afetivo e sentimental, como cartas, fotos, atentar para as datas dos exames de conjunção carnal estabelecendo comparações com as datas do defloramento contidas nas narrativas das ofendidas, distorcer as respostas das testemunhas buscando controlar as afirmações e, a partir disso, eles estabeleciam e construíam os fatos conforme a métrica da justiça operacionalizada em favor de seus interesses, muitas vezes, sem nenhum escrúpulo quanto à honestidade das formas narrativas de cada sujeito de fala.

Nesse caminho, foi possível observar como, de outra parte, muitas adolescentes se constituíam enquanto sujeitos de desejos e vontades por meio de seus depoimentos. No ano de 1971, Lenira, 17

---

<sup>140</sup> Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho foi bacharel em Direito pela Faculdade de Alagoas, em 1952. Ingressou na magistratura como Juiz de Direito de Brejo do Cruz, em 1953. Em 1967, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e titulado em Geografia pela Faculdade de Filosofia da Paraíba. (LEITÃO, 1985)

<sup>141</sup> Rivaldo Pereira da Silva foi Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, em 1940. Ingressou na magistratura como Juiz de Direito de São José de Piranhas, em 1945. Foi promovido para a Quarta Vara de Campina Grande, em 1960. Foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, em 1972, tempo em que exercia o Juizado de Direito da Primeira Vara da Capital. (LEITÃO, 1985)

anos, parda, cursando o ginasial, juntamente com a sua mãe, abriu uma queixa de crime de sedução na Delegacia Especial de Vigilância Geral e Costumes, em João Pessoa, contra Moacir, solteiro. Em suas declarações, namorava há quase um ano com o rapaz, seu único namorado, na residência da menor. E, mediante suas intenções, ele teria conquistado a simpatia e a confiança dos familiares da moça. Até que, certo dia, ele procurou “certas liberdades, quando estavam a sós”, tanto na casa da menos quanto em sua própria casa. Com base na forma de narrar o prazer sexual que sentia, Lenira definia “certas liberdades” como a prática de ele, o namorado, “[...] acariciar-lhe pelos órgãos genitais, isto é, pela vulva, chegando ao ponto de masturbá-la, inclusive, esfregar o seu membro peniano nas côxas [...] onde sentia o orgasmo, inclusive, sobre a sua vulva [...]” (PARAÍBA, 1971b). Desse modo, “o significado ou sentido da sexualidade genital [era] assim transformado dentro desse sistema de referência erótico, com sua ênfase na natureza polimorfa do prazer [...]” (PARKER, 1991, 197).

Segundo Lenira, “[...] êsses atos eram praticados quase que constantemente, desde que surgisse oportunidade” (PARAÍBA, 1971b). Teria afirmado ainda que “[...] o mesmo, depois de haver praticado ato libidinoso com ela, conseguiu introduzir o dêdo na vagina, isto por várias vezes, até que, resultou deflorá-la”. Era por meio dessa forma de dizer e praticar o sexo, sem imperativo moral ou religioso, sem restrições no falar, que muitas delas eram classificadas como “raparigas modernas” ou como “mulher livre”. Nas palavras da promotora, a “rapariga moderna” era aquela que aceitava o convite para o congresso sexual, sem reação, mesmo que para a possibilidade da mancebia ou “amigação”. Fazem sentido, nessa perspectiva, as palavras de Alômia Abrantes da Silva, ao referir-se às relações complexas coexistentes entre sexo e “verdade”. Diz a autora: “[...] pensa-se nelas como insultos à ‘verdade’, como no caso de um ‘homem passivo’ [e] ‘uma mulher viril’”. (SILVA, A., 2008, p. 129).

Naqueles termos, a moça enunciava, de modo consciente ou não, o acontecimento sexual sem medo do risco de manchar a sua reputação, manifestando o fato e as sensações advindas dele. Falava de uma sexualidade que, na percepção dos juristas, era desviante, anômala, doente e inadmissível dentro dos requisitos constitutivos da “moça honesta”. O estatuto do discurso dessa mulher denota uma ação, um gozo próprio sem medo e sem restrição. Deixava entrever o modo como ela se deixava conduzir na prática sexual com prazer com a liberdade de escolha, o governo de si e a constituição do sujeito de desejo por meio das práticas de si, resistindo e impondo limites até onde achava



necessário, conforme nota-se no excerto: “E que, uma das vezes, o referido acusado chegou a forçar o seu membro contra a entrada da vulva, e como doera, ela não deixou prosseguir”. Como afirma Foucault, “[...] a liberdade de escolha sexual implica a liberdade de expressão dessa escolha”. (FOUCAULT, 2014, p. 158-159) sem dissimulação. Talvez fosse essa falta de dissimulação, que os juristas desconheciam, que os fazia parecer um tanto descontentes com a forma retórica com que Lenira se expressava: sem economizar nas palavras, pois, como demonstra Foucault, “[...] o comportamento sexual é a consciência do que se faz, da maneira como se vive a experiência, do valor que lhe atribui.” (FOUCAULT, 2014, p. 157). Ao passar os dias, ela requereu do namorado a responsabilidade pelo seu defloramento, ao que, respondendo, ele disse que “aquelas práticas não fazia com que a moça viesse ser desvirginada, entretanto, o mesmo pediu a ela ofendida que não contasse a ninguém, se não acabava o namoro, o que ela ofendida atendeu”(PARAÍBA, 1971b), pelo menos até o momento que ele resolveu dar um término à relação entre os dois. Lenira “[...] vendo que estava prejudicada [...] resolveu confessar a seus pais, o ocorrido [...]”, assumindo o risco de dizê-lo, mas também saboreando o gosto pela vingança. Frente à perda do companheiro, ela parecia almejar alguma vantagem, que ao menos o caso fosse levado à Justiça e ele o sedutor retornasse para ela. E, com efeito, os prazeres de outrora fossem permissíveis dentro do amparo legal.

Namorando às escondidas e contra a vontade da mãe, Alaíde, 16 anos, afirmava em seu depoimento que costumava se encontrar com o namorado, Adilson, 22 anos, desempregado, “por gostar muito dele” (PARAÍBA, 1971c), embora ele sofresse de tuberculose. Sem a oportunidade de ir ao cinema ou passear pela cidade em companhia do namorado já que o namoro era proibido, ela escapava da vigilância da mãe e se encontrava com ele em uma esquina, nas proximidades de sua casa, localizada na Avenida Eptácio Pessoa, em João Pessoa, no ano de 1971. O namoro que perdurava três anos já havia acabado “umas dez vezes”, mas todas as vezes que eles se encontravam “havia uma certa liberdade” com certo toque nas partes de seu corpo em uma associação entre o prazer e o desejo que envolvia ambos. Dizia ela que, certo dia, ao dar “umas voltinhas na beira mar”, deparou-se com o acusado e este começou a lhe cortejar, “[...] prometendo-lhe casamento, caso ela o deixasse praticar a relação sexual” (PARAÍBA, 1971c). Segundo ela, frente à insistência do namorado, que lhe propôs “[...] o coito anal, motivo pelo qual a mesma continuava a ser môça [...]”, “[...] este acariciava seus seios e suas côxas, enquanto a beijava [...]” (PARAÍBA,

1971c). E nessa fisiologia do prazer, ela se acalmava nos braços dele depois de sentir o orgasmo, advindo deste várias outras sensações, como a palpitação e um prurido agradável, assim como bastante calor. A proposição “certa liberdade” indicava o perigo de abertura no modo em que a liberdade olha o poder, de modo que a moça exercia por meio da ação o direito de sentir prazer. Assim como Lenira, Alaíde se relacionava de forma aparentemente de acordo com as estratégias de interesse sexual, se permitindo à relação sem impor à restrição do ato, ultrapassando as fronteiras corporais e apropriando-se de uma informação que lhe servia de álibi para justificar juridicamente o seu desejo sexual.

A descrição de suas partes íntimas, seios, coxas e ânus, aparece como uma mecânica do corpo molhado pelo líquido seminal, presente e atestado em suas vestes íntimas. Essa congestão de cheiros e sensações, bem como a agitação dos nervos e músculos, caracterizada pelo espasmo próprio do ato sexual era indicativa, nas palavras da defesa, da falta de inexperiência da ofendida:

[...] é mister que a vítima seja enganada, iludida em relação aos propósitos de seu desvirginador [...]. A lei não protege a moça que se convencionou chamar emancipada, inteiramente identificada com os problemas do sexo e da vida moderna.(PARAÍBA, 1971c)

Distinguindo-se política e juridicamente das demais moças e vista como uma ameaça à moral e aos interesses do Estado. Assim, o corpo de Alaíde ganhava significações: descrito pela linguagem jurídica e materializado pela experiência sexual transgressora, apontado como uma proposição da modernidade. Para além dos perigos que as fronteiras corporais permeáveis representavam para a ordem social (BUTLER, 2003, p. 189), o que estava em jogo era também a emancipação dos costumes morais, que se feminizavam cada vez mais, constituindo novos regimes sexuais, uma rede de inscrição de outros valores que emergiam, de igual modo, com os movimentos feministas, movimento *gay*, movimento de mulheres. A intimidade do espaço privado da cama aparecia mais frequentemente no âmbito público, deixando de ser segredo de Justiça e galgando à expressão de uma patologia moral. O processo foi arquivado, no ano de 1974, por falta das declarações das testemunhas, as quais não foram localizadas.

Mesmo frente às ameaças empregadas pelos acusados, bem como às agressões físicas, muitas das adolescentes utilizavam a ameaça do processo judicial como meio de obrigá-los a se casar. Em 1971, Helena, 17 anos, ao ser ouvida pelo Ministério Público de João Pessoa, afirmou que o seu namorado a ameaçava constantemente findar o namoro se ela não aceitasse a relação sexual, sendo “[...] esbofeteada pelo acusado, somente porque a ofendida disse-lhe que ia fazer pressão contra o mesmo, às autoridades, para ele casar-se com ela.” (PARAÍBA, 1971b). Em contrapartida, ele a teria obrigado a “[...] satisfazê-lo aos atos libidinosos, praticando-os com a boca, além da prática do coito anal.” (PARAÍBA, 1971b). Na medida em que o tempo passava, ela percebendo que estava sendo “[...] enganada [...] resolveu confessar o fato em tela, a senhora sua mãe [...]” (PARAÍBA, 1971b), a qual levou ao conhecimento do juiz A. S. M. A respeito dos sujeitos de ações, parece-nos que algumas delas não se deixavam intimidar frente às situações mais adversas, como era o caso de Helena, que apanhou do namorado grávida com quase cinco meses, quando da ameaça, tampouco ela se mostrava sujeita ao seu primeiro e único namorado, dentro daquela retórica romanceada por muitos juristas acerca das chamadas “julietas”, conforme vimos no primeiro capítulo. Nesse sentido, dentro da perspectiva das práticas de si, ao requerer do acusado que se casasse com ela, Helena parecia querer cuidar de si, preocupar-se consigo mesma, para poder cuidar do outro, do filho que crescia em seu ventre. O objetivo final parecia ter sido alcançado no dia 11 de novembro de 1971, quando ela se casou com o acusado por meio do mandato do juiz da Capital. Pequenas vitórias atravessadas pelas estratégias femininas e suas táticas de sobrevivência.

A experiência sexual relatada por aquelas moças coloca em cheque muitos dos discursos em torno da ideia de que as moças da Paraíba estariam à mercê dos desejos sexuais dos seus sedutores. Uma prática de pensamento que não era singular à linguagem masculina da Justiça, aparecia de igual modo no parecer de uma mulher daquele mesmo espaço de poder, a promotora Bertha Aurea Cunha Barros. Isso quer dizer que mais que a predominância de prática social de um discurso masculinizante, tratava-se de uma prática jurídica, de uma *performance* de pensar e dizer. Os discursos judiciais são produtos de um lugar social, do “espírito” de uma época e era em função desse lugar que se instauravam as formas de como se delineava uma topografia de interesses que se enunciavam certas proposições valorativas e moralistas que se deslocavam para dar sentidos a outras da vida cotidiana das

famílias pobres. É o que percebemos por meio da fala da citada promotora.

Embora a vítima tenha afirmado que foi desvirginada sob promessas de casamento, infere-se das suas próprias declarações e da prova apurada, que ela, após o fato, ainda manteve relações sexuais com o acusado várias vezes e durante o período de namoro, tudo levando a crer, ter sido a mesma corrompida pelo referido denunciado, o qual, através de conquistas amorosas, conseguiu enfraquecer-lhe a vontade, fazendo-a ceder aos prazeres do sexo, sem oferecer qualquer resistência. (PARAÍBA, 1973c)

Erivaldo, 19 anos, incurso nas penas do art. 218 do Código Penal por ter desvirginado Martha, 17 anos. O caso ocorreu no município de Alhandra, próximo à cidade de João Pessoa, em 1973. O rapaz morava no Rio de Janeiro e, fazia pouco tempo, havia se mudado para aquele município quando começou a namorar Martha, o que já ocorria por cerca de quatro meses. Certo dia, o rapaz convidou a namorada e mais um casal, Fátima e Alfredo, para irem juntos a um passeio “no lugar Abiaí” no mês de fevereiro de 1973. Ao chegarem lá, às 14 horas, Alfredo saiu com Fátima para dentro do mato, e Erivaldo com Martha para outra direção, também dentro do mato, “[...] onde se demoraram bastante [...]”(PARAÍBA, 1973c), de modo que, de onde cada casal se encontrava, não podiam se ver.

Em sua defesa, a advogada, D. S. de A. L., alegou que a mãe apresentou queixa à delegacia em nome de uma artimanha engendrada junto a sua filha, para obrigar o acusado a se casar com a moça, tendo em vista que ele era filho

[...] de pais de situação financeira estável, pessoa de bons procedimentos, vez que atendeu ao pedido de sua família, bem como de seus amigos, para pôr fim a um namoro em que a própria [menor teria] confessado que havia sido deflorada por um primo seu aos 13 ou 14 anos [, no lugar denominado Abiaí]. (PARAÍBA, 1973c)

O discurso da advogada, assim como o de vários outros envolvidos nesses processos, não apresentava nenhuma novidade, pois,

conforme indica Sueann Caulfield (2000, p. 292), desde o final do século XIX, os juristas advertiam para o fato de que muitas jovens utilizavam o tribunal como um meio para obter “[...] casamentos vantajosos por meio de acusações de defloração.”

Em 1977, ao fim do processo, a defesa pediu a absolvição do acusado em razão de a menor ter-se amasiado a um homem, cujo relacionamento resultou em um filho, na cidade de São Paulo, o que foi aceito pelo promotor G. C., sob a alegação de que a menor “não era possuidora de uma conduta que deva ser considerada como de pleno recato”. Ainda de acordo com as testemunhas, a moça se encontrava morando em Recife, não deixando endereço certo. Importa aqui analisarmos um trecho da fala da promotora B. A. C. B., que, ao se referir a menor, disse: “[...] ela, após o fato [...]” isto é, o desvirginamento, “[...] ainda manteve relações sexuais com o acusado várias vezes e durante o período de namoro, tudo levando a crer, ter sido a mesma corrompida pelo referido denunciado”. (PARAÍBA, 1973c). Essa ideia culmina em um labirinto jurídico por meio do qual a menor atingia a “imoralidade sexual”.

Assim, tantos os homens quanto as mulheres da Justiça tentavam enquadrar as jovens em questão de forma que elas não tivessem escapatória, ignorando as múltiplas maneiras de agirem ou perceberem a si mesmas, muitas vezes motivadas pela paixão ou simplesmente pelos momentos de satisfação sexual em termos da conquista. Como afirma Jeanne-Marie Gagnebin (1978), as declarações e os gestos dessas mulheres transpassavam pequenas táticas que faziam parte de uma rede complexa de interesses, sem cair no discurso de um “duplo domínio”, pois não havia rótulos definitivos, eram igualmente “[...] mulheres frígidas ou não, liberais ou não, normais ou doentes [...]” (GAGNEBIN, 1978, p. 41), honestas ou desonestas, recatadas ou sexualmente emancipadas.

Festas juninas em Campina Grande, no ano de 1970. Os fogos de artifício ganhavam o céu estrelado; foi neste momento de intensa alegria que Adalgisa, 13 anos, órfã de pai e mãe, conheceu José Gomes, 19 anos, cobrador de ônibus. O rapaz a levou “[...] às] margens do açude velho e, ali chegando à noite, rasgou a roupa da ofendida, inclusive sua calcinha íntima e com ela, à força, manteve relações sexuais.” (PARAÍBA, 1970g). Seu pai tinha sido assassinado na cidade de Campina Grande quando ela era criança, motivo por que morava com a tia e a avó em um sítio, onde, segundo o destaque das palavras da promotoria, não havia rádio nem outra qualquer diversão. Logo que soube do ocorrido, a avó materna, como sua representante legal, entrou

com a queixa na delegacia e cuidou de realizar o exame de conjunção carnal na menor no Instituto Médico Legal (IML). Observamos como era comum a menção ao fato de que a moça residia no interior ou na zona rural, esse tipo de informação, que vinha na primeira página no inquérito policial, sugeria que a moça tinha contato com poucas pessoas ou que não dispunha de meios de comunicação que pudessem influenciar em suas formas de se relacionar com rapazes, a comunicação se fazia de maneira lenta, quando não, inexistia. A afirmação demonstrava a ingenuidade da menor no sentido de ignorância acerca da vida sexual, já que a educação empreendida pela tia e pela avó era vista como sendo ainda mais severa com relação às sobrinhas ou às netas.

Ao ter sido interrogado, José Gomes afirmou que manteve relação sexual com ela uma única vez, e supunha o motivo da acusação, dizia ele, o fato de a “vítima gostar muito do interrogado”. Vejamos o relatório do escrivão:

Ela vivia passeando no coletivo em que êle trabalhava, faltando com o decôro no interior do aludido carro, como seja: mostrando os seios e outras partes íntimas de seu corpo. Entre as pessoas que já tiveram relação sexual com a dita jovem, o interrogado pode mencionar os nomes ou apelidos de algumas, como sendo “Abel”, “Pererão”, “Boca”, desta cidade. (PARAÍBA, 1970g)

Expedientes desse gênero podiam causar certa estranheza e um mal-estar social, em particular por se tratar do espaço público. A exibição do corpo feminino se tornava reveladora do incômodo, não somente aos homens, mas também a outras mulheres, a crianças e a idosos/as que talvez se encontrassem naquele coletivo, principalmente porque, no que tange à sexualidade, as mulheres deveriam ser, ao máximo, discretas. Era isso que a defesa parecia mostrar: uma preocupação moral, ao mesmo tempo apontando um traço que se contradizia com a noção de modernidade ou com a ideia de pessoas civilizadas. A imagem da intimidade da moça contrastava com os ares de civilidade. Sua atitude, por outro lado, produzia efeitos não só em relação ao objeto de seu desejo, também sobre os corpos de outros sujeitos, já que existia um pensamento na época de que se podia chegar ao prazer erótico à medida que a sexualidade fosse despertada por meio de textos visuais. Como afirma Rachel Soihet (1997, p. 281), faz-se

necessário observar algumas iniciativas das mulheres, do ponto de vista de uma “[...] subversão subterrânea dos modelos recebidos, o que sugere a busca de outros valores, além de se constituírem numa arma de defesa do gênero contra as tradições misóginas [...]”, em especial dentro da perspectiva dos modelos jurídicos.

Chamada a depor, a testemunha de defesa, Abel Rocha da Cruz, 19 anos, cobrador e colega de trabalho de José Gomes, possivelmente instruído pelo advogado do acusado, afirmou que “[...] a vítima já namorava com os engraxates e pipoqueiros [...]” que trabalhavam no Abrigo Maringá, situado à Praça Clementino Procópio, alegando que ela “[...] vivia a perseguir o acusado, chamando-o de mole [...]” e que o defloramento aconteceu “[...] por insistência da vítima [...]”, no Curtume dos Mota, localizado no Bairro do Quarenta, considerado à época um ponto de referência econômica em Campina Grande. (PARAÍBA, 1970g)

A expressão “mole” era carregada de significados, colocava em cheque a sua masculinidade, uma moral viril que fazia parte de uma rede complexa, e de um pensamento da época que perdurava há séculos. Na linguagem da moralidade viril, significando saúde física e mental, vigor sexual e fertilidade, o homem deveria apresentar-se sempre disposto para o ato, devia repelir seus limites em busca de provar sua potência sexual. Era a atitude e o falar sobre a sexualidade que estava em jogo, relatar aos amigos que praticara a relação sexual contava mais que o próprio prazer do gozo, assim, ele não poderia se negar quando convocado a empunhar o seu pênis em uma vagina, ainda que naquele momento não sentisse desejo ou vontade. Essa era uma forma de subjetividade que atravessava o universo masculino com os seus “fluxos culturais” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 332), na sociedade da Paraíba. O ato de imposição sexual esperado dos homens figurava de forma muito particular o caráter da violência simbólica em torno da figura masculina, persistente até hoje em muitos discursos dos homens do estado da Paraíba. De outra parte, o lugar social no qual se encontrava a moça denotava que ela se permitia a intimidade sexual e que por meio do jogo de sedução se constituía a imagem de alguém que tomava a iniciativa, que assumia o controle no território do ato sexual ao se relacionar sexualmente com vários homens. É o que sugeria o testemunho de Abel Rocha.

A testemunha de defesa afirmou, ainda, que outro amigo seu manteve conjunção carnal com a vítima de livre e espontânea vontade da parte da mesma. Ao corroborar com o discurso de José Gomes, a testemunha de defesa alegou que “[...] manteve coito com a vítima por

sabê-la mulher [...]” (PARAÍBA, 1970g), afirmando que a menor “chafurdava”, isto é, envolvia-se sexualmente com todo mundo: pipoqueiro, engraxate, cobrador de ônibus, motorista, ente outros. Acrescentando ainda que, por questões de ciúmes, certa vez, brigou com uma mulher da vida por causa de um motorista chamado Lau. Disse que os pipoqueiros e engraxates “[...] que comiam a vítima, afirmavam: ‘nós faz [sic] isso com ela, mas um dia vocês pagam’.” (PARAÍBA, 1970g). Essa prática social das (des)vantagens entre os homens parecia algo comum em seu cotidiano.

O enunciado era indicativo de que os pipoqueiros e engraxates teriam praticado o ato sexual com a menor sem serem responsabilizados com o casamento, por exemplo, uma demonstração da relação de poder entre eles, o que colocava a figura de José Gomes e Abel Rocha da Cruz em patamares de forças desiguais. Ou seja, a sexualidade dentro daquela lógica significava uma prática social que operava nas relações com efeitos de poder e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos (GIDDENS, 1993). Os documentos são também reveladores das intrigas por parte das moças por causa de ciúmes. Buscar o Poder Judiciário significava, em muitos casos, a conquista de um casamento, mas também o desejo de vingança em relação aos seus parceiros por trocarem-nas por outras.

O depoimento de Abel Rocha da Cruz foi todo destacado, muito provavelmente pelo advogado de José Gomes, o seu discurso é perpassado por uma prática social bastante comum e presente na linguagem dos homens do estado da Paraíba, isto é, a moça mal falada seria banida do universo de honra e de respeito por parte da vizinhança, em particular, da figura masculina, principalmente porque deflorar uma virgem significava obter vantagens simbólicas junto ao grupo do qual os rapazes faziam parte.

A segunda testemunha, também homem e vizinho do acusado, Edmilson Babino de Souza, 16 anos, disse que “[...] sempre conheceu a vítima como batadeira de calçada, e que trepava com todo mundo”. (PARAÍBA, 1970g). Há mais ou menos um ano, segundo o seu depoimento, Adalgisa o teria convidado juntamente com José Gomes “a manterem relações sexuais com ela”, nas imediações do Curtume dos Mota, teriam acompanhado o grupo mais dois cobradores da Empresa Luso Brasileira.

As relações sexuais foram na vagina da vítima, não tendo os participantes da brincadeira mantido outra qualquer ligação carnal com a vítima [...], a



vítima mantinha relações sexuais com todo esse povo de graça, não cobrando nada de ninguém.(PARAÍBA, 1970g)

Ao que parece, o sexo oral e anal, como vimos também no caso de Marta, na visão dos juristas, consistia em um despudor de nível ainda mais agravante, uma singularidade associada às prostitutas que atuavam no âmbito da sexualidade permissiva, e que podiam praticar o ato sexual segundo o gosto e a posição requerida pelos seus clientes. Ao que parece, tratava-se de uma espécie de economia do desejo, das formas de se praticar o sexo, uma sexualidade concernente à própria subjetividade feminina voltada para uma espécie de estética de desejo contido.

A segunda testemunha afirmou ainda que há mais de dois anos, “[...] o depoente conhece a vítima como puta e que inclusive o cabo Cabral da Polícia Militar do Estado certa vez prendeu a vítima por estar a mesma trepando em baixo de um automóvel marca Sinoa”.(PARAÍBA, 1970g) em frente a uma residência. Frente à pergunta da defesa, se Adalgisa recebia presentes do acusado ou dinheiro, a testemunha Edmilson respondeu em favor do acusado que não, apenas que “[...] a mesma andava de graça nos ônibus [em] que o acusado era cobrador”. (PARAÍBA, 1970g). Para além das palavras do promotor A. A., de que a defesa trouxe à instrução criminal “sórdidos testemunhos” visando à construção da imagem de prostituta para a moça por meio de “[...] um conluio doloso, um pacto nefando entre réu e testemunhas para nodoar a reputação da infante”, coexistiam outras práticas sociais que estavam além da percepção da justiça.

Em 1973, o juiz de Direito I. P. de A. condenou José Gomes, a três anos de reclusão na Penitenciária Modelo de Campina Grande. Seu argumento foi pautado por meio da vida pregressa da moça: “Se trata de uma órfã desgraçada, sem pai e sem mãe, uma criança de menos de 13 anos que merecia compaixão e não que alguém dela se aproveitasse.” (PARAÍBA, 1970g). Desta forma, todos os quesitos do estupro presumido avultavam dos altos, sem contestação, pois já dizia o jurista Galdino Siqueira, citado pela promotoria, sobre o crime de estupro praticado contra menor de 14 anos:

A Lei considera a pessoa nessa idade como incapaz de resistir ou de consentir livremente, quer seja virgem ou não, inadmissível sendo a indagação da honestidade, por isso que pressupõe esta o conhecimento do mal, que a inocência, a

insciência da meninice exclui. (PARAÍBA, 1970g)

Tratava-se da presunção da violência, definição jurídica corroborada por outro proeminente representante do Direito, Viveiros de Castro, também citado pelo promotor A. A., o qual alegava: “A Lei supõe que até essa idade a mulher não tem bem nítida a compreensão do ato que afeta tão profundamente a sua honra e o seu futuro. É uma presunção legal, não admite demonstração em contrário”.(VIVEIROS DE CASTRO, 1936, p. 111 apud PARAÍBA, 1970g).

Corroborados por este pensamento, nos autos levados à Justiça paraibana, as menores de 14 anos envolvidas em crimes de sedução eram consideradas como sujeitos passivos e desprovidos da consciência de suas escolhas e vontades. Tudo que ocorresse entre a menor e o sedutor no momento da relação sexual era tratado de modo alheio à vontade dela. Posto isso, a lei referente aos crimes sexuais considerava as menores de 14 anos como incapazes de resistir ao ato sexual ou de consenti-lo livremente, quer fossem virgens ou não, quer partissem delas ou não a iniciativa para a prática sexual. Pode-se dizer que, de certo modo, a lei mantinha uma espécie de tolerância no tocante à vontade das menores concernente à prática sexual, embora o exercício do poder criminalizasse o ato, sem levar em conta os caminhos trilhados, muitas vezes por elas mesmas, no intuito de conseguirem praticar o ato sexual, em alguns casos com homens muito mais velhos. Tratava-se, na linguagem jurídica, de uma “presunção *juris et de jure*”, significando que era inadmissível indagar acerca da honestidade, pressupondo a insciência dos fatos sexuais em face da inocência e do desconhecimento da vida.

A partir da vigência do Código Penal de 1940, Nelson Hungria, um dos juristas que participou da elaboração do Código Penal, observou que a presunção da violência tem um carácter relativo, suprimindo a assertiva: a presunção legal, não admite demonstração em contrário. De acordo com o artigo 224, alínea “a” do CP, passou-se a enfatizar a inocência, a falta de conhecimento da adolescente referente ao campo da sexualidade. Tal presunção, porém, era descartada quando ocorria a comprovação de que a adolescente, embora menor de 14 anos, possuía maturidade e conhecimento suficientes, demonstrando experiência na prática sexual com vários indivíduos. Nesses termos, a presunção era relativa, admitindo-se prova em contrário. Razão por que o legislador de 1940 havia estabelecido os casos de estupro e de atentado violento ao pudor, em que a violência ou a grave ameaça eram presumidas (art. 224

e suas alíneas, do CP). Este dispositivo, no entanto, foi revogado pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, alterando a legislação anterior e codificando o texto penal próprio, denominado de “Estupro de Vulnerável” (BRASIL, 2009).

Sem dúvida, as linhas que demarcavam as fronteiras da valorização da virgindade e do corpo feminino eram grandes entre juristas e as formas como as moças pobres se percebiam naquela sociedade, haja vista cada caso aqui detinha uma singularidade que lhe era própria (VEYNE, 2011, p. 52).

Os advogados e grande maioria dos juízes argumentavam segundo a legislação, derivando de seus discursos vários sentidos suscitados com as interpretações do código penal, a partir de posturas conservadoras, pois acrescentavam à discussão modelos de comportamentos adulterados por juízos de valor conforme os interesses próprios ou de seu cliente. A relatividade da doutrina penal também era frequente na conduta jurídica dos juízes, que julgavam de acordo com uma postura pessoal, isto é, se atinham às mudanças sociais, comparando sempre a “atualidade” com “antigamente”, de modo que a doutrina penal e criminal aparecia associada ao ambiente de mútuas descobertas; citamos gestos cotidianos das populações pobres, as formas de divertimentos das menores, as “novas” formas de falar sobre sexo que eram supostamente difundidas pelo cinema e pelos jornais, em particular, associadas às teorias feministas, e os acontecimentos sexuais de ordem nacional. Frequentemente interpretava-se a doutrina penal tendo como pressuposto que as mudanças sociais corroboravam para a construção do sujeito normal, voltado para o progresso humano, mediante a vigilância das autoridades, policiais, delegados e guardas noturnos, técnicas de governo. Os juristas procuravam estar atualizados quanto às mudanças comportamentais da época, ao passo que tentavam controlá-las ao máximo através do dispositivo da lei.

Enquanto os juristas defendiam a ideia da renúncia dos desejos e prazeres a todo o momento, algumas moças, no entanto, apareciam aproveitando-se de algumas situações que lhes eram favoráveis à ação social. Podíamos dizer que elas também faziam parte da recomposição de um sujeito que revida ou que simplesmente exerce suas vontades, desestabilizando as formas de controle sociais. Muitas delas, como Adalgisa, conciliavam os momentos de prazer e os amores fugidios, tirando proveito dos ensejos quase imperceptíveis, como usar o transporte coletivo de graça diariamente. Essa poderia ter sido uma boa estratégia de Adalgisa no que diz respeito ao fato de aproveitar a ocasião, já que mantinha um *affair* com o cobrador, o que parece passar

despercebido à justiça, pois o ato é interpretado como uma forma de os sedutores ganharem a confiança das moças.

Assim, os juristas da segunda metade do século XX, seguidores daquelas teorias, nutriam igualmente uma forte tendência a ignorar os ardis femininos, sem tratar das diferenças entre nacionalidades, de tempo ou lugar, ou em relação aos valores de desejos, conquistas ou interesses, sob a alegação da presunção da inocência e da incapacidade das jovens para discernirem suas vontades. Não era sem motivo que eles faziam menção a todo o momento às teorias de juristas renomados, como Viveiros de Castro, do início do século XX.

Nos discursos do juiz I. P. de A. e do promotor A. A., o corpo de Adalgisa, ainda em processo de maturação, fora abusado antes do tempo, desnudado e sujeitado ao “[...] saciamento de paixões de uma cafila (sic) de transviados, que, reunidos, ainda vêm perante a justiça, plenamente combinados, defenderem o acusado e malsinarem ao máximo da vítima”. (BRASIL, 1970g). Ou seja, trata-se no discurso deles, de um corpo que divagava entre mãos e mãos, que perambulava pelas ruas e coletivos municipais, seduzido pelas leis masculinas e sujeito às suas “[...] íntimas relações de amizades”, que alimentava aquela “[...] cáfila em estado perpétuo de fome sexual”. O avanço das funções fisiológicas e reprodutivas do corpo de Adalgisa não acompanhava as suas faculdades mentais de meninice, sua aptidão sexual, um corpo que estaria para alguém do sujeito que o habitava. Observa-se aqui as “singularidades complexas” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 338) que permeavam os discursos legais ou rótulos que não se aplicavam da mesma maneira às vítimas maiores de 14 anos envolvidas em crimes de sedução, eis uma diferença particular entre as vítimas envolvidas em tais crimes.

Além disso, nos casos de corrupção de menores, o testemunho da menor tinha forte credibilidade, contudo, com a seguinte ressalva: “A palavra da vítima tem, nos autos, toda a aparência de veracidade, desde que não se observa na mesma, contradições ou equívocos [...]”, isto é, quando comparada e confrontada com os depoimentos das testemunhas, sejam as de acusação, sejam as de defesa do réu, “[...] deve ser crida para a prova da autoria contra o acusado, arrimada que está em outros elementos do processo”. (PARAÍBA, 1970g). Em outras palavras, para que “a palavra da vítima” tivesse validade no âmbito do jurídico, precisaria estar apoiada em uma rede de relações que se articulava até o desfecho do crime, teria de ser, antes de qualquer veredito, confrontada na fase prévia da instrução criminal. Outro sentido de legitimidade que se tinha aqui é que a fala da menor teria sido o meio mais lícito para se

produzir o crime de corrupção quando não havia outro modo de atestá-lo. As ofendidas, assim como os acusados e as testemunhas, eram ouvidas três vezes: no Inquérito Policial, durante o exame de corpo de delito ou de conjunção carnal (exame de defloramento) e, em seguida, no processo. Era a partir dessa rede de poder policial, médico e Judiciário, que muitos de suas falas não soavam em uníssono, o que significava um artifício importante nas mãos da defesa e da promotoria, que atentavam para as essas falas, sublinhando-as e destacando-as nos relatórios judiciais, visando perceber as possíveis contradições no momento em que as ofendidas relatavam suas histórias de paixões, lágrimas ou desesperos, a exemplo dos casos de estupros, nos quais os estupradores eram inocentados.

Havia também, por parte de algumas moças, mas não todas, uma moral sexual e uma linguagem que lhes eram próprias e que não seguiam os mesmos padrões da época. É o que ficamos sabendo por meio da declaração de Jandira, 17 anos, parda e alfabetizada. Depois de três anos de namoro, os familiares exigiram o término de um relacionamento da moça em face da informação de que a “[...] única intenção [do pretendente] era a de enrolar [...]” (PARAÍBA, 1974d), porém a jovem, fingindo aceitar a decisão, continuou a se encontrar com Joanildo, até que um dia o rapaz a levou ao Hotel Tambaú, localizado na praia de Tambaú, e a deflorou no ano de 1974.

Segundo a mãe do rapaz, Leonor Dias, casada, funcionária pública estadual declarou que, na época do namoro, a menor constantemente o procurava no escritório onde Joanildo trabalhava e em sua casa na Rua Frei Herculano, Ilha Bispo, na capital. Porque a moça o cercava a todo o tempo, a mãe do rapaz mandava dizer pelos portadores de recados menor que o rapaz era noivo e que ela “[...] deixasse de persegui-lo”. Em gesto obstinado pela conquista de seu amor, Jandira, por várias vezes, “[...] mandou dizer que faria questão de ser dele, Joanildo, de toda forma, que era para fazer raiva a ela a declarante, para ela se aborrecer”, visto que ela, a mãe do rapaz, era contra o namoro. Além disso, por diversas vezes, “[...] em gesto de desabafo bateu na vulva que só dava sua vulva a Joanildo” (BRASIL, 1974d), razão por que Leonor não compreendia a denúncia feita contra o filho como o autor do defloramento.

Nessa perspectiva, a adolescente se deparava com todos os riscos que eram próprios a uma moça não recatada da época, mais que isso, parecia não se importar com tal nomenclatura, demonstrando que sabia lutar pelo que queria. Deslocava assim o lugar da conduta precisa, regrada em esforço da realização do seu desejo que não necessariamente

passava pelo objetivo do casamento, não demonstrava preocupação com o seu “valor moral”, tal como era enunciado pelos juristas, pois suas palavras deixavam entrever que ela não se importava com certas conveniências: “[...] quero ser de Joanildo, casada ou não”. Antes do namoro, ela afirmou que o rapaz já havia feito “[...] atos de libidinagens” quando dos passeios aos cinemas. O que se pode observar é que o namoro adequado, “[...] respeitoso, regrado, casto, hierarquizado e aceito pela família” (BORELLI, 2002 p. 113), estava longe de ter sido uma prática comum entre muitas jovens da época.

Segundo a Jurisprudência, caracterizava-se como ato de libidinagens como “ato lascivo” que visava o prazer sexual e tinha como objetivo “corromper”, “perverter”, “viciar” e “depravar”, ou seja, um atentado cometido sem a presença da violência. O ato estava relacionado aos indivíduos classificados e reconhecidos como pervertidos sexuais, o que, de acordo com a documentação analisada, envolvia particularmente crianças com idade entre 10 e 13 anos. Nesses casos, em particular, a palavra da criança não era suficiente para a constituição do crime de abuso sexual, principalmente quando envolvia bebida alcóolica ingerida pela vítima. Suas declarações eram consideradas no âmbito jurídico como vagas e duvidosas.

No ano de 1977, o promotor G. C. S. absolveu Joanildo por falta da prova testemunhal. Isso porque as declarações das testemunhas ouvidas durante a fase inquisitorial, ou seja, na fase preliminar da ação, não eram suficientes para julgar um caso. As testemunhas eram chamadas uma segunda vez tendo por objetivo fornecer dados novos ou para confrontá-los em busca da verdade do fato criminoso, para, assim, dar início à ação penal.

Como no caso de Jandira, várias outras jovens demonstravam atitudes incomuns, se comparadas ao que era esperado dos seus namorados ou companheiros, o que caracterizava, na visão da defesa, um escândalo para a época. Em 1975, Wellington, 20 anos, tipógrafo, foi acusado de ter corrompido Célia, 15 anos, filha de pai ignorado. De acordo com as declarações da moça, o rapaz a convidou para irem ao cinema. O encontro foi marcado no Grupo Escolar Santos Dumont, onde ambos estudavam. Contra a recomendação da mãe, a moça pulou a janela de casa a fim de se encontrar com o namorado, mais ou menos às 19 horas. Após assistirem a um filme no Cinema Brasil, na cidade de João Pessoa, o rapaz a teria convidado para fazer um lanche numa boate que tem o nome de “escondidinho”.(PARAÍBA, 1975b).

Ao chegar ao local, a moça percebeu que não se tratava de um bar, indagando ao namorado, que local era aquele; respondendo, ele lhe

disse: “[...] ali era uma casa de môça se perder”. O prédio ficava localizado nas imediações do Gigante Tecidos, no centro de João Pessoa. Logo que foi levada para o quarto, Célia percebeu que ali se encontravam homens e mulheres bebendo, ambos permanecendo ali mesmo depois da meia-noite. Ao retornar, Célia se dirigiu à casa de uma vizinha, “[...] temendo que sua mãe a castigasse”, uma ação um tanto sutil que vale a pena chamar atenção: as moças se desenvolviam certas táticas, como pedir às vizinhas que entremeassem suas querelas, principalmente nos casos em que envolviam a perda da virgindade, tendo em vista que outras jovens lançavam mão de tal prática, conforme nos mostra a documentação.

Célia aparecia no terreno da burla, ao pular a janela, para se encontrar com o namorado que havia conhecido há poucos dias, fato que aguçou a curiosidade do promotor, que associou a atitude da jovem a um indício de doença mental e provavelmente a teria questionado. É possível deduzir isso com base no depoimento de Célia ao escrivão, o qual relatou: “[...] a declarante não é portadora de qualquer doença mental e nunca foi interna em hospital psiquiátrico”. (PARAÍBA, 1975b). Isso porque, conforme já dito, uma moça à flor da idade jamais poderia se relacionar sexualmente com um quase “desconhecido”, “aceitando-o com espontaneidade”, visto que o namoro contava de uma semana. Assim, o sedutor “[...] aproveitando-se da falta de maturidade, induzindo-a ao congresso sexual e, conseqüentemente a corrompendo. Ela prostituiu-se”.

Como bem demonstra Sueann Caulfield, a prática social do namoro longo já perdurava desde o início do século XX, quando juristas como Viveiros de Castro e Nelson Hungria, buscaram “[...] estabelecer critérios para distinguir as mulheres honestas das desonestas nos processos de crimes sexuais”. (CAULFIELD, 2000, p. 160).

A fala de Célia é visivelmente clara de que ela não foi coagida para entrar no quarto da “casa de recurso”, contudo, o promotor G. C. S., tomando por base as declarações da testemunha Maria do Carmo Souza, responsabilizou o rapaz, dizendo:

[...] [a menor] não era obediente à sua mãe, ‘viviam sempre na rua brincando com outras meninas de sua idade, mas só saía acompanhada’ [...]. Querendo corrompê-la, ele procurou lhe despertar o instinto sexual. (PARAÍBA, 1975b)

Depois que ocorreu o defloramento, a menor se amasiou com um homem, com o qual teve um filho, o que significava, para a Justiça, a “prova moral” de que ela tinha se corrompido. Em muitos casos, as moças acabavam se casando com terceiros e constituindo família, razão por que os acusados eram absolvidos. Observe-se um trecho do discurso da promotoria:

Sua confissão não isenta de culpabilidade o denunciado, pois que ele a retirou da vigilância materna, aproveitando-se de sua falta de maturidade, induzindo-a ao congresso sexual e, consequentemente a corrompeu. Ela prostituiu-se. (PARAÍBA, 1975b)

Para além do valor do próprio ato sexual, vemos uma preocupação latente por parte da promotoria, referente ao que poderia ser desencadeado na vida futura da jovem, após a relação sexual.

Ainda acerca da política da dominação sexual atribuída aos homens, vemos outras estratégias de reapropriação e deslocamento daqueles valores que pareciam pertencer ao domínio masculino. No decorrer dos meses de fevereiro, março e abril, em sua casa, próxima aos olhos dos familiares, Ana, 16 anos, manteve relações sexuais com o namorado Eriberto, na cidade de João Pessoa. Em seu depoimento, o rapaz afirmou que “[...] por motivo da mesma vir ao seu quarto, para a sua rede onde se encontrava dormindo, a deflorou “[...], e não se lembra quantas vezes repetiu as relações sexuais”. No início do namoro, ele “[...] gozava do conceito de toda a sua família”, de modo que quando chegava “[...] um tanto embriagado”, os pais da moça lhe davam “dormida”. Certa noite, próxima ao carnaval, no mês de fevereiro, por volta das 22h30, em 1976, Eriberto e Ana estavam sentados a uma mesa sozinhos, “[...] estando dormindo os seus pais, ele a convidou para o coito carnal, prometendo-lhe casamento, caso ela consentisse”, o que foi aceito sem resistência por parte da moça. Nessa ocasião, ele

[...] conseguiu deflorá-la, contudo lhe despertou o apetite sexual, consumando em outras relações o seu intento que era desvirginá-la. Ficando a ofendida grávida, ele tentou obrigá-la a tomar injeções de efeito abortivo, o que não foi aceito pela mesma. (PARAÍBA, 1976)



Ana afirmou que a consumação do ato não ocorreu na primeira vez, pois ela não teria suportado “a violência do mesmo”, só viria a realizar-se diante de repetidas relações sexuais, as quais levariam à gravidez, constatada por exame no curso do quarto mês. Em seguida, Eriberto disse ao pai de Ana que queria se casar, marcando o dia para irem ao Cartório com os documentos. Contudo, a família soube que o rapaz havia viajado. Não existindo outro meio de obriga-lo a casar-se, a jovem incentivou o pai “[...] a fim de pedir providências às autoridades competentes sobre o fato”. Ao que parece, a presença dos filhos culminava sobremodo na decisão das menores, objetivando o amparo financeiro dos pais. No ano de 1978, o juiz declarou a extinção de punibilidade de Eriberto, frente à confirmação do estabelecimento de uma união estável entre as partes, comprovada pela certidão de casamento e por testemunhas, antes mesmo de a justiça dar o seu veredicto. Não se pode deixar de sublinhar que a existência do filho naquela época, em vários casos registrados, era um forte incentivo para que os homens decidissem assumir as moças.

Antes mesmo do advento da ditadura militar no Brasil, em 1964, as campanhas por modernização exigiam um novo modelo de família. De acordo com Mello e Novais (1998), no período entre 1950 e 1979, o sentimento dos brasileiros, ou pelo menos de grande parte deles, era o de que faltava pouco tempo para o país se tornar uma nação moderna. Com o processo do desenvolvimento acelerado do regime militar, a economia nacional foi incorporada às estruturas internacionais, seja no plano econômico, seja no político. Naquela configuração, defendia-se o desejo de modernização do país para além das aparências. O discurso da mudança e da modernização estava presente em vários segmentos sociais, como no Judiciário, e nas penas dos intelectuais que escreviam diariamente para os jornais locais do estado.

Durante toda a década de 1970, nota-se como as moças continuavam recorrendo à Justiça, muito embora não considerasse como sendo fundamental a “inexperiência” ou a “inocência” das ofendidas, como vimos nas décadas de 50 e 60. Nos anos 1980, as adolescentes eram consideradas, por muitos juízes, “[...] moças sabidas e bem vividas, capazes de saber as consequências de seus atos, principalmente sexuais”, tal como nas palavras do juiz H. S. C. C.. Ele deixava entrever que a recorrência ao juízo representava um meio jurídico para que mães e filhas buscassem por seus interesses. E, tal como aparece nas palavras do advogado R. B. de A., Adecilda, a exemplo das moças daquela época, “[...] queria mesmo era se aproveitar do homem para se divertir”. Ou seja, percebe-se um deslocamento do discurso, a preocupação agora

não era mais que elas se prostituíssem, conforme vimos por várias vezes, mas relacionar-se sexualmente visando ao puro prazer da diversão, do entretenimento.

A menção ao “mundo de hoje”, regularmente presente nos discursos dos juristas e letrados, era indicativa do ritmo de mudanças transmitido pelos meios de comunicação. Segundo Amorim e Falconi, a partir de 1979, com a abertura política no país, ocorreu a diminuição da censura prévia à imprensa, um novo cenário se configurava no Brasil. No estado da Paraíba em particular, emergiam grupos de militância sexual, racial e partidária que, em razão da conjuntura política anterior, não tiveram a oportunidade de se manifestar. Como exemplo, na capital João Pessoa, o grupo “Nós também”, que atuou por três anos, era integrado por militantes homossexuais que se destacavam à época. A discussão sobre a sexualidade no cinema paraibano teve como ponto de partida o filme *Esperando João*, de Jomard Muniz, o qual contribuiu para uma ampla discussão sobre a homossexualidade (AMORIM; FALCONE, 2013). Esses discursos foram sendo disseminados pelos jornais e cinemas, tornando-se característicos para muitos, como sinal dos novos tempos, pelos quais as jovens, de igual modo, acompanhavam.

### 5.3 CORPOS FEMININOS: TERRITÓRIOS DE PODER

Ao falarem acerca dos corpos das moças seduzidas, os advogados pareciam ter a necessidade de tudo dizer, e nesse jogo muitas vezes acabavam extrapolando suas interpretações, em particular quando os peritos ficavam impossibilitados de afirmar se houve, ou não, a conjunção carnal, como nos casos em que era constatado hímen complacente. Reproduziam minuciosamente o laudo médico em seus relatórios, atentando para os indícios que afluíam na superfície do corpo das jovens: traços morfológicos ou expressivos, em busca de sinais que fossem relevantes para reforçar seus argumentos na Justiça. Visavam com isso descrever o exame como “[...] forma de poder-saber ligada aos sistemas de controle, de exclusão e de punição”. (FOUCAULT, 1997, p. 20), próprios às sociedades ocidentais, tendo em vista o meio de fixar as normas atestadas, rigorosamente controladas como uma verdade sobre o corpo das mulheres. É o que descreveremos para, em seguida, analisarmos, nesse último documento.

Foi no mês de maio, do ano de 1970, quando o comerciante Gustavo José de Almeida, 56 anos, foi à delegacia apresentar queixa contra Martins, 22 anos, escultor, por este ter deflorado sua filha, que era menor de 17 anos, no Conjunto Castelo Branco, em João Pessoa, o

que resultara em uma gravidez de quatro meses à época da denúncia. Nesse caso, especificamente, foi a própria moça que pediu à mãe para realizar o exame médico. Em resposta às questões do juiz, uma testemunha, Maria da Luz Costa, 40 anos, doméstica, afirmou que só após o respectivo resultado do exame é que a família tomou conhecimento do desvirginamento da menor e consequentemente da gravidez.

Segundo o laudo médico, realizado no IML, a menor tinha hímen complacente, os indícios da virgindade não foram claramente distinguidos, os obstáculos à perícia permaneciam, o que dava margem à dúvida e à suspeita, motivo pelo qual a defesa contestou o fato de ela ter se relacionado sexualmente com o namorado.

Existe a possibilidade de a vítima nunca ter mantido relações sexuais, de vez que o seu hímen apresentou-se íntegro, por ocasião do Exame Médico Legal. É plenamente admissível que tenha havido inseminação artificial, que consiste no deslocamento dos espermatozoides, lutando contra as circunstâncias adversas, sobem pelo aparelho genital feminino, em busca do óvulo: alcançam o colo do útero, entram na cavidade deste órgão, ganham as trompas à direita e esquerda, e por fim, encontrando um óvulo em condições de ser fecundado, estará consumada a fecundação, independente de relação sexual (cópula). (grifo no original, PARAÍBA, 1970f)

Não podemos deixar de sublinhar a criatividade dos advogados durante a elaboração dos relatórios para a defesa de seus clientes. M. A. S. M. chegou a insinuar que a moça teria colhido o sêmen do namorado e inseminado em seu próprio aparelho reprodutivo, motivo pelo qual veio a engravidar e, isso, sem nenhuma intervenção médica ou laboratorial. Tal processo seria possível, mas pouco provável, se considerarmos o fato de que a suposta introdução do esperma em seu útero teria de ter sido em menos de uma hora após a sua liberação da genitália masculina, considerando ainda a coincidência do dia exato da fertilidade da menor. Nesses termos, a defesa supunha que ela fosse virgem, em face do diagnóstico médico, ignorando a existência da gravidez. O termo “inseminação artificial”, no ano de 1970, aparece em destaque na documentação. A primeira vez que surge a classificação

“inseminação artificial” (IA), conhecida também como Técnica de Reprodução Assistida (TRA), data do ano de 1940, no Brasil.

Outro ponto é que em nome do cumprimento da lei, a promotoria realizava uma verdadeira caçada em busca das testemunhas, em alguns casos, chegava-se a pedir a ajuda da polícia para encontrá-las. Isso porque não se podia dar prosseguimento ao processo sem antes ter enfrentado todos os pontos suscitados pelas partes que fossem relevantes para a solução do litígio. É o que chamavam de “medida acauteladora”. Apoiando-se sobre os testemunhos, estabelecia-se o fato e daí surgia a importância das testemunhas para o processo. Vejamos o discurso do promotor A. B.:

[...] há de se dizer que essa não é a função da polícia, mas o argumento não é de todo procedente. À polícia cumpre tudo quanto possa ser do interesse da ordem pública, e não sabemos de nada que seja mais pertinente à ordem pública do que os interesses da Justiça. PARAÍBA, 1970f

Observa-se como o advogado traçou um padrão de conduta da menor se atendo do maior número de testemunhos relevantes colhidos, visando que o acontecimento ficasse menos tendencioso possível.

Vê-se ainda o cinismo de uma moça de alta sabedoria na vida prática, quando ela mesma tomou a iniciativa de pedir através de sua genitora o exame médico, fato que se percebe perfeitamente a cilada que se faz armar contra Montovânio Martins, ora o acusado, como tendo seduzido uma moça que em tudo prova haver preparado psicologicamente forte armadilha contra quem pretendia vingar-se de alguma coisa. (PARAÍBA, 1970f)

A defesa se referia ao fato de que, segundo um dos testemunhos, a menor havia viajado a Recife, por determinação de seus pais, dando a entender que tal viagem teria sido um pretexto para inventar a história que incriminaria o rapaz, “Como se faz perceber pela condição de ter havido a iniciativa de a ofendida ter procurado um médico para examiná-la, ao tempo do evento criminoso”. (PARAÍBA, 1970f). Tendo-se em vista a realização do exame há vários meses depois do ato da sedução, tudo indica tratar-se de uma preparação feita para justificar o

simulacro de um fato praticado por uma terceira pessoa. Ou seja, o advogado insinuava que a menor era virgem quando viajou até Recife, chegando lá, ela teria conhecido alguém, com quem teve relações sexuais com a finalidade de engravidar, depois de ter concluído o seu intento, ela mesma teria procurado um médico para realizar um exame e, com o diagnóstico de sua gravidez, tinha em mãos a prova de que precisava. Ao utilizar a astúcia, ela teria retornado a João Pessoa, contado aos pais que estava grávida e revelado quem seria o suposto sedutor, para que estes recorressem ao Judiciário para incriminar o seu ex-namorado. Estaria formada, aí, a teia de sua engenhosidade depois de um simples namoro rompido. Eis o que a defesa parecia indicar. Seguindo essa linha de pensamento, o advogado fazia sua contagem regressiva de trás para a frente: “[...] maio, abril, março, fevereiro, a gravidez só poderia ter sido iniciada neste último mês, ou seja, fevereiro, quando ela passou o carnaval em Recife”. (PARAÍBA, 1970f). No dia 29 de agosto de 1978, o juiz J. S. M.<sup>142</sup> julgou a denúncia como improcedente.

Com base nos discursos, percebe-se em vários momentos a presença da disputa entre poderes minúsculos, as partes se debatem e se enfrentam, mas nenhuma se torna vencedora, mesmo quando as moças conseguem, por meio da ação, a reparação da honra com o casamento. Isso porque o casamento não era propriamente o objetivo de todas elas, mas um meio pelo qual muitas poderiam sobreviver – em decorrência da situação econômica de seus maridos, que trabalhavam –, além de receber a proteção de uma união socialmente reconhecida. Não esqueçamos que, nesse momento, os maridos figuravam como chefes de família, responsáveis não somente por prover à casa, mas também por preservar a família. Esse era o pensamento defendido por muitos advogados, promotores e pais.

Moralizar, disciplinar e normatizar. Esses três verbos parecem ter sido o lema central dos juristas da segunda metade do século XX. É essa estética da moral que gostaríamos de discutir. Nas décadas de 1960 e 1970, observa-se que se desenvolvia uma nova moral que determinava o ato sexual fora do casamento como anormal e antinatural. O que versava

---

<sup>142</sup> Bacharel pela Faculdade de Direito da Paraíba. Ingressou na magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Bonito de Santa Fé, em 1957. Em 1971, foi promovido para a Sexta Vara Cível de Campina Grande, naquele mesmo ano foi removido para a Nona Vara Cível da Capital para o cargo de desembargador. Foi Diretor do Fórum da Capital e integrou, por duas vezes, como juiz efetivo, o Tribunal Regional Eleitor. (LEITÃO, 1985, p. 215).

essa estética da moral: relacionar-se com um rapaz em relações extraconjugais era uma doença.

Nesse jogo discursivo de poder da parte dos juristas, muitas mulheres procuravam os parceiros para a relação sexual, expunham seus corpos jovens, quentes, viçosos e vigorosos que se permitiam corromper sexualmente, que se deixavam arrebatados pelos seus desejos e vontades, pouco se importando com a chamada modernidade. E, fora dessa lógica, muitos homens da lei ignoravam o amor, as paixões, os sofrimentos, a forma de pensar e de agir independentemente, livre dos preceitos normativos muitas vezes voltados para os princípios religiosos em uma sociedade que se propunha civilizada na marcha em movimento para o progresso em todas as vias. Contudo, não se trata aqui da defesa da ideia de interdição da sexualidade das mulheres, mas de como os médicos e os juristas buscavam normatizá-la diferenciando as regras de conduta morais, de modo que acompanhassem o desenvolvimento econômico e urbano nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, as duas maiores do estado.

Em linhas gerais, o modo de pensar dos juristas parecia estar voltado ainda para o final do século XIX e para as primeiras décadas do XX, eles pareciam negar toda e qualquer mudança dentro da perspectiva de valores morais e/ou comportamentais, pelos quais as mulheres estariam fadadas rigorosamente ao casamento e à procriação. Observa-se essa luta pela continuidade, vinculada à tradição e à legislação que regiam o feminino, em termos de conceitos referentes à sexualidade, tendo em vista o fato de que o espaço público continuava regido por uma visão tradicionalista, que entendia, como um símbolo de perdição, as lojas, os cinemas, e considerava que a vida profissional se tornava um risco incontestável. Esse modo de pensar procurava eliminar tudo aquilo que era pernicioso para o desenvolvimento da personalidade feminina dentro da coletividade, a postura ativa de algumas mulheres era vista como mero desejo de prostituir-se. Muitos juristas reconheciam as mudanças que os “novos tempos” traziam, mas ignoravam as manifestações das mulheres. Ao que parece, diziam entre eles: “as formas de se portar das jovens estão mudando, o que é preciso fazer para freá-las?”. Qualquer falta de acanhamento sexual da parte das moças, ou as suas reivindicações, não passavam de uma “aberração sexual” ou um mero capricho feminino para angariar um casamento.

Muitos dos juristas da Paraíba se consideravam frente a uma missão sacramentada junto às populações pobres que recorriam à justiça. Eles se mostravam munidos de um sistema de jogos de “verdades” visando normatizar todos e quaisquer desvios sociais. Para

tanto, buscavam reagir dentro de uma jurisdição pedagógica, colocando-se como detentores de um poder que perpassaria pela sociedade em geral e, com efeito, pelo estado da Paraíba. É o caráter de descontinuidade das atitudes das mulheres paraibanas que observamos criticado em seus discursos a partir da década de 1970, mais que nunca, o Estado precisava intervir, já que o poder do pai não tinha mais força no âmbito familiar. Em outubro de 1971, a promotoria afirmava:

Sem embargo da atordoante desagregação por que passa a família brasileira, nessa fase deprimente de liderança dos playboys, sofrem os pais de família dolorosa crise educacional e moral, tendo os mesmos uma única esperança de garantia de preservação moral dos seus filhos, na integridade e na coragem dos seus magistrados. É para essa integridade e incorrutibilidade dos seus juízes que os pais de família brasileiros se permitem apelar confiantes, aplicando a lei na sua alta sabedoria, a fim de que o respeito aos lares humildes seja restaurado. (PARAÍBA, 1971g)

A liberalidade sexual começava com a dissolução da família ameaçada pelas artimanhas dos “Don Juans modernos que depois de corromperem êsses rebentos da nossa sociedade, os deixam na vala fácil da desonra e à mercê da prostituição”. (PARAÍBA, 1971g). O magistrado chamava atenção para as ordens sociais que se baseavam no princípio da autoridade. A desintegração da família mostrava que as necessidades sexuais dos jovens arrebatavam as amarras que lhes eram impostas em razão do vínculo familiar e autoritário. Em face à situação, o promotor Manoel C. de Oliveira argumentava em favor da prisão preventiva para todos os sedutores, como “medida de moralidade social”, visto que a liberdade do rapaz “[...] além de constituir um escárneo (sic) à sociedade e a uma família pobre, mas honrada, está dentro dos expressos ditames da lei”. Observa-se essa relação a todo o momento entre a honra e a pobreza.

Enquanto isso, moças e rapazes, homens e mulheres circulavam naqueles espaços, estabelecendo entre si relações sexuais e afetivas complementares e independentes das normas jurídicas. De outra parte, observamos como as jovens supostamente enganadas e sujeitadas moral e fisicamente mostravam-se mais astutas que as regras jurídicas podiam captar. Elas se reinventavam o tempo todo dentro dessas normas, ameaçavam os rapazes e, muitas vezes, detinham o poder de jogar com

eles, sem desigualdades. Quando seus parceiros davam termo ao namoro, algumas delas, logo em seguida se envolviam com outros, noivavam e se casavam com terceiros.

Observamos ainda, outras formas de determinismo nos discursos legalistas, quando, por meio da atitude da moça, buscava-se explicar a decadência moral da época. Tratava-se, nas palavras da defesa, de outros tempos, e o cerne da questão dizia respeito a uma configuração política e social exterior que fugia à disciplina doméstica dos pais, conforme já analisamos no capítulo anterior. A chamada atualidade, representando aqui a década de 1960, figurava novos atrativos, como o acontecimento da moda, seja em termos materiais ou comportamentais, colocando em cheque toda e qualquer autoridade da época. É o que J. C. L. continuava a reproduzir:

A vida moderna com o cinema livre, a televisão, a novela, as revistas, em suma com as feiras de pornografias, as praias com os seus biquínis e todo o seu complexo de estímulos eróticos não admite mais a ingenuidade numa jovem de quasi (sic) vinte anos, que frequenta cinemas e rádios sozinha e que se convencionou chamar emancipada. (PARAÍBA, 1968a)

Seu olhar um tanto nostálgico significava propriamente uma crítica à “vida moderna”, com sentidos de denúncia social acerca de uma visão de mundo que trazia consigo alguns questionamentos sobre as “condições subjetivas e morais” (PARAÍBA, 1968a), deslocando os valores em torno do feminino que estariam sendo modificados por meio das sensibilidades “[...] [cedidas] à lascívia”, à “luxúria” (PARAÍBA, 1968a), fazendo com que as moças daquela época perdessem o respeito, a estima e a consideração dos homens (CAULFIELD, 2000, p. 159). Era como se, implicitamente, advertissem-nas: “atentem para o que vocês estão fazendo com o seu corpo ao seguirem o curso da ‘vida moderna’, a qual lhes trará apenas consequências negativas em todos os âmbitos de suas vidas. A sexualidade de vocês deve ser preservada como uma espécie de bem público sobre a qual o poder/saber público (a polícia, a justiça, o médico) tem de intervir”. Como aponta Iranilson Buriti Oliveira, desde a década de 1930, a emancipação política das mulheres era descrita como “[...] um cancro que infecta o corpo saudável da família e do Estado [...]” (OLIVEIRA, I., 2002, p. 283) e, ao mesmo tempo, ameaçava o casamento e a maternidade.



Algumas dessas ideias eram propagadas por meio dos jornais locais e das revistas no estado, e indicavam a força dos movimentos de liberação das mulheres ocorridos nos EUA e na França nos anos 1960. Além da igualdade dos sexos, o movimento feminista defendia a liberdade sexual, ou seja, o fato de as mulheres terem direito ao prazer sexual e poderem escolher seus parceiros, assim como os homens.

O “esperma bucal”, na colocação da defesa, reafirmava o problema crucial da “vida moderna”, enunciando algumas das prerrogativas das militantes feministas, como a liberação sexual das mulheres. Tal como um caso julgado em 1967 em que a ofendida, 18 anos, doméstica, alfabetizada, residente no Bairro Cruz das armas, em João Pessoa, foi enquadrada como “mulher de programas” ao narrar o ato sexual com o namorado. Em seu depoimento alegava que Luiz Gonzaga, Cabo do Exército, “[...] vez por outra dizia que queria casar com ela”. (PARAÍBA, 1967c), convidando-a várias vezes a fugir com ele. Até que em um dos passeios ao cinema, o rapaz a levou ao bar Tabajara, situado na Praça Antenor Navarro. Logo que chegaram, o namorado ofereceu-lhe um guaraná e, minutos depois, “[...] mandou que ela subisse para o primeiro andar”, onde havia vários quartos. O bar funcionava também como dormitório. Seduzindo-a com “promessas de casamento”, o namorado a “[...] mandou tirar a roupa, mas a declarante não concordou, no entanto, êle próprio chegou a despir a ofendida, à força, e ficou também despido”. Logo, em seguida, “[...] pediu que ela declarante chupasse seu membro peniano, mas a ofendida não aceitou”. Contudo, conseguiu manter relação sexual com ela e ainda manteve “o coito anal”. O relato demonstra que não havia tanto pudor o que facilitava o “amaciamento da resistência psicológica e moral”, tal como era posto pelos juristas.

De outra parte, observa-se, portanto, que as jovens não tinham escapatória, pois, na visão dos juristas, ou eram consideradas como sujeitos vulneráveis aos desejos dos homens, como um corpo que se rendia sem contestar ao comando de seus parceiros, como meras propriedades da posse sexual, ou, de outra parte, eram vistas como pessoas “nervosas”, “agressivas” e loucas, nomenclaturas associadas ao campo da sexualidade. Notamos ainda a predominância do discurso de que os homens protagonizavam a relação. O pênis aparece por meio dos discursos em todos os orifícios do corpo das jovens, assegurando o ato ativo em todos os momentos, persistindo a “tradição” discursiva de que o sujeito masculino não resistia ao “objeto da tentação”. Esse modo de pensar, no sentido jurídico, dizia respeito à noção de uma sexualidade inata à figura masculina.

Contudo, a noção de “emancipação” tão difundida pelo Direito e pela jurisprudência da época, ainda estava muito atrelada às imposições masculinas, sendo bastante pertinente a citação de Jeanne Marie Gagnebin, da qual nos apropriamos colocando-a em destaque:

A “mulher liberada”; falar assim nos impede de viver o aspecto insaciável e totalitário da sexualidade, quer dizer, o que faz essa força de subversão [...]. Além das nossas maneiras individuais e diferentes de viver a nossa sexualidade queríamos, conscientemente ou não, viver juntas alguma coisa que tenha a ver com os nossos corpos, que não seja privado, mas compartilhado, que não passa nem pelo intermédio de um homem nem pelo circuito normal/doença da ginecologia. Alguma coisa que tenha a ver com o meu corpo diante dos corpos de outras mulheres. (GAGNEBIN, 1978, p. 40-41)

Parafraseando Judith Butler (2003, p. 182), não se trata de uma simples “virada de mesa”, em que as moças da época passaram a internalizar as normas masculinas em prol de seus anseios ou conquistas, mas de mostrar como essas mulheres se mostravam naqueles espaços sociais e de poder. Muitas delas atuavam como sujeitos de ação e de desejos, demarcando suas singularidades; algumas saciavam a sua curiosidade acerca do prazer antes mesmo de sua primeira relação sexual ou afetiva. Foi o que argumentou Margarida, 16 anos, órfã de pai e mãe, perante “a própria autoridade policial” que ela “se deflorou com as próprias mãos” (PARAÍBA, 1972b), introduzindo o dedo em sua vagina, no mês de setembro de 1971, na cidade de Campina Grande. Engravidando, em seguida, por meio de uma relação com o namorado Vilmar Assis, 22 anos, Margarida acusou-o por seu defloramento, mas assumiu, ao longo da investigação, que ela mesma havia praticado o ato de defloramento naquele ano. Frente à revelação incomum e um tanto audaciosa para uma mocinha da época, o promotor, surpreendido insistia em romancear presumida “ingenuidade” que se reproduzia no Judiciário desde a década de 1950:

Uma menina deixa-se levar na lábia do Don. Juan [...]. Mantém um namôro prolongado, despertando na donzela o instinto sexual. Sorrateiramente, vai solapando as resistências psíquicas, até chegar ao

nirvana, que é a cópula com a vítima. (PARAÍBA, 1972b)

Ao contrário do que muitos juristas defendiam, pode-se afirmar que muitas moças namoravam contrariando a vontade dos pais, saíam sozinhas, frequentavam os cinemas, as festas, os sambas, os clubes, marcavam encontros em segredo, conquistavam rapazes de seus interesses, brigavam por ciúmes, disputavam-nos entre as amigas, escreviam cartinhas, provocavam-nos com palavras e, de certo modo, algumas, não todas, os incitavam ou os atraíam a se relacionarem com elas sexualmente. Falavam sobre os seus corpos, seus desejos, suas relações sexuais sem se aterem à economia significativa das palavras.

A mãe de Eriberto, do caso de Ana, analisado anteriormente, afirmou em seu depoimento que sob sua posse encontrava-se uma carta escrita pela moça, “detratando seu filho”, motivo pelo qual ela pedia às “[...] autoridades competentes para que esta carta seja apresentada a fim de se verificar mais um crime de injúria” (PARAÍBA, 1976d). Em alguns casos de defloração, envolvendo homens casados, os pais e as mães só tomavam conhecimento quando a filha estava grávida. Os “[...] romances amorosos [...]” (PARAÍBA, 1978) chegavam a durar até mais de um ano às escondidas dos familiares, e, quando descobertos, havia escândalo: além de fofocas na vizinhança, as esposas traídas alertavam as jovens que aqueles homens com quem elas se relacionavam sexualmente eram casados. Entretanto, algumas costumavam responder; “[...] ninguém [as] empataria de gostar do acusado”. (PARAÍBA, 1978). São essas pequenas batalhas travadas em seus cotidianos de tensões e de relações de enfrentamento que indicam maneiras de desnaturalizar a autonomia dos homens na relação sexual e nas atitudes em busca do objeto amado/desejado. A sexualidade, mais que a descoberta de um aspecto secreto de nossos desejos (FOUCAULT, 2014), é o meio pelo qual se instauram e se ressignificam outras maneiras de amar, de sentir, de conquistar e de se apaixonar. Como afirma Michelle Perrot “[...] o continente da sexualidade feminina continua uma terra desconhecida, um universo por explorar [...]” (2007, p. 68) e problematizar. Enquanto os/as historiadores/as decidem quais significados deverão atribuir a esse universo sexual, pode-se afirmar que, ao contrário do que alguns delegados, promotores, juízes, jornalistas e advogados pensavam, os discursos e os comportamentos das moças da Paraíba demonstram como elas eram bem espertas, ou, diríamos, à frente do seu tempo!?

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvermos a tese a partir da questão “Quais as práticas discursivas e não discursivas que constituíram a noção de ‘honra sexual’ como uma problematização moral no estado da Paraíba, entre 1950 e 1970?”, observou-se diferentes formas de violência empregadas tanto sobre os corpos das “vítimas” de crimes sexuais, defloramento e estupro, quanto no modo de avaliar, por meio do discurso, as suas condutas e maneira de se portar sexualmente.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que os enquadramentos por parte de médicos e juristas em torno das “moças honestas e desonestas”, diferenciando e constituindo os comportamentos sociais das virgens que eram defloradas, reiterava a prática da “violência moral” contra as adolescentes. A esse respeito, percebemos que a noção de virgindade estava relacionada diretamente à maternidade, como requisito importante para a preservação da instituição familiar, ao equilíbrio da sociedade e à sua segurança. O corpo virgem destinado à maternidade representava o corpo social que, seguindo as leis, as regulamentações jurídicas e os regimes religiosos, estaria imune às doenças venéreas. Em especial porque, segundo as práticas discursivas jurídicas, médicas e religiosas da época, as moças que perdiam a virgindade estariam propensas à corrupção sexual, “à mercê da prostituição”. Com isso, não se pode dizer que, para aquela sociedade, a importância da virgindade feminina era algo ultrapassado, fora de moda. Pelo contrário, tal condição, em suma, tornava-se fundamental para a constituição e a preservação do corpo social segundo aqueles códigos de condutas. A virgindade era percebida como um “selo himenal” (PARAÍBA, 1971a) de grande valor no contrato social que abrangia os pais e as mães de camadas populares, e os juristas. Dada a relevância dos sentidos em torno daquele termo, alguns magistrados do período em análise chegavam a admitir a permanência do discurso da “himenolatria” nos pareceres judiciais da segunda metade do século XX, o qual fora bastante discutido nos relatórios médicos e nos discursos jurídicos do final do século XIX e início do XX, como aponta Sueann Caulfield (2000), em sua obra *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*.

O alto índice de casos de defloramento no estado da Paraíba aparecia, nos discursos do Judiciário e dos periódicos locais, relacionado à “feminização dos costumes” e ao “afrouxamento” dos valores morais. Esse fato decorria, de acordo com as práticas discursivas, por conta da emergência dos “novos hábitos” que a “vida moderna” das três

primeiras décadas da segunda metade do século XX proporcionava, devido às mudanças políticas e sociais, como os movimentos feministas e de mulheres e as legislações que davam mais direitos para as mulheres casadas. Desse modo, pode-se dizer com base na investigação que o sentido em torno da virgindade foi sendo produzido enquanto uma “experiência histórica” (SISSA, 1987) em relação ao desenvolvimento material da sociedade que, para desenvolver-se e tomar as rédeas do seu progresso em todas as instâncias, econômicas e culturais, necessitava fundamentar-se em códigos de conduta tradicionais, vistos como a base do equilíbrio da nação.

Em segundo lugar, os juristas, os jornalistas, os pais, as mães e os acusados relacionavam a prática social da virgindade à “moral sexual”. Nos laudos médicos do Instituto de Medicina Legal Oscar de Castro (IML) encontrados, observou-se um significativo número de exames de conjunção carnal solicitados pela Delegacia de Menores de Campina Grande, nos quais os peritos constataram que as jovens submetidas aos exames eram virgens. Para corroborar a desconfiança das mães e dos pais, alguns exames atestavam que as filhas não eram “moças honestas”, confirmando assim a desconfiança que recaía sobre parentes mais próximos, padrastos e conhecidos que frequentavam a casa das famílias.

O número significativo de exames confirma a assiduidade com que as jovens eram submetidas a esse tipo de procedimento, em vista da exigência dos pais e das mães, visando ao atestado da integridade do hímen, como prova de honestidade frente à vizinhança. O resultado do exame de conjunção era indispensável para muitas famílias pobres, em particular para silenciar muitos “fofoqueiros” e “difamadores”, tais como eram chamados os que questionavam a virgindade das moças de família da época. Tanto os processos-crime quanto os exames de corpo de delito do IML na segunda metade do século XX possibilitaram perceber a permanência da valorização da virgindade feminina ou, diríamos, quase uma obsessão por parte dos pais e das mães da Paraíba pela busca da prova médica. Para além de um pensamento de época de se buscar resolver os conflitos sexuais na Justiça, a prova pelo atestado da virgindade consistia na supervalorização da chamada “honra moral”, certificada e legitimada por um exame médico.

Nos casos de estupro, as jovens eram submetidas ao exame de conjunção carnal mais de uma vez, a pedido dos advogados de defesa. Buscava-se identificar sinais de violência física em todo o corpo de modo que eles, os advogados, construíssem o crime de estupro no âmbito da Justiça a partir da quantidade de escoriações encontradas nos corpos das vítimas. Quando as marcas de violência não eram suficientes para o

embasamento da prova médica, eles construíam seus argumentos por meio da desconfiança e pelo emprego da dúvida sobre o acontecimento de estupro, justificando o crime como a “cópula carnal costumeira” com o consentimento da “vítima”. Esta era outra forma de violência moral e psicológica a que eram submetidas as “vítimas”. No entendimento dos advogados de defesa, de alguns promotores e dos juízes, quanto mais fossem identificadas escoriações nos corpos, bem como resquícios de sangue em suas vestes, mais se dava crédito à palavra delas no âmbito da Justiça. Observamos ainda que, em outros casos de estupro, as mães procuravam os jornais para manifestar a sua insatisfação acerca da perda da virgindade das filhas e, em defesa da “honra moral”, isto é, da preservação de seus nomes no meio social, solicitavam aos delegados das cidades que registrassem o acontecimento, obrigando os estupradores a se casarem com suas filhas, ignorando a dor, o sofrimento e as agressões físicas e sexuais por que elas passaram.

Correlata a essa forma de violência, foi possível identificar como as “vítimas” de estupro da época eram apontadas nas ruas por onde passavam; tinham de conviver com o desprezo dos/as amigos/as e, muitas vezes, da família. Havia, assim, um deslocamento do sentido do crime de estupro, diferentemente do de defloração, que tornava, no máximo, as moças malfaladas. Frente à vizinhança, as jovens estupradas passavam do lugar de vítima ao de culpada. Seus corpos se tornavam uma espécie de fetiche, marcados, estigmatizados, alvo de olhares curiosos e, ao mesmo tempo, como doentes, transgredidos, maculados e diferenciados dos corpos vistos como normais, leia-se, o corpo da virgem ou da “moça honesta”. Identificamos por meio de alguns casos que, quando os namorados tomavam conhecimento do estupro, abandonavam as suas companheiras, algumas chegavam a perder o emprego como doméstica, tendo que retornar para junto das famílias, nas cidades do interior do estado. Ao que tudo indica, por causa da experiência traumática, da vergonha e da forte rejeição social, muitas preferiam não denunciar o crime, ocultando-o para si ou tornando-o segredo de família. Isso talvez justifique a maior quantidade de crimes de sedução que chegavam à Justiça, se comparado ao número de denúncias de estupro, as quais se transformavam em inquéritos e eram logo depois arquivadas sem chegar à fase judicial.

Portanto, com base nas análises realizadas no decorrer desta tese, foi possível perceber como a noção de “honra sexual” aparecia correlacionada à “reparação do mal” por meio do casamento, com vista à constituição e à preservação da família, ao passo que a “honra moral” se tornava um elemento chave de disputa da Justiça visando provar a

idoneidade das ofendidas envolvidas nos crimes de sedução no estado da Paraíba. No Brasil das décadas de 1950 a 1970, o casamento ainda era visto como porta de entrada para a realização feminina e como o objetivo de vida de todas as jovens solteiras, bem como o sonho das mães e dos pais paraibanos. A sexualidade, naqueles termos, consistia no meio que determinava a vida amorosa e conjugal das mulheres, e a legitimidade delas dentro da sociedade. Essa prática não discursiva, entendida nos crimes de sedução como forma de “reparação da honra”, corroborava para cessar a maledicência, já que as famílias incentivavam as moças a se casarem, mesmo que com outros homens, como meio de evitar o desamparo e a “corrupção sexual” das menores que viessem a se prostituir depois do defloramento. Também foi possível perceber a construção de certos enquadramentos pautados por regras de condutas da chamada elite da Paraíba que distinguiram as moças “honestas” das “desonestas” de acordo com a maneira de se portar frente à vizinhança.

Observou-se, também, como as migrações dos segmentos sociais pobres para as duas maiores cidades do estado, Campina Grande e João Pessoa, eram percebidas em associação direta com a violência. Homens e mulheres se deslocavam em busca de trabalho e de melhores condições de vida, principalmente atraídos pelos rendimentos auferidos pela produção algodoeira que teve seu auge até 1950. Em relação às migrações populacionais – tanto as ocorridas dentro do estado como as oriundas de estados vizinhos, como Pernambuco –, os letrados e juristas da época correlacionavam o aumento dos casos de defloramento e de estupro, às migrações. Ao mesmo tempo, nomeavam e classificavam os espaços como “casas suspeitas” e “lugares libidinosos”, assim como homens e mulheres que atentavam contra o pudor. Ainda foi possível perceber os sentidos que os chamados sedutores e as jovens construíam em torno dos espaços das cidades, com base nos encontros e na prática da primeira relação sexual, o que nos faz compreender como burlavam a vigilância dos familiares em nome de suas conquistas amorosas e sexuais.

Foi possível observar como os advogados de defesa, delegados e alguns promotores ressignificavam os depoimentos das vítimas de crimes de sedução, insinuando o desejo de se prostituir. Sob o signo da modernidade ou da “vida moderna”, destacava-se regularmente o “perigo” das relações sexuais eventuais, sem o compromisso do casamento, as quais eram desautorizadas em face da “corrupção de menores” e do crescimento da prostituição nas cidades da Paraíba. Paralelamente, foi possível perceber o receio acerca do avanço da presença feminina em algumas profissões e, de modo geral, no mercado

de trabalho, justificado pelo fato de elas deixarem os afazeres domésticos e abandonarem a maternidade para seguirem as demandas dos tempos vigentes. Assim, muitos magistrados defendiam a possibilidade de se dispensar a promessa de casamento, como circunstância decisiva na definição do “elemento moral” do crime, alegando que tal circunstância não surtia mais o efeito desejado como a tutela da lei. Isso, segundo aqueles discursos, em face dos tempos correntes ou dos “costumes” da época terem “avançado”, possibilitando outros meios de sedução, de modo que a lei não podia amparar as “ofendidas” de crimes de sedução. Com base nas análises, identificamos como eram construídos vários sentidos médico-jurídicos em torno das “virgens sem pudor”, as chamadas “*demi-vierges*”, classificadas como “raparigas emancipadas”, “degeneradas”, “pervertidas”, entre outros, como também sentidos depreciativos em torno dos sedutores apontados como fazendo parte da “juventude transviada” da década de 1950.

Percebemos ainda como várias moças, envolvidas em crimes de sedução, faziam uso da Justiça em função de seus objetivos ou de suas conquistas. Algumas denunciavam rapazes que não eram responsáveis pelo defloramento, pois almejavam o casamento, outras utilizavam a denúncia na Justiça como forma de vingança por se sentirem abandonadas ou rejeitadas. Foi possível perceber como o corpo das mulheres vítimas de sedução e de estupros, era reconstituído, marcado, mutilado, esquadrihado, colonizado por uma série de discursos e, ao mesmo tempo, palco nebuloso no qual se digladiavam médicos e juristas em busca de desvelar os sinais da violência física. Em nome da “honra moral” incidiam os vários discursos que fabricavam esse corpo e o ressignificavam, de modo a deslocá-lo do lugar de corpo sexualmente violentado, política e socialmente conhecido para a noção de corpo-objeto, esculpido pelo fogo do saber jurídico e escancarado ao olhar do deus da ciência médica: o perito. Assim, é possível dizer que a valorização da “honra sexual” e do hímen eram percebidas em associação direta com o enunciado da defesa da “honra moral”, uma categoria cara aos discursos dos juristas, religiosos e jornalistas, dotada de significações valorativas. A “honra sexual e moral” figurava, desse modo, como um efeito de gênero, produzido e imposto pelas práticas discursivas e não discursivas, resultando em identidades performativamente constituídas em um determinado tempo-espaço.

Nos inquéritos e processos de estupro a que tivemos acesso, foi possível perceber que as alegações finais em favor da absolvição ou da improcedência das denúncias variavam, desde a dificuldade de encontrar os acusados, testemunhas, culminando muitas vezes na prescrição do



crime, até os argumentos como estes que destacamos do parecer do juiz A. F. G., ao julgar um crime de estupro:

[...] solta a suposta vítima pela cidade, chegando em casa pela madrugada, demonstra não ter ela boa conduta, merecer a proteção da lei [...], parecendo que se entregou ao réu de plena e espontânea vontade, desprezando a virgindade, que para a maior parte das moças de hoje não passa de um ultrapassado preconceito. (PARAÍBA, 1975)

Observou-se, ainda, vários casos em que os juízes julgavam a denúncia improcedente, mesmo com a presença do laudo que indicava o fator da violência física e sexual, baseado no parecer da promotoria e no indício de que antes do estupro a moça tinha sido deflorada. A partir dessas análises, pode-se perceber como o crime de estupro, assim como o de sedução, fazia referência à proteção da “honra sexual” da moça virgem, como expressão jurídica do contrato social entre o Estado e as famílias que deveriam zelar pelos costumes da época e preservá-los. Isso demonstra como se constituía a violência de gênero, explicitada nos discursos dos advogados. Também vimos que, por meio do crime de estupro, a Justiça continuava a reproduzir as desigualdades de gênero pelas quais os homens eram vistos como os detentores do direito à sexualidade, seja de que forma ela fosse praticada. Dessa forma, constatou-se como muitos advogados e promotores defendiam a ideia de que o estupro decorria supostamente do consentimento das vítimas, o que acabava por deslocar a condição jurídica e socialmente reconhecida de vítima para a de culpada no âmbito legal, conforme já dito.

Portanto, a virgindade, associada à “honra sexual e moral”, e a sexualidade das moças da Paraíba eram percebidas como um “bem jurídico” que deveriam ser protegidos, de modo que as instituições representantes do Estado e da Justiça deveriam intervir a fim de moralizar a liberalização sexual de crianças e adolescentes, em um momento em que eclodiam os movimentos feministas. Tal moralização era exercida através da busca por conter os excessos e por normatizar as condutas sexuais por meio de regras morais, para que, assim, não ocorresse um afrouxamento dos valores sociais, dos pais e mães, e se preservasse a instituição familiar, visto que a base de uma sociedade percebida como saudável era a família nuclear. De outra parte, observase como o casamento como reparação da honra, a que eram obrigados os

acusados de crimes de sedução, não se configurava somente como uma prática social, uma maneira das famílias pobres da Paraíba e de outros estados do país, de resolverem os seus conflitos sexuais da época, e sim como uma forma de violência juridicamente legitimada sobre os homens, com fins de exercer o poder concernente à defesa da “honra sexual e moral” das adolescentes.

Os estudos sobre o tema da violência sexual contra as mulheres têm-se expandido desde o final dos anos de 1970, muitos dos quais se devem às iniciativas dos movimentos feministas no Brasil e no exterior, sendo um dos assuntos priorizados pelos pesquisadores que têm interesses específicos na área de gênero. Cada vez mais vemos que o tema tem-se alargado, de modo a abranger diversas perspectivas, tornar-se instigante e corroborar para a ampliação da criação de novas leis e instituições que deem mais atenção às reivindicações de homens e mulheres. Desde meados dos anos 1980, observa-se a criação de delegacias para as mulheres no Brasil, bem como a emergência dos Juizados Especiais Criminais, em 1990, e a promulgação, em 2006, da Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/06) (OLIVEIRA, J., 2011). Esta última teve o respaldo dos movimentos sociais em defesa das mulheres, o que possibilitou repensar as várias práticas de violência dentro da perspectiva das relações de gênero. Contudo, apesar dos avanços que a referida lei tem trazido para a situação atual as pesquisas atuais, há muito a ser feito para combater a violência sexual que continua ocorrendo em todo o país.

Em março de 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do governo federal, estimou que, a cada ano no Brasil, 0,26% da população sofra violência sexual, o que significa 527 mil tentativas ou casos de estupro no país (PARA 65%, mulher..., 2014). Desses, somente 10% são reportados à polícia. Por isso, não há como contabilizar os casos de estupro que ocorrem no cotidiano das famílias brasileiras, em que muitas mulheres se omitem por vergonha ou por medo de serem discriminadas. O IPEA ouviu 3.810 pessoas em 212 municípios das grandes regiões do país de ambos os sexos (LEITE, 2014).

Conforme vimos no decorrer desta tese, houve casos de crimes sexuais na Paraíba em que moças se tornavam, nos discursos dos juristas, responsáveis pelo crime tendo em vista a roupa que vestiam no momento do estupro. Atualmente, nota-se como essa forma de pensamento tem-se estendido, através do tempo, em nosso país, resultado de um pensamento que é ressignificado por meio da

banalização de que as mulheres são provocadoras do estupro contra si mesmas e, portanto, devem ser responsabilizadas.

O IPEA realizou uma pesquisa e constatou que 26% das pessoas concordam que “[...] mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.” (LEITE, 2014, não paginado). Mesmo considerando as margens de erro dessas pesquisas, a região, a faixa etária, o nível de conhecimento sobre o assunto, entre outros, não se pode deixar de perceber a permanência do discurso que legitima o enunciado de que os homens não têm como controlar seus apetites, ou, nas palavras dos promotores e advogados da Paraíba da segunda metade do século XX, seus “instintos sexuais”. Essa maneira de pensar funciona como um determinismo sexual que tem-se arrastado de geração em geração. Enquanto isso, as estatísticas de estupros só têm aumentado, as queixas e os processos-crime continuam sendo amontoados nas prateleiras dos gabinetes, pouco se vendo de resultados efetivos e positivos contra a prática desse crime. E as manchetes de jornais do país não deixam de publicar casos de violência doméstica e sexual contra as mulheres todos os dias.

Em se tratando da Paraíba, em particular, os indicadores numéricos associados às estatísticas dos casos de estupro apontam para a manutenção do problema histórico de desigualdades nas relações de gênero. Um caso de estupro coletivo seguido de homicídio, ocorrido na madrugada do dia 12 de fevereiro de 2012, causou forte repercussão nos jornais do país e a indignação da população do município de Queimadas, agreste paraibano, a 130 km da capital João Pessoa. Segundo as investigações da Polícia Civil e as denúncias do Ministério Público da Paraíba, dez homens estupraram cinco mulheres durante a comemoração de aniversário de um dos participantes. Dentre as cinco, duas delas foram assassinadas por terem reconhecido os agressores. O fator incomum nesse caso específico é que o estupro foi planejado pelo irmão do aniversariante para este, empenhado em realizar o desejo de presentear-lhe com mulheres (VÍTIMAS..., 2014). Dos dez homens, seis maiores de idade foram condenados pelo crime de cárcere privado, formação de quadrilha e estupro. O arquiteto do crime foi sentenciado em 106 anos por estupro, formação de quadrilha, porte ilegal de armas e corrupção de menores. A Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República destacou a importância da responsabilização dos agressores e assassinos de mulheres em vista do “[...] processo de conscientização sociocultural e engajamento da sociedade para o enfrentamento à violência contra as mulheres”. (BRANDINO, 2014, não paginado).

O caso ocorrido no município de Queimadas há quase três anos traz particularidades que se assemelham com os casos de crimes sexuais analisados nessa tese. É indicativo de como ainda hoje muitos homens em nossa sociedade consideram o sentido da virilidade um fator social que está para além do respeito à vida. O presente concedido ao irmão simbolizava a força do “macho viril”. Basta observar que o crime de estupro não foi praticado em um quarto, entre o aniversariante e as cinco vítimas, de modo que se preservassem isolados, mas o que estava em jogo era a autoafirmação da masculinidade, tal como diziam os magistrados de trinta ou quarenta anos atrás, ou a capacidade de praticar sexo com várias mulheres na presença de outros homens. Assim como nos casos que analisamos, observa-se, por meio do estupro coletivo, o desejo de atestar a potência sexual masculina como um requisito inerente à honra sexual dos homens. Conforme abordamos, o homem que era desafiado a praticar sexo com uma moça e não aceitasse seria desmoralizado ou desqualificado sexualmente frente aos seus amigos ou companheiros.

Portanto, pensar a noção de “honra sexual e moral” associada às imagens de violência dentro da perspectiva das relações de gênero possibilitou perceber momentos históricos distintos, mas que guardam semelhanças no que se refere à banalização da violência, seja ela empregada nas formas de comportamentos que as mulheres têm de ter no meio social, seja nas diferentes posturas entre homens que persistem em agir como se a prática sexual por meio da força fosse um direito legitimado. De outra parte, essa forma de pensar põe em xeque a efetividade de políticas preventivas à violência sexual, bem como a existência de programas educativos, pois ainda hoje não se percebe iniciativas por parte do Ministério Público para a criação de tecnologias políticas de combate e de prevenção à violência de gênero. Questionamos aqui: o que faz um homem pensar que a violência sexual contra cinco mulheres pode representar um “presente” a ser oferecido a outro homem, senão o fato de que entre alguns deles persiste ainda a prática social da desqualificação da vontade e do corpo delas? Ainda hoje, observa-se como a prática da violência sexual contra as mulheres é amplamente subestimada e relegada à esfera privada. Considerada frequentemente como um conflito familiar, a violência sexual não se enquadra no âmbito da intervenção judicial, razão por que se faz necessária a responsabilização do Estado para prevenir, punir agressores e proporcionar às vítimas assistência e reparação. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2006) psicológica. O fato é que homens que agredem sexualmente mulheres precisam de punição e também de

tratamento, pois acreditamos que, para além da “conscientização”, faz-se necessário assegurar uma efetiva responsabilização para que casos como os analisados nesta tese não voltem a se repetir.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA:

ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. **Entre miasmas e micróbios:** a instalação de redes de água e esgoto na cidade da Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade (1910-1926). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

AGRA, Giscard F. A URBS doente medicada: a higiene na construção de Campina Grande, 1877 -1935. 2006. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

AGRA, Giscard F. **Modernidade aos goles:** a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006, pp. 1-221.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de areia:** memórias de um município. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

AMORIM, Lara; FALCONE, Fernando Trevas (Org.). **Cinema e memória:** o super-8 na Paraíba nos anos 1970 e 1980. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: AGRA DO Ó, Alarcon, et al. **A Paraíba no Império e na República:** estudos de história social e cultural. 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2005.

\_\_\_\_\_. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região:** tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). 2001. n.f. 461. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. Ordem e desordem reinventam os cenários da cidade: A Parahyba do Norte entre o século XIX e XX. In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (Org.).

**Historiografia em diversidade.** Ensaios de história e ensino de história. Campina Grande, PB: Editora Universitária/UFPG, 2008.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba:** imprensa e vida: Jornalismo impresso – 1826-1986. 2. ed. Revista e atualizada. Campina Grande: GRAF, set. 1986.

ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondin e o Teatro do Poder na Paraíba.** 2009. n. f. 140. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

ARAÚJO, Solange dos Santos. **Mulheres ousadas:** práticas e costumes das mulheres de Puxinanã nas décadas de 1960 e 1970. 2006. n. f. 66 Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

CABRAL FILHO, Severino. Campina Grande - PB (1930-1950): modernização, cotidiano e cultura material. **Revista Projeto História,** São Paulo, n. 40, pp. 259-292, jun. 2010.

CAMPINA GRANDE. Lei nº 362, de 24 de março de 1953. Código de Posturas da cidade. Breve diagnóstico sobre as posturas municipais em Campina Grande. Acervo: Museu Histórico de Campina Grande.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas. **Mercator,** ano 1, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/180/189>. Acesso em: 21/03/2014.

CARVALHO, Juliano C. M de; QUEIROZ, Marcus Vinícius de. **Campina Grande (1907-1935),** 2003, n. f. 78. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), João Pessoa: UFPB, 2003.

CASTRO, Amaro Muniz. **Centro Histórico de João Pessoa:** ações, revitalizações e habitação. 2006. n. f. 92. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas**: o discurso jurídico e a moralização dos costumes. 2000. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000b.

CIPRIANO, Maria do Socorro. **A adúltera no território da infidelidade**: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX. 2002, n. f. 166. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em defesa da ordem**: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba nos anos 1930 a 1945. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: Editoração Eletrônica, 1993. v. 1 e 2.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande**: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960-1980). 2011. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

FREITAS, Gorete M. Sampaio. A trajetória histórica da radiofonia campinense: do alto-falante ao FM. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **História e mídia regional**: o rádio em Campina Grande. Campina Grande: EDUFCG, 2006. p. 125-130.

GONDIN, Adriana de França. Uma perspectiva do sistema de trens urbanos da Grande João Pessoa. In: GONDIN, A. de F. **A Cidade nos Trilhos**. 6º concurso de Monografia CBTU. João Pessoa, 2010. Disponível em:  
<[http://www.cbtu.gov.br/images/monografias/2010/monografia\\_06.pdf](http://www.cbtu.gov.br/images/monografias/2010/monografia_06.pdf).>  
> Acesso em: 21/04/2015.



GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000.

INÁCIO, Maria Genilda Amorim. **A mulher educadora no Terceiro Milênio**: subjetividade das professoras de Puxinanã (1980-2003). 2003. n.f. 23 p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2003.

LEITÃO, Deusdedit. **História do Tribunal de Justiça da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1985.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. 2004, n. f. 276. Tese. (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIMA, Luciano Mendonça. **Artigo História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em:<[http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=12875](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875)>. Acesso em: 8 abr. 2015.

MARIS, Celso. **Cidades e Homens**: Paraíba 400 anos. João Pessoa: GRAFSET, 1985.

MARTINS, Eduardo. **A União**: jornal e história da Paraíba. João Pessoa: Academia de Letras do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano da Associação Paraibana de Imprensa, 1977. Edição ilustrada.

MEDEIROS, Fábio Queiroz de; NUNES, Rogério Maurício. **O rock paraibano nos anos 80**. João Pessoa: Marca de Fantasia; Editora Universitária/UFPB, 1998.

MELO, Luiz Gonzaga. **Campina Grande**: o desenvolvimento em questão; seleção de artigos publicados na imprensa. Campina Grande: Gráfica Júlio costa, 1988.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Cidade dos jardins. In: **Anuário da Paraíba, 1934**. DUARTE, Samuel, (org.). Imprensa Oficial, n. f. 334. João Pessoa, 1934, Ano I.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. História e Imaginário nos anos 1950, em Campina Grande. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S22.R.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISTAS DA PARAÍBA. **Dossiê sobre a violência contra as mulheres na Paraíba.** João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20265.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

OCTÁVIO, José. **Os Coretos no cotidiano de uma cidade:** lazer e classes sociais na capital da Paraíba. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.

OLIVEIRA, Flavianny Guimarães. Rádio e Política em Campina Grande. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa (Org.). **História da mídia regional:** o rádio em Campina Grande. Campina Grande: EDUFCG/EDUEP, 2006. pp. 73-121.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. **Façamos a família à nossa imagem:** a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). 2002. n. f. 347. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

OLIVEIRA, Juliana A. et al. Mapeamento das delegacias especializadas da mulher da Paraíba. **Saúde, Ética & Justiça**, Paraíba, v. 16, n. 2, p. 86-92, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sej/article/viewFile/45782/49385>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

PIMENTEL, Cristino. **Mais um Mergulho na História Campinense.** Campina Grande: Caravela, 2001.

\_\_\_\_\_. Pedacos da história de Campina Grande, 1958, pp. 263.

RAMOS, Gilmária Salviano. **Entre o “sublime nome de mãe” e o “monstruoso crime”**: inventariando práticas de abortos e infanticídios na Paraíba (1960/1970). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. 2009-2014. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e Fatos**. João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1979.

SAMPAIO, Paula Faustino. Mulheres (In)Dóceis: Discursos e práticas de mulheres na Vila de Cabaceiras – PB, 1930-1949. 2009. n. f. 166. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SANTANA, Rosemere Olimpio. **Tradições e modernidade**: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940). 2013. n. f.219. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SANTOS, Alex. Breve história do cinema paraibano. In: SILVA, Pontes da; ARAÚJO, Fátima. **Paraíba 400 anos**. João Pessoa, 1985.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. **Mulheres e revistas**: a dimensão educativa dos periódicos femininos *Jornal das Moças*, *Querida* e *Vida Doméstica* nos anos 1950. 2011. n. f.173. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Ligia Pereira dos. **Histórias do corpo negado**. Campina Grande: EDUEP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mulher e violência**: histórias do corpo negado. Campina Grande: EDUEP, 2008b.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da Cultura**. 1965-2002. 2008. n. f.232. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Alômia Brantes da. **Paraíba, mulher-macho**: tessituras de gênero, (desa)fios da história (Paraíba, século XX). 2008. n. f.252. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. **História da Psiquiatria na Paraíba**. João Pessoa: Santa Clara, 1998.

SILVA, Ivonaldo Lacerda da. **Representação Iconográfica em dois momentos**: século XX e XXI em João Pessoa. 2010.n. f. 61 Monografia (Bacharelem Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, Keila Queiroz. **Entre as normas e os desejos**: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba. 1999. n. f. 212.Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

SILVA, Pontes da; ARAÚJO, Fátima (Org.). **Parahyba 400 anos**. João Pessoa: Editora GRAFSET, 1985.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). 2001. n. f. 371. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Cotidiano popular e tensões nos prostíbulos em Campina Grande – (1930-1945). **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 3, 2004.

\_\_\_\_\_. **Território de confronto: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

\_\_\_\_\_. Livros didáticos de história da Paraíba: uma análise historiográfica. In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (Org.). **Historiografia em diversidade**. Ensaios de história e ensino de história. Campina Grande, PB: Editora Universitária UFCG, 2008. pp. 33-48.

SOUTO, Jomar Moraes. Prefácio. **Itinerário lírico da cidade de João Pessoa**. Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 1977.

SOUZA, Clarindo Barbosa. Sob um céu estrelado: festa, aparição pública e a construção de imagens femininas em Campina Grande/PB - décadas de 40 e 50. **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 1, pp. 1-24., 2003.

SOUZA, Fabiano Badú de. **Modernidade à conta gotas**: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande-PB (1950-1958). 2013. n. f.168. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB.

SOUZA, Hercília Maria de Andrade. **Nos territórios da sedução, violência e prazeres proibidos**: a prostituição em Ingá – PB (1940-1960). 2014. n. f.64. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SOUZA, Lincon César Medeiros de. Cenas de cinema: as várias apropriações dos ambientes de exibição na Paraíba na primeira metade do século XX. In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 5., Recife, 2004. **Anais...** Recife, 2004. Disponível em: <<http://pe.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/10-hist-cidade/Artigo%20de%20Lincon%20Medeiros.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

TORRES, José Valmi Oliveira. **Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como Polo Tecnológico (1952/1973)**. 2010. n. f. 170. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

VÉRAS, Cassandra Carmo de Lima. O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). 1988. n. f.54. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

VÍTIMAS de estupro coletivo são ouvidas durante júri na Paraíba. **Portal G1 PB**, set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/09/vitimas-de-estupro-coletivo-sao-ouvidas-durante-juri-na-paraiba.html>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

## BIBLIOGRAFIA GERAL:

ABRAHAMSEN, David. La Criminologia como Ciencia. In: \_\_\_\_\_. **Delito y Psique**. México: Fondo de Cultura Economica, 1946. pp, 9-338.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Les violences faites aux femmes en France: une affaire d'État**. Paris: Éditions Autrement, 2006.

ÁVILA, Thiago André Pierobom et al. **Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero**: experiências e representações sociais. Brasília: ESMPU, 2014.

BALTIERE, D. A.; MARIN, M. C. D. Álcool, drogas e crimes sexuais. In: SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana; BARROS, Daniel Martins de (Org.). **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica III: violência sexual**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2013.

BARRACLOUGH, Geoffrey. O impacto do progresso técnico e científico. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à História Contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Lucy Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**; tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESSA, Karla Adriana Martins. O crime de sedução e as relações de gênero. **Cadernos PAGU** (2), 1994, p.175-196 Disponível em <<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1716>> Acesso: 02 out. 2014.

BIOGRAFIA de David Nasser. Letras. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/#!/biografia/david-nasser>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da História**, ou, O ofício de historiador, prefácio, Jackes Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**: representação da História em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BOLOGNE, Jean Claude. **História do Pudor**. Tradução de Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Teorema, 1990.

BORELLI, Andrea. **Matei por amor**: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastor Editor, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 2002.

BRAGA, Antonio. **Nietzsche**: o filósofo do niilismo e do eterno retorno. São Paulo: Editora Escala, 2011. v. 1. (Coleção Pensamento & Vida).

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. [Código Penal]. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 set. 1962.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. [Lei Maria da Penha]. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 2006, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 ago. 2009, p. 1.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria da Cidadania e Departamento da Criança e do Adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: CBIA, Unicef, 1990.

BRANDINO, Géssica. Estupro coletivo e assassinatos em Queimadas.

**Portal Compromisso e Atitude**, out. 2014. Disponível em:

<<http://www.compromissoeatitude.org.br/estupro-coletivo-e-assassinatos-em-queimadas/>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 4. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 8 e 14.

BRETON, David Le. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BUTLER, Judith. Identificación fantasmática y la asunción del sexo. In: \_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2002. p. 143-178.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p. 44.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**; tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. El Pasado En El Presente: Literatura, Memoria e Historia. **Revista Historia, Antropología y Fuentes Orales**, Barcelona, n. 37, p. 127-140, 2007.



CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. São Paulo: Zahar Editores, 1985. pp. 23-62.

CHAVES, Carolina M.; TINEM, Nelci. Contribuição da documentação em arquitetura para o registro e estudo da arquitetura moderna de João Pessoa entre 1958-1975. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 85-101, 2011.

CHIMIN JUNIOR, Alides B. Espaço, vulnerabilidade e masculinidade de adolescentes em conflito com a lei. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org.). **Espaço, Gênero & Masculinidades pluais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 61-66.

**CÓDIGO PENALBRASILEIRO e sua interpretação Jurisprudencial**. Art. 217. Título 1. Da sedução e da corrupção de menores. Tomo 1. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1995.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude, nem favor**: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COLLING, Ana Maria. Feminismo versus lutas gerais. In: \_\_\_\_\_. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

COHEN, Claudio; FIGARO, Claudia Jorge. Uma proposta institucional de atendimento de casos de violência sexual intrafamiliar. In: COHEN, Claudio; SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho (Org.). **Saúde Mental, Crime e Justiça**. São Paulo: Editora da Universidade, 1996.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu** (19) 2002, pp.59-90. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332002000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000200004)>. Acesso em: 21/03/2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. Os domínios da experiência, da ciência e da lei: Os Manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1930-1942.

**Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 235-263, 1998.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1991.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. Revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DHOQOIS, Régine. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX) Proteção da produtora ou reprodutora? In: MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

DIAS, Aldo Assis. Juventude e sociedade atual. In: \_\_\_\_\_. **O menor em face da Justiça**. São Paulo: Editora Coletânea e Legislação, 1968.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tocam o real**. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. **Pós**: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes - EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Moral e comportamento a serviço da ditadura militar - uma leitura dos escritos da escola superior de guerra.

In: FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais...**

Florianópolis, 2013 Disponível em:

<[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384798463\\_ARQUIVO\\_AnaRitaFontelesDuarte.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384798463_ARQUIVO_AnaRitaFontelesDuarte.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e Quimera – Imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos AEL**, nº ¾, p. 153 -200, 1995/1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. A grande cólera dos fatos. In: \_\_\_\_\_. **Segurança, penalidade e prisão**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. v. 8. (Coleção Ditos e Escritos)

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

\_\_\_\_\_. A poeira e a nuvem. In: \_\_\_\_\_. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a. v. 3. (Coleção Ditos e Escritos).

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. **O que é um autor**. Lisboa: Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. v. 4. (Coleção Ditos e Escritos).

\_\_\_\_\_. **Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. v. 5. (Coleção Ditos e Escritos).

\_\_\_\_\_. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**: um caso de parricídio do século XIX. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977a.

\_\_\_\_\_. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Organização e seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta. Tradução Aner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. v. 9. (Coleção Ditos e Escritos).

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2:** o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros:** curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010b.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica.** Tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Os anormais:** curso no College de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Tradução Andréa Daher. Consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1977b.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Je suis mon corps sur un groupe de self-help. **Les Cahiers du GRIF**, ano 1978, n. 1, v. 20, p. 40-41, 1978. Disponível em: <<http://www.youscribe.com/catalogue/presse-et-revues/savoirs/je-suis-mon-corps-sur-un-groupe-de-self-help-article-n-1-vol-1015329>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GAVRON, Eva Lúcia. **Drama e danos:** estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). 2008. n. f. 300, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOMES, Hélio. **Medicina Legal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1965.

GOMES, Luiz Flávio. A moderna criminologia “científica”. In: MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, leis dos juizados especiais criminais. Tradução Luiz Flávio Gomes. 6. Ed. Reformulada, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Subjetividade e História. In: \_\_\_\_\_. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. 13ª ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HAHNER, June E. Prefácio. **Emancipação do Sexo Feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução Eliane Lisboa. Apresentação Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOUBRE, Gabrielle. Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo fim do século XVIII/começo do século XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Direito Penal da Loucura e reforma psiquiatria**. Brasília: ESMPU, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Imprensa e Ensino na Ditadura**. In: O historiador e seu tempo: encontros com a história. Antonio Celso Fereira, Holien Gonçalves Bezerra, Tania Regina De Luca (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Violência contra a mulher**: aspectos criminais da Lei nº 11.340/2006. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direito Penal**. 2º Volume: parte especial. Dos Crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

KINSEY, Alfred et al. **Conduta sexual da mulher**. Tradução: Antônio Vespasiano Ramos. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu S/A, 1955.

KOSELLECH, R. **Los estratos del tempo**: estúdios sobre la história. Barcelona – Buenos Aires – México: Ediciones Paidós – I.C.E. da Universidad Autónoma de Barcelona, 2000.

LAGE, L.; NADER, M. B. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LAURETIS, Teresa. The technology of gender: Essays on Theory, film, and Fiction. Bloomington, Indiana University Press, 1987, pp. 1-30.

LEITE, Marcelo. Pesquisa do Ipea sobre estupro tem falha em metodologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2014. Disponível em: <<http://folha.com/no1435862>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do Gênero. In: \_\_\_\_\_. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Lucy Murray Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, Sexualidade e Estupro: as construções da virilidade. Dossiê BRASA 97, **Cadernos PAGU**, n. 11, 1998.

MACHADO, Roberto, [et al.]. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogerio Luz, Katia Muricy; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MALCOLM, Janete. **A mulher calada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil**; coordenador-geral da coleção; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3. 1998.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais, p. 89. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 1, p. 87-116, verão 1998. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2054/1536>>. Acesso em: 9 mai. 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Âncora de emoções**: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel. **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros - percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita. (Org.). **Gênero em debate**: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 4.

MISKOLCI, Richard. Violências invisíveis. In: TORNQUIST, Carmen Susana et al. **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

NICHOLSON, Linda. Interpreting Gender. In: \_\_\_\_\_. **The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999. p. 53-76.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

HUNGRIA, N. LACERDA, R. C. **Comentários ao Código Penal Brasileiro**. Título. Dos crimes contra os costumes. Sedução. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1959.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1991,

PARA 65%, mulher que mostra o corpo merece ser atacada, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**, Brasília, mar. 2014. Disponível em: <<http://folha.com/no1431871>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In: **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, pp. 239- 260. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Editora UFSC, 1994.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

\_\_\_\_\_. O Feminismo de ‘Segunda Onda’. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, R. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, pp. 281-300, dez. 2007.



PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, 2007.

PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PERRUCI, Maud Fragoso de Albuquerque. Mulheres encarceradas. São Paulo: Global Editora, 1983. (Tese de Direito), n. f. 143.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994.

PRIORE, Mary Lucy Murray Del. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

QUEIROZ ALVES, Andréa Maria Franklin de. **Pintando uma imagem – Nossa Senhora Aparecida- 1931: Igreja e Estado na construção simbólica nacional**. n. f. 174. Dissertação de Mestrado em História (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, CPDO, 2005.

RABELO, Carolina. Direito, intelectuais e Modernidade: o papel de Francisco José Viveiros de Castro no Debate Jurídico durante a Primeira República. Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (Orgs). **Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual**. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIGONATTI, Sérgio Paulo; LEITE, Rogério; CAÍRES, Maria Adelaide. Violência sexual e responsabilidade penal. In: SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana; BARROS, Daniel Martins de (Org.). **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica III: violência sexual**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2013.

ROCHA, Raquel Caminha. **Aparta que é briga**: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). 2011. n. f. 146. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história nas cidades? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio (Org.). **Cidade & História**, Salvador: UFBA, 1992.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

RONALDO absolvido por seis votos a um. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20.540, 13 mar. 1960a.

RONALDO clama por justiça ao presidente do Supremo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20.515, 11 fev. 1960b.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001. ISSN 0104-8333. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 7 abr. 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas** (Org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SKIDIMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello**. (1930-1964) 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

SERAFIM, Antonio de Pádua; BARROS, Daniel Martins de; SAFFI, Fabiana (Org.). Criminosos sexuais. In: **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica III: violência sexual**. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2013.

SILVA, Clodoaldo Oliveira. Embates discursivos em torno do crime de sedução em Londrina Paraná (1940-1970). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, jul. 2011. pp. 1-15.

SILVA, Paulo Renato. Povo, revolução e Brasil por Dias Gomes (1962-1966). **Cadernos AEL: tempo de ditadura**. Campinas, v. 8, n. 14/15, pp.121-148, 2001.

SILVA, Rosiana Freitas da. **Amores e desamores em querelas jurídicas: relações de gênero em processos crime de defloramento - São Luís (1890-1925)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SISSA, Giulia. Introduction. In: \_\_\_\_\_. **Le corps virginal: La virginité féminine en Grèce Ancienne**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1987.

SOBREIRA, Liése Carneiro et al. Expansão urbana e variações mesoclimáticas em João Pessoa, PB. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 85-101, abr./jun. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-86212011000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-86212011000200009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SOBRINHO, Maria Manuela. **Don Juan e o Donjuanismo**. 1. ed. Lisboa: Fonte da Palavra. 2010.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. Histórias das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no espaço urbano. In: PRIORE, Mary Lucy Murray Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Ana Maria de. **Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa: Cuiabá, MT: segunda metade do século XX**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, EdUFMT, 2007.

TABAK, Fanny. A década da Mulher como forma de participação e pressão política – avaliação e balanço. **IX Reunião Anual da AMPOCS**, GT Mulher e política, PUC/RJ – NEM. Disponível: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=6147&Itemid=372](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6147&Itemid=372). Acesso em: 12 abr.2014.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

VIGARELLO, George. **História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. **Os delictos contra a honra da mulher**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1936.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. 2007. n. f.212. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

## **FONTES DOCUMENTAIS:**

PROCESSOS CRIMINAIS: TRIBUNAL DE JÚRI DE CAMPINA GRANDE; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA – JOÃO PESSOA.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1951/s/n, réu Antonio Cabral de Oliveira, 16 ago. 1951a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 16/08/1951.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1951/52, réu João Soares da Silva, 14 set. 1951b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 14/09/1951.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1951/3002, réu Antonio João da Silva, 4 abr. 1951c. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 04/04/1951.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1952/1952, réu José Soares de Medeiros, 27 fev. 1952a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 27/02/1952.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1952/3192, réu José Pedro do Nascimento, 6 nov. 1952b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 06/11/1952.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. Processo-crime nº 1953/53, réu Gabriel Arcelino Batista, 13 abr. 1953a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 13/04/1953.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1953/3206, réu José Joaquim da Silva, 22 jan. 1953b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 22/01/1953.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1953/3261, réu Luiz Felipe da Silva, 14 mar. 1953c. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 14/03/1953.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1953/3262, réu Severino Barbosa da Silva, 7 mar 1953d. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 07/03/1953.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. Processo-crime nº 1953/3270, réu Cícero Felix de Lima, 28 abr. 1953e. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 28/04/1953.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. Processo-crime nº 1953/3283, réu Fenelon Barros Brandão, 6 jun. 1953f. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 06/06/1953.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1953/3323, réu João Cícero de Queiroz. 10 mar. 1953g. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 10/03/1953.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1954/s/n, réu Reinaldo Ferreira de Azevedo, 8 out. 1954. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 08/10/1954.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1955/80, réu Juarez Modesto Moreira, 27 jan. 1955. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 27/01/1955.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1956/324, réu João Xavier Filho, 31 jul. 1956a. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 31/07/1956.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1956/898, réu Abelardo Francisco Gama, 6 jun. 1956b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 06/06/1956.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1957/58, réu Manoel Tho Rodrigues, 23 out. 1957. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 23/10/1957.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1960/249, réu Nelson Porciúncula Pereira, 11 jul. 1960a. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 11/07/1960.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1960/270, réu Jovino Silva de Souza, 5 maio 1960b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 05/05/1960.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1960/3077, réu Ascendino Francisco de Brito, 8 de jun. 1960c. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 08/06/1960.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1961/08, réu Marcos Rodrigues dos Santos, 2 jun. 1961. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 02/06/1961.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1962/193, réu Adeildo Correia de Araújo, 20 jul. 1962. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 20/07/1962.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1963/202, réu Antonio Domingos Alves, 11 out. 1963a. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 11/10/1963.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1963/800, réu Agnaldo Elias Mota, 21 dez. 1963b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa: 21/12/1963.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1964/124, réu Napoleão Intereminense. 23 jan. 1964. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 23/01/1964.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1965/61, réus: Fernando Fonsêca de Oliveira, Ermando da Silva Martins, Francisco de Assis Tomaz de Aquino, José dos Santos de Andrade, Josemar Evangelista de Menezes, Pedro Lice de Melo Lima, 18 jan. 1965. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 18/01/1965.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1966/503, réu Eurípides Dias de Araújo, 6 dez. 1966. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 06/12/1966.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1967/s/n, réu Ivanildo Dias da Silva, 3 mar. 1967a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 03/03/1967.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1967/517, réu Hermano Nóbrega Macedo, 21 set. 1967b. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 21/09/1967.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1967/600, réu Luiz Gonzaga do Nascimento, 27 mar. 1967c. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 27/03/1967.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1967/717, réu Iremal Ramiro Alves, 16 dez. 1967d. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 16/12/1967.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1967/861, réu Otoniel Bezerra Neto, 17 abr. 1967e. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 17/04/1967.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1968/543, réu Roberto Carlos Alves de Oliveira, 19 mar. 1968a. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 19/03/1968.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1968/800, réu Wilson Silva, 12 jul. 1968b. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 12/07/1968.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1968/1213, réu João Batista de Lima Araújo, 7 dez. 1968c. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 07/12/1968.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1969/1032, réu Antonio Lino de Andrade, 3 jul. 1969a. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 03/07/1969.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1969/1211, réu Antonio Paulo de Monteiro, 17 jul. 1969b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 17/07/1969.



PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1970/432, réu João Batista Nunes, 16 out. 1970a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 16/10/1970.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1970/670, réu Augusto Lourenço dos Santos, 12 jul. 1970b. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 12/07/1970.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1970/1089, réu Agenor Severo da Cruz, 23 jul. 1970c. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 23/07/1970.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1970/1139, réu Francisco de Assis Lima, 3 fev. 1970d. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 03/02/1970.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1970/1169, réu Daniel David de Araújo, 28 abr. 1970e. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 28/04/1970.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1970/1194, réu Montovânio Martins da Silva, 6 jul. 1970f. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 06/07/1970

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1971/s/n, réu Cícero Luiz do Nascimento, 14 dez. 1971a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 14/12/1971.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1971/66, réu Moacir Manoel dos Santos, 10 nov. 1971b. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 10/11/1971.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1971/350, réu Adilson Lucena Lima, 19 jul. 1971c. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 19/07/1971.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1971/1233, réu Marcus Antonio Gomes Mindelo, 22 mar. 1971d. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 22/03/1971.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1971/1249, réu José Farias, 13 jan. 1971e. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 13/01/1971, pacote: 79.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1971/1292, réu Iram Luiz de Araújo, 17 mar. 1971f. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 17/03/1971.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1971/1354, réu José Cordeiro de Andrade, 18 set. 1971g. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 18/09/1971.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1972/287, réu Vilmar Assis da Silveira, 16 maio 1972b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 16/05/1972.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1972/1461, réu José Félix dos Santos, 3 abr. 1972c. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 03/04/1972.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1972/1465, réu Severino Camilo da Silva, 12 set. 1972d. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 12/09/1972.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1972/1480, réu Edmilson Lopes da Silva, 21 mar. 1972e. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 21/03/1972.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1973/1632, réu Francisco Diniz de Lima, 1973a. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1973/1644, réu Antonio Antunes Cavalcanti, 29 mar. 1973b. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 29/03/1973.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1973/1676, réu Erivaldo Manoel de Souza, 24 abr. 1973c. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 24/04/1973.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1973/1736, réu Paulo Roberto de Lira Araújo, 21 ago. 1973d. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 21/08/1973.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1974/1631, réu Francisco Pereira, 5 jun. 1974a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 05/06/1974.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1974/1675, réu Ricardo José Pontes de Souza, 5 dez. 1974b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 05/12/1974.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1974/1828, réu José Rui Ferreira de Lima, 19 fev. 1974c. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 19/02/1974.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1974/1840, réu Joanildo Dias da Silva, 19 fev. 1974d. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 19/02/1974.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1974/1881, réu Orlando Silva de Oliveira, 12 fev. 1974e. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 12/02/1974.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1975/1771, réu Cícero José Ribeiro dos Santos, 21 nov. 1975a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 21/11/1975.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1975/74, réu Jorge Guedes da Silva, 3 mar. 1975a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 23 de jul. de 1975.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1975/2105, réu José Wellington Gonçalves de Albuquerque, 22 abr. 1975b. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 22/04/1975.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1975/2165, réu Josemar Dias Toledo, 7 nov. 1975c. 1º Tribunal do Júri de João Pessoa, Fórum Criminal, série Ações Criminais, caixa 07/11/1975.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1976/1796, réu Antonio Gomes Ferreira, 6 maio 1976a. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 06/05/1976.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1976/1800, 24 maio 1976b. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 24/05/1976.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1976/1839, réu Marcos Antônio de Oliveira, 23 nov. 1976c. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 23/11/1976.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1976/2319, réu José Eriberto Alves, 15 out. 1976d. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 15/10/1976.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1976/2356, réu José Carlos Sousa, 16 jun. 1976e. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 16/06/1976.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1977/2417, réu Francisco de Assis Filho, 23 fev. 1977a. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 23/02/1977.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1977/2453, réu José da Silva Lima, 11 jan. 1977b. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 11/01/1977.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1978/2792, réu Antonio Nunes de Moura, 20 nov. 1978. 1º Tribunal do Júri, João Pessoa, série Ações Criminais, caixa 20/11/1978.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1979/66, réu Inácio de Almeida Silva, 1979. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 21/10/1980.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. Processo-crime nº 1979/210, réu Severino Grismino da Silva, 1979. Depósito Judicial Juiz Coriolano Neto, Campina Grande, série Ações Criminais, caixa 28/12/1985.

## PERIÓDICOS: JORNAIS

**Diário da Borborema** (Campina Grande);

**Jornal da Paraíba** (Campina Grande);

**Gazeta do Sertão** (Campina Grande);

**O Norte** (João Pessoa);

**A União** (João Pessoa).

## INSTITUIÇÕES DAS PESQUISAS

Tribunal de Júri de Campina Grande;

Tribunal de Justiça da Paraíba – João Pessoa.

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (João Pessoa – PB);

Arquivo Histórico da Paraíba (João Pessoa – PB)

Museu Histórico de Campina Grande;

Instituto de Medicina Legal de Campina Grande - IML;

Manicômio Judiciário da Paraíba (João Pessoa – PB);

Biblioteca Nacional da França (Bibliothèque François-Mitterrand - Paris);

Fondation Maison des Sciences de l'Homme (Bibliothèque – Paris);

APÊNDICE

GRÁFICO 1

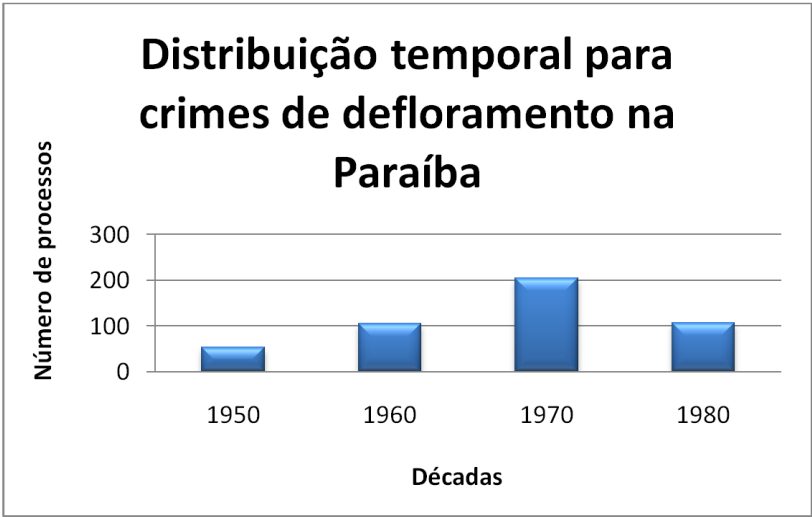
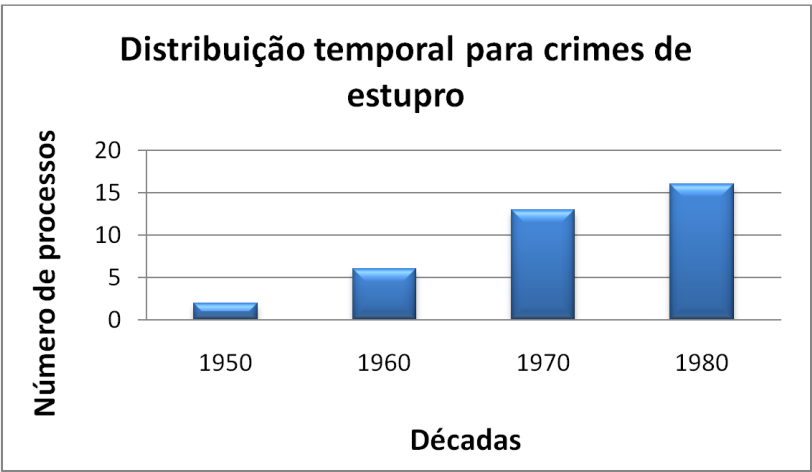


GRÁFICO 2



Planilha 01: Tribunal da Justiça da Paraíba – João Pessoa/PB  
 Dados das “ofendidas” e acusados.

Dados do Processo						
Nº	Tipificação	Data Início	Data final	Cidade	Art.	Nº Proc.
1	Defloração	03/11/58	28/12/66	João Pessoa	217	1350
2	Defloração	25/11/55	04/09/67	João Pessoa	217	72
3	Defloração	23/10/57	24/08/67	João Pessoa	213/224/217	58
4	Defloração	27/09/54	09/08/65	João Pessoa	217	70
5	Defloração	31/07/56	01/12/59	João Pessoa	216	324
6	Estupro/Defloração	29/12/58	22/09/59	João Pessoa	213	71
7	Defloração	16/10/59	30/05/69	João Pessoa	217	973
8	Defloração	18/09/58	16/12/61	João Pessoa	217	103
9	Defloração	25/04/55	10/10/69	João Pessoa	217	966
10	Defloração	15/04/58	08/05/69	João Pessoa	217	972
11	Defloração	19/01/1959	03/07/69	João Pessoa	217	965
12	Defloração	29/11/1958	11/05/65	João Pessoa	217	55
13	Defloração	13/05/1957	16/07/69	João Pessoa	217	1000
14	Defloração	26/12/1966	14/04/77	João Pessoa	217	511
15	Rapto e Defloração	12/07/1968	06/07/76	João Pessoa	217	800
16	Defloração	05/04/66	26/05/67	João Pessoa	216/217	408
17	Estupro	29/05/67	25/08/67	João Pessoa	213	562
18	Defloração	17/04/69	23/09/77	João Pessoa	217	861
19	Defloração	06/03/67	27/07/70	João Pessoa	217	591
20	Defloração	03/05/67	?	João Pessoa	217	5191

	Dados da vítima			
Nº	Nome da Ofendida/Vítima	Idade	Raça	Profissão
1	Isaura Soares	17	morena	
2	Maria José Soares	15	parda/morena	doméstica
3	Marlene Soares de Oliveira	14	branca	estudante
4	Antônia Pedro da Luz	17	parda	doméstica
5	Maria Nazaré de Lucena	17	branca	doméstica
6	Antonia Soares de Lima	16	branca	comerciária
7	Maria da Penha Galdino	17	parda	doméstica
8	Helena Maria de Alcântara	17		empregada doméstica
9	Necy Benedita Siqueira	14		doméstica
10	Nelza Joana da Conceição	14	branca	
11	Maria José Barbosa	16	branca	doméstica
12	Maria Lúcia da Silva	15	parda	doméstica
13	Rita Gonzaga Vieira	15	parda	
14	Ivonete Roseno Ferreira da Silva	18	clara	doméstica
15	Maria Aparecida Patricio da Cruz	16	morena	doméstica
16	Espedita Miranda	16	parda/morena	do lar
17	Heremita Santana da Silva	15	parda/morena	
18	Maria Dione Bezerra Fernandes	18	branca	
19	Dilza Gomes da Silva	16	parda	doméstica
20	Eunice Cirilo dos Santos	16	branca	doméstica

	Dados do Autor(a) primeiro				
Nº	Nome do Acosado	Idade	Raça	Estado Civil	Profissão
1	Vicente Ricardo Gomes	21		solteiro	praçal/comercio
2	Nelson Caetano de Oliveira	24	parda clara	solteiro	Funcionário público
3	Manoel To Rodrigues	19	parda clara	solteiro	Militar/mecânico
4	Hercílio Ferreira de Brito	23		solteiro	pintor
5	João Chavier de Melo Filho	20	parda clara	solteiro	estudante
6	Atoalba Uxoá	38		casado	comerciante
7	Sebastião Alves da Silva	35		solteiro	operário
8	Antonio Avelino da Silva	28	branco	solteiro	funcionário do DER/ mecânico
9	Vicente Ayres da Silva	19		solteiro	negociante ambulante
10	Adolfo Tomaz da Paixão	28		casado	operário
11	João Florentino Batista	35	branco	casado	terceiro sargento da polícia militar
12	José Luciano da Silva	27		casado	tratorista
13	Severino Vicente da Silva	20	parda clara	solteiro	leiteiro
14	José Vicente da Silva	32	clara	casado	agricultor/arrendatário
15	Wilson Silva	26		solteiro	funcionario civil do 1º Agrupamento
16	João Marinho dos Anjos	18		solteiro	praçal
17	Felizberto Abílio dos Santos	22		solteiro	soldado do 15o. Regimento de infantaria
18	Otoniel Bezerra Neto		branco	casado	Motorista/soldado de polícia militar
19	Manoel Soares	22	parda	solteiro	mecânico
20	Francinildo Targino Barbosa	21		solteiro	estudante



Planilha 02: Fórum Afonso Campos – Campina Grande/PB  
 Dados das “ofendidas” e acusados

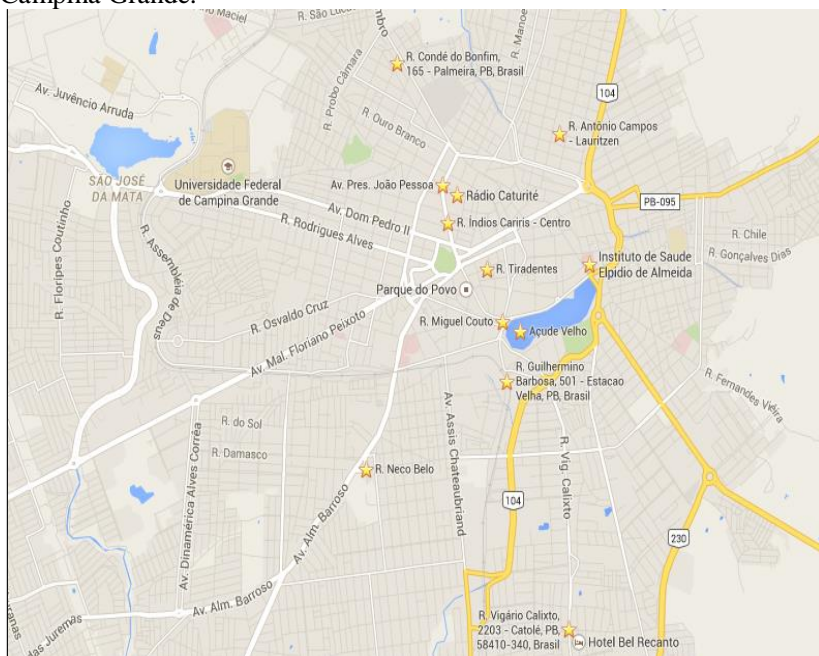
Nº	Tipificação	Data Início	Data final	Cidade	Art.	Nº Proc.
1	Defloração	01/12/1948	06/10/1952	Campina Grande	217	2959
2	Defloração	24/07/1948	20/10/1952	Campina Grande	217	3027
3	Defloração	04/04/1951	29/05/1952	Campina Grande	217	3002
4	Infanticídio	25/07/1951	26/08/1980	Campina Grande	123	52
5	Defloração	16/08/1951	15/05/1956	Campina Grande	217	
6	Defloração	15/09/1951	23/07/1954	Campina Grande	217	3200
7	Estupro	24/01/1952	20/08/1953	Campina Grande	213	1652
8	Estupro	15/02/1952	07/03/1969	Campina Grande	213	3115
9	Defloração	12/07/1952	16/12/1952	Campina Grande	217	3065
10	Rapto/Defloração	06/11/1952	26/02/1954	Campina Grande	217	3192
11	Estupro	20/01/1953	18/11/1953	Campina Grande	214	3168
12	Defloração	22/01/1953	24/03/1954	Campina Grande	217	3206
13	Defloração	07/03/1953	23/07/1954	Campina Grande	217	3262
14	Defloração	10/03/1953	25/01/1955	Campina Grande	217	3323
15	Defloração	14/03/1953	08/07/1954	Campina Grande	217	3261
16	Defloração	13/04/1953	23/07/1954	Queimadas	217	53
18	Defloração	28/04/1953	23/04/1954	Campina Grande	217	3270
19	Estupro	30/04/1953	23/07/1954	Campina Grande	213	561
20	Defloração	06/06/1953	18/05/1954	Campina Grande	217	3283

Nº	Nome da Ofendida/Vítima	Idade	Raça	Profissão
1	Maria Creusa de Sousa	17 anos	morena	costureira
2	Sonia Cavalcante	17 anos		doméstica
3	Antonia Bezerra da Silva	15 anos		
4	Um feto (masculino)	6 meses		
5	Oscarina Gomes de Almeida	17 anos		doméstica
6	Josita Coutinho	14 anos		
7	Alzira Alves de Souza	15 anos	morena	
8	Ana Barbosa de Sousa	11 anos		domestica
9	Creusalina Gomes dos Santos	15 anos		
10	Nilda Alves de Oliveira	15 anos		doméstica
11	Severina martins	10 anos		
12	Maria do Carmo	17 anos		empregada doméstica
13	Terezinha Maciel Barbosa	16 anos		Doméstica
14	Zuleida Batista da Silva	15 anos		doméstica
15	Analide do Nascimento	15 anos		domestica
16	Creusa Maria da Silva	15 anos		domestica
17	Auta Pereira dos Santos	18 anos		serviços domesticos
18	Maria Bernadete do Nascimento	16 anos		doméstica

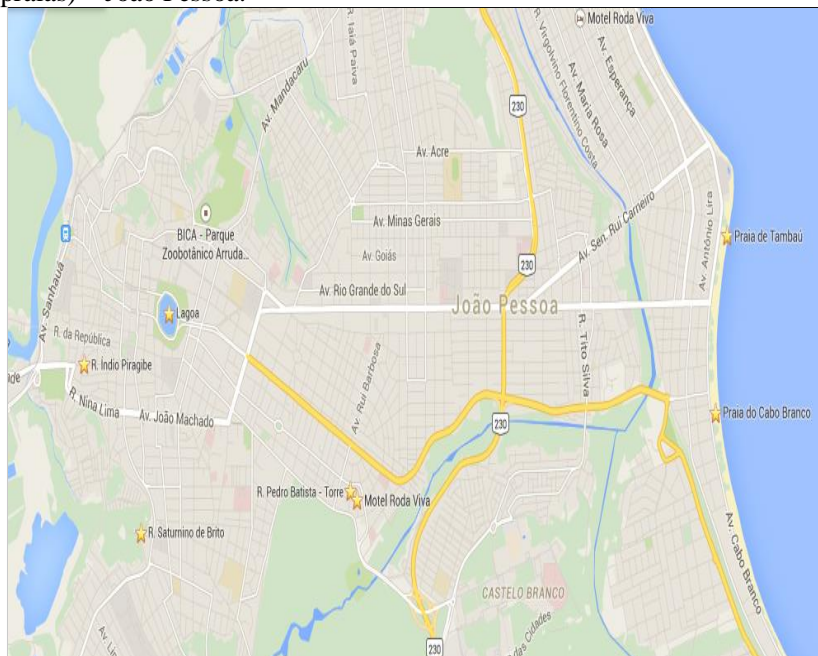
19	Julia Maria do Nascimento	27 anos		
20	Helena Izidoro de Oliveira	16 anos	Branca	

Nº	Nome do Acusado	Idade	Raça	Estado civil	Profissão
1	Severino Silva	25 anos		solteiro	alfaita
2	Francisco Leite da Silva	25 anos		solteiro	
3	Antonio João da Silva			solteiro	Agricultor
4	Alaide Domingos Barbosa	16 anos		solteira	doméstica
5	Antonio Cabral de Oliveira	18 anos		solteiro	operário do Samba
6	João Soares da Silva	19 anos		solteiro	Agricultor
7	Francisco Freitas	20 anos			Agricultor
8	José Soares de Medeiros	34 anos		casado	motorista
9	Antonio Barbosa	27 anos		casado	Agricultor
10	José Pedro do Nascimento	22 anos		solteiro	tocador de consertina
11	José Filipe da Silva	48 anos		casado	agricultor
12	José Joaquim da Silva	22 anos		solteiro	leiteiro
13	Severino Barbosa da Silva	23 anos		solteiro	comerciante
14	João Cicero de Queiroz	24 anos	moreno	solteiro	negociante
15	Luiz Felipe da Silva	21 anos		Solteiro	mecânico
16	Gabriel Ocelino Batista	23 anos		casado	Agricultor
18	Cicero Felix de Lima	32 anos		casado	guarda - noturno
19	Severino Valdevino dos Santos	27 anos		casado	pedreiro
20	Fenelon Barros Brandão	26 anos		solteiro	ourives

**Cartografia 1:** Algumas ruas e avenidas onde se localizavam os “locais libidinosos” ou “casas suspeitas” (Motéis e repartições públicas) – Campina Grande.

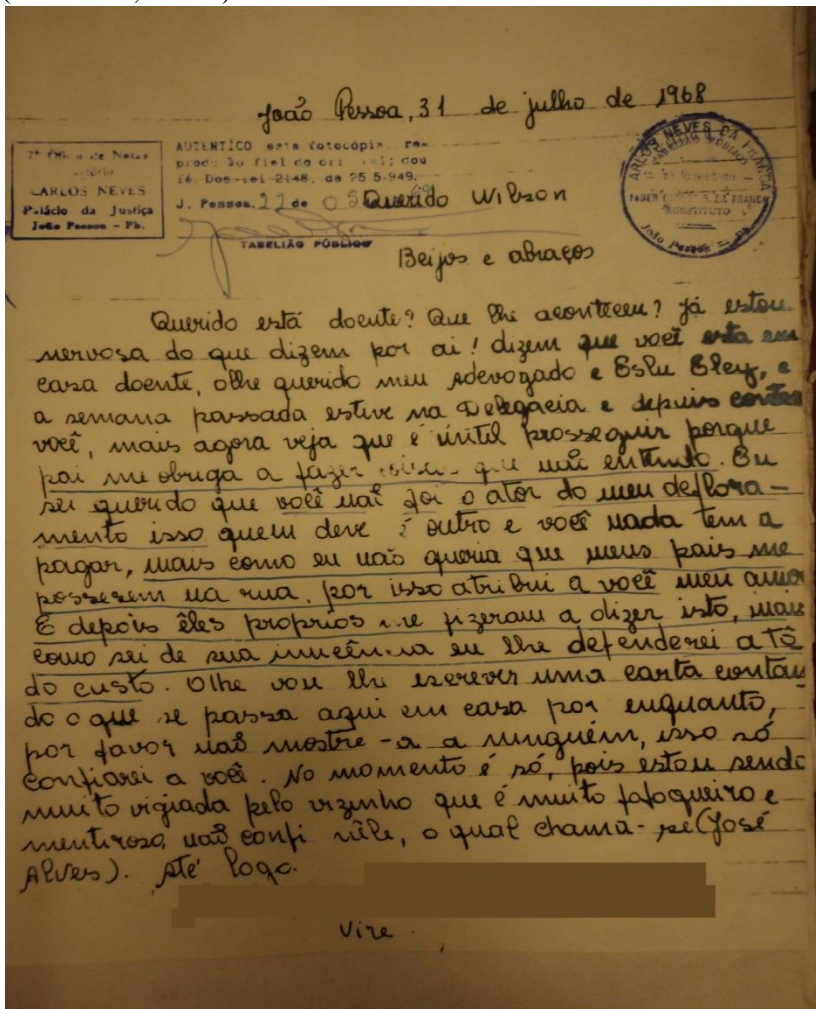


Cartografia 2: Algumas ruas e avenidas onde se localizavam os “loais libidinosos” ou “casas suspeitas” (Motéis, casas de pensão, bem como locais onde teria ocorrido o defloramento, situados nas margens das praias) – João Pessoa.





## ANEXOS

ANEXO 1: CARTA DE UMA OFENDIDA PARA O NAMORADO.  
(PARAÍBA, 1968B)

Mas não confiante em Deus Deus  
 e sei que a justiça o livrará de Todo  
 o mal que Ele causei, por que mal se  
 pode esconder com Deus, nem quem mal deve  
 pagar, eu sei que com isto estou caminhando  
 andando para o mundo, mais tenho fé  
 em vós que nunca mostraria esta a  
 iniquidade, juro que Ele defenderei desta  
 injustiça, pois a justiça mal condena  
 não doente.

Querido espero que se restabeleça para  
que possa enfrentar as amarguras que  
te afligem. Qualquer coisa solicite mi-  
nha ajuda que lhe auxiliarei.

7 / Aqui finalizo esperando qualque  
resposta, se é que eu mereço.

Sandwich

Estou mandando pelo correio para  
você ir em sua casa pois assim o  
prejudicaria.

Caso queira responder não mande com a  
sua assinatura por causa de pai

AUTENTICO esta fotocópia. re-  
produção fiel do original.

7<sup>o</sup> Office de Notas  
Cartório

Carliório

10

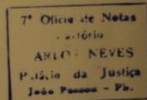
22. 09

Adelphi Publico

CARLOS NEVES DA FRANCA  
TABELLAO PUBLICO  
7.º CANTON  
JADER CARLOS C. DA FRANCA  
SUBSTITUTO  
JOSE RIBEIRO - PD.



Besos de quem nunca te esquece  
e um só instante.



AUTENTICO esta fotocópia. re-  
prende o fiel do ori. del; dou-  
fé. Dos-lei 2148, de 25-3-949.  
J. Pessoa, 22 de 05 de 1969

J. Pessier, 22 de 05 de 1969

TABELA 9

ANEXO 2:

Variável = População (Pessoas)				
Situação do domicílio = Total				
Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Ano			
	1950	1960	1970	1980
<b>Brasil</b>	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573
<b>Nordeste</b>	17.973.413	22.428.873	28.675.110	35.419.156
<b>Paraíba</b>	1.713.259	2.018.023	2.445.419	2.810.032